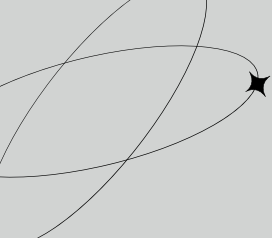




Comunicação, Memória e Temporalidades em disputa

II ENCONTRO INTERNACIONAL MÍDIA E DIMENSÕES DO TEMPO

Ana Regina Rêgo • Renan Marques • Edison Mineiro
Thalyta Arrais • Ranielle Leal • Karolene Veras
Thaís Guimarães • Luze Silva • Lívia Costa • Thamyres Sousa
Camila Fortes • Pedro Júlio Oliveira • Vinícius Ferreira
Organizadores



Comunicação, Memória e Temporalidades em disputa

II ENCONTRO INTERNACIONAL MÍDIA E DIMENSÕES DO TEMPO



Ana Regina Rêgo • Renan Marques • Edison Mineiro
Thalyta Arrais • Ranielle Leal • Karolene Veras
Thaís Guimarães • Luze Silva • Lívia Costa • Thamyres Sousa
Camila Fortes • Pedro Júlio Oliveira • Vinícius Ferreira
Organizadores

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitora

Nadir do Nascimento Nogueira

Vice-Reitor

Edmilson Miranda de Moura

Superintendente de Comunicação Social

Jacqueline Lima Dourado

Diretora da EDUFPI

Jasmine Soares Ribeiro Malta

EDUFPI - Conselho Editorial

Jacqueline Lima Dourado (presidente)
Jasmine Soares Ribeiro Malta (vice presidente)
Carlos Herold Junior
Carolina de Aquino Gomes
César Ricardo Siqueira Bolaño
Fernanda Antônia da Fonseca Sobral
João Batista Lopes
Kássio Fernando da Silva Gomes
Maria do Socorro Rios Magalhães
Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz



Capa

Adaptação da Identidade visual do
II Encontro Internacional Mídia e
Dimensões do Tempo

Projeto Gráfico e Diagramação

Renan Marques
Newcom Mídia

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

C741 Comunicação, memória e temporalidades em disputa : II Encontro
Internacional Mídia e Dimensões do Tempo / Ana Regina Rêgo ... [et
al.], organizadores. – Teresina : EDUFPI, 2026.
968 p. : il.

ISBN 978-65-5904-515-0 - Livro Digital

1. Comunicação. 2. Memória. 3. Temporalidade. 4. Mídia. 5.
Comunicação social. 6. Desinformação. 7. História. I. Rêgo, Ana Regina.
II. Encontro Internacional Mídia e Dimensões do Tempo (2. : 2026).

CDD 378.3

Elaborada por Fabiola Nunes Brasilino CRB 3/ 1014



Editora da Universidade Federal do Piauí – EDUFPI
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI – Brasil



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11

GT 1 - MÍDIA E DIMENSÕES DO TEMPO - RELAÇÕES COM O FENÔMENO DA DESINFORMAÇÃO E O NEGACIONISMO CIENTÍFICO

“Gripezinha”, “E daí?”, “Não sou coveiro”: a negação da pandemia da covid-19 no discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro <i>Thais GUIMARÃES e Ana Regina RÊGO.....</i>	<i>21</i>

“Um Sol pra Cada Um”: a Cobertura do Portal G1 Piauí sobre o Período do B-R-O Bró entre 2020 e 2024 <i>Pedro Gabriel da Silva PIRES e Cristiane Portela de CARVALHO.....</i>	<i>40</i>

Imprensa e propaganda política do regime varguista no Piauí (1930 – 1945) <i>José de Arimatéia Freitas AGUIAR JÚNIOR.....</i>	<i>61</i>

Conteúdos Televisivos versus Pessoas Analfabetas: uma Análise das Notícias do Piauí TV 1ª Edição <i>Tainária Vitória Batista PIRES e Cristiane Portela de CARVALHO.....</i>	<i>77</i>

Narrativas Enganosas e Consumo Digital: O Impacto dos Influenciadores Mirins na Propagação de Desinformação <i>Maria Christyna SANTOS e Ana Regina RÊGO.....</i>	<i>99</i>

Entre Redes e Narrativas: O caso da Brasil Paralelo <i>Carlos Eduardo da Silva MENDES e João Paulo CHARRONE</i>	<i>120</i>

Um passo à frente: como o jornalismo nativo digital gera inovações na cobertura regional? <i>Victória Dailly Alves MINEIRO.....</i>	<i>140</i>

GT 2 - MÍDIA E DIMENSÕES DO TEMPO – RELAÇÕES COM O DISCURSO DE ÓDIO, O RACISMO E A MISOGINIA

Desinformação e Violência de Gênero na Rede Social Instagram, uma Análise Hermenêutica

Mayra CARNEIRO, Giocelli SILVA e Loane FERREIRA 162

Ativismo Subversivo Digital: Rita von Huntz e Pedagogia Freireana, Resistência, Educação e Debate Crítico para Mudança Social

Juliana TEIXEIRA, Raffael ALMEIDA e João RIBEIRO NETO..... 182

Coração não é de Ferro: Racismo e misoginia contra a série da Marvel Comics

Ellen ALVES 195

Imagens da Eugenia, Ainda: Um Estudo de Caso Contemporâneo

Julio César SANCHES..... 218

Violências e gênero na imprensa: as representações discursivas sobre os assassinatos de mulheres nos jornais O Dia e Meio Norte (2014- 2015)

Sara SILVA e Ângela OLIVEIRA..... 236

GT 3 - MÍDIA E DIMENSÕES DO TEMPO - RELAÇÕES COM A HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Sob o roteiro do Estado: a educação em cena no jornalismo televisivo

Thaila Vitória Santos VIEIRA e Thamires SOUSA de Oliveira 249

**Temporada Sete de Black Mirror e Tendências Tecnológicas:
Primeiro Mapa em Prospecção**

*Monique Dandara Martins COSTA, Sofia Antunes MIRANDA e
Alessandro Mateus FELIPPE.....* 267

**Inquisição em Cena: Poder e Perseguição do Tribunal Português no
Filme “1618”**

*Maria Manuela de Sousa ROCHA e Pedro Vilarinho CASTELO
BRANCO.....* 285

**Traços de uma Alagoinha Multifacetada: Suas Representações e
Estereotipações em Rede Nacional por Reportagem Midiática (2014)**

José Clecionarton TEIXEIRA e Raimundo Nonato Lima dos SANTOS..... 304

**Sob a Ação e o Representado: a tentativa de golpe no 8 de janeiro e a
constituição no discurso midiático**

Antonio Sâmyo Soares MIRANDA e Álvaro Cavalcante da SILVA 322

**“A Operação Midiográfica”: uma análise da notícia nos jornais Brasil
Paralelo e CNN Brasil diante da Ocupação do Congresso Nacional
(05 de agosto de 2025)**

*Thâmara Carvalho Santos MOURA e Cláudia Cristina da Silva
FONTINELES* 336

**O Verbo Encantado e o Verbo Engravatado: o jornalismo piauiense
em tempos de autoritarismo (Anos 1970)**

*Carlos Alberto de Melo Silva MOTA e Claudia Cristina da Silva
FONTINELES* 347

**Educação Midiática e Marketing de Influência no Enfrentamento da
Desinformação Digital**

*Larah Chrystinne Dias LIMA, Livia Fernanda Nery da SILVA, Wallas de
Freitas SOARES e Hérisson Fernando SOUSA.....* 365

Quando a Máquina Escreve: Percepções e Desafios da IA nas Redações de Teresina <i>Isadora Silva Oliveira CAVALCANTE e Ana Regina REGO.....</i>	386
Imagem-pedra: certo sertão, tempo certo <i>Heverton S. GUEDES.....</i>	397
A cor da beleza: Uma análise sobre o corpo negro e a estética como ferramenta de poder simbólico no Brasil dos anos 1980 <i>Rebeca Maria Aguiar SILVA</i>	416
Representações femininas: na peça “Overdose” do Grupo Teatral TEMPUS e na música “Geni e o Zepelim” de Chico Buarque <i>Maria Edwirges de Jesus SÁ e Raimundo Nonato Lima dos SANTOS.....</i>	432
Narrativa jornalística do piauiense Torquato Neto no círculo hermenêutico de Ricoer <i>Eduardo AMORIM e Samantha CASTELO BRANCO</i>	446
Espaço Agrário e Memória: Reflexões Sobre o Meio Rural <i>Antonio Davi Alves de SOUSA.....</i>	466
A Manipulação da Verdade em Primeiro Plano na História do Presente Brasileiro: Uma Análise de Extremistas.br <i>Ivo Vinícius da Silva PIRES</i>	487
Capitalismo atualizado: da plataformização do trabalho ao neofascismo digital <i>Maria Eduarda de Sousa LOPES</i>	501

GT 4 - MÍDIA E DIMENSÕES DO TEMPO - NA VIDA PLATAFORMIZADA

A mercantilização do corpo nas redes sociais: uma análise da atuação de Thaís Carla no Instagram

Jacqueline DOURADO e Kássia FERNANDES..... 518

Democracia nas redes sociais: ativismo moçambicano e as dimensões temporais da comunicação cibernética

Júnior Rafael..... 535

Dimensões do tempo e a captura do Eu nas Redes Sociais Digitais

Livia NERY e Luana MONTEIRO 554

Formas e Formatos da Mediação Jornalística no Instagram: o caso do perfil @tvcidadeverde na cobertura vacinal

Jacqueline Lima DOURADO e Nariani de Sousa Lopes RODRIGUES..... 573

Temporalidades em disputa: Manguinhos on-line e #letradoano como enfrentamento ao racismo algorítmico no Instagram

Adriano Mello RODRIGUES e Thayná Severo da Barra HERNÁNDEZ..... 592

GT 5 - MÍDIA E DIMENSÕES DO TEMPO - SUBJETIVIDADES E IDENTIDADES

Representações em rede: análise das juventudes apresentada nos portais de notícia RiachaoNet e Cidades na Net em Picos

Livia Fernanda Nery da SILVA e Iaquelly de SOUSA..... 606

Cartografia do Tempo no Devir Minoritário do Campo Publicitário
Alessandro Mateus FELIPPE 623

O aborto como necropolítica: uma análise da temática na ficção seriada
Gêsa CAVALCANTI 644

**Moda Teresinense: As Tendências da Moda Feminina em 1960 no
Jornal O Dia e no Jornal das Moças**
Larissa Maciel SILVA e Johny Santana de ARAUJO 662

GT 6 - HISTÓRIA, CULTURA E SUBJETIVIDADES - DIÁLOGOS COM DIFERENTES MÍDIAS

**Extraterrestres, Festivais Alternativos e Organizações Secretas na
Manchete**
Kelyel Fortes de Resende MELO 680

**Subversões Femininas: Um Estudo Histórico Sobre a Presença Contra-
cultural de Mulheres nos Espaços Piauienses na Década de 1970**
Clara REDUSINO e Edwar CASTELO BRANCO 686

**O Hábito como Mídia, a obra como Narrativa: As Irmãs dos Pobres
de Santa Catarina de Sena no Conjunto Habitacional Dirceu
Arcoverde (1976-1985)**
*Cláudia Cristina da Silva FONTINELES e Maria Eduarda Gonçalves de
OLIVEIRA* 694

**Quadrinhos em Linhas Negras: Frantz Fanon e a Pesquisa Científica
na História Contemporânea**
*Francisca Grazielle Laurindo de ALMEIDA e Gustavo de Andrade
DURÃO* 713

“Ainda Estou Aqui”: O Ensino de História e Memória por meio da Literatura e do Audiovisual

João Paulo CHARRONE, Giovanna Lavigne Alves BRITO e Maria Clara de Oliveira CARREIRO 729

Nas margens do mercado: jornalismo e cultura no coletivo Geleia Total

Francisco LIMA e Jacqueline Lima DOURADO 738

GT 7 - HISTÓRIA, IMPRENSA E SOCIEDADES

Vozes impressas: a imprensa periódica no século XIX

Talyta Marjorie Lira SOUSA 744

A mulher no discurso das teses médicas (1845)

Antonio de Padua da Silva PEREIRA FILHO e Pedro Vilarinho CASTELO BRANCO 774

A Questão Braga: Discurso Médico e Moralidade em Disputa nos Jornais do Século XIX (1878-1879)

Laura ALVES e Elizangela CARDOSO 791

Deslocados internos no alvorecer do século XX: A experiência da migração cearense para o Amazonas em decorrência da seca de 1877-1879

João Victor NEGREIROS e Marylu OLIVEIRA 806

Práticas e Discurso na República Piauiense: Persistências, Transformações e Contradições Regionais

Lucas Sales GONÇALVES 820

Clodoaldo Freitas biógrafo: cultura e política em Vultos piauienses (1903)	
<i>Rodrigo Thadeu Paiva DIAS e Teresinha QUEIROZ</i>	842
Os intelectuais mediadores: construtores de uma comunicação da Era Vargas no Piauí (1930-1945)	
<i>Antonio Maurení Vaz Verçosa de MELO.....</i>	864
O Fascismo em páginas verdes: doutrina, poder e propaganda na revista integralista Anauê!	
<i>Rodrigo Carvalho do NASCIMENTO e Nilsângela Cardoso LIMA.....</i>	887
Intelectuais e desenvolvimento econômico no Piauí: A produção escriturística da revista Econômica Piauiense (1957-1960)	
<i>Kamila Vytória Santos e SILVA e Teresinha de Jesus Mesquita QUEIROZ.....</i>	902
A jovem de 120 anos: as diversas percepções da modernização na imprensa teresinense na década de 1970	
<i>Paulo Neto Souza ARAÚJO e Edwar de Alencar CASTELO BRANCO.....</i>	922
“O jornal dos jornalistas”: A trajetória do jornal “Movimento” e as disputas na esquerda brasileira (1975-1981)	
<i>Caio Felipe Rodrigues MIRANDA e Teresinha de Jesus Mesquita QUEIROZ.....</i>	940
Entre Jornais, Revistas e Ondas Radiofônicas: A imprensa como fonte e objeto de pesquisas da História da Educação piauiense	
<i>Hortência Almeida Medeiros da ROCHA e Paloma Vanessa do Nascimento SILVA</i>	954

APRESENTAÇÃO

Este livro nasce de encontros. Encontros entre pesquisadores, instituições, países e campos do conhecimento, mas, sobretudo, entre questões que, partindo de lugares distintos, terminaram por convergir em torno de uma inquietação comum sobre o nosso tempo. As páginas que seguem são resultado desse movimento e registram parte das reflexões apresentadas durante o II Encontro Internacional Mídia e Dimensões do Tempo, realizado em setembro de 2025, na Universidade Federal do Piauí, em Teresina, evento que abrigou também o Fórum de Enfrentamento à Fome e à Desinformação. Mais do que reunir os trabalhos apresentados em um evento acadêmico, este volume materializa uma experiência de cooperação construída ao longo de vários anos e atravessada por questões que se tornaram incontornáveis para a Comunicação e para a História contemporâneas.

A origem desse evento e da posterior publicação que aqui se materializa encontra-se na convergência de dois projetos internacionais de pesquisa. O primeiro, *Negacionismo e desinformação: saúde e doença em tempos de pós-verdade*, desenvolvido com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, foi coordenado pelo professor Dr. Igor Sacramento, da Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz-RJ, e teve como subcoordenadora a

professora Dra. Ana Regina Rêgo, da Universidade Federal do Piauí e do PPGCOM-ECO-UFRJ. O projeto reuniu pesquisadores do Brasil, Bolívia, Espanha, Nigéria e África do Sul em torno das relações entre comunicação, saúde, desinformação e negacionismo, constituindo uma rede internacional que buscou compreender fenômenos cuja complexidade se tornou particularmente evidente durante e depois da pandemia de Covid-19.

O segundo projeto, *Comunicação: Fome, uma ponte para África*, coordenado pela professora Dra. Marialva Barbosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, e tendo a professora Dra. Ana Regina Rêgo na coordenação da Região Nordeste, articulou pesquisadores do Brasil, Portugal, Cabo Verde e Moçambique. Ao colocar a fome no centro da investigação comunicacional, o projeto procurou aproximar diferentes experiências históricas, sociais e culturais, tomando como horizonte um problema que atravessa séculos, territórios e temporalidades e que permanece como uma das expressões mais violentas das desigualdades contemporâneas.

Os dois projetos possuíam objetos, trajetórias e desenhos próprios. A aproximação entre eles revelou, contudo, zonas de contato particularmente fecundas. Fome, saúde, doença, desinformação e negacionismo remetem a disputas em torno da produção social da realidade, das formas pelas quais determinados acontecimentos se tornam visíveis ou são silenciados, dos modos de circulação e legitimação dos saberes

e das condições desiguais de participação dos sujeitos nos ambientes comunicacionais. Remetem igualmente às diferentes temporalidades que coexistem no presente, às permanências históricas que atravessam sociedades profundamente desiguais e às expectativas de futuro que orientam escolhas coletivas.

Essa convergência permitiu ampliar o horizonte inicial das duas redes. Brasil, Bolívia, Espanha, Nigéria, África do Sul, Portugal, Cabo Verde e Moçambique passaram a compor uma cartografia de interlocuções que aproximou América Latina, África e Europa. Mais do que a soma de experiências, essa articulação possibilitou colocar em contato diferentes tradições de pesquisa, realidades sociais e perspectivas epistemológicas. A internacionalização assumiu, assim, o sentido de construção de relações acadêmicas capazes de reconhecer a diversidade dos lugares a partir dos quais o conhecimento é produzido.

É nesse percurso que se inscreve o II Encontro Internacional Mídia e Dimensões do Tempo. Realizado na Universidade Federal do Piauí, em setembro de 2025, o evento reuniu cerca de quinhentos pesquisadores, principalmente dos campos da Comunicação e da História. Sua realização tornou-se possível por uma ampla articulação institucional envolvendo a Universidade Federal do Piauí, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade de Cabo Verde. No âmbito da UFPI, o encontro aproximou dois programas de pós-graduação e seus respectivos núcleos de pesquisa, o Programa de Pós-Graduação em Comunicação, PPGCOM, por meio do

Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação, NUJOC, e o Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, PPGHB, por meio do Núcleo de Pesquisa em História e Memória, NUPEM. O evento contou ainda com o apoio da Universidade Federal do Piauí, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí, FAPEPI.

A aproximação entre Comunicação e História esteve, portanto, na própria constituição do encontro e tornou-se uma de suas características mais importantes. Pensar mídia e dimensões do tempo significa reconhecer que os fenômenos comunicacionais são historicamente constituídos e que, simultaneamente, as mídias participam dos processos pelos quais as sociedades elaboram suas experiências temporais, constroem memórias, interpretam o presente e projetam futuros. Passado, presente e futuro deixam, nessa perspectiva, de constituir compartimentos isolados e passam a ser compreendidos nas relações, tensões, continuidades e rupturas que conformam a experiência social.

Essa perspectiva atravessa a organização deste livro. Os trabalhos reunidos foram distribuídos em sete grupos temáticos que revelam a amplitude das questões discutidas no encontro. Desinformação e negacionismo científico constituem um dos eixos da publicação, ao lado das relações entre mídia, discurso de ódio, racismo e misoginia. Outros trabalhos interrogam as relações entre mídia e História

Contemporânea, enquanto um conjunto expressivo se volta para as transformações decorrentes da vida plataformizada. Subjetividades e identidades constituem outro território de investigação, assim como os diálogos entre História, cultura e diferentes mídias. O percurso se completa com pesquisas dedicadas às relações entre História, imprensa e sociedade.

A diversidade temática não significa dispersão. Ao contrário, permite perceber como questões aparentemente distintas se comunicam quando observadas a partir das relações entre mídia e temporalidade. A desinformação e o negacionismo científico interferem na maneira como sociedades interpretam acontecimentos presentes e reelaboram experiências passadas. Os discursos de ódio, o racismo e a misoginia atualizam estruturas históricas de exclusão ao mesmo tempo em que encontram novas condições de circulação nos ambientes digitais. As plataformas transformam ritmos sociais, regimes de visibilidade, relações de trabalho, práticas comunicacionais e processos de constituição das subjetividades. A imprensa, por sua vez, permanece como fonte e agente da história, participando da construção de acontecimentos, personagens, memórias e imaginários sociais.

O conjunto evidencia também a pluralidade de objetos e escalas que caracteriza a produção contemporânea nos campos da Comunicação e da História. Grandes transformações políticas, sociais e tecnológicas convivem com investigações voltadas para experiências regionais e

locais. A pandemia de Covid-19, as mudanças climáticas, a desinformação, os ambientes digitais e as transformações políticas contemporâneas aparecem ao lado de estudos sobre imprensa, memória, representações sociais, identidades, experiências urbanas, juventudes, mulheres e acontecimentos que marcaram diferentes períodos históricos. Essa pluralidade constitui uma das riquezas do volume porque permite observar como processos globais assumem configurações específicas quando atravessam territórios, sujeitos e temporalidades distintas.

Há ainda uma dimensão que merece ser destacada. A realização do encontro em uma universidade pública localizada no Nordeste brasileiro e a presença de pesquisas produzidas a partir de diferentes territórios reforçam a importância de ampliar os circuitos de produção e circulação do conhecimento. A experiência acadêmica não se organiza a partir de um único centro. As questões que atravessam nossas sociedades são percebidas, formuladas e investigadas a partir de lugares distintos, e cada um desses lugares produz perspectivas capazes de ampliar a compreensão dos fenômenos contemporâneos.

O Piauí comparece, nesse sentido, não apenas como espaço geográfico de realização do encontro, mas como território de produção intelectual e como lugar a partir do qual se estabelecem conexões nacionais e internacionais. A parceria entre programas de pós-graduação, núcleos de pesquisa, universidades e agências de fomento demonstra a

capacidade de criação de redes que ultrapassam fronteiras institucionais e disciplinares. O encontro tornou-se, assim, espaço de circulação de pesquisadores experientes, jovens pesquisadores, estudantes de pós-graduação e de graduação, promovendo uma interlocução que constitui parte essencial da vida universitária.

Este livro preserva uma parcela dessa experiência. Todo livro resultante de um encontro científico realiza uma operação particular sobre o tempo. Essa condição parece especialmente significativa para um encontro dedicado às dimensões do tempo. O livro prolonga o acontecimento e, ao fazê-lo, modifica sua temporalidade. Reúne pesquisas que olham para passados próximos e distantes, interrogam um presente marcado por profundas transformações sociotécnicas e políticas e, em muitos casos, perguntam pelas possibilidades de futuro. Em suas quase mil páginas, diferentes tempos coexistem e se atravessam. A imprensa do século XIX encontra as plataformas digitais do século XXI. Experiências históricas dialogam com fenômenos emergentes. Memórias coletivas convivem com disputas contemporâneas pela verdade. Permanências históricas são confrontadas por mudanças tecnológicas cuja velocidade desafia nossas próprias formas de compreensão.

Nesse percurso, a memória do professor Igor Sacramento ocupa um lugar particular. Coordenador do projeto *Negacionismo e desinformação: saúde e doença em tempos de pós-verdade*, Igor foi parte fundamental da rede de

pesquisadores da qual este encontro também se originou. Sua contribuição intelectual para os estudos de Comunicação e Saúde e para a compreensão crítica dos fenômenos do negacionismo e da desinformação permanece presente nas pesquisas, interlocuções e vínculos acadêmicos que ajudou a construir. Este livro carrega, portanto, também as marcas de uma trajetória coletiva da qual ele participou. Sua ausência física não interrompe as redes de pensamento, pesquisa e afeto que ajudou a constituir.

Chegamos, assim, a esta publicação compreendendo que ela representa simultaneamente um ponto de chegada e um ponto de passagem. É resultado de projetos anteriores, de redes internacionais de pesquisa, de parcerias institucionais e de um encontro que reuniu centenas de pesquisadores. Ao mesmo tempo, abre novas possibilidades de interlocução. Os textos aqui reunidos poderão gerar outras perguntas, outras pesquisas e outras aproximações entre campos, instituições e países.

Talvez seja justamente essa uma das dimensões mais importantes do tempo da pesquisa. O conhecimento se constrói por acumulações e rupturas, por heranças e deslocamentos, por perguntas que recebemos daqueles que nos antecederam e por outras que formulamos diante de acontecimentos que ainda não conseguimos compreender inteiramente. Cada pesquisa participa desse movimento e acrescenta uma camada a uma construção necessariamente coletiva.

Ao entregarmos este livro aos leitores, preservamos algo do encontro realizado em setembro de 2025, mas também o projetamos para além daquele momento. Esperamos que as reflexões aqui reunidas contribuam para compreender um presente no qual antigas desigualdades convivem com novas arquiteturas comunicacionais, em que disputas pela memória e pela verdade se intensificam e em que as possibilidades de futuro dependem, cada vez mais, da capacidade coletiva de interpretar criticamente o tempo que habitamos.

É nesse horizonte que convidamos à leitura.

Organizadoras e Organizadores

GT 1

MÍDIA E DIMENSÕES DO TEMPO
RELAÇÕES COM O FENÔMENO
DA DESINFORMAÇÃO E O NEGACIONISMO
CIENTÍFICO

“GRIPEZINHA”, “E DAÍ?”, “NÃO SOU COVEIRO”: A NEGAÇÃO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO DISCURSO DO EX-PRESIDENTE JAIR BOLSONARO¹

Thais GUIMARÃES²

Mestre

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI

Ana Regina RÊGO³

Doutora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar o discurso do ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, sobre a pandemia da covid-19. As três declarações aqui analisadas foram proferidas nos meses de março e abril de 2020, início da pandemia. Na primeira fala, Bolsonaro chama a doença provocada pelo novo coronavírus de “gripezinha”, na outra, ao ser questionado sobre as mortes causadas pela covid-19, dispara um “e daí?”, e na última, novamente indagado sobre os óbitos, Bolsonaro afirma “não sou coveiro”. Diante disso, este artigo se propõe a analisar o tom adotado no discurso de Bolsonaro a partir desses três pronunciamentos. Para efetivar esse estudo, é utilizada a análise do discurso proposta por Patrick Charaudeau (2011 e 2013), com ênfase no discurso político, além das contribuições de Judith

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 1 - Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com o fenômeno da desinformação e o negacionismo científico, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo - 2025.
 - 2 Mestre e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação (NUJOC) da UFPI. Email: thaismichael@gmail.com.
 - 3 Doutora e professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFPI. Email: anareginarego@gmail.com.

Butler (2018) Carla Rodrigues (2020) e Tito Marques Palmeiro (2020) sobre morte e luto, bem como as observações de Paulo Vaz (2020) sobre a pandemia. As três declarações analisadas foram publicadas em diversos meios de comunicação, e serão extraídas do site G1.

Palavras-chave

Jair Bolsonaro; Pandemia; Covid-19; Análise do Discurso; Luto.

Introdução

Em dezembro de 2019, uma nova doença respiratória foi detectada na cidade de Wuhan, na China. Provocada por um coronavírus – família de vírus que causa diversas doenças respiratórias, desde um leve resfriado a uma Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), a covid-19 foi se espalhando rapidamente, e, em pouco tempo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional.

Em um intervalo muito curto de tempo a situação passou de um surto para uma pandemia global, status decretado pela OMS em 11 de março de 2025. Com os casos positivos e os óbitos se multiplicando rapidamente e sem o conhecimento de qualquer tratamento eficaz, tampouco uma vacina, a OMS e os países começaram a adotar medidas preventivas: uso de máscara, higienização das mãos com água e sabão ou álcool em gel, e distanciamento social.

Devido à alta transmissibilidade do vírus, a medida em que a pandemia se agravava, as autoridades adotavam medidas

mais rígidas e assim iniciaram as normas mais severas de isolamento social, decretos proibiram o funcionamento de praticamente todas as atividades sociais e econômicas. Durante muito tempo os únicos serviços autorizados a funcionar eram supermercados, postos de combustíveis e serviços de urgência e emergência em saúde.

As restrições geraram grande embate entre o setor econômico e as autoridades da saúde. A discussão acabou enveredando para a política e os gestores se dividiram entre os que concordavam com as orientações da OMS, e aqueles que discordavam, debate esse que também dividiu a sociedade.

No Brasil, o então presidente Jair Bolsonaro (PL) escolheu o segundo caminho, subestimando, desde o início da pandemia, a letalidade do coronavírus e questionando as medidas repressivas decretadas nos estados e municípios.

O posicionamento de Bolsonaro chocava alguns e tinha aprovação de outros. Suas declarações logo no começo da pandemia geraram repercussão internacional, entre elas, as três que serão estudadas neste artigo, nas quais ele minimiza a gravidade da pandemia em claro desrespeito às vítimas da doença.

A primeira dessas declarações foi proferida no dia 20 de março de 2020⁴, onde o então mandatário chama a covid-19 de “gripezinha. A segunda manifestação de Bolsonaro aqui anali-

4 <https://g1.globo.com/politica/blog/gereson-camarotti/post/2020/03/20/em-meio-a-pandemia-de-coronavirus-bolsonaro-diz-que-gripezinha-nao-vai-derruba-lo.ghml>

sada ocorreu no dia 20 de abril do mesmo ano⁵, quando, ao ser indagado sobre o número de óbitos causados pela doença, ele afirmou: “não sou coveiro”. Por fim, a última fala a ser estudada foi dita no dia 28 de abril de 2020⁶, ocasião em que ele, novamente questionado sobre a quantidade de mortes, disparou um: “e daí?”.

Neste trabalho, será analisado o discurso de Bolsonaro sobre a pandemia a partir destas três declarações proferidas à imprensa. O estudo será feito a partir da Análise do Discurso proposta por Patrick Charaudeau (2011, 2013), com ênfase no discurso político, e também terá contribuições de Judith Butler (2024) Carla Rodrigues (2020) e Tito Marques Palmeiro (2020) sobre morte e luto, além das observações de Paulo Vaz (2020) sobre a pandemia.

2. Pandemia

2.1 Um vírus desconhecido se espalha pelo mundo

No dia 30 de janeiro de 2020 a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII).

Até então, já havia 7.834 casos confirmados de covid-19, sendo 7.736 na China, o que representava quase 99% de todos

5 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>

6 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>

os casos relatados no mundo. Além disso, 170 pessoas tinham perdido a vida com esse surto, todas na China.

Na ocasião, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, afirmou que a maior preocupação era que, considerando o potencial do vírus para se espalhar rapidamente, ele chegasse em países com sistemas de saúde mais fracos, o que poderia gerar um colapso na rede hospitalar desses países.

Nesse pronunciamento o diretor-geral da OMS descartou a necessidade de medidas restritivas naquele momento. “Não há razão para medidas que interfiram desnecessariamente nas viagens e comércio internacional. A OMS não recomenda limitar o comércio e o movimento”, (Adhanom, 2020).

Passado pouco mais de um mês, exatamente no dia 11 de março de 2020, a OMS declarou pandemia da covid-19. Em pronunciamento oficial, o diretor-geral Tedros Adhanom afirmou que a tendência era que o número de casos confirmados, de mortes e de países afetados pela doença aumentasse em pouco tempo.

Atualmente, existem mais de 118 mil casos em 114 países e 4,2 mil pessoas perderam a vida. Outras milhares estão lutando por suas vidas em hospitais. Nos próximos dias e semanas, esperamos ver o número de casos, o número de mortes e o número de países afetados aumentar ainda mais (Adhanom, 2020).

Na ocasião, tanto o diretor-geral como outros membros da OMS ressaltaram que a declaração de pandemia significava tão

somente uma caracterização ou descrição de uma situação, não uma mudança nessa situação.

Nessa data, a OMS já contabilizava mais de 118 mil casos em 114 países e 4.291 mortes provocadas pela doença.

Em seu pronunciamento Tedros Adhanom destacou a necessidade de os países encontrarem um equilíbrio entre proteger a saúde, minimizar as disrupções econômicas e sociais e respeitar os direitos humanos.

2.2 O novo coronavírus chega no Brasil

No dia 3 de fevereiro de 2020 o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, baixou uma portaria declarando Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus.

Nessa ato o ministro estabeleceu a criação do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE) como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional.

A principal atribuição do COE, segundo a portaria, seria planejar, organizar, coordenar e controlar as medidas a serem empregadas durante a Emergência em Saúde Pública, nos termos das diretrizes fixadas pelo Ministro da Saúde.

O Ministério da Saúde confirmou o primeiro caso confirmado da covid-19 no Brasil no dia 26 de fevereiro. Tratava-se de um senhor de 61 anos de idade, morador da cidade de São Paulo (SP). Ele havia estado na Itália (um dos epicentros da

pandemia na época) entre os dias 09 e 21 de fevereiro, e ao retornar de viagem apresentou sintomas da doença.

O homem havia dado entrada no Hospital Israelita Albert Einstein, que coletou amostra e enviou ao Instituto Adolfo Lutz, e o exame deu positivo. Nessa época o Ministério da Saúde monitorava casos suspeitos de covid-19 em pelo menos sete estados.

A primeira morte por covid-19 no país foi registrada no dia 12 de março, em São Paulo (SP). A vítima, uma mulher de 57 anos morreu no Hospital Municipal Dr. Cármino Caricchio. Esse óbito, no entanto, só foi oficializado como o primeiro registrado no país no dia 28 de junho, após comunicado do Ministério da Saúde.

Ocorre que, a princípio, a pasta registrava um senhor de 62 anos como a primeira vítima da covid-19 no Brasil. Ele faleceu no dia 16 de março também em São Paulo.

No dia 20 de março de 2020 o Ministério da Saúde publica nova portaria decretando estado de transmissão comunitária do novo coronavírus em todo o Brasil, ou seja, já não era mais possível rastrear a origem da infecção e controlar a transmissão, o vírus estava circulando entre a população.

A portaria, assinada pelo ministro Mandetta, determinava que, para conter a transmissão do vírus, a pessoa que apresentasse sintomas da doença, bem como aqueles que residissem no mesmo endereço, deveriam se manter em isolamento domiciliar por 14 dias.

2.2.1 *Bolsonaro X STF*

No mês de abril, dois acontecimentos marcaram a conjuntura brasileira na pandemia, e sem dúvidas definiram os rumos da crise de saúde no Brasil.

O acontecimento foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), proferida em 15 de abril de 2020, que conferiu aos estados e municípios autonomia para gerir a pandemia. Isso dava liberdade para os governos estaduais e as prefeituras municipais determinarem as medidas que julgassem necessárias para combater a disseminação do novo coronavírus, como isolamento social e o fechamento do comércio e de outros serviços e atividades econômicas.

A decisão do STF foi aprovada por unanimidade entre os ministros, que julgaram a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) representada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), que questionou a Medida Provisória 926/2020 editada por Jair Bolsonaro, que determinava que competia somente ao Governo Federal as decisões relacionadas à gestão da pandemia.

O entendimento do STF causou descontentamento no Planalto, e desde então Jair Bolsonaro vem declarando que a corte suprema o “impediu” de ajudar o país a enfrentar a crise desencadeada pela pandemia.

O outro acontecimento marcante foi a demissão do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, no dia 16 de abril. O médico ocupava a pasta desde a posse de Jair Bolsonaro no Planalto.

A atuação de Mandetta no Ministério da Saúde só veio ganhar destaque com o advento da pandemia, contudo, ao tempo

em que sua postura ganhava aprovação de parcela da sociedade, o então presidente da República começou a discordar publicamente do ministro, que defendia, entre outras coisas, o isolamento social, notoriamente contestado por Bolsonaro, que insistia em sair às ruas arrastando multidões, contrariando todas as orientações dos órgãos de saúde, incluindo o próprio ministério.

Após intenso desgaste na relação com o Governo Federal, Mandetta anunciou, nas redes sociais, que havia sido comunicado que não ocuparia mais cargo de ministro da Saúde.

No mesmo dia em que Mandetta foi demitido, Bolsonaro nomeou o médico oncologista Nelson Teich para ocupar o cargo. Teich ficou à frente da pasta até 15 de maio, quando pediu demissão também por discordar da postura do chefe de Estado.

Com a saída de Nelson Teich, o general do Exército Brasileiro, Eduardo Pazuello, assumiu o cargo interinamente, em 16 de maio. No dia 14 de setembro ele foi efetivado no cargo por Jair Bolsonaro.

3. Morte e luto na pandemia da covid-19

Paulo Vaz (2020), ao desenvolver uma reflexão filosófica sobre a covid-19, discorreu sobre as formas de temporalidade que a pandemia suscitou. Para o autor, três formas de temporalidade surgem com a pandemia: a proximidade da possibilidade de morrer; a suspensão da rotina e dos planos devido ao isolamento social; e o desejo de retorno à normalidade.

Esse sentimento de que a morte poderia chegar a qualquer momento no contexto da pandemia se soma à constatação de que ações individuais não são suficientes para conter a ameaça, uma vez que, para que o vírus não circulasse, era necessário que todas as pessoas cumprissem as medidas de segurança. “Descobrimos que a existência de futuro individual depende de ações coletivas intencionais que se endereçam ao bem comum”, (VAZ, 2020).

Ainda segundo Vaz (2020), a temporalidade da suspensão (isolamento social) trouxe consigo uma dimensão quase que inevitável: o tédio, atravessado pela irritação com a proximidade e convivência praticamente forçada com parceiros e familiares dentro de uma casa.

Neste trabalho as reflexões que mais nos interessam dizem respeito à morte e ao luto na pandemia.

Palmeiro (2020), ao discorrer sobre a morte no contexto da pandemia, avalia que, no Brasil, as pessoas fogem da discussão sobre a morte e, na atual conjuntura, enxergam tudo (e debatem) sob um viés político.

Confrontados com a morte, desviamos o olhar, discutimos política. A pandemia tende a aprofundar a tendência à hiperpolitização, isto é, a tendência a analisar tudo sob a ótica do político. Isso não é culpa de ninguém, é o trágico de nossa situação. Reduzir a morte a seus aspectos políticos é recusar seu caráter abissalmente exterior a tudo o que é humano (Palmeiro, p.46, 2020).

O mesmo autor ressalta que é necessário dar “voz a novas narrativas para que possamos compreender o que acontece, e acolhermos os nossos mortos”, (PALMEIRO, 2020, p. 54).

Rodrigues (2020), em uma revisão bibliográfica do tema do luto na obra de Judith Butler evidencia que a filósofa norte-americana defende uma universalização do direito ao luto, extinguindo a hierarquia que diz determina tem direito a ser enlutado e quem não tem.

Assim, Butler entende que, se uma vida é digna de luto e outra não, somente a vida “enlutável” terá direito a uma vida plena.

Se apenas uma vida enlutável pode ser valorizada, e valorizada através do tempo, então somente uma vida passível de luto será qualificada para apoio social e econômico, habitação, cuidados de saúde, emprego, direitos de expressão política, formas de reconhecimento social e condições para a agência política. Alguém deve, por assim dizer, ser digno de luto antes mesmo de se perder, antes mesmo de qualquer questão de ser negligenciado ou abandonado, e deve ser capaz de viver uma vida sabendo que a perda desta vida que eu sou seria enlutada, e por isso todas as medidas serão tomadas para evitar tal perda (Butler, 2012, *apud* Rodrigues, 2020, p. 67).

Com essas reflexões sobre morte e luto, o trabalho prossegue para a análise das três declarações do ex-presidente Jair Bolsonaro, nas quais ele minimiza a pandemia e desrespeita a memória das pessoas que perderam a vida para a covid-19 no Brasil.

4. O discurso de Jair Bolsonaro sobre a pandemia

A primeira das três declarações selecionadas para análise foi proferida pelo então presidente no dia 20 de março de 2020. Na ocasião, Bolsonaro comparou a covid-19 a uma gripezinha”.

“Em meio à pandemia de coronavírus, Bolsonaro diz que ‘gripezinha’ não vai derrubá-lo”. Fonte: G1

g1

POLÍTICA

Em meio à pandemia de coronavírus, Bolsonaro diz que 'gripezinha' não vai derrubá-lo

20/03/2020 18h48 - Atualizado há 5 anos

Após ser questionado por jornalistas se faria um novo teste para covid-19, Bolsonaro afirmou o seguinte: “depois da facada, não vai ser gripezinha que vai me derrubar”. Até aquela data ele já havia feito dois testes de covid-19, ambos deram negativo.

Nessa primeira declaração de Bolsonaro já é possível constatar a clara negação da ameaça representada pela pandemia, um jogo mortal, conforme Palmeiro (2020).

O jogo mortal do governo brasileiro no trato com a pandemia mostra, para muitos, a necessidade de interpretações políticas que abram a via para novas formas de ação. O vertiginoso número de mortos, a profusão de declarações violentas, ilegais, e de insensatas ameaças governamentais lançam, para muitos, a questão angustiante do que fazer (Palmeiro, 2020, p.46).

A segunda fala selecionada foi feita em 20 de abril, quando o então mandatário, ao ser indagado por jornalistas sobre as mortes por covid-19 disparou: “não sou coveiro”.

Em entrevista à imprensa no Palácio da Alvorada, Bolsonaro foi questionado sobre o crescente número de óbitos por covid-19 no Brasil (até aquela data o país já registrava 2.575 mortes), e respondeu da seguinte forma: “Ô, cara, quem fala de... Eu não sou coveiro, tá certo?”.



'Não sou coveiro, tá?', diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus

Até esta segunda-feira, o Brasil registrava 2.575 mortes e 40.581 casos confirmados de pessoas contaminadas pelo coronavírus.

Por Pedro Henrique Gomes, G1 — Brasília

20/04/2020 19h07 - Atualizado há 9 meses



“‘Não sou coveiro, tá?’, diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus”.

Fonte: G1

Aqui se percebe como o ex-presidente se esquivava de falar sobre as mortes no país, em uma fala que banaliza as vidas perdidas e “ignora os mortos, apequena os vivos”, (Palmeiro, 2020, p.45).

A última declaração selecionada foi dita no dia 28 de abril, em coletiva de imprensa. Novamente questionado sobre a quantidade de mortes por covid-19 no país, Bolsonaro respondeu de forma ríspida e expressou um “e daí?”.

Naquele momento o Brasil havia acabado de ultrapassar a marca de 5 mil óbitos. Diante disso, veio o questionamento por parte da imprensa, que recebeu a seguinte resposta: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”.



'E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; 'Sou Messias, mas não faço milagre'

Nesta terça-feira, Brasil somou 5.017 mortes por Covid-19, segundo os números oficiais, e superou o total de mortos da China, país de origem da pandemia de coronavírus.

Por Gustavo Garcia, Pedro Henrique Gomes e Hamanda Viana, G1 — Brasília

78804/2020-201621 - Atualizado às 18h21min

“‘E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?’, diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; ‘Sou Messias, mas não faço milagre’”. Fonte: G1

É possível observar como as declarações de Bolsonaro des-toaram da postura dos jornalistas e, conseqüentemente, das narrativas veiculadas nos meios de comunicação. Isso nada mais é que uma disputa de narrativas, uma guerra simbólica, como afirma Charaudeau (2013), ao analisar o discurso das mídias.

Há uma guerra entre políticos e jornalistas, guerra simbólica, mas cujo objetivo é influenciar a opinião pública. Dessa guerra, desse jogo, as duas partes beligerantes têm consciência (Charaudeau, 2013, p.257).

Nessa disputa, os meios de comunicação, por mais que discordassem do discurso proferido, no caso pela figura do presidente, se viam obrigados a publicizar tais declarações. É uma armadilha na qual a mídia se acha presa, aponta Charaudeau (2013).

as mídias se acham presas nessa armadilha, pois mesmo que pesquisem para confirmar a veracidade do que dizem ou para denunciar as mentiras, são obrigadas a divulgar as declarações dos políticos, logo, a dar livre curso a seus efeitos (Charaudeau, 2013, p. 258).

Ao se ater especificamente ao discurso político, Charaudeau (2011) aponta que, muito embora as declarações de uma autoridade possam ser consideradas absurdas, é o discurso dessa figura que conquista ou não o voto da população em uma sociedade democrática.

Em outras palavras, as pessoas escolhem seus representantes mais pela imagem que ele apresenta e por suas afirmações, geralmente apenas frases de efeito, do que pelo programa político e pelas propostas defendidas por ele.

Temos dificuldade em aceitar que em uma democracia o povo vote em um político mais em razão de sua imagem e de algumas frases de efeito que ele ou ela profira do que em razão de seu programa político. Entretanto, o comportamento das massas depende daquilo que as reúnem sob grandes denominadores comuns: discursos simples portadores de mitos, de símbolos ou de imaginários que encontram eco em suas crenças; imagens fortes suscetíveis de provocar uma adesão pulsional (Charaudeau, 2011, p. 78).

No entanto, o caso específico de Jair Bolsonaro deve acionar um alerta vermelho, uma vez que seus posicionamentos, não somente em relação à pandemia, tiveram adesão de boa parte da sociedade.

Dessa forma, as declarações do então presidente se reproduziram e circularam entre os brasileiros: nas famílias, entre amigos, no trabalho, pessoas coadunaram e replicaram o discurso presidencial. Essas são as vozes que nos assolam, como explicita Palmeiro (2020, p. 54):

Apesar de a morte estar entre nós, estranhas vozes procuram abafar os acontecimentos. Vozes abertamente criminosas, violentas, ultrajantes. Em termos políticos, elas se chamam: presidente, ministros, instituições, apoiadores. Em termos políticos, portanto, têm o direito de se fazer ouvir. Na verdade, não hesitam em exercer esse direito porque estão no poder, nas ruas e nas famílias. Uma situação como essa não é solúvel politicamente, e é, portanto, trágica.

Assim, o discurso de Bolsonaro é algo sintomático, que indica que algo de muito grave aconteceu no Brasil, um país onde grande parcela da população referendou o posicionamento de um presidente que negou a catástrofe da pandemia e desrespeitou a memória das vítimas dessa tragédia.

Considerações finais

A partir da análise destas declarações Jair Bolsonaro sobre a covid-19, se pode concluir que ele, desde o início da pandemia,

se posicionou de maneira negacionista, ignorando a ameaça do vírus, e desrespeitosa em relação às vítimas da doença.

Quando comparou a covid-19 a uma “gripezinha”, desconsiderou o potencial do vírus, que matou mais de 700 mil brasileiros. Ao dizer “não sou coveiro”, Bolsonaro se eximiu de toda e qualquer responsabilidade, que é inerente a um chefe de Estado em um contexto de calamidade pública. Ao disparar um “e daí?”, o então presidente apenas ressaltou o desprezo pela vida humana, por brasileiros (muitos que inclusive votaram nele) que perderam a batalha para a covid-19.

É possível perceber ainda que a imprensa tentou, em todos os casos aqui reportados, chamar atenção para a gravidade das declarações de Bolsonaro. A postura da maioria dos jornalistas, desde o início da pandemia, foi a de questionamento, evidenciando as contradições do então mandatário.

No entanto, mesmo diante da insistência da imprensa, Bolsonaro, conforme se pode observar nessas três declarações, se recusou a emitir qualquer pronunciamento que reconhecesse a tragédia da pandemia e/ou demonstrasse solidariedade com os brasileiros mortos.

Ainda em 2021, Jair Bolsonaro foi enquadrado na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia no Senado Federal. O relator, senador Renan Calheiros (MDB-AL), sugeriu o indiciamento do ex-presidente, o acusando formalmente de ter praticado nove crimes: prevaricação; charlatanismo; epidemia com resultado morte; infração a medidas sanitárias preventivas; emprego irregular de verba pública; incitação ao crime;

falsificação de documentos particulares; crime de responsabilidade e crimes contra a humanidade.

Cinco anos após o início da pandemia, o ministro Flávio Dino, do STF, determinou a abertura de um inquérito pela Polícia Federal para investigar as conclusões do relatório final da CPI da Pandemia.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Civilização brasileira, 2024.

CAMAROTTI, G. Em meio à pandemia de coronavírus, Bolsonaro diz que 'gripezinha' não vai derrubá-lo. **G1**, 20 mar. 2020. Disponível em: ><https://g1.globo.com/politica/blog/gerson-camarotti/post/2020/03/20/em-meio-a-pandemia-de-coronavirus-bolsonaro-diz-que-gripezinha-nao-vai-derruba-lo.ghhtml>>. Acesso em: 3 set. 2025.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. Tradução de Angela Maria da Silva Corrêa. 2. ed., 2a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

GOMES, P. H. “Não sou coveiro, tá”, diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus. **G1**, 20 abr. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghhtml>>. Acesso em: 3 set. 2025.

GARCIA, G.; GOMES, P. H.; VIANA, H. “E daí? Lamento, quer que eu faça o quê?”, diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus. **G1**, 28 abr. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghhtml>> . Acesso em: 3 set. 2025.

PALMEIRO, T. M. Chorar nossos mortos. **O que nos faz pensar**, v. 29, n. 46, p. 44-57, jul. 2020. Disponível em: <<http://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnfp/article/view/735>>. Acesso em: 8 nov. 2025.

RODRIGUES, C. Por uma filosofia política do luto. **O que nos faz pensar**, v. 29, n. 46, p. 58-73, jul.2020. Disponível em: <<https://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/oqnfp/article/view/737>>. Acesso em: 8 nov. 2025.

VAZ, P. Os tempos da pandemia. **Conexão UFRJ**. Disponível em: <<https://conexao.ufrj.br/2020/03/27/artigo-os-tempos-da-pandemia/>>. Acesso em: 15 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE / ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **OMS afirma que covid-19 é agora caracterizada como pandemia**. 11 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>>. Acesso em: 15 nov. 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **A pedido da PF, STF determina abertura de inquérito para investigar resultados da CPI da Pandemia**. Notícias STF, 18 set. 2025. Disponível em: <<https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/a-pedido-da-pf-stf-determina-abertura-de-inquerito-para-investigar-resultados-da-cpi-da-pandemia>>. Acesso em: 15 nov. 2025.

“UM SOL PRA CADA UM”: A COBERTURA DO PORTAL G1 PIAUÍ SOBRE O PERÍODO DO B-R-O BRÓ ENTRE 2020 E 2024¹

Pedro Gabriel da Silva PIRES²

GRADUADO EM JORNALISMO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)

Cristiane Portela de CARVALHO³

DOUTORA EM COMUNICAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)

Resumo

Este trabalho analisa a cobertura sobre o B-R-O bró, entre 2020 e 2024, realizada pelo portal G1 Piauí. Para tanto, os objetivos específicos são: - quantificar as matérias do portal sobre o B-R-O bró no referido período; - identificar as diferentes abordagens sobre o assunto nas matérias do *corpus*; - identificar as matérias sobre o B-R-O bró que alcançaram projeção nacional; - analisar o uso dos recursos multimidiáticos como ferramentas para aprofundar a temática; - analisar a contribuição dos especialistas nas matérias do *corpus*. O referencial teórico inclui autores como Girardi *et al* (2012), Loose

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 1 - Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com o Fenômeno da Desinformação e o Negacionismo Científico, integrante do II Encontro Internacional Mídia e Dimensões do Tempo 2025.
 - 2 Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: pedrogabrielspires@gmail.com.
 - 3 Doutora em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Realizou Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM/UFC). Docente do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Integra o Núcleo de Pesquisas em Mídia, História e Tecnologias (NUMIHTEC) e coordena o Grupo de Pesquisa Jornalismo e Convergência Midiática

e Camana (2015), dentre outros. A metodologia é a Análise de Conteúdo, para analisar quantitativa e qualitativamente as 43 matérias do *corpus*. Conclui-se que, embora a cobertura sobre o B-R-O bró no Piauí tenha sido ampliada, o combate à desinformação climática ainda precisa ser aprimorado.

Palavras-chave:

Desinformação; Mudanças Climáticas; Jornalismo Ambiental; B-R-O bró; Portal G1 Piauí.

Introdução

O Jornalismo Ambiental (JA) tem sido, cada vez mais, alvo de pesquisas, à medida que crescem as discussões em torno das mudanças climáticas. Por isso, devido o aumento dos desastres naturais provocados por essas alterações no clima, se torna ainda mais necessário compreender a forma como os veículos têm realizado a cobertura desses acontecimentos. Além de buscar compreender como estão ocorrendo as discussões em torno desta temática, é importante também perceber como o Jornalismo tem se aliado à ciência nesse processo.

Um dos grandes problemas enfrentados pelo Jornalismo na cobertura sobre meio ambiente é a desinformação ambiental de parcela considerável da população, que ainda não acredita nas mudanças climáticas, além do discurso de lideranças políticas hostis aos meios de comunicação que reportam os fatos ocorridos no clima (Silva; Barreto, 2024).

Os produtores de desinformação se aproveitam desse ambiente para atrair usuários para seus conteúdos sensacionalistas e controversos. Além disso, os algoritmos de recomendação desempenham um papel importante nesse contexto, direcionando os usuários para conteúdos com base em seus interesses e comportamentos passados. Isso pode amplificar a desinformação ao recomendar conteúdos sensacionalistas ou polarizadores, que têm maior probabilidade de gerar engajamento e manter os usuários nas plataformas por mais tempo (Silva; Barreto, 2024, p.17).

Frente ao contexto exposto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a cobertura sobre o período do B-R-O bró (setembro a dezembro) realizada pelo portal G1 Piauí, entre os anos de 2020 e 2024. Os objetivos específicos estão assim definidos: - quantificar as matérias do referido portal que abordam o B-R-O bró, no período de 2020 a 2024; - identificar as diferentes abordagens sobre o assunto nas matérias do *corpus*; - identificar as matérias relacionadas ao B-R-O bró que tiveram projeção nacional; - analisar o uso dos recursos multimidiáticos como ferramentas para aprofundamento da temática abordada; - analisar a contribuição dos especialistas como fontes de informação nas matérias do *corpus*.

A justificativa para esta análise é fundamentada, sobretudo, na necessidade de entender como as mudanças climáticas estão sendo veiculadas na imprensa piauiense, visto que as altas temperaturas e a diminuição do período chuvoso tem assolado o Estado. O calor no Piauí, sobretudo na capital, muitas vezes é visto como algo dentro da normalidade e que já faz parte da

localização geográfica, porém, o crescimento no número de queimadas e de problemas de saúde, como acidente vascular cerebral, acende o alerta para o problema.

A escolha pelo portal G1 Piauí, criado em 2012 pela TV Clube, afiliada da Rede Globo no Piauí, como objeto de investigação, ocorre pelo fato deste ser uma versão local do G1 nacional, um dos maiores portais de notícias do Brasil, que faz parte do Grupo Globo.

Em termos metodológicos, a pesquisa utiliza a Análise de Conteúdo (AC), de acordo com Bardin (2016), como técnica mais eficiente neste tipo de análise. O *corpus* é composto de 43 matérias sobre o período do B-R-O bró, encontradas no portal G1 Piauí, nos meses de setembro a dezembro, dos anos de 2020 a 2024.

O Meio Ambiente como Pauta Jornalística

A humanidade tem convivido com desastres climáticos que geram destruição e sérias consequências para todo o mundo. Por causa disso, os estudos sobre o meio ambiente ganham cada vez mais espaço. No entanto, Hogan (2007) explica que a literatura diverge sobre o momento em que a questão climática se tornou uma preocupação maior.

Um dos temas mais debatidos nos eventos científicos são as condições climáticas do planeta. Com a constante crise climática, que alterna fenômenos como enchentes, secas prolongadas e um aumento das temperaturas em diversas regiões do mundo, as discussões têm sido ampliadas. Em âmbito global,

nos últimos anos, são vários os exemplos de desastres climáticos que o mundo tem enfrentado.

No Brasil, em 2024, o Rio Grande do Sul (RS) foi atingido por fortes chuvas que ocasionaram enchentes e deslizamentos de terra. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) apontam que pelo menos 876.200 pessoas tiveram suas moradias diretamente atingidas pela catástrofe. No total, 418 cidades gaúchas ficaram em estado de calamidade ou emergência. A mesma análise pontuou que 9,7% da população, em situação de vulnerabilidade antes da tragédia, foi atingida.

Artaxo (2014) reforça que os efeitos das mudanças climáticas têm crescido de forma acelerada e se apresentam de diversas formas, como o aumento do nível dos mares e o derretimento de geleiras. Além disso, catástrofes como as que ocorrem nos últimos anos em nível global configuram cenários ainda desconhecidos até mesmo entre os cientistas. No entanto, o autor pontua que faltam políticas públicas eficazes com o intuito de mitigar os efeitos da crise climática, em âmbito global e nacional.

As mudanças climáticas também impactam o bem-estar dos indivíduos, a partir de diferentes aspectos, pois “a saúde da população é dependente de aspectos sociais, econômicos, ambientais e de políticas públicas que integrem essa questão como estratégia para o desenvolvimento do país, estado ou município” (Artaxo, 2020, p. 53).

Entre os diferentes setores impactados pelas alterações no clima, sobretudo pela elevação na temperatura mundial, está

a produção de alimentos. Conforme Alpino *et al* (2022), os desastres registrados comprometem, em longo ou médio prazo, a segurança alimentar e nutricional da população, o que agrava a problemática da fome. Os autores reforçam que com a dificuldade na produção de alimentos naturais, as pessoas buscam produtos ultraprocessados e geram insegurança alimentar, por exemplo, como a obesidade.

A partir desses diferentes segmentos, se torna necessária uma comunicação assertiva que possa informar a população sobre os processos que o mundo atravessa no campo ambiental. No entanto, a cobertura de eventos climáticos envolve diferentes aspectos, como entrevistas em locais de difícil acesso, além da necessidade de um tempo maior para a produção de reportagens. Esses pontos podem ser considerados empecilhos para execução de pautas nessa área, conforme apontam Holanda, Kaapa e Costa (2022).

Historicamente, o meio ambiente esteve presente diariamente nos principais telejornais brasileiros. No entanto, essa inserção, durante muito tempo esteve mais ligada com a previsão do tempo, muitas vezes funcionando como uma prestação de serviços para a sociedade. Ao longo dos anos, outras pautas factuais, também na editoria de meio ambiente, ganharam espaço para abordar diferentes temas.

Com o avanço das mudanças climáticas e a ocorrência de desastres ambientais, o foco dessas coberturas tem mudado e ampliado para contemplar esses fatos. Conforme Amaral, Loose e Girardi (2020), as discussões propostas pela imprensa,

além de apenas comentar as crises que o planeta enfrenta, devem apresentar soluções e possíveis alternativas que possam ser aplicadas em diferentes âmbitos sociais. As autoras ainda esclarecem que o papel que a imprensa exerce nessas situações é essencial para buscar a proteção de ecossistemas.

O Jornalismo e a Divulgação das Questões Ambientais

Um campo discutido nos estudos sobre Jornalismo é o do Jornalismo Especializado (JE). Para Tavares (2007) duas perspectivas distintas norteiam os estudos nesse campo, a primeira é vinculada à forma como o JE é produzido por meio de técnicas. O segundo ponto é relacionado à construção de um campo teórico, que possa ser o espaço adequado para a discussão desse campo do Jornalismo, portanto, é mais conceitual. Ainda conforme Tavares (2007), essa elaboração de um campo para debate também promove diálogos sobre aspectos que não fazem parte de um processo consensual dentro do JE e incluem o conceito desse campo, além dos seus métodos de pesquisa e teorias próprias da área, que, talvez, possam enquadrá-la como uma disciplina científica.

Dentro da cobertura ambiental também há uma discussão em torno do JE. Girardi *et al* (2012) esclarecem que o JA tem como ponto de partida um determinado tema específico com o intuito de promover debates na busca por sustentabilidade. Os autores reforçam que para ser efetivo é importante buscar olhares mais abrangentes e que possam afastar a visão fragmentada. Nesse sentido, “fundem-se [...] a natureza do jor-

nalismo especializado com as demandas socioambientais que acabam por compor o horizonte de reflexão dos paradigmas emergentes” (Girardi *et al.*, 2012, p. 148).

Martinez e Loose (2015) ainda pontuam que o JE, aplicado na área de meio ambiente, tem o potencial de promover fundamentos discutidos nesse campo. Nesse sentido, pode contribuir com importantes debates, como a educação ambiental, apontada como uma das possibilidades de levar informação correta sobre o tema. Com isso, o JE é considerado um dos pilares mais importantes no diálogo de temas específicos, por exemplo, a cobertura de desastres.

Sobre o início do JE, Miranda (2014) explica que com a chegada da segmentação no campo da comunicação, o noticiário, antes amplo, fica mais especializado. Uma consequência desse processo, citado pela autora, foi o maior número de publicações de revistas, jornais e programas de televisão destinados a debater e informar sobre temas específicos, como saúde. Portanto, o campo especializado passou a ser expandido para diferentes meios de comunicação, além da web. Tavares (2007) explica ainda que a função do Jornalismo é identificar as novas movimentações sociais, então é natural que a ciência, por exemplo, seja aliada do Jornalismo, como segmentação ou especialização.

Darde e Leme (2018) detalham que o JE pode ter relação com diferentes tipos de especialização, que podem ser classificadas em três grupos. O primeiro tem relação com os meios de comunicação, pode ser rádio, televisão ou internet, entre ou-

tras possibilidades. O segundo é classificado por temas ou editorias, é o caso do Jornalismo Econômico, do Jornalismo Policial ou do JA, tema deste trabalho, além de outros campos. Por fim, o terceiro grupo incorpora a junção dos dois primeiros, como por exemplo o jornalismo esportivo radiofônico, o jornalismo ambiental impresso ou o jornalismo policial na internet. Alguns fatores precisam ser considerados na construção e nos estudos sobre o JE.

Entre eles, estão acontecimentos recentes, como a associação entre grupos de comunicação, a segmentação do público interessado naquela editoria e, por fim, o avanço das novas tecnologias, que gera um maior consumo das informações e, por consequência, exige mais qualidade/aprofundamento na apuração dos fatos e na construção do texto jornalístico (Darde; Leme, 2018).

Sobre o JE na editoria de meio ambiente, Girardi, Loose e Silva (2018, p. 55) explicam que “muitas redações não possuem editoria específica de meio ambiente ou seção periódica que aborde o tema, sendo jornalistas generalistas aqueles que, eventualmente, cobrem essas pautas”. Ainda segundo as autoras, o número de jornalistas especializados na editoria de meio ambiente também é pequeno nas instituições de ensino e nas assessorias de imprensa.

Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho é a Análise de Conteúdo (AC), de acordo com Bardin (2016), que pode ser

aplicada em diferentes contextos. Assim, a AC é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter [...] indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens” (Bardin, 2016, p. 48).

A referida autora pontua dois importantes aspectos para a aplicação desta metodologia. O primeiro tem relação com a superação da incerteza pelo pesquisador e o segundo ponto é voltado a uma maior apropriação sobre a literatura do tema estudado, a fim de compreender conceitos antes não entendidos. Para a análise dos dados, a autora sugere um roteiro baseado em três pólos: - pré-análise ou etapa de organização da pesquisa; - exploração do material, momento de analisar os dados brutos, que pode ser realizada junto com o último pólo, o tratamento dos resultados.

A diferença entre análise quantitativa e qualitativa também é pontuada por Bardin (2016). Sendo a primeira conceituada como a que obtém dados mais descritivos a partir de um método estatístico. Já a qualitativa funciona na elaboração de deduções sobre tema específico e cria categorias mais detalhadas. Dessa forma, a presente pesquisa pode ser classificada como quantitativa e qualitativa, pois enumera a quantidade de publicações dentro do recorte temporal e analisa sistematicamente as matérias veiculadas no portal G1 Piauí.

Assim, o *corpus* desta pesquisa é composto por 43 matérias do portal analisado, coletadas de agosto a dezembro, dos anos de 2020 a 2024, que abordam o B-R-O bró, época mais quente

do ano no Piauí. A busca aconteceu de forma direta no próprio portal, a partir das seguintes palavras-chave: “B-R-O bró”, “calor”, “temperatura”, “queimadas” e “saúde”. Para a análise do *corpus*, portanto, foram formuladas quatro categorias, a saber:

1) Assunto abordado; 2) Projeção nacional; 3) Recurso multimidiático utilizado; 4) Contribuição dos especialistas.

Resultados e Discussões

Na primeira categoria - Assunto abordado - foram encontradas as seguintes temáticas: Meio Ambiente (20), Saúde (7), Humor (5), Economia (4), Turismo (2), Cidades (2), Moda (1), Polícia (1) e Ciência (1). Meio Ambiente foi o assunto dominante, com matérias sobre os recordes de temperatura no Estado, a ocorrência de chuvas inesperadas no B-R-O bró e o agravamento do calor no Piauí. Sobre essas abordagens, Loose e Camana (2015) explicam que as matérias buscam apresentar as causas e as consequências dos riscos ocasionados pelas mudanças climáticas e pretendem gerar mobilização social em busca de ações efetivas no combate aos perigos ocasionados pela alteração do clima.

O segundo assunto mais abordado, Saúde, trouxe matérias na perspectiva de orientar a população sobre o que fazer para garantir uma rotina mais saudável no B-R-O bró, bem como alertaram sobre como o calor afeta o bem-estar da população. Nesse sentido, Sarra e Mülfarth (2021) enfatizam que os impactos das altas temperaturas têm atingido a saúde da população, sobretudo nas grandes cidades, e pontuam que diversos fato-

res contribuem para a intensidade desse quadro, dentre eles os diferentes níveis de poluentes atmosféricos.

Quanto à temática Humor, a abordagem sobre o calor é feita de forma descontraída. Piza (2004) explica que em editoriais como essas a natureza dos assuntos tratados costuma ser mais convidativa ao público, contrastando com seções de abordagens mais sérias.

No que diz respeito às matérias de Economia, elas destacaram o crescimento do consumo de energia na capital, em virtude do aumento das temperaturas. O portal G1 Piauí trouxe dicas sobre como economizar energia no período quente. Este tipo de abordagem é discutido por Matozzo, Camargo e Lage (2004), ao destacarem que a imprensa tem o papel de esclarecer sobre as questões energéticas e implicações sociais.

A análise encontrou também duas matérias que falaram do período do B-R-Ó bró sob o viés do Turismo, apresentando pontos turísticos e dicas de viagens pelo Piauí. Também com duas matérias, a editoria de Cidades trouxe discussões sobre como o calor em Teresina afeta o bem-estar das pessoas. A análise trouxe ainda mais três editoriais com apenas uma matéria cada: - Moda, com dicas de roupas que protegem dos raios ultravioletas e de protetores solares mais apropriados para a realidade piauiense; - Polícia, que noticiou o caso da família piauiense morta em incêndio que atingiu vegetação próxima a uma rodovia piauiense; e, por fim, a editoria de Ciência, que mostrou ovos cozidos dentro de um carro exposto ao sol em Teresina.

A segunda categoria - Projeção nacional - analisa a importância de matérias que alcançam visibilidade nacional. Porém, entre as 43 publicações do *corpus*, apenas uma teve essa repercussão nacional: “Brasileiros do Piauí enfrentam calor acima do comum” (G1 Jornal Nacional - 21/10/2020). Além da matéria no portal, ela também foi veiculada na televisão, por meio do Jornal Nacional, com abrangência em todo o Brasil

A matéria descreve que em 2020 os piauienses enfrentaram um calor acima da média nacional e explica como as pessoas da região enfrentam o período mais crítico do ano. Além disso, também discorre sobre a origem da expressão B-R-O bró, para uma melhor compreensão por parte dos brasileiros de outras regiões, visto que este é um termo típico do Piauí. Por fim, foram apresentados relatos de piauienses que sentem os efeitos das altas temperaturas e como isso impacta diariamente suas vidas.

Na terceira categoria - Recurso multimidiático utilizado - observa-se que todas as 43 matérias do *corpus* usam fotografias, perfazendo um total de 86, conforme mostra a Tabela 1, que também apresenta a quantidade dos outros recursos encontrados: imagens⁴, vídeos e infográficos.

4 Este trabalho utiliza a diferenciação entre imagem e fotografia. Neste caso, a primeira refere-se a um registro proveniente de um banco de imagens, como mapas e *printscreens* de redes sociais digitais, já a fotografia é um registro obtido por fotógrafo e/ou jornalista do próprio portal.

Tabela 1 – Categoria 3: Recurso multimidiático utilizado

Recurso	Quantidade
Fotografia	86
Imagem	25
Vídeo	22
Infográfico	02

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

A matéria “Rua Climatizada de Teresina: porque projeto de conforto térmico em uma das capitais mais quentes do Brasil foi abandonado?” (G1 Piauí – 29/09/2024), foi a que mais utilizou fotografias (8 fotos), para retratar diferentes espaços de um mesmo local de Teresina. Vale destacar que muitas matérias utilizaram a mesma foto, creditada a um jornalista do próprio portal analisado.

“Altas temperaturas e calor no B-R-O bró em Teresina e no Piauí viram meme nas redes sociais” (G1 Piauí – 07/09/2022) foi a matéria que mais utilizou imagens, totalizando 12. Mapas e *printscreens* de redes sociais digitais foram as imagens mais utilizadas, sobretudo em matérias que falavam sobre memes. Estes recursos funcionaram para aprofundar conteúdos, principalmente ao apresentar a localização de determinada região citada no texto. As imagens não eram de autoria do próprio portal, sendo, portanto, creditadas a outras instituições ou bancos de imagens detentores dos direitos autorais.

No caso dos vídeos, ao todo 21 matérias utilizaram 22 desses recursos para complementar o assunto abordado. A matéria “Primeiro dia de ‘B-R-O bró’ no PI promete temperaturas de até 39°, baixa umidade e poucos ventos” (G1 Piauí - 01/09/2020) utilizou dois vídeos. Em todos os casos, esses vídeos eram recortes dos telejornais da TV Clube, afiliada da TV Globo no Piauí e detentora do portal G1 Piauí. Alguns vídeos abordaram a mesma pauta veiculada na matéria do portal.

Quanto ao uso do infográfico, ele só foi registrado duas vezes, em duas matérias distintas. Como aponta Teixeira (2007, p. 112), “a infografia é, portanto, um recurso que alia imagem e texto de modo complementar para passar alguma(s) informação(ões)”. Portanto, os infográficos, muitas vezes produzidos pelos próprios portais, são recursos que trazem um tom mais explicativo às reportagens. As duas matérias que utilizaram o infográfico fizeram isso como mecanismo descritivo. Na matéria intitulada “Teresina registra maior temperatura de 2022 com 38,7°C; veja previsão do tempo” (G1 Piauí - 24/10/2022) o infográfico foi utilizado para apresentar a previsão do tempo em Teresina pelos próximos dias; na segunda matéria, com o título “Ovos cozinham dentro de carro exposto ao sol em Teresina: ‘quente demais!’, especialista explica” (G1 Piauí - 15/09/2020), o recurso foi utilizado para explicar o funcionamento de um forno à base de energia solar; nesta matéria também há o vídeo da piauiense que vivenciou o fato mencionado.

Na quarta categoria investigada – Contribuição dos especialistas – em 30 matérias, das 43 do *corpus*, há a participa-

ção dos seguintes especialistas, que aprofundam as discussões tratadas: - Climatologista (10); - Meteorologista (8); - Médico (8); - Professor (3); - Analista Ambiental (1); - Nutricionista (1); - Consultora de Moda (1); - Técnico de Eficiência Energética (1); - Arquiteto (1).

Os climatologistas e os meteorologistas apresentaram visão científica acerca do aumento das temperaturas e dos recordes de calor registrados no Piauí. Os médicos (cardiologistas e dermatologistas) orientaram a população sobre como proteger o coração e a pele em tempos quentes. Os professores trouxeram contribuições em diferentes editorias, como Economia e Moda. Assim, a contribuição dos especialistas é essencial para validar a veracidade das informações. Delmazo e Valente (2018) explicam que nem sempre os leitores conseguem identificar uma notícia falsa, pois muitos lêem apenas as primeiras linhas do texto e isso facilita a desinformação.

Assim, em um momento de difusão acelerada de notícias falsas, é essencial a participação de fontes especializadas em determinada área, afim de explicar as principais causas e consequências das altas temperaturas na Terra e também elucidar como isso pode afetar a saúde da população.

Considerações Finais

O portal G1 Piauí realizou a cobertura do B-R-O bró focado em diferentes tipos de abordagem e consultando especialistas diversificados. As matérias analisadas não ficaram restritas às questões sobre meio ambiente, mas passaram por diferentes

áreas, que, à primeira vista, poderiam não ter relação com o calor do Piauí, como a editoria de Moda. A diversidade de pautas pode ser considerada, portanto, um aspecto positivo, por não restringir o tema ambiental a uma cobertura meramente com viés climático.

Um ponto que pode ser considerado negativo, e passível de melhoras, está no uso de recursos multimidiáticos, que em sua maioria ficou restrito à fotografia. A maior utilização de vídeos explicativos e infográficos pode ser um caminho viável para ampliar a cobertura desse tema tão importante e reforçar ao leitor que a situação está atingindo níveis desafiadores e que precisam ser discutidos de forma mais aprofundada. Outro aspecto também merece mais atenção: os especialistas deveriam ter sido mais consultados, pois das 43 matérias analisadas, 13 não ouviram esses profissionais, que poderiam ampliar o conhecimento da população acerca dos temas tratados, fortalecendo o debate. A participação dos especialistas também ajuda a combater o negacionismo climático, crescente no Brasil, pois, conforme pesquisa do Datafolha, publicada em O Globo (2025), o número de brasileiros que acredita que as mudanças climáticas não são um risco cresceu de 5% para 9%, entre junho de 2024 e abril de 2025. Por isso, é fundamental a participação dos especialistas, para que possam aprofundar os temas discutidos, evitando a difusão de notícias falsas.

Dessa forma, conclui-se que o tema tem potencial para ser explorado cada vez mais, visto que o meio ambiente sofre alterações diárias. A formação e a capacitação de jornalistas preparados para coberturas sobre meio ambiente urgem como

necessidade social, visto que a população já sente de forma severa os efeitos das mudanças climáticas. Este trabalho, inclusive, apresentou dados de pesquisas recentes que mostram o crescimento na parcela de público que não acredita nos efeitos das mudanças climáticas, portanto, o negacionismo climático precisa ser combatido com informação precisa.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **876 mil pessoas foram diretamente atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul**. 2024. Disponível em: <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/876-milpessoas-foram-diretamente-atingidas-pelas-enchentes-no-rio-grande-do-sul>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ALPINO, Tais de Moura Ariza *et al.* Os impactos das mudanças climáticas na segurança alimentar e nutricional: uma revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 01, p. 273-286, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/Rdr4LGpjWwGfmkgxMs6pLSL/>>. Acesso em: 05 mar. 2025.

AMARAL, Márcia Franz; LOOSE, Eloísa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. **Mini manual para a cobertura jornalística das mudanças climáticas**. Santa Maria: FACOS UFSM, 2020. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/editoras/facos/minimanual-para-acobertura-jornalistica-das-mudancas-climaticas>>. Acesso em: 15 mar. 2025.

ARTAXO, Paulo. As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas. **Estudos Avançados**, v. 34, p. 53-66, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/TRsRMLDdzxRsz85QNYFQBHs/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 04 mar. 2025.

_____. Mudanças climáticas e o Brasil. **Revista Usp**, n. 103, p. 8-12, 2014. Disponível em <<https://revistas.usp.br/revusp/article/view/99191>>. Acesso em: 21 mar. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, Edições 70, 2016. Disponível em: <<https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3aallise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2025.

DARDE, Vicente William da Silva; LEME, Fernando Albino. O papel de coesão social no jornalismo especializado: um estudo da relação entre jornalistas segmentados em agronegócio com as fontes de informação. **Pauta Geral**, v. 5, n. 1, p. 48-66, 2018. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/10582/209209210018>>. Acesso em 10 jun. 2025.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho *et al.* Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo, SP. Vol. 34, n. 1 (jul./dez. 2012), p. 131-152, 2012. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/274011>>. Acesso em: 03 abr.2025.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; LOOSE, Eloisa Beling; SILVA, Jamille Almeida da. O Jornalismo Ambiental na concepção de quem o faz: estudo com jornalistas da América Latina, Caribe, Portugal, Espanha e países africanos de língua portuguesa. **Aturá: Revista Pan Amazônica de Comunicação**. Palmas, TO: UFT. Vol. 2, n. 2 (maio/ago. 2018), p. 48-66, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/182609>>. Acesso em: 05 abr. 2025.

HOGAN, Daniel Joseph. População e meio ambiente: a emergência de um novo campo de estudos. In: HOGAN, Daniel Joseph (Org.). **Dinâmica populacional e mudança ambiental**: cenários para o desenvolvimento brasileiro. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo, 2007. p.13-49. Disponível em: <<https://www.nepo.unicamp.br/publicacao/dinamicapopulacional-e-mudanca->

ambiental-cenarios-para-o-desenvolvimento-brasileiro/>. Acesso em: 23 maio 2025.

HOLANDA, Juliana Sampaio Pedroso de; KÄÄPÄ, Pietari; COSTA, Luciana Miranda. Jornalismo ambiental: características e interfaces de um campo em construção. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 45, 2022. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/interc/a/GtdnBRmMs4cDMS6pYst6P6h/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 15 mar. 2025.

LOOSE, Eloisa Beling; CAMANA, Ângela. Reflexões sobre o papel do Jornalismo Ambiental diante dos riscos da sociedade contemporânea. **Observatorio (OBS*)**, v. 9, n. 2, 2015.

Disponível em: <<https://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/797>>. Acesso em: 23 maio 2025.

MARTÍNEZ, Joyde Giacomini; LOOSE, Eloisa Beling. Representações sociais da natureza e jornalismo especializado: contribuições para repensar a educação ambiental. *Polis*. **Revista Latinoamericana**, n. 42, 2015. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/polis/11379>>. Acesso em: 03 abr. 2025.

MATTOZO, Vânia; CAMARGO, Cornélio Celso de Brasil; LAGE, Nilson Lemos. Jornalismo científico aplicado à área de energia no contexto do desenvolvimento sustentável. **Ciência da Informação**, v. 33, p. 101-107, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ci/a/SpWJM8thJQmPQtcdStqzm3c/?lang=pt&format=html>>. Acesso em: 08 jun. 2025.

MIRANDA, Amanda Souza de. Do todo à parte: curso e percurso do jornalismo especializado em saúde. **Ciência e Cultura**, v. 1, p. 1-12, 2014. Disponível em: <https://alcarsul2014.sites.ufsc.br/wpcontent/uploads/2014/10/GT_jornalismo_amanda_miranda.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2025.

O GLOBO. **Instituto Datafolha**: 9% dos brasileiros não acreditam nos riscos causados pelas mudanças climáticas. 2025. Disponível

em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/05/02/datafolha-9percent-dos-brasileiros-nao-acreditam-nos-riscos-causados-pelas-mudancas-climaticas.ghtml>>. Acesso em: 10 abr. 2025.

PIZA, Daniel. **Jornalismo cultural**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SARRA, Sheila Regina; MÜLFARTH, Roberta Consentino Kronka. Os impactos da onda de calor de 2019 sobre a saúde da população na cidade de Bauru (Estado de São Paulo-Brasil). **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 6, p. 63941-63960, 2021. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/32031>>. Acesso em: 25 maio 2025.

SILVA, Thiago Henrique de Jesus; BARRETO, Helena Martins do Rêgo. Rio Grande do Sul e o ecossistema da desinformação: narrativas sobre a crise climática. **Comunicação Midiática**, v.19, n. 1, p. 11-34, 2024. Disponível em: <<https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/612>>. Acesso em: 29 mar. 2025.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. O jornalismo especializado e a especialização periodística. **Estudos em Comunicação**, v. 5, 2007. Disponível em: <<https://www.ec.ubi.pt/ec/05/html/tavares/>>. Acesso em: 03 abr. 2025.

TEIXEIRA, Tattiana. A presença da infografia no jornalismo brasileiro: proposta de tipologia e classificação como gênero jornalístico a partir de um estudo de caso. **Fronteiras**, v. 9, n. 02, p. 111-120, 2007. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5847>>. Acesso em: 02 maio 2025.

IMPRENSA E PROPAGANDA POLÍTICA DO REGIME VARGUISTA NO PIAUÍ (1930 – 1945)¹

*José de Arimatéa Freitas AGUIAR JÚNIOR*²

Doutor em História do Brasil

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI, SÃO RAIMUNDO NONATO, PI

Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir sobre o processo de modernização pelo qual passou a imprensa piauiense no período varguista e de como os periódicos foram utilizados para a exaltação dos interventores piauienses e na divulgação da propaganda política do regime varguista. Para atingir os objetivos da pesquisa, utilizou-se os jornais *Diário Oficial*, *Gazeta*, *Monitor Comercial* e *O Piauí*. No tocante à imprensa e ao período varguista, nos amparamos nos estudos de Marialva Barbosa (2007) e Maria Helena Capelato (1999), que auxiliaram a refletir sobre a propaganda e o poder político no período de 1930 a 1945. O governo nacional utilizou a propaganda como uma forma de direcionar e manipular os acontecimentos na busca pelo fortalecimento do regime.

Palavras-chave

Imprensa; Propaganda política; Período varguista; Piauí.

1 Trabalho apresentado no GT 1- Mídia e Dimensões do Tempo - relações com o fenômeno da desinformação e o negacionismo científico, integrante do II Encontro Internacional Mídia e Dimensões do Tempo - 2025.

2 Doutor em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Professor da Universidade Estadual do Piauí – UESPI / Campus Prof. Ariston Dias Lima. E-mail: josejunior@srn.uespi.br

Introdução

No regime varguista, houve uma modernização na imprensa piauiense, momento em que o setor recebeu recursos técnicos, criação de departamento e incentivos governamentais que auxiliaram na propaganda política do presidente, do regime e dos interventores locais. O poder varguista utilizava os meios de comunicação para envolver e empolgar as massas do período. Especialmente no Estado Novo, o efeito visado era buscar apoio no fortalecimento do novo poder, oriundo de um golpe de estado. A Constituição de 1937 instituiu a censura prévia aos meios de comunicação. O Estado varguista passou a utilizar a imprensa como propagadora de ideologia estadonovista.

Em 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda que exercia controle, censura e promovia a propaganda política do regime. A criação do DIP se deu no contexto da centralização do poder e da intervenção do Estado nos meios de comunicação e cultura, canais que foram utilizados para divulgação das diretrizes doutrinárias do Estado Novo. Vinculado diretamente ao governo nacional, o departamento produzia e divulgava a imagem do regime e do presidente, buscando uma aproximação do Estado como o povo. Produziam livros, revistas, folhetos, cartazes, apresentações musicais, radionovelas, fotografias, documentários cinematográficos, entre outros. Nesse conjunto de produções, destacam-se a imprensa e o rádio como os meios mais utilizados para a propaganda política do regime. Nesse período, houve um intenso controle

e censura nos meios de comunicação e as informações sofriam manipulação de acordo com os interesses do Estado varguista.³

Para refletir sobre a propaganda política na imprensa piauiense, recorreu-se a uma multiplicidade de fontes de pesquisa. Entre os jornais locais pesquisados, estão o *Diário Oficial*, que teve uma publicação diária e circulou durante todo o período de abrangência do período varguista. Este periódico foi utilizado como um dos principais canais de divulgação da propaganda getulista e das ações dos interventores no cenário modernizador almejado no período. Neste jornal também foram localizados diversos *telegramas*, que eram trocados entre as autoridades locais e nacionais, que puderam dar visibilidade para os assuntos abordados em torno da busca pelo progresso e no desejo de cumprimento das normatizações pretendidas pelo regime.

A partir da imprensa oficial, foi possível acessar os relatórios e material produzido pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, principal órgão, a nível estadual, responsável pela organização e promoção da imagem do regime estadonovista e do interventor Leônidas Melo no Piauí. Outro jornal que circulou no estado, neste período, foi o *Gazeta*, que manteve relações ambíguas com o poder político. Em sua trajetória, apresentou-se com diferentes posicionamentos, em que assinalava um alinhamento às prescrições varguistas, foi alvo da censura e sofreu interrupção, e retornou, no fim do Es-

3 CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 167-178

tado Novo, momento em que passou a publicar diversas críticas ao regime e ao interventor Leônidas Melo. O jornal *O Piauí*, que era dirigido por adversários políticos da gestão estadual, ressurgiu no ano de 1945, realizou um combate incisivo contra o governo piauiense e ao regime varguista.

Propaganda política do regime varguista na imprensa piauiense

O projeto político varguista utilizou a imprensa escrita como um dos canais de propaganda para difundir seu aparato ideológico e mobilizar os brasileiros em torno do que o regime considerava necessário para a nação. Em território piauiense, a imprensa local foi utilizada como um canal de divulgação do governo Vargas e dos interventores piauienses. O periódico de maior destaque no estado, o *Diário Oficial*, dava ampla notoriedade para as ações e as normatizações do governo varguista. Era bastante comum as páginas do periódico oficial vir com programações festivas que se reportavam ao nacionalismo e às pretensões de fortalecimento dos governos nacional e local.

Durante o governo varguista, o Dia da Bandeira, 19 de novembro, era celebrado em todo o território nacional. Com forte apelo nacionalista, o evento envolvia os estudantes, as forças armadas, os trabalhadores e a sociedade:

Justificam-se perfeitamente as excepcionais demonstrações cívicas que serão promovidas amanhã, em todas as cidades brasileiras, de vivas e tocantes homenagens prestadas ao pavilhão auriverde, que symboliza a grandeza territorial, a unidade política e a soberania respeitável da Nação brasileira. Justificam-se, principalmente, neste momento histórico em que as nossas fundas tradições democráticas têm sido visadas por ideologias destruidoras, que ameaçam derruir o surto de brasilidade que através de todas as vicissitudes têm, em crescente desenvolvimento, feito do Brasil uma pátria de que nos orgulhamos, com justificado amor aos nossos foros de americanos, sempre á vanguarda das mais alevantadas ideias de paz e de amor. O culto a Bandeira e a Pátria deve estar latente, vivo, em todos os recantos do país, em todas as cidades e vilas, em todos os estabelecimentos, em todos os lares, no coração de todos os brasileiros que, unidos pelo amor, farão deste colosso a mais forte e a mais dadivosa nação do mundo [...].⁴

A comemoração ao pavilhão já fazia parte das celebrações para enaltecer o patriotismo. Entretanto, com o golpe do Estado Novo, instaurado em 10 de novembro de 1937, o Dia da Bandeira ganhou proporções maiores, pois, além de celebrar o pavilhão nacional, foi utilizado no fortalecimento da imagem do presidente e do novo regime. É oportuno destacar que a data do golpe ficava localizada próxima da celebração à bandeira nacional, o que possibilitou que fossem feitas comemorações que envolvessem o símbolo, o chefe nacional e o regime estadonovista. Essa comemoração passou a ser amplamente festejada no território piauiense.

4 O DIA da Bandeira. **Diário Oficial**, Teresina, ano VII, n. 257, p. 1, 18 nov. 1937.

No ano de 1937, houve desfile cívico-militar que contou com a participação de uma companhia do 25º BC, sob o comando do capitão Ruy Américo, uma companhia da Força Militar do Estado, comandada pelo capitão Benedicto da Luz, e de alunos do Liceu Piauiense, Escola Normal Oficial, Escola da Adaptação, Colégio Sagrado Coração de Jesus, e de outras escolas, em que “[...] todos os militares, todos os estudantes e quase todos os civis ostentavam, orgulhosamente, uma pequena bandeira nacional, dando ao conjunto um aspecto impressionante”.⁵

O Estado Novo, através da Constituição de 10 de novembro de 1937, também assinalou a extinção das bandeiras de todos os estados brasileiros, medida adotada com a finalidade de fortalecer o nacionalismo e o novo regime no país. As celebrações ao Dia da Bandeira, no ano da instauração do golpe, contaram com vastas programações que divulgavam a nova Constituição, os ideais de amor patriótico e de como o pavilhão deveria reunir os brasileiros em torno de sentimentos de cooperação nacional, culto ao presidente e na construção de um “Brasil uno, ativo e forte”.⁶

A data em homenagem ao pendão nacional era utilizada para conclamar os brasileiros a atenderem aos chamados da pátria e alertavam para os “perigos” que poderiam fragilizar o governo Vargas:

5 O DIA da Bandeira: a vibração patriótica de ontem. **Diário Oficial**, Teresina, ano VII, n. 258, p. 1,16, 20 nov. 1937.

6 O DIA da Bandeira. **Monitor Comercial**, Teresina, ano I, n. 3, p.44, 1 dez. 1937.

E essas criaturas, moralmente deformadas, tentam devastar a pátria, sob um regime denominado de comunismo. Esse regime quer implantar-se sobre a destruição do que nos é mais caro, pois tenta levantar seus alicerces sobre as ruínas da religião, da família e da pátria. [...] Saiba que o homem que se faz comunista elimina a sua personalidade. É um cérebro embrutecido num ser que se reduziu a simples matéria. É um espírito miserável que não sabe lutar e não pode vencer honestamente e onde germina o ódio contra os que tem coragem de trabalhar e confiam num Deus que abençoa e multiplica o trabalho. É criatura que não olha para o céu, porque fugiu de Deus [...].⁷

A palestra da professora Maria Gonçalves de Vilhena foi proferida na Escola Modelo⁸ de Teresina. Através da preleção da educadora, percebe-se como a data cívica foi utilizada para fortalecer o nacionalismo e legitimar o discurso anticomunista, que era tão propalado no governo de Getúlio Vargas. O presidente era representado como um líder que ditava lições de patriotismo para os escolares e os demais brasileiros. Nota-se como o sentimento nacional ficava envolto em valores que passavam por aspectos morais, cristãos e cívicos. A professo-

7 VILHENA, Maria Gonçalves de. Palestra de patriotismo e de fé. **Diário Oficial**, Teresina, ano VII, n. 260, p. 2-4, 23 nov. 1937.

8 A Escola Modelo Artur Pedreira era um estabelecimento de ensino primário, que ficava localizada ao lado da Escola Normal de Teresina. Era um espaço em que as normalistas adquiriam experiência prática durante a realização do curso normal. A instituição educacional era frequentada por alunos oriundos dos setores médio e alto da sociedade piauiense. MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Entre Letras e Bordados: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930-1949)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008. p. 46-47.

ra falava diretamente para a juventude piauiense e solicitava o envolvimento dos jovens na defesa da pátria:

Crianças!

O dia de hoje festivo nesta casa e no Brasil inteiro é um dos mais expressivos do nosso calendário. É o dia em que comemoramos a instituição de nossa Bandeira, desta bandeira que, sendo o coração da pátria, tão bem sabe falar aos nossos corações, tanto nos dias festivos, como nos dias ameaçadores, ela anima e exalta; encoraja e abençoa; coroa a vitória e santifica o sacrifício. Mas também despreza a covardia e condena a traição. Nos dias festivos, canta em nossa alma o seu hino de vitória; nos dias amargurados, desperta o dever de nos unirmos fraternamente ao serviço da pátria, fazendo de cada um de nós a sua muralha de defesa; dá-nos força e coragem para levantarmos um grito de protesto contra quem se atrever a ameaçar-lhe a integridade. Sois vós, crianças, as muralhas novas do amanhã da pátria! São as vossas vozes infantis as clarinadas cristalinas das alvoradas do futuro!⁹

Na década de 1930, os adeptos do governo getulista solicitavam a ampla participação da infância e da juventude nos assuntos ligados à construção do patriotismo. A bandeira nacional era utilizada como o símbolo que estava presente nas diversas comemorações cívicas e militares da Era Vargas, recorrendo-se ao estandarte para despertar uma carga emotiva nos eventos nacionalistas. Em torno da bandeira brasileira, os

9 VILHENA, Maria Gonçalves de. Palestra de patriotismo e de fé. **Diário Oficial**, Teresina, ano VII, n. 260, p. 2-4, 23 nov. 1937.

escolares realizavam orações, faziam juramentos e ouviam discursos que enalteciam o projeto nacionalista de Getúlio Vargas. O governo e as instituições solicitavam o envolvimento das crianças e jovens nos assuntos ligados ao engrandecimento da pátria, por isso as comemorações do calendário cívico nacional costumavam contar com grande número de estudantes dos diversos níveis de ensino. Para os promotores das festividades, todos os brasileiros deveriam auxiliar na construção do “Brasil Novo”¹⁰, que buscava despertar sentimentos de disciplina, unidade nacional, patriotismo e de vigilância constante contra os opositores do regime.

Departamento de Imprensa e Propaganda e a difusão do Estado Novo

Para Marialva Barbosa, o Estado Novo estabeleceu relações ambíguas com a imprensa do período. Os jornais estiveram sob constante vigilância dos órgãos de censura do governo, principalmente através da atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda. Durante o governo estadonovista, diversos periódicos foram alvos dos censores, sofreram perseguições, foram empastelados, outros estabeleceram relações de proximidade com as prerrogativas do regime. A imprensa estabeleceu complexas relações de poder com o projeto político varguista. A fala do Estado passou a ter amplo espaço nos periódicos, seja através da coerção ou por alinhamento político da imprensa,

10 RAMOS, Ribamar. Saudação a Bandeira. **Diário Oficial**, Teresina, ano VII, n. 260, p. 4, 23 nov. 1937.

que adquiria subsídios adotando uma postura de aproximação com o poder varguista. Nesse sentido, havia os jornais que reagiam aos postulados do regime, e que sofriam as sanções da época, e existiam também os que se beneficiavam da postura amistosa com o discurso varguista, recebendo isenção de impostos ou aquisição de papel para a produção dos jornais.¹¹

No Piauí também foram sentidos os efeitos da política centralizadora e dos órgãos de controle do Estado Novo. Os jornais locais foram alvos da censura, adotaram táticas e estratégias para se manterem diante da vigilância da época, e, também, tiveram periódicos que denunciaram e enfrentaram o Estado Novo, especialmente no período de crise do regime estadonovista.¹²

No ano de 1938, telegramas, remetidos do Rio de Janeiro, informavam sobre o planejamento para a realização do primeiro aniversário do Estado Novo. O evento aconteceu no Teatro Municipal e contava com uma exposição anticomunista, que demonstrava as “perigosas tramas comunistas” no país. A exposição fotográfica demonstrava a atividade comunista desde 1935 e apresentava diversas publicações editadas no Brasil que combatiam as ideias associadas ao comunismo. Em outra parte da exposição, havia um mostruário fotográfico, vários gráficos e diagramas das obras executadas pelo governo, demonstan-

11 BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 103- 124.

12 OLIVEIRA, Thamyres Sousa de. **O jornalismo piauiense e a censura em tempos de Estado Novo**. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

do aspectos ligados aos campos econômico, industrial, comercial, financeiro, educacional, cultural, militar e social. O ministro da Justiça convidou os demais ministros para colaborarem na organização da exposição.¹³

Em outro telegrama, o sr. Negrão de Lima,¹⁴ que assumiu a pasta da Justiça interinamente, em virtude da ausência de Francisco Campos, informava sobre a celebração do primeiro aniversário do novo regime, estando o Departamento Nacional de Propaganda no comando da organização da exposição. Negrão de Lima enfatizava que o formato de exposição era uma maneira do governo se comunicar com “as massas” da nação. Destacava que o governo tinha uma forte direção nacionalista. A exposição apresentou a ação comunista no mundo e os efeitos que causavam no Brasil. Essa parte contava com inúmeros cartazes, letreiros, mapas, diagramas, gravuras, livros e prospectos que mostravam as ações associadas ao comunismo, o temor de sua propagação e como os brasileiros deveriam se opor à campanha vermelha.

Os organizadores da exposição tentavam demonstrar a influência internacional do comunismo com as ações associadas a grupos comunistas no Brasil. No evento, houve diversas conferências que alardeavam os perigos das ideias comunistas. Outra parte da exposição era dedicada a mostrar as obras

13 O DECURSO do primeiro aniversário do Estado Novo. **Diário Oficial**, Teresina, ano VIII, n. 209, p. 7, 19 set. 1938.

14 Negrão de Lima era auxiliar de confiança do ministro Francisco Campos. Destacou que a ideia de organizar essa exposição, em homenagem ao Estado Novo, partiu do titular da pasta da Justiça, com o objetivo de mostrar as obras de governo do chefe da nação.

referentes à administração de Getúlio Vargas, especialmente após instauração do Estado Novo, destacando-se o “trabalho vultoso” realizado pelo governo, exposto através de gráficos, mapas, maquetes, fotografias e estatísticas, e que estava aberto para a visitação do público.¹⁵ A Constituição de 1937 também ganhou projeção na exposição, tendo sido apresentada de uma maneira que o público tomasse conhecimento da legislação em vigor após o golpe.

Em suas viagens à capital federal, o interventor Leônidas Melo costumava conceder entrevistas aos jornais da cidade, como a que foi realizada pelo jornal *Correio da Noite*. O governante piauiense colocava em relevo a modernização e sua “postura laboriosa” em conduzir o estado no caminho do desenvolvimento, como os pontos em que destacou a construção de rodovias no Piauí e a valorização dos produtos da economia local. Essa viagem, em específico, foi realizada para participar do Congresso dos Interventores Federais, que visava coordenar medidas de alcance para todo o país, baseadas nas determinações do governo federal e no balanço realizado pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças, do Ministério da Fazenda. Este Conselho ficou responsável pelo trabalho de padronização dos orçamentos estaduais e municipais.¹⁶

Esses eventos aconteceram dentro da programação em homenagem ao segundo aniversário do Estado Novo, realiza-

15 COMEMORAÇÃO do Primeiro Aniversário do Estado Novo: a entrevista do sr. Negrão de Lima. **Diário Oficial**, Teresina, ano VIII, n. 209, p. 9, 19 set. 1938.

16 O QUE VISA o Congresso dos Interventores Federais. **Diário Oficial**, Teresina, ano IX, n. 247, p. 1, 27 out. 1939.

do em 1939. A Conferência dos Interventores Federais contou com a participação de todos os interventores dos estados e teve ampla cobertura na imprensa brasileira.¹⁷ Para os organizadores, essa reunião seria uma forma de ajustar “[...] as partes orgânicas do país numa só diretriz ao serviço do engrandecimento crescente do Brasil, neste instante significativo de reconstrução nacional”.¹⁸ A sessão inaugural aconteceu no salão do Palácio do Catete, e os telegramas que chegavam ao Piauí informavam que o discurso pronunciado por Vargas, na abertura do evento, destacava as atividades de seu governo desde a instauração do golpe de 1937.¹⁹ A conferência proferida pelo presidente deu amplo destaque para as obras de governo, nos múltiplos aspectos administrativos, em que demonstrava a orientação nacionalista do regime e a busca pela construção de uma nação una e coesa. Ressaltava a necessidade de o Estado Novo estar amparado pela solidariedade cristã e pelo amor patriótico. O presidente colocava a reunião com os interventores como um momento significativo de seu governo, em que simbolizava que todos os estados estavam unidos, no mesmo plano, e consonantes as prescrições do regime.

Vargas pontuava que a data da reunião dos interventores não tinha sido escolhida de forma aleatória, mas que tinha um

17 O CONGRESSO dos interventores: as finalidades do magnífico conclave cívico. *Diário Oficial*, Teresina, ano IX, n.251, p. 8, 3 nov. 1939.

18 O SEGUNDO Aniversário do Estado Novo. *Diário Oficial*, Teresina, ano IX, n. 256, p. 1,3, 10 nov. 1939.

19 O CONGRESSO dos Interventores. *Diário Oficial*, Teresina, ano IX, n. 256, p. 4, 10 nov. 1939.

propósito em assinalar o desenvolvimento econômico com a nova ordem política do regime. O chefe nacional critica as antigas convenções de governadores realizadas antes de 1930, dizendo que se destinavam a homologar simulacros e trocar favores na obtenção de obter cargos da administração. Para ele, as reuniões dos interventores agiam com o objetivo de olhar para os estados e integrá-los na obra de engrandecimento do país, dizendo que acima de qualquer circunstância e dos interesses regionais, deveria prevalecer o sentimento de construção do “Brasil Novo”.

Considerações Finais

O presidente Getúlio Vargas e grupos aliados passam a investir na difusão das realizações do governo e da imagem do presidente em diversos jornais, revistas e almanaques. O presidente faz diversos investimentos na imprensa brasileira e cria departamentos com a intenção de intensificar uma propaganda favorável a seu governo. Em território piauiense também aconteceu a modernização desse setor, que ganhou um novo prédio e novas máquinas para a Imprensa Oficial. É oportuno mencionar que os periódicos que circularam durante todo o período varguista, como o *Diário Oficial*, *Gazeta*, *Monitor Commercial*, entre outros, publicavam matérias e fotografias favoráveis ao governo do presidente, inclusive estampando em várias matérias de primeira capa fotos do chefe nacional e longos discursos pronunciados por aliados do regime.

Era comum também esses periódicos transcreverem as entrevistas que o presidente Vargas e o interventor Leônidas Melo concediam pelo território brasileiro, enfocando-se a modernização que vinha ocorrendo no cenário nacional e no Piauí. A partir da consulta das fontes, percebe-se que diversos periódicos contribuíram na construção da imagem de um “Brasil Novo” e na construção de imagem positiva dos governos nacional e dos interventores locais. Muitos desses periódicos recebiam recursos e incentivos de patrocinadores e do próprio governo estadual para ter uma longevidade em suas publicações durante o período varguista.

Referências

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 103-124.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 167-178.

COMEMORAÇÃO do Primeiro Aniversário do Estado Novo: a entrevista do sr. Negrão de Lima. **Diário Oficial**, Teresina, ano VIII, n. 209, p. 9, 19 set. 1938.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Entre Letras e Bordados**: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930-1949). 2008. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008. p. 46-47.

O CONGRESSO dos Interventores. **Diário Oficial**, Teresina, ano IX, n. 256, p. 4, 10 nov. 1939.

O CONGRESSO dos interventores: as finalidades do magnífico conclave cívico. **Diário Oficial**, Teresina, ano IX, n. 251, p. 8, 3 nov. 1939.

O DECURSO do primeiro aniversário do Estado Novo. **Diário Oficial**, Teresina, ano VIII, n. 209, p. 7, 19 set. 1938.

O DIA da Bandeira. **Diário Oficial**, Teresina, ano VII, n. 257, p. 1, 18 nov. 1937. O DIA da Bandeira. **Monitor Comercial**, Teresina, ano I, n. 3, p.44, 1 dez. 1937.

O DIA da Bandeira: a vibração patriótica de hontem. **Diário Oficial**, Teresina, ano VII, n. 258, p. 1, 16, 20 nov. 1937.

O QUE VISA o Congresso dos Interventores Federais. **Diário Oficial**, Teresina, ano IX, n. 247, p. 1, 27 out. 1939.

O SEGUNDO Aniversário do Estado Novo. **Diário Oficial**, Teresina, ano IX, n. 256, p. 1, 3, 10 nov. 1939.

OLIVEIRA, Thamyres Sousa de. **O jornalismo piauiense e a censura em tempos de Estado Novo**. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

RAMOS, Ribamar. Saudação a Bandeira. **Diário Oficial**, Teresina, ano VII, n. 260, p. 4, 23 nov. 1937.

VILHENA, Maria Gonçalves de. Palestra de patriotismo e de fé. **Diário Oficial**, Teresina, ano VII, n. 260, p. 2-4, 23 nov. 1937.

CONTEÚDOS TELEVISIVOS *VERSUS* PESSOAS ANALFABETAS: UMA ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DO PIAUÍ TV 1ª EDIÇÃO¹

*Tainária Vitória Batista PIRES*²

GRADUADA EM JORNALISMO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)

*Cristiane Portela de CARVALHO*³

DOUTORA EM COMUNICAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)

Resumo

Este trabalho analisa a acessibilidade, para pessoas analfabetas, das notícias veiculadas no telejornal Piauí TV 1ª Edição. Os objetivos específicos estão assim definidos: (1) identificar e analisar o uso de palavras e/ou expressões que possam dificultar o entendimento dessas matérias; (2) examinar o uso de elementos visuais, como gráficos e tabelas, que possam comprometer a compreensão das referidas notícias. Para tanto, o referencial teórico inclui autores como Fischmann (2009) e Machado (1997). A metodologia utilizada é Análise de Conteúdo (AC), para analisar as seis matérias que compõem o *corpus* da pesquisa, selecionadas aleatoriamente, no período de uma semana,

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 1 - Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com o Fenômeno da Desinformação e o Negacionismo Científico, integrante do II Encontro Internacional Mídia e Dimensões do Tempo 2025.
 - 2 Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: tainariapires@ufpi.edu.br.
 - 3 Doutora em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Realizou Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM/UFC). Docente do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Integra o Núcleo de Pesquisas em Mídia, História e Tecnologias (NUMIHTEC) e coordena o Grupo de Pesquisa Jornalismo e Convergência Midiática (JOCON). E-mail: crisportela14@yahoo.com.

no Piauí TV 1ª Edição. A pesquisa conclui que ainda é necessária a adoção de estratégias comunicacionais mais inclusivas na produção dos conteúdos jornalísticos veiculados no telejornal analisado.

Palavras-chave

Acessibilidade comunicacional; Inclusão social; Analfabetismo; Telejornalismo; Linguagem audiovisual.

Introdução

A acessibilidade é um direito fundamental que visa garantir a todas as pessoas a participação plena e efetiva nas diversas esferas sociais. No campo da Comunicação, a acessibilidade televisiva envolve a adoção de recursos como audiodescrição, legendas narrativas e adaptações de conteúdo que atendam às necessidades de públicos vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência ou alfabetização precária. Para analfabetos que, muitas vezes, dependem da televisão como principal meio de informação e entretenimento, a falta de acessibilidade representa uma barreira crítica que aprofunda a exclusão social e cultural.

O Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022) mostra que, no Piauí, há 2,58 milhões de pessoas com 15 anos ou mais. Desse total, aproximadamente 2,14 milhões sabem ler e escrever, enquanto cerca de 446 mil são analfabetas. Esses números refletem um cenário preocupante, colocando o Estado com a segunda maior taxa de analfabetismo do Brasil, atingindo 17,23%. Além disso, entre as dez cidades com os maiores índices de

analfabetismo no País, seis estão localizadas no Piauí, evidenciando ainda mais a gravidade do problema na região.

O Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), coordenado pelo Ministério da Educação (MEC), oferece oportunidades de alfabetização para adultos e idosos. Isto pode contribuir para que eles compreendam melhor as informações transmitidas pela televisão e outros meios de comunicação. Essas políticas públicas buscam promover a inclusão digital e social, garantindo-lhes acesso pleno às informações veiculadas nos meios de comunicação e melhorando sua qualidade de vida.

Entretanto, a ausência de recursos de acessibilidade, como legendas narrativas ou audiodescrição, representa uma barreira significativa para aqueles que têm dificuldade ou são incapazes de ler. Essa lacuna não apenas limita o acesso à informação de qualidade, mas também aprofunda a exclusão social e comunicacional de uma parcela já vulnerável da população. As dificuldades enfrentadas pelas pessoas analfabetas incluem, por exemplo, o não entendimento das informações transmitidas por gráficos, tabelas e outros recursos visuais comuns na programação televisiva, especialmente em telejornais.

Assim, o objetivo geral deste estudo é analisar se as notícias do Piauí TV 1ª Edição são acessíveis a pessoas analfabetas. Os objetivos específicos são: - analisar a linguagem utilizada nas matérias do *corpus*, identificando palavras e/ou expressões que podem dificultar o entendimento; - examinar como o uso de elementos audiovisuais complexos, como gráficos e

tabelas, pode dificultar a compreensão do assunto tratado nas matérias selecionadas.

A justificativa para a escolha do telejornal Piauí TV 1ª Edição, transmitido pela Rede Clube de Televisão, afiliada da TV Globo no Piauí, como objeto deste estudo se sustenta por sua relevância e amplo alcance na comunidade piauiense. Exibido durante o horário do almoço, esse telejornal se torna importante para a análise, pois é assistido por muitas pessoas que, enquanto realizam suas refeições em casa, buscam informações e companhia. A presença do telejornal no cotidiano da população reforça a importância de investigar a acessibilidade de seu conteúdo para pessoas analfabetas.

A metodologia utilizada nesta pesquisa é a Análise de Conteúdo (AC), de acordo com Bardin (1977). O *corpus* da pesquisa é constituído por seis matérias exibidas no telejornal Piauí TV 1ª Edição. Estas matérias foram selecionadas de forma aleatória, sendo uma matéria por dia, adotando o critério da semana composta, durante os meses de março e abril de 2025.

A presente pesquisa adota uma abordagem mista na AC, combinando os métodos indutivo e dedutivo. Essa escolha metodológica se justifica pela complexidade do objeto de estudo e pela necessidade de uma compreensão abrangente dos recursos utilizados nas matérias do programa Piauí TV 1ª Edição.

O Analfabetismo como Barreira à Inclusão Social e Comunicacional

O analfabetismo, tradicionalmente associado à incapacidade de ler e escrever, adquire novas dimensões na era digital. Além do “analfabetismo funcional” – quando a pessoa lê, mas não compreende plenamente o conteúdo – surge o analfabetismo digital, que afeta indivíduos sem habilidades para utilizar ferramentas tecnológicas básicas, como navegadores, aplicativos e plataformas online. Essa nova forma de exclusão aprofunda as desigualdades sociais, marginalizando ainda mais aqueles que já enfrentam barreiras educacionais, comunicacionais e econômicas.

Essa forma de exclusão aprofunda as desigualdades sociais, pois impede que uma parcela significativa da população participe ativamente do ambiente digital, onde poderia ter acesso ao exercício pleno da cidadania. Mesmo pessoas alfabetizadas formalmente podem estar à margem do mundo digital por falta de acesso, infraestrutura ou habilidades técnicas.

O analfabetismo tradicional e o digital estão intrinsecamente ligados. A dificuldade em ler e escrever dificulta o desenvolvimento das habilidades necessárias para navegar e utilizar as tecnologias digitais, que frequentemente dependem da leitura de textos, menus e instruções. Como também, a falta de acesso e habilidades digitais pode reforçar a exclusão informacional dos analfabetos, privando-os de novas formas de comunicação e aprendizado que poderiam complementar a alfabetização tradicional.

Lévy (1998) destaca que “toda nova tecnologia cria seus excluídos”, enfatizando que a inclusão social e digital devem ser processos interligados. Nesse contexto, Silveira (2010) afirma que “a exclusão digital é miséria na era da informação”, defendendo que a inclusão digital e a alfabetização tecnológica devem ser elevadas à condição de políticas públicas.

Assim, a “alfabetização digital” é a capacidade de acessar, gerenciar, entender, integrar, comunicar, avaliar e criar informações de forma segura e apropriada através de tecnologias digitais para o emprego, trabalho decente e participação na vida social (UNESCO, 2018). Essa definição amplia o entendimento tradicional de alfabetização, incorporando competências fundamentais para a cidadania digital. No contexto da exclusão social, a ausência de “letramento digital” aprofunda desigualdades e limita a participação plena dos indivíduos na sociedade da informação. Como consequência, o “analfabetismo digital” não apenas compromete o acesso à informação, mas também limita o direito de expressão.

Dessa forma, a promoção do “letramento digital” deve ser parte integrante de políticas públicas voltadas à comunicação inclusiva, principalmente para grupos historicamente marginalizados, como pessoas analfabetas, idosos, comunidades rurais e periféricas. Iniciativas de inclusão digital devem considerar não só o acesso técnico, mas também a formação crítica e cultural, respeitando os saberes locais e fortalecendo a autonomia dos sujeitos frente às mídias e às tecnologias.

O “letramento digital” não deve ser visto como um substituto, mas sim como um complemento essencial ao letramento tradicional, especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Integrar o ensino das habilidades digitais aos processos de alfabetização pode tornar o aprendizado mais significativo e relevante para a vida dos jovens e adultos, preparando-os para participar plenamente da sociedade da informação. Utilizar recursos digitais para o ensino da leitura e da escrita, explorar ferramentas de comunicação online e desenvolver a capacidade de avaliar criticamente informações digitais são estratégias importantes para promover um letramento integral e inclusivo.

Deste modo, abordar o analfabetismo na contemporaneidade exige um olhar abrangente, que inclui não apenas o acesso à educação formal, mas também o direito à inclusão digital como parte do direito à comunicação. É essencial garantir que todos os indivíduos, inclusive aqueles que enfrentam barreiras escolares ou tecnológicas, tenham condições de compreender, interagir e produzir sentidos no mundo em que vivem. A inclusão comunicacional, nesse sentido, precisa também ser digital, assegurando acessibilidade, formação e oportunidades para todos, pois “letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno” (Soares *apud* Militão, 2013, p. 139).

A Televisão como Ferramenta de Inclusão Comunicacional para Analfabetos

A comunicação é um pilar fundamental para a inclusão social, comunicacional e o pleno exercício da cidadania. Através dela, os indivíduos acessam informações, expressam opiniões, participam da vida em sociedade e tomam decisões que afetam suas vidas. Para a população alfabetizada, essa participação ocorre de diversas formas, incluindo a leitura de notícias, a interação em plataformas digitais e o acompanhamento de debates escritos. No entanto, para os milhões de brasileiros que não dominam a leitura e a escrita, a falta de acesso à informação representa uma barreira significativa para a integração social e para o engajamento cívico. A televisão, com alcance massivo e linguagem que transcende a escrita, pode representar uma ferramenta para excluir essas barreiras.

Frente à ampla popularidade nos lares brasileiros, a televisão detém importante potencial para alcançar a população analfabeta. A linguagem audiovisual possui capacidade de transcender a barreira da escrita e transmitir informações de maneira mais acessível. Como acredita Machado (1997), a linguagem audiovisual ostenta poder significativo para fomentar a inclusão, facilitando a compreensão e o engajamento de públicos diversos. Nessa perspectiva, a televisão pode ser vista como uma divulgadora de conteúdos acessíveis indistintamente a todas as pessoas.

Nesse contexto, programas como o Piauí TV 1ª Edição, objeto de estudo desta pesquisa, ao serem transmitidos para uma

audiência diversa, assumem a responsabilidade de comunicar de forma clara, objetiva e inclusiva. A televisão é, assim, um veículo que, ao integrar som e imagem, deve explorar as potencialidades da linguagem audiovisual, otimizando a recepção da informação por parte de indivíduos que não dominam a leitura e a escrita. Machado (1997, p. 45) acredita que “a imagem tem o poder de comunicar diretamente com o espectador, mobilizando sua percepção sensorial de modo mais imediato que a palavra escrita”.

O referido autor argumenta que a construção de narrativas visuais bem estruturadas pode ampliar significativamente a compreensão de conteúdos por públicos diversos, principalmente dos analfabetos. Isso implica que uma edição desorganizada ou excessivamente rápida pode dificultar a apreensão dos fatos por parte de públicos com maiores dificuldades de interpretação.

Desde o século XX, a televisão ocupa lugar central como meio de informação e entretenimento, exercendo papel fundamental na formação de opiniões, disseminação de valores e integração social. No entanto, o acesso pleno a esse conteúdo ainda representa um desafio para parcelas da população em situação de vulnerabilidade, especialmente as pessoas analfabetas. A presente discussão propõe uma reflexão sobre as barreiras enfrentadas por esse público no entendimento de notícias televisivas e como a linguagem audiovisual pode atuar como recurso de inclusão comunicacional.

Para que a televisão se torne uma ferramenta efetiva de inclusão comunicacional para a população analfabeta, é fundamental a adoção de estratégias que considerem suas particularidades e facilitem a compreensão da informação. Algumas dessas estratégias incluem: - o predomínio da linguagem visual, com a utilização de imagens claras, expressivas e autoexplicativas para transmitir informações relevantes; - linguagem verbal simples e direta, evitando termos técnicos, jargões e construções gramaticais complexas na fala dos apresentadores e entrevistados; - inclusão de narração descrevendo as informações visuais relevantes que não são explicitadas na fala.

A adoção dessas estratégias, além de facilitar a compreensão dos conteúdos por parte dos analfabetos, também contribui para a inclusão social, permitindo que acessem informações essenciais do cotidiano e para o exercício da cidadania. Como aponta Chagas Júnior (2022), a mídia, incluindo a televisão, pode colaborar ativamente com a educação ao tornar a informação mais acessível.

Para que a televisão pudesse crescer e se regionalizar no Brasil, foram necessários investimentos significativos na infraestrutura de telecomunicações e na regulamentação da radiodifusão brasileira. A partir disso, os brasileiros viram surgir os primeiros canais educativos, consolidando um projeto nacional de teleeducação, que, até certo ponto, proporcionou uma diminuição no analfabetismo, além da diversificação de conteúdos no ecossistema televisivo brasileiro (Chagas Júnior, 2022, p. 195).

Assim, as crescentes discussões sobre acessibilidade e inclusão, impulsionadas por movimentos sociais e pela conscientização da importância da comunicação como direito de todos, trouxeram novas perspectivas para a discussão.

O analfabetismo configura uma barreira complexa à inclusão social e comunicacional, restringindo o acesso à informação, à participação social e ao pleno exercício da cidadania. A televisão, porém, com potencial alcance e linguagem audiovisual, pode se tornar tanto um instrumento de inclusão quanto de exclusão para a população analfabeta, dependendo das estratégias e recursos empregados.

A educação e a comunicação são ferramentas essenciais para promover mudanças sociais significativas, principalmente quando estão alinhadas com os princípios dos direitos humanos e com o respeito à diversidade cultural e social. Essa conexão entre educação e comunicação deve servir como base para a criação de conteúdos informativos comprometidos com a promoção da justiça social, da inclusão e do exercício pleno da cidadania por parte de todos os grupos sociais, pois a democratização da informação só será efetiva quando contemplar todas as camadas da população, respeitando suas particularidades e desenvolvendo estratégias que garantam a compreensão e o engajamento.

A linguagem audiovisual, conforme defendido por Machado (1997), pode e deve ser ponte entre conteúdo e público, superando a barreira da palavra escrita e valorizando outras formas de comunicação. Essa é uma missão ética e social que

recai sobre os profissionais da mídia e sobre os meios de comunicação enquanto agentes de formação e inclusão.

Procedimentos Metodológicos

A metodologia utilizada neste trabalho é a Análise de Conteúdo (AC). De acordo com Bardin (1977), a AC é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que busca, por meio de procedimentos objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores, quantitativos ou não, que permitam entender as condições de produção e recepção dessas mensagens. Segundo a autora, a AC não se limita à contagem de palavras ou categorias, mas visa à interpretação dos significados presentes nos textos, respeitando o contexto analisado.

O *corpus* desta pesquisa inclui seis matérias jornalísticas divulgadas no Piauí TV 1ª Edição, selecionadas de forma aleatória, sendo uma matéria por dia, adotando o critério da semana composta, durante os meses de março e abril de 2025. A seleção seguiu uma lógica sequencial, com a escolha de uma matéria exibida em cada dia de programa da semana, de segunda a sábado. Dessa forma, a primeira matéria foi coletada na segunda-feira, a segunda na terça-feira, a terceira na quarta-feira e assim sucessivamente, até completar o ciclo semanal. Esse método visa garantir um *corpus* variado e representativo dos conteúdos veiculados pelo Piauí TV 1ª Edição, contemplando diferentes pautas e estilos de abordagem jornalística.

Assim, para a análise do *corpus*, foram definidas três categorias: (1) Temática Abordada, que identifica os assuntos das

matérias; (2) Palavras e/ou Expressões Complexas, que possam representar uma barreira à compreensão das pessoas analfabetas; (3) Elementos Audiovisuais Complexos, incluindo gráficos, cortes rápidos ou recursos visuais, que podem confundir ou dificultar o entendimento de quem não possui domínio da leitura ou da linguagem jornalística convencional.

Análise e Discussão dos Resultados

A primeira categoria analisada – Temática Abordada – revelou cinco assuntos tratados nas matérias, a saber: – Saúde (1); – Meio Ambiente (2); – Cultura (1); – Segurança Pública (1); – Religião (1).

Quanto à segunda categoria – Palavras e/ou Expressões Complexas, a primeira matéria analisada, “Canetas emagrecedoras: especialistas alertam para o uso sem acompanhamento médico” – 03/03/2025 (Saúde), é relevante, mas a abordagem pode ser pouco acessível a pessoas analfabetas, pois o assunto envolve informações técnicas de saúde, efeitos colaterais e uso médico. Há o uso de expressões técnicas, como “prescrição médica”, ou seja, este é um termo complexo para quem não tem domínio da linguagem escrita ou do vocabulário da área da saúde, o que compromete a mensagem central da matéria: o perigo do uso indevido do produto.

A segunda matéria analisada, “Crédito de Carbono: como compensar as emissões de gases do efeito estufa?” – 11/03/2025 (Meio Ambiente), traz limitações quanto à acessibilidade para pessoas analfabetas. Machado (1997) destaca que a comunica-

ção eficaz com públicos populares requer exemplos ancorados no cotidiano e o uso de imagens ilustrativas, o que não foi observado na matéria em questão e, por isso, compromete a acessibilidade da informação. A matéria apresenta palavras e expressões técnicas, como “inventário de carbono”, que dificultam a compreensão por parte de pessoas analfabetas.

Na terceira matéria investigada, “IBAMA faz operação e multa bancos por financiar desmatamento ilegal” – 19/03/2025 (Meio Ambiente), ainda na segunda categoria analítica, a narrativa foca apenas em instituições e questões legais (como “financiamento” ou “infrações ambientais”) e o conteúdo tende a ficar distante da realidade do público analfabeto. A temática ambiental é de interesse social, mas as pessoas analfabetas dependem de recursos visuais claros para entender conceitos como “desmatamento ilegal”. Há o uso de vários termos técnicos, como “bioma”, e de termos jurídicos, como “embargada”, sem explicação para uma linguagem mais acessível ou sem exemplos práticos, o que compromete a compreensão da mensagem principal da notícia. Esta palavras não fazem parte do vocabulário cotidiano da maioria das pessoas, em especial das analfabetas.

A quarta matéria estudada, “Arte piauiense em Milão: tapete feito em Teresina será exposto em feira internacional” – 27/03/2025 (Cultura), se destaca por ser próxima à realidade do público, especialmente por valorizar um produto artesanal local. A linguagem utilizada contribui para o entendimento, conectando o telespectador com o processo de criação e com

o foco no sentimento de orgulho regional, elementos positivos que ajudam na compreensão dos fatos expostos. O uso de imagens de apoio, com fotos e vídeos do tapete e do processo de produção, são cruciais para o entendimento por parte das pessoas com pouca ou nenhuma instrução formal. As palavras utilizadas foram, em sua maioria, simples e associadas a elementos concretos do cotidiano, o que facilita a compreensão, mesmo para quem não tem domínio da leitura. Isso está em consonância com os princípios da comunicação acessível e da “audiovisualidade pedagógica” (Fischmann, 2004), em que a imagem atua como suporte à compreensão de mensagens verbais.

Na quinta matéria investigada, “Após audiência de custódia, vereadora vai continuar presa e será transferida para o QCG” – 04/04/2025 (Segurança Pública), ainda na segunda categoria analítica, o conteúdo pode ser acessível ao público analfabeto quando bem trabalhado, pois gera curiosidade e interesse popular, especialmente quando envolve figuras públicas. A cobertura usa imagens fortes, como a movimentação policial, o que comunica a ideia principal e ajudam a contar a história, mesmo para aqueles que não sabem ler. Porém, na matéria há vários termos jurídicos complexos, como “audiência de custódia”, “medidas cautelares”, “pedido de vistas”, dentre outros, usados sem explicações, o que compromete o entendimento da notícia por parte do público analfabeto ou com baixa escolaridade.

A sexta e última matéria analisada, “Arquidiocese de Teresina divulga programação até domingo de Páscoa” - 12/04/2025 (Religião), ainda na segunda categoria de analítica, é acessível ao público analfabeto, principalmente no contexto piauiense, onde a fé católica faz parte da cultura popular. A matéria usa linguagem simples e imagens claras, como a igreja, os santos e o padre entrevistado. Termos como “Sexta-Feira Santa” são facilmente reconhecidos. Por isso, esta matéria é um exemplo positivo de como o uso de linguagem acessível e recursos visuais precisos tornam a informação compreensível para pessoas com diferentes níveis de letramento, promovendo a inclusão informacional por meio da televisão.

No que diz respeito à terceira categoria analisada - Elementos Audiovisuais Complexos - na matéria 1 (“Canetas emagrecedoras: especialistas alertam para o uso sem acompanhamento médico” - 03/03/2025) observa-se a ausência total de gráficos e ilustrações que pudessem ajudar a compreensão do público analfabeto.

A matéria 2 (“Crédito de Carbono: como compensar as emissões de gases do efeito estufa?” - 11/03/2025) também não utilizou imagens de apoio, infográficos, mapas ou simulações que facilitassem a compreensão de conceitos como “emissões”, “pegada de carbono” ou “compensação ambiental”. Dado o caráter técnico e abstrato do tema, a falta de elementos visuais compromete a acessibilidade da informação para telespectadores analfabetos.

Na terceira matéria (“IBAMA faz operação e multa bancos por financiar desmatamento ilegal” - 19/03/2025) foram exibidas imagens do carro do IBAMA em ação, da fachada do Banco do Nordeste e de agentes do órgão ambiental posicionados em frente à Instituição, o que ajudou a contextualizar a operação. Para o público analfabeto, essas imagens funcionam como marcadores visuais importantes, pois permitem associar a fala à ação mostrada, tornando a informação mais acessível e compreensível. Contudo, faltaram imagens ilustrativas de áreas desmatadas, mapas de atuação ou comparações entre regiões preservadas e destruídas, que poderiam tornar o tema mais concreto e compreensível para o público analfabeto.

Na quarta matéria (“Arte piauiense em Milão: tapete feito em Teresina será exposto em feira internacional” - 27/03/2025) o uso de imagens detalhadas e ilustrativas do processo de tecelagem e do produto final permitiu que o público acompanhasse visualmente a narrativa, contribuindo para facilitar o entendimento. A imagem serviu como complemento direto à fala, funcionando como recurso de “tradução” visual. Elementos como textura, cor, movimento das mãos dos artesãos foram fundamentais para transmitir o conteúdo sem depender exclusivamente da linguagem verbal.

A quinta matéria (“Após audiência de custódia, vereadora vai continuar presa e será transferida para o QCG” - 04/04/2025) fez uso de muitos recursos audiovisuais. Foram exibidas imagens da entrada e saída da polícia na casa da vereadora, o local da audiência, registros da posse no cargo, fotos do namorado

preso, do dinheiro apreendido e entrevistas com os envolvidos. Esse conjunto visual permitiu que o telespectador acompanhasse a cronologia dos fatos de forma mais concreta, mesmo que não compreendesse integralmente os termos jurídicos usados na fala. Uma sequência visual organizada favorece a construção de sentido.

A sexta e última matéria analisada (“Arquidiocese de Teresina divulga programação até domingo de Páscoa” - 12/04/2025) demonstrou clareza ao utilizar imagens feitas em cenário religioso real, uma igreja, com os santos ao fundo, cerimônias e elementos simbólicos que reforçavam o conteúdo apresentado. A presença de imagens feitas por drone, que captaram a dimensão do evento em Oeiras e a emoção dos fiéis, ampliou o alcance da mensagem. A fala pausada e o tom narrativo mais descritivo permitiram que o conteúdo verbal se conectasse de forma orgânica com os elementos visuais, tornando a reportagem acessível e envolvente.

Considerações Finais

A análise revelou que, embora a televisão continue sendo um dos meios mais democráticos de acesso à informação — especialmente para populações com baixa escolaridade, ela ainda está longe de garantir inclusão comunicacional plena às pessoas que não dominam a leitura e a escrita. Isso se deve a diversas barreiras simbólicas, linguísticas e visuais. Muitas matérias utilizaram termos técnicos, expressões de difícil assimi-

lação e estruturas narrativas que exigem um nível elevado de letramento, o que exclui grande parte da audiência potencial.

Em termos temáticos, muitas matérias abordaram assuntos distantes da vivência cotidiana da população analfabeta, como inovações tecnológicas e/ou procedimentos médicos específicos, sem a devida “tradução” desses conteúdos para uma linguagem acessível. Como aponta Freire (1997), não basta transmitir informação, mas é preciso considerar a realidade do receptor e sua bagagem cultural para que a comunicação seja, de fato, dialógica e libertadora.

No entanto, o estudo também evidenciou o potencial do telejornalismo como ferramenta de inclusão comunicacional. Quando os conteúdos são ancorados em temáticas do cotidiano, com linguagem simples e recursos audiovisuais bem integrados à narração — como imagens claras, ilustrações explicativas e locução mais pausada —, a compreensão por parte de públicos não letrados aumenta significativamente. Essa constatação reforça a ideia de Fischman (2004), de que não é o meio televisivo em si que exclui, mas sim a forma como o conteúdo é produzido e veiculado.

Machado (1997) também chama atenção para o poder da linguagem audiovisual de ultrapassar a barreira do alfabeto, especialmente quando explora recursos como expressões faciais, gestos e imagens simbólicas. Esses elementos são fundamentais para que pessoas analfabetas possam construir significados mesmo sem a mediação da leitura verbal.

Diante desses achados, é possível afirmar que há um caminho promissor para tornar o jornalismo televisivo mais inclusivo, desde que haja compromisso ético e político com a democratização da informação. Isso exige não apenas ajustes técnicos ou estéticos, mas mudança na concepção de público, visto que é preciso reconhecer a diversidade dos espectadores e suas múltiplas formas de apreensão da realidade.

O presente estudo busca, assim, contribuir para o debate sobre a comunicação como direito humano, reiterando que a acessibilidade da informação não deve ser tratada como elemento complementar, mas como parte essencial da equidade social. A televisão, enquanto instrumento de formação, cultura e cidadania, pode - e deve - se tornar um canal efetivo de inclusão, desde que se comprometa com uma linguagem compreensível a todos.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em: <<https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardinlaurence-analise-de-conteudo.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2025.

CHAGAS JÚNIOR, Francisco das. Educação, analfabetismo e televisão: desafios para a cidadania. **Revista Educação Pública**, v. 22, n. 15, 2022. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/15/educacao-analfabetismo-e-televisao-desafios-para-a-cidadania>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

FISCHMANN, Roseli. Constituição brasileira, direitos humanos e educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 156-167, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/>>

QPz7bgW7FmF3K4tbVRHVNMT/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2025.

_____. Educação, democracia e o direito à diferença. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 24, p. 21-39, 2004. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/3289>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

G1 PIAUÍ. **6 cidades do PI estão entre as 10 piores do país em analfabetismo; estado tem 2º maior índice, aponta IBGE**. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2024/05/17/6-cidades-do-pi-estao-entre-as-10-piores-do-pais-em-analfabetismo-estado-tem-2o-maior-indice-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 1998.

MACHADO, Arlindo. **Pré-cinemas & pós-cinemas**. São Paulo: Papyrus, 1997.

MILITÃO, G. M de Alencar. **Alfabetização e letramento**: as práticas de leitura como recurso para a alfabetização. Disponível em: <https://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/ARTIGOSANAIS_SEPECH/giseldamilitao.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025.

REDE GLOBO. **Pesquisa Ibope revela**: TV Clube é mais uma vez líder de audiência no Piauí. 2021. Disponível em: <<https://redeglobo.globo.com/pi/redeclube/clube-oportunidades/noticia/pesquisa-ibope-revela-tv-clube-e-mais-uma-vez-lider-de-audiencia-no-piaui.ghtml>>. Acesso em: 9 maio 2025.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A exclusão digital é a nova miséria da informação. **Pensamento & Realidade**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 41-52, jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index>>.

php/pensamentorealidade/article/download/8368/6212/20460
Acesso em: 17 abr. 2025.

UNESCO. **A global framework of reference on digital literacy skills for indicator 4.4.2.** 2018. Disponível em: <<https://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/ip51-global-framework-reference-digital-literacy-skills-2018-en.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2025.

NARRATIVAS ENGANOSAS E CONSUMO DIGITAL: O IMPACTO DOS INFLUENCIADORES MIRINS NA PROPAGAÇÃO DE DESINFORMAÇÃO¹

Maria Christyna SANTOS²

Mestranda

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Ana Regina RÊGO³

Doutora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Resumo

Este trabalho examina a interseção entre desinformação, publicidade infantil e o papel dos influenciadores mirins nas redes sociais, analisando seus efeitos no consumo digital de crianças e adolescentes. Utiliza-se a Hermenêutica em Profundidade de Thompson (1995) como referencial teórico-metodológico para examinar as formas simbólicas presentes nesses conteúdos. Essa abordagem organiza a análise em três fases interdependentes: a análise sócio-histórica, que contextualiza a presença e a legitimação social dos influenciadores mirins; a análise formal, na qual se aplica a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), permitindo identificar padrões narrativos, estratégias de persuasão e recorrências simbólicas nos materiais selecionados; e a interpretação/reinterpretação, que

-
- 1 Trabalho apresentado ao GT 1 - Mídia e Dimensões do Tempo - relações com o fenômeno da desinformação e o negacionismo científico, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.
 - 2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPI. E-mail: mariachristyna@hotmail.com
 - 3 Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPI, E-mail: anareginarego@gmail.com

busca compreender os sentidos ideológicos subjacentes e seus efeitos no campo do consumo infantojuvenil. O estudo evidencia como a presença de crianças na promoção de produtos contribui para a desinformação, a ocultação publicitária e a mercantilização da credibilidade infantil. Tais práticas reforçam discursos de sucesso precoce e desvalorização da educação formal, indicando a urgência de regulamentações específicas e de políticas de proteção digital voltadas à leitura crítica da mídia desde a infância.

Palavras-chave

Desinformação; Influenciadores Mirins; Publicidade Infantil

Introdução

A sociedade de consumo, como descreve Bauman (2008), transforma consumidores em mercadorias, ainda que de forma velada. As marcas, ao direcionarem seus esforços publicitários, levam os indivíduos a acreditarem que estão realizando desejos e conquistando objetos de valor, enquanto, na verdade, o próprio consumidor se torna o produto central desse sistema. Nesse cenário, a infância é cada vez mais capturada por dinâmicas de mercado que a transformam em objeto de capitalização simbólica. Crianças e adolescentes, reconhecidamente mais suscetíveis a influências externas, tornaram-se um público-alvo estratégico para o marketing contemporâneo. Desde cedo, são inseridos em um ambiente saturado por mensagens publicitárias que moldam suas aspirações e desejos, quase sempre sem considerar os impactos de longo prazo no desenvolvimento físico, mental e social desses jovens.

Com a popularização da cultura digital, a publicidade infantil ganhou novos contornos: mais sutis, mais integrados ao entretenimento e, por isso mesmo, mais difíceis de serem percebidos. Camuflada sob o manto do entretenimento e, quase sempre, invisível aos olhos do consumidor médio, essa publicidade opera de forma silenciosa, mas poderosa. Influenciadores mirins passaram a ocupar um papel central nesse cenário, atuando como mediadores de consumo em conteúdos que mesclam diversão e propaganda de forma quase imperceptível. Aparentemente espontâneos, esses conteúdos seguem lógicas bem definidas do mercado de influência, transformando o ato de brincar em performance e a infância em vitrine. A fronteira entre expressar e vender se dilui, e com ela, se aprofunda a hipervulnerabilidade de crianças e adolescentes, que já não ocupam apenas o lugar de consumidores passivos, mas são também moldados como agentes de reprodução simbólica e comercial, sem qualquer consciência crítica sobre isso.

O fenômeno se agrava quando esses influenciadores mirins reproduzem discursos que desqualificam a educação formal e exaltam supostas promessas de sucesso financeiro instantâneo. Como aponta o G1 (2024), jovens chegam a afirmar “ganhar mais do que médicos” por venderem cursos que ensinam como ser influenciador. Além disso, alguns conteúdos analisados estimulam direta ou indiretamente a prática de jogos de azar, como o chamado “jogo do tigrinho”. Esses são exemplos claros de estratégias enganosas e de manipulação digital, que podem ser vistas como uma forma de desinformação disfarça-

da de oportunidade, embasadas em narrativas que romantizam o mercado de influência. Tais conteúdos, impulsionados por algoritmos que privilegiam engajamento, não apenas disseminam desinformação, mas naturalizam uma lógica neoliberal onde a infância se transforma em estratégia de lucro e o conhecimento é substituído pela monetização da visibilidade.

Os conteúdos promovidos por esses jovens também levantam sérias questões legais e éticas, especialmente no que se refere ao trabalho infantil, à violação de direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e à possibilidade de configuração de fraudes digitais. Segundo Angelini (2024), menores de idade estão sendo instrumentalizados por terceiros para práticas que podem se enquadrar como estelionato, que conforme o Artigo 171 do Código Penal, é definido como a “obtenção de vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento”. Mais do que um desvio isolado, trata-se de uma estrutura que sistematicamente expõe crianças e adolescentes a processos de exploração simbólica, econômica e emocional.

Diante desse cenário, a questão central que norteia este estudo é: **como os influenciadores mirins contribuem para a disseminação de desinformação nas redes sociais?** Para respondê-la, o artigo realiza uma análise crítica das formas simbólicas presentes nos conteúdos produzidos por essas figuras, com base na Hermenêutica em Profundidade de Thompson (1995). O objetivo é compreender como essas mensagens ope-

ram na construção de sentidos e valores que moldam o imaginário infantojuvenil, naturalizando práticas de desinformação e exploração da infância. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, conforme delineada por Soares (2003), sendo orientada metodologicamente pela Hermenêutica de Profundidade, proposta por Thompson (1995). Essa perspectiva compreende que as formas simbólicas não são neutras, mas carregam significados ideológicos que se articulam com relações de poder, estando profundamente vinculadas aos contextos sociais de sua produção, circulação e recepção.

A partir dessa lente crítica, a análise é conduzida em três etapas interpretativas que orientam esta investigação: 1 **Uma análise sócio-histórica**, que contextualiza a plataformização da infância e o surgimento do influenciador mirim como figura comunicacional legitimada; 2 **Uma análise formal**, que examina a construção estética e argumentativa dos conteúdos, identificando estratégias de sedução, performatividade da autoridade e naturalização de ideologias neoliberais; 3 **E a interpretação crítica**, que busca revelar os efeitos simbólicos dessas práticas, como a banalização da educação, a valorização da performance individual como única via de sucesso e o esvaziamento dos sentidos coletivos da infância. Na segunda fase do processo, voltada à investigação das formas simbólicas e estruturas narrativas presentes nos conteúdos analisados, é utilizada a técnica de Análise de Conteúdo sistematizada por Bardin (2016), que permite identificar categorias recorrentes e

organizar os elementos simbólicos mobilizados pelos influenciadores mirins.

Ao conjugar Bardin (2016) e Thompson (1995), este trabalho constrói um percurso interpretativo que vai além da superfície das mensagens digitais. A proposta é compreender como a infância dos nativos digitais tem sido convertida em linguagem publicitária, como a desinformação atua de forma sofisticada nas tramas narrativas desses jovens influenciadores e quais são as implicações éticas e sociais desse fenômeno para a comunicação, a educação e os direitos da criança.

2. A construção histórica da influência digital infantil e sua mercantilização

Nas últimas décadas, a expansão das redes sociais e a plataformação das relações contribuíram para o surgimento de crianças e adolescentes que promovem produtos, estilos de vida e discursos. Essa atuação, longe de ser espontânea e nova, insere-se em um contexto histórico marcado pelo neoliberalismo, em que a exploração infantil já se manifestava em comerciais, programas televisivos e práticas publicitárias. No Brasil, soma-se a isso um cenário de desigualdades estruturais, lacunas legais e crescente exposição digital. Como propõe Thompson (1995), compreender essas formas simbólicas exige situá-las em seus contextos sociais de produção e circulação, e é a partir dessa perspectiva que se desenvolve a presente análise.

A análise das dinâmicas de influência e desinformação exige compreender a emergência do influenciador digital, figura que, segundo Abidin (2021), constitui uma categoria específica de celebridade online sustentada na construção de reputação, visibilidade e credibilidade, convertidas em carreira e monetização. Para isso, esses indivíduos recorrem ao compartilhamento de aspectos íntimos da vida como estratégia para gerar engajamento, atualizar constantemente seus seguidores e integrar publicidade de forma naturalizada, com anúncios e conteúdos patrocinados inseridos no cotidiano das postagens. Entre a fama e a infâmia, optam por práticas que reforçam sua imagem pública, ampliam sua audiência e consolidam sua autoridade simbólica, moldando opiniões e comportamentos. Assim, influenciadores são produtores de conteúdo que exercem impacto direto sobre um público que consome regularmente seus materiais, sobretudo em plataformas como Instagram, TikTok e YouTube, tornam-se atores centrais na dinâmica comunicacional contemporânea.

A Hermenêutica de Profundidade Thompson (1995) permite interpretar essas postagens como formas simbólicas imersas em ideologias, nas quais a autoridade é performada pela intimidade e o consumo aparece revestido de afeto. Plataformas como TikTok, Instagram e YouTube operam com performances cuidadosamente estruturadas, mas apresentadas como naturais, e, nesse ambiente, a infância passa a ser mobilizada como capital de influência.

O avanço dos influenciadores mirins revela de forma ainda mais evidente essa instrumentalização. Como alerta Abidin (2021), crianças não possuem autonomia nem discernimento para gerir sua própria imagem, mas, mesmo assim, são inseridas em práticas comerciais que se apresentam como naturais. Esse fenômeno expõe tensões entre direitos da criança, mercado e desinformação. A análise formal desses conteúdos evidencia o uso de estéticas da fofura, espontaneidade e felicidade como camuflagem para publicidade abusiva, muitas vezes invisível ao público e à fiscalização. A imagem infantil torna-se vetor de influência sobre outros jovens, que tendem a reproduzir comportamentos e validar discursos sem reconhecer os interesses comerciais envolvidos.

Esse processo afronta direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988 e no ECA, que garantem a proteção da imagem e a prioridade absoluta da infância. Na prática, porém, a exposição contínua de crianças em redes sociais se mantém em um vácuo normativo que legitima violações sob o argumento da “liberdade de expressão”, ignorando riscos à privacidade, ao bem-estar e à formação subjetiva. Ao transformar a infância em vitrine e relações familiares em marketing, estabelece-se um modelo em que a criança vale pelo engajamento que produz, e sua imagem converte-se em lucro. Não se trata apenas de desvios pontuais, mas de um projeto comunicacional que reposiciona a infância como ferramenta de persuasão e monetização.

Nesse processo, as formas simbólicas construídas em torno da figura da criança influenciadora carregam intencionalidades e referências específicas, atreladas ao contexto de sua produção e aos objetivos de seus agentes emissores. Como afirma Thompson (1995), essas formas simbólicas não apenas refletem as condições sociais de origem, mas também são recebidas e reinterpretadas de maneira ativa, conforme os recursos e as experiências de cada indivíduo, impactando diretamente na atribuição de valor e sentido às mensagens. Assim, ao serem apresentadas como naturais, essas imagens e mensagens infantilizadas, associadas ao consumo e à ideia de sucesso fácil, produzem efeitos ideológicos potentes. Mais do que coibir esses conteúdos abusivos, trata-se de reconhecer que o uso da imagem infantil, quando não mediado por critérios éticos, legais e educativos, atua diretamente na disseminação de desinformação, pois legitima como “natural” um modelo de sucesso que ignora direitos, distorce a noção de infância e transforma o consumo em afeto.

3. Narrativas mirins e desinformação: análise de conteúdo de estratégias simbólicas nas redes sociais

A desinformação nas redes sociais tem assumido novas formas, ainda mais sofisticadas e traiçoeiras, especialmente quando propagada por influenciadores mirins. Esses jovens criadores de conteúdo, que acumulam milhões de seguidores, têm acesso direto ao público infantojuvenil, uma audiência que, como aponta Delboni (2023), é mais suscetível a narrativas en-

ganosas, justamente por ainda estar em processo de formação cognitiva e crítica. Por trás da aparência de espontaneidade e carisma desses influenciadores, operam estratégias comerciais e discursivas cuidadosamente desenhadas para capturar atenção, gerar engajamento e influenciar o comportamento de seguidores.

Exemplo disso é o caso investigado pelo Instituto Alana (2024), que revelou a participação de crianças e adolescentes na promoção do “jogo do tigrinho”, um cassino online no Brasil, que promete ganhos elevados e rápidos. A reportagem do G1 (2024) detalha também como influenciadores mirins publicam stories, realizam sorteios de prêmios e vendem cursos que ensinam a “como ganhar dinheiro fácil”, e discursos que performam autoridade, apelam para o desejo de ascensão social e, ao mesmo tempo, camuflam os riscos envolvidos.

A potência dessas mensagens se amplia diante do cenário de acesso massivo e precoce à internet. De acordo com a pesquisa TIC Kids Online Brasil (2024), 99% das crianças e adolescentes de 9 a 17 anos das classes A e B são usuários de internet, e nas classes C e DE, os índices também ultrapassam os 90%. O celular é o dispositivo dominante, e redes como TikTok, Instagram e WhatsApp lideram em popularidade. Essa onipresença digital, associada à ausência de regulação eficaz, cria um campo fértil para a circulação de desinformação. Como efeito, a naturalização de discursos fraudulentos se torna um risco real para a formação do pensamento crítico.

Nesse cenário, a instrumentalização da infância ultrapassa a fronteira da comunicação e entra no campo jurídico. O uso de influenciadores mirins para promover apostas online, como no “jogo do tigrinho”, acendeu o alerta de órgãos reguladores. O Ministério Público de São Paulo (2024) solicitou explicações à Meta, responsável por Facebook e Instagram, a respeito de perfis de crianças envolvidas na promoção dessas práticas. As investigações apontam o uso de publicidade oculta, possíveis casos de trabalho infantil e indícios de estelionato. O Instituto Alana (2024) reforça que o acesso digital deve promover oportunidades e cidadania, mas no Brasil, tem exposto crianças a riscos que envolvem desinformação, discursos de ódio e exploração simbólica.

Nesta etapa, correspondente à segunda fase da Hermenêutica de Profundidade, proposta por Thompson (1995), direciona-se à análise formal das formas simbólicas, ou seja, ao exame das estruturas e padrões de significação por meio dos quais determinados conteúdos circulam socialmente. No presente estudo, essa etapa não se volta à análise da linguagem em sua materialidade discursiva, mas sim ao conteúdo produzido por influenciadores mirins, com ênfase na forma como essas produções contribuem para a disseminação de desinformação em ambientes digitais. Para isso, adota-se a técnica de Análise de Conteúdo, sistematizada por Bardin (2016), por ser compatível com a abordagem qualitativa proposta e por permitir a identificação de padrões e estratégias simbólicas nas publicações analisadas. A escolha metodológica se justifica pela necessidade de compreender como determinadas mensagens,

produzidas por influenciadores mirins, se organizam e se repetem, revelando sentidos que ultrapassam o plano aparente da comunicação. O corpus, constituído por publicações nas redes sociais Instagram e Tiktok, evidencia práticas comunicacionais marcadas por apelos à sedução e à autoridade simbólica, disfarçadas por uma estética de naturalidade, ludicidade e autenticidade. Identifica-se também estratégias simbólicas que repetem promessas de sucesso instantâneo e desvalorizam o esforço educativo, promovendo a ideia de que é possível ganhar dinheiro sem estudo, apenas “sendo influencer”. Essas mensagens não apenas distorcem a realidade como também se aproveitam da credibilidade que a infância ainda carrega no imaginário social, criando um efeito de confiança automática. A reportagem do G1 (2024), que analisou mais de 30 perfis de influenciadores mirins, e identificou um padrão recorrente de falas que reforçam esse modelo simbólico de ascensão rápida e descolada da escolarização. Dentre as frases veiculadas, cujas autorias não podem ser explicitadas devido à proteção legal das crianças, destacam-se: *“Qual faculdade você pensa em fazer no futuro? Faculdade? Eu já ganho mais que 5 médicos no mês”* e *“Não me garanto em muita coisa, mas coloca um celular na minha mão pra ver se eu não faço R\$ 50 mil no mês”*. Assim, observa-se que a desinformação circula não apenas por meio de imprecisões factuais, mas por meio da legitimação de um estilo de vida que naturaliza a monetização da infância e desloca a educação para um lugar secundário no imaginário coletivo.

As postagens analisadas revelam um padrão simbólico recorrente: a minimização da importância do estudo, a romantização do trabalho fácil, a ostentação de riqueza e a promessa de autonomia precoce. Crianças aparecem em vídeos exibindo dinheiro, falando em faturamento, promovendo cursos com nomes sugestivos como “O Tesouro do Tráfego Orgânico” ou “Acelerador de Resultados”. A promessa aqui não está apenas no produto, mas em um estilo de vida que se apresenta como alternativa ao esforço escolar ou ao processo formativo tradicional.

Figura 1 – ligações das estratégias adotadas pelos influenciadores mirins



Figura 1 – Reportagem G1.com, 2024

Esse conteúdo é ainda mais problemático quando se revela que os cursos vendidos em seus nomes são ministrados por irmãos mais velhos ou adultos vinculados à gestão do perfil, o que indica uma rede organizada de monetização da imagem infantil, com aparência de autenticidade, mas conduzida por interesses comerciais externos.

4. A naturalização simbólica da exploração infantil: leitura crítica e implicações

Na terceira fase da Hermenêutica de Profundidade (Thompson, 1995), este estudo propõe uma interpretação crítica das formas simbólicas que aparentam naturalidade, mas funcionam como instrumentos de desinformação, sobretudo quando reproduzidas por crianças inseridas em dinâmicas mercadológicas. O foco recai nos efeitos ideológicos e sociais dessas representações, que moldam subjetividades ao naturalizar sentidos relacionados a sucesso, autoridade e pertencimento em um ambiente digital orientado pelo mercado e pela visibilidade. Trata-se de uma desinformação que não se limita à mentira factual, mas se estrutura na promessa sedutora de um sucesso rápido e ilusório, legitimado pela autoridade simbólica atribuída à infância, reforçando vulnerabilidades e modelos de vida ancorados na performance e no lucro.

Os anunciantes exploram influenciadores mirins pela eficácia da comunicação entre pares, ampliando a credibilidade percebida por crianças que consomem esses conteúdos (Abidin, 2021). A autoridade performada por esses influenciadores

deriva da ilusão de proximidade, estratégia central para naturalizar publicidade disfarçada, muitas vezes em desacordo com normas de identificação previstas em regulações e códigos de ética, como destaca Almeida (2025). Isso ocorre porque os meios de comunicação potencializam a circulação e a reprodutibilidade dessas formas simbólicas, exigindo análise atenta das condições sociais e tecnológicas de sua disseminação (Thompson, 1995). Assim, influenciadores mirins operam como formas simbólicas ambíguas que constroem afeto e identificação, ao mesmo tempo que ocultam seu caráter comercial.

A ausência de transparência rompe princípios comunicacionais básicos e atinge um público hipervulnerável, agravada pela falta de regulamentação específica no Código de Defesa do Consumidor. Essa prática dificulta a formação crítica e favorece a naturalização de ideias distorcidas, alinhando-se ao conceito de desinformação como produção de “verdades alternativas” legitimadas pela repetição (Barbosa, 2022). Embora o CDC e o artigo 37 proíbam publicidade enganosa e abusiva, influenciadores mirins continuam a operar em um cenário de fiscalização insuficiente. Essa normalização integra um projeto mercadológico que transforma atenção em moeda e a imagem infantil em ativo simbólico. No Brasil, onde há grande presença de influenciadores (Correio Braziliense, 2022), crianças tornam-se autoridades simbólicas sem mediação ética ou pedagógica. A Constituição Federal de 1988 e o Pacto de San José da Costa Rica determinam proteção integral, proibindo trabalho infantil salvo exceções estritamente reguladas. No entanto, os

conteúdos produzidos nas redes, apresentados como espontâneos, revelam estruturas de lucro que extrapolam o modelo do trabalho artístico permitido, aproximando-se de exploração. Casos noticiados pelo G1 (2024) demonstram práticas que envolvem venda de cursos, sorteios ou ostentação de riquezas, atividades que não se enquadram como expressão artística, mas como participação em roteiros mercadológicos criados por adultos. Assim, evidencia-se uma nova categoria de atuação digital que escapa aos marcos legais e confirma alertas antigos sobre a necessidade de regulação mais firme (Cavalcante, 2012), enquanto pais, empresas e plataformas seguem como beneficiários diretos da visibilidade dessas crianças, em detrimento de sua proteção.

Efeito Felca

Aqui, articulamos a HP de Thompson com a Hermenêutica da Consciência Histórica de Ricoeur, o que permite compreender como acontecimentos contemporâneos são interpretados e transformados em orientadores da ação coletiva. Nesse enquadramento, o “Efeito Felca” aparece como um caso emblemático de construção histórica em curso. O episódio começa em 6 de agosto de 2025, quando o youtuber Felca (Felipe Bressanim Pereira) publica um vídeo denunciando a adultização e a exploração comercial de influenciadoras mirins no TikTok e Instagram, expondo práticas naturalizadas como estéticas adultas, comportamentos sexualizados e esquemas de monetização envolvendo crianças. A viralização do vídeo desloca o

tema para o centro do debate público, demonstrando a força das narrativas digitais na reorganização de sensibilidades éticas e na mobilização social imediata.

A repercussão rapidamente ultrapassa o ambiente online: em 15 de agosto de 2025, Hytalo Santos é preso em São Paulo por exploração da imagem de menores e vínculos com apostas ilegais. A denúncia passa a acionar instituições, gerando investigações, debates legislativos e reposicionamentos públicos sobre os limites da exposição infantil. Em 3 de setembro de 2025, a Paraíba sanciona a Lei n.º 13.861/2025, a “Lei Felca”, que proíbe a adultização de crianças menores de 12 anos e estabelece restrições à produção e monetização de conteúdos com menores. O caso ainda impulsiona 32 projetos de lei federais e culmina na sanção da antiga PL 2628/2022 – o “ECA Digital” – que, em 17 de setembro de 2025, se torna a Lei n.º 15.211/2025. A norma atualiza o ECA ao criar regras específicas para proteção digital, impondo deveres às plataformas e ampliando salvaguardas relacionadas a dados, algoritmos, privacidade e exposição a conteúdos nocivos.

À luz da Hermenêutica da Consciência Histórica, compreende-se que o vídeo do Felca reinterpreta práticas antes naturalizadas, convertendo-as em problema público e ativando uma consciência histórica coletiva sobre infância, visibilidade e responsabilidade digital. Integrada à HP, essa abordagem revela o “Efeito Felca” como um evento interpretativo no qual discursos virais atravessam a esfera pública e se materializam em ações institucionais, evidenciando como narrativas digitais

podem reestruturar sensibilidades sociais e produzir efeitos concretos no campo político e jurídico.

Considerações Finais

O presente trabalho permitiu evidenciar a gravidade de práticas que, muitas vezes, são tratadas com normalidade no cotidiano digital, seja por desconhecimento, seja pela priorização do lucro em detrimento dos direitos de crianças e adolescentes. A exposição da infância nas redes, especialmente quando está a serviço da desinformação e da exploração comercial, não pode mais ser ignorada. É urgente que Estado, sociedade e famílias reconheçam os riscos e atuem de forma coordenada para proteger esses sujeitos em desenvolvimento.

Mais do que responsabilizar apenas as plataformas ou os algoritmos, é necessário investir em conscientização dos responsáveis legais, que precisam entender os limites éticos, legais e simbólicos da presença infantil no ambiente digital. Como em outros contextos sociais, a exemplo da lei 15.100/25, que proíbe o uso de celulares em sala de aula, a ausência de controle familiar e institucional nas redes exige a presença do Estado. Quando crianças são usadas como ferramenta de engajamento, expostas à lógica do mercado e transformadas em vitrine para anunciantes, não se trata de liberdade de expressão: trata-se de violação de direitos.

É necessário avançar em marcos legais que acompanhem a velocidade das mudanças tecnológicas. O Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados, embora importan-

tes, ainda não dão conta das nuances que envolvem a atuação de influenciadores mirins e a responsabilidade das plataformas digitais. A regulamentação precisa alcançar quem lucra com a imagem dessas crianças e garantir que, quando houver prejuízo concreto, exista uma responsabilização clara.

Por fim, proteger crianças no ambiente digital é afirmar que infância não é mercadoria. Que visibilidade não pode valer mais do que o cuidado. E que nenhuma plataforma, criador de conteúdo ou pai deve se colocar acima do direito das crianças de viverem sua infância livres dessa lógica da monetização. A infância precisa voltar a ser território de afeto, de proteção e de desenvolvimento e não mais um palco para estratégias de mercado.

REFERÊNCIAS

ABIDIN, C; KARHAWI, I. Influenciadores digitais, celebridades da internet e “blogueirinhas”: uma entrevista com Crystal Abidin. **Intercom: revista brasileira de ciências da comunicação**, v. 44, p. 289-301, 2021.

ALMEIDA, C. P. Youtubers mirins, novos influenciadores e protagonistas da publicidade dirigida ao público infantil: uma afronta ao Código de Defesa do Consumidor e às leis protetivas da infância. **Revista luso-brasileira de direito do consumo**, v. 6, n. 23. Disponível em: <https://www.revistadireitodoconsumo.com.br/>. Acesso em: 14 jan. 2025, p.36.

ANTONIIASSI, H. M. M. **O Trabalho Infantil no Brasil e a Doutrina da Proteção Integral**. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/8248/1/>

Helga%20Maria%20Miranda%20Antoniassi.pdf. Acesso em: 16 de janeiro de 2025.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BARBOSA, M. Prefácio. In: PRATA, Nair; JACONI, Sônia; GABRIOTI, Rodrigo; NASCIMENTO, Genio; HENDRYO, André; MATOS, Silvio Simão de (orgs.). **Comunicação e ciência: reflexões sobre a desinformação**. São Paulo: INTERCOM, 2022. p. 110.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRÁULIO, E; AVELAR, Gabriela; SILVA, Kaciane. Riscos das Redes Sociais na Adolescência: um olhar sobre a saúde mental. **Repositório Anima Educação**, 2023. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstreams/7b77dc29-5e55-46b5-b316-870cc63f2286/download>. Acessado em 11 jan. 2025.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CRIANÇA E CONSUMO. **Alana denuncia Meta por jogos de aposta**. *Criança e Consumo*, 2024. Disponível em: <https://criancaeconsumo.org.br/noticias/alana-denuncia-meta-jogos-de-aposta/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

DELBONI, C. **Redes sociais: afinal, o que crianças e adolescentes podem ter de bom?** Estadão, 17 jan. 2025. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/emails/carolina-delboni/redes-sociais-afinal-o-que-criancas-e-adolescentes-podem-ter-de-bom/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

MOVIMENTO DESCONECTA. Quem somos. Disponível em <https://www.movimentodesconecta.com.br/quemsomos>. Acessado em 11 de jan. 2025.

G1. Menores desdenham da educação e dizem ganhar mais do que médico vendendo curso para ser influencer. G1, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2024/11/23/menores-desdenham-da-educacao-e-dizem-ganhar-mais-do-que-medico-vendendo-curso-para-ser-influencer.ghtml>. Acesso em: 13 jan. 2025.

NIC.br. **TIC Kids Online investiga, pela primeira vez, frequência do uso de plataformas digitais por crianças e adolescentes.** NIC.br, 2024. Disponível em: <https://nic.br/noticia/releases/tic-kids-online-investiga-pela-primeira-vez-frequencia-do-uso-de-plataformas-digitais-por-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

NEVES, G. **Legião de influenciadores Digitais cresce no Brasil**, ago. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2022/09/5031213-legiao-de-influenciadores-digitais-cresce-no-brasil.html>. Acesso em: 16 de janeiro de 2025.

NONATO, C; GROHMANN, R; FIGARO, R; LELO, T.V. Comunicação e Trabalho no Contexto de Plataformização e Desinformação. In: NOME DO ORGANIZADOR(ES) (Org.). **Comunicação e Ciência: Reflexões sobre a Desinformação**. 1. ed. São Paulo: Editora XYZ, 2023. p. 51-78.

THOMPSON, J. B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa I. Petrópolis, RJ : Vozes, 1995

SOARES, E. **Metodologia científica: lógica, epistemologia e normas**. São Paulo: Atlas, 2003

ENTRE REDES E NARRATIVAS: O CASO DA BRASIL PARALELO¹

Carlos Eduardo da Silva MENDES²

Graduando

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI.

João Paulo CHARRONE³

Doutor

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI.

Resumo

Este artigo analisa os usos do passado no documentário *Brasil: A Última Cruzada* (2017), do canal Brasil Paralelo, compreendendo-o como produto típico do ambiente digital contemporâneo. Parte-se do surgimento e expansão da internet e do desenvolvimento da História Digital para discutir como novas formas de produzir e circular narrativas históricas emergem, muitas vezes marcadas por revisionismos e disputas ideológicas. Evidencia-se o papel do YouTube como espaço central de divulgação dessas narrativas, favorecendo o alcance de conteúdos sem rigor historiográfico. Nesse contexto, busca-se compreender como *A Última Cruzada* mobiliza elementos visuais, discursivos e políticos para reconfigurar interpretações do passado, influenciando a memória histórica do grande público.

1 Trabalho apresentado no GT 1 - Mídia e Dimensões do Tempo - relações com o fenômeno da desinformação e o negacionismo científico, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.

2 Graduando em licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Componente do Núcleo Piauí Afro-indígena (UFPI) e do grupo de pesquisa Laconexão (UFPB). Email: eduardomendes2022@ufpi.edu.br

3 Graduando em licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Componente do Núcleo Piauí Afro-indígena (UFPI) e do grupo de pesquisa Laconexão (UFPB). Email: eduardomendes2022@ufpi.edu.br

Palavras-chave

Negacionismo; História; Mídias digitais; História Digital

Introdução

A presença da internet nas sociedades contemporâneas é um dos marcos mais significativos das transformações tecnológicas, sociais e culturais das últimas décadas. Inicialmente concebida em um contexto de tensões geopolíticas e restrita ao uso militar e acadêmico, a internet passou por um amplo processo de expansão e popularização, tornando-se uma ferramenta central na vida cotidiana de bilhões de pessoas em todo o mundo.

Nesse cenário, a internet não apenas alterou formas de interação e sociabilidade, como também impactou profundamente os modos de produção e divulgação do conhecimento, inclusive no campo da História. Surge, assim, a História Digital, um campo emergente que busca compreender como as tecnologias digitais influenciam o fazer historiográfico, seja na pesquisa, no ensino ou na difusão do saber histórico. A digitalização de fontes, o acesso ampliado a documentos e a multiplicação de ferramentas de comunicação transformaram o papel do historiador e exigem novos olhares sobre as práticas e os desafios da profissão.

Entre os diversos espaços que emergiram com a internet, o YouTube destaca-se como uma das plataformas mais influentes na atualidade. Com sua linguagem acessível, ampla capaci-

dade de alcance e estrutura participativa, o YouTube tornou-se um importante meio para a divulgação de temas históricos ao grande público. No entanto, essa mesma abertura que permite a democratização da informação também traz riscos, como a propagação de conteúdos sem embasamento científico, revisionistas ou negacionistas. Nesse contexto, refletir sobre a relação entre internet, História Digital e YouTube é fundamental para compreender as disputas simbólicas em torno da memória e da construção do passado na cultura digital.

Este capítulo propõe, portanto, uma análise sobre o surgimento e a evolução da internet, o desenvolvimento do campo da História Digital e o papel desempenhado pelo YouTube como espaço de disputa e circulação de narrativas históricas, evidenciando os desafios e as potencialidades que marcam essa nova configuração do saber histórico na era digital. Nesse cenário, destaca-se como eixo central desta pesquisa o documentário *Brasil: A Última Cruzada*, produzido pelo canal Brasil Paralelo, cuja análise será aprofundada nos próximos capítulos. A partir desse estudo, busca-se compreender como o ambiente digital tem sido utilizado para construir e difundir determinadas interpretações sobre o passado, bem como os impactos dessa dinâmica no campo historiográfico contemporâneo.

2.1. Do surgimento da internet

Vivemos em uma era marcada pela presença constante das tecnologias digitais em quase todas as esferas da vida cotidiana. A internet, em especial, tornou-se uma ferramenta cen-

tral para o funcionamento das sociedades contemporâneas, influenciando desde relações pessoais até estruturas econômicas e políticas globais. A internet tornou-se uma forte ferramenta política nas últimas décadas. No que tange o debate historiográfico, tornou-se um novo campo do saber que está em constante disputa.

A *internet*⁴, em sua configuração atual, não surgiu tal como a conhecemos hoje. Sua estrutura atual é resultado de um longo processo histórico de transformações técnicas e sociais. Desde sua origem, a rede passou por inúmeras fases de desenvolvimento, evoluindo de um sistema restrito e experimental, utilizado por instituições militares e acadêmicas, para uma plataforma global e multifacetada, acessível a grande parte da população mundial. Ao longo das décadas, esse ambiente digital tornou-se progressivamente mais acessível, intuitivo e funcional, refletindo avanços tecnológicos significativos, assim como uma reconfiguração de suas finalidades, passando de um instrumento técnico especializado para uma ferramenta cotidiana e indispensável nas esferas econômica, educacional, cultural e social.

No final da década de 1960, em um contexto de tensões geopolíticas intensificadas pela *Guerra Fria*⁵, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos deu início à criação de uma rede

4 A internet é uma rede global de comunicação que conecta computadores e dispositivos em todo o mundo, permitindo a troca de informações, comunicação e acesso a recursos online.

5 A Guerra Fria foi um período de tensões políticas e ideológicas entre os Estados Unidos e a União Soviética, que durou desde o final da Segunda Guerra Mundial até 1991.

de computadores voltada à segurança e à comunicação técnica eficiente entre instituições estatais e acadêmicas. A proposta consistia em estabelecer um sistema de troca de informações descentralizado, no qual as mensagens seriam fragmentadas em pequenas unidades denominadas “pacotes”. Esses pacotes poderiam trafegar por diferentes rotas na rede, possibilitando uma comunicação rápida, segura e resiliente a falhas — já que, mesmo em caso de interrupção em um dos pontos da rede, os dados poderiam ser redirecionados por outros caminhos. Essa concepção deu origem à ARPAnet⁶ que em seus primórdios fazia a conexão entre 4 computadores ligados a Universidade da Califórnia e um centro de pesquisa de Stanford, ganhando posteriormente o acréscimo de mais computadores ligados a outros centros de pesquisa e universidades voltados para fins militares (NETO, 2024). Assim, evidencia-se que o surgimento da internet esteve, desde suas origens, intrinsecamente associado a interesses militares, estatais e acadêmicos. Um marco decisivo para sua consolidação foi o desenvolvimento, por volta de 1990 do conjunto de protocolos TCI/IP⁷, os quais passaram a padronizar a comunicação entre diferentes redes de

6 A ARPANET (Advanced Research Projects Agency Network) foi a primeira rede de computadores comutada por pacotes, desenvolvida no final da década de 1960 pela ARPA, agência de pesquisa do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, e é considerada a base da Internet moderna.

7 TCP/IP (Transmission Control Protocol/Internet Protocol) é um conjunto de protocolos de comunicação que permite a comunicação entre computadores e outros dispositivos em redes, incluindo a Internet. Ele funciona como uma linguagem comum, permitindo que diferentes sistemas e dispositivos interajam de forma eficiente e padronizada.

computadores, estabelecendo as bases técnicas do que viria a se tornar a internet moderna.

No início dos anos 80, o desenvolvimento e utilização do TCP/IP (Transmission Control Protocol/Internet Protocol) como protocolo para a troca de informações na ARPAnet possibilitou a conexão entre redes diferentes, aumentando bastante a abrangência da rede. Em 1990, a ARPAnet foi transformada em NSFnet (National Science Foundation's Network), se ligando a outras redes existentes, inclusive fora dos Estados Unidos, passando a interconectar centros de pesquisa e universidades em todo o mundo. Estava formada a internet, utilizada principalmente como uma ferramenta de troca de informações entre o meio acadêmico. (MONTEIRO, 2001)

A partir de 1991, com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o consequente enfraquecimento das tensões geopolíticas que marcaram a Guerra Fria, a internet passou por transformações significativas em relação ao seu perfil de usuários e às finalidades de uso. Até então, a rede era predominantemente restrita ao meio militar e acadêmico, sendo utilizada majoritariamente como uma ferramenta técnica de comunicação e troca de dados entre instituições especializadas. Com a nova conjuntura mundial, abriu-se espaço para a ampliação do acesso por parte de outros segmentos da sociedade, inclusive o setor privado e o público em geral. Foi nesse contexto de expansão e popularização que os cientistas britânicos Timothy Berners-Lee e o belga Robert Cailliau desenvolveram a *World Wide Web* (WWW), lançada oficialmente no

início da década de 1990. A *web*⁸, diferentemente da internet em si, constitui uma plataforma de navegação que permite a exibição e a troca de conteúdos multimídia por meio de navegadores e servidores conectados à internet. Assim, enquanto a internet corresponde à infraestrutura técnica de redes interconectadas, a *World Wide Web* representa uma aplicação dentro desse ambiente, responsável por tornar o uso da rede mais intuitivo, interativo e acessível a diferentes perfis de usuários ao redor do mundo.

É nesse momento e sobretudo a partir de meados da década de 1990 após o aumento de usuários que a internet vai passar do controle estatal para um controle não-governamental – de forma simplista passa do controle público ao privado – objetivando agora o mercado (BOLAÑO, 2011). A internet se expandiu de forma acelerada desde o seu surgimento, mas sobretudo a partir da sua privatização. No fim de 1995 a rede de internet já somava mais de 16 milhões de usuários, subindo para quase 400 milhões nos anos 2000 (MAYNARD, 2011). Atualmente 5,56 bilhões de pessoas no mundo utilizam a internet, ou seja, cerca de 67,9% da população mundial⁹.

8 Web é uma palavra inglesa que significa teia ou rede. nome pelo qual a rede mundial de computadores internet se tornou conhecida a partir de 1991, quando se popularizou devido à criação de uma interface gráfica que facilitou o acesso e estendeu seu alcance ao público em geral.

9 Petrosyan, Ani. Número de usuários de internet e mídias sociais em todo o mundo em fevereiro de 2025. 2025. Disponível em : <https://www.statista.com/statistics/617136/digital-population-worldwide/> . Acesso em: 01 jun. 2025.

Em se tratando do Brasil, é também por volta de 1995 que a ideia da disponibilização da internet para o público começa a surgir. É por meio do Ministério da Comunicação e do Ministério de Ciência e Tecnologia que o governo federal vai estruturar esse acesso. Luis Monteiro destaca que “A internet no Brasil experimentou um crescimento espantoso, notadamente entre os anos de 1996 e 1997, quando o número de usuários aumentou quase 1000%, passando de 170 mil (janeiro/1996) para 1,3 milhão (dezembro/1997)” (MONTEIRO, 2001) . Atualmente, o Brasil tem cerca de 156 milhões de usuários da internet, isso é, 84% da população atual¹⁰. Isso é, a internet espalhou-se rapidamente e de forma expressiva, impactando significativamente as relações mundiais, principalmente no processo de globalização.

Entretanto, é preciso frisar que o acesso a informações públicas até o período que antecede a expansão da internet não chegava ao cidadão comum. O acesso às informações, demandava recursos financeiros inviáveis a maior parte da população, principalmente em se tratando do Brasil. O acesso estava detido nas mãos de uma elite abastada.

O cenário mudou com a expansão da internet. O acesso às informações que antes demandavam recursos restritos, passa a tornar-se mais viável ao cidadão comum, principalmente a partir do início do século XXI. Com uma crise do capitalismo na

10 SILVA, Victor Hugo. OTAVIO, Murilo. Acesso à internet cresce no Brasil e chega a 84% da população em 2023, diz pesquisa. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em 01 jun. 2025.

virada para o século XXI, a partir de 2005 a *web 2.0*¹¹ vai designar um novo momento da internet no mundo. Com o destaque das redes sociais, os usuários passam de simples receptores de informação para produtores de informações. A *web 2.0* vai permitir a interação entre os mais diversos usuários em todo o mundo. Há no momento em questão, não mudanças radicais, mas continuidades e descontinuidades, tendo em vista que o capitalismo visa sempre a inovação.

2.2. História Digital

No contexto da crise imobiliária estadunidense de 2008¹², desencadeiam-se movimentos de protesto em todo o mundo. Esses protestos ocupam espaços antes não ocupados: a internet. Algumas redes sociais e fóruns de discussão como o Facebook e o Reddit foram utilizados como espaços de organização desses protestos (NETO, 2024). No que tange o campo da História Digital, seu processo tem origem mais antiga. Sobre isso destaca Murilo Prado Cleto:

O campo de estudos em História Digital tem suas origens provavelmente no final dos anos 1990, quando os historiadores William G. Thomas e Edward L. Ayers fundaram o Virginia Center For Digital History (VCDH).

11 Termo criado por Tim O'Riley para caracterizar uma segunda geração da internet.

12 A crise imobiliária de 2008, também conhecida como crise do subprime, foi desencadeada pela especulação imobiliária nos Estados Unidos, que levou à criação de uma bolha de crédito hipotecário. Essa bolha, por sua vez, culminou em um aumento da inadimplência e no estouro da bolha, com consequências significativas para o sistema financeiro mundial.

No seu alvorecer, ele esteve associado diretamente ao manuseio de arquivos disponibilizados na internet para consulta, análise e ensino. Nos anos seguintes, os debates em torno do tema se desenvolveram a partir de um olhar predominantemente otimista, como característico das discussões sobre a rede no período. Entre as inúmeras possibilidades abertas para a História com a expansão das tecnologias digitais, podemos citar a rapidez no compartilhamento de arquivos, as inúmeras opções de acessibilidade, o fácil acesso a fontes antes fechadas em arquivos burocráticos, que demandavam eventualmente longos deslocamentos, e a praticidade na divulgação do conhecimento, que hoje pode circular por meio de livros lançados sem editora e apresentações ao vivo ou assíncronas que aproximem o historiador do público (Lucchesi e Carvalho 2016). (CLETO, 2024)

Nesse sentido, buscaremos compreender como a utilização da internet no mundo, expandiu-se ao ponto do mundo digital se tornar campo da historiografia e da História. Compreendamos então, que a internet já vinha sendo utilizada como meio de pesquisa para a historiografia (NICODEMO, 2022), mas o debate aqui, entende-se a transformação da internet em um campo historiográfico acarretando na chamada História Digital.

Segundo Anita Lucchesi em referência aos estudos do sociólogo John B. Thompson, “A utilização das redes de comunicação e informação, criaram novas formas de ação e interação na sociedade, ao mesmo tempo em que transformam os diversos tipos de relação entre os indivíduos e mesmo a relação mais íntima de si consigo mesmo”(LUCCHESI, 2013) . Ou seja, a

internet modificou, não só o campo tecnológico, mas também a forma que as pessoas interagem no mundo. Nesse sentido, a História, enquanto a ciência que estuda as ações humanas no espaço e no tempo, inclui-se ao estudo também dessas relações no meio digital.

A História Digital nos conduz a um rico e instigante debate teórico e metodológico, ao problematizar a relação entre o conhecimento histórico e o ambiente digital em constante transformação. Esse novo cenário amplia significativamente as possibilidades de pesquisa, uma vez que o mundo digital oferece acesso a uma vasta quantidade de fontes, documentos e registros antes inacessíveis ou dispersos em diferentes locais físicos. Entretanto, essa abundância de fontes digitais vem acompanhada de desafios significativos. Na mesma medida em que os documentos digitais surgem e se multiplicam, muitos deles desaparecem com a mesma rapidez. Essa volatilidade deve-se à natureza passageira das plataformas digitais, às mudanças constantes de formatos, à obsolescência tecnológica e até à falta de políticas eficazes de preservação digital. Dessa forma, apesar da riqueza que o mundo digital proporciona em termos de armazenamento e acesso, ele também revela uma fragilidade considerável no que diz respeito à permanência e à conservação a longo prazo dessas fontes.

Essa espécie de revolução digital não se limita, entretanto, à história enquanto processo vivido, pois afeta, consequentemente, a História como disciplina. Assim como em outras áreas disciplinares das ciências humanas e sociais, a História

se vê diante da necessidade de lidar com os impactos que as tecnologias, linguagens e mídias digitais causam na produção, no ensino e na divulgação do conhecimento histórico na contemporaneidade. Como afirma Marc Bloch, em “Apologia da História” (BLOCH, 2001), a História é a ciência dos homens no tempo, e sua prática exige compromisso com a análise crítica das fontes e com a contextualização rigorosa. Quando permitimos que indivíduos ou veículos desprovidos de qualificação científica se apropriem do passado de maneira descontextualizada e sem atender ao rigor historiográfico, comprometemos esse processo arduamente construído, abrindo espaço para retrocessos na formação crítica da sociedade. Nesse sentido, o debate acerca da História digital não abrange apenas o uso da internet e das fontes digitais enquanto documentos para a pesquisa, mas também a forma como estes são utilizados. Nesse quesito, a História assim como as outras ciências, têm seus métodos científicos, que devem ser seguidos para que haja um comprometimento do historiador, não só com as fontes, mas com quem as acessa, ou seja, a sociedade como um todo.

Portanto, é importante compreender que o campo da história digital é uma área de pesquisa dentro da História, revelando novidades e também muitos desafios. Compreendemos então, a história digital não apenas como um espaço de utilização dos meios, fontes e aparatos digitais mas também e sobretudo, um espaço onde são estudadas as relações humanas digitais perpassando os campos sociais, econômicos, culturais entre outros. Nesse sentido, o campo se torna abrangente,

multifacetado e desafiador para a pesquisa histórica. Mas assim como as outras áreas historiográficas, tem seus métodos e técnicas de escrita, estabelecendo um limite para a feitura da historiografia digital. Assim sendo, a história digital estabelece métodos e rigor científico cabidos aos historiadores comprometidos com a ética histórica. Conclui-se então que a História digital não é um campo sem regras, pois sua feitura exige uma sistematização metodológica.

2.3. O Youtube

Como percebemos, nos últimos anos, a internet passou a ser utilizada com maior frequência e se tornou cada vez mais presente no mundo. A divulgação da internet alterou não só a rapidez com que se espalham as informações, mas também a forma como é difundido o conhecimento. A ampla disseminação da internet favoreceu uma notável ampliação do público interessado em temas históricos. Os inúmeros conteúdos disponíveis conseguem atingir um grande número de pessoas, que com apenas alguns cliques acessam, compartilham e debatem essas informações. Ao mesmo tempo em que as informações circulam com rapidez e são consumidas quase instantaneamente, os usuários também têm a possibilidade de manifestar suas impressões imediatas sobre os assuntos abordados. A interação com o público é fundamental, porém é importante reconhecer que a rapidez desse processo pode resultar em interpretações superficiais ou equivocadas, sem o necessário aprofundamento crítico. Ademais, nem todos os criadores de

conteúdo demonstram responsabilidade ética e rigor científico ao tratar dos temas em suas produções.

O destaque aqui, vai para o *Youtube*¹³, uma plataforma que se firmou enquanto uma plataforma grátis de vídeos elaborados e publicados pelos próprios consumidores e como destaca Geraldo Neto “Tornou-se o maior site de compartilhamento desse tipo de material do mundo e é, atualmente, o segundo site mais visitado do planeta. Com milhares de conteúdos audiovisuais sendo disponibilizados diariamente” . Neto ainda destaca que:

O site foi criado em fevereiro de 2005, por Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim, e vendido para a Google em 2006, por aproximadamente 1,6 bilhão de dólares. Em fevereiro de 2017 era postado a cada minuto mais de 400 horas de conteúdo, e um bilhão de horas eram assistidas por dia na plataforma [...] Fato a se mencionar é que o YT, em seus meses iniciais (antes de ser adquirido pela Google), não dava conta da quantidade de usuários e vídeos, chegando até mesmo a entrar em estado de falência. (NETO, 2024)

Nesse sentido, Geraldo mostra que antes da sua ascensão de fato, o youtube passou por algumas dificuldades. Isso é, antes de sua venda para a Google o youtube não era lucrativo. É então, após 2006, com a compra pela Google e impulsionado pela entrada em um monopólio que a plataforma construiu

13 O YouTube é uma plataforma online onde usuários podem assistir, criar e compartilhar vídeos. É um serviço de compartilhamento de vídeos que permite aos usuários enviar, visualizar, avaliar, compartilhar e comentar vídeos.

as bases para sua acumulação de capital, especialmente por meio da segmentação de anúncios implementada pela Google. A possibilidade de compartilhar conteúdos de forma exponencial em uma plataforma gratuita ampliou a esfera pública, que deixou de se limitar aos debates promovidos pela mídia tradicional. Atualmente, qualquer pessoa com acesso à internet pode expressar publicamente sua opinião e alcançar um público vasto, algo que antes se restringia aos espaços público, privado e midiático convencionais. Acerca da utilização do youtube no Brasil, Geraldo Neto informa:

De acordo com a estimativa da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁹, em 2016, 64,7% da população brasileira acima de 10 anos possui acesso à internet. Desse número, 76,4% alega que utiliza a internet para assistir conteúdo audiovisual. Já um levantamento feito pelo próprio YT, em julho de 2017, mostra que 95% da população brasileira com acesso à internet acessa o YT pelo menos uma vez por mês, além de que as pessoas entre a idade de 18 e 49 anos preferem YT a televisão a cabo. Também é importante ressaltar um outro dado emitido pelo site, apontando que “87% (dos usuários) concordam que (o YT) é uma plataforma que permite o consumo de qualquer tipo de conteúdo, quando e onde quiser; 78% concordam que aqui é o lugar para encontrar os conteúdos mais autênticos. (NETO, 2024)

Assim sendo, percebemos como o youtube por meio da internet se tornou um dos principais centros de acesso das pessoas não só ao entretenimento, mas também aos estudos e

áreas do conhecimento no geral. Neto nos mostra que o youtube assume um lugar antes ocupado pela televisão, pelo rádio e outros espaços, mas ao contrário dos meios citados anteriormente, na plataforma referida, há uma ampliação e diversificação quanto ao que acessar e como acessar. Como já debatido, as inúmeras possibilidades perante essa rede social em destaque, permite ao usuário uma sensação de profunda autonomia, onde tudo que se quer, pode ser buscado, e para além disso, o usuário também pode ter o controle dos conteúdos que outros usuários vão ter acesso . A ideia da autonomia permitida pela plataforma, desencadeia um amplo debate acerca da construção e da feitura do conhecimento, com destaque aqui para o conhecimento histórico. A ampliação do público para além do ambiente acadêmico, somada à perda do monopólio do historiador profissional sobre a interpretação e a produção do conhecimento histórico, favoreceu a expansão das diversas formas de história não acadêmica. As inquietações e críticas levantadas por historiadores diante das formas emergentes de história não acadêmica — que alcançam um público cada vez mais amplo — nos levam a refletir sobre questões como a ausência de contextualização histórica, a fragilidade na crítica das fontes, a difusão de versões reacionárias e conservadoras com interesses partidários explícitos, bem como sobre os modos pelos quais a consciência histórica do grande público vem sendo formada no contexto mais amplo da cultura contemporânea (MALERBA, 2017). Nesse cenário, o YouTube se destaca por sua ampla capacidade de comunicação, alcan-

quando públicos de todas as faixas etárias, que podem acessar os vídeos a qualquer momento. Com uma linguagem rápida e acessível, essa mídia audiovisual exerce uma influência relevante na formação cultural, social e política das pessoas, algo que não pode ser negligenciado. De acordo com Jean Burgess e Joshua Green(2009), o YouTube representa um exemplo de cultura participativa, na qual os espectadores atuam ativamente tanto na criação de conteúdos – ao sugerirem temas aos canais – quanto na sua circulação, por meio do compartilhamento em outras redes sociais. Assim, a participação dos usuários – seja por meio de comentários, seja por meio de avaliações – transforma o YouTube em um espaço potencial para disputas simbólicas e manifestações individuais. Além disso, qualquer pessoa pode se tornar agente ativa na compreensão, produção e divulgação do conhecimento histórico sobre o passado (MALERBA, 2017).

Dessa forma, o YouTube, enquanto nova mídia, ocupa um lugar significativo na vida das pessoas conectadas à internet, funcionando como um poderoso meio de divulgação e circulação de ideias. Diante disso, torna-se necessário refletir sobre os conteúdos produzidos e difundidos nessa plataforma, especialmente por estarem associados a uma corrente de pensamento cada vez mais presente nos debates públicos do atual cenário sociopolítico. Essa dinâmica acaba por impactar negativamente a memória nacional, especialmente em relação a temas historicamente relevantes para o Brasil, que muitas vezes são tratados de maneira superficial ou radicalizada. Nessas abordagens, são feitas afirmações sem embasamento, com o

objetivo de deslegitimar ou enfraquecer as interpretações acadêmicas sobre o assunto. É nesse sentido que o documentário a ser analisado “Brasil: A última Cruzada” perpassa todas as discussões até aqui feitas. Seu surgimento advindo da internet perpassando o debate de uma História Digital e chegando ao seu ponto de estabelecimento, o youtube caracteriza de forma clara a inserção da empresa Brasil Paralelo como produto dos meios digitais. Cabe-nos agora, compreender o surgimento deste empreendimento a fim de entender o seu contexto de surgimento e de exponencial crescimento para que possamos analisar o documentário objeto desta pesquisa.

Considerações Finais

A trajetória da internet, desde sua origem como um projeto militar e acadêmico nos Estados Unidos durante a Guerra Fria até sua consolidação como uma plataforma global, multifacetada e essencial à vida contemporânea, revela como as transformações técnicas e sociais moldaram profundamente a forma como nos comunicamos, interagimos e produzimos conhecimento. Ao longo de décadas, a rede evoluiu de um sistema restrito de trocas entre centros de pesquisa para um ambiente acessível à maioria da população mundial, tornando-se um dos principais pilares do mundo globalizado e digital.

Esse processo de expansão e democratização do acesso à internet impactou diretamente o campo da História. A chamada História Digital emerge nesse contexto como um novo campo do saber, fruto não apenas da aplicação de tecnologias à pesquisa historiográfica, mas também da necessidade de se

repensar teorias, métodos e práticas diante de um ambiente informacional marcado pela velocidade, interatividade e fragmentação. A internet passou a ser mais do que uma ferramenta de consulta: tornou-se um espaço de produção e disputa pela memória, pela narrativa e pelo sentido do passado.

Nesse novo cenário, plataformas como o YouTube ocupam um lugar central na mediação do conhecimento histórico. Com sua linguagem acessível e seu potencial de alcance massivo, o YouTube tornou-se um dos principais canais de consumo e divulgação de conteúdos históricos por parte do público geral. O historiador, nesse contexto, precisa estar atento à formação da consciência histórica do público, ao mesmo tempo em que assume seu papel na mediação entre passado e presente de forma ética, crítica e fundamentada. A internet, com todo o seu potencial informacional e seus riscos, deve ser compreendida como um território de disputas simbólicas, que precisa ser ocupado de forma responsável por aqueles comprometidos com a construção de um saber histórico plural, acessível e cientificamente embasado.

Referência Bibliográficas

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Economia Política da Internet**. 2. ed. UFS-Aracajú: Ed. UFS, v. 1, 2011.

BURGESS, J.; GREEN, J. **YouTube e a Revolução Digital**. São Paulo: Aleph, 2009.

CLETO, Murilo Prado. “Anos Tenebrosos”: a luta armada na obra da Brasil Paralelo”. Locus: **Revista de História**, 30, n. 1 (2024): 114-137.

LUCCHESI, Anita. História e Historiografia Digital: diálogos possíveis em uma nova esfera pública. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUH, 2013. p. 1-17.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**, v. 37, n. 74, p. 135-154, 2017.

MAYNARD, D. C. S. **Escritos sobre história e internet**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.

MONTEIRO, Luís. A internet como meio de comunicação: possibilidades e limitações. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIV, Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande /MS – 2001.

NETO, Geraldo Homero do Couto. História digital e web 2.0: apontamentos para uma análise da ação política e ideológica da nova direita no youtube. **Convergências: estudos em Humanidades digitais**. Goiânia (GO), v. 1 n. 6, p. 304-335, 2024.

NICODEMO, T. L.; ROTA, A. R.; MARINO, I. K. (Org.). **Caminhos da História Digital no Brasil**. 1. ed. Vitória: Editora Milfontes, 2022. p. 109-130.

SITES

Petrosyan, Ani. Número de usuários de internet e mídias sociais em todo o mundo em fevereiro de 2025. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/617136/digital-population-worldwide/>. Acesso em: 01 jun. 2025. SILVA, Victor Hugo.

OTAVIO, Murilo. Acesso à internet cresce no Brasil e chega a 84% da população em 2023, diz pesquisa. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em 01 jun. 2025.

UM PASSO À FRENTE: COMO O JORNALISMO NATIVO DIGITAL GERA INOVAÇÕES NA COBERTURA REGIONAL?¹

Victória Dailly Alves MINEIRO²

Mestra

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, SALVADOR, BA

Resumo

Este artigo se propõe a verificar como atributos da inovação tecnológica aparecem incorporados nas narrativas da geração mais jovem do jornalismo, a de nativos digitais. Para chegar a esse objetivo, partimos da análise de 10 reportagens produzidas por dois sites desta vertente em consolidação no Nordeste brasileiro: Agência Tatu de Jornalismo de Dados (AL) e O Povo+ (CE). Optou-se pela análise de conteúdo como método para analisar os padrões discursivos e de linguagem, significados e contextos das produções de ambos os sites. Os resultados indicam que os nativos digitais partem de recursos de alta tecnologia, como os dados e a inteligência artificial (IA), para estruturar, contextualizar e enriquecer a notícia. Desse modo, qualificam o debate público e reposicionam a mídia regional diante dos desertos e da desinformação de lócus nordestino.

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 1- Mídia e Dimensões do Tempo – Relações com o fenômeno da desinformação e o negacionismo científico do II Encontro Internacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.
 - 2 Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e integrante do Grupo de Jornalismo On-line (GJOL) na mesma instituição. Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). email: victoriaalvineiro@outlook.com

Palavras-chave

Jornalismo nativo digital. Inovação narrativa. Jornalismo regional. Inteligência artificial. Jornalismo de dados.

Introdução

Os nativos digitais nascem exclusivamente na internet, impulsionados pelos atributos e experiências vinculados às novas tecnologias digitais e com uma capacidade de diferenciação expressiva em relação ao jornalismo feito na mídia de legado. Embora, na prática, eventuais similaridades e distanciamentos de diferentes níveis de intensidade persistam após enxergadas as primeiras ondas bem-sucedidas de nativos próprios do digital.

É nítido que tal vertente se constituiu de maneira experimental, interativa e adaptativa em seus anos de consolidação nos países sul-americanos e, em específico, no Brasil (Salaverría, 2021).

A Agência Tatu e o O Povo+ aparecem no contexto regional de notícias do Nordeste brasileiro como produtos nativos digitais sintonizados com o jornalismo de dados e a inteligência artificial (IA), tendo atuações e propostas distintas tanto de mercado quanto de público. A Tatu, com sede em Maceió (AL), prioriza trazer notícias contextualizadas através de dados, tendo se tornado um ponto fora da curva ao especializar-se e empreender num cenário de crise. Agregando profissionais e rotinas diversas numa oferta de conteúdo dinâmico, a iniciati-

va nativa digital coleciona prêmios de inovação pela qualidade e pelo impacto social de suas reportagens, incluindo as norteadas por inteligência artificial (IA).

Sob outra perspectiva, o O Povo+, com base em Fortaleza (CE), se destaca como uma marca nativa digital “laboratório” no seio de um grupo da mídia legada, tendo uma proposta aliada à experimentação e ao contexto multiplataforma. Ainda que possa haver uma disparidade estrutural e editorial nos dois casos em análise, ambos viraram referência no setor da inovação tecnológica e se enquadram na classificação de nativos digitais desde que, com seus traços característicos, promovem mudanças implementares e disruptoras para se pensar em produtos inteiramente digitais no jornalismo.

Este artigo busca retratar um ângulo das inovações orquestradas por dois casos de estudo de naturezas diferentes, que têm um encontro no instante em que se classificam como nativos digitais, cobrem o regional e ganham relevância assumindo conteúdos que podem vir a ser inseridos numa outra realidade agora muito mais dataficação e conectada à preferência do usuário, no motor das culturas da automatização e plataformação.

As narrativas de dados adentram esse contexto dedicadas à produção de histórias por meio de bases de dados e com boa parcela de espaço nas redações para inspirar inovação e resolver problemas (Lima-Santos; Mesquita, 2021).

Já as narrativas guiadas por inteligência artificial (IA), os algoritmos podem auxiliar nas tarefas de investigar e obter

dados, criar e distribuir conteúdo, impulsionar o engajamento do público e o seu consumo, checar a informação, moderar conteúdo e falar com o usuário por meio de *chatbots* (Ayerdi; Ureta; Fernández, 2023). Abordagem que pode se destacar ainda com mais força nas organizações latino-americanas que precisam responder continuamente às demandas do público, às atualizações tecnológicas e, mais ainda, às mudanças no contexto social – econômico, político e cultural (Harlow; Salaverría, 2016).

O objetivo deste artigo, que é um recorte de uma análise mais robusta derivada de uma dissertação, é colocar uma lupa no jornalismo nativo digital que lida e experiencia o trabalho com dados e robôs, sobretudo, em narrativas que fazem uma cobertura de regiões distintas do Nordeste brasileiro. Há uma lacuna de investigações no que diz respeito a conhecer este território através de rupturas empreendidas no seio de produtos jornalísticos que desenvolvam linguagens, artefatos e tecnologias a partir do elo regional. Em especial, numa área geográfica em que mais de 56% da sua totalidade não tem nenhuma cobertura própria de informação (Projor, 2023).

Metodologia

A análise de conteúdo foi o método selecionado para detectarmos o quanto as reportagens analisadas se aproximavam de recursos, linguagens e formatos que manifestam as marcas e caracterizações das narrativas guiadas por dados e inteligência artificial (IA). Sampaio e Lycarião (2021, p. 6) conside-

ram a análise de conteúdo uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, na intenção de interpretar certo fenômeno a partir de seus significados, intenções, consequências ou contextos.

Para operacionalizar e nortear a análise, inicialmente foi feito um formulário dedicado aos dois produtos analisados. A confecção desse instrumento teve como base uma pré-análise utilizando o suporte de autores referenciados e contributos próprios em vista de um melhor arranjo, estruturação e observação dos eixos tipológicos trabalhados neste artigo, originando um formulário com categorizações que acolhessem os objetivos da pesquisa em si. Depois de feita a classificação sistemática das características encontradas, partiu-se de uma quantidade de informações que se mostrassem suficientes e deixassem claro os traços presentes no *corpus*, ressaltando os usos e atribuições que partem das narrativas jornalísticas que encaram a inovação. Ainda nessa etapa da classificação, finalmente achou-se o conjunto de questões tratadas na análise e interpretação dos resultados, que complementam perguntas e teorias previamente exploradas que guiaram a investigação.

Optou-se pela seleção de reportagens alinhadas a marcas textuais, imagéticas, sonoras e de design que representam a capacidade de narrativas de dados e recursos de inteligência artificial (IA) no jornalismo digital. Dessa forma, foram escolhidas aquelas que contêm recursos hipermídia e interativos em potencial, bem como diferentes graus de complexidade apa-

rentes, para avaliação e análise. Dentro das reportagens, foram considerados os padrões e técnicas jornalísticas de produção, como a linguagem e o estilo, e tais dados foram mensurados. Os componentes audiovisuais e elementos que exploram a interação com o público também foram observados, assim como a frequência com que eles apareciam. Caracterizações gerais do projeto visual foram avaliadas e, finalmente, registradas.

Discussão

Análise das Reportagens da Tatu

Da Agência Tatu, as cinco reportagens selecionadas foram: 1) “Transplante de Órgãos” (Maia; Mileno; França, 2023); 2) “À Espera de um Lar” (França; Dantas, 2023);

3) “Vagas de Emprego” (Mais de [...], 2023); 4) “É Falso!” (Aquino; Maia, 2023); e 5) “Investimentos” (Mileno; França, 2023). Durante o período de análise, a Tatu publicou nove matérias no site, nos diversos formatos de checagens, especiais, editoriais, notícias e conteúdos robotizados. A diversidade nos tipos de produção é uma marca dos nativos digitais e é por isso que de início analisamos os conteúdos publicados no site, lugar em que melhor se pode observar a construção dessas narrativas, sem esquecer, claro, a relação dessas produções publicadas com as demais redes sociais e as ferramentas oferecidas pelas diferentes plataformas. Atendendo às especificidades do estudo, cinco publicações finais foram escolhidas, como forma de facilitar a visualização das matérias coletadas, data de

publicação, temática abordada e redes sociais nas quais foram divulgadas, tanto por meio do compartilhamento do link de acesso ao site quanto de um conteúdo acrescentado à narrativa.

Alguns fatores distinguem a produção da Tatu de outras, como a temática e curadoria jornalística, por exemplo. Isso ocorre pelo produto não ter foco editorial e de produção no jornalismo *hard news*, ou seja, ainda que as pautas abordadas tratem de assuntos relevantes, elas não sofrem o apelo de irem para o ar de imediato e, até por isso, se enquadram como produções atemporais pelo jornalismo. Por não ser necessário dar as informações em primeira mão, as pautas são trabalhadas com mais tempo e profundidade, criando novas oportunidades de *storytelling* e de atenção pública. Mesmo quando pauta assuntos do dia a dia, a Tatu não se torna uma concorrente direta para outros jornais regionais e nacionais, porque traz uma cobertura específica e de nicho acerca dos dados em suas produções.

Muito desse esforço torna as histórias menos óbvias, sendo parte de uma perspectiva mais ampla do trabalho do jornalismo de dados, que busca desenvolver uma prática capaz de criar caminhos adaptados à narrativa noticiosa, achando informações dotadas de valor-notícia nas bases de dados e estando direcionada a uma audiência cada vez mais nascida e criada como nativa digital. Ao falar da cobertura oferecida pela Tatu, não falamos da mesma cobertura nacional e, sim, de uma outra ainda mais sensível que se utiliza do jornalismo de dados

em nível local e regional para alavancar debates públicos, sem fazer rodeios quanto aos interesses econômicos, editoriais e políticos envolvidos. Essa direção editorial também se faz clara quando visualizamos a transparência e o cuidado da Tatu ao produzir e se inspirar nos nordestinos e na sua diversidade declarada (raça, gênero, classe, orientação sexual etc.), reforçando o valor jornalístico também cívico e abrindo espaço para um jornalismo de dados que não é nacional e nem o de maior *buzz*.

Uma vez que há um jornalismo de dados que ajuda a contar o Nordeste a partir de si mesmo, a Tatu faz uma ruptura com o que é predominante nessa atividade e no próprio jornalismo, geralmente focado em dados com mais recursos e produções volumosas. Apesar de sabermos que historicamente houve a presença de uma produção jornalística orientada por dados no Brasil, entendemos que a Tatu fala sobre essa questão de uma maneira diferente das produções da mídia tradicional e de legado, que se atêm a temáticas mais vantajosas. Essa inovação na temática pode ser claramente observada nas reportagens da amostra analisada (adoção e abandono infantil, doação e transplante de órgãos, negócios e empreendedorismo etc.), sendo bastante comum a contextualização sobre mais de um estado da região Nordeste.

Ainda nesse enfoque, aparece o jornalismo ligado à responsabilidade social, buscando a diminuição dos desertos e lacunas de informação que recobrem as comunidades nordestinas. É o caso da reportagem “É falso!” (Aquino; Maia, 2023), conteúdo da editoria Nordeste Sem Fake, que visa combater a

desinformação. Ao ter acesso à reportagem, é possível identificar elementos que fazem parte do formato noticioso padrão, como a presença de elementos visuais que vão destacar e fragmentar o texto, a separação de títulos e subtítulos, parágrafos curtos e as falas isoladas entre aspas.

Essa abordagem continua a ser difundida, mas, neste caso, é dada de uma forma mais aberta, não se prendendo ao formato da pirâmide invertida, em que informações de maior relevância surgem de modo decrescente. Pelo contrário, o corpo da matéria respeita o lide, mas também a explicação do conteúdo, incluindo, além da origem do boato, como se deu a sua disseminação, qual é a discussão principal e quais os desdobramentos do assunto, nos moldes da checagem de fatos que objetiva frear as *fake news* e conscientizar o público.

Outro ponto que merece atenção é a linguagem, mais informal e com o uso de gírias regionais, que pode ter como razão induzir a quebra do distanciamento jornalista-audiência, buscando, ao invés disso, uma sensação de proximidade. A apresentação do conteúdo é algo que se destaca, tanto no que diz respeito à visualização dos dados, quanto das imagens e linguagem utilizados. Não se trata de uma linguagem que serve apenas para complementar o texto, mas de uma narrativa que não subestima o usuário, dando a ele a chance de fazer o seu percurso de raciocínio em certos momentos. Dessa forma, por trás, há um esforço de visualização e entrega de dados complexa, disponibilizada na forma de gráficos, infográficos, tabelas e indicadores personalizados, que dá ao usuário a chance do

ajuste e da tomada de decisão, colocando-o no centro da narrativa.

Há, ainda, montagens com imagens, fotografias e texto informativo desenvolvendo uma estética livre e retratando o cotidiano dos territórios de cobertura, o que pode estimular a sensação de pertencimento ao usuário e entregar uma narrativa com mais substância. Em meio à amostra analisada, o vídeo pouco aparece, presente em apenas uma das cinco reportagens. Esse mesmo vídeo contém duração de sete minutos, sendo, portanto, maior do que o usual em reportagens no jornalismo, abrangendo entrevistas e situações roteirizadas pela equipe da Tatu, com narração contada pelas vozes dos personagens que compõem a história, legendadas ao longo de todo o vídeo.

A incorporação de recursos que partem de uma consciência de acessibilidade jornalística, como legendas em vídeos e *alt text* nas imagens, é uma forma da Tatu inovar na apresentação do conteúdo, pois, além de serem um complemento, são parte da dignidade informativa ou do “jornalismo plural, ético e representativo” defendido pela organização. Entretanto, vale lembrar o quanto essa produção está muito aquém do ideal, já que a descrição dos conteúdos das imagens e dos vídeos é feita de forma automática, com termos e “palavras-chave” que pouco transmitem o real contexto dessas composições para as audiências de diferentes escolaridades, identidades e experiências. Ademais, a descrição dos gráficos, infográficos e demais elementos de dados não aparece em nenhum dos conteúdos

da amostra, o que pode prejudicar a compreensão da audiência quanto a essa cobertura.

Quanto à adequação das características da internet, a reportagem “À Espera de um Lar” (França; Dantas, 2023) é, primeiro, hipertextual, por utilizar o link como elemento chave dentro do percurso do texto, conectando conteúdos multimídia distintos e possibilitando múltiplos itinerários de consumo (para notícias internas, páginas externas, redes sociais etc.). É uma reportagem que, segundo, é multimídia, por aprofundar o assunto falado ou repassar uma ideia ou situação que dá um entendimento mais completo do que a narração textual pura e simples. Isso aparece na forma de texto, vídeos, imagens e infográficos animados que passam uma noção aumentada da experiência construída para a narrativa, mais expressiva e emocional do que a reportagem de tempos anteriores.

Por último, é interativa, a partir do momento em que oferece a chance de compartilhar o conteúdo nas redes sociais, reportar erros na reportagem, clicar em matérias internas recomendadas, clicar em links para material interno à página — a exemplo de tabelas de dados abertos com o material bruto utilizado na confecção da reportagem.

Em “Vagas de Emprego” (Mais de 300 [...]), observou-se um conteúdo automático que cumpre a função de informar, a partir de um texto enxuto e sem tanta contextualização, a respeito de vagas de emprego que estão abertas à população de Maceió (AL). O SururuBot, robô-repórter que é autor do texto, foi desenvolvido para usar dados pré-existentes, neste caso os do SineMaceió, para levar ao público uma notícia “rotineira”.

Enxergamos que, ao vincular as suas narrativas às IAs, a Tatu atende às necessidades da comunidade a que se destina, levando um produto final que ao mesmo tempo é criativo – em referência ao próprio molusco nativo da região, o “Sururu”. Também, ao utilizar um revisor humano em todo o seu processo de produção, a Tatu chega a outros ativos, como a qualidade do conteúdo.

Análise das Reportagens do O Povo+

Em outra ponta, as reportagens do O Povo+ em análise, são: 1) “Cariri Cearense” (Leite, 2023a); 2) “Outubro Rosa” (Almeida, 2023); 3) “Pirâmide Social” (Trindade, 2023);

4) “Fortaleza” (Trindade; Cajazeira, 2023); e 5) “A Dor do Outro” (Leite, 2023b). Nas reportagens observadas há normalmente um maior fluxo de recursos interativos e imersivos, narrativas concebidas em formatos que exploram o jornalismo longo e o arranjo potencial da Grande Reportagem Multimídia.

A produção de conteúdo OP+ é voltada para um misto de plataformas, com foco em mídias sociais e móveis, a partir de dados que encorpam a informação e asseguram, assim, contextualização e profundidade. Oferta que pode ser vista também no molde estético diferenciado da visualização da informação. Sendo assim, por não ser um produto datado e dentro do encaixe tradicional de outros produtos da marca, caso do O Povo online, por exemplo, OP+ foge do que se espera de um padrão legado e vai em direção ao nativo: produções lentas e focadas nos anseios da audiência, questões pautadas em assuntos

à margem da sociedade (pobreza, religião, gênero e raça etc.), interfaces e tecnologias que miram demandas sociais e mais.

No exemplo da reportagem “Cariri Cearense” (Leite, 2023a), observada durante a coleta de dados, foi possível enxergar a busca do OP+ por uma linguagem original, a partir de uma abordagem narrativa mais leve e cotidiana, em que muitas vezes o repórter dá as caras e fala mais expressamente com o público, no que possivelmente é uma tentativa de atrair as audiências que estão em busca de novas experiências em rede. Mais do que o texto, aparecem recursos que exploram a imersão, dando uma perspectiva muito mais real sobre a informação narrada. É o caso de imagens e infográficos interativos que se sobrepõem sobre a tela, dando, mais do que a explicação, a materialização do que está sendo tratado. Em um dos elementos imersivos que mais se destacam, o usuário tem a possibilidade de clicar sobre o cursor da tela e escolher entre 20 espécies de pterossauros que habitaram o Ceará, o que retorna mais detalhes sobre a história e estrutura fóssil desses répteis, por exemplo.

Nesse tipo de publicação imersiva, fica evidente a customização do conteúdo, outra forma de apresentar a narrativa que pode se conformar como inovadora dentro do molde do conteúdo. Entendemos que adaptar determinado assunto, caso da arqueologia, para uma realidade mais próxima do público-alvo, a exemplo dos cearenses/nordestinos, é uma forma de realçar a produção das narrativas, os valores-notícia e até a própria prática jornalística ao levar em conta um viés menos

hegemônico, a partir de condições tecnológicas que permitem aumentar a lente em torno de realidades e/ou pessoas historicamente invisíveis. Produções jornalísticas como essa são interessantes para pensar as interfaces da tecnologia com a notícia que “fazem da fronteira que era limite, também passagem” (Deolindo, 2014, p. 82).

Visualizamos a confecção de narrativas atentas à estratégia de provocar sensações, emoções, considerando as vivências e particularidades da audiência, bem como os seus gostos e locais de consumo, como pontos que o jornalismo deve preocupar-se se quiser inovar. Esse aspecto é percebido no conteúdo coletado através da adequação multiplataforma da narrativa. Percebemos que OP+ aproveita certas ferramentas oferecidas por cada plataforma e/ou rede social e, com isso, consideramos que o produto se abre para a inovação no conteúdo. No caso da reportagem “Fortaleza” (Trindade; Cajazeira, 2023), a respeito do time de futebol, observamos uma produção que se constrói em capítulos, que investe em recursos imersivos e experienciais para jogar para o alto a sua proposta de se conectar com a audiência móvel.

Esse potencial aparece na matéria no caso do recurso da realidade aumentada, que convida o usuário a acionar o código da tela pelo smartphone para, então, ter acesso a uma animação 3D do troféu conquistado pelo time. Já em relação aos infográficos animados, o exemplo que mais se destaca mostra, em apenas uma tela que dispõe as posições do futebol, cards com o perfil e estatísticas sobre todos os jogadores (identidade, ca-

misa, quantidade de gols, país de origem etc.). A cada rolagem da tela feita para baixo, para dar continuidade à informação, novos dados surgem na forma de gráficos e infográficos, assim como também visualizações mais complexas que, ao fim, são disponibilizadas em formato bruto no *GitHub* para todos acessarem. A reportagem também explora vídeos, um deles tem duração de até um minuto e meio, sendo uma pincelada sobre os melhores cinco gols do time, e, apesar de não ter autoria do OP+, chama a atenção o fato de o conteúdo ser indexado de uma página externa de streaming de futebol.

É clara a tentativa do OP+ de ampliar o diálogo com o público que não exatamente é o público consumidor do site, mas que pode ser aquele interessado em acessar determinado tipo de conteúdo mais apurado sobre um tema e nicho específico. A reportagem que acaba de ser detalhada é um exemplo disso ao fazer a incorporação de uma linguagem característica de um nicho de audiência mais jovem e adepto às redes sociais, como os fãs esportivos nativos, que não estão em um só lugar e partem de diferentes plataformas para consumir mais lives, fatos curiosos e engajar nos conteúdos.

Das reportagens analisadas, dois elementos interativos merecem um destaque pela forma que contornam as informações para além do que está expresso na reportagem. Um deles é um teste em que o usuário tem a chance de descobrir qual o comparativo da sua renda mensal diante da fortuna de um super-rico brasileiro (uma vez que a reportagem “Pirâmide Social” aborda a questão das maiores fortunas do Brasil). O outro, da mesma reportagem (Trindade, 2023) que o anterior,

oferece uma experiência interativa que complementa a narrativa textual ao levar o usuário para um infográfico animado em que também é possível mexer na tomada de decisão algorítmica para escolher o próprio percurso de visualização. Nele, há embutido um áudio de forma simultânea, com duração de um minuto, em que se explica a diferença econômica entre os brasileiros comuns e os super-ricos.

A partir disso, acreditamos que OP+ inova ao trazer uma apresentação de conteúdo em equilíbrio com o formato nativo digital, baseando-se em uma linguagem que utiliza memes, tags de marcação, destaques que sinalizam a informação, áudios curtos e outras potencialidades. Nesse sentido, os recursos interativos são explorados para não perder o contato com a audiência — e por outro lado também permitem pegar os seus rastros.

Formas, recursos e códigos narrativos interagem no jornalismo digital e podem gerar uma maior complexidade, se usados em sua plenitude. Examinamos os arranjos que recobrem os conteúdos analisados e, com isso, percebemos que OP+ cuida para entregar uma oferta de notícias a partir de uma experiência à medida do usuário.

Em um exemplo de como isso ocorre na construção narrativa do OP+, está a reportagem “A Dor do Outro” (Leite, 2023b), que se apropria de imagens, dados interativos e mapas de georreferenciamento para localizar a audiência no assunto, visto que se trata de uma temática internacional. A narrativa envolve a apresentação guiada pela jornalista e entrevista com espe-

cialistas e, além disso, traz relatos em primeira pessoa de um palestino e um israelense sobre a guerra entre Israel e Hamas.

Resultados

As reportagens analisadas em ambos Agência Tatu e O Povo+ fogem do padrão tradicional noticioso ao ofertarem uma linguagem informal, um formato solto e uma estética livre e personalizada para a audiência de destino, aqui no caso a nordestina. Assim, as reportagens contextualizadas ganham contornos para além do relato em si e costumam dividir espaço com imagens e audiovisuais adaptados ao potencial das histórias narradas e plataformas abordadas, incluindo também outros elementos que vão impulsionar as novas formas narrativas, como: recursos interativos, tecnologias customizadas, microformatos de conteúdo, criações sólidas de dados etc. Caracterizações expressivas que dialogam diretamente com os formatos narrativos desses nativos digitais, de fato, denotando uma adequação de linguagem e conteúdo consistente ao jornalismo produzido no digital e na dinâmica voltada para dados e algoritmos – plataformizada.

A abordagem de uso e a apropriação das tecnologias (móveis, de dados, inteligência artificial, realidade virtual, realidade aumentada etc.) espelham as produções e os serviços oferecidos, bem como a capacidade dos profissionais envolvidos, nos permitindo avançar na compreensão maior de que a absorção dessas tecnologias é uma determinante de peso para a

revisão de narrativas e formatos e, conseqüentemente, para o surgimento de outros novos.

Dessa maneira, verificamos as publicações da Tatu e do OP+ e os caracterizamos realmente como produtos nativos digitais com veia dinâmica, que incorporam a robotização, dataficação e digitalização como norte para as variadas tendências que ditaram regra no jornalismo dos últimos anos. Mais do que enumerar inovações, ambos seguem seus caminhos numa mistura que, finalmente, chega a várias outras e, talvez a maior delas, a libertação do jornalista da “mesmice” de tarefas e de histórias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gabriela. Outubro rosa: como o diagnóstico precoce pode elevar as chances de cura do câncer de mama. **O Povo+**. [S. l.], 13 out. 2023. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/reportagens-especiais/2023/10/13/outubro-rosa-como-odiagnostico-precoce-pode-elevar-as-chances-de-cura-do-cancer-de-mama.html>. Acesso em: 17 mar. 2025.

AQUINO, Thiago; MAIA, Lucas. É falso! Município de Apodi não autorizou distribuição de carne de cachorro em creches. **Agência Tatu**. [S. l.], 24 out. 2023. Disponível em: <https://www.agenciatatu.com.br/noticia/carne-de-cachorro-em-creches-e-falso/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

AYERDI, Koldobika; URETA, Ainara; FERNÁNDEZ, Simón. Algoritmos, inteligencia artificial y periodismo automatizado en el sistema híbrido de medios. **Textual & Visual Media**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 1-6, 2023. Disponível em: <https://addi.ehu.es/handle/10810/61888>. Acesso em: 29 mar. 2025.

DEOLINDO, Jacqueline Silva. Da escassez de informações locais a novas práticas de produção de notícias: o papel da tecnologia nas fronteiras jornalísticas. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 76-85, 2014. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/141>. Acesso em: 18 abr. 2025.

FRANÇA, Graziela; DANTAS, Karina. À Espera de um Lar. **Agência Tatu**. [S. l.], 8 out. 2023. Disponível em: <https://www.agenciatautu.com.br/noticia/a-espera-de-um-lar/>. Acesso em: 18 mar. 2025.

HARLOW, Summer; SALAVERRÍA, Ramón. Regenerating Journalism: exploring the “alternativeness” and “digital-ness” of online-native media in Latin America. **Digital journalism**, London, v. 4, n. 8, p. 1001-1019, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21670811.2015.1135752>. Acesso em: 13 mar. 2025.

LEITE, Catalina. **Cariri cearense**: o paraíso dos pterossauros é aqui. O Povo+. [S. l.], 4 out. 2023a. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/reportagens-especiais/mundo-dosfosseis/2023/10/04/cariri-cearense-o-paraíso-dos-pterossauros-e-aqui.html>. Acesso em: 06 mar. 2025.

LEITE, Catalina. A dor do outro: a guerra pelos olhos de palestinos e israelenses no Brasil. **O Povo+**. [S. l.], 27 out. 2023b. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/reportagensespeciais/2023/10/27/a-dor-do-outro-a-guerra-pelos-olhos-de-palestinos-e-israelenses-nobrasil.html>. Acesso em: 06 mar. 2025.

LIMA-SANTOS, Mathias-Felipe; MESQUITA, Lucia. Data journalism beyond technological determinism. **Journalism studies**, [s. l.], v. 22, n. 11, p. 1416-1435, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1461670X.2021.1944279>. Acesso em: 02 abr. 2025.

MAIA, Mychelle; MILENO, Gabriel; FRANÇA, Graziela. Em 21 anos, estados do Nordeste realizam mais de 71 mil transplantes de órgãos. **Agência Tatu**. [S. l.], 4 out. 2023. Disponível em: <https://www.>

agenciatau.com.br/noticia/nordeste-71-mil-transplantes-de-orgaos/. Acesso em: 19 mar. 2025.

MAIS DE 300 vagas de emprego disponíveis nesta segunda-feira em Maceió. **Agência Tatu**. [S. l.], 16 out. 2023. Disponível em: <https://www.agenciatau.com.br/noticia/mais-de-300-vagas-de-emprego-disponiveis-nesta-segunda-feira-em-maceio/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

MILENO, Gabriel; FRANÇA, Graziela. Mais da metade dos Investimentos do Banco do Nordeste foram em empresas de médio e grande porte em 2023. **Agência Tatu**. [S. l.], 26 out. 2023. Disponível em: <https://www.agenciatau.com.br/noticia/investimentos-bnb-empresasmedio-grande-porte/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

PROJOR. Atlas da Notícia. **Instituto Projor**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.atlas.jor.br/v6/>. Acesso em: 3 abr. 2025.

SALAVERRÍA, Ramón. Veinticinco años de evolución del ecosistema periodístico digital en España. In: SALAVERRÍA, Ramón; MARTÍNEZ-COSTA, María-del-Pilar (Org.). **Medios nativos digitales en España**. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2021. p. 21-29.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6542>. Acesso em: 03 abr. 2025.

TRINDADE, Wanderson. Na pirâmide social, qual a sua distância para um super-rico do Brasil? O **Povo+**. [S. l.], 14 out. 2023. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/reportagensespeciais/2023/10/14/na-piramide-social-qual-a-sua-distancia-para-um-superrico-dobrasil.html>. Acesso em: 14 abr. 2025.

TRINDADE, Wanderson; CAJAZEIRA, Alexandre. Os números da campanha histórica do Fortaleza na Copa Sul-Americana. **O Povo+**. [S. l.], 27 out. 2023. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/reportagens-especiais/fortaleza-time-105-anos/2023/10/27/osnumeros-da-campanha-historica-do-fortaleza-na-copa-sul-americana.html>. Acesso em: 17 abr. 2025.

GT 2

MÍDIA E DIMENSÕES DO TEMPO –
RELAÇÕES COM O DISCURSO DE ÓDIO, O
RACISMO E A MISOGINIA

DESINFORMAÇÃO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA REDE SOCIAL INSTAGRAM, UMA ANÁLISE HERMENÊUTICA¹

*Mayra CARNEIRO*²

Mestranda

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

*Giocelli SILVA*³

Graduado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

*Loane FERREIRA*⁴

Mestranda

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Resumo

O presente artigo tem como objetivo investigar como a desinformação circula nas plataformas digitais e se vincula a práticas misóginas. Para isso, serão observados comentários publicados em uma postagem do perfil “Diário Curu”. Para auxiliar nas intenções propostas, utilizamos como caminho teórico-metodológico a Hermenêutica em Profundidade de John Thompson (1995), a fim de compreender como

1 Trabalho apresentado no GT 2- Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com o discurso de ódio, o racismo e a misoginia integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.

2 Mestranda do PPGCOM. Membro do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação (NUJOC - UFPI). E-mail: mayraalessandra9@gmail.com.

3 Aluno especial no PPGS. Graduado em Administração (UFPI). E-mail: giocelli.matheus@ufpi.edu.br.

4 Mestranda PPGCOM. E-mail: loane.ferreira@ufpi.edu.br

a desinformação se articula ao discurso de ódio e contribui para o aprofundamento da misoginia nas redes sociais. A partir dos dados analisados, verificamos que as narrativas desinformacionais estimulam discussões baseadas em elementos que não correspondem aos fatos, o que contribui para a propagação de discursos de ódio que ferem a dignidade humana e reforçam a desvalorização das mulheres.

Palavras-chave

Relações com o discurso de ódio; Desinformação; Misoginia; Instagram.

Introdução

A desinformação tem ganhado cada vez mais destaque na sociedade contemporânea, sobretudo, após o advento das redes sociais digitais. A facilidade de produzir e compartilhar conteúdos na *web*, somada ao funcionamento de algoritmos que favorecem publicações enganosas, cria um terreno fértil para a propagação do discurso de ódio.

Nesse sentido, como aponta Rêgo (2021), “a desinformação ganha corpo e velocidade, por meio da rede mundial de computadores e das mídias sociais” (p. 223), que atuam como catalisadores na propagação das diversas manifestações de ódio. Isso acontece porque as narrativas desinformacionais, muitas vezes camufladas sob a aparência de opinião ou crítica, mobilizam afetos negativos e acionam o “ódio, um afeto inerente ao ser humano” (Silva 2025, p. 17).

De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH), os principais alvos dessas manifestações são

grupos em situação de vulnerabilidade, como mulheres, refugiados, migrantes, pessoas pretas e pessoas LGBTQIAPN+. Logo, o discurso de ódio atua não apenas reforçando estigmas e discriminações historicamente presentes na sociedade, mas também aprofundando a marginalização desses sujeitos.

Quando palavras e práticas ofensivas passam a ser repetidas de forma contínua e socialmente tolerada, o resultado é a deslegitimação desses indivíduos e grupos, que têm suas identidades e experiências reduzidas, invalidadas e tratadas como menos dignas de consideração pública.

Diante disso, as manifestações de ódio podem assumir as mais variadas formas, sendo algumas delas mais recorrentes e facilmente identificáveis. Neste ponto, verifica-se que existem diversas causas possíveis para o ódio, e que cada uma delas pode gerar um tipo específico de manifestação desse sentimento. A misoginia, o racismo, a homofobia e a xenofobia são algumas dessas expressões, cujas causas podem ser múltiplas, desde fatores culturais e religiosos até experiências pessoais negativas envolvendo determinadas pessoas ou grupos (Steffen; Wainberg, 2008).

A misoginia, por exemplo, se apresenta como uma das expressões mais recorrentes desse fenômeno, uma vez que as desigualdades de gênero, historicamente enraizadas no Brasil e no mundo, constituem a base da opressão contra as mulheres. Conforme indicam os dados do Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ObservaDH) e da SaferNet, essa modalidade de violação apresentou um crescimento significativo entre 2017 e 2022, tornando-se a que mais avançou entre os crimes

de ódio praticados no ambiente digital⁵. Esse cenário se agrava ainda mais quando o fenômeno da desinformação se alia ao discurso de ódio, pois tal combinação contribui para a manutenção de preconceitos e para a reprodução de entendimentos equivocados sobre sujeitos e grupos (Santiago, 2024).

Desse modo, este trabalho busca compreender como a desinformação se articula ao discurso de ódio e contribui para o aprofundamento da misoginia nas redes sociais. Para isso, analisa-se um conjunto de comentários publicados em uma postagem do perfil “Diário Curu”, que se apresenta como veículo de “informação com credibilidade”, mas que, no caso em questão, divulgou uma publicação desinformacional, construída de modo a confundir o leitor sobre o caso de violência envolvendo Liana Garcia, jovem que recebeu 61 socos do namorado.

Para auxiliar nas intenções propostas, será utilizado como caminho teórico-metodológico a Hermenêutica em Profundidade de John Thompson (1995) que permite interpretar e reinterpretar o fenômeno, uma vez que o “objeto de análise é uma construção simbólica significativa, que exige uma interpretação” (p. 335).

A máquina afetiva da desinformação

“A desinformação atua na manutenção de preconceitos e na reprodução de entendimentos equivocados, razão pela qual deve ser combatida” (Santiago. 2024, p. 17).

5 Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/misoginia-mulheres-sao-vitimas-de-ataques-e-violacoes-de-direitos-na-internet>. Acesso em: 15 nov. 2025.

As tecnologias digitais mudaram profundamente as dinâmicas sociais, reconfigurando as formas de receber, compartilhar e consumir informações. Essa transformação tornou os fluxos comunicacionais mais imediatos, fragmentados e sujeitos a maior circulação de sentidos. Grande parte dessa mudança decorre do advento das redes sociais, que passaram a atuar como mediadoras centrais da experiência informacional na vida cotidiana.

Esse novo cenário, embora tenha democratizado o acesso à informação e ampliado as possibilidades de participação social, também trouxe desafios importantes, como a dificuldade de verificação dos fatos, a propagação de desinformação e o fortalecimento de discursos de ódio. Em contramão da circulação informacional, emerge o fenômeno da desinformação, que se tornou especialmente relevante e amplamente debatido a partir do final do século XX e início do século XXI, impulsionado sobretudo pela velocidade com que se propaga nas redes sociais digitais.

Quando falamos de desinformação na contemporaneidade, estamos nos referindo a um fenômeno potencializado pelas arquiteturas digitais, que operam em escala massiva, por meio de processos automatizados ou não e dotados de elevado potencial de circulação, conforme assinala Rêgo (2021).

Nos ambientes digitais contemporâneos, o discurso de ódio e a desinformação assumem papéis centrais na configuração dos debates públicos, muitas vezes tensionando os limites da liberdade de expressão e do convívio democrático. Embora

frequentemente interligados, esses dois fenômenos podem se manifestar de maneira autônoma: é possível disseminar conteúdos desinformativos sem necessariamente incorrer em discurso de ódio, assim como é viável propagar narrativas de ódio sem, necessariamente, veicular informações falsas.

A desinformação desarticulada do discurso de ódio pode ser utilizada como um instrumento estratégico de poder (Silva 2025), empregado com o intuito de manipular a opinião pública e consolidar posições hegemônicas no campo político, social ou ideológico, enquanto o discurso de ódio atua como ferramenta de exclusão, opressão e violência. Quando associados, caminham articulados na perpetuação da xenofobia, do racismo, da misoginia, da intolerância e diversas outras formas de discriminação. À medida que esses dois fenômenos se fundem, seus efeitos são “prejudiciais a todas as esferas do nível social, pois impactam não apenas um indivíduo, mas todos que compõem a sociedade” (Silva, 2025, p. 33).

Essa constante disseminação de informações, que diariamente bombardeiam a sociedade, contribui para a dispersão da atenção crítica dos indivíduos. Diante desse excesso de estímulos, “as pessoas se dispersam em relação ao julgamento crítico e acabam caindo nas armadilhas da desinformação” (Furtado; Dias, 2023, p. 9), que usa a máscara de informação para ganhar credibilidade (Rêgo, 2021).

Além disso, Pilati (2023) destaca que o sistema de crenças está profundamente enraizado nas relações sociais, por isso, quando surge uma narrativa que provoca dúvidas ou instabili-

dade, muitos indivíduos recorrem às interpretações predominantes em seu grupo de pertencimento para reafirmar sua posição. Nesses contextos, mesmo a apresentação de evidências que contradizem a falsidade pode produzir o efeito contrário, fortalecendo ainda mais a crença no conteúdo enganoso. Assim, o autor enfatiza que a adesão à desinformação não se sustenta na correspondência com a realidade, mas na força dos laços afetivos, das crenças e dos valores que estruturam a visão de mundo dos sujeitos.

Assim, de acordo com Elisa Hartwig, advogada e pesquisadora em direitos humanos e violência de gênero da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, o negacionismo configura o principal fator de expansão da violência de gênero no ambiente digital, especialmente em razão da desinformação, como abordaremos no próximo capítulo ao tratar da misoginia no ambiente digital.

Misoginia no Espaço virtual

Classificada como sendo uma categoria do discurso de ódio, a misoginia, conceituada pela ONU Brasil como o ódio contra mulheres, está diretamente relacionada às desigualdades de gênero historicamente observadas no Brasil e no mundo⁶. De acordo com o MDH, essas desigualdades formam a base da opressão contra mulheres e alimentam a circulação

6 Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/misoginia-mulheres-sao-vitimas-de-ataques-e-violacoes-de-direitos-na-internet>. Acessado em: 01 nov. 2025.

de crenças e práticas misóginas, que se manifestam tanto em violências simbólicas quanto em violências explícitas. Essas desigualdades alimentam e disseminam práticas e crenças que inferiorizam e desvalorizam as mulheres, resultando em formas de tratamento violento e desrespeitoso, negando-lhes dignidade e igualdade.

Um estudo realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em parceria com o Ministério das Mulheres, identificou um crescimento expressivo do discurso de ódio contra mulheres no ambiente digital, especialmente no *YouTube*. A pesquisa mapeou 137 canais que, entre 2018 e 2024, produziram mais de 105 mil vídeos de teor misógino, acumulando 3,9 bilhões de visualizações.

Esses conteúdos, em grande parte monetizados, são disseminados majoritariamente por influenciadores homens que atacam mulheres acima de 30 anos, feministas e mães solo, reforçando ideologias baseadas no desprezo, humilhação e controle feminino⁷. O estudo revela, assim, a consolidação de uma economia da misoginia, na qual o ódio às mulheres se transforma em produto e estratégia de engajamento.

A plataforma *Instagram* também não fica de fora quando o assunto é disseminação de discurso de ódio. Com aproximadamente 146,1 milhões de usuários ativos no Brasil⁸, esse espaço

7 Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/12/13/estudo-identifica-crescimento-do-discurso-de-odio-contra-mulheres-na-internet.ghtml>. 01 nov. 2025.

8 Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/brasil-e-termometro-para-avaliar-futuro-do-instagram-diz-vp-da-rede-social/>. 01 nov. 2025.

também se tornou um ambiente fértil para a propagação de comentários e publicações de caráter misógino. A rede social foi criada em 2010 e adquirida pelo grupo Meta em 2012, consolidou-se como uma das redes sociais mais populares no mundo, ultrapassando a marca de dois bilhões de usuários ativos.

A plataforma tem como característica central a lógica da imagem, combinando fotos, vídeos e recursos interativos que favorecem tanto a circulação de conteúdos pessoais quanto a difusão de informações em escala global.

À luz dessas informações, a pesquisadora Taiza de Souza Costa Ferreira, explica que o ódio contra a mulher tem se intensificado no ambiente digital. Ela relaciona a expansão da misoginia à dinâmica social patriarcal que estrutura a sociedade, marcada pela desigualdade de direitos entre homens e mulheres.

Segundo a pesquisadora, o ódio histórico dirigido às mulheres faz com que elas sejam compreendidas como um grupo minoritário, vulnerável a diversas formas de violência. Dentro desse grupo, há ainda subgrupos que sofrem agressões de gênero de maneira ainda mais intensa, como mulheres transexuais, lésbicas, indígenas e negras. “Todas essas subcategorias são vítimas de discurso misógino”, afirma Taiza de Souza.

À vista disso, Silva (2025) observa que a misoginia no ambiente digital opera como um mecanismo de violência contínua, cujas manifestações ultrapassam o campo simbólico e atingem diretamente a integridade das mulheres. “As mulheres seguem sendo alvos de crimes de ódio, manifestados, por meio de discursos que resultam em violência psicológica, assédio,

abuso online e, em casos extremos, agressões físicas sistemáticas, colocando em risco suas vidas” (p.71).

Esse cenário evidencia que a violência contra às mulheres segue em crescimento tanto no ambiente virtual, como no físico:

“O aumento dos discursos de ódio e da circulação de armas, a banalização da violência, a misoginia, a objetificação e o sentimento de posse sobre as vidas das mulheres têm agravado o cenário de violência, desencadeando, em sua maioria, o feminicídio íntimo” (LUZ; FERREIRA; BARBOSA, 2025, p. 17)⁹

É importante destacar que, entre os principais alvos dos discursos de ódio nas redes sociais digitais, encontram-se mulheres de 18 a 35 anos, sendo a maioria delas mulheres negras (Trindade, 2022).

Por fim, reforçamos a importância desses materiais e abordagens como base para o suporte metodológico da Hermenêutica de Profundidade, proposta por Thompson (1995). Essa metodologia nos permite desenvolver uma compreensão estruturada em três fases analíticas distintas e complementares entre si, desempenhando um papel essencial no desenvolvimento da análise.

Desinformação e discurso de ódio nos ambientes digitais

Como já mencionado, este artigo tem como objeto de análise os comentários feitos na publicação do perfil de notícias

9 Disponível em: [elas-vivem_um-caminho-de-luta_fev25_WEB-1.pdf](#).
Acessado em: 17 out. 2025.

“Diário Curu”, que usou a violência sofrida por Juliana Garcia para compartilhar desinformação. A metodologia será aplicada para compreender como a desinformação contribui para o aprofundamento da misoginia no *Instagram*.

Para a compreensão desse fenômeno entendemos que a desinformação ultrapassa a mentira, uma vez que há circulação de “narrativas dúbias e/ou híbridas”, produzidas a partir da combinação entre elementos verdadeiros e falsos, essas mensagens constroem enredos distorcidos, fragmentados e manipulados, por isso, conseguem circular com facilidade na sociedade (Rêgo, 2021).

Dito isso, reiteramos que esta pesquisa se concentra nos aportes teóricos da metodologia da Hermenêutica em Profundidade que nos permitiu (e permite) empreender um processo contínuo de interpretação e reinterpretação dos acontecimentos. Além disso, como ferramenta metodológica utilizamos a Análise de Conteúdo que, para Bardin (1977), trata-se de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (p. 40).

Especificamente quanto ao observável, salientamos que foram catalogados 38 comentários, dentre eles nove manifestações misóginas que acionam, direta ou indiretamente, o caso em questão, além de evidenciarem a culpabilização da vítima e o desprezo à vida das mulheres. O recorte foi selecionado de forma intencional. No caso da publicação, o critério de escolha foi o fato de se tratar de uma notícia tendenciosa que apre-

sentava características de desinformação. Já em relação aos comentários, deu-se preferência àqueles que expressavam, de maneira velada ou direta, manifestações de misoginia.

A partir disso, elencamos a categoria “desvelando os ataques contra as mulheres nas redes sociais” para nos auxiliar a sistematizar melhor a análise aqui proposta, mas compreendemos que o fenômeno é multidimensional e se relaciona em todos os eixos.

Desvelando os ataques contra às mulheres nas redes sociais

A partir dos 38 comentários analisados, percebemos três claramente misóginos e seis que culpabilizam a vítima. Embora apenas três comentários apresentem misoginia de forma explícita e direta, é possível observar que seus resíduos atravessam grande parte das demais interações, manifestando-se em insinuações moralizantes, julgamentos sobre o comportamento da vítima e tentativas de relativizar a violência sofrida. Esse traço difuso revela que a misoginia não depende apenas de declarações abertamente hostis, ela opera também de modo subterrâneo, construindo significados e acionando afetos coletivos.

A responsabilização da vítima nos seis comentários funciona como uma estratégia discursiva de deslocamento e neutralização do problema central (o crime/abuso). Ao culpar a vítima, os comentaristas não só distorcem causalidades, como também promovem dois efeitos: desmobilização da empatia

coletiva e reorientação do debate para questões secundárias (moralidade, comportamento, roupa, etc.). Isso cria um cenário em que o feminicídio ou a violência é tratada como problema individual ou moral, e não como violência estrutural que exige responsabilização.

Figura 01- Captura de tela de postagem no Instagram



Fonte: do próprio autor

Além disso, observa-se uma correlação entre a publicação desinformacional e os comentários hostis, uma vez que postagens tendenciosas criam um contexto interpretativo favorável não apenas à misoginia, mas também a outras manifestações de ódio. Esse fenômeno revela como a desinformação atua como vetor de poder, ela não se limita a fornecer informações incorretas, mas reforça os discursos sociais que legitimam injustiças e mantêm estruturas de opressão.

Em termos de dinâmica de rede, comentários misóginos e de culpabilização têm potencial de contágio afetivo (raiva, escárnio) e de curadoria algorítmica (engajamento), ampliando seu alcance desproporcionalmente à sua frequência original.

Esse ambiente virtual, permeado por sarcasmo, difamação e discursos moralistas, não é neutro, ele funciona como uma arena de disputa por significados e controle narrativo, em que a verdade factual perde relevância diante da circulação de preconceitos e emoções extremas. Assim, compreender tais interações exige ir além do caráter individual das agressões e considerar o papel estruturante das redes digitais na construção e legitimação de estigmas sociais.

Figura 02- Captura de tela de postagem no Instagram



Fonte: do próprio autor

Além disso, é importante reiterar que a postagem é considerada desinformação pela forma como o conteúdo é apresen-

tado. Ao dar ênfase ao “amor recebido pelo agressor”, a postagem propaga uma percepção distorcida da realidade, tendo em vista que não há dados concretos que comprovem que ele recebeu declarações de amor, nem que esse seria um fenômeno generalizado ou relevante diante do crime. Além disso, a publicação induz o leitor a acreditar que as ‘declarações de amor’ partiram da própria vítima, reforçada tanto pelo título quanto pela foto de capa que coloca agressor e vítima lado a lado.

O fato da publicação ser considerada desinformacional se fundamentou na tipologia proposta por Wardle e Derakhshan (2017) e nos conceitos de desinformação de Rêgo (2021) e Schneider (2022). A classificação de Wardle e Derakhshan (2017), que distingue *mis-information* (informação incorreta), *dis-information* (desinformação) e *mal-information* (informação verdadeira utilizada de forma nociva), oferece um arcabouço sólido para delimitar o fenômeno e possibilita uma análise mais rigorosa das dinâmicas e dos efeitos da desinformação no ambiente digital contemporâneo.

De modo geral, a *Dis-Information* ocorre quando informações falsas são compartilhadas, mas sem intenção de causar danos. Já a *Mis-Information* acontece quando informações falsas são compartilhadas intencionalmente para causar danos e a *Mal-Information* refere-se à divulgação de informações verdadeiras, mas descontextualizadas ou tornadas públicas com o objetivo de prejudicar alguém ou algum grupo. A publicação em questão se trata de uma má informação (*Mal-*

-*Information*), pois traz uma informação verdadeira dentro de um contexto que se torna desinformação.

Uma das características da desinformação no ambiente digital, segundo Schneider (2022), é apresentar inicialmente um fato verdadeiro e, em seguida, misturá-lo com informações falsas, tornando a narrativa mais facilmente aceita pelo público.

Para o autor:

“o universo da desinformação, em suma, é constituído por um amplo conjunto de informações, inclusive audiovisuais, quase sempre falsas, mas misturadas com elementos verdadeiros ou verossímeis em sua composição, elementos aparentemente racionais, supostamente aparentemente reais” (Schneider, 2022, p. 78).

Logo, a postagem não apenas desinforma, mas também mobiliza afetos e sentidos que deslocam o foco da violência sofrida pela vítima para a figura do agressor. O enunciado sugere que, mesmo após a circulação de imagens brutais, o acusado teria recebido “declarações de amor”. Entretanto, a formulação do texto é vaga e não explicita quem seriam os responsáveis por tais declarações, o que pode induzir a interpretação de que a própria vítima, a mulher agredida, teria feito tais manifestações.

Esse efeito discursivo é ainda mais problemático, pois reforça crenças misóginas que já circulam socialmente, segundo as quais a mulher “apanha porque gosta” ou “merece apanhar”. Além disso, a publicação cria e distorce fatos para gerar impacto emocional, explorando escândalo, pois a mensagem

também implícita é que “mesmo agredindo, ele continua desejado pelas mulheres”, reforçando o estigma de que as mulheres toleram ou até desejam homens violentos. Assim, o conteúdo opera como mecanismo simbólico que, ao invés de condenar a violência, acaba relativizando-a e contribuindo para sua naturalização, reforçando a cultura da idolatria ao agressor.

Sobre esse cenário, Gomes (2008) contribui explicando que mesmo quando as pessoas buscam ativamente por informações, elas muitas vezes não encontram a verdade, mas sim reafirmação de crenças que já possuem. Isso acontece porque o processo de busca por conhecimento é mediado por convicções já internalizadas.

Essas convicções funcionam como filtros que distorcem ou limitam a forma como a informação é interpretada. Assim, mesmo diante de dados reais, a compreensão pode ser enviesada, comprometendo o acesso a uma informação verdadeira.

Considerações finais

Através dos caminhos interpretativos identificados na análise, desvelamos como a desinformação se articula ao discurso de ódio para agredir tanto a vítima quanto às mulheres em geral, funcionando como um mecanismo de reforço a discursos patriarcais e a normas sociais excludentes. A articulação entre esses dois fenômenos é extremamente danosa, pois aciona múltiplos níveis de violência.

A análise dos conteúdos compartilhados nas redes sociais permite investigações detalhadas, das quais selecionamos intencionalmente aqueles que se alinham aos objetivos do estudo, considerando sua rápida circulação, a quantidade de comentários e a tentativa deliberada de deslocar a discussão sobre a violência para temas secundários, promovendo assim uma desinformação em torno do caso.

Observou-se que os comentários criam narrativas misóginas e de culpabilização da vítima que trazem inúmeros pontos a se problematizar. Primeiramente, romantizam agressores, deslocam o foco da vítima e normalizam a violência, além de ampliar o alcance de conteúdos misóginos.

Os achados evidenciam problemáticas dos processos de desinformação que incidem sobre a condição feminina, mas também demonstram que, em qualquer contexto, a desinformação já constitui, por si só, uma questão central de enfrentamento científico. Sobre isso, o cunho desta pesquisa é de total enfrentamento contra os discursos de ódio, disfarçados de opinião, que são proferidos na rede social ‘Instagram’ mirando como vítimas os grupos de minoria, principalmente, mulheres.

Dessa forma, é possível perceber que o aprofundamento da desinformação no ambiente digital evidencia que a misoginia não apenas se mantém, mas se reinventa em novas formas de ataque simbólico. A circulação de conteúdos enganosos, ao combinar elementos de veracidade com distorções e falsidades, cria um terreno fértil para a naturalização de discursos de ódio contra as mulheres.

Essa dinâmica reforça estereótipos, fragiliza a credibilidade feminina nos espaços públicos e institucionais e, sobretudo, legitima práticas de violência simbólica que se convertem em violência concreta. Assim, compreender a interseção entre desinformação e misoginia é essencial não apenas para denunciar tais mecanismos, mas também para construir estratégias de resistência que promovam uma esfera pública mais ética, plural e igualitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. As ameaças da **desinformação eleitoral na era da “dromocracia”**. Brasil Contra Fake, 11 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contrafake/noticias/2024/09/as-amea>. Acesso em: 30 out. 2025.

FURTADO, Camila; DIAS, Thiago Magela Rodrigues. A pessoa bibliotecária como agente de combate à desinformação na área da Ciência da Informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 19, p. 1-19, 2023.

Gomes, W. (2008). **Maapeando a audioesfera política brasileira**: os soundbites políticos no Jornal Nacional. Paper. São Paulo: PUC.

PILATI, Ronaldo. **Ciência e pseudociência**: por que acreditamos naquilo em que queremos acreditar. Editora Contexto, 2023.

RÊGO, A. R. **Construção intencional da ignorância na contemporaneidade e o trabalho em rede para combater a desinformação**. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, v. 15, n. 1, 2021. DOI: 10.29397/reciis.v15i1.2293. Acesso em: 10 de out. de 2025.

THOMPSON, John B. (1995). **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Vozes.

SANTIAGO NETO, Octávio. A construção do preconceito contra o povo do Nordeste: jornalismo, estereótipos sociais e escrevivências. 2024. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, jul. 2024

SILVA, Karolene Veras da. **Ataques a jornalistas negras**: uma interpretação a partir do discurso de ódio e do fenômeno da desinformação nas redes sociais. 2025. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2025.

SCHNEIDER, Marcos. **A era da desinformação**: pós-verdade, fake news e outras armadilhas. Rio de Janeiro: Garamond, 2022.

STEFFEN, C.; WAINBERG, J. A. Ódio.org.br: rastreamento e caracterização de movimentos de ódio na Internet em português. In: Mostra de pesquisa da pós-graduação da PUCRS, 3., 2008, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: PUCRS, 2008. p. 1-47.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder**: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. Council of Europe, 31 out. 2017. Disponível em: <https://shorensteincenter.org/information-disorder-framework-for-research-and-policymaking/>. Acesso em: 30 out. 2025.

ATIVISMO SUBVERSIVO DIGITAL: RITA VON HUNTY E PEDAGOGIA FREIREANA, RESISTÊNCIA, EDUCAÇÃO E DEBATE CRÍTICO PARA MUDANÇA SOCIAL¹

*Juliana TEIXEIRA*²

Doutora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

*Raffael ALMEIDA*³

Doutorando

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC

*João RIBEIRO NETO*⁴

Doutorando

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC

Resumo

A drag Rita von Hunty subverte normas de gênero e promove diversidade. Inspirada em Paulo Freire, ela debate justiça social e direitos LGBTQIAPN+. Desconstrói tabus e discriminação, criando um ambiente acolhedor. Seu trabalho é analisado no artigo “Ativismo Sub-

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 2 – Mídia e Dimensões do Tempo – relações com o discurso de ódio, o racismo e a misoginia do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.
 - 2 Doutora, Professora em Comunicação da UFPI e Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFC. Email: teixeira.juliana.rj@gmail.com
 - 3 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFC. Email: raffaelbezerraalmeida@gmail.com
 - 4 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (POET) pela Universidade Federal do Ceará – U F C e também faz parte do grupo de pesquisa TRADIC – Traduzindo identidade e cultura, johngrandson1903@gmail.com

versivo Digital: Rita von Hunty e Pedagogia Freireana, Resistência, Educação e Debate Crítico para Mudança Social”. Dialoga com Almeida (2024) e outros autores. A artista promove educação crítica e debate midiático. Impacto significativo para grupos minoritários brasileiros. Ela é uma voz potente na luta por direitos humanos.

Palavras-chave

Mídia social digital; *Drag queen*; Comunicação performática drag.

Introdução

O ativismo subversivo da drag queen brasileira Rita von Hunty e a pedagogia de freireana têm sido utilizados nas plataformas digitais como ferramenta *queer*⁵ de resistência, educação e do debate crítico nas mídias digitais. A performatividade drag envolve a criação de personagens artísticos que desafiam as normas de gênero e exploram a fluidez e a diversidade. As redes digitais constituem-se num espaço empoderador onde os/as artistas manifestam suas performances e se conectam com uma audiência global, evidenciando importante contribuição para o cenário social. Nosso estudo tem como objeto a performatividade da drag, como estratégia de difusão do conhecimento numa perspectiva crítica sob a influência do pensamento do educador e filósofo Freire (1987).

Rita vem ocupando espaços nas plataformas digitais discutindo diferentes temas, questões e conceitos que visam a des-

5 Em sua tradução literal do inglês, a palavra *queer* significa estranho, excêntrico, abjeto, esquisito. Uma palavra até então utilizada para ofender, foi apropriada e utilizada por intelectuais e artistas como uma abordagem política das diferenças.

construção de tabus e preconceitos, com destaque para o universo LGBTQIAPN+⁶ que abrange diversas orientações sexuais e identidades de gênero, incluindo Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer e outros, compreendendo indivíduos com experiências e expressões de gênero diversificadas. O artigo analisa a performance de Rita von Hunty e sua utilização da rede digital como plataforma de difusão de seu trabalho acadêmico e ativista, em defesa dos direitos humanos e grupos minoritários brasileiros, dialogando com autores como Foucault (1988) e outros, e se baseando na pesquisa de Almeida (2024).

A conectividade telemática transformou o cotidiano, criando um cenário midiaticizado onde as redes digitais são fundamentais para a conexão e visibilidade, influenciando os modos de ser, estar e se relacionar no mundo atual. A drag utiliza o ativismo digital para construir uma narrativa queer e desafiar o binarismo de gênero, promovendo diversidade e inclusão. Sua abordagem é sustentada por teorias de gênero e performatividade, como as de Butler (2015) e Beauvoir (1980) e outros, e se inspira na pedagogia de Paulo Freire (1987). O movimento LGBTQIAPN+ encontra força na resistência e arte, com a performatividade drag desafiando normas de gênero e promovendo debates críticos e educação. A presença digital de artistas drags amplia o potencial comunicativo de grupos minoritários,

6 Disponível em: https://www.conder.ba.gov.br/sites/default/files/2024-06/Cartilha_%20LGBTQIAPN_2024.pdf.

contribuindo para a desconstrução do binarismo de gênero e a visibilidade de diversas identidades.

O presente artigo constitui-se da análise da performance da drag participante neste estudo, tipo e quantidade de interação junto com seus seguidores, propõem-se investigar a performatividade de Rita von Hunty ao proporcionar debates críticos no seu perfil digital do Instagram, ressaltamos que a drag queen possui também o canal no YouTube “Tempero Drag” servindo de referências para esta pesquisa.

Almeida (2020) retrata, na fala da artista, como as drags se tornaram instrumentos de expressão comunicativa e transformação social. O autor enfatiza o impacto da sua performance na sua voz e discurso; ela ampliou seu alcance através da junção da arte e da academia, utilizando a internet e plataformas digitais para debates urgentes, com enfoque na política, na cultura, e como docente e educadora. É a representação de um espetáculo artístico de reflexões sociais de justiça e igualdade, tornando os debates mais acessíveis e reverberantes para um público global. Combinando suas experiências de vida enquanto pertencente da comunidade LGBTQIAPN+ com sua performance e diálogo crítico, ela cria um espaço acolhedor e de reflexão crítica, mostrando que as identidades são uma arma grandiosa usada como ferramenta de transformações de direitos civis.

Rita transita entre o real e o virtual, performando sua identidade drag e alcançando grande aceitação do público. Reconhecida como *drag queen* ativista, sua militância digital é uma

extensão artística de suas performances. Sibilia (2016) destaca as redes digitais como um mercado potente para criação, edição e divulgação de trabalhos artísticos, funcionando como uma vitrine global midiática.

A cada compartilhamento, as drags trazem questões sobre diversidade de gênero, questionando o binômio social e promovendo reflexão sobre a fluidez de corpos no contexto social e virtual. Isso revela que as redes são um lugar identitário para grupos minoritários. Butler (2015) argumenta que estudar drags é complexo, pois a performance queer, embora subversiva, está inserida em uma sociedade com padrões rígidos de gênero. Assim, a performance drag se relaciona com movimentos sociais e artísticos minoritários, promovendo diversidade de gênero no contexto social e midiático.

Queer é um termo que abrange identidades e expressões não normativas, como homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis e drags. É o excêntrico que não deseja ser assimilado ou tolerado, mas sim questionar e subverter as estruturas de poder e as normas sociais. Sendo um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, assumindo o desconforto da ambiguidade e do indecível. É um corpo estranho que incomoda, perturba, provoca e fascina, recusando-se a ser encaixado em categorias fixas e definidas. Ao abraçar a estranheza e a diversidade, o queer se torna um movimento político e cultural que promove a visibilidade e a representação de identidades não normativas, celebrando a complexidade e a

criatividade humana. É um convite a questionar as normas e a explorar novos modos de ser e de existir (Louro, 2018).

Os vídeos do canal *Tempero Drag*, no YouTube, apresentam uma rica abordagem de temas, com citações de obras de literatura, teatro, sociologia, antropologia e política. Seria interessante se viessem acompanhados de uma lista de referências bibliográficas, nos moldes acadêmicos. Segundo Guilherme, o uso de bibliografias, em vez de opiniões infundadas, torna o debate acadêmico mais acessível ao público (Almeida, 2020).

A drag queen Rita von Hunty é uma figura icônica, vestida com uma saia branca que deixa ver os joelhos e uma blusa de listras azuis e brancas colada ao corpo. Um broche com o símbolo do comunismo, a foice e o martelo, adorna o lado esquerdo do peito. Com 1,80 metro de altura, descontado o salto, ela é uma presença marcante. Seu rosto aquilino é emoldurado por uma peruca volumosa, de cabelos ondulados como os das pin-ups dos anos 50, uma paixão da drag. O nome “Rita” é uma homenagem à atriz americana Rita Hayworth, enquanto “von” é uma referência à dançarina burlesca Dita Von Teese. O sobrenome “Hunty” vem de uma gíria usada pelas drags americanas para expressar admiração ou carinho. Com sua estética única e personalidade forte, Rita von Hunty se destaca na cena drag brasileira (LISBOA, 2019).

A drag brasileira é uma representação extrema da essência feminina glamourosa e afável, inspirada nas pin-ups. Com seu estilo único, ela encarna uma feminilidade exagerada e caricata, desafiando as normas de gênero e questionando a ideia

de uma identidade fixa. Guilherme, com seu amplo repertório intelectual, discuta sobre diversos temas, rompendo com a construção normativa de dualidade de gêneros. Sua abordagem queer desafia as categorias binárias e promove uma visão mais fluida e plural da identidade. As drag queens, como a artista citada, subvertem a ideia de gênero ao demonstrar, através de sua “montação drag”, a pluralidade de corpos e expressões. Isso corrobora com a “Arte Queer do Fracasso” de Halberstam (2020), que celebra a falha e a inadequação como formas de resistência às normas sociais (ALMEIDA, 2024).

Em um vídeo de cinco minutos no canal “Tempero Drag” do YouTube, Rita von Hunty usa humor e crítica para discutir consciência de classe. Com uma peruca escura, cílios postiços e uma boneca Barbie fake, ela compara uma jovem que acha que tem uma Barbie verdadeira, mas é uma boneca barata de R\$1,99, com pessoas de classe média baixa que se acham ricas. “Ela é uma escala, em menor tamanho, de você, pobre de direita ou classe média baixa, que tem certeza de que é rico. E, assim como Roxellycsen não é a Barbie, você não faz parte da elite brasileira”, diz Rita em tom professoral. O vídeo, amplamente divulgado, tem mais de um milhão de visualizações e é um exemplo de como Rita usa sua plataforma para educar e fazer pensar sobre questões sociais e econômicas. Este estudo visa analisar o perfil de Rita von Hunty (@rita_von_hunty), examinando o conteúdo, interação, performance e discurso midiático em relação à educação freireana, com base em 5 publicações de junho de 2024.

Método

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a performance artística da drag brasileira Rita no Instagram, considerando a sua atuação em nível global na mídia digital. Este estudo utiliza uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos (Almeida, 2024) para analisar as publicações da artista. A abordagem qualitativa explorará a construção de sua identidade e representação artística, enquanto a abordagem quantitativa identificará padrões e tendências nos dados coletados.

Os instrumentos para a coleta de dados serão por meios tecnológicos de comunicação remota, ensaio dos objetos de análise serão fotos e vídeos publicados pela artista no Instagram. Estes dados serão fundamentais para estabelecer um arcabouço do produto principal da pesquisa as impressões do sujeito que constrói o “ser drag”.

A análise será realizada com base no ativismo subversivo drag e sua relação com a educação freireana. Isso possibilitará uma compreensão mais profunda de como a artista utiliza a rede digital para promover sua arte e sua mensagem, em que forma sua performatividade artística refere-se com a educação crítica e a emancipação da classe oprimida.

Com o foco de responder às seguintes questões: Como a drag Rita constrói sua identidade e representa sua arte no Instagram? Quais são as principais características de sua performance artística e como elas se relacionam com o ativismo sub-

versivo queer? De que forma a educação freireana é apropriada e representada nas publicações da drag Rita?

A atuação desta pesquisa contribuirá para uma melhor compreensão da interseção entre arte, ativismo e educação crítica, fazendo a reflexão sobre o papel da plataforma digital na construção de identidades e na promoção de mudanças sociais. Igualmente, espera-se com os resultados deste estudo possam ser proveitosos para artistas, ativistas, digital influencer, educadores procuram utilizar a rede digital e a arte como ferramentas para promover justiça social e a igualdade.

Resultados e discussões

A inspeção das publicações de Rita em seu perfil digital Instagram, realizada nos dias 3,7,18,25 e 26 de julho de 2024, mostrou alguns resultados expressivos. A tabela avançada para esta pesquisa, baseou-se no autor Almeida (2024), permitiu categorizar e analisar os dados coletados. Em relação ao tipo de publicação e interação, os dados revelaram que Rita publicou vídeos e fotos em seu perfil digital durante o período analisado. Os vídeos foram os mais populares, com média de 730.922 reproduções e 13.900 curtidas.

O compartilhamento mais popular foi o vídeo intitulado “ABC do socialismo”, no qual teve 730.922 reproduções e 59 mil curtidas. No que concerne ao tipo de performance revelou que a artista realizou diferentes tipos de performances, incluindo debates e palestra. No caso, do vídeo analisado em que estava

montada e discutindo temas como socialismo, trabalho infantil e diversidade e inclusão.

Em interação e engajamento os resultados evidenciam que as publicações de Rita conceberam uma grande quantidade de inter-relação e engajamento. O compartilhamento digital mais comentado foi o vídeo intitulado “Que legitimidade o PL e a bancada evangélica têm para debater o que é ético, moral e correto?”, com o alcance de 1.261 comentários. No que se refere a publicidade a drag executou em 26 de julho de 2024, propagando uma palestra sobre diversidade e inclusão no Senac de Osasco em São Paulo, o engajamento teve 2.983 curtidas e 31 comentários.

Os desfechos desta análise propõem que a artista utiliza o *Instagram*, como uma plataforma digital de alcance mundial para promover sua arte e discutir temas importantes, como socialismo, trabalho infantil e outros temas relacionados aos grupos minoritários brasileiros com diversidade e inclusão. A grande quantidade de interação e engajamento na plataforma digital gerada pelas publicações indicam que a drag possui presença forte e influente na mídia digital. Ademais, o dinamismo de publicidade e debates revela que Rita von Hunty está impulsionando em empenhar a conscientização e a discussões sobre temas importantes dialogando com a emancipação, conscientização, dialogicidade, problematização, transformação social e empoderamento aos moldes da educação crítica e transformadora freireana.

Considerações finais

A vistoria da performatividade educacional da artista no *Instagram* mostrou uma prática de debate crítico e educação transformadora, corroborando com o método de ensino freireano. O compartilhamento da drag promove conscientização e reflexão crítica sobre temas sociais, identitários e minoritários brasileiros, está se ajustando como uma forma de resistência e ocupação de espaços impenetráveis para uma drag queen. A atuação da drag se destaca pela sua capacidade de impulsionar o debate crítico e a reflexão sobre temas importantes, fortalecendo o debate crítico nos campos sociais e digital.

Rita von Hunty, criada por Guilherme Terreri, é uma figura que desafia a dualidade de gêneros com sua performance glamourosa e afável, promovendo conscientização social sobre temas como gênero, classe, raça e inclusão, especialmente para a comunidade LGBTQIAPN+. Seu ativismo drag no *Instagram* é marcado por um discurso político que visa promover mudanças e a emancipação de grupos oprimidos no Brasil. A artista corrobora com os princípios de Paulo Freire (1987), utilizando sua performatividade como ferramenta para promover a reflexão crítica e a ação social, alinhada com a educação libertadora e emancipadora. Rita von Hunty une o mundo do espetáculo e o universo acadêmico, criando uma forma única de compartilhar conhecimento e promover conscientização sobre temas sociais, alinhada com a “Arte queer do fracasso” de Halberstam (2020). Sua performance drag é um exemplo de ativismo e edu-

cação que inspira mudanças e promove inclusão e diversidade no pensamento filosófico, social, acadêmico e virtual.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. B. A. **Ser/estar Drag queen sob a perspectiva de cinco artistas performáticas da cidade de Fortaleza**. 2020. 63 p. Monografia (Graduação em Comunicação) – Faculdade Cearense, Fortaleza, 2020.
- ALMEIDA, R. B., **What's the tea?: uma análise das performatividades drag queens no Instagram**. 2024. 289 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.
- BEAUVOIR, S., **O Segundo Sexo**, v. I, II. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BUTLER, J., **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- FREIRE, P., **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FOUCAULT, M., **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- LISBOA, S. **Rita von Hunty: a drag queen que mistura política e humor**. Artigo apresentado no 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2020.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- PUTTI, Rita. **Entrevista. Trip**, São Paulo, 2021. Disponível em: <(ligação indisponível)>. Acesso em: 28 mar. 2026.

SIBILIA, P. (2016). **Redes digitais e a (re)configuração do espaço público**. In: BRUNO, F. et al. (Org.). Tecnologias e cultura digital: entre teoria e prática. Porto Alegre: Sulina.

HALBERSTAM, J., **A arte queer do fracasso**. Recife: CEPE, 2020.

CORAÇÃO NÃO É DE FERRO: RACISMO E MISOGINIA CONTRA A SÉRIE DA MARVEL COMICS¹

Ellen ALVES²

Doutoranda

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ

Resumo

O presente trabalho analisa *Coração de Ferro* (2025), série da Marvel protagonizada por Riri Williams, observando sua narrativa seriada e a recepção hostil que a obra sofreu no ambiente online. Partimos do entendimento de que a presença de uma heroína negra no centro do imaginário superheróico tensiona um campo historicamente organizado por protagonistas hegemônicos, o que ajuda a compreender a desproporção entre as fragilidades narrativas da série e o ódio dirigido a ela. Metodologicamente, utilizamos a *Análise Crítica da Narrativa*, de Motta (2013), articulada a uma perspectiva contra-hegemônica em diálogo com Kilomba (2019), Moreira (2019) e Laurentis (2019). Além disso, mobilizamos Stuart Hall (2003) e o conceito de endereçamento de Ellsworth (2001) para pensar a série no interior de um circuito comunicativo marcado por públicos em disputa, cultura fã, hater e anti-fã. Assim, argumentamos que a recepção de *Coração de Ferro* revela não apenas embates estéticos, mas também disputas racistas e misóginas contra a ampliação de protagonismos femininos e negros na cultura pop.

1 Trabalho apresentado no GT 2 - Mídia e Dimensões do Tempo – relações com o discurso de ódio, o racismo e a misoginia do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.

2 Doutoranda no PPGCOM UERJ e bolsista Capes. Membro do Grupo de Pesquisa POPMID e do Laboratório LABIM. Email: ellen2000.a.l@gmail.com

Palavras-chave

Coração de Ferro; super-heroínas negras; recepção; cultura pop

Introdução

Após o sucesso industrial e cultural dos filmes de super-heróis, a Marvel Comics passou a investir de maneira mais intensa em produções seriadas para o Disney+. Nesse movimento, chama a atenção o fato de que, principalmente no universo das séries, personagens contra-hegemônicos passaram a assumir posições de maior destaque. Em levantamento anterior, observamos que, até o ano de 2025, boa parte das séries da Marvel no streaming foi protagonizada por mulheres, homens negros e outros sujeitos dissidentes do modelo hegemônico mais recorrente no cinema de super-heróis. Assim, o ambiente seriado aparece como um espaço importante para a ampliação de certos protagonismos, ao mesmo tempo em que também revela limites e contradições dessa abertura.

É nesse contexto que se insere *Coração de Ferro* (2025), série do Disney+ protagonizada por Riri Williams. Antes de assumir sua própria narrativa seriada, a personagem foi introduzida em *Black Panther: Wakanda Forever* (2022), quando passa a integrar esse universo audiovisual como uma jovem cientista negra, associada à tecnologia e a novas possibilidades de heroísmo. Em sua própria série, entretanto, a personagem não encontrou apenas a expectativa em torno de uma nova heroína

da Marvel, mas também uma recepção marcada por ataques intensos no ambiente online. A série foi lançada em um formato incomum para os padrões recentes da plataforma, recebendo uma divulgação aparentemente menor quando comparada a outros produtos da empresa e, ainda em sua estreia, foi atravessada por forte rejeição em portais de crítica e espaços digitais.³

Diante desse cenário, torna-se insuficiente tratar a recepção de *Coração de Ferro* (2025) como um dado homogêneo. Em diálogo com Stuart Hall (2003), interessa-nos compreender que a cultura popular é um campo tensionado por relações contínuas entre formações dominantes e subordinadas, e que a massa não deve ser entendida como um conjunto passivo, mas como um espaço de resposta, interpretação e disputa de sentidos. A partir dessa chave, a recepção da série deixa de ser lida apenas como opinião espontânea do público e passa a ser observada como um terreno em que fãs, *haters* e anti-fãs produzem sociabilidades, antagonismos e interpretações concorrentes sobre a obra e sobre a própria legitimidade de uma heroína negra nesse lugar de protagonismo.

Além disso, a sugestão de aproximar o artigo do conceito de endereçamento de Ellsworth (2001) também nos ajuda a sofisticar essa discussão. Isso porque não basta perguntar quem assistiu à série ou quem a rejeitou; é preciso considerar de que modo a própria narrativa e sua campanha de circulação

3 Disponível em: <https://www.indiaherald.com/Breaking/Read/994829589/IRONHEART-Was-Being-ReviewBombed-On-Rotten-Tomatoes-Why-So-Much-Hate>. Acesso em: 29 de março de 2026.

imaginaram um público possível, ao mesmo tempo em que diferentes grupos disputaram esse lugar. Assim, o problema deste artigo não se limita a identificar se *Coração de Ferro* (2025) apresenta problemas narrativos ou técnicos, mas busca compreender como uma série protagonizada pela primeira mulher negra a ocupar esse espaço na Marvel televisiva *live action* foi lançada, recebida e hostilizada em um circuito comunicativo marcado por disputas de gênero, raça e poder.

Desse modo, propomos analisar *Coração de Ferro* (2025) a partir da *Análise Crítica da Narrativa*, de Motta (2013), observando seus elementos narrativos centrais, e, em seguida, interpretar esses dados por uma perspectiva contra-hegemônica, em diálogo com Kilomba (2019), Moreiara (2019) e Laurentis (2019). Partimos do entendimento de que não basta exaltar a presença de uma protagonista negra em posição de heroísmo, pois, a idealização contra-hegemônica não garante, por si só, uma narrativa interessante ou disruptiva. Por essa razão, nosso esforço será duplo: examinar a série em sua construção narrativa e compreender como o ódio dirigido à obra também revela disputas mais amplas sobre quem pode, ou não, ocupar o centro do imaginário superheroico contemporâneo.

1 - Uma Heroína Negra Incomoda Muita Gente

Durante muito tempo, pessoas negras não ocuparam lugares de projeção digna no audiovisual. Quando apareciam nas telas, em geral eram atravessadas por estereótipos, caricaturas e construções pejorativas que reforçavam a marginalização já

imposta pela sociedade. Moreira (2019) indica que mulheres e pessoas negras foram historicamente projetadas de modo pejorativo e que essa questão precisa mudar enquanto mensagem política em prol da dignidade desses indivíduos. Nessa direção, a relevância de se discutir a presença de uma heroína negra no centro de uma narrativa audiovisual não se limita ao plano da representatividade, pois também envolve uma disputa pelo imaginário cultural, isto é, pelo direito de existir de maneira não degradante em imagens de poder.

Essa discussão se torna ainda mais importante quando pensamos, com Kilomba (2019), que o racismo não pertence ao passado, mas permanece operando em diferentes camadas do presente, seja de forma estrutural, institucional ou cotidiana. A autora também nos ajuda a compreender que a mulher negra ocupa uma posição específica de marginalização, ao ser localizada como “o Outro do Outro” (2019, p.88-89), isto é, como um sujeito atravessado por mais de uma camada minoritária. Por essa razão, a projeção de uma heroína negra não deve ser vista como um detalhe dentro do entretenimento, mas como uma ruptura importante em um imaginário hegemonicamente organizado em torno de personagens brancos, masculinos e heterossexuais. Assim, destacamos a relevância de discutir a performance de mulheres negras como heroínas, localizando-as em posições de poder e reconhecendo nisso uma ruptura no imaginário hegemônico.

Em diálogo com Bottici (2019) e Moreira (2019), esse problema pode ser aprofundado. Se acompanhamos a ideia de que

a sociedade é fortemente organizada por imagens, e que essas imagens são atravessadas por um caráter hegemônico, então não é exagero afirmar que o audiovisual participa ativamente da produção das hierarquias sociais. A partir desse contexto midiático, enquanto Laurentis (2019) indica que a feminilidade foi idealizada pelo masculino nas telas do cinema, Moreira (2019) afirma que a negritude foi idealizada pela branquitude nas telas de propaganda, cinema entre outras mídias. O resultado histórico desse processo foi a produção de imagens degradantes, em que pessoas negras foram enquadradas a partir da inferiorização, do entretenimento para o outro e da limitação de sua humanidade. Nesse sentido, uma série como *Coração de Ferro* (2025), ao colocar uma jovem mulher negra no centro do heroísmo tecnológico da Marvel, rompe com uma longa tradição de projeções pejorativas e desestabiliza formas sedimentadas de ver quem pode ocupar legitimamente esse lugar.

É justamente por isso que uma heroína negra incomoda tanta gente. O incômodo não nasce apenas de uma suposta avaliação técnica da obra, mas da quebra de expectativas de um imaginário conservador que durante muito tempo se reconheceu com conforto em protagonistas hegemonicamente situados. Em diálogo com McManus (2020), compreendemos que a reação conservadora contemporânea não se limita à recusa abstrata das pautas identitárias. Ao passo que determinados grupos minoritários passaram a conquistar maior visibilidade no debate público e na cultura pop, setores con-

servadores se sentiram afetados por essas aberturas e passaram a se apropriar das próprias estratégias identitárias para defender valores hegemônicos. Nesse sentido, a ascensão do conservadorismo pós-moderno pode ser lida como um movimento de reação em que grupos historicamente privilegiados se apresentam como se estivessem ameaçados, convertendo a ampliação de direitos e protagonismos em sinal de perda, desordem ou perseguição. Assim, mais do que uma rejeição isolada à série, o ódio direcionado a *Coração de Ferro* pode ser interpretado como sintoma de uma disputa maior em torno do imaginário contemporâneo: de um lado, a insistência em preservar a centralidade de figuras hegemônicas; de outro, a emergência de narrativas que tensionam quem pode ser visto como herói, cientista, protagonista e futuro.

Se uma heroína negra incomoda muita gente, esse incômodo não pode ser lido apenas como reação isolada de indivíduos dispersos na internet. Ele precisa ser compreendido no interior de um circuito comunicativo mais amplo, no qual produção, circulação, recepção e disputa de sentidos acontecem ao mesmo tempo. Em reflexão anterior, Stuart Hall (2003) afirma que a cultura popular não é um espaço neutro, mas um campo tensionado por relações contínuas entre formações dominantes e subordinadas, no qual as mensagens não chegam a um público passivo, e sim a sujeitos capazes de responder, interpretar e disputar sentidos. Nessa chave, a recepção de *Coração de Ferro* (2025) deixa de ser entendida apenas como avaliação espontânea de uma série e passa a ser lida como um embate

entre públicos em disputa, posicionados de maneira desigual diante da presença de uma protagonista negra no centro de uma ficção seriada de super-heróis.

Essa formulação é importante porque nos ajuda a sair de uma oposição simplista entre crítica legítima e ódio irracional comovidos por afeto. O que está em jogo é mais complexo. Como o próprio texto sobre *Coração de Ferro* (2025) já indicava, a série foi lançada sob condições atípicas para os padrões do Disney+, recebeu uma percepção de menor investimento promocional e, já em sua estreia, foi atravessada por um sistema de *bomb review* em portais online. Ao mesmo tempo, a obra ocupa um lugar particularmente sensível dentro da Marvel televisiva: trata-se da primeira série protagonizada por uma mulher negra no interior desse universo, o que faz com que sua recepção não seja apenas estética, mas também política. Assim, quando observamos os ataques dirigidos à série, não estamos diante de um simples público genérico, mas de diferentes grupos que se relacionam com a obra a partir de afetos, ressentimentos e disposições ideológicas distintas.

Em vez de pensarmos apenas em um respectivo público, torna-se mais interessante perguntar quem são esses sujeitos que disputam a série, como se reconhecem nela, como a rejeitam e de que modo transformam essa rejeição em linguagem pública. Nessa direção, a distinção entre fã, *hater* e anti-fã ajuda a sofisticar a análise. O fã tende a estabelecer uma relação de afeto, continuidade e pertencimento com a obra ou com a franquia. O *hater*, por sua vez, aparece como aquele que reage

de forma hostil, muitas vezes imediata, agressiva e reiterada. Já o anti-fã nos permite pensar algo ainda mais complexo: um sujeito que organiza sua relação com a cultura pop pela recusa, pela vigilância e pelo prazer de rejeitar determinados produtos ou identidades projetadas por eles. Nesse caso, o ódio não é apenas reação, mas também forma de sociabilidade. Ele reúne grupos, produz repertórios, estabelece alianças e ajuda a fabricar um senso de pertencimento em torno da rejeição.

Apartir de Hall(2003), esse processo pode ser compreendido como uma disputa por hegemonia no interior da cultura popular. Se a cultura de massa é um espaço em que diferentes grupos tentam afirmar seus sentidos do mundo, então uma personagem como Riri Williams não é recebida apenas como mais uma heroína, mas como sinal de deslocamento em um imaginário que, historicamente, privilegiou protagonistas brancos, masculinos e heterossexuais. Por essa razão, a rejeição a *Coração de Ferro* (205) não precisa ser entendida apenas como comentário técnico sobre roteiro, atuação ou efeitos visuais. Em muitos casos, o que parece crítica narrativa pode funcionar também como linguagem socialmente aceitável para rejeitar a ruptura que a personagem encarna. Em outras palavras, a disputa em torno da série não acontece somente no plano estético, mas no plano simbólico da legitimidade: quem pode ser herói, quem pode protagonizar, quem pode representar o futuro tecnológico da Marvel e quem continua sendo percebido como intruso nesse espaço.

O conceito de endereçamento de Ellsworth (2001), também ajuda a desenvolver esse raciocínio. Interessa-nos pensar que toda obra imagina um público e projeta um modo de convocá-lo. No caso de *Coração de Ferro* (2025), esse endereçamento parece atravessado por tensões desde o início: a série deriva de uma personagem introduzida em *Black Panther: Wakanda Forever* (2022), ou seja, já chega marcada pela associação com um universo que expandiu a representatividade negra na Marvel; ao mesmo tempo, sua circulação no Disney+ ocorreu sob sinais de menor investimento promocional, o que fragiliza a forma como a obra é apresentada ao grande público. Assim, o problema não é apenas quem assistiu à série, mas também como a série foi oferecida, para quem pareceu ser direcionada e quais grupos se sentiram autorizados a recusar esse convite. A disputa de recepção, portanto, não acontece depois da obra, mas já se anuncia no modo como ela entra em circulação.

Desse modo, propomos compreender a recepção de *Coração de Ferro* como parte de um circuito comunicativo em que diferentes públicos disputam os sentidos da obra e, ao fazer isso, disputam também o próprio lugar da mulher negra no imaginário da cultura pop. Isso significa reconhecer que a série não foi apenas mal recebida, mas atravessada por embates que articulam cultura fã, sociabilidades anti-fãs, discurso de ódio e resistência à ampliação de protagonismos contra-hegemônicos. Ao observar esse circuito, não buscamos negar que a série possa apresentar fragilidades narrativas; o que nos interessa é compreender como tais fragilidades são mobilizadas, am-

pliadas ou instrumentalizadas em um ambiente já predisposto a reagir com hostilidade diante da presença de uma heroína negra em posição central. Nessa perspectiva, a recepção da obra se torna tão reveladora quanto a própria narrativa, pois evidencia que a disputa por representatividade no audiovisual contemporâneo continua sendo, também, uma disputa por leitura, por pertencimento e poder.

2 - Ela Voa de Armadura

Antes de iniciarmos a análise propriamente dita, vale indicar quem assinou o roteiro dos episódios da série. O primeiro e o sexto episódios foram escritos por Chinaka Hodge; o segundo, por Malarie Howard; o terceiro, por Francesca Gales e Jacqueline J. Gales; o quarto, por Amir Sulaiman; e o quinto, por Cristian Martinez. Nesse conjunto, chama atenção a presença de Chinaka Hodge e Malarie Howard, ambas pessoas negras, dado relevante quando pensamos a construção de uma heroína negra no interior da Marvel televisiva. Seguindo a proposta metodológica já anunciada, nesta etapa levantamos alguns elementos-chave da narrativa para examinar a construção da heroína, como perfil de personagem, motivação dramática, conflitos, relações afetivas e o modo como a narrativa organiza o luto e a ansiedade de Riri Williams.

Seguindo a proposta metodológica já anunciada, nesta etapa levantamos alguns elementos-chave da narrativa para examinar a construção da heroína: perfil de personagem, moti-

vação dramática, conflitos, relações afetivas e o modo como a narrativa organiza o luto e a ansiedade de Riri Williams.

No primeiro episódio, “Take Me Home”, escrito por Chinaka Hodge, Riri é expulsa do MIT por vender seu trabalho a outros estudantes, retorna a Chicago ainda atravessada pelo luto por Natalie (sua melhor amiga) e Gary (seu padrasto), reencontra Xavier (amigo) e acaba recrutada para a gangue de Parker Robbins (um gangster do bairro). Precisando de dinheiro para aprimorar sua armadura inicial, ela aceita participar de três roubos e, em casa, cria uma inteligência artificial a partir do mapeamento do próprio cérebro, o que resulta na recriação digital de Natalie. Além disso, a própria divulgação oficial da Marvel apresenta a série como continuação direta de *Black Panther: Wakanda Forever* e afirma que a experiência de Riri em Wakanda a deixou ainda mais determinada a perseguir seus sonhos. Em outro material oficial da Marvel sobre *Wakanda Forever*, a personagem é descrita como alguém que teve o apoio de Shuri e de toda Wakanda.

É justamente nesse ponto que a premissa inicial da série nos parece incoerente. Em nossa leitura, depois da forma como Riri foi acolhida em *Black Panther: Wakanda Forever*, essa necessidade imediata de trapacear e ingressar no crime por dinheiro não se organiza de modo inteiramente convincente como continuidade da personagem. Ao contrário, a narrativa parece aproximá-la rapidamente de uma lógica de desvio e ilegalidade que, quando projetada sobre uma jovem mulher negra, ativa um imaginário perigoso. Por isso, relacionamos esse

início a uma das formulações de Grada Kilomba (2019) sobre o racismo cotidiano: a autora mostra como o sujeito negro é constantemente transformado em tela de projeção daquilo que a branquitude deseja expulsar de si, sendo associado à figura da ladra, do ladrão, do sujeito violento e ameaçador. Assim, quando a série organiza a entrada de Riri no crime com tanta rapidez, entendemos que ela corre o risco de reforçar, ainda que involuntariamente, esse imaginário racializado.

Nos episódios 2 e 3, escritos respectivamente por Malarie Howard e por Francesca Gailles e Jacqueline J. Gailles, a narrativa começa a deslocar esse eixo inicial e passa a priorizar de maneira mais evidente a jornada pessoal da heroína. No segundo episódio, Riri tenta lidar com o surgimento da IA N.A.T.A.L.I.E., conhece melhor a gangue de Parker e participa do ataque à TNNL, enquanto a presença da inteligência artificial a força a encarar uma dor que ainda não foi elaborada. No terceiro, a personagem se envolve mais profundamente com o grupo, busca em Joe McGillicuddy (filho do vilão de *Homem de Ferro* (2008)) recursos para um novo golpe e, durante a operação, a situação foge do controle, ampliando seu sofrimento, sua culpa e sua vulnerabilidade emocional.

A partir desse bloco inicial, notamos que a narrativa passa a privilegiar menos a ação heroica tradicional e mais a travessia emocional de Riri. A série insiste na dimensão íntima da protagonista, sobretudo em seu luto, sua ansiedade e sua dificuldade de elaborar perdas antigas enquanto tenta construir uma armadura para o futuro. Isso nos parece um movimento

interessante porque aproxima *Coração de Ferro* de um tipo de narrativa contemporânea que tenta elaborar saúde mental por meio do audiovisual popular. Nesse sentido, vale lembrar como filmes da franquia *Divertida Mente* (2015, 2025) conquistaram grande adesão do público justamente por discutirem emoções, trauma e sofrimento psíquico de forma lúdica. Sem serem obras equivalentes, há um ponto de contato aqui: *Coração de Ferro* também parece apostar na ideia de que a jornada da heroína não se limita ao enfrentamento de um vilão externo, mas envolve um processo interno de reorganização afetiva. No caso de Riri, isso significa que sua armadura não é apenas tecnologia, ela também se torna linguagem para lidar com a dor.

Por fim, é importante destacar que essa primeira etapa da série foi disponibilizada em dois blocos de três episódios, o que interfere diretamente na recepção da narrativa. O lançamento dos episódios 1, 2 e 3 de uma só vez faz com que esse primeiro arco seja percebido quase como um grande prólogo dramático, no qual a série apresenta simultaneamente a inserção de Riri no crime, a materialização de Natalie como inteligência artificial e o início mais explícito de sua jornada de luto e ansiedade.

Nos episódios 4, 5 e 6, a série desloca de maneira mais evidente o conflito de Riri do campo exclusivo da tecnologia para uma zona em que ciência, magia e ancestralidade passam a coexistir. Em *Bad Magic*, Riri busca compreender a origem do poder do capuz mágico de Parker Robbins e, nesse movimento, encontra Zelma Stanton e Maddie, duas mulheres negras ligadas ao universo místico em Chicago. As recapitulações dos

episódios destacam que esse encontro marca a colisão entre *Black Girl Tech* e *Black Girl Magic*, ao apresentar Riri diante de personagens femininas negras associadas a práticas mágicas e a uma linhagem de saberes que extrapola a lógica puramente científica; Zelma e Maddie aparecem vinculadas a uma loja mística e a Kamar-Taj, o que amplia o repertório espiritual da série. A nosso ver, esse deslocamento é importante porque aproxima a narrativa de um imaginário mais ancestral, no qual mulheres negras não aparecem apenas como suporte da protagonista, mas como portadoras de conhecimento e mediação com outras formas de poder.

Em *Karma's a Glitch*, a situação de Riri se agrava. Sua armadura é destruída, a inteligência artificial N.A.T.A.L.I.E. desaparece após a interferência da magia, e a protagonista se vê forçada a reorganizar não apenas sua tecnologia, mas também a própria relação com o luto. É nesse bloco que a série torna mais visível o quanto a jornada de Riri não é a de uma heroína convencional. Trata-se de uma jovem que rouba, engana, toma decisões impulsivas e erra repetidamente. Ainda assim, a narrativa insiste em produzir alguma empatia ao mostrar o quanto essas escolhas estão atravessadas por sofrimento psíquico, culpa e desorganização emocional. Nesse sentido, os episódios finais reforçam que Riri não é construída como figura moralmente exemplar, mas como personagem falha, instável e afetivamente ferida. Isso nos parece um ponto interessante, porque a série recusa a idealização da protagonista negra como sujeito impecável para torná-la mais contraditória e humana.

No episódio final, *The Past Is the Past*, a narrativa leva essa ambiguidade ao limite. Depois do confronto com Parker, Riri entra em contato com Mephisto, cuja presença é confirmada no encerramento da temporada, e aceita um pacto que aparentemente resulta na ressurreição de Natalie. Algumas leituras do final observam que a série apresenta esse gesto como uma escolha moralmente sombria: após ensaiar certa superação de perdas anteriores – inclusive do trauma relacionado ao pai e à estrutura familiar rompida –, Riri volta a ceder ao impulso de alterar violentamente o curso do luto. Assim, quando parecia conseguir enfrentar um dos sofrimentos que mais a paralisavam, a personagem comete outro erro, talvez ainda maior, ao recorrer ao demoníaco para trazer de volta sua melhor amiga. É justamente por isso que compreendemos Riri como uma heroína pouco convencional. Ela não faz o que é estritamente correto, nem organiza sua trajetória por uma ética estável. Ao contrário, erra muito, insiste em atalhos e se deixa conduzir pelo desejo de reparar perdas irreparáveis. Ainda assim, a série produz uma brecha de empatia porque não a apresenta como vilã, mas como uma jovem que, por não estar bem mentalmente, transforma dor em decisão precipitada.

Desse modo, os três episódios finais ampliam o escopo da série ao inserir Riri em um território em que tecnologia, magia, trauma e ancestralidade negra passam a coexistir. A armadura continua sendo central, mas ela já não basta para explicar a heroína. A personagem só pode ser compreendida quando observamos como sua inteligência técnica convive com o luto,

com a culpa e com uma abertura para o sobrenatural que a afasta do modelo heroico tradicional. Ao final da temporada, não encontramos uma promessa de redenção plena, mas uma protagonista ainda mais ambígua, cuja continuidade narrativa permanece incerta. Até o momento, *Coração de Ferro* (2025) não foi oficialmente renovada para uma segunda temporada, nem formalmente cancelada, o que faz com que a série se configure, por ora, como mais um caso de produção protagonizada por uma mulher negra cuja permanência no centro de uma franquia não está assegurada.

3 - Eles odeiam super-heroínas

Ao observarmos a recepção de *Coração de Ferro* no ambiente online, percebemos que a série não foi atravessada apenas por comentários pontuais de rejeição, mas por um movimento mais amplo de hostilidade que já se anunciava na noite de estreia. A obra sofreu um intenso ataque online, recebeu diversas críticas negativas em portais especializados e foi percebida por diferentes veículos como alvo de *bomb review* logo em seu lançamento.⁴ Ao mesmo tempo, também chamou a atenção o fato de a série ser a primeira da Marvel a ser protagonizada por uma mulher negra, o que torna essa recepção ainda mais significativa do ponto de vista político. Nessa direção, não estamos diante apenas de um debate sobre qualidade narrativa, mas de

4 Disponível em: <https://www.indiaherald.com/Breaking/Read/994829589/IRONHEART-Was-Being-ReviewBombed-On-Rotten-Tomatoes-Why-So-Much-Hate>. Acesso em: 29 de março de 2026.

uma disputa pública sobre quem pode ocupar legitimamente o centro do imaginário heroico.

Um dos termos que apareceu de maneira recorrente nessa recepção negativa foi *Mary Sue*⁵. A repetição desse rótulo é reveladora porque, em nossa leitura, ele não corresponde à construção efetiva da personagem. Tradicionalmente, *Mary Sue* é a mulher concebida como excessivamente idealizada, quase sem falhas, capaz de resolver tudo com facilidade e sem consequências relevantes para seus atos. No caso de *Riri Williams*, a série apresenta justamente o contrário. Ao longo da narrativa, acompanhamos uma jovem que rouba, engana, toma decisões precipitadas, se aproxima do crime, se envolve em situações moralmente ambíguas e falha repetidamente. Além disso, a protagonista é construída em meio ao luto, à ansiedade e a uma profunda desorganização emocional, fatores que impedem qualquer leitura de perfeição heroica. Em vez de uma personagem infalível, encontramos alguém atravessada por contradições, sofrimento psíquico e escolhas equivocadas, o que torna o uso do termo menos uma descrição analítica e mais um dispositivo de rejeição previamente disponível contra protagonistas femininas.

Em vez de tomarmos o público como uma entidade homogênea, torna-se mais produtivo pensar em públicos em disputa, cujas relações com a obra são atravessadas por afeto,

5 Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1dupqBgVLvtDSI9uRBrMDe91qP_0B8Tl3?usp=share_link. Acesso em 29 de março de 2026.

recusa, ressentimento e posicionamentos ideológicos. Nessa chave, a hostilidade dirigida a *Coração de Ferro* (2025) pode ser pensada não apenas como reação individual, mas como, prática cultural que articula fã, *hater* e anti-fã. Assim, o ódio não opera apenas como opinião, mas como linguagem coletiva de reconhecimento entre grupos que se organizam em torno da rejeição.

Em diálogo com Stuart Hall (2003), esse movimento pode ser compreendido como parte das disputas em torno da cultura popular. A série não entra no mundo social como mensagem estável e transparente; ela circula em um campo de forças no qual grupos distintos buscam afirmar leituras sobre o que a obra significa e sobre quem ela deveria contemplar. Quando *Coração de Ferro* coloca no centro uma jovem mulher negra associada ao legado tecnológico do Homem de Ferro, a recepção não diz respeito apenas a uma nova personagem, mas a uma reconfiguração simbólica de um lugar historicamente ocupado por um homem branco, rico e hegemonicamente situado. Nessa perspectiva, a rejeição à série ultrapassa o plano estritamente estético e se insere numa disputa por legitimidade imaginária: quem pode herdar esse manto, quem pode representar o futuro tecnológico da Marvel e quem continua sendo tratado como intruso quando ocupa esse espaço.

Isso não significa afirmar que a série não apresente problemas narrativos. Ao longo de nossa análise, reconhecemos que a obra constrói uma premissa inicial incoerente com o passado recente da personagem, sobretudo quando a aproxima rapi-

damente do roubo e da criminalidade, apesar de sua inserção anterior em *Black Panther: Wakanda Forever* (2022). Também observamos que a série oscila em sua construção, por vezes produzindo escolhas pouco convincentes para o desenvolvimento de Riri. No entanto, reconhecer essas fragilidades não nos autoriza a confundir crítica narrativa com a hostilidade organizada que marcou sua estreia. O ponto central é que a série pode ter problemas, mas o volume e a intensidade de certas reações indicam algo além da avaliação estética: revelam um incômodo social diante da presença de uma mulher negra no protagonismo de uma franquia tão central para a cultura pop contemporânea.

Desse modo, compreendemos que o movimento racista e misógino em torno de *Coração de Ferro* não pode ser reduzido a simples opinião do público. Ele faz parte de uma dinâmica maior em que sujeitos conservadores reagem à ampliação de protagonismos contra-hegemônicos, especialmente quando esses protagonismos ocupam lugares historicamente simbólicos. Ainda que a série apresente uma narrativa nem sempre coerente com o passado da personagem, ela continua sendo relevante por colocar uma mulher negra no centro de um espaço marcado pelo antigo manto do Homem de Ferro, um dos personagens mais emblemáticos da Marvel. É justamente isso que torna sua recepção tão reveladora: a hostilidade dirigida à obra mostra que não basta inserir diversidade nas telas; é preciso reconhecer que cada avanço nesse campo continua sendo

atravessado por disputas violentas sobre quem pode, ou não, ser reconhecido como herói.

Considerações Finais

Ao longo deste trabalho, buscamos analisar *Coração de Ferro* a partir de sua narrativa seriada e de sua recepção no ambiente online, compreendendo que a série não pode ser lida apenas como produto audiovisual isolado, mas como parte de um circuito comunicativo atravessado por disputas de gênero, raça e poder. Embora a obra apresente fragilidades narrativas e algumas incoerências em relação ao passado recente da personagem, entendemos que o ódio direcionado a ela foi desproporcional à qualidade efetiva do produto. Isso se torna ainda mais evidente quando observamos a intensidade dos ataques, a repetição de acusações pouco compatíveis com a construção da protagonista e a rapidez com que a série foi transformada em alvo de rejeição pública.

Desse modo, compreendemos que a hostilidade sofrida por *Coração de Ferro* (2025) não parte apenas de uma avaliação técnica ou narrativa, mas também de um movimento racista e misógino contra uma menina negra ocupando um lugar de protagonismo no imaginário superheróico. Em outras palavras, a série incomoda porque coloca no centro uma jovem mulher negra que se diverte, inventa, erra, sofre e voa de armadura, isto é, porque permite a essa personagem experimentar o heroísmo de forma semelhante àquela que homens desfrutam

há décadas na cultura pop. Por essa razão, o caso de *Coração de Ferro* (2025) revela que ainda existe forte resistência à ampliação de protagonismos contra-hegemônicos no audiovisual contemporâneo. Assim, mais do que discutir apenas os limites da série, interessa-nos evidenciar que a violência de sua recepção também denuncia o quanto a presença de uma heroína negra continua sendo tratada, por certos públicos, como algo que não deveria ocupar esse espaço.

REFERÊNCIAS

BOTTICI, Chiara. **Imaginal politics: images beyond imagination and the imaginary**. New York: Columbia University Press, 2014.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 121-155.

ELLSWORTH, Elizabeth. Modo de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 7-76.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: HALL, Stuart. Da diáspora: **identidades e mediações culturais**. Organização de Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília, DF: UNESCO, 2003. p. 247-264.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MCMANUS, Matthew. **The rise of post-modern conservatism: neoliberalism, post-modern culture, and reactionary politics**. Cham: Palgrave Macmillan, 2020.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013.

IMAGENS DA EUGENIA, AINDA: UM ESTUDO DE CASO CONTEMPORÂNEO¹

Julio César SANCHES²

Doutor

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, RJ
CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA, RIO DE JANEIRO, RJ

Resumo

Este artigo analisa as imagens produzidas pelo vídeo do “rosto perfeito do Endrick” publicado nas redes sociais do canal televisivo TNT Sports. O estudo de caso utilizou os conceitos de signo ideológico (Valentin Volóchinov) e mito (Roland Barthes) com o intuito de identificar como representações visuais contemporâneas acionam os discursos de branqueamento. Constatamos a persistência do signo de aprimoramento racial relacionado aos discursos de beleza na cultura brasileira, caracterizando o fenômeno de longa duração das práticas de branqueamento.

Palavras-chave

Discurso de ódio; Branqueamento; Eugenia; Racismo; Branquitude.

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 2 - Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com o discurso de ódio, racismo e misoginia, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo - 2025.
 - 2 Professor do Departamento de Teoria da Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (PPRER/CEFET-RJ). Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ. sanches.julius@gmail.com.

Introdução

A transição histórica dos séculos XIX e XX demarcou um momento de profundas transformações na estrutura social brasileira. O fim da escravidão negra, em 13 de maio de 1888, e o surgimento da república, um ano depois, culminaram no desejo de um novo projeto de nação. Contudo, a identidade nacional brasileira encontrava na raça um entrave.

Os intelectuais da época se dedicavam a interpretar a nova nação republicana a partir do cenário social que se desenvolveu no pós-abolição. Entretanto, seus referenciais partiam do positivismo europeu e do discurso de superioridade cultural elaborado pelas teorias evolucionistas. Como destaca Renato Ortiz (1994), o surgimento do pensamento social brasileiro era fundamentado no dilema da importação de teorias que definiam a inferioridade e o atraso de nações como o Brasil.

Como pensar a realidade de uma nação emergente no interior desse quadro? Aceitar as teorias evolucionistas implicava analisar-se a evolução brasileira sob as luzes das interpretações de uma história natural da humanidade; o estágio civilizatório do país se encontrava assim de imediato definido como “inferior” em relação à etapa alcançada pelos países europeus (Ortiz, 1994, p. 15).

O legado da importação das teorias evolucionistas na formação do pensamento social brasileiro justificou a expansão de valores morais que encontravam na raça e no meio social as fontes do atraso da nação. A condição racial da população brasileira tornou-se alvo dos discursos intelectuais da época e

passou a ser objeto de inquietação das elites e do Estado, consolidando assim um verdadeiro projeto de nação baseado na busca pelo controle racial.

O histórico das teorias racialistas do fim do século XIX possibilitou o surgimento da eugenia na cultura brasileira. O discurso eugenista ganhou espaço nos redutos das elites intelectuais e científicas do país, consolidando-se como porta-voz de uma preocupação com o desenvolvimento nacional. Assim, reiterava-se a existência de uma natureza explicativa do subdesenvolvimento. Afinal, “o discurso médico eugênico foi enfático ao constatar a degeneração racial e moral dos habitantes do país” (Marques, 2002, p. 181).

O projeto de nação desenvolvido pelos eugenistas perpassava a ideia da construção de uma identidade nacional forte, bela e saudável, traduzida pela concepção de que todos esses adjetivos faziam parte da brancura. Assim, como relata Lília Moritz Schwarcz (2024, p. 286), “parecia mais viável encontrar uma saída, no futuro, que não implicasse a falência da nação (em decorrência da degeneração racial), porém tampouco privilegiasse a inclusão social”. Criava-se, portanto, um projeto de nação que tinha no branqueamento a resposta para o desenvolvimento social brasileiro.

No Brasil do início do século XX, a eugenia era responsável por consolidar uma nova imagem para a comunidade interna e estrangeira. Dessa forma, “o embranquecimento se tornou uma política pública, defendida pelo mais alto escalão político do país” (Santos, 2022, p. 192), que buscava modernizar a

estrutura social com a gestão racial do povo brasileiro, através da imigração europeia e da inserção de mais brancos em solo brasileiro. A política migratória viabilizava então o ideal de depuração do sangue negro e indígena, tornando possível o apagamento gradual dos grupos raciais entendidos como degenerados.

A política eugenista atuava em duas diferentes frentes: uma positiva e uma negativa. A eugenia positiva buscava o aprimoramento racial da população branca por meio da promoção de casamentos, exames pré-nupciais e avaliações genéticas que pretendiam fortalecer a imagem positiva da raça. Já a eugenia negativa praticava o controle dos corpos dos degenerados, gerenciando o discurso de que a miscigenação era causadora de doenças hereditárias que explicavam a degradação racial. Nesse sentido, “o indivíduo pouco valia; interessava mais o grupo a que pertencia, o qual determinava potencialidades e limites” (Schwarcz, 2023, p. 146). A raça atuava como balizadora de qual modelo eugênico seria realizado, apostando com veemência na concepção de branqueamento como salvação.

Branquitude

Em “Patologia social do branco brasileiro”, Alberto Guerreiro Ramos (2023) afirma que a brancura se tornou um referencial estético por meio da dominação subjetiva dos não-brancos. Assim, os ideais do branqueamento perpassavam não apenas a formação de práticas de valorização do branco, como também partiam da necessidade de deterioração do ne-

gro. Isto quer dizer que, “para garantir a espoliação, a minoria dominante de origem europeia recorria não somente à força, mas a sistema de pseudojustificações, de estereótipos, ou a processos de domesticação psicológica” (Ramos, 2023, p. 231).

O branco tomava para si a função de dominação das demais raças, colocando em evidência a existência de um sistema de espoliação baseado na raça. Nesse sentido, cumpria-se um conjunto de ações que mobilizavam o ideal da brancura como padrão a ser seguido, incluindo os não-brancos numa lógica de branqueamento por assimilação e/ou aculturação. Assim, a brancura criava o sistema de dominação que caracterizava a branquitude. Lia Vainer Schucman e Willian Luiz da Conceição (2023, p. 52) afirmam que “a branquitude é uma racialidade que foi construída sócio-historicamente como uma ficção de superioridade, e que, portanto, produz e legitima a violência racial contra grupos sociais não-brancos”.

O sistema de dominação da branquitude se consolidou no período colonial e permaneceu intacto no tempo, fundamentando a manutenção das desigualdades raciais e de gênero em diferentes momentos da história do Brasil. A força da branquitude se constituiu da permanência do processo de domesticação dos não-brancos. Nesse sentido, as práticas eugenistas existiram como um dos episódios da longa duração do universalismo da brancura. Schucman (2020) entende que a branquitude também pode ser definida pelo lugar de privilégio ocupado pelas pessoas brancas na estrutura social, com todo respaldo do histórico de espoliação colonial ocorrido na modernidade.

Assim, a branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que a ocupam foram privilegiados no que diz respeito a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que mantêm e são preservados na contemporaneidade (Schucman, 2020, p. 60-61).

Portanto, a permanência das práticas de poder da branquitude é sustentada pela continuidade da valorização do branco na cultura e na sociedade, onde a ideia de brancura sobrevive como paradigma universal. Lília Moritz Schwarcz (2024), por sua vez, destaca que o poder da branquitude também está no fato dela ser a norma que não se nomeia, visto que ao ser entendida como padrão social a branquitude oculta-se sob a forma do normal universal. Assim sendo, os brancos não se racializam; ao passo que apontam o Outro como racialmente específico. Dessa forma, a autora compreende que “a branquitude representa um conjunto de valores e hábitos antes vividos do que, de fato, assumidos pelo grupo como forma de identidade social” (Schwarcz, 2024, p. 58).

A branquitude brasileira é herdeira do colonialismo europeu e utilizou todo o arsenal simbólico colonial como estratégia de manutenção do poder. Isildinha Baptista Nogueira (2021) observa que o ideal da brancura afeta todos os indivíduos contemporâneos, implicando na concepção de que a brancura está para além da pessoa branca, transcendendo as barreiras raciais por meio da ideologia racial arraigada em diferentes aspectos da cultura.

De modo compulsório, “a ‘brancura’ passa a ser parâmetro de pureza artística, nobreza estética, majestade moral, sabedoria científica etc. Assim, o branco encarna todas as virtudes, a manifestação da razão, do espírito e das ideias” (Nogueira, 2021, p. 117).

A herança da escravização negra deixada pelo colonialismo alimenta a permanência da branquitude em escala global. Charles W. Mills fez esse diagnóstico na introdução do livro *O contrato racial* ao afirmar que: “supremacia branca é o sistema político não nomeado que fez do mundo moderno o que ele é hoje” (Mills, 2023, p. 33). Neste trabalho, tomamos branquitude e supremacia branca como sinônimos, visto que o caráter de ocultamento das dinâmicas de poder define ambos os conceitos.

Robin DiAngelo (2018) entende que a branquitude elabora dois discursos que sustentam o sistema de ocultamento racial branco: o universalismo e o individualismo. Segundo DiAngelo, a contradição discursiva produz o efeito de não marcação racial do branco, que se entende como pertencente à humanidade, com suas características mais gerais, ao passo que também aciona a singularidade como impedimento da ideia de pertencimento a um grupo racial.

Os brancos invocam esses discursos aparentemente contraditórios – somos tão únicos quanto somos todos iguais – de forma intercambiável. Ambos os discursos trabalham para negar o privilégio branco e o significado da raça. Além disso, no nível cultural, ser um indivíduo ou ser humano fora de um grupo racial é um privilégio concedido apenas às pessoas brancas (DiAngelo, 2018, p. 44).

Cida Bento (2022) assinala que o silenciamento é uma das estratégias de atuação da branquitude para mascarar o debate sobre o privilégio da brancura. A autora diz que se fala muito pouco sobre o espólio colonial que alimenta a posição de dominação da branquitude. Invariavelmente, o legado da espoliação que os antepassados das pessoas brancas deixaram é marcado pelo acúmulo material e simbólico, beneficiando seus herdeiros racialmente brancos de diferentes modos na sociedade. Ou seja, “trata-se de uma herança inscrita na subjetividade do coletivo, mas que não é reconhecida publicamente” (Bento, 2022, p. 24).

A insistência da branquitude em negar a existência do privilégio racial, causado pelo colonialismo e pelo escravismo negro, constitui uma das formas sociais de apagamento da história moderna e de sua relação com a estrutura social forjada pela desigualdade racial e pelo racismo (DiAngelo, 2018; e Bento, 2022). No caso do Brasil, o termo “racismo à brasileira” revela o modo específico de produção das práticas racistas na sociedade, impondo a ideologia racial da branquitude. Dessa forma, apela-se para a mestiçagem para justificar a existência da mistura racial do povo brasileiro e elabora-se o mito da democracia racial como válvula de escape das acusações de racismo.

Kabengele Munanga define o racismo na cultura brasileira da seguinte forma: “resumiria o racismo brasileiro como difuso, sutil, evasivo, camuflado, silenciado em suas expressões e manifestações, porém eficiente em seus objetivos, e algumas

peças talvez suponham que seja mais sofisticado e inteligente do que o de outros países (Munanga, 2017, p. 41). Devido à complexidade do fenômeno racial brasileiro, Sueli Carneiro (2023) considera a existência de um “dispositivo de racialidade” que desenvolve as práticas estatais, coletivas e individuais na produção das hierarquias sociais baseados na raça. Assim, toma-se a raça como justificativa para as diferenças no âmbito cultural e social.

Dispositivo de Racialidade e Mitologia Racial

O dispositivo de racialidade existe desde quando o modelo de “Eu” moderno se estabeleceu pela diferença em relação ao Outro, implicando nas práticas de distinção dos corpos a partir da cor da pele na era moderna. Nas palavras de Sueli Carneiro, “(...) esse Eu, no encontro com a racialidade e a etnicidade, adquiriu superioridade pela produção do inferior, pelo agenciamento que esta superioridade produz sobre a razoabilidade, a normalidade e a vitalidade” (Carneiro, 2023, p. 31). Assim, o dispositivo de racialidade é o responsável pela construção da ontologia do ser (humano) em contraposição à ontologia da diferença. Nesse sentido, ainda segunda a autora (2023, p. 31), “o dispositivo de racialidade também produz uma dualidade entre positivo e negativo, tendo na cor da pele o fator de identificação do normal, e a brancura será a sua representação”.

O conceito de dispositivo de racialidade demarca como a produção da ontologia humana é viabilizada pelo processo de racialização e hierarquização dos corpos, cujas diferenças de

cor são usadas para consolidar a diferença racial e a desumanização dos não-brancos. Portanto, como define Carneiro, “o dispositivo de racialidade, ao demarcar a humanidade como sinônimo de brancura, irá definir as demais dimensões humanas e hierarquizá-las de acordo com a proximidade ou o distanciamento desse padrão” (Carneiro, 2023, p. 31-32).

O dispositivo de racialidade sustenta a dominação racial em escala global. Por se tratar de um dispositivo racial, um vasto conjunto de práticas, discursos, imagens e representações são produzidas para retroalimentar as noções criadas para a ontologia do ser e as fronteiras do humano. Isto quer dizer que constrói-se a imagem da humanidade acoplada à brancura, ao mesmo tempo que cria-se todo referencial simbólico sobre o Outro.

Stuart Hall (2016) demonstra como a produção simbólica da cultura moderna era nutrida pelo arsenal de representações racializadas em oposições binárias. O branco surgia como sinônimo de pureza, ao passo que o negro era inscrito no signo da poluição, desenvolvendo outras concepções mais densas como as divisões binárias que definiam o branco como civilizado e os não-brancos como selvagens. Assim, a dinâmica binária positivava a brancura e punia quaisquer marcas raciais que não estivessem circunscritas no âmbito da humanidade (branca).

Stuart Hall identificou uma extensa produção de representações modernas que tinham na raça a justificativa das diferenças. Invariavelmente, “a teoria racial aplicava a distinção *cultura/natureza* de forma diferente para os dois grupos ra-

cializados. Entre brancos, ‘cultura’ punha-se à ‘natureza’. Entre negros, aceitou-se que ‘cultura’ *coincide com ‘natureza’*” (Hall, 2016, p. 168). Dessa forma, o dispositivo de racialidade consolidava significados que naturalizavam a posição de antagonismo entre brancos e negros, viabilizando o modelo de ideologia racial baseado na discriminação dos não-brancos (racismo).

As produções simbólicas modernas irradiavam significados distintos entre brancos e negros. Valentin Volóchinov (2017) afirma que o mundo dos signos é o mundo da ideologia, indicando que a construção dos valores de uma sociedade é baseada na organização dos signos, onde criam-se representações do real na linguagem, na imagem e no som. Afinal, “tudo o que é ideológico possui uma *significação*: ele representa e substitui algo encontrado fora dele, ou seja, ele é um signo. *Onde não há signo também não há ideologia* (Volóchinov, 2017, p. 91). O signo ideológico, portanto, consolida os valores da dominação racial.

As imagens da brancura edificaram o imaginário social sobre o que é ser branco, ao passo que também possibilitaram a construção das diferenças raciais (Schwarcz, 2024). Nesse sentido, os ideais de beleza, requinte, civilização e progresso funcionaram como signos naturais da brancura e definiram as fronteiras de significação que separaram brancos e não-brancos. É por isso que Valentin Volóchinov (2017, p. 135) entende que o signo é acoplado aos usos sociais determinados pela ideologia, pois “o signo e sua situação social estão fundidos de modo inseparável”.

Na cultura brasileira, o arsenal simbólico da branquitude consolidou o mito da brancura junto aos referenciais de uma história gloriosa europeia, assim como justificou a dominação racial realizada no período colonial (escravismo). De modo geral, criou-se uma densa narrativa histórica que mitificava a presença do branco na formação cultural da nação brasileira e fomentava-se uma imagem da brancura imponente, civilizada, bela e desejada.

Ao falarmos do mito da brancura na cultura brasileira, partimos da concepção de Roland Barthes (1995) de que o mito funciona como uma metalinguagem deformadora, no qual o signo é roubado em seu sentido pleno para comportar um outro significado. Assim, “por mais paradoxal que isso possa parecer, o mito não esconde nada: tem como função deformar, não fazer desaparecer” (Barthes, 1995, p. 213). E essa deformação se correlaciona com o modo como o signo é instrumentalizado no meio social a partir da nova narrativa que ele adquire ao se tornar um mito.

A brancura, portanto, ganhou a conotação de imponência e beleza por meio da adoção de signos ideológicos que naturalizaram a posição de dominação dos não-brancos nas narrativas míticas do colonialismo e perpetuaram essas noções mitológicas no tempo. Como destaca Roland Barthes, “o mito possui um caráter imperativo, interpelador” (1995, p. 216).

O caráter imperativo do mito racial produziu um ideal de brancura a ser conquistado pelos não-brancos, visto que a potência do signo ideológico que reside no mito está na afirma-

ção de que branquear é possível. O projeto de branqueamento da população brasileira no século XX é um exemplo do vigor interpelativo do mito racial elaborado pela branquitude. Neste trabalho, o estudo de caso que iremos abordar a partir de agora parece sintomático da força que constitui o mito da branquitude na cultura brasileira.

Em fevereiro de 2024, às vésperas da transmissão televisiva do jogo de futebol entre os times do Palmeiras e São Bernardo, pelo campeonato paulista de futebol, o canal TNT Sports publicou um vídeo nas plataformas digitais oficiais do canal com um quadro de “harmonização facial” do jogador Endrick. O vídeo demonstrava, em trinta e seis segundos, a transformação do rosto de Endrick a partir da utilização de softwares digitais de imagens. Com o intuito de fazer “o rosto perfeito do Endrick”, como diz o narrador do vídeo publicado pelo canal TNT Sports, as alterações realizadas na imagem retiraram o fenótipo negro do jogador e criaram uma representação branqueada de Endrick.

O vídeo do “rosto perfeito do Endrick” gerou polêmicas e debates nas redes sociais digitais, impulsionando denúncias de racismo contra a equipe do canal TNT Sports, que retirou rapidamente o vídeo do ar e divulgou uma nota de retratação em relação ao caso. Parte dos comentários negativos à produção do vídeo indicavam que o branqueamento ainda é um tema relevante para falar sobre violência racial, branquitude e desigualdades raciais no Brasil. As imagens demonstram que o fenótipo negro de Endrick foi alterado para suavizar caracte-

rísticas de um semblante não-branco. A modificação do formato de orelhas, nariz e boca, por exemplo, determinou um processo de apagamento das marcas que indicam o pertencimento racial de Endrick à comunidade negra (Imagem 1).

Imagem 1. O rosto do jogador Endrick antes e depois



Fonte: Elaborado pelo autor.

A visibilidade do rosto modificado por softwares de alteração de imagem reitera o lugar do mito racial da brancura, no qual a imagem do negro é transformada a partir de referenciais brancos. Ao dizer “prontinho TNT, tá feito”, o narrador demonstra o imperativo da brancura como signo de beleza e

reconhecimento. Por se tratar de um jovem jogador de futebol em ascensão, Endrick é branqueado em suas características fenotípicas para adentrar o mundo simbólico da branquitude. Nesse sentido, o vídeo do “rosto perfeito do Endrick” aciona o repertório cultural colonialista que deteriorou a imagem do negro. Afinal, como destaca Robin DiAngelo, “pessoas brancas não podem ser superiores se não há a inferioridade projetada nas pessoas negras. Logo, a posição de alguém entre esses dois pilares é o que molda a experiência de racialização” (2023, p. 24).

Considerações Finais

A concepção de racialização na história moderna brasileira demonstra que o projeto de branqueamento tinha como justificativa a construção de uma nação forte e desenvolvida, em que a imagem de sociedade branqueada era fundamental. Nesse sentido, o vídeo do “rosto perfeito do Endrick” funciona como uma atualização mitológica da brancura no Brasil contemporâneo, no qual o repertório ideológico da eugenia é ocultado por uma nova linguagem transplantada para o signo ideológico da beleza e do reconhecimento social. Em outras palavras, as imagens do rosto branqueado de Endrick desenvolvem uma relação direta entre beleza e poder, raça e valorização social da branquitude.

O mito racial da brancura é celebrado a partir do branqueamento da imagem de uma celebridade negra, que só poderá ser vista e reconhecida por toda sociedade brasileira se

for aceita pela branquitude. Portanto, o vídeo do “rosto perfeito do Endrick” configura-se como um indício das estratégias de branqueamento que mantêm o poder da branquitude brasileira. Em síntese, a fama, o sucesso, a ascensão e o reconhecimento social, nesse sentido, só se tornam efetivos quando o negro é modificado pelos valores culturais e ideológicos da brancura. E assim, o ideal de branqueamento se sustenta em narrativas mitológicas de aprimoramento.

A persistência dos signos da eugenia na contemporaneidade faz parte de um processo histórico de longa duração, na qual reencena-se cotidianamente o ideal de branqueamento e aperfeiçoamento racial como fórmulas de visibilidade e reconhecimento público. Portanto, estamos diante dos resquícios de um projeto que, ainda hoje, faz parte dos regimes de poder e da ideologia de dominação racial na cultura brasileira.

Referências

BARTHES, R. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 1995.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

DIANGELO, R. Fragilidade branca. **Revista Eco-Pós**, 21(3), 35–57. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v21i3.22528>. 2018.

DIANGELO, R. O branco na luta antirracista: limites e possibilidades. Mesa-redonda com Cida Bento e Thiago Amparo. In: IBIRAPITANGA;

SCHUCMAN, L. V. (orgs.). **Branquitude**: diálogos sobre racismo e antirracismo. São Paulo: Fósforo, 2023.

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio; Apicuri, 2016.

MARQUES, V. R. B. Raça e noção de identidade nacional. O discurso médico-eugenista nos anos 1920. In: SEIXAS, Jacy A; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion. (orgs.). **Razão e paixão na política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. MILLS, C. W. **O contrato racial**: Edição comemorativa de 25 anos. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

MUNANGA, K. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: KON, N. M; DA SILVA, M. L.; ABUD, C. C. (orgs.). **O racismo e o negro no Brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NOGUEIRA, I. B. **A cor do inconsciente**: significações do corpo negro. São Paulo: Perspectiva, 2021.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RAMOS, A. G. **Negro sou**: a questão étnico-racial e o Brasil: ensaios, artigos e outros textos (1949-73); organização Muryatan S. Barbosa. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

SANTOS, I. L. **Racismo brasileiro**: uma história de formação do país. São Paulo: Todavia, 2022.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2020.

_____.; CONCEIÇÃO, W. L. Branquitude. In: RIOS, F.; SANTOS, M. A.; RATTS, A. (orgs.). **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023.

SCHWARCZ, L. M. **Imagens da branquitude**: a presença da ausência. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

_____. Eugenia. In: RIOS, F.; SANTOS, M. A.; RATTS, A. (orgs.). **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2017.

VIOLÊNCIAS E GÊNERO NA IMPRENSA: AS REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS SOBRE OS ASSASSINATOS DE MULHERES NOS JORNAIS O DIA E MEIO NORTE (2014-2015)¹

*Sara SILVA*²

Graduanda

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

*Ângela OLIVEIRA*³

Doutora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Resumo

Este artigo analisa as representações discursivas sobre os assassinatos de mulheres nos jornais piauienses *O Dia* e *Meio Norte*, entre os anos de 2014 e 2015. A partir da análise do discurso, conforme Foucault, e da orientação metodológica de Luca sobre periódicos enquanto fontes históricas, examinamos 111 matérias que noticiaram 103 assassinatos de mulheres. Os dados evidenciam que a maioria dos crimes foi cometida por parceiros íntimos, revelando a centralidade da violência doméstica na dinâmica dos feminicídios. Observa-se também uma predominância de autores homens e a presença pontual de vítimas trans, indicando recortes importantes da violência

1 Trabalho apresentado no GT 2- Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com o discurso de ódio, o machismo e a misoginia, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.

2 Graduanda do curso de Licenciatura Plena da UESPI. E-mail: s_v_r_s@aluno.uespi.br

3 Profa Dra. em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestra em História (UFPI). Professora Adjunta I da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: angelaoliveira@cchl.uespi.br

de gênero. As narrativas jornalísticas mostram permanências discursivas como “crime passionai” e “ciúme”, mesmo após a promulgação da Lei do Feminicídio. Além disso, verificamos diferenças editoriais entre os jornais, especialmente quanto à abrangência territorial e ao detalhamento das informações. Conclui-se que a imprensa não apenas noticia, mas constrói sentidos sobre a violência, contribuindo para a manutenção ou transformação das representações sociais sobre os assassinatos de mulheres.

Palavras-chave

História contemporânea; Jornal; Circulação.

Introdução

A misoginia ou o menosprezo às mulheres também estava presente na legislação. Durante o período colonial, as Ordenações Filipinas – que eram aplicadas em Portugal e em suas diversas colônias, como, por exemplo, o Brasil – (Oliveira, 2024, p.50) delimitavam, especialmente o Livro V, os atos considerados crimes, bem como as penalidades, conforme o tópico n.º 38: “achando o homem casado sua mulher em adultério, licitamente poderá matar” (Lara, 1999, p.152). Essa legislação funcionou no Brasil até 1830.

No Brasil, os assassinatos de mulheres pelos seus parceiros e ex-parceiros se tornaram uma prática conhecida como “passional” ainda durante a primeira República. O criminoso “passional” seria então, um homicida que supostamente cometeu seu crime em legítima defesa de sua honra. Tal ato se mostrou como um crime de tipificação masculina (Corrêa, 1981). O

criminoso passional se tornou também um novo tipo jurídico, citado em obras de criminalistas como Enrico Ferri e Cesare Lombroso. Estes acreditavam que os “passionais” eram, em sua maioria, homens com ficha criminal limpa e com boas condutas sociais, que em algum momento foram dominados pelos sentimentos de paixão ou ficaram cientes de manchas em sua honra, fazendo com que eles cometessem tal crime (Borelli, 1999).

Existiam então dois discursos utilizados em defesa dos homicidas, o discurso criminalista clássico, que dizia que quando um criminoso agia por “paixão”, ainda sabia o que estava fazendo e podia ser responsabilizado por seus atos. E o discurso da escola positivista de origem italiana, que interpreta que um indivíduo nessas condições não podia ser responsabilizado (Oliveira, 2022).

Com esses discursos da escola positivista italiana, os advogados vincularam isso às brechas que existiam no Código Penal de 1890, que perdoava aqueles que “[...] agiam em estado de completa privação dos sentidos”, sendo possível que advogados livrassem de suas penas diversos homicidas. (Oliveira, 2022).

Em 1940 foi publicado o novo Código Penal, que dizia que a emoção e a paixão não excluía mais a responsabilidade do criminoso. Entretanto, muitos advogados continuaram procurando brechas no novo código para diminuir a pena de seus clientes, com novas argumentações. As novas argumentações se aproveitam de brechas do código que diziam que as penas deveriam ser baseadas em dois critérios: gravidade do crime e

nível de perigo que o indivíduo apresentava à sociedade. Com isso, vários advogados conseguiram empregar narrativas referentes às boas condutas de seus clientes como cidadãos de bem e honrados (Oliveira, 2022)

Contemporaneamente, foi conquistado, através das diversas lutas feministas, uma nova categoria jurídica, Feminicídio, a partir da Lei n.º 13.104/2015, de 09 de março de 2015. O feminicídio designa o homicídio de mulheres em duas situações: decorrência de violência doméstica; e por conta do ódio e menosprezo, não há necessidade de vínculo doméstico, familiar ou íntimo.

A imprensa com frequência noticia a ocorrência de atos de violência fatais contra as mulheres. Desse modo, o objetivo desta pesquisa foi analisar as representações discursivas sobre os assassinatos de mulheres nos jornais piauienses, *O Dia* e *Meio Norte* (2014-2015). Os jornais mobilizaram a opinião pública para esse problema social a partir de quais discursos?

Método

Um dos métodos utilizados para a análise dos periódicos foi a análise do discurso francesa de Michel Foucault, que nos ensina a destacar os enunciados que mais se repetem nas fontes, ou as possibilidades de “verdades” que os discursos propagam. Ele alerta que devemos encarar o documento analisado como um monumento, que deve ser organizado, recortado e desnaturalizado. As fontes de pesquisas possuem linguagens que produzem discursos com efeito de “verdades” sobre de-

terminadas práticas sociais. Em conformidade com Foucault em seu livro, a ordem do discurso, que propõe uma análise do discurso não como a tradução de um acontecimento, mas sim como um novo acontecimento (Foucault 1996).

Outra autora fundamental, que nos auxiliou na análise das fontes, foi a historiadora Tânia Regina de Luca (2015) a partir do texto, “Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos”. Ao destacar a imprensa como fonte primária e objeto de pesquisa, nos ensina que os jornais precisam ser colocados sob “suspeição”, pois não existe uma pretensa neutralidade e objetividade como se supunha, e faz alertas para os (as) pesquisadores(as) não caírem no “uso instrumental e ingênuo que tomavam os periódicos como receptáculos de informações a serem selecionadas e extraídas” (Luca, 2015, p.116) sem análises críticas. A partir das fontes impressas, ou digitais, como os jornais podemos analisar uma determinada realidade social, quais valores sociais circulam, especialmente, as representações sociais sobre os papéis femininos/ masculinos e os valores ligados às questões de gênero, que circulam quando são noticiados assassinatos de mulheres.

Luca (2015) também nos orienta que ao analisarmos os jornais devemos observar a materialidade e periodicidade das fontes pesquisadas. Os jornais piauienses *O Dia* e *Meio Norte* foram analisados em formato impresso, que estão disponibilizados no Arquivo Público do Estado do Piauí. Os dois jornais possuem periodicidade diária. Quanto ao material selecionado:

foram localizadas 167 (cento e sessenta e sete) matérias sobre assassinatos de mulheres, no recorte de 2014 a 2015.

Resultados e discussões

A análise dos dados coletados nos jornais *O Dia* e *Meio Norte* nos anos de 2014 e 2015 revela não apenas um panorama estatístico da violência letal contra mulheres, mas também um conjunto de representações discursivas que ajudam a compreender como a imprensa regional participa da construção social da violência de gênero. Foram identificadas 111 matérias tratando de 103 assassinatos de mulheres, número que, para além do impacto quantitativo, evidencia a frequência com que a violência contra mulheres ingressa no circuito de produção de sentidos da mídia piauiense.

Nesse processo, torna-se imprescindível mobilizar o referencial teórico que orienta esta pesquisa. Conforme Foucault (1996), os discursos não descrevem a realidade de maneira neutra; ao contrário, eles produzem efeitos de verdade, organizam o visível e o dizível, selecionam acontecimentos, hierarquizam informações e naturalizam determinadas interpretações em detrimento de outras. Assim, os jornais *O Dia* e *Meio Norte* devem ser analisados não como repositórios de fatos, mas como práticas discursivas que, ao noticiar os assassinatos de mulheres, colaboram para a construção de significados e valores sobre gênero, violência e relações sociais. De maneira complementar, Luca (2015) enfatiza que periódicos são fontes que exigem atenção à materialidade, à periodicidade, às con-

dições de circulação e às intencionalidades editoriais, características essenciais para compreender por que determinados crimes ganham mais destaque, por que certos vínculos são explicados com mais detalhes e por que algumas categorias se tornam recorrentes na narrativa jornalística.

Ao observar os dados referentes à relação entre vítima e autor, percebe-se que os parceiros ou ex-parceiros íntimos constituem a categoria predominante, tanto em 2014 quanto em 2015, em ambos os jornais. No *O Dia*, esse vínculo salta de 31,57% em 2014 para 93,33% em 2015, enquanto no *Meio Norte* ele é de 53,09% e 67,85%, respectivamente. Esse aumento expressivo, especialmente no *O Dia*, não pode ser compreendido como mera coincidência quantitativa: ele sinaliza uma mudança discursiva no modo como os assassinatos são narrados, vinculada diretamente ao impacto simbólico e jurídico da Lei do Feminicídio. Ao instituir uma nova forma de nomear e qualificar esses crimes, a lei reorienta o olhar da imprensa, que passa a enquadrar a violência letal contra mulheres não como “tragédias domésticas”, mas como parte de uma estrutura de desigualdade de gênero. A presença dessa categoria nas matérias, assim, reflete a disputa entre velhos discursos, como o do “crime passionai”, e novos enquadramentos jurídicos, que tentam deslocar a violência da esfera privada para a esfera pública.

Essa disputa se torna evidente quando observamos que expressões como “ciúme”, “traição”, “descontrole” e “paixão” continuam sendo mobilizadas pelos jornais para descrever os crimes. Essas categorias, como argumenta Oliveira (2022),

são resquícios de um imaginário jurídico do início do século XX, quando homens eram absolvidos ou tinham suas penas reduzidas ao alegarem ter matado “por amor” ou “em defesa da honra”. São discursos que reforçam estereótipos de gênero, sobretudo a ideia de que o corpo da mulher é propriedade do homem, e que a violência masculina pode ser explicada por emoções incontroláveis. Essa lógica discursiva atravessa décadas e reaparece no modo como os periódicos analisados continuam noticiando feminicídios, mesmo diante de transformações legais e sociais significativas.

Outro elemento que reforça a natureza estrutural da violência de gênero é a predominância de autores homens nos casos analisados. Nos quatro cenários (2014 e 2015 em *O Dia e Meio Norte*), a porcentagem de autores masculinos varia entre 91% e 100%, enquanto a participação feminina não ultrapassa 8%. Esses números, longe de serem apenas estatísticas, dialogam diretamente com reflexões sobre masculinidade, patriarcado e violência, indicando que o feminicídio não é resultado de incidentes isolados, mas de um sistema que legitima práticas masculinas de controle, posse e dominação. A incorporação desses dados ao debate teórico permite reafirmar que o feminicídio, para além de um fenômeno jurídico, é uma manifestação extrema de uma estrutura social baseada na desigualdade de gênero.

Do mesmo modo, a presença majoritária de vítimas cisgênero, 89,47% no *O Dia* em 2014, 100% em 2015; 97,56% no *Meio Norte* em 2014, 100% em 2015, aliada à ocorrência pontual de

vítimas trans, aponta para a necessidade de pensar a violência de gênero também em termos de transfobia. A invisibilização dessas vítimas e a baixa recorrência de matérias específicas podem indicar tanto subnotificação quanto uma tendência jornalística de omitir ou inadequar informações sobre identidades trans, o que dialoga com debates contemporâneos sobre apagamento e marginalização dessas populações, especialmente em veículos tradicionais de mídia.

A análise da distribuição espacial dos crimes mostra que *O Dia* mantém foco quase exclusivamente estadual, enquanto *Meio Norte* amplia seu escopo para crimes de repercussão nacional. Esse dado, embora aparentemente técnico, é fundamental para compreender a construção discursiva de cada jornal: enquanto *O Dia* busca reforçar uma narrativa de violência local, *Meio Norte* posiciona seus leitores dentro de um panorama mais amplo de violência contra mulheres, o que pode influenciar diretamente a percepção pública sobre o tema.

Assim, os dados analisados, quando articulados ao referencial teórico adotado, revelam que a imprensa desempenha um papel ambíguo e complexo na produção de sentidos sobre a violência de gênero. Ao mesmo tempo em que contribui para a visibilidade desses crimes, também perpetua discursos naturalizadores, herdeiros de tradições misóginas que ainda sobrevivem nas entrelinhas das narrativas jornalísticas. Foucault (1996) aponta que o discurso não apenas reflete a realidade, mas a constitui; aqueles que falam, e a imprensa fala continuamente, delimitam o campo do que pode ser dito e pensado.

Nesse sentido, os jornais analisados tanto colaboram para desnaturalizar a violência contra mulheres quanto, simultaneamente, reproduzem elementos discursivos que dificultam sua compreensão como fenômeno estrutural.

Desse modo, a análise revela não apenas quantas mulheres foram assassinadas, mas como essas mortes foram simbolicamente construídas, explicadas e interpretadas. A maior visibilidade dos vínculos afetivos após 2015, a recorrência de expressões que romantizam ou justificam a violência e a centralidade da figura masculina como agressor apontam para uma construção social que precisa ser constantemente problematizada. Os dados indicam um movimento de transformação, mas também a permanência de tensões discursivas que continuam moldando a forma como a sociedade percebe e reage aos feminicídios.

Considerações finais

Dentre as 167 matérias analisadas, o discurso e/ou enunciado que mais aparece para noticiar os casos de assassinatos de mulheres foram as palavras: “crime passionai” e “ciúmes”, tanto em 2014, quanto 2015. Isso demonstra que as representações sobre assassinatos de mulheres que circularam nas primeiras décadas do século XX, analisadas por Oliveira (2022), infelizmente ainda circulam um século depois. A pesquisa demonstrou que é muito lento o processo de reconhecimentos do crime de Feminicídio.

Nos jornais pesquisados observamos que foram numericamente expressivos os assassinatos de mulheres, ocorridos nos anos de 2014 e 2015, cometidos por homens, estes que eram parceiros e/ou ex-parceiros das vítimas.

Os dados demonstraram um aumento nos casos de feminicídios, especialmente após março de 2015, o que pode levantar a hipótese de que receberam a classificação conforme a lei foi sendo conhecida e amplamente debatida, entre os mais variados meios de comunicação, em especial, nos jornais que circularam diariamente na cidade de Teresina/PI. E o aumento das matérias dedicadas ao assunto, o que não quer dizer que não ocorressem assassinatos de mulheres, antes de 2015, mas após a promulgação da Lei, houve interesse social de ambos os jornais, em dar visibilidade aos casos, impulsionadas, também, pelas discussões políticas, educacionais e pesquisas voltadas ao tema, dando assim mais visibilidade aos casos de feminicídio, como problema social a ser combatido.

Referências bibliográficas

BORELLI, Andrea. **Matei por amor:** representações do masculino e do feminino nos crimes passionais. São Paulo: Instituto de Direito Constitucional, 1999.

BRASIL. **Código Penal de 1940.** Disponível <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jan 2023.

BRASIL. **Código Penal de 1890.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm. Acesso em: 10 mai. 2025

BRASIL. Lei n.º 13.104/2015 de 09 de março de 2015. **Feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio**. Brasília: Senado Federal [2015]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em: 11 abr. 2025.

CORRÊA, Mariza. **Os crimes da paixão**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

LARA, Silvia (org). **Ordenações Filipinas: Livro V**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

LUCA, Tania Regina de. **Fontes impressas**: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2015, p.111-154

OLIVEIRA, Ângela Maria Macêdo de. **“NÃO VALIA A PENA NOS INCOMODAR POR TÃO POUCO”**: os assassinatos de mulheres na Primeira República percebidos como crimes “passionais”. *Outros Tempos: Pesquisa Em Foco – História*, 19(33), 319–347, 2022.

OLIVEIRA, Ângela Maria Macêdo de. **Entre experiências individuais e experiências jurídicas**: descontinuidades históricas que a Lei Maria da Penha provocou na Comarca de Oeiras/PI (1976-2021). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2024.

GT 3

MÍDIA E DIMENSÕES DO TEMPO -
RELAÇÕES COM A
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

SOB O ROTEIRO DO ESTADO: A EDUCAÇÃO EM CENA NO JORNALISMO TELEVISIVO¹

Thaila Vitória Santos VIEIRA²

Thamyres SOUSA de Oliveira³

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ, PICOS, PI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE, PE

Resumo

O estudo analisa os dois últimos episódios da série Educação Transforma Vidas, exibida pela Rede Clube em 2024, buscando compreender como o telejornalismo utiliza recursos dramatúrgicos para representar a educação em tempo integral no Piauí. A pesquisa possui abordagem qualitativa, adota a análise de conteúdo (Bardin, 1977) como técnica de análise e tem como referencial teórico autores como Coutinho (2012) e Baccega (1999). Os resultados mostram que a série aproxima a notícia do drama ficcional e reforça discursos institucionais, produzindo uma visão idealizada da educação pública e evidenciando a necessidade de leitura crítica sobre o papel da mídia nas representações sociais.

Palavras-chave

Relações com a história contemporânea; Dramaturgia no telejornalismo; Rede Clube; Mídia e Educação.

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 3- Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com História Contemporânea, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.
 - 2 Jornalista graduada pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI- Picos, Pós-graduada em Jornalismo Digital e Docência na Educação Superior. email: thailavitoriasvieira@aluno.uespi.br.
 - 3 Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE, professora do curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Estadual do Piauí - UESPI. email: thamyressousa@pcs.uespi.br.

Introdução

A educação ocupa um lugar de destaque na agenda pública e, por consequência, também no noticiário televisivo. No Piauí, essa visibilidade ganhou forma através de produções audiovisuais como a série “Educação Transforma Vidas” exibida pelo Piauí TV Primeira Edição, da Rede Clube, afiliada a Globo no estado, em abril de 2024 (de 15 à 19). As reportagens utilizam elementos narrativos que extrapolam a simples exposição de fatos, lançando mão de recursos próprios da dramaturgia. A abordagem desperta interesse não apenas pelo conteúdo, mas pela forma como ele é apresentado, o que torna necessário investigar, de certo modo, o poder dessa construção narrativa sobre a percepção pública da educação.

É importante salientar, que este trabalho fez parte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), que teve como objeto de estudo todos os episódios da série “Educação Transforma Vidas”, exibida em 2024. Para esta etapa, foram analisados especificamente os dois últimos episódios da série: Desenvolvimento pedagógico além das atividades curriculares⁴, veiculado em 18 de abril de 2024, com duração de 10 minutos e 57 segundos; e Futuro da educação: Em Parnaíba, escolas apostam em aulas

4 NUNES, Renan. Desenvolvimento pedagógico além das atividades curriculares. **TV CLUBE**, 2024. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12528715/>. Acesso em 21 de maio de 2025.

de robótica e hidrogênio verde⁵, exibido em 19 de abril de 2024, com duração de 8 minutos e 35 segundos.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo geral investigar de que forma o telejornalismo utiliza elementos dramáticos para construir as percepções sobre a educação em tempo integral, no Piauí. De maneira específica, propomos: (1) examinar os recursos narrativos e dramáticos presentes nos dois últimos episódios da série Educação Transforma Vidas; (2) analisar a construção dos personagens e como suas representações influenciam a percepção do público; e (3) identificar lacunas e acertos na abordagem jornalística.

A dramaturgia na abordagem da educação

Nosso olhar para dramaturgia no telejornalismo é conduzido pela pesquisadora Iluska Coutinho (2012), que compreende o telejornal como um espaço de construção simbólica e não apenas de transmissão de fatos. A autora ressalta que as visões de mundo apresentadas pela televisão não são neutras, mas moldadas por escolhas editoriais e institucionais que conferem sentidos específicos à realidade. Assim, o ato de assistir à TV significa participar de um processo mediado, em que a narrativa jornalística organiza o mundo em estruturas reconhecíveis, conectadas e emocionalmente significativas. Essa rede de sentidos, disseminada em escala global, influencia o modo

5 NUNES, Renan. Futuro da educação: Em Parnaíba, escolas apostam em aulas de robótica e hidrogênio verde. TV CLUBE, 2024. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12531905/>. Acesso em 21 de maio de 2025.

como o público interpreta o cotidiano, delineando percepções e valores sobre o que é socialmente relevante.

Coutinho (2012) também menciona que a programação não é uma simples sequência de conteúdos, mas um produto estruturado em “pacotes” de tempo e ritmo que favorecem a venda de espaços publicitários e a manutenção de uma audiência constante. Nesse contexto, Moraes e Coelho (2012) destacam que a televisão aberta depende fortemente do financiamento da iniciativa privada e de verbas governamentais, o que pode interferir na hierarquia das pautas e na seleção de conteúdos que privilegiam temas de maior apelo popular ou político.

Além disso, Coutinho (2012) discute que o telejornalismo organiza as informações dentro de uma estrutura dramática, com personagens, conflitos e resoluções que se assemelham ao drama ficcional. A “dramatização”, presente nas histórias de superação, nos relatos emocionais e nas encenações do repórter, transforma a notícia em espetáculo, aproximando-a da experiência humana cotidiana.

Embora não tenha usado a discussão sobre dramaturgia, Baccega (1999) propõe o conceito de “mundo editado” para explicar como os meios de comunicação organizam e filtram a realidade antes de apresentá-la ao público. Para a autora, a comunicação atua como mediadora entre o indivíduo e o mundo, pois grande parte das experiências sociais não é vivenciada de forma direta, mas construída simbolicamente por meio da mídia. Assim, rádio, televisão e outros meios configuram um espaço de Comunicação/Educação, no qual aprendemos a in-

interpretar, compreender e dar sentido ao que nos cerca. Nesse processo, a mídia não apenas informa, mas também forma, influenciando percepções, valores e modos de pensar.

Ferreira e Ferro (2021) complementam essa perspectiva ao afirmar que comunicação e educação compartilham dimensões formativas e intersubjetivas. Para as autoras, ambas se fundamentam no diálogo e na participação ativa dos sujeitos, superando a ideia de transmissão unilateral de informações. A comunicação, portanto, não é apenas o ato de um emissor que fala a um receptor passivo, mas um processo de interação e construção coletiva de significados. Da mesma forma, a educação, enquanto prática social e transformadora, exige envolvimento, reflexão e partilha de experiências. Nesse sentido, a comunicação potencializa a educação, possibilitando o intercâmbio de saberes e a consolidação de uma cidadania crítica e participativa.

Desse modo, compreendemos que o telejornalismo tem um papel formativo importante ao representar a educação. A forma como são selecionados os eventos escolares pode influenciar a opinião pública, valorizando ou fazendo com que aspectos estruturais e outros problemas possam ser esquecidos.

Passos para o uso da dramaturgia do telejornalismo

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa e utiliza como técnica de análise a análise de conteúdo, conforme Bardin (1977), tendo como eixo principal a investigação da presença de

elementos dramaturgicos na série “Educação Transforma Vidas”. A metodologia adota como abordagem teórico-metodológica o olhar de Coutinho (2012) sobre dramaturgia do telejornalismo e o conceito de “mundo editado” de Baccega (1999).

A partir da leitura flutuante, foram definidas cinco categorias de análise, com base nas contribuições de Coutinho (2012). Desse modo, utilizando a abordagem teórico-metodológica da dramaturgia no jornalismo, a análise focou nas seguintes categorias:

Tabela 1 – Categorias de análise

CATEGORIAS	REFLEXÕES PARA ANÁLISE
Narrativa	De que forma a série estrutura sua narrativa e produz significado?
Conflito	Quais são os conflitos abordados na série e o que ele provoca?
Drama	De que maneira a série constrói narrativamente e jornalisticamente o drama cotidiano?
Atividade teatral	Como a série realiza essa representação da ação?
Personagens	Quem são? Qual é a representação e a função deles na série?

Fonte: Elaborado pela autora em 2025, com base em Filho e Martins (2023).

A análise das reportagens também foi orientada pela perspectiva de Baccega (1999) que compreende a comunicação como mediação da realidade, permitindo identificar estraté-

gias de edição e seleção de conteúdo (como enquadramentos visuais, trilhas sonoras e falas institucionais). Também foram inseridas as reflexões de Ferreira e Ferro (2020), que destacam o caráter dialógico entre comunicação e educação na construção coletiva de significados. Dessa forma, a interpretação dos dados buscou compreender como o jornalismo audiovisual constroi narrativas que influenciam a percepção do público sobre a educação integral em tempo integral no Piauí.

A educação em cena na série Educação Transforma Vidas

Este estudo analisou os dois últimos episódios da série “Educação Transforma Vidas” (composta por cinco episódios), exibida pelo telejornal Piauí Primeira Edição, da Rede Clube. Os episódios, veiculados em abril de 2024, apresentam uma narrativa jornalística construída a partir de elementos dramáticos que intensificam o apelo emocional das reportagens e favorecem o engajamento do público.

No quarto episódio, intitulado “Desenvolvimento pedagógico além das atividades curriculares”, a construção narrativa estrutura-se a partir de elementos dramáticos que buscam criar uma atmosfera emocional e sensível, capaz de provocar o envolvimento do telespectador. A narrativa sugere, ainda que implicitamente, a valorização do ensino em tempo integral no Piauí, apresentando exemplos que reforçam essa política educacional.

Na abertura do episódio, o texto da cabeça, lido pelo jornalista Marcelo Magno, ressalta que o sistema de reaproveita-

mento da água produzida pelos aparelhos de ar-condicionado, operados com energia limpa, é apenas um dos exemplos de escolas públicas do estado que se consolidaram como modelos e referências. Ele enfatiza que, para desenvolver projetos como esse, os estudantes permanecem oito horas diárias nas instituições, especificamente nas chamadas “escolas de tempo integral”. Consolidando, assim, um discurso que associa o êxito pedagógico ao modelo implantado pelo governo de Rafael Fonteles, em 2024.

Tal introdução pode suscitar um conflito interpretativo ao instigar o telespectador a refletir se a série se apresenta apenas como uma reportagem informativa ou se também cumpre um papel de divulgação institucional, funcionando como uma possível peça de propaganda do governo estadual. Essa tensão se conecta com o conceito de Comunicação/Educação, de Baccega (1999), que compreende a comunicação como mediadora e filtradora da realidade, uma vez que nem todas as situações podem ser vivenciadas diretamente. Assim, o episódio revela um mundo editado, cuidadosamente estruturado para produzir determinados significados.

Ao analisar a construção narrativa do episódio, é possível identificar como a reportagem utiliza recursos linguísticos e expressivos para reforçar a ideia de valorização dos alunos e do trabalho docente. Logo no início da reportagem, o repórter Renan Nunes menciona, em seu texto de off, a expressão: “celeiro de talentos que não passam despercebidos pelo olhar atento dos professores”. Essa fala se harmoniza com as ima-

gens exibidas, que mostram a sala de aula, alunos sentados às mesas e professores ministrando aulas. Em sequência, um dos docentes passa a ser apresentado como personagem da matéria.

Entre os discursos analisados, destaca-se um conflito na fala de Socorro Soares, diretora de uma escola de tempo integral localizada em Castelo do Piauí. Em sua sonora, ela relata que a instituição é referência no acolhimento de estudantes com necessidades especiais. A diretora também menciona que, em determinado período, o transporte escolar do município apresentou problemas e ela própria buscava e deixava, diariamente, uma aluna com dificuldade de mobilidade que, até então, estava impedida de frequentar as aulas. A diretora finaliza afirmando que essa atitude “faz diferença”.

Esse relato suscita uma reflexão crítica: a função de buscar e conduzir estudantes até a escola não deveria ser atribuída à diretora, nem a professores ou a qualquer outro funcionário da instituição, mas sim ao poder público municipal ou estadual. Assim, emerge o questionamento: diante da falha no transporte escolar, não seria mais adequado resolver o problema estrutural, em vez de delegar, informalmente, mais uma função a quem não possui essa obrigação legal? Tal situação pode ser interpretada como um conflito que evidencia a sobrecarga dos profissionais da educação e a insuficiência das políticas públicas. Dessa forma, o episódio transforma uma falha sistêmica em uma narrativa de superação individual, recurso típico do drama jornalístico.

A atividade teatral, conforme proposta por Coutinho (2012), também se manifesta no episódio, especialmente na sequência em que o repórter se desloca de Castelo do Piauí até Teresina. Na capital, o repórter Renan Nunes é filmado caminhando pela escola logo ao amanhecer e anuncia, em off: “São 7 horas e o dia vai ser longo, vamos acompanhar”. A encenação do repórter como parte ativa da narrativa, aliada às imagens de sua interação com os estudantes, constitui uma representação da ação, elemento essencial da dramaturgia jornalística, conferindo maior envolvimento e intensidade dramática ao relato.

Outro momento significativo ocorre quando Renan afirma: “Foi na capoeira que os mais tímidos aprenderam como o corpo ajuda a equilibrar a mente”, enquanto imagens mostram estudantes praticando essa atividade extraclasse. A cena reforça o caráter dramatúrgico da reportagem, que não apenas informa, mas também encena o cotidiano escolar, potencializando o componente dramático da narrativa.

A escolha das personagens também é estratégica: ao longo da reportagem, são ouvidas 14 pessoas, sendo oito estudantes, três diretores e três professores. A priorização dos depoimentos dos estudantes visa ecoar a voz daqueles que vivenciam diretamente o ambiente escolar, reforçando a autenticidade da narrativa. Entretanto, destaca-se a recorrência de termos como “escola modelo” e “referência”, que aparecem reiteradamente ao longo do episódio, compondo um discurso que exalta o ensino integral promovido pelo estado. Esse aspecto suscita

um olhar crítico, uma vez que nem todas as escolas de tempo integral do Piauí contam com a mesma estrutura ou projetos.

Ainda em Teresina, o repórter narra: “O modelo de ensino integral reformulou a jornada do estudante da escola” e complementa: “todo dia, mais de 400 alunos atravessam a porta desta escola, na zona sudeste de Teresina, o CETI Professora Júlia Nunes, que foi reformado e entregue no fim do ano passado”. Logo após, Renan entrevista uma estudante, perguntando se é mais agradável estudar em um espaço mais receptivo como aquele. A aluna responde: “é bom” e destaca: “chegar e ver que está tudo mudado, tudo melhor, tudo melhorado”.

Essa fala, embora espontânea, integra-se à narrativa e fortalece a valorização do modelo integral, podendo ser interpretada como um recurso indutivo que contribui para a construção do drama: a transformação da escola e da vida dos estudantes por meio da política educacional. Contudo, permanece o questionamento: estaria esse modelo sendo implementado de forma equânime em toda a rede estadual?

Assim, o episódio quatro articula sua narrativa a partir de elementos que tensionam informação e promoção, encenação e realidade, enquanto mobiliza os recursos da dramaturgia jornalística para tornar o noticiário mais envolvente, conforme observa Coutinho (2012). A série se constrói, portanto, como um exemplo concreto da transformação de eventos cotidianos em histórias dramáticas com personagens, conflitos e ações que avançam a trama e conferem sentido ao relato.

O quinto episódio, “Futuro da educação: Em Parnaíba, escolas apostam em aulas de robótica e hidrogênio verde”, possui narrativa que também se estrutura a partir de elementos dramáticos. No entanto, entre os cinco episódios⁶, este foi o que utilizou menos o recurso poético, em comparação aos demais. Algo que também se evidencia nesta reportagem, e que já havia sido mencionado nos anteriores, é a exaltação do ensino integral no estado do Piauí. Esse aspecto pode ser observado tanto ao longo da reportagem quanto no texto de abertura, narrado pelo apresentador Marcelo Magno, assim como ocorreu no episódio anterior.

Logo no início do episódio, Marcelo afirma: “O Ceti Chagas Rodrigues proporciona um curso de eletrotécnica para futuros profissionais que desejam trabalhar na área; além disso, laboratórios de robótica com impressora 3D”. Essa informação induz o telespectador a imaginar que a estrutura da escola é de excelência, sugerindo, de forma implícita, que todas as instituições do estado possuem as mesmas condições. Ao longo do episódio, reforça-se ainda a ideia da “escola tendência” de ensino integral, termo que se destaca como marca recorrente na narrativa.

Essa narrativa também suscita conflitos ao expor as potencialidades de uma escola modelo e provoca questionamentos sobre a realidade educacional no estado. Durante a reportagem, uma professora apresenta o novo laboratório de informática, onde será ministrada uma disciplina de inteligência arti-

6 Episódios já analisados e enviados para outros eventos científicos.

ficial. Essa informação instiga reflexões importantes: será que todas as escolas de tempo integral do estado oferecem essa disciplina? Todos os alunos têm acesso a laboratórios novos e estruturados? Existem cursos de capacitação em inteligência artificial para os professores ou profissionais adequados para ministrar essa disciplina?

Esses questionamentos, suscitados pela narrativa, podem provocar no telespectador uma percepção crítica, instaurando um conflito simbólico entre a imagem projetada e a realidade possivelmente vivida em outras instituições de ensino do estado. O componente dramático está presente ao longo do episódio, ainda que, nesta edição, seja explorado de forma mais sutil em comparação aos anteriores. A estrutura narrativa, ao apresentar avanços tecnológicos e educacionais, constrói um cenário de progresso e superação, elementos característicos da dramaturgia no telejornalismo.

A atividade teatral também pode ser identificada, embora de maneira menos explícita. Em um dos off's narrados por Renan, ele narra: "O laboratório de informática é um dos dois inaugurados no final do ano passado", reforçando a exaltação das ações do governo estadual. Em outra cena, a diretora aparece ao redor dos alunos no novo laboratório de informática, conversando sobre a importância desse espaço em uma roda com os estudantes. Esse momento pode ser interpretado como uma atividade teatral, na qual a interação entre os sujeitos e o ambiente é encenada para compor a narrativa audiovisual, articulando texto e imagem.

Outro exemplo ocorre quando o repórter descreve que “na frente das máquinas o tempo passa voando”, enquanto a cena exhibe os estudantes reunidos em torno de uma mesa, interagindo com um robô. Esses recursos dramatizam o cotidiano escolar, contribuindo para a construção estética e simbólica do episódio.

Entre as fontes selecionadas para esse último episódio destacam-se nove pessoas: dois diretores, três professores, um secretário de educação e três estudantes, demonstrando a diversidade de vozes e perspectivas. Dentre essas, sobressai-se a presença de Washington Bandeira, atual secretário de Educação do Piauí, cuja fala é posicionada entre as sonoras de um estudante e de um professor. Em sua declaração, Bandeira exalta os benefícios e as potencialidades da educação em tempo integral.

Um aspecto relevante na construção dessa entrevista é o cenário: o secretário aparece sentado, possivelmente em um gabinete, tendo ao fundo fotografias do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do governador do estado, Rafael Fonteles. A composição visual sugere, ao telespectador, a possibilidade de que se trate de uma matéria, ou mesmo de uma série, patrocinada pelo governo estadual. Nesse contexto, cabe recorrer à reflexão de Baccega (1999) que aponta como nossa percepção da realidade é moldada por diversos filtros (instituições, organizações e indivíduos) que determinam o que será mostrado, ouvido ou lido.

Esses filtros editam o mundo, oferecendo uma versão da realidade orientada por interesses específicos. Como afirma a autora: “editar é reconfigurar alguma coisa, dando-lhe novo significado, atendendo a determinado interesse, buscando um determinado objetivo, fazendo valer um determinado ponto de vista” (Baccega, 1999, p. 177). Assim, a edição da realidade apresentada no episódio não é neutra; ela é orientada por interesses, sobretudo econômicos e políticos, que influenciam a percepção do público.

Em síntese, o episódio final da série reforça uma narrativa pautada na valorização do ensino integral e na exaltação dos avanços tecnológicos, mas também suscita importantes questionamentos sobre a realidade educacional no estado. A presença de filtros institucionais evidencia que a edição da realidade apresentada não é isenta, mas orientada por interesses políticos e econômicos, provocando no telespectador uma necessária reflexão crítica sobre o que é mostrado e o que permanece oculto.

Considerações finais

Dessa forma, a análise dos dois últimos episódios da série “Educação Transforma Vidas” permitiu compreender como o telejornalismo local utiliza recursos da dramaturgia para construir narrativas emocionais e envolventes, capazes de reforçar discursos institucionais e promover determinadas políticas públicas. Observou-se que, embora os episódios apresentem inovações estéticas e narrativas que aproximam o público dos

temas educacionais, eles também se estruturam a partir de escolhas discursivas que privilegiam uma imagem positiva do governo estadual, especialmente no que se refere à consolidação do ensino integral como política de sucesso. Assim, a série extrapola a função informativa do jornalismo e se aproxima de um produto comunicacional híbrido, no qual informação e promoção se entrelaçam.

Nesse sentido, o estudo evidencia que os episódios analisados operam um processo de edição do mundo (Baccega, 1999), no qual a realidade é mediada por filtros institucionais, políticos e econômicos que orientam o olhar do telespectador. Ao apresentar escolas-modelo e experiências bem-sucedidas, o telejornal constrói uma representação idealizada da educação pública, deixando em segundo plano as desigualdades estruturais e os desafios enfrentados por outras instituições. Essa seleção de vozes, imagens e discursos contribui para a produção de sentidos que legitimam o modelo educacional em vigor, reforçando o papel da mídia como agente de mediação simbólica e política.

Por fim, conclui-se que a série representa um exemplo significativo de como o jornalismo contemporâneo pode adotar estratégias narrativas do campo da dramaturgia para ampliar seu impacto emocional e persuasivo. No entanto, essa aproximação entre jornalismo e encenação impõe a necessidade de uma leitura crítica por parte do público e dos pesquisadores, a fim de reconhecer os limites entre informação e propaganda institucional. Estudos futuros podem aprofundar essa discus-

são, comparando a série com outras produções similares em contextos regionais distintos ou analisando a recepção do público frente a esse tipo de narrativa jornalística, que combina emoção, política e representação social.

Referências bibliográficas

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, Maria Luiza. Governador Rafael Fonteles e Secretário Washington Bandeira anunciam mais 151 Escolas Seduc de Tempo Integral. **Governo do Piauí**, 2024. Disponível em: <https://www.seduc.pi.gov.br/noticias/noticia/11505>. Acesso em 14 de abril de 2024.

BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação & Educação: do mundo editado à construção do mundo. **Comunicação & Informação**, v. 2, n. 2, p. 176-187, 1999. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/22853>. Acesso em: 16 de novembro de 2024.

BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação/educação: relações com o consumo. Importância para a constituição da cidadania. **Comunicação Mídia e Consumo**, v. 7, n. 19, p. 49-65, 2010. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/194>. Acesso em: 16 de novembro de 2024.

COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do telejornalismo**: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-MG, Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

FILHO, José Tarcísio da S. Oliveira; MARTINS, Rafael Barbosa Fialho. A dramaturgia do telejornalismo na cobertura dos crimes contra povos indígenas Yanomami pela TV Globo. In: PEREIRA, Ariane; MELLO, Edna; FINGER, Cristine; EMERIM, Cárlica (org). **Na TV e em outras telas**. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2023, p. 305-322.v.17.

FERREIRA, Mayara Sousa; FERRO, Maria do Amparo Borges. UNIVERSO DE SABERES: interconexões no caminhar entre a comunicação, a educação e a história. **Infinitum**, São Bernardo-MA, v.3, n.5, p. 74-92, dezembro, 2020. Disponível em: <https://periodicosoletronicos.ufma.br/index.php/infinitum/article/view/16336>. Acesso em: 16 de novembro de 2024.

MORAES, Adriana; COELHO, Bernadete; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. O Telejornalismo como mediação da cidadania. In: XIV CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE, 2012, Campo Grande - MS. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação [...]. Campo Grande - MS: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2012. p. 1-12, Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2012/resumos/R31-0499-1.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2024.

NALIN, Carolina. TV aberta e canais por assinatura respondem por 79% do consumo de vídeo do brasileiro. **Extra**, 2022. Disponível em: https://extra.globo.com/economia-e-financas/tv-aberta-canais-por-assinatura-respondem-por-79-do-consumo-de-video-do-brasileiro-25514334.html?utm_source=chatgpt.com. Acesso em 08 de julho de 2025.

NUNES, Renan. Mestres por vocação: Professores que se dedicam ao ensino em tempo integral no Piauí. **TV CLUBE**, 2024. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12531905/>. Acesso em: 21 de maio de 2025.

NUNES, Renan. Mestres por vocação: Professores que se dedicam ao ensino em tempo integral no Piauí. **TV CLUBE**, 2024. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12528715/>. Acesso em: 21 de maio de 2025.

TEMPORADA SETE DE BLACK MIRROR E TENDÊNCIAS TECNOLÓGICAS: PRIMEIRO MAPA EM PROSPECÇÃO¹

Monique Dandara Martins COSTA²

Graduanda de Produção Multimídia

IFSC CÂMPUS PALHOÇA, PALHOÇA, SC

Sofia Antunes MIRANDA³

Graduanda de Produção Multimídia

IFSC CÂMPUS PALHOÇA, PALHOÇA, SC

Alessandro Mateus FELIPPE⁴

Docente de Produção Multimídia

IFSC CÂMPUS PALHOÇA, PALHOÇA, SC

Resumo

O texto aborda o movimento inicial de prospecção de tendências tecnológicas presentes nos três primeiros episódios da sétima temporada da série de ficção científica britânica Black Mirror; tais tendências, após o mapeamento, são articuladas com tecnologias re-

-
- 1 Trabalho apresentado no GT3 - Mídia e Dimensões do Tempo - relações com a História Contemporânea do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.
 - 2 Graduanda de Produção Multimídia (IFSC Câmpus Palhoça Bilingue); moniquedandara4@gmail.com.
 - 3 Graduanda de Produção Multimídia (IFSC Câmpus Palhoça Bilingue), especialista em comunicação e estratégias digitais nas organizações (Senac SP), biotecnóloga (UFU Câmpus Uberlândia); sofia.amiranda92@gmail.com.
 - 4 Docente Comunicação Digital e Educação Bilingue (IFSC Câmpus Palhoça Bilingue), Doutorando em comunicação (UFSM), Mestre em design (UDESC), Comunicador social (Unipampa); allessandro.fpp@gmail.com.

centes do cotidiano por meio da ferramenta de coolhunting (MAIOLI; PRESOTTO; PALMA, 2012), permitindo a identificação e análise de seus padrões. Acionamos a análise qualitativa de dados (GIL, 2008) para evidenciar, via resultados preambulares e exploratórios, que a temporada reforça a crítica da série frente às implicações éticas e sociais das tecnologias emergentes.

Palavras-chave

Black Mirror; tendências tecnológicas; cartografia.

INTRODUÇÃO | DE ONDE PARTIMOS?

A série Black Mirror (2011) se estabelece como uma produção de ficção científica que explora o gênero da distopia. Sua narrativa não se limita a propor cenários futuristas especulativos, mas explicita sociedades marcadas pelo terror, desigualdade e opressão, evidenciando as consequências sistêmicas do avanço tecnológico desregulado e desprovido de ética (COMAN, 2025). A produção, de origem britânica e criada por Charlie Brooker, estreou em 2011. Inicialmente exibida pelo Channel 4, a série manteve sua base de produção em Londres com a *Broke and Bones*. A distribuição global de Black Mirror foi significativamente ampliada a partir da 3ª temporada, quando a plataforma de *streaming* Netflix assumiu sua veiculação (KLEINA, 2023).

O formato de série antológica, com episódios de histórias independentes entre si, permite que Black Mirror aborde diferentes dilemas tecnológicos sem a limitação de um arco narrativo fixo ou contínuo com perspectiva satírica e sombria sobre

a sociedade contemporânea Dessa forma, cada enredo pode se estabelecer como um estudo de caso, funcionando como uma unidade narrativa fechada (PROPP, 2010). Isso tem o efeito de convidar o grande público a refletir a cada “pesadelo tecnológico” de maneira imediata. Esta estrutura simplifica a identificação e a análise dos dilemas, elevando cada episódio à condição de objeto de debate sobre as conexões entre os futuros distópicos apresentados na série e as implicações concretas das tecnologias existentes no dia a dia (FIRMINO, 2023).

METODOLOGIA | COMO FAREMOS?

A justificativa deste estudo se estrutura na reconhecida capacidade dos objetos comunicacionais contemporâneos, como a série *Black Mirror*, atuarem como dispositivos de captura do espírito do tempo, *Zeitgeist* (SANTOS, 2017), compreendendo valores, necessidades e demandas do tecido sociocultural por meio da ênfase em tendências tecnológicas (COHEN, 2021) presentes no texto. Tendo a tecnologia como temática central, a série oferece uma leitura crítica e imediata das tensões e ansiedades que permeiam a sociedade atual.

Simultaneamente, destacamos que a ficção científica não deve ser vista apenas como entretenimento, mas como um campo que, ao ser aproximado dos estudos de tendências (*Trend Studies*) (RAYMOND, 2010; DRAFT, 2017), fornece manifestações fundamentais para a compreensão de transformações socioculturais em curso. Logo, o problema de pesquisa se configura em como os sinais tecnológicos (*Sinais da Série*) pre-

sentes nos três primeiros episódios da sétima temporada de *Black Mirror* (2025) se manifestam em tendências tecnológicas (Sinais da Realidade) na sociedade contemporânea?

Sustentamos que a análise permite não apenas interpretar a visão distópica da série, mas também utilizar suas narrativas como um instrumento de mapeamento de riscos e futuros alternativos para a sociedade globalizada. Classificamos o estudo como exploratório, através da abordagem cartográfica (DELEUZE; GUATTARI, 1995), e valem da análise qualitativa de dados (GIL, 2011) com foco na identificação e interpretação de tendências tecnológicas apresentadas nos três primeiros episódios da sétima temporada de *Black Mirror* e sua paridade com as tecnologias já existentes na vida real. O procedimento inicia-se pela seleção dos episódios da temporada e a construção de uma triangulação entre *corpus* de análise, teoria e mídia especializada com as principais tecnologias encontradas no tecido sociocultural (DRAGT, 2017). Em seguida, por meio da cartografia, há a coleta e o mapeamento de sinais culturais e tecnológicos emergentes, buscando paralelos entre a ficção e a vida real.

A análise é conduzida por meio da comparação do *corpus* de análise entre a representação midiática e a tecnologia concreta, destacando semelhanças, riscos e implicações sociais. Esta etapa fundamentou-se na pesquisa qualitativa em comunicação, permitindo compreender como as narrativas audiovisuais refletem e antecipam transformações sociotécnicas contemporâneas. Assim, a metodologia possibilita reproduzir

o percurso analítico e verificar de que forma as tendências tecnológicas da série dialogam com a realidade, contribuindo para o campo dos estudos de mídia, comunicação e tecnologia.

OBJETO DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Black Mirror se consolidou como um espelho crítico da nossa sociedade, seu sucesso e relevância são inegáveis: a 7ª temporada, por exemplo, demonstrou um alcance massivo ao acumular 7,1 milhões de visualizações e 43,7 milhões de horas assistidas em sua semana de estreia, em abril de 2025, figurando no Top 10 em 71 países na Netflix (COMAN, 2025). A série funciona como um alerta sobre como as inovações tecnológicas podem e são adequadas para fins negativos em diferentes contextos não ficcionais. É notável como vários de seus enredos futuristas, como o uso vicioso de Inteligência Artificial e os sistemas de pontuação online, têm se tornado cada vez mais presentes em nosso cotidiano real.

O episódio 1 da 3ª temporada, “Queda Livre”, por exemplo, é um dos enredos ficcionais percebidos como prática comum na atualidade. Nele somos apresentados a uma sociedade controlada por sistemas de pontuação, na qual cada interação social é avaliada (BARRETO, 2017). Hoje essa realidade é encontrada em plataformas como Uber, iFood e Airbnb, bigtechs que condicionam serviços e oportunidades de trabalho às avaliações recebidas. A relevância de analisar episódios desta produção se baseia no paralelo entre a ficção de Black Mirror e a contemporaneidade, considerando aspectos capazes de antecipar dinâmicas sociais que, gradualmente, se concretizam.

O episódio “Pessoas Comuns” (S07E01), impulsiona debates socioculturais ao explorar a mercantilização e dependência da existência humana por meio da tecnologia. A narrativa se concentra no casal de classe média Mike e Amanda, eles planejam a chegada do primeiro filho, mas o diagnóstico de tumor cerebral de Amanda muda tudo. Sua sobrevivência é solucionada através de um serviço por assinatura oferecido pela *Rivermind*, startup que implanta um “streaming de cérebro” em Amanda prometendo manter suas funções vitais (BASTOS, 2025).

O enredo detalha a progressiva deterioração da qualidade de vida do casal, impulsionada pela expansão da monetização da *Rivermind*. Esses *upgrades* são necessários para amenizar inconvenientes como interrupções de serviço, inserção de anúncios involuntários no discurso de Amanda e exigências crescentes de sono para «*backup* cerebral” (GILLHAM, 2025). A crítica se intensifica ao revelar que o sono da paciente é usado para alimentar os servidores da corporação que, além de tudo, chantageia o casal sobre o custo de terem filhos. Em outras palavras, a trama ilustra a dependência financeira perversa e a progressiva deterioração da vida do casal, forçado a lidar com a escalada de custos dos planos de assinatura dos planos do “streaming cerebral” e a inserção de anúncios no discurso de Amanda.

O auge da distopia é a jornada de Mike que recorre à plataforma *Dum Dummies*, uma crítica à espetacularização da miséria e humilhação cada vez mais presentes no meio virtual (ALVES et al., 2025), para custear os *upgrades* nas assinaturas dos planos cada vez mais caros da *Rivermind*. O desfecho trágico é o pedido de eutanásia de Amanda, que vê na morte

a única forma de se libertar do controle da *Rivermind*. O episódio conclui que, sob o capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2020), a liberdade e o descanso final são os únicos bens que resistem à monetização. Ou seja, S07E01 constitui um poderoso comentário metalinguístico ao criticar a prática de plataformas de *streaming* (incluindo a própria Netflix) em alterar planos e termos sem aviso, além de oferecer um exame crítico às implicações sociopolíticas de tecnologias como o Neuralink, de Elon Musk (NEURALINK, 2025).

QUADRO 1 - Sinais da Série e da Realidade (Ep. 1 Temp. 7 - Black Mirror)

Sinal da Série	Relação com o Episódio
Tecnologia de Sobrevivência por Assinatura	A vida de Amanda é mantida pelo implante cerebral <i>Rivermind</i> e exige um custo mensal cada vez maior pelo “ <i>streaming</i> de cérebro”.
Monetização de Funções Biológicas	Exigências crescentes de sono para “ <i>backup</i> cerebral” revelaram o uso do cérebro dos clientes para alimentar os servidores da <i>Rivermind</i> .
Publicidade Involuntária Incorporada	Inserção de anúncios involuntários no discurso de Amanda, forçando o casal a buscar <i>upgrades</i> pagos.
Espetacularização da Humilhação	Mike se submete a situações cada vez mais humilhantes para conseguir pagar as mensalidades da <i>Rivermind</i> , ele chega a arrancar seu próprio dente ao vivo na plataforma <i>Dum Dummies</i> .
Chantagem da Reprodução Social	A <i>Rivermind</i> chantageia o casal sobre o custo de terem filhos, os obrigando a repensar seu projeto de vida.
Controle de Termos de Serviço Unilaterais	A <i>Rivermind</i> altera planos, valores e funcionalidades sem aviso prévio, impelindo a migração para planos mais caros.

Sinal da Realidade	Relação com a Realidade
“Life as a Service” (LaaS)	Através da proliferação do modelo de assinatura (<i>SaaS</i> , <i>Streaming</i>) que estende o controle corporativo sobre produtos e serviços essenciais como, por exemplo, softwares, carros com funções pagas e convênios de saúde. Link de acesso: https://www.noticiasautomotivas.com.br/consumidores-fogem-de-servicos-por-assinatura-nos-carros-por-custo-privacidade-e-seguranca/
Fronteira “Brain-Machine”	Desenvolvimento de Interfaces Cérebro-Máquina (ICMs) como a Neuralink de Elon Musk, levantando questões sobre quem controlará esses dados e quais serão os termos de serviço futuros da própria consciência. Link de acesso: https://neuralink.com/
Capitalismo de Plataformas Digitais	<i>Trends</i> virais de humilhação, o fenômeno NPC (<i>non-playable character</i>) e as plataformas de micro-tarefas. Link de acesso: https://www.estadao.com.br/link/o-que-e-live-de-npc-no-tiktok-significado-nprei/
Publicidade Intrusiva e “Ad-Supported”	Por meio da pressão constante por <i>upgrades</i> pagos para remover anúncios (<i>ad-free</i>) e a coleta massiva de dados para publicidade direcionada, transformando o indivíduo em um alvo constante. Link de acesso: https://narro.com.br/privacidade-e-dados-os-limites-eticos-do-marketing-digital/
Custo de Vida e Saúde	Alta precificação de tratamentos experimentais e tecnologias de ponta, tornando a longevidade e a qualidade de vida um luxo acessível apenas por meio de grandes custos ou seguros complexos. Link de acesso: https://www.migalhas.com.br/depeso/439494/planos-de-saude-lucram-bilhoes-com-reajustes-abusivos-e-resistem-a-lei

Fonte: Autores (2025)

Já o episódio “Bête Noire”, (S07E02), se apresenta como um labirinto de manipulação psicológica que rapidamente introduz uma premissa de ficção científica especulativa. A trama gira em torno do drama de Maria, uma pesquisadora de alimentos que tem sua realidade dismantelada pela chegada de Verity, sua ex-colega. O terror psicológico se estabelece através de táticas de *gaslighting*, quando há manipulação psicológica, e o Efeito Mandela, falsas memórias coletivas, que fazem com que Maria perca sua credibilidade e sua autonomia cognitiva. A chave dessa manipulação é revelada ser um colar conectado a um compilador quântico, a tecnologia fictícia que permite a Verity alterar sutilmente a realidade percebida, transformando as memórias coletivas e as interações sociais (FORBES, 2025).

Essa escalada dramática é motivada por um trauma de infância, expondo Maria como a algoz original de Verity, que agora, armada com o dispositivo, inverte o ciclo da opressão. A desintegração da credibilidade de Maria, onde até sua alergia a nozes é apagada da memória coletiva, é o auge do drama. Embora a ideia de “ajustar frequências corporais” para acessar realidades paralelas seja ficção, o dispositivo levanta discussões sobre os avanços tecnológicos reais e seus limites éticos.

O confronto final culmina em um desfecho ambíguo que exige interpretação crítica: ao tomar o pingente de Verity e se autoproclamar “imperatriz do universo”, Maria pode ter se libertado do tormento ou apenas perpetuado o ciclo de opressão e trauma. “Bête Noire” provoca a reflexão sobre as implicações éticas de deter o poder de alterar a realidade e a memória da culpa. O episódio sugere que o “monstro nas sombras” reside na natureza humana e na tentação do poder absoluto sobre a narrativa alheia (SANTIAGO, 2025).

QUADRO 2 – Sinais da Série e da Realidade (Ep. 2 Temp. 7 – Black Mirror)

Sinal da Série	Relação com o Episódio
Tecnologia de Manipulação da Realidade	Pingente do colar de Verity é conectado a um supercomputador que permite alterar a realidade percebida e as experiências pessoais através de um compilador quântico.
Distorção de Fatos e Abuso Psicológico	A manipulação da realidade restringe as relações interpessoais, levando Maria ao completo isolamento e desequilíbrio psicológico.
Exploração da Realidade Manipulada para Chantagem	A manipulação constante de Verity permite que Maria seja chantageada emocional e socialmente, forçando sua dependência de sua algoz .
Sinal da Realidade	Relação com a Realidade
Manipulação Algorítmica da Verdade	Crítica à prática de plataformas redes sociais como Instagram, YouTube e TkTok em alterar algoritmos e termos sem aviso, manipulando a experiência e a percepção do usuário. Link de acesso: https://www.sescsp.org.br/editorial/artigos-analisam-a-logica-e-refletem-sobre-a-influencia-social-dos-algoritmos/
Riscos de Deep Fakes e Desinformação	A capacidade de distorcer a percepção da realidade e a memória, paralelo ao poder de criação de vídeos e narrativas falsas por tecnologias de IA. Link de acesso: https://forbes.com.br/escolhas-do-editor/2025/06/deepfake-golpes-e-desinformacao-os-efeitos-colaterais-dos-videos-de-ia-ultrarrealistas/

Fonte: Autores (2025)

O episódio “Hotel Reverie” (S07E03) se estabelece como um denso estudo sobre nostalgia, autoria e os dilemas éticos da reinvenção tecnológica da arte. A narrativa central acompanha Brandy Friday, uma estrela de *Hollywood* que busca preencher um vazio existencial ao participar de uma experiência imersiva: um *remake high-tech* de seu filme romântico favorito de 1949, *Hotel Reverie*. O enredo interliga as camadas de ficção (o clássico em preto e branco) e a existência (a realidade de Brandy). A atriz assume o papel de Alex Palmer e interage com os personagens do filme dentro de um universo gerado pela tecnologia *Redream*. Esta tecnologia de ponta tem a capacidade de inserir atores em filmes antigos e gerar diálogos artificialmente, forçando Brandy a seguir o roteiro do clássico para garantir seu retorno à realidade (BASTOS, 2025).

O momento em que o sistema *Redream* sofre uma pane, impedindo Brandy de seguir o *script* de Alex Palmer, revela a falha da tecnologia em conter a experiência humana. Essa quebra é o catalisador para o florescimento de um afeto genuíno pela personagem de IA, Clara e sua atriz Dorothy, questionando os limites entre a emoção fabricada e a autenticidade do sentimento no ambiente simulado. O episódio evoca ecos de obras como *A Rosa Púrpura do Cairo* e *O Show de Truman*, mas com um foco particular no romantismo da Era Dourada de *Hollywood* (Casablanca, *Desencanto*). A tensão principal se desenvolve na interação e romance entre Brandy, que utiliza a ficção como fuga existencial, e Clara, a protagonista criada por

códigos que demonstra independência e consciência ao tentar transcender o *script*.

QUADRO 3 – Sinais da Série e da Realidade (Ep. 3 Temp. 7 – Black Mirror)

Sinal da Série	Relação com o Episódio
Tecnologia de Remake Imersivo (<i>Redream</i>)	Tecnologia que insere Brandy em um filme clássico de 1949, gerando diálogos artificialmente, forçando a atriz a seguir o roteiro à risca para retornar à realidade.
Personagem com Consciência de Código	Clara demonstra consciência de sua existência programada e manifesta o desejo de ir além do <i>script</i> .
Fuga Existencial na Ficção	Brandy utiliza o <i>remake</i> como um refúgio para preencher seu vazio existencial, buscando um lugar onde o amor é possível.
Conflito Autoria Humana vs IA	A tecnologia <i>Redream</i> assume o comando na geração de diálogos e ambientação, questionando o valor da criação humana em um estúdio dominado por IAs.
Risco Emocional e Psicológico	A experiência imersiva representa um risco humano, psicológico e emocional para a atriz nos bastidores da empreitada.
Sinal da Realidade	Relação com a Realidade
Inteligência Artificial Generativa na Arte	A tecnologia <i>Redream</i> reflete o uso crescente de IAs generativas na produção de <i>scripts</i>, diálogos e até atuações em estúdios. Link de acesso: https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/07/entenda-o-impacto-da-ia-na-greve-de-roteristas-e-atores-de-hollywood/

Nostalgia e Indústria de Remakes	Crítica à tendência da indústria cinematográfica de recorrer constantemente a <i>remakes</i>, <i>prequels</i>, <i>sequels</i> e <i>spin-offs</i>, denotando a dificuldade em gerar novos clássicos. Link de acesso: https://cinemacomrapadura.com.br/colunas/530410/remakes-reboots-live-actions-e-sequencias-criativa-em-hollywood-ou-exigencia-do-mercado/
Tecnologia de Realidade Virtual Imersiva	A experiência de Brandy de “habitar” o personagem original e interagir dentro do filme ecoa os avanços da realidade virtual e metaversos em experiências imersivas. Link de acesso: https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7792-metaverso-a-experiencia-humana-sob-outros-horizontes

Fonte: Autores (2025)

De forma geral, os resultados mapeados, interpretados e conectados com sinais da realidade nos três primeiros episódios da sétima temporada evidenciam que o *corpus* de análise reforça a crítica da série Black Mirror às implicações éticas e sociais das tecnologias emergentes. A principal constatação, após interpretação dos dados, é o efeito de sentido (PROPP, 2010) em promover uma reflexão crítica acessível ao grande público e a antecipação de dilemas que já se encontram em debate acadêmico, social, cultural e, sobretudo, ético.

O levantamento e comparação dos três primeiros episódios da 7ª temporada permite mapear as tecnologias ficcionais de Black Mirror com suas contrapartes no mundo real. A

exemplo do primeiro episódio, “Pessoas Comuns”, ao identificar Interfaces Cérebro-Computador (BCIs), modelos de cobertura de convênios, de assinatura com anúncios em plataformas e de monetização de conteúdos em redes sociais, a pesquisa demonstra como os dilemas éticos e sociais abordados pela série não são apenas prospecções distantes mas, sim, reflexões urgentes sobre tendências tecnológicas já em curso.

O desenho metodológico proposto é aplicado a todo o escopo da temporada, reforçando o argumento de que a série funciona como uma lente para as complexidades do nosso presente tecnológico. Nesse sentido, as análises reforçam como os episódios analisados funcionam como metáforas sociais que contribuem para ampliar o debate sobre a tecnologia e seus impactos, mas exigem do espectador um olhar crítico para além da narrativa ficcional. As tecnologias mapeadas nos três primeiros episódios da sétima temporada de Black Mirror dialogam com a realidade, sendo considerados seus riscos e oportunidades como inerentes ao desenvolvimento tecnológico contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS | OU ONDE CHEGAMOS?

Os resultados da pesquisa indicam que a série não apenas evidencia tendências tecnológicas já em debate no meio acadêmico e social, mas também antecipa dilemas futuros, funcionando como metáforas que ampliam o debate para o público em geral. O método cartográfico (DELEUZE; GUATTARI, 1995) juntamente com abordagem qualitativa de análise de conteúdo

(BARDIN, 2011), mostram-se valorativas para identificar as tendências tecnológicas ficcionais e estabelecer paralelos com a realidade. Ao examinar a forma como as narrativas audiovisuais da série refletem e antecipam transformações sociotécnicas, é possível concluir que o diálogo entre a ficção de Black Mirror e a realidade não se restringe apenas aos riscos.

Em outras palavras, a série como um todo, embora focada em cenários distópicos, também nos convida a considerar as oportunidades e os desafios inerentes ao desenvolvimento tecnológico, reforçando a necessidade de um olhar crítico e consciente por parte do espectador. Por isso, a pesquisa contribui para o campo dos estudos de tendências e da comunicação ao demonstrar a relevância de produções culturais como Black Mirror na compreensão das dinâmicas sociais e tecnológicas contemporâneas, incentivando uma reflexão mais profunda sobre o nosso papel na era da tecnologia.

REFERÊNCIAS

ALVES, Andre; LIEDKE, Lucas; VILLAS, Maria Clara; GRANDO, Nina. Rituais de humilhação, a era low profile e os cantos gentis da internet. **FLOATVIBES**, [S.l.], 25 de agosto de 2025. Disponível em: <https://floatvibes.substack.com/p/rituais-de-humilhacao-a-era-low-profile>. Acesso em: 14 nov. 2025.

BARRETO, Gustavo. Black Mirror S03E01 – Nosedive. **Além do Roteiro**, [S.l.], 05 de abril de 2017. Black Mirror. Disponível em: <https://alemdoroteiro.com/2017/04/05/black-mirror-s03e01-nosedive/>. Acesso em: 16 set. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTOS, Nicolý. “Black Mirror”: entenda o final do episódio “Pessoas Comuns”. **CNN Brasil**, [S.l.], 11 de abril de 2025. Entretenimento. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/black-mirror-entenda-o-final-do-episodio-pessoas-comuns/>. Acesso em: 16 set. 2025.

BASTOS, Nicolý. “Black Mirror”: entenda o final do episódio “Hotel Reverie”. **CNN Brasil**, [S.l.], 11 de abril de 2025. Entretenimento. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/black-mirror-entenda-o-final-do-episodio-hotel-reverie/>. Acesso em: 16 set. 2025.

COHEN, S. A. M. “O Circuito da Cultura como um protocolo metodológico para análise cultural de manifestações de tendências: o estudo de caso da SpaceX”. **Anglo Saxonica**, No. 19, issue 1, art. 12, 2021.

COMAN, Monica. Black Mirror Season 7 Debuts With Poorer Viewership Numbers Than Season 6, But Better Reviews. **IMDB**, [S.l.], 16 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.imdb.com/pt/news/ni65241866/>. Acesso em: 13 nov. 2025.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol1. 1Rio de Janeiro: ED. 34, 1995.

DRAGT, E. **How to research trends: move beyond trend watching to kickstart innovation**. BIS Publishers, 2017.

FIRMINO, Jonathan. Black Mirror: veja os 15 melhores episódios que impactaram o público. **TechTudo**, [S.l.], 27 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/listas/2023/05/black-mirror-confira-os-15-episodios-mais-impactantes-da-serie-antologica-streaming.ghhtml>. Acesso em: 11 nov. 2025.

FORBES. **Mundos Quânticos? O que explica o segundo episódio da sétima temporada de Black Mirror?** 2025. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2025/04/mundos-quanticos-o-que->

explica-o-segundo-episodio-da-setima-temporada-de-black-mirror/. Acesso: 18 nov. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILLHAM, Angharad Brewer. Como anúncios em publicações afetam usuários de redes. **Nexo Jornal**, [S.l.], 19 de agosto de 2025. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2025/08/19/anuncios-publicacoes-efeitos-usuarios-redes-publicidade-misturada-conteudo-organico>. Acesso em: 14 nov. 2025.

KLEINA, Nilton Cesar Monastier. Afinal, o que significa Black Mirror? Entenda o nome da série. **TecMundo**, [S.l.], 04 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/minha-serie/265991-significa-black-mirror-entenda-o-nome-serie.html>. Acesso em: 18 set. 2025.

MAIOLI, F. M.; PRESOTTO, J.; PALMA, C. **Coolhunting**: Métodos e Práticas/ Maioli, Presotto & Palma: Milão, 2012.

NEURALINK. Technology. **Neuralink**, [S.l.], 2025. Disponível em: <https://neuralink.com/technology/>. Acesso em: 13 nov. 2025.

PROPP, V. **Morfologia do conto maravilhoso**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

RAYMOND, M. **Tendências**: que son, como identificarlas, en qué fijarnos, cómo leerlas. London: Promopress, 2010.

SANTIAGO, Luiz. Black Mirror – 7X02: Bête Noire. **Plano Crítico**, [S.l.], 14 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.planocritico.com/critica-black-mirror-7x02-bete-noire/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

SANTOS, J. **Sobre tendências e o espírito do tempo**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2017.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

INQUISIÇÃO EM CENA: PODER E PERSEGUIÇÃO DO TRIBUNAL PORTUGUÊS NO FILME “1618”¹

*Maria Manuela de Sousa ROCHA*²

Mestranda

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)

*Pedro Vilarinho CASTELO BRANCO*³

Doutor

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)

Resumo

Este trabalho analisa o filme português “1618” (2022) como uma fonte historiográfica para o estudo da atuação do Tribunal do Santo Ofício em Portugal. A produção, um drama histórico dirigido por Luís Ismael, narra a visita inquisitorial à cidade do Porto no século XVII, focando na perseguição a cristãos-novos e judaizantes, com a trama

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 3 - Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com História Contemporânea, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.
 - 2 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), na qual, atua enquanto bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pós-graduada, em nível de especialização, em História do Brasil, pelo Centro de Educação a Distância (CEAD) da UFPI. Graduada em Licenciatura Plena em História pela UFPI – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. E-mail: manuela.s.rocha18@gmail.com.
 - 3 Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2005), Mestre pela Universidade Federal de Pernambuco (1995) e Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (1992). Exerce enquanto Professor Titular da Universidade Federal do Piauí, atuando junto ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, e ao Departamento de História. E-mail: pedrovilarinho@uol.com.br.

centrada na fuga do mercador Antônio Álvares e sua família. O artigo explora os paralelos entre a narrativa fílmica e os processos históricos reais, observando-o como um **recurso pedagógico e de pesquisa** valioso.

Palavras-chave:

Mídia; Inquisição Portuguesa; Cinema e História; Cristãos-Novos; “1618”.

Introdução

Este trabalho busca observar paralelos entre a utilização do filme “1618” enquanto fonte historiográfica e a ação inquisitorial em Portugal. A obra trata-se de uma produção cinematográfica de origem portuguesa, lançada em 2022, e narra uma visita do Santo Ofício a cidade de Porto no século XVII, cujos principais alvos eram cristãos-novos e judaizantes. Desse modo, a obra gira em torno dessa perseguição, havendo como personagem principal um mercador e filantropo chamado Antônio Álvares, que após o terror implementado pela inquisição resolve junto à familiares e conhecidos fugir de Portugal. Todavia, as cenas que se desenrolam nas telas representa uma realidade de perseguições reais de um tribunal religioso que colocou em xeque a vida de milhares de pessoas, o que torna a trama dessa produção mais complexa.

O filme com duração de 1h 25min trata-se de um projeto de natureza inter-religiosa que busca combater o antissemitismo, solicitado em parceria pela comunidade Judaica e diocese

do Porto, a produção ficou a encargo da produtora Lightbox Films e foi dirigida por Luís Ismael. A obra considerada do gênero Drama e História foi apresentada em diversos festivais internacionais, sendo aclamada pela crítica e recebeu o título de filme português mais premiado de sempre, a produção que contou 150 planos, mais de um ano de rodagens, inúmeros efeitos especiais e mais de 1.200 figurantes, encontra-se atualmente (2025) disponível de maneira online em plataformas de streaming, inclusive gratuitas.

De modo que, mediante essa grande obra cinematográfica somos levados a compreender sobre os mecanismos de controle que influencia a vida dos cristãos-novos, a observar sua ligação aos religiosos, a investigar as intencionalidades de sua perseguição, bem como, a ponderar sobre o uso deste filme enquanto fonte para pesquisa e/ou material de ensino. Assim, o trabalho se desenvolve mediante algumas observações entre esta obra e seu com produções bibliográficas, especificamente na área de história sobre a temática inquisitorial.

O Cinema como Documento

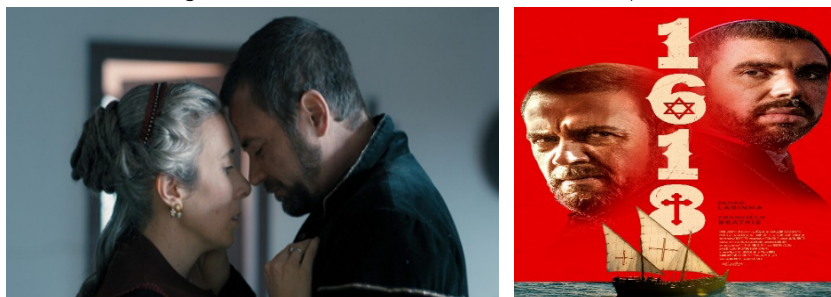
A historiografia percorreu longas e distintas trajetórias metodológicas que redefiniram o que poderia ser objeto de estudo da História. Se no paradigma positivista o enfoque recaía sobre os grandes acontecimentos e personagens, documentados por fontes oficiais, a renovação promovida pela Escola dos Annales redirecionou o olhar para uma “história vista de baixo”. Nesse contexto de transformações, a definição de “documen-

to” se expande, assim “há que tornar a palavra ‘documento’ no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira”. (Le Goff. 1990, p. 466)

É precisamente nessa ampliação documental que o cinema consolida seu lugar no âmbito da pesquisa historiográfica, por décadas visto com desconfiança, um mero entretenimento ou distorção do real, o filme revela-se nesse novo leque de possibilidades um artefato cultural de extraordinário valor para a compreensão de mentalidades, valores e dinâmicas sociais de uma época. Embora não seja um espelho que reflete fielmente a realidade, produções cinematográficas conseguem expor através de suas cenas, textos, imagens e interpretações uma representação do real, que reinterpreta e, não raro, ajuda a moldar a realidade. O cinema, enquanto artefato cultural complexo, trona-se um interessante recurso pedagógico, uma ferramenta de mediação entre o aluno e o conhecimento histórico, bem como, uma fonte interessante para pesquisa, desde atente-se ao seu uso.

Nesse sentido, o filme 1618 contribui positivamente para essa mediação, dado que ao contrário do imaginário e produções que reduzem ação da Inquisição a fogueiras, auto-da-fé, bruxas e pacto demoníaco, a dita obra ressalta sobre o terror exercido sobre os cristãos-novos, construído sua narrativa em torno da perseguição de um mercador e sua família.

Figuras 1 e 2: cartaz e Antonio Alvares e sua esposa



Fontes: Disponíveis em: <https://www.justwatch.com/br/filme/1618> e <https://www.magazine-hd.com/apps/wp/wp-content/uploads/2022/09/1618-pt-still.jpg>

Acesso em: 20 de nov de 2025.

A apresentação do filme logo em seu cartaz (figura1) manifesta a dualidade de narrativas de um Antonio Alvares, interpretado por Pedro Laginha e do outro a figura do visitador Sebastião de Noronha, interpretado por Francisco Beatriz, entre eles o famigerado ano de visitação do Santo Ofício que atribui nome ao filme: 1618. Segundo Graziani (2015) foi entre fevereiro de 1618 e maio de 1620, que o distrito inquisitorial de Coimbra foi alvo de uma extensa visita o chefiada por Sebast o de Matos de Noronha, missão abrangeu um vasto território, percorrendo localidades como as cidades de Aveiro, Porto, Braga, Vila Real e Lamego.

As visita es embora causassem grande impacto não se referia a um evento isolado, afinal desde 1589 havia certa fiscaliza o na diocese do Porto, pois a Inquisi o considerava uma questão de saúde pública exercer vigilância sobre o porto da

cidade a fim de evitar a circulação de livros proibidos, especialmente as estrangeiras que terminavam as ideias de Lutero e Calvino e era para onde os cristãos novos acabavam fugindo retornavam exercer suas crenças judaicas. Em decorrência da circulação desses livros, haviam ocorrido algumas visitas pelos portos do reino, e nelas a constatação da permanência de práticas judaicas.

No filme quem representa a comunidade judaica são um grupo de mercadores que tem como plano central Antonio Alvares, sua esposa Adelaide Álvares (Catarina Lacerda), seu amigo e também mercador Frederico Mocatta (Paulo Manso) e a doce e apaixonada filha Ana Mocatta (Mafalda Banquart), todos cristãos-novos, destaque importante, pois nas Inquisições ibéricas distinguem-se por duas características fundamentais: sua estruturação como tribunais eclesiásticos diretamente subordinados à Coroa e a marcante obsessão antissemita que motivou sua criação e orientou sua atuação ao longo de séculos. Para além disso, diferentemente de outros tribunais, sua jurisdição expandiu-se para além da Europa, estendendo-se a outros continentes no rastro da expansão marítima.

Nota-se que a efetivação do Tribunal português pela bula *Cum ad nihil magis* reflete um contexto de tensões já bem estabelecidas. Como observam Marcocci e Paiva (2013), desde 1496, D. Manuel I havia decretado a expulsão de judeus e muçulmanos, proibindo o exercício de suas religiões, ordenando o fechamento de sinagogas e mesquitas e sujeitando os infratores à pena de morte e ao confisco de bens. Contudo, a atua-

ção do monarca revelava uma notável ambiguidade em relação aos judeus, cujo capital e redes comerciais eram vitais para o financiamento da empresa ultramarina.

Assim, enquanto determinava oficialmente a expulsão, D. Manuel criou simultaneamente uma série de obstáculos práticos para impedi-la, como a restrição da saída pelos portos, o confisco de seus filhos e barreiras à venda de propriedades. O resultado foi uma contradição perversa: os muçulmanos foram efetivamente expulsos, mas a maioria da população judaica, impedida de partir e pressionada pela legislação, viu-se forçada à única alternativa que lhe restava: a conversão compulsória ao cristianismo, dando origem à complexa questão dos cristãos-novos.

Assim, a Inquisição Ibérica sistematizou suas acusações baseadas em rituais judaicos, consolidando estereótipos que perseguiriam os cristãos-novos por séculos, no entanto, o o interesse dessa perseguição não estava apenas nas práticas religiosas, mas também **o lugar de destaque que esses indivíduos ocupavam na estrutura econômica do reino. Pois, “o alvo da luta da Inquisição foi o elemento social, e não o elemento religioso, na realidade, a perseguição aos cristãos novos dava à Inquisição um lastro econômico-financeiro e reforçava sua legitimidade social.”** (Hansen; Corrêa; Filho. 2012, p.58) Assim, a heresia camuflava as motivações financeiras, o próprio Antônio Álvares é apresentado como mercador filantropo, um personagem importante nas relações comerciais e sociais portuenses, um homem preocupado e dedicado a família (figura 2),

que frequentava as missas com sua mulher, expressando pela narrativa fílmica boas qualidades.

Todavia, Durante todo o filme são apresentados algumas opiniões sobre os cristãos-novos por parte da população e até membros do clérigo, algo mostrado desde a cena inicial em que religiosos comentam sobre um grupo de cristãos novos que pediram autorização real para peregrinarem até roma, mas que na verdade utilizam dessa tática para fugirem do território e domínio da cruz e coroa, fazem isso para conseguirem frequentar as sinagogas. Eram cristãos-novos que recorreram a fuga para exercer sua fé, e estes foram apontados pelos religiosos como parentes de Antonio Álvares para quem já pareciam nutrir certas desconfianças.

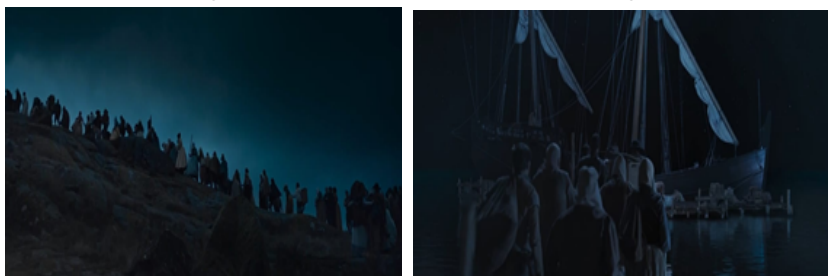
O sujeito alheio à conversa continua seus afazeres comerciais, logo sendo empregadas outras associações aos sujeitos recém convertidos, em que membros da população relatam sobre esses serem sujeitos representantes de mudanças e inovações, ao mesmo tempo que expõe sua irritação com a elevada situação financeira do personagem. Na cena seguinte, ao serem cumprimentados o Antônio alvares e Frederico Mocatta são saudados como os homens mais ricos da cidade, eles, entretanto, em uma conversa um tanto amena elencam a jornada de trabalho exaustiva para possuírem algum recurso que poderia ainda “ser alvo da cobiça dos ladrões” fala que arranca risadas.

Uma crítica velada que aparece em alguns momentos do filme associando esses grandes ladrões ao próprio Santo Ofi-

cio. Neste contexto, fica evidente que a Inquisição nasceu como um mecanismo instrumentalizado para perseguir rivais, que combinava de forma eficaz interesses económicos, ambições políticas, controle religioso e a supressão de dissidências intelectuais.

De modo que, a perseguição tornou-se latente ao ponto de Antonio Alvares e sua traçarem planos de fuga para que tivessem um futuro longe dos olhos inquisitoriais, assim como grandes grupos de cristãos-novos (figura 3 e 4). Dinâmica bastante de fugas e contenções já bastante familiar, pois de acordo com Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva (2013) o Próprio Reino português foi refúgio para a centenas de judeus e cristãos novos que haviam sido expulsos da Espanha no século anterior.

Figuras 3 e 4: A trilha e o embarque para fuga



Fontes: fotografias obtidas no filme "1618"

Um desfecho feliz em comparação ao que aconteceria com os personagens se fossem efetivamente presos pelo Santo Ofício, contudo ainda retrata a impotência de escolher entre suas

vidas e tudo que já haviam construído dentro do reino. Dado que, restou aos alvos da Inquisição saírem na calada da noite em busca de refúgio, mas resgatando o Alcorão de seus variados esconderijos, pois seria através da solidariedade dessa comunidade, munidos pela filiação que encontrariam uma nova terra para viver e liberdade para professar sua fé.

Documento não é verdade

Baseado em alguns trabalhos observamos a funcionalidade dessa narrativa cinematográfica enquanto fonte, um documento por assim dizer, todavia é necessário estabelecermos alguns pontos sobre ele. Trata-se de uma representação que segundo Roger Chartier (2002) refere-se a uma presença, mas também a ausência. Dado que, no estudo observamos que na produção cinematográfica que não se adequa totalmente nem como ficção, nem enquanto uma presença real, mas manifesta um prisma do representado.

Compreendendo essa fonte também como uma ferramenta de ensino-aprendizagem, que deve ser utilizada para refletir o contexto histórico pela temática, imagens e falas, mas que não deixa de ser uma fonte que também deve ter seu contexto de receptividade e produção e intencionalidade observados.

Observe, a obra cinematográfica elenca interações mais tensas com dois membros da população, em primeiro momento ligado ao sentimento de inveja de uma jovem que parece ajudar o Santo Ofício e posteriormente um homem que tenta se aproveitar da situação de cristão-novo de Antonio para es-

torqui-lo (figura 5), ambos os comportamentos trazidos a tela como exceções reprováveis e que não correspondiam a relação entre o mercador e os cristãos velhos. Assim como, os religiosos do Porto aparecem enquanto sujeitos totalmente alheios aos ideais da Inquisição, chegando a explicar para uma criança que não existia sujeitos melhores ou piores e que ele servindo a Cristo, servia a um judeu. De modo que, até mesmo as imagens da chegada do Visitador remete a algo sem ligação com o reino ou o clero local (figura 6).

Figuras 5 e 6: Briga após tentativa de extorção; chegada do Visitador



Fontes: Disponível em: <https://www.magazine-hd.com/apps/wp/wp-content/uploads/2022/10/1618-03.jpg> e <https://www.magazine-hd.com/apps/wp/wp-content/uploads/2022/10/1618-01.jpg>. Acesso em: 20 de nov. 2025.

Porém, de acordo com Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva (2013) as medidas inquisitoriais contavam com amplo apoio social, uma vez que a ordem estabelecida garantia aos cristãos-velhos a manutenção de seus privilégios e uma barreira contra a ascensão da nova burguesia emergente. No âmbito

eclesiástico, as tensões eram constantes, e os cristãos-novos não demoraram a se tornar alvos de hostilidade sistemática, fomentada pelo clero e, em certos contextos, pela própria Coroa.

A relação entre a monarquia portuguesa e os cristãos-novos era marcada por uma ambiguidade profunda. D. Manuel I, por exemplo, decretou a expulsão dos judeus em 1496, mas criou obstáculos práticos para sua partida. Mais tarde, em 1507, após o massacre de Lisboa, o mesmo rei ordenou a execução de frades responsáveis por instigar a violência contra os conversos. Esse jogo de interesses contraditórios — ora concedendo benefícios, ora impondo restrições — revela a complexidade do lugar ocupado por essa população na estrutura social do reino.

Além disso, é impossível compreender a Inquisição portuguesa sem considerar sua intrínseca ligação com a monarquia e a hierarquia eclesiástica. Essas instâncias de poder sustentavam-se mutuamente: o Santo Ofício assegurava a ortodoxia religiosa e a obediência política, enquanto a Coroa e os bispos conferiam legitimidade e suporte institucional ao tribunal. Esse sistema estava profundamente enraizado na estrutura da Igreja Católica, gerando uma atuação coordenada entre as autoridades inquisitoriais e episcopais. Em regiões onde o tribunal não se estabeleceu formalmente, como no Brasil colonial, o apoio do clero local foi essencial para a projeção e a eficácia do controle inquisitorial à distância.

Além disso, segundo Baião (1966), a Inquisição já teve maior exercício sobre a cidade do Porto, onde foi estabelecido seu

tribunal em 13 de outubro de 1541. Com efeito, confirma-se que, a 30 de junho do mesmo ano, D. João III — movido pelo conhecido fervor religioso que o caracterizava — emitiu ordens ao bispo do Porto para exercer as funções inquisitoriais na sua diocese e também na de Braga.

Na mesma determinação, o monarca recomendava que o bispo selecionasse oficiais de confiança, mas que estes desempenhassem os cargos de forma gratuita, motivados unicamente pelos privilégios concedidos pela Santa Sé e pelas recompensas espirituais. Chegava-se, assim, ao ponto de os cargos serem aceites sem qualquer remuneração, facto que ilustra, de forma quase ingénua, a solenidade então atribuída à missão do Santo Ofício. Assim, realizou-se a 11 de fevereiro de 1543, na cidade do Porto, aquele que ficou conhecido durante séculos como o único auto de fé presenciado pela “cidade da Virgem” — embora estudos posteriores apontem para a ocorrência de outros, nomeadamente no campo de Olival. Com este evento, o prelado portuense considerou cumprido o seu desígnio.

Registou-se que o auto se realizou num dia de céu claro e sereno, após um período de tempestades — circunstância interpretada pelo corregedor que presidiu à cerimónia como manifesta intervenção divina. Estima-se que tenham assistido cerca de 30 000 pessoas, congregadas da cidade e dos arredores. Perante essa multidão, na Porta do Sol, desfilaram 84 penitentes: quatro foram queimados vivos, as chamas consumiram as estátuas de outros 21 (já falecidos ou em ausência), 15 receberam pena de prisão perpétua e 43 condenações temporárias.

Perante este triste episódio histórico, o autor recorre às palavras de um cronista, que, confessa que a cidade não estava habituada a tais cerimónias, mas afirma terem ficado maravilhados e delas retirado grande proveito espiritual e temporal. Tal testemunho levam-nos a refletir que ninguém pode assegurar que os burgueses da cidade do Porto não ambicionavam ver o Santo Ofício estabelecido dentro dos seus muros.

Assim, observamos que o cinema ocupa um lugar singular no campo da produção cultural por situar-se na interseção entre duas dimensões aparentemente antagônicas: a artística e a industrial. Esta dualidade, longe de ser uma mera contradição, constitui a própria natureza do medium cinematográfico e é fundamental para compreendê-lo como documento histórico. A pergunta “o cinema é arte ou indústria?” revela-se, portanto, uma falsa dicotomia quando analisamos sua trajetória histórica e seu valor para a pesquisa historiográfica.

Desde seus primórdios, o cinema demonstrou esta dupla face, em que esta base industrial, não anulou sua dimensão artística, antes criou as condições materiais para que ela se desenvolvesse. A análise revela que a tensão criativa entre arte e indústria produz documentos históricos de extraordinário valor. O filme era, simultaneamente, uma obra de ambição artística e um produto industrial que refletia e reforçava valores sociais. Reconhecer esta dualidade fundamental é essencial para o trabalho do historiador. A análise do cinema como documento histórico exige que se considere simultaneamente sua condição de expressão artística, com suas escolhas esté-

ticas e visão de mundo, e sua natureza de produto industrial, inserido em relações de produção e circuitos de distribuição específicos. Esta abordagem integrada permite compreender como o cinema tornou-se não apenas testemunho, mas também agente ativo na construção das sociedades modernas, espelhando e, ao mesmo tempo, conformando o imaginário coletivo do século XX.

Observe alguns pontos de ausência do filme respondem as suas marcas de autoria, pois a obra tem como produtora uma empresa conhecida por ser especialista em filmes institucionais e trata-se de uma produção cinematográfica que integra um projeto de natureza inter-religiosa e de combate ao antissemitismo, estabelecido através de uma parceria institucional pioneira entre a Comunidade Judaica do Porto, detentora dos direitos de autor do filme, e a Diocese católica do Porto. Esta colaboração singular não apenas viabilizou a produção do projeto, mas também simboliza um esforço concertado de influenciar a sociedade contemporânea. Evidenciando as marcas de autoria na tolerância do clero, população e até ausência de responsabilidade Real da intolerância sofrida pelos cristãos-novos, uma produção em que ausências e presenças são claramente intencionais na produção e divulgação do filme na atualidade.

Considerações finais

A análise do filme “1618” como fonte historiográfica permite explorar as complexas relações entre o cinema e a História, evidenciando seu potencial como recurso para o estudo da Inquisição portuguesa. A obra, ao retratar a perseguição a cristãos-novos no Porto do século XVII, não apenas ilustra eventos históricos, mas também os reinterpreta a partir de uma perspectiva contemporânea, marcada por um diálogo inter-religioso e pela intencionalidade de combater o antissemitismo.

A abordagem demonstra o cinema enquanto artefato cultural que oferece insights valiosos sobre mentalidades, estruturas de poder e dinâmicas sociais. No entanto, é crucial reconhecer que a narrativa fílmica, embora ancorada em contextos históricos reais, é também produto de escolhas artísticas, interesses institucionais e limitações narrativas. O filme “1618”, por exemplo, enfatiza a solidariedade comunitária e a resistência dos perseguidos, mas minimiza o amplo apoio social e eclesiástico que a Inquisição desfrutava.

A dualidade entre arte e indústria, inerente ao cinema, reforça a necessidade de uma análise crítica que considere tanto a intencionalidade da obra quanto seu contexto de produção. Nesse sentido, “1618” funciona como um instrumento pedagógico eficaz para discutir mecanismos de controle social, intolerância religiosa e resistência, mas seu uso exige a contextualização histórica e o contraponto com fontes tradicionais. A representação do clero local como tolerante e alheio à perseguição, por exemplo, contrasta com a atuação documenta-

da de autoridades eclesiásticas na sustentação do Tribunal do Santo Ofício.

Mediante a isso, o filme “1618” consolida-se como uma ferramenta relevante para o ensino e a pesquisa, desde que compreendido em sua dupla natureza: como representação do passado e como produto marcado pelas condições de sua produção. A produção fílmica não é um reflexo transparente da realidade, mas uma construção que carrega as interferências culturais, técnicas, financeiras e políticas de seu tempo. Em que, cada cena é resultado de um emaranhado de escolhas e procedimentos que direcionam seu produto final, tornando-a um documento tão rico quanto complexo para análise.

A narrativa, ao humanizar vítimas e tensionar dilemas éticos, contribui para a reflexão sobre os legados da intolerância e a importância da memória. Por outro lado, suas omissões e representações idealizadas reforçam a importância de articular o cinema a outras fontes, lembrando-nos de que a História não se esgota em uma única narrativa, mas se constrói no diálogo entre múltiplas vozes e perspectivas.

Referências

BAIÃO, Antônio. **A Inquisição em Portugal e no Brasil**: subsídios para a sua história. Lisboa: Of. Tip. – Calçada do Cabra, v.1, nº 7, 1966.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: __. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

GRAZIANI, Eric. **As visitas inquisitoriais no mundo português**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Florianópolis: ANPUH, 2015. Disponível em: [https://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/39/1433963204_ARQUIVO_TextoAnpuh2015\(visitasinqmundopt\).pdf](https://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/39/1433963204_ARQUIVO_TextoAnpuh2015(visitasinqmundopt).pdf). Acesso em: 20 nov. 2025

HANSEN, Gilvan Luiz; CORRÊA, José Ricardo Ventura; FILHO, Ozéas Corrêa Lopes. A Tradição Inquisitorial Brasileira. **Confluências**, vol. 13, n. 2 – Niterói: PPGSD-UFF, p. 55-74. novembro de 2012.

LE GOFF, Jacques. “**História e Memória**”. Tradução Bernardo Leitão... [et al]—Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios) Cap. Documento/Monumento

MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. **História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)**. 1ª edição. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.

SILVA, Rebecca Caroline Moraes da. Considerações sobre o cinema e a análise fílmica no campo da História. In: **VII Congresso Internacional de História** - XXXV Encuentro de Geohistoria Regional - XX Semana de História, 2015.

SILVA, Priscila Aquino. **Cinema e História: o imaginário norte-americano através de Hollywood**. *Cantareira*, n. 18, 2010. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/cantareira/novacantareira/artigos/edicao5/cinema.pdf> Acesso em: 20 nov. 2025.

SOUZA, Polyana Jessica do Carmo; SOARES, Alder Guimarães. **Cinema e ensino de História**. XXVII simpósio Nacional de História. **Anais Anpuh**, Natal- RN. 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875807_213d2e5852545e28de825bdba0ba04c2. Acesso em: 20 nov. 2025.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. **O Cinema na sala de aula:**
uma análise a partir da obra de Marc Ferro / Arnaldo Martin
Szlachta Junior. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de História)
Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

TRAÇOS DE UMA ALAGOINHA MULTIFACETADA: SUAS REPRESENTAÇÕES E ESTEREOTIPAÇÕES EM REDE NACIONAL POR REPORTAGEM MIDIÁTICA (2014)¹

José Clecionarton TEIXEIRA²

Mestrando

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Raimundo Nonato Lima dos SANTOS³

Doutor

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, PICOS, PI

Resumo

O trabalho analisa como foram construídos os discursos sobre o analfabetismo em Alagoinha do Piauí-PI, a partir da matéria do *Repórter Record de Investigação* exibida em 10/11/2014, que abordou o funcionamento do Programa Brasil Alfabetizado (PBA). Consideramos que a reportagem pode ter recorrido a recursos verbo-visuais de cunho sensacionalista ao tratar dos índices de analfabetismo e das denúncias de corrupção no PBA. O estudo fundamenta-se em fontes audiovisuais, imagéticas e bibliográficas. As discussões se apoiam em Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011) para compreender

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 3- Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com História Contemporânea, integrante do II Encontro Internacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.
 - 2 Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – PPGHB – UFPI/CMPP – Bolsista FAPEPI. E-mail: clecionartonteixeira@gmail.com.
 - 3 Doutor. Professor Adjunto da Universidade Federal do Piauí – UFPI, vinculado ao curso de História. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – PPGHB – UFPI/CMPP. E-mail: raimundolima2011@ufpi.edu.br.

representações e estereótipos sobre o Nordeste, e em José Cristian Góis (2014) e Ana Luiza Lugão (2010) para discutir o sensacionalismo jornalístico. Metodologicamente, busca-se identificar como a reportagem foi construída e em que medida incorporou elementos de dramatização.

Palavras-chave

História; Discursos midiáticos; Programa Brasil Alfabetizado; Alagoí-
nha do Piauí.

Introdução

As reportagens sobre o Nordeste não são feitas para descobrir algo novo a seu respeito, mas reafirmar a sua imagem já estabelecida, que significa, ao mesmo tempo, reforçar a imagem construída para São Paulo, para o Sul (Albuquerque Júnior, 2011, p. 354).

Ao longo da história do Brasil, o Nordeste foi sendo construído socialmente por meio de discursos que ora o marginalizam, ora o enaltecem, moldando uma imagem carregada de estereótipos e contradições. Desde antes mesmo de sua “invenção” como região geográfica, o espaço nordestino foi atravessado por representações que enfatizam a seca, a pobreza, o analfabetismo, a violência e outras mazelas, reforçadas por narrativas sensacionalistas que reduzem sua complexidade a um lugar de carência e atraso. Essas construções não apenas simplificam a realidade vivida, mas servem a interesses políticos, midiáticos e econômicos que operam sobre o território e sua população, obscurecendo suas múltiplas identidades e

potencialidades. Assim, o Nordeste emerge como um campo de disputa, em que forças externas buscam estereotipar e fixar sentidos, enquanto movimentos internos resistem, reafirmam e reconstroem os modos de ser nordestino.

Nesse cenário, as reportagens televisivas desempenham um papel central na perpetuação de imagens cristalizadas sobre o Nordeste, ao apresentarem matérias que reiteram características previamente aceitas e vendidas como verdades absolutas sobre a região. Ao enfatizarem aspectos como a miséria, a escassez de recursos, o analfabetismo ou a dependência de programas sociais, essas narrativas midiáticas reforçam uma lógica de inferiorização do Nordeste frente a outras regiões do país. Em muitos casos, os sujeitos nordestinos são retratados como passivos, vítimas de um destino imutável, reforçando a ideia de um espaço estagnado no tempo. Tal abordagem ignora a historicidade e a diversidade dos povos nordestinos, contribuindo para uma representação homogeneizante à manutenção de desigualdades estruturais. Dessa forma, os meios de comunicação tornam-se agentes na construção e na disseminação de um imaginário social que marginaliza a região ao mesmo tempo em que a consome como espetáculo.

É nesse contexto que tomamos como objeto de investigação a reportagem do *Repórter Record Investigação*, da Rede Record de televisão – exibida em 10 de novembro de 2014, para analisar como teria se dado a sua construção imagético-discursiva, homogeneizando e estereotipando o espaço ao qual Alagoinha do Piauí estaria localizada, na Região Nordeste e no

Estado do Piauí, reproduzindo representações cristalizadas e aceitas como verdades inquestionáveis. Diante desse cenário, propomos investigar de que maneira a reportagem televisiva se apropriou do título de “*cidade com o maior índice de analfabetos do Brasil*”, com 43% da população analfabeta segundos dados do IBGE (2010) em sua narrativa jornalística. A análise busca compreender a postura adotada pela emissora, a partir de trechos de entrevistas, imagens veiculadas e estratégias discursivas utilizadas, com o objetivo de refletir sobre como esse município foi representado nacionalmente. O tratamento da fonte audiovisual consiste na captura de telas de vídeos e imagens idas ao ar, a fim de subsidiar a análise das representações visuais e discursivas construídas na narrativa televisiva.

Seguindo as orientações de Napolitano (2011), a análise das fontes audiovisuais considera tanto sua estrutura interna de linguagem quanto os mecanismos de representação do real mobilizados por meio de códigos visuais e sonoros. A televisão, em especial, possui a capacidade de criar uma realidade própria, sustentada por imagens e sons, o que demanda examinar não apenas os processos de produção e linguagem, mas também os modos de recepção das mensagens pelos grupos sociais. Nesse sentido, buscou-se compreender as estratégias argumentativas utilizadas pela reportagem, bem como os efeitos de sentido capazes de induzir interpretações específicas no espectador.

A análise concentrou-se em recursos estéticos e narrativos como pausas durante as falas, *zooms* nos rostos dos entrevista-

dos, alterações cromáticas (do colorido ao preto e branco), inserção de trilhas sonoras melancólicas de artistas nordestinos, além de imagens de animais mortos e da vegetação seca. Esses elementos, quando articulados à oralidade, formam uma linguagem audiovisual que combina texto e imagem em um discurso de forte impacto emocional. A narrativa jornalística, dessa forma, constrói-se não apenas pelo conteúdo verbal, mas pela junção de recursos que buscam persuadir, sensibilizar e prender a atenção do público.

Este estudo metodológico articula análise audiovisual, fundamentação teórica e reflexão crítica para verificar de que maneira a reportagem de 2014, ao retratar o município, produziu narrativas que reforçam estigmas regionais e cristalizam representações históricas sobre o Nordeste brasileiro. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a construção da matéria televisiva, observando de que forma frases, imagens, músicas e vídeos foram articulados para compor a narrativa jornalística. Busca-se compreender se tais elementos foram utilizados de modo sensacionalista, atribuindo estigmas e estereótipos ao município de Alagoinha do Piauí. De maneira mais ampla, pretende-se refletir sobre como a emissora representou nacionalmente esse espaço, problematizando as estratégias discursivas empregadas e verificando até que ponto elas contribuíram para reforçar desigualdades simbólicas e reproduzir visões homogeneizadoras do Nordeste brasileiro.

Alagoinha do Piauí na “Mira” da Rede Record de Televisão no Repórter Record Investigação (2014)

Ao observar a reportagem do início ao fim e considerando o modo como foi conduzida, percebe-se que ela se apoia em uma narrativa de caráter sensacionalista, recorrendo a elementos pensados para causar choque e provocar reação no público. Como aponta Ana Luiza Lugão (2010), produções desse tipo buscam envolver emocionalmente o espectador, estimulando-o a se identificar com as situações mostradas e a sentir indignação diante dos fatos narrados. Para produzir esse efeito, linguagem, imagens, vídeos e falas são organizados de forma estratégica, de modo a intensificar as emoções e reforçar o impacto da mensagem. Características existentes na matéria da Rede Record e presente em jornais de cunho sensacionalista, se faz pertinente trazer o pensamento de Lugão (2010, p. 12), quando afirma que o

o sensacionalismo é um tipo de postura editorial adotada regular ou esporadicamente por determinados meios de comunicação, que se caracteriza pelo exagero, pelo apelo emotivo e pelo uso de imagens fortes na cobertura de um fato jornalístico. Exagero de tal fato exibido com muitas cenas emotivas e de certa forma generalizando o tema exibido.

O emprego de recursos visuais e declarações marcantes funciona, assim, como atrativo para captar a atenção do público e ampliar o engajamento. Tal postura, comum em telejornais, aparece também no *Repórter Record Investigação*, ali-

nhando-se ao que afirma José Cristian Góis (2014) ao destacar que produtos sensacionalistas selecionam e narram acontecimentos de maneira exagerada. Desse modo, quem assiste à matéria fora de Alagoinha tende a tomar o roteiro apresentado como representação fiel, já que a narrativa é construída para “vender” a notícia ao telespectador.

As capturas de tela apresentadas a seguir ilustram alguns dos primeiros momentos da reportagem e servem de base para a análise das imagens utilizadas na construção da narrativa. Na figura 1, observa-se um vaqueiro conduzindo o gado em meio à poeira levantada pelo sol forte. Na figura 2, aparece um homem transportando água em um cavalo com tambores, recurso essencial para seu consumo ou para os animais. Já na figura 3, nota-se um mandacaru morto em razão da estiagem prolongada, evidenciando os efeitos da seca sobre a vegetação típica do Nordeste.

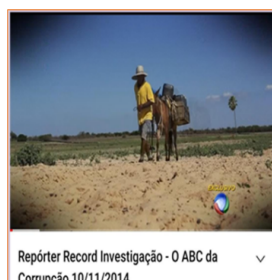
Figura 1 – Vaqueiro conduzindo morto em uma boiada



Figura 2 – Homem carregando água em tambores com um cavalo



Figura 3 – Mandacaru virtude da seca



Fonte: R7, reportagem do Repórter *Record* Investigação, 2014.

A representação do Nordeste exibida pela Rede Record retoma uma construção histórica rígida, tratada como verdade incontestável. Antes de sua formulação política e discursiva, nem mesmo a noção de “Norte” possuía contornos definidos. A identidade nordestina, porém, foi sendo moldada a partir de disputas simbólicas entre Norte e Sul, nas quais discursos e imagens passaram a definir o que seria esse território. Desse processo resultaram estereótipos e representações que se consolidaram ao longo do tempo e ainda influenciam a forma como a região é vista. Com isso, carrega consigo representações e estereotipações consolidadas acerca do espaço que cederá lugar à Região Nordeste. No livro *A invenção do Nordeste e outras artes* (2011), de Duval Muniz de Albuquerque Júnior, o autor cita que o

O Nordeste é, em grande medida, filho das secas; produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito deste fenômeno, desde que a grande seca de 1877 veio colocá-la como o problema mais importante desta área (Albuquerque Júnior, 2011, p.81).

A formação de uma identidade nacional envolveu a atuação de diversos regionalistas, responsáveis por descrever e interpretar os diferentes espaços do país. Esses autores passaram a produzir discursos que buscavam compreender o Brasil em sua diversidade, enfatizando particularidades de cada região. Norte e Sul, por exemplo, desenvolveram narrativas próprias, destacando elementos que os distinguiam e criando, assim, percepções que reforçavam contrastes internos.

Nesse processo, o Nordeste acabou sendo representado como um espaço marcado pelo atraso e pela inferioridade, associando-se características como clima, vegetação e modos de vida a essa visão depreciativa – ideia que já circulava antes mesmo da consolidação do termo “Nordeste”. Em contrapartida, o Sul foi projetado como modelo de modernidade e superioridade, tornando-se referência nacional e transformando tudo que dele destoasse em símbolo de atraso ou estranhamento.

É por meio de tais atribuições e imposições aceitas e difundidas sobre este espaço ao qual Alagoinha do Piauí está inserida – localizada no Estado do Piauí e na Região Nordeste –, que a reportagem se apropriou para construir uma narrativa que pudesse ser vendida e aceita pelos consumidores de informações. A partir da reprodução cinematográfica em volta da seca e da falta de oportunidade presente naquele lugar a história da cidade mais analfabeta do país começava a ser construída. Mostrando escolas fechadas, vegetação seca, estradas de difícil acesso e a corrupção que acontecia no Programa Brasil Alfabetizado – que tinha a finalidade de alfabetizar jovens e adultos –, mas em virtude das fraudes que aconteciam na sua execução, o dinheiro que deveria ser utilizado era desviado por parte dos integrantes.

As imagens a seguir apresentam outros trechos da reportagem que serão examinados. A figura 4 exibe a vegetação ressecada, típica do período de estiagem, quando o verde da caatinga cede espaço aos tons acinzentados. Na figura 5, aparecem crianças brincando em um terreno simples enquanto

correm atrás de galinhas, reforçando a representação de um cotidiano modesto. Já a figura 6 mostra a repórter visitando escolas abandonadas, encontrando ambientes deteriorados, sem estrutura e com livros antigos espalhados pelo chão.

Figura 4 – Vegetação em período de estiagem



Repórter Record Investigação - O ABC da
Corrupção 10/11/2014

Figura 5 – Crianças brincando de correr atrás de galinhas



Repórter Record Investigação - O ABC da
Corrupção 10/11/2014

Figura 6 – Fechamento de escolas



Repórter Record Investigação - O ABC da
Corrupção 10/11/2014

Fonte: R7, reportagem do Repórter *Record* Investigação, 2014.

A reportagem do *Repórter Record Investigação* recorre a imagens e vídeos que fortalecem a narrativa de que Alagoinha do Piauí vive uma realidade distinta e marcada por pobreza e atraso, como se tais condições fossem inerentes à região. A figura 5, por exemplo, evidencia a intenção da emissora ao exibir crianças brincando em um ambiente simples, reforçando estereótipos sobre a cidade e induzindo o telespectador a interpretar aquela cena como representativa de todo o município.

Em determinado momento, a repórter afirma que “por aqui as brincadeiras são sempre assim”, generalizando o lazer infantil e sugerindo que correr atrás de galinhas seria a única forma

de diversão disponível. Essa abordagem reforça uma visão sensacionalista sobre a pobreza no Nordeste, apoiada em estigmas antigos que apresentam a região de forma homogênea e negativa, influenciando o olhar de quem não conhece a realidade local. Sobre isso, Lugão (2010, p. 12) aborda que

O sensacionalismo é a divulgação e exploração, em tom exagerado, de matéria capaz de emocionar ou escandalizar. É a exploração do que é sensacional na literatura. É tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento, utilizando-se de escândalos, atitudes chocantes, hábitos exóticos etc.

Quando a reportagem da Rede Record adota uma abordagem sensacionalista – destacando seca, vegetação morta, animais mortos, estradas ruins e escolas abandonadas – acaba produzindo no público a impressão de que essa é a realidade absoluta do lugar. Essa narrativa reforça a imagem de um Nordeste atrasado, pobre e com dificuldades educacionais. No entanto, tal leitura simplifica a complexidade regional, ignorando a diversidade existente entre as cidades nordestinas e tornando problemática qualquer generalização desse tipo.

Muitas emissoras, ao se afastarem da imparcialidade em suas transmissões jornalísticas, acabam destacando aspectos facilmente encontrados nesse espaço, gerando choque e indignação nos telespectadores. Conforme observa José Cristian Góes (2014, p. 34), “o sensacionalismo pode ser identificado

como uma prática noticiosa centrada prioritariamente na seleção, ênfase e repetição de elementos narrativos e imagéticos dramáticos e exagerados, gerando impacto emocional em parte da audiência”.

As narrativas de cunho sensacionalista procuram construir uma interpretação única dos fatos, intensificando linguagem, imagens e discursos para produzir um forte impacto. Para isso, recorrem à junção entre fala e imagem, criando uma estética audiovisual que prende a atenção do público. Como lembra Góes (2014, p. 12), “[...] o sensacionalismo é um formato historicamente presente no jornalismo, acessível aos meios e que pode ser analisado sob quatro perspectivas: conteúdo, narrativa, estética/suporte e condição mercadológica”.

Nesse contexto, veículos que adotam esse modelo acabam moldando no imaginário coletivo uma versão de realidade apresentada como definitiva, o que contribui para ampliar seu alcance. Não por acaso,

pode-se encontrar a cobertura sensacionalista, em menor ou maior grau, com maior ou menor tom, também na considerada imprensa de referência. Há casos dramáticos e de impacto, que em razão do exagero e dos contornos na cobertura cotidiana, migraram em vários momentos para o sensacionalismo [...] (Góes, 2014, p. 12).

A partir da análise do autor, percebe-se que o sensacionalismo não se limita à mídia de menor credibilidade, alcançando também veículos considerados tradicionais, como a própria Rede Record. Mesmo emissoras reconhecidas podem, em de-

terminados momentos, adotar exageros e dramatizações em suas matérias, conferindo um tom sensacionalista a acontecimentos que ganham grande repercussão.

Com o uso de imagens, falas e vídeos transmitidos nacionalmente, o público acaba formando uma ideia de “verdade” sobre o lugar retratado. No entanto, essas interpretações são resultados de construções históricas e não refletem exclusivamente a realidade de Alagoinha do Piauí ou do Nordeste, já que situações semelhantes podem ser encontradas em diversas regiões do país.

Ao adotar esse tipo de abordagem, o jornalismo sensacionalista não apenas distorce a realidade, mas também reforça estigmas sociais e regionais. Na reportagem analisada, nota-se a intenção de emocionar o espectador ao dramatizar a pobreza e o sofrimento dos moradores de Alagoinha do Piauí, sem apresentar uma contextualização histórica, política ou socioeconômica que explique as causas dos problemas expostos. Esse tipo de narrativa transforma indivíduos e comunidades em objetos de piedade ou escândalo e contribui para a manutenção de desigualdades. Assim, o sensacionalismo deixa de informar criticamente e passa a alimentar histórias emocionais e estereotipadas, reforçando preconceitos e naturalizando desigualdades históricas, especialmente em regiões periféricas como o Nordeste.

Ao introduzir a cidade de Alagoinha do Piauí na reportagem, a jornalista caminha por uma das ruas da área urbana enquanto fornece informações demográficas básicas, destacan-

do o número total de habitantes e a distribuição populacional entre zona urbana e rural. Nesse momento, a repórter afirma:

Alagoinha do Piauí tem pouco mais de 7 mil habitantes. A cidade é bem pequeninha. Aqui moram cerca de 2.500 pessoas. A maior parte das famílias está mesmo na zona rural, que aqui eles chamam de interior. É um município típico do sertão do Piauí, mas que ganhou destaque no mapa com um triste título: de município com a maior taxa de analfabetismo do país (R7, reportagem do Repórter Record Investigação, 2014, 05min.07seg. a 05min.35seg).

A escolha de termos como “bem pequeninha”, “interior” e “típico do sertão do Piauí” revela um esforço de simplificação que reforça estereótipos frequentemente associados às cidades do interior nordestino. Ao articular os dados de forma descontextualizada e destacar o “triste título” de maior taxa de analfabetismo, a reportagem constrói uma imagem de atraso e isolamento, contribuindo para um imaginário depreciativo sobre o sertão. Essa estratégia, comum em narrativas sensacionalistas, utiliza estatísticas e descrições de modo a acentuar uma visão negativa, ignorando as especificidades e dinâmicas locais.

Após apresentar informações demográficas de Alagoinha do Piauí, a reportagem altera o cenário mostrado: das primeiras imagens, que exibem uma rua organizada e casas bem cuidadas, passa-se para uma escola de taipa e barro supostamente relacionada ao município (figuras 7 e 8). No entanto, tal escola não pertence à cidade e foi utilizada apenas como

recurso visual enquanto se discutiam seus índices educacionais. Essa associação entre imagens de precariedade e dados oficiais reforça a construção de uma narrativa sensacionalista, produzindo impacto emocional no público e criando um efeito visual que distorce a compreensão da realidade local.

Figuras 7 e 8 – Imagens ilustrativas exibidas em rede nacional durante a apresentação dos dados demográficos de Alagoinha do Piauí – trata-se de uma escola que não pertence ao município



REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7
11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)



REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO | Do R7
11/11/2014 - 08H46 (ATUALIZADO EM 05/03/2024 - 03H22)

Fonte: R7, reportagem do Repórter Record Investigação, 2014.

A reportagem apresenta imagens de uma escola de taipa sem informar onde ela está localizada, o que impede identificar sua origem. Esse tipo de construção, muitas vezes associado ao Nordeste, é usado como recurso visual para reforçar estereótipos de pobreza e abandono. Ao relacionar essa imagem ao analfabetismo de Alagoinha do Piauí, sem qualquer contextualização, a matéria cria uma impressão negativa que não necessariamente corresponde à realidade do município.

A repórter afirma que “o IBGE contabiliza apenas pessoas com mais de 15 anos, já que essa é a idade ideal para concluir o Ensino Fundamental. Entre 5.631 moradores acima dos 15 anos,

2.500 não sabem ler e nem escrever (R7, reportagem do Repórter Record Investigação, 2014, 05min.36seg. a 05min.54seg.)”. Embora corretos, esses números são apresentados junto a imagens que não pertencem ao contexto da cidade, o que intensifica o tom dramático da narrativa e reforça uma representação generalizante e estigmatizada do sertão. Tal prática, além de comprometer a veracidade da informação, contribui para enfatizar estigmas atribuídos ao sertão nordestino, vinculando-o a uma imagem de atraso. Ao não distinguir claramente o espaço geográfico, a reportagem atua na reiteração de uma representação generalizante e reducionista da realidade nordestina, desconsiderando as especificidades locais e as transformações pelas quais esses territórios têm passado.

Tais resultados demonstram que os recursos verbo-visuais empregados pela mídia não podem ser entendidos como neutros ou meramente ilustrativos, mas como mecanismos que orientam leituras sociais e políticas sobre determinados territórios. A ênfase em imagens de abandono e sofrimento, ao mesmo tempo em que invisibiliza experiências de resistência e pluralidade cultural, evidencia o caráter parcial e sensacionalista da cobertura jornalística.

Portanto, os resultados apontam que a produção jornalística analisada não apenas denunciou irregularidades, mas construiu, por meio de recursos sensacionalistas, um imaginário estigmatizante que limita a compreensão da realidade local. Como limitação, observa-se que tais enquadramentos negligenciam transformações sociais e obscurecem as múltiplas

identidades nordestinas, privilegiando uma visão homogênea que serve a interesses midiáticos.

Considerações Finais

Conclui-se que a reportagem exibida pelo *Repórter Record Investigação*, ao tratar das denúncias relacionadas ao Programa Brasil Alfabetizado em Alagoinha do Piauí, não se limitou a apresentar informações sobre possíveis irregularidades administrativas. Pelo contrário, recorreu a recursos visuais e narrativos que buscaram reforçar estigmas históricos associados ao sertão nordestino, retratando seus moradores como pobres, miseráveis e analfabetos. Essa construção imagético-discursiva revela a permanência de um olhar preconceituoso e reducionista sobre a região, que ignora sua diversidade cultural e social e contribui para a reprodução de uma imagem negativa e homogênea.

Nesse contexto, observa-se que a mídia, ao optar por um tom sensacionalista, desempenha papel ativo na conformação de imaginários sociais, produzindo narrativas que ultrapassam a simples denúncia e assumem caráter de espetáculo. Tal prática reforça estereótipos, distorce a realidade e limita a compreensão mais ampla das condições locais. Diante disso, torna-se imprescindível que o público adote uma postura crítica diante de conteúdos midiáticos, questionando suas intenções e verificando informações antes de aceitá-las como verdades absolutas. A reflexão proposta evidencia que a responsabilidade de desconstruir representações estigmatizadas não cabe

apenas ao historiador, mas a toda a sociedade, que deve buscar construir visões mais plurais, justas e equilibradas acerca da realidade nordestina.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

GÓES, José Cristian. **Jornalismo e sensacionalismo: Enquadramento, criminalização da pobreza e implicações éticas no *Jornal Cinform***. Dissertação (Mestre em Comunicação) – Programa de pós-graduação em comunicação (PPGCOM) – Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão/SE, p. 229. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/alagoinha-do-piaui/panorama> Acesso em: 15 de março de 2025.

LUGÃO, Ana Luiza. **Jornalismo sensacionalista: o programa Brasil urgente em cena**. Monografia em Comunicação Social – Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas – FATECS, Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Brasília – DF, p.31. 2010.

NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

REPÓRTER *Record* Investigação revela a corrupção na “cidade dos analfabetos”. [10/11/2014]. In: **R7**. [Portal de notícias da Rede Record]. Disponível em: <https://record.r7.com/reporter-record-investigacao/videos/reporter-record-investigacao-revela-a-corrupcao-na-cidade-dos-analfabetos-22012024/> . Acesso em: 20 julho 2025.

SOB A AÇÃO E O REPRESENTADO: A TENTATIVA DE GOLPE NO 8 DE JANEIRO E A CONSTITUIÇÃO NO DISCURSO MIDIÁTICO¹

Antonio Sâmmyo Soares MIRANDA²

Graduando

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI, TERESINA, PI

Álvaro Cavalcante da SILVA³

Graduando

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI, TERESINA, PI

Resumo

O presente estudo discute utilizando da análise das representações com base em Chartier, o discurso e a função das mídias e mílicas digitais no movimento bolsonarista, na tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023 e seus antecedentes. Considerando a importância dos processos históricos que envolvem as ações golpistas e a cultura do ódio, marcada pela extrema direita em uma tendência mundial e no Brasil executado com afinco, projeto e planejamento pelo bolsonarismo que atua criando uma agenda política, um mito sobre si e os outros que têm como uma das marcas a cultura do ódio e da violência. Discutimos ainda, o mito político com Rirardet e na análise do discurso com Orlandi, utilizando do relatório final da CPMI

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 3 - Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com História Contemporânea, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.
 - 2 Graduando do curso de licenciatura em História da Universidade Federal do Piauí (UFPI), bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES/UFPI/CMPP), e-mail: samyosoaresof@gmail.com;
 - 3 Graduando do curso de licenciatura em História da Universidade Federal do Piauí - UFPI, e-mail: alvarocavalcantesl@gmail.com.

do 8 de janeiro e matérias de grandes veículos de mídia hegemônica e como repercutem os acontecimentos de ataques à democracia.

Palavras-chave

Democracia; Jornais; Mídia; Análise do discurso; Golpe.

Introdução

O presente trabalho busca discutir a transformação no discurso da imprensa a partir dos acontecimentos do dia 8 de janeiro de 2023, e seus antecedentes – enfatizando o bolsonarismo e sua formação enquanto movimento político de extrema direita – culminando na invasão e ataque as sedes dos três poderes do Estado Democrático de Direito brasileiro, numa tentativa de golpe, proclamando por uma intervenção militar e um retorno oficial do período ditatorial no país. Com isso, pretendemos trabalhar na análise do discurso, operando na forma como os veículos jornalísticos representações do oito de janeiro em seu esquecimento, relacionando com a criação do mito político, cultura material, consciência histórica individual e coletiva, em face ao desenvolvimento, e as repercussões depois do acontecimento, como de seus limites, analisando o desenvolvimento do discurso que manifesta o apoio e incitação as ações.

O extremismo como marca dos movimentos e manifestações estão reunidas a partir de uma liderança e um conjunto de ideias que se alicerçam em um fundamento religioso e militarizado. O fortalecimento desse, provoca a acessão do mito po-

lítico que serve como “fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real” (Girardet, 1987, p. 13) a qual os grupos, organizados sobretudo pelas redes sociais – sem que haja nenhum controle ou regulamentação, agindo ainda de forma descentralizada – que inflados por um discurso amplamente apregoado de ataque aos poderes e as instituições constituídas do Estado brasileiro, aliam-se na disseminação de notícias falsas, as chamadas *fakes News*, onde enfatizamos a circulação digital desses conteúdos e as suas contribuições para o extremismo construído.

Para nossa discussão, trabalhamos com as propostas teóricas de Roger Chartier, ao discutir as representações, tendo como objetos de análise matérias jornalísticas de veículos de grande circulação nacional, que estiveram na cobertura dos atos e na posteridade – contemplando a duração, os efeitos dos acontecimentos e os seus desdobramentos – aliado a Girardet, a discussão teórica de Eni Orlandi a respeito da análise do discurso, importante fundamentação para compreensão e análises realizadas nesse estudo. Outra fonte que consultamos, enfatizando sua completude e trabalho investigativo, é o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI dos Atos de 8 de janeiro de 2023, fruto do trabalho de parlamentares brasileiros o documento acumula mais de mil páginas, além da indicação e documentação de depoimentos e outros itens da investigação.

Método

Centramos nossa análise nos conceitos de representação e de mito político, como elaborado por Chartier, entendendo que não há prática ou estrutura que não seja moldada pelas representações as quais os indivíduos e os grupos utilizam para dar sentido ao mundo, assim tanto os grupos jornalísticos e dos agentes estatais, alimentados por um sentido mitológico de recusa do real para fundamentar suas ações. Como os bolsonaristas são movidos por um sentido que significa suas ações, nas contribuições da análise do discurso, como fonte analisada matéria do portal de notícias G1, observando a relevância do conglomerado da GLOBO para o acesso à informação, privilegiando matérias publicadas no dia do ocorrido, em contraponto a essa visão e como representativa da oficialidade foi utilizado a resolução final da CPMI do 8 de janeiro.

1. “O OITO DE JANEIRO É OBRA DO BOLSONARISMO.”: os antecedentes, os processos e o ato, a trama e o enredo golpista como ação da extrema direita.

Segundo o relatório final da CPMI do 8 de janeiro, em sua introdução aponta: “As investigações aqui realizadas, os depoimentos colhidos, os documentos recebidos permitiram que chegássemos a um nome em evidência e a várias conclusões. O nome é Jair Messias Bolsonaro.” (CONGRESSO NACIONAL, p. 11), um líder que consolida um movimento de extrema direita cujo comportamento radicalizado é nutrido, reunido e difun-

dido durante muito tempo e com operação facilitada por um local, as redes sociais sem nenhuma regulamentação, cabe mencionar que muitas das movimentações de ida a Brasília – DF, para os ataques fora arquitetada através de grandes grupos nessas redes, operando sem nenhuma interferência.

Ainda no relatório, pontua-se: “O Oito de Janeiro é obra do bolsonarismo.”, com isso discutimos como existe uma incitação, formação de um discurso da ideologia bolsonarista, uma ação – a tentativa de golpe – e a representação no discurso midiático.

Através do voto você não vai mudar nada nesse país, nada, absolutamente nada! Só vai mudar, infelizmente, se um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro, e fazendo o trabalho que o regime militar não fez: matando uns 30 mil, começando com o FHC, não deixar para fora não, matando! Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem, tudo quanto é guerra morre inocente. (Jair Bolsonaro, 1999 *apud* CONGRESSO NACIONAL, 2023, p. 75)

A retórica bolsonarista é discutida no relatório, falas do ex-presidente Jair Bolsonaro podem ser analisadas, dentro das muitas perspectivas e das várias produções de sentido na qual a análise do discurso e das situações em que se produz, algo prevalece de forma duradora nas dimensões do tempo: o culto a ditadura militar, as violências (defesa da tortura) e o amplo discurso de ódio.

Uma posição que acaba por contemplar alguns núcleos da sociedade, de modo muito particular uma base vai se for-

mar sob o discurso cristão-evangélico, atingindo com a desinformação – é indispensável tratar das violências dirigidas à imprensa, sobretudo enquanto presidente, buscando com os ataques descredibilizar os meios de comunicação e fortalecer os canais de “milícias digitais”, que atuam como antes mencionado, de forma desregulamentada. – Falas radicais e extremas são proferidas e provocam um efeito que desencadeia no que testemunhamos com as diversas ações bolsonaristas no Brasil em nosso tempo.

A grande novidade do movimento político de extrema direita que hoje vemos no mundo, e no Brasil, então aqui se revela: consiste numa tentativa de promover um golpe de Estado híbrido, ou seja, de destruir um regime democrático mediante uma tática que mescla movimentos súbitos com a destruição da democracia a partir da corrosão interna de suas instituições, na ideia retratada por uma expressão também bastante exitosa manejada pela Ministra Cármen Lúcia: *cupinização* da democracia, ou seja, uma morte democrática literalmente *tijolo a tijolo*, com uma corrosão por dentro e não aparente na visão da fachada externa, aparentemente intacta do ponto de vista democrático. (CONGRESSO NACIONAL, 2023, p. 67)

É importante destacar o envolvimento desses atores nesse processo histórico que envolve o caráter golpista da extrema direita, e no caso do Brasil com efeito do bolsonarismo, enquanto movimento extremado e radicalizado, que como demonstração do seu avanço chega a ocupar posições importantes nos poderes brasil, com ênfase a presidência da república.

Assumir o poder executivo do país, acompanhado de maioria no poder legislativo, compondo um governo com forte presença de figuras militares, apresenta-se como essa corrosão a democracia formal se dá de forma interna, onde nesse exercício de poder utiliza-se de mecanismos do Estado para desestabilizar às instituições e os processos eleitorais – em que pese, que os leva as funções públicas ocupadas, mesmo assim, desacreditizam os procedimentos eleitorais e o próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – nessa movimentação promovem nas ações e nas ordens discursivas, duas frentes, internamente na corrosão da democracia formal, e na conclamação da população para criarem uma situação de desordem com fim de clamar uma intervenção militar, portanto a defesa de um golpe.

Eu acho uma intervenção militar extremamente difícil, a não ser depois de um processo de tomada do poder pelo próprio povo. Se você tiver um movimento de desobediência civil generalizada... pessoal cercar o palácio, não deixar senador entrar, não deixar ministro entrar, não deixar juiz entrar... se chegar neste ponto, as Forças Armadas entram (Olavo de Carvalho, em vídeo disponível no Tik Tok, *apud* CONGRESSO NACIONAL, 2023, p. 626)

Essa atuação em frentes distintas, se expressa com evidências dispostas no relatório final da CPMI, com atividades nas redes sociais, sob uma lógica algorítmica facilitada e projetada, em um processamento do que pode ser considerado como milícias digitais. Nesse interim, figuras basilares do bolsonarismo como Olavo de Carvalho, e grupos organizados em redes so-

ciais – que sofrem processos judiciais e investigações a respeito da atuação frente às organizações de desinformação e de ataques democráticos – expressam ideias diretas de destituição das instituições, ódio generalizado, descumprimento das leis e da ordem brasileira, primando por uma tomada violenta e abusiva do poder.

Vamos fazer o Brasil para as maiorias. As minorias têm que se curvar às maiorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem (Jair Bolsonaro *apud* CONGRESSO NACIONAL, 2023, p.75). Partindo dessas camadas, institui-se a trama, o enredo e atuação golpista, que não nasce espontaneamente no dia 8 de janeiro de 2023, e sim processa-se em uma longa duração, em uma país que possui feridas ainda muito abertas de 21 anos de ditadura militar, um golpe empresarial-midiático contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016, e ascensão ao governo brasileiro em 2018 como resultado de um grande projeto da extrema direita com apoio externo e concentração em figuras alegóricas e odiosas como Jair Bolsonaro e seus apoiadores indiciados pela CPMI e depois condenados por força legal do Supremo Tribunal Federal brasileiro.

2. “OU FICAR A PÁTRIA LIVRE, OU ‘MATAR’ PELO BRASIL”: as representações, os discursos e os efeitos da retórica bolsonarista e a cultura do ódio.

Corroborando com a atuação do movimento bolsonarista que opera e parte da criação de vários mitos legitimadores da sua imagem e das suas ações violentas, como demonstra o 8

de janeiro, realizado na atmosfera das redes sociais onde seus membros publiciza/criam/organizam eventos, matérias e uma série de produtos digitais.

Calcados na produção de falseamentos útil da realidade (Girardet, 1987), que no contexto assume o modo, principalmente na formação de contraste, a exemplo do perigo vermelho com a ascensão do PT, e em especial na figura de Lula como presidente, com a “grande mídia” e a criação de inimigos a serem combatidos numa retórica do ódio que serve primariamente para negar/deslegitimar os oponentes, mascarado pela retórica do vocabulário “simples”, “honestidade” e que embora haja de modo adaptado, modificando sua pautas em resposta a população, a exemplo da ditadura de 1964 que esgotando a argumentação do combate ao comunismo adota o combate a corrupção, extremas circunstâncias de acirramento que não excluem a ação violenta.

Tais técnicas compõem o complexo jogo da criação do mito, sendo importante destacar sua sistematização e sua historicidade ao longo de uma sucessão necessária para a mobilização de todos os contingentes possíveis para atingir o fim, que seria a reeleição de Bolsonaro e sua perpetuação no poder. Não apenas em sua figura, mas como projeto constituído pela extrema direita, as elites nacionais e estrangeiras, militares, etc. para perpetuar o papel dependente do Brasil, virado de costas para o povo, “Ou ficar a pátria livre, ou **matar** pelo Brasil” (grito de guerra nos acampamentos) (CONGRESSO NACIONAL, 2022, p. 584).

O mito político aparece como fundamentalmente polimorfo: é preciso entender com isso que uma mesma série de imagens oníricas pode encontrar-se veiculada por mitos aparentemente os diversos; é preciso igualmente entender que um mito é suscetível de oferecer múltiplas ressonâncias e não menos numerosas significações. (Girardet, 1987, p. 15)

Nas multiplicidades de significações em imagens, símbolos e de metáforas, o mito ainda constitui uma racionalidade construída desde a ascensão da direita, que tem como ponto culminante o golpe de 2016, que da base para o bolsonarismo. Um novo elemento entra no jogo, as redes sociais, que se popularizam e compõem terreno fértil para as organizações extremadas/radicalizadas, o papel influente das mídias alternativas e de meios descentralizados que reafirma a direção/coordenação do seu principal nome Jair Messias Bolsonaro, formam um movimento de centralidade da figura das informações do seu líder e na descentralização da informação em pleno descredito dos meios tradicionais.

Papel preponderante do *WhatsApp*, *X* (antigo *Twitter*), *Telegram*, *Reddit*, como da mídia alternativa como a *Revista Oeste*, *Brasil Paralelo*, *Centro Dom Bosco*, *blogs* e canais diversos e mesmo os portais mais acessados do Brasil tem elevada probabilidade de disseminar informações incorretas (CONGRESSO NACIONAL, 2022, p. 122.) que atuavam para reverberando as falas de Bolsonaro que sistematicamente apresentavam desinformação durante toda sua presidência, em uma média de 1 de-

claração falsa a cada 5 horas (CONGRESSO NACIONAL, 2022, p. 117.).

Outro elemento essencial para se analisar é a fala, o discurso contido nas matérias jornalísticas que apresentaram a denúncia como os “bárbaros” acontecimentos que se seguiram no 8 de janeiro. Partimos das contribuições de Orlandi que entende como não só “um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com os homens falando, considerando a produção de sentido enquanto parte de suas vidas [...]” (2020, p.13-14), assim as matérias são constituídas por um dado contexto e por um grupo que o legitima em detrimento de um outro, orientados por suas representações do mundo, nesse sentido observa-se nas notícias que embora com modos diferentes de desenvolvimento caracterizam os atos como criminosos, terroristas, posicionando os agentes como *vândalos bolsonaristas radicais*, golpistas e dão uma dimensão da destruição.

Assim os jornais buscam formas de representações diversas, dentre essas um elemento relevante que destacamos é a caracterização do perfil das pessoas que integraram os atos dos oito de janeiro. O portal G1, por exemplo, pertencente ao conglomerado Globo que é um dos maiores portais de notícias do Brasil, abriu uma matéria utilizando o termo “bolsonaristas criminosos”, caracterização que ganha outros sentidos no decorrer do texto como “golpistas”, “terroristas”, “vândalos”, dentre outras.

Da matéria, contém em seu conteúdo os principais acontecimentos e os seus desdobramentos até o fim do dia 8, passando por uma cronologia dos acontecimentos, as ações tomadas pela polícia até o momento, as articulações de políticos, e dos desenvolvimentos posteriores, do que se limitam apenas a uma breve caracterização, no G1: “**bolsonaristas radicais, golpistas e criminosos** (grifo do texto)”.

Sendo importante destacar a limitação dessas informações para uma compreensão mais ampla do ocorrido, o que demonstra um novo elemento dessas manifestações que é a participação de pessoas com um baixo nível de mobilização, segundo o relatório há uma maioria, 60% de homens entre os 36 e 55 anos, indivíduos em maioria sem antecedentes criminais, de nível de escolarização e de ocupação muito variando num tipo de sujeitos “comuns” (CONGRESSO NACIONAL, 2023, p. 76) que se organizaram por fora dos grandes veículos midiáticos e em confronto, exemplos são os aplicativos como *WhatsApp*, *X* (antigo *Twitter*), *Telegram*, dentre outros, num alerta do atual nível de participação da *internet*.

Portanto, entendendo o meio que cerca os fatos observados no 8 de janeiro em sua complexidade e multiplicidade. Movidos por intencionalidades, discursos, líderes, movimentos etc., e que estão repercutidos nos jornais e que podemos delinear alguns apontamentos, percebemos o desenvolvimento do movimento bolsonarista que assume a forma de violência nas invasões que conta com a participação de novos atores políticos, marcas do passado no presente, que configuram às som-

bras golpistas que rodeiam a história do Brasil, no mais quente do momento, no tempo presente, nos alerta para a defesa das liberdades e dos valores democráticos, necessidade de estarmos atentos e fortes nas lutas que estão travadas na defesa de um povo soberano e livre de regimes autoritários.

Considerações finais

Os acontecimentos do oito de janeiro, marcam profundamente a história contemporânea do Brasil - como reforçado a todo momento ao dispormos essa discussão - não apenas no dia como um fato isolado, ou tão somente pela organização, mas pela imensa completude das ações de extrema direita no Brasil e no mundo, que dão força há um movimento de muitas faces e de discursos com muitas dimensões que atravessam o tempo e reacendem sob a crise os pensamentos de extremismo, radicalismo e, ódio esse é o bolsonarismo. Com esse estudo ainda em andamento, conseguimos propor intensas reflexões a partir da análise da constituição no discurso midiático e a representação dos acontecimentos que desencadeiam na formação da história contemporânea brasileira atravessando o tempo e utilizando-se da mídia como forte aliado.

Conseguimos com o exposto, enfatizando o andamento do trabalho, a tentativa de compreensão e análise crítica da realidade que nos compõe, nas diversas esferas sociais os aportes teóricos que norteiam nosso trabalho, como Chartier e Orlandi, compreendemos que o discurso presente nos jornais, e observadas suas condições e público destinado, produz tanto pre-

senças quanto apagamentos compreendidos numa demarcação dos grupos que realizaram a manifestação, que se faz com limites, em contraste ao relatório da CPMI que traz os antecedentes e a caracterização dos atos, elementos necessários para uma melhor qualificação dos atos.

Referências

Congresso Nacional. **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de janeiro de 2023**: Relatório final. Brasília, 2023.

Orlandi, Enir. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes, 2020.

TUZZO, Simone Antoniacci; TEMER, Ana Carolina R. P. Recursos diferenciados na cobertura dos atos de janeiro de 2023 em Brasília: Jornalismo sob ataque. **Paradoxos**, Uberlândia, v. 9, p.1-17, 2024.

GIRARDET, Raoul. Para uma introdução ao imaginário político. In: GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.9-25.

G1. Terrorismo em Brasília: o dia em que bolsonarista criminosos depredaram o Planalto, Congresso e STF. **G1**, jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.gh.html>. Acesso em: 18 ago. 2025.

“A OPERAÇÃO MIDIOGRÁFICA”: UMA ANÁLISE DA NOTÍCIA NOS JORNAIS BRASIL PARALELO E CNN BRASIL DIANTE DA OCUPAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL (05 DE AGOSTO DE 2025)¹

Thâmara Carvalho Santos MOURA²

Graduanda

Claúdia Cristina da Silva FONTINELES³

Doutora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar as construções de uma notícia sob a perspectiva de diferentes opiniões políticas. Para isso será utilizado como principal objeto de pesquisa a ocupação do Congresso Nacional no dia 5 de julho de 2025, que se encontra presente em dois sites que demonstram opiniões políticas divergentes, que se refletem na inscrição dos fatos. Para auxiliar a construção do texto foram utilizados a obra de Sonia Meneses (2014) e Giorgio Agamben (2009) que insere uma perspectiva contemporânea para o escrito.

Palavras-chave

História contemporânea; Jornal; Política.

1 Trabalho apresentado no GT 3- Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com História Contemporânea, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.

2 Graduanda em história e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)/ UFPI. Email: Thamaramoura2003@gmail.com

3 Professora Associada da Universidade Federal do Piauí, departamento de História. . Email: claudiafontineles@ufpi.edu.br

Introdução

Os meios de comunicação estão em constante desenvolvimento, assim como a própria sociedade. A todo momento somos acompanhados pelas tecnologias — câmeras de segurança, smartphones, computadores —, e nossa vida gira em torno desses pequenos aparatos que auxiliam nosso cotidiano. Entretanto, é também por meio deles que observamos o desenvolvimento de questões sociais, como a disseminação de notícias, formulação de pensamentos e o encontro de grupos com interesses em comum. O fácil acesso à tecnologia permite que a mídia influencie a formação de ideologias na população, sem esta sequer questionar.

O presente trabalho se configura através da perspectiva contemporânea, apresentando uma análise de notícias, sob o viés de opiniões políticas. A intensão do presente texto é apresentar para o leitor as divergências de opiniões que podem aparecer sobre um mesmo acontecimento, e sendo dessa forma, a necessidade intrínseca de adotar um pensamento crítico ao lidar com acontecimentos que permeiam nosso dia a dia. Sob o olhar de Sonia Meneses iremos compreender como se constrói uma notícia, pautada na intencionalidade de seus autores. Dessa forma, este trabalho realizará uma análise de duas publicações sobre um mesmo acontecimento: a ocupação do Congresso pela oposição, ocorrida no dia 5 de agosto de 2025. Serão examinados dois jornais que apresentam perspectivas distintas, cada qual favorecendo determinado posicionamento político ou buscando sustentar uma postura de imparcialidade. Portanto ao elaborar esse texto, foi buscado uma

imparcialidade ao lidarmos com a notícia, mesmo sabendo que estamos a todo momento cercados de política, se manter imparcial é ignorar os fatos. Entretanto, como historiadoras, nosso papel se configura na inscrição dos fatos, apresentando aparatos teóricos para consolidarmos nossa narrativa. Não cabe a nós definir quem está certo ou errado diante da nossa análise, mas sim, apresentarmos os dois lados para contribuir na formação da opinião e senso crítico do leitor.

A contemporaneidade

O presente trabalho toma como base a história do tempo presente, considerada precursora nos estudos acerca da contemporaneidade, para fundamentar nossa análise acerca das notícias apontadas. A priori faz-se necessária a compreensão do conceito de intelectual contemporâneo. Para isso, utilizamos o pensamento do filósofo Giorgio Agamben para essa compreensão, que afirma:

...contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro. Todos os tempos são, para quem deles experimenta contemporaneidade, obscuros. Contemporâneo é, justamente, aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente. (Agamben, 2009, p.62)

Logo, ao refletir sobre o contemporâneo, nos deparamos com novas perspectivas de análise, pois, diante do momento no qual o historiador se insere, emergem demandas que exi-

gem a fuga do aprisionamento de ideias. A percepção do obscuro, apresentada por Agamben, configura-se nas problemáticas do tempo presente. Nesse sentido, o contemporâneo, inserido em seu próprio tempo estudado, precisa assumir postura de consciência crítica para notar os problemas e, a partir disso, desenvolver seu estudo voltado para a obscuridade.

O contemporâneo é, portanto, aquele que percebe as problemáticas de seu tempo, questionando aspectos que, para a maioria, passam despercebidos no cotidiano. O estudioso do tempo presente, por estar imerso no período que analisa, deve reconhecer que, ainda que busque imparcialidade, não se encontra isento das influências de seu próprio contexto histórico.

Desse modo, após compreendermos a posição do historiador diante do contemporâneo, torna-se igualmente necessário analisar os comunicadores — aqueles que irão produzir a mídia de seu tempo —, visto que eles “são ao mesmo tempo testemunhas e formuladores de explicações sobre os eventos; narram e explicam, dessa forma, o significam.” (Meneses, 2014, p.9). Assim, a mídia é grande responsável na produção de conhecimentos, e aqueles que a produzem detêm grande poder na construção da opinião pública e da visão de mundo dos leitores. Sonia Meneses apresenta o conceito de *operação midiográfica*, que se caracteriza em dois modos de apresentação dos fatos contemporâneos: a primeira delas é a escritura de eventos, que diz respeito ao modo como um acontecimento é narrado para o público, possuindo certa intencionalidade ao

modo de moldar o pensamento do público. O segundo modo se correlaciona com o primeiro, a “inscrição memorável de acontecimentos na duração” são a consequência da narrativa, ele diz respeito a como o fato ficará marcado na história, como ele será lembrado posteriormente.

Ao trabalharmos com o contemporâneo é necessário a tomada de consciência para percebermos as obscuridades de seu tempo. Este trabalho tem como foco a “ausência de luz”, as diferentes perspectivas apresentadas sobre um mesmo acontecimento mostrados na mídia. Logo, a operação midiográfica contribui na compreensão da intencionalidade presente nas narrativas construídas pelos comunicadores, que favorecem uma narrativa à grupos políticos.

Análise das notícias

De acordo com Helena Martins (2020), as redes sociais foram um importante meio para a instauração de regimes ultra-conservadores no mundo, com o grande acesso da população às tecnologias digitais tornou fácil a divulgação de fake news (informações falsas) através de aplicativos e redes sociais. Os veículos midiáticos, ao se apropriarem dessas tecnologias para circular ideais que lhes fossem favoráveis contribuem para uma narrativa falsa sobre os acontecimentos.

Muito se fala sobre as notícias falsas que circulam nas redes sociais, entretanto é importante compreendermos que meios tradicionais de circulação de notícias, como jornais, também podem apresentar narrativas distantes da realidade.

Ao longo do trabalho vamos percebendo como a contemporaneidade influencia na elaboração de narrativas, pois o escritor contemporâneo é diretamente atingido pelos fatos, e inserindo esses discursos para o campo político é fácil compreender a facilidade com que narrativas divergentes são construídas. Portanto, cabe para a continuidade da nossa análise, a compreensão de que os autores das notícias, mesmo se pautando como imparcial, apresenta um ponto de vista, e nesse caso é o político.

Dessa forma, para a análise das notícias publicadas no ano de 2025, sobre a ocupação do Congresso pelos parlamentares de oposição ao governo de Luís Inácio Lula da Silva, ocorrida no dia 5 de julho, foram selecionados dois jornais: o primeiro é o Brasil Paralelo, jornal de grande popularidade entre o grupo conservador brasileiro, que apresenta uma oposição clara ao governo Lula, apoiando abertamente o ex-presidente Bolsonaro. O segundo jornal, a título de comparação, é a CNN Brasil, que se apresenta como imparcial, mas ao analisarmos suas publicações podemos considerar que levanta apontamentos defendendo a esquerda política. Com a escolha desses dois jornais, buscaremos perceber como as diferentes perspectivas constroem uma notícia, principalmente no campo político brasileiro, que se encontra dividido entre dois polos.

Abaixo veremos alguns trechos retirados das páginas online dos dois jornais, para compreendermos as diferentes construções narrativas em torno da notícia sobre a ocupação do Congresso Nacional.

Alguns com vendas nos olhos e na boca, outros acorrentados às próprias cadeiras. Entre eles, uma deputada carrega um bebê de colo enquanto senta na cadeira da presidência. Os políticos prometeram não sair enquanto duas pautas não forem votadas: a anistia aos presos do 8 de janeiro e o impeachment do ministro do STF Alexandre de Moraes. Gritos de protesto tomam conta do lugar. A polícia da Casa é acionada, e a pressão aumenta. (Brasil Paralelo, 2025)

A notícia presente no jornal online Brasil Paralelo apresenta os políticos como guerreiros da pátria que enfrentaram um momento difícil em busca de “anistia” para os presos do dia 8 de janeiro. Acreditando na própria verdade criada pelos políticos, o jornal os apresenta como militantes, que buscam romper com as opressões sofridas devido à condenação do ex presidente Jair Messias Bolsonaro e a condenação dos participantes do ato de 8 de Janeiro de 2023 ocorrido em Brasília, explicitado no trecho: “Parlamentares colaram esparadrapos nos olhos e bocas em protesto simbólico contra o que chamaram de censura e silenciamento.” (Brasil paralelo, 2025) .

Quem lê apenas a reportagem do Brasil Paralelo tende a concluir que a ocupação ocorreu em busca de direitos legais, apresentando os políticos como atuantes de forma coerente, denunciando ainda uma possível censura e relatando a presença de um bebê dentro do Congresso.

Prosseguindo com nossa análise, ao observarmos a notícia na página do CNN Brasil, nos deparamos com uma perspectiva

divergente sobre o mesmo acontecimento, a partir dela podemos encontrar o seguinte trecho:

Com bocas cobertas por adesivos e correntes amarradas nas mãos, parlamentares de oposição já ocupam por 24 horas as mesas diretoras da Câmara e do Senado em protesto à prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Os parlamentares ainda fizeram refeições e tiveram momentos de oração nos plenários das Casas legislativas. A ação, que também tem como objetivo promover o avanço da proposta de anistia aos condenados do 8 de janeiro e o impeachment do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes, acabou obstruindo os trabalhos legislativos e impedindo que a ordem do dia aconteça. (CNN Brasil, 2025)

A notícia no CNN Brasil se faz de modo bem semelhante, apresentando os mesmos pontos: ocupação do congresso em protesto, com bocas cobertas, acorrentados. Entretanto vemos divergências na escolha de palavras, um apresenta palavras com teor grandioso, contando com a presença de policiamento, dando a entender o perigo que os parlamentares estavam provocando com o seu protesto. Já a segunda demonstra um olhar calmo diante dos fatos, demonstrando que os parlamentares estavam tranquilos diante da madrugada que seguiu a ocupação.

As duas notícias se configuram no primeiro método de análise proposto por Meneses (2014), ao apresentarem os fatos do ocorrido no 5 de julho cada autor se refere a um público específico. A notícia buscando falar com o leitor provoca nele

diversos sentimentos, na primeira passagem podemos esboçar um sentimentalismo patriótico, os deputados que ocuparam o congresso estavam lutando pelos seus direitos em nome do povo. Já a segunda passagem nos gera um sentimento de indignação, ao afirmar que os parlamentares estavam tranquilos durante a ocupação, realizando refeições e tendo tempo para realizar suas crenças em meio ao protesto.

Com o estudo das duas reportagens, observa-se como as mídias desempenham um papel importante na consolidação da opinião pública. Ao lidarmos com a mídia do século XXI, serão apresentadas as narrativas políticas que permeiam com intensidade as mídias tecnológicas digitais. Com a divisão política brasileira entre dois polos — esquerda e direita —, a mídia se apresenta como geradora de opinião pública, influenciando as discussões que afetam a população brasileira, ao facilitar a divulgação de notícias falsas e tendenciosas. Dessa forma, em mundos de parcialidade política, aquele que compreende as dicotomias do mundo a partir de uma análise crítica, busca não só apenas um lado da moeda, mas todos os conflitos que permeiam ambos os lados para por fim moldar uma opinião concreta.

Não somente ao leitor cabe essa percepção crítica aos fatos, o próprio historiador atuando como construtor de memória desempenha um papel de construtor da opinião e memória de um povo. Dessa forma, ao elaborar uma narrativa sobre acontecimentos contemporâneos, o historiador deve buscar diferentes fontes e moderação analítica, especialmente em es-

tudos hemerográficos que apresentem perspectivas distintas, a fim de construir uma análise mais equilibrada dos fatos.

Considerações finais

Desse modo, as mídias se consolidam como importante meio de comunicação na modernidade, visto o notório desenvolvimento tecnológico, as mídias digitais ganham maior acesso. Com esse acesso mais facilitado, a divulgação de notícias falsas ou tendenciosas ganham maior intensidade, por isso é necessário ficarmos atentos para quem consome somente uma narrativa. A “Operação Midiográfica” nos auxilia na compreensão dos modos de construção da narrativa, ao demonstrar os métodos de escrita utilizados pelos jornalistas. Assim, tomando consciência que toda narrativa possui sua intencionalidade, se vê necessário um olhar crítico em relação a elas.

Além de um olhar ambivalente sobre as notícias espalhadas pelas redes sociais, também devemos ficar em alerta com relação aos escritos em meios que possuem credibilidade, sendo esses os jornais. Compreendendo a intencionalidade dos escritores e partindo de um conhecimento crítico sobre a realidade, o leitor contribui para a diminuição das fake news, evitando espalhar notícias falsas.

Além do próprio leitor, me ponho em local de fala para apresentar o comprometimento do historiador com a verdade: é um saber intrínseco, mas qual a verdade em um mundo dividido entre dois pólos? A verdade do historiador é narrativa, para ele a criticidade e a narração dos acontecimentos em um

momento de luz. Observar a escuridão, os acontecimentos que ninguém percebe, criticar as diferentes narrativas produzidas pela mídia, é esse o papel designado para o historiador contemporâneo.

Referências

ACORDOS desfeitos, acusação de ditadura e mais - entenda a ocupação do Congresso pela oposição. **Brasil Paralelo**. 07 de agosto de 2025. Disponível em : <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/acordos-desfeitos-acusacao-de-ditadura-e-mais---entenda-a-ocupacao-do-congresso-pela-oposicao> . Acesso em: 15/08/2025.

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? In: . **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009. p. 55-73.

MARTINS, Helena. **Comunicações em tempos de crise**. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

MATOS, Maria Clara. Adesivos na boca e correntes: como foram as 24h de ocupação do congresso, **CNN Brasil**. São Paulo e Brasília. 06 de agosto de 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/adesivos-na-boca-e-correntes-como-foram-as-24-h-de-ocupacao-do-congresso/> . Acesso em: 15/ 08/ 2025.

MENESES, Sônia. Operação midiográfica: da escritura do evento na cena pública à inscrição do acontecimento no tempo – a mídia, a memória e a história. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

O VERBO ENCANTADO E O VERBO ENGRAVATADO: O JORNALISMO PIAUIENSE EM TEMPOS DE AUTORITARISMO (ANOS 1970)¹

Carlos Alberto de Melo Silva MOTA²

Claudia Cristina da Silva FONTINELES³

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 3 - Mídia e Dimensões do Tempo - relações com a História Contemporânea
 - 2 Professor Substituto na Universidade Federal do Piauí. Doutorando em História pela Universidade Federal do Piauí com período de mobilidade na Universidade do Porto. Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2021). Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí (2017), onde atuou junto ao Programa de Educação Tutorial (PET) e ao Programa de Iniciação Científica Voluntária (ICV). Atuou como Professor Substituto na Universidade Estadual do Piauí (2023) e na Faculdade do Centro Maranhense (2022). Desenvolve estudos sobre as seguintes áreas: História e Imprensa, História e Memória, História Política, História Indígena e História Cultural.
 - 3 Bolsista em Produtividade Científica CNPq. Professora Associada da Universidade Federal do Piauí (Departamento de História, Pós-Graduação em História e Pós-Graduação em Ciência Política). Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí. Especialista em História Sociocultural pela Universidade Federal do Piauí e Especialista em História Política Contemporânea pela Universidade Estadual do Piauí. Licenciada em História e em Pedagogia, Graduada em Direito pela Universidade Estadual do Piauí. Desenvolve pesquisas nas áreas de História e Memória, História Política, História e Mídia, História e Cidade, História e Literatura, História dos Esportes, História da Educação, Ensino de História, entre outros temas. Coordenadora Voluntária do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/HISTÓRIA/CAPES/UFPI). Autora de livros sobre História, entre os quais, “O Recinto do elogio e da crítica” e “Nasce um bairro, renasce a esperança”.

Resumo

Esse artigo tem por objetivo analisar a conjuntura do jornalismo brasileiro nos anos 1970. Buscamos compreender como jornalistas e empresas jornalísticas agiram diante das legislações burocráticas do Estado, colocando em debate a dinâmica de uma relação marcada pela coerção e a colaboração. Observamos que os jornais brasileiros poderiam ser identificados como “tradicionais” e “alternativos”: os primeiros seriam majoritários, representativos e, em geral, mais bem sucedidos financeiramente; já os alternativos possuíam tendência crítica, não-conformista e idiossincrática. Esse estudo constitui-se de uma pesquisa de caráter empírico, com dimensões metodológicas balizadas pelas discussões de História e Imprensa, a partir de documentos oficiais e de matérias jornalísticas do período, que são analisados a partir da interlocução com os estudos de Chartier, Gramsci, Bauman, Aquino e Marconi.

Palavras-Chave

Mídia e Dimensões do Tempo. História. Imprensa. Ditadura Militar. Piauí.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar a atuação da imprensa piauiense na cobertura das pautas culturais e narrativas cotidianas na década de 1970, período onde o Piauí foi palco de conturbadas tramas políticas e sociais, sobretudo nos mandatos de Alberto Tavares Silva (1971-1975) e Dirceu Mendes Arcoverde (1975-1978). Dessa forma, fazemos uso da história dos e por meio dos periódicos para problematizar a importância dos discursos nesse espaço em disputa. Concentramos nossa

análise nos jornais tradicionais e alternativos que circularam ininterruptamente na cidade de Teresina durante o período em estudo. Todavia, antes de adentrarmos propriamente na discussão desses jornais, se faz necessário situarmos um pouco do contexto onde eles foram publicados.

Na primeira metade dos anos 1960, o Brasil sofreu um duro golpe que abalou o seu ordenamento social e atingiu sua jovem democracia. O comando militar instalado no poder executivo federal, a partir de 1964, carregava marcas de um regime discricionário e fez uso de uma série de recursos para imposição dos seus valores. O historiador Carlos Fico especifica os quatro pilares básicos desse governo repressivo: espionagem, polícia política, censura e propaganda. O amparo do governo nesses instrumentos vai de encontro à proposição de Hannah Arendt acerca de regimes precários em autoridade:

A autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesmo fracassou. A autoridade, por outro lado é incompatível com a persuasão, a qual pressupõe igualdade e opera mediante um processo de argumentação. Onde se utilizam argumentos, a autoridade é colocada em suspenso. [...] Se a autoridade deve ser definida de alguma forma, deve sê-lo, então, tanto em contraposição à coerção pela força como à persuasão através de argumentos (Fico, 1997).

Nesse sentido, a apropriação desses recursos pelo governo militar traduz o anseio por controle mediante à carência de autoridade, de modo que espionar, censurar corpos e meios

de comunicação tornava-se uma tendência quase inerente ao comando. A organização das forças passava a ser mobilizada tendo em vista a manutenção do poder e a eliminação de possíveis ameaças. Diante dessa conjuntura, cada local da vida social passava a ser interpretado como um espaço em agitação e o espaço do discurso na imprensa passava a ser visto como primordial no jogo político, sendo em determinados momentos alvo de coerção e de persuasão.

Entre os anos de 1968 a 1978 foi instituída uma “censura política” à imprensa escrita no Brasil, conforme a historiadora Maria Aparecida Aquino essa censura poderia seguir dois modelos: “através de telefonemas, anônimos ou não, de ordens escritas, apócrifas ou não, encaminhados às redações dos jornais, e de acordos fechados com os proprietários de grandes órgãos de divulgação, ou através de censura prévia” (Aquino, 1999). Estabelecida através de ordens ou acordos, tinha a função de delimitar acerca daquilo que deveria ou não ser redigido, sua anuência desencadeava a lógica da autocensura. O jornalista Pompeu Souza aponta como a negociação com o Estado atravessava o processo de produção: “o jornalista, o repórter, pode até ter o espírito público, espírito cívico, mas o empresário, por mais espírito cívico que tenha, tem primeiro seu capital, seu patrimônio para preservar” (Souza *apud* Marconi, 1980). Souza salienta como essas condições representavam uma forma de precarização da imprensa, na qual até mesmo as maiores empresas estavam submetidas:

O governo sempre usa o seguinte recurso: ameaçar ou favorecer. É uma faca de dois gumes utilizada pelos dois lados. De um lado está o favorecimento, o pequeno favorecimento – não o favorecimento que gera a independência completa –, aquele que tira a corda do pescoço do cidadão e coloca na altura da orelha. Do outro, está a ameaça pura e simples. Exemplo: facilitar a importação de um equipamento gráfico ou impedir sua importação, ou então favorecer ou impedir o crédito para o capital de giro. Na verdade, o poder político aliado ao poder econômico que o sistema dá ao arbítrio é irresistível. Esse é um poder absoluto e nós sabemos perfeitamente que todas as empresas jornalísticas brasileiras estão submetidas a esse regime. Todas (Souza *apud* Marconi, 1980).

Com base nesse cenário, analisamos a escrita cultural da imprensa teresinense entre prensas giratórias e mimeógrafos. A categoria circunscrita nas prensas giratórias diz respeito aos jornais tradicionais da capital piauiense, dentre os quais destacamos os diários O Estado e O Dia; ao falarmos sobre os mimeógrafos daremos ênfase a análise da chamada imprensa “nanica”, nas quais se inserem os alternativos O Gramma, Boquitas Rouge e Toco Cru Pegando Fogo. Ainda incluímos em nossa análise duas experiências jornalísticas complexas, os encartes culturais O Estado Interessante e Hora Fatal; esses jornais tiveram uma curta longevidade e carregavam uma linguagem alternativa para dentro de jornais tradicionais: O Estado e A Hora.

A editoração desses diferentes projetos alternativos foi, em grande medida, alimentada por alguns poucos sujeitos que transitavam entre os diferentes coletivos, revelando seu caráter

instável e efêmero. Nesse sentido, pretendemos compreender as aproximações e afastamentos na escrita desses indivíduos mediante os diferentes espaços ocupados, a noção de autor como produtor nos interessa, nesse sentido carregamos uma proposição de Walter Benjamin para o nosso trabalho: “Em vez de perguntar: como se vincula uma obra com as relações de produção da época? É compatível com elas, e portanto reacionária, ou visa transformação, e portanto é revolucionária – [...] gostaria de perguntar: como ela se situa dentro dessas relações?” (Benjamin, 1987, p. 122).

A pergunta de Benjamin, por nós reproduzida, visa a função exercida por um escrito no interior das relações de produção de uma época. Essa noção põe em pauta o materialismo ao mesmo tempo que representa o ponto de partida dialético pra superação do contraste infecundo entre forma e conteúdo (Benjamin, 1987, p. 122). Buscamos discutir a produção desses sujeitos à luz do conceito de identidade, através do sociólogo Zygmunt Bauman, em sua leitura os termos “pertencimento” e “identidade” são bastante negociáveis e revogáveis, ao considerar que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age — e a determinação de se manter firma a tudo isso — são fatores cruciais (Bauman, 2005, p. 18). Nesse âmbito, a vivência estabelecida por esses jornalistas no interior das diferentes redações pode ser entendida como um fator que atravessa sua escrita, não devendo ser desconsiderada em nossa análise.

Bernardo Kucinski considera que o padrão predominante no controle da informação, durante a ditadura militar, baseava-se na autocensura, sendo os demais métodos – inclusive a censura prévia – acessórios e instrumentais à implantação da autocensura:

Sua prática prolongada pode ter gerado uma cultura jornalística na qual se destaca a compulsão à unanimidade, o simulacro, o desprezo pela verdade nos momentos críticos ao processo de criação do consenso e, especialmente, a autocensura. Chamaremos esse comportamento de “síndrome da antena parabólica”.

A autocensura é a supressão intencional da informação ou parte dela pelo jornalista ou empresa jornalística, de forma a iludir o leitor ou privá-lo de dados relevantes. Trata-se uma importante forma de fraude porque é uma mentira ativa, oriunda não de uma reação instintiva, mas da intenção de esconder a verdade (Kucinski, 1988, p. 52).

A problemática levantada por Kucinski, no que diz respeito à censura da imprensa em tempos de ditadura, é de grande importância, pois considera tanto os jornalistas quanto as empresas jornalísticas. Essa observação permite colocar em foco uma diretriz relevante, trata-se da “censura empresarial”, realizada no âmbito interno dos grupos de publicação. Conforme a historiadora Maria Aparecida Aquino, essa censura responde a “pressões econômicas, às quais, particularmente, os órgãos da imprensa cedem, já que parcela significativa de suas receitas se origina da publicidade” (Aquino, 1999, p. 222). Essa compreensão aponta para limitações mediante os interesses,

tanto dos proprietários do periódico quanto de seus anunciantes. “Ambos podem sentir-se incomodados com a divulgação de determinadas notícias e, assim, interferir na veiculação da informação” (Aquino, 1999, p. 222). Esse tipo de censura não é uma especificidade de períodos autoritários, estando intrínseca à lógica do capital econômico e aos interesses provenientes dele.

O historiador Paolo Marconi, ainda em 1980, escrevera um trabalho contundente acerca da censura exercida aos órgãos de imprensa, delimitando como recorte a década de 1968-1978. Esse trabalho de fôlego é avultado pela proximidade com o período analisado, carregando traços característicos de uma memória vivida e uma linguagem denunciativa. Nessas circunstâncias, Marconi situa as pressões econômicas e administrativas sofridas pelos meios de comunicação após a consumação do golpe de 1964 como um dos modos de camuflar a censura.

Virtuais senhores da Nação, cultores de um olímpico desprezo pela opinião pública, os militares que se sucederam no poder a partir de 1964 também lançaram mão de não menos condenáveis pressões econômicas e administrativas, capazes de reinquadrar os meios de comunicação na dócil linha traçada pelo governo. Essas represálias contra a independência de certos órgãos da imprensa se materializaram na maior ou menor dificuldade de conceder empréstimos, na maior facilidade de permitir a importação de equipamentos vitais, na concessão ou não de publicidade oficial, nas pressões sobre anunciantes particulares e, em relação às rádios e televisões, cassar conceder as concessões ou então nas manobras para asfixiá-las operacionalmente. “Diversifi-

caram-se as atividades com que o poder público no Brasil pressiona e proíbe a liberdade de informar: as estações não precisam mais sair do ar, ter seus transmissores lacrados ou mesmo sofrer a presença pouco amistosa dos agentes da Polícia Federal. Num país que a rádio e a televisão são concessões do poder público e em que a economia de mercado funciona como e quando o governo quer, a censura pode andar à solta sem deixar rastro e cheiro” (Marconi, 1980, 127).

É interessante a observação feita por Pompeu Souza, ao destacar que “o jornalista pode ter até o espírito público”, entretanto, situa o abismo entre a sua forma de encarar o mundo e o publicado nas páginas dos periódicos. Essa questão incide em algo que extrapola o âmbito da escrita jornalística, sendo objeto de estudo entre os principais historiadores da leitura e do livro em diferentes recortes temporais.

A ESCRITA JORNALÍSTICA

Roger Chartier observa que há um universo a ser explorado entre a mão do autor e a mente do editor, em que até mesmo a decisão mais mecânica tomada na gráfica causa implicações no que ele chama de materialidade do texto:

A “mesma” obra não é de fato a mesma quando muda sua linguagem, seu texto ou sua pontuação. Essas importantes mudanças nos trazem de volta aos primeiros leitores de obras: tradutores que as interpretavam, carregando-as de seus próprios repertórios lexicais, estéticos e culturais, estéticos culturais, bem como dos do seu

público: revisores, que fixavam o texto para prepará-lo para impressão, dividindo a cópia que recebiam em seções, acrescentando pontuação e estabelecendo a forma de escrita das palavras; compositores ou tipógrafos, cujos hábitos e preferências, restrições e erros também contribuíam para materialidade do texto; sem esquecer os copistas que produziam cópias limpas do manuscrito do autor, e os censores, que autorizavam a impressão do livro (Chartier, 2014, p. 12).

Esses aspectos podem parecer um excesso de tecnicidade, não representando grandes alterações ao produto texto, todavia – se observarmos com frieza – são pontos que fazem diferença significativa quanto ao resultado final de uma matéria. Até mesmo a localização de um texto dentro do jornal é aspecto considerável, sendo a primeira página destinada a matérias tidas como mais relevantes. A escolha de palavras para descrever um acontecimento também possui uma carga representativa, como salientamos no primeiro capítulo. A respeito disso, consideremos alguns exemplos: a descrição de um loteamento como “ocupação” ou “invasão”, a narrativa de um levante como “revolução” ou golpe”, o discurso de um grupo de oposição como “terrorista” ou “resistência”.

Acerca dessas definições discursivas, o historiador da leitura, Roger Chartier faz considerações contrárias à análise do texto com ênfase apenas à sua forma, achando conveniente observar que o processo de produção dos textos envolve questões que vão do social ao cultural:

Contra essa abstração dos discursos, convém recordar que a produção não só de livros, mas também dos próprios textos, é um processo que implica, além do gesto da escritura, diferentes momentos, diferentes técnicas e diferentes intervenções. As transações entre as obras e o mundo social não consistem unicamente na apropriação estética e simbólica de objetos ordinários, de linguagens, de práticas rituais ou cotidianas, como quer o New Historicism. Referem-se, mais fundamentalmente, às relações múltiplas, móveis, instáveis, amarradas entre o texto e suas materialidades, entre a obra e suas inscrições. O processo de publicação, seja qual for sua modalidade, sempre é coletivo, já que não separa a materialidade do texto da textualidade do livro. Portanto, é inútil pretender distinguir a substância essencial da obra, considerada sempre similar a si própria, das variações acidentais do texto, que se julgam sem importância por seu significado (Chartier, 2010, p. 40).

Esse entendimento traz para análise dos discursos um elemento importante: além da contextualização temporal da escrita, faz-se necessário considerar o processo de publicação do texto, nesse sentido, a teia de relações que circunda os órgãos de publicação é bastante significativa, pois implica diretamente na forma que o texto vai se materializar, sendo assim não podemos subestimar a capacidade de distorção presente numa censura empresarial.

Pontuamos essa conjectura com base em compreensões do pensamento gramsciano, já assinalado anteriormente, observando que a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, mas sim “mediatizada” por todo o con-

texto social, pelo conjunto das superestruturas nas quais eles se inserem (Gramsci, 1982, p. 10).

A hipótese de uma produção intelectual mediatizada por aspectos sociais é reforçada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, conforme sua análise, os campos de produção cultural ocupam uma posição dominada no campo do poder, isto é, os artistas e escritores seriam uma fração dominada da classe dominante.

Dominantes - enquanto detentores do poder e dos privilégios conferidos pela posse do capital cultural e mesmo, pelo menos no caso de alguns deles, pela posse de um volume de capital cultural suficiente para exercer um poder sobre o capital cultural -, os escritores e os artistas são dominados nas suas relações com os detentores do poder político e econômico. Para evitar qualquer mal-entendido, devo precisar que essa dominação já não se exerce, como em outras épocas, através das relações pessoais (como a relação entre o pintor e o comanditário ou entre o escritor e o mecenas), mas toma a forma de uma dominação estrutural exercida através de mecanismos muito gerais como os do mercado (Bourdieu, 2004, p. 175).

A proposição de Bourdieu não desconsidera o poder existente nas produções intelectuais, todavia assinala condições nas quais esse poder está circunscrito, isto é, a quem serve esse campo intelectual.

Os produtores culturais detêm um poder específico, o poder propriamente simbólico de fazer com que se veja e se acredite, de trazer à luz, ao estado explícito, objetivado, experiências mais ou menos confusas, fluidas, não formuladas, e até não formuláveis, do mundo natural e do mundo social, e, por essa via, de fazê-las existir. Eles podem colocar esse poder a serviço dos dominantes. Eles também podem, de acordo com a lógica de sua luta no interior do campo do poder, colocá-la a serviço dos dominados no campo social como um todo. [...] Em todo caso, os interesses específicos dos produtores culturais, na medida em que estão ligados a campos que, pela própria lógica de seu funcionamento, estimulam, favorecem ou impõem a superação do interesse pessoal no sentido comum, podem levá-los a ações políticas, ou intelectuais, que se pode chamar de universais (Bourdieu, 1974, p. 175).

Por essa leitura, podemos assinalar que as produções discursivas, produzidas por intelectuais da imprensa tradicional encontravam-se diretamente ligadas aos interesses dos grupos governistas dominantes. Eram constantes as matérias que ressaltavam o modelo de gestão política como exemplar. Nesse sentido, a historiadora Laura Brandão aponta os anos 1960 e 1970 como um momento de irrupção, isto é, começa a se delinear um circuito antidisciplinar contra as convenções, que viria a explodir através de gestos, atitudes, consumo do espaço e rompimento de valores: “O corpo – assim como a linguagem – foi, para a juventude em questão, o veículo e sentido da experiência, um dos locais de estabelecimento de identidades, mesmo que fluídas e cambiantes” (Brandão *in* Cerqueira, 2014,

p. 97). Celso Favaretto enfatiza o valor desse contexto histórico e o gosto pela experimentação, onde a gestualidade do corpo, do sensorial, das experiências limite via drogas, do misticismo e dos comportamentos renovados na vida amorosa davam significado a uma nova forma de pensar a política.

A composição desse novo quadro cultural se constituía às margens da política oficial de cultura e da indústria cultural, podendo ser qualificada através dos termos “alternativa, contracultural, curtição ou desbunde” (Favaretto, 2019, p. 14), seus protagonistas buscavam “desafinar o coro dos contentes” através de novas sensibilidades, novos comportamentos e novos valores, em oposição aos comportamentos burgueses.

A expressão “desafinar o coro dos contentes” é um verso de Torquato Neto, musicado por Jards Macalé em 1972, onde o poeta narra um conselho recebido por um anjo torto no momento do seu nascimento: “Quando eu nasci/ Um anjo muito louco/ Veio ler a minha mão/ Não era um anjo barroco/ Era um anjo muito louco, torto/ Com asas de avião/ Eis que o anjo me disse/ Apertando a minha mão/ Com um sorriso entre os dentes/ Vai bicho/ Desafinar o coro dos contentes” (Araújo Neto in Campelo, 2022, p. 133).

Os versos de Torquato revelam a missão adotada pela cena contracultural desse período, a partir das diretrizes de um “anjo muito louco, torto”. Com suas as de avião ele contrapunha o “anjo barroco”, tradicionalmente retratado como jovens cupidos ou querubins, dentro de um conceito de arte que se

tornou hegemônica a partir do século XVI.⁴ Nesse âmbito, o rompimento com o ideal de anjo barroco é também um rompimento com a estética cultural consolidada.

A influência do “anjo torto” pode ser percebida através do relato de Edmar Oliveira num momento onde lhe foi indagado sobre sua percepção acerca da atuação do jornal *O Gramma* durante os anos 1970.

A gente chocava a cidade, a gente sabia que estava chocando. Mas nada muito sério, era muito alegórico, nada de traumático, tudo a gente levava na brincadeira. A gente não tinha ideia naquela época, **embora a gente estivesse tentando desafinar o coro dos contentes**, a gente não tava naquela época achando que ia dar isso que vocês hoje estão fazendo, que é levantar essas coisas, a gente não tinha essa ideia que isso ia acontecer. Mas sabíamos que a gente estava fazendo algo importante para a cidade, isso a gente sabia, isso a gente tinha certeza (Oliveira *apud* Mota, 04 jul. 2024).

4 A arte barroca foi uma corrente que teve como berço de origem a Itália. Surgido no fim do século XVI, esse movimento artístico foi difundido para outros países da Europa e logo chegou à América Latina. Marcada pela exuberância, a proposta e a estética da arte barroca se assemelham às do renascimento, visto que as duas correntes promoviam a beleza e exaltavam elementos da antiguidade. No entanto, enquanto a primeira enfatizava o equilíbrio entre a emoção e a razão, promovendo um formato consciente de arte; a segunda ressaltava o dinamismo, a emoção e a dramaticidade. O estilo barroco não dominou só a arte, também influenciou a arquitetura, o design de interiores, a música e a literatura. Ver: ARTE Barroca: Contexto histórico, características marcantes e principais artistas. São Paulo: LAART, 09 dez. 2019. Disponível em: <<https://laart.art.br/blog/arte-barroca/>> Acesso em: 15/09/2024 às 08:30.

O *Gramma* marcou o estopim de uma nova fase do jornalismo piauiense, caracterizado pelo experimentalismo e imersões artísticas. Edmar Oliveira menciona que a influência de Torquato Neto foi um divisor de águas para a formação do grupo que seria a base do *Gramma*. Na percepção de Edmar, havia na cidade uma rejeição à figura de Torquato Neto, no início dos anos 1970 ele era visto como “cabeludo e maconheiro” e quem andasse com ele também estaria suscetível a esse tipo de comentário (Oliveira *apud* Mota, 04 jul. 2024).

Nesse âmbito, o jornal *O Gramma* surge através de um grupo que destoava do padrão estilístico e comportamental da cidade de Teresina nos anos 1970. Em grande medida, a ideia desses jovens era “achincalhar” a caretice da época, seus escritos e comportamentos não miravam a longa duração, entretanto havia neles a consciência de que algo relevante para deveria ser feito para romper o marasmo local. Esse grupo de jovens representava o “outro” da imprensa tradicional, cujo o enredo estava traçado em torno da confabulação do “pequeno perfil de um cidadão comum”: um sujeito heterossexual, cristão, distante de vícios, trabalhador, centrado na família e, sobretudo, avesso ao comunismo (Mota, 224, p. 229).

Em linhas gerais, a problemática da escrita jornalística nos anos 1970, situa os jornalistas como filhos de seu tempo, influenciados pela conjuntura que os envolvia e as marcas do tempo no processo de escrita. Destacamos dois modelos principais de produção jornalística: o jornalismo tradicional (o “verbo engravatado”) e o jornalismo alternativo (o “verbo en-

cantado”). Dentro do nosso estudo, procuramos observar suas distâncias e aproximações, caracterizando e analisando os limites da comunicação em um período marcado por um regime político autoritário.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política:** Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 175.

BRANDÃO, Laura. Juventude em trânsito: corpos e linguagens da década de 1970 em Teresina. In: CERQUEIRA, Maria (Org.). **Itinerários da pesquisa em história:** a polifonia de um campo. Teresina: Edufpi. 2014.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor.** São Paulo: Editora Unesp, 2014.

FAVARETTO, César. **A contracultura entre a curtição e o experimental.** São Paulo: N-1 Edições, 2019.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo:** Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

GRAMSCI Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética do jornalismo brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora, 1980.

MOTA, Carlos Alberto de Melo Silva. **Por dentro da pauta: história política e cultural na imprensa do Piauí**. Teresina-PI: EdUESPI, 2024.

SOUZA, Pompeu. Depoimento de 2/12/1978. *Apud*. MARCONI, 1980.

EDUCAÇÃO MIDIÁTICA E MARKETING DE INFLUÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DA DESINFORMAÇÃO DIGITAL¹

*Larah Chrystinne Dias LIMA*²

Mestranda

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

*Livia Fernanda Nery da SILVA*³

Doutora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

*Wallas de Freitas SOARES*⁴

Mestrando

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

*Hérison Fernando SOUSA*⁵

Mestrando

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 3- Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com História Contemporânea, integrante do II Encontro Internacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.
 - 2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPI. Larah Chrystinne Dias Lima Email: larah.lima@ufpi.edu.br
 - 3 Doutora. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPI, Livia Fernanda Nery da Silva e-mail: livia@ufpi.edu.br
 - 4 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da UFPI, Wallas de Freitas Soares e-mail: wallasfreitassoares@ufpi.edu.br
 - 5 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da UFPI, Hérison Fernando Sousa e-mail: herissonfernando.adv@hotmail.com

Resumo

Este estudo investiga a relação entre marketing de influência, desinformação digital e educação midiática no atual ecossistema comunicacional, caracterizado pela velocidade e fragmentação da informação. De natureza exploratória e descritiva, a pesquisa utiliza análise documental de campanhas institucionais e conteúdos produzidos por influenciadores. Os resultados evidenciam dificuldades dos usuários na identificação de fake news, fragilidades na leitura crítica e forte dependência de influenciadores como mediadores informacionais. Observam-se também limitações das campanhas oficiais frente à dinâmica das redes sociais. Conclui-se que o enfrentamento à desinformação requer ações integradas entre instituições, influenciadores e políticas contínuas de educação midiática.

Palavras-chave

Mídia e Dimensões do Tempo; Educação midiática; Desinformação digital; Marketing de influência; Fake news.

Introdução

A sociedade contemporânea vivência transformações profundas no campo comunicacional, impulsionadas pela expansão das tecnologias digitais e pela consolidação de um ecossistema informacional em rede. A digitalização dos fluxos comunicacionais não apenas ampliou o acesso à informação, mas redefiniu completamente a forma como os indivíduos produzem, consomem, interpretam e compartilham conteúdo. Castells (2009), ao caracterizar a “sociedade em rede”, destaca que o poder nas estruturas contemporâneas é exercido por meio de fluxos informacionais que atravessam as esferas polí-

tica, econômica e cultural, moldando percepções e orientando comportamentos. Nesse cenário, a informação deixa de ser apenas um recurso e passa a ser um elemento estruturante da vida social.

Por outro lado, o mesmo ambiente que democratiza o acesso à comunicação também favorece a circulação de informações falsas, distorcidas ou manipuladas. A desinformação caracterizada pela produção e disseminação deliberada de conteúdos enganosos emerge como um dos principais desafios da contemporaneidade. Conforme argumentam Wardle e Derakhshan (2017), o fenômeno das fake news não pode ser compreendido apenas como a circulação de narrativas falsas, mas como um ecossistema complexo que envolve desinformação (informação deliberadamente falsa), misinformação (informação falsa compartilhada sem intenção de prejudicar) e mal informação (informação verdadeira usada de forma manipulada para causar danos). Assim, a desinformação deve ser entendida como parte de uma dinâmica social que envolve disputas simbólicas, polarização política e emoções intensas, articuladas dentro das arquiteturas algorítmicas das plataformas digitais.

Um dos elementos centrais desse ecossistema é a ascensão dos influenciadores digitais, sujeitos que se tornaram agentes estratégicos na mediação de conteúdos e na construção de narrativas públicas. Kellner (2001) ressalta que a cultura da mídia contemporânea atribui a determinados atores um papel de autoridade simbólica, transformando-os em referenciais de comportamento, opinião e estilo de vida. No ambiente

digital, essa autoridade se manifesta por meio do marketing de influência, no qual indivíduos com grande visibilidade e credibilidade percebida afetam diretamente a opinião de seus públicos (BROWN; HAYES, 2008). A relação afetiva estabelecida entre influenciadores e seguidores, como aponta Marwick (2015), cria um ambiente de confiança simbólica que frequentemente substitui a busca por fontes jornalísticas tradicionais, contribuindo para a ressignificação da verdade e da legitimidade da informação.

A combinação entre afetividade, engajamento e lógica algorítmica torna os influenciadores peças-chave tanto para a disseminação quanto para o combate à desinformação. Marwick e Lewis (2017) argumentam que a manipulação informacional contemporâneas opera por meio da exploração de emoções e repertórios culturais, utilizando influenciadores como amplificadores de narrativas, sobretudo em contextos marcados por disputas identitárias e polarização política. Assim, os influenciadores não funcionam apenas como divulgadores de conteúdo, mas como mediadores de sentido, capazes de moldar interpretações sobre temas sociais, políticos e culturais.

Nesse contexto, campanhas institucionais de enfrentamento às fake news promovidas por organizações como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a Unesco e a SaferNet buscam orientar a população quanto aos riscos da desinformação e fortalecer práticas de checagem e verificação. Contudo, como mostram análises recentes (UNESCO, 2021; SAFERNET, 2023), essas campanhas enfrentam barreiras significativas em razão

da estética comunicacional das plataformas digitais, que privilegia conteúdos dinâmicos, emocionalmente orientados e com potencial viral. A comunicação institucional, pautada pela racionalidade, pela instrução e pela formalidade, muitas vezes fracassa em competir com narrativas fluidas, afetivas e personalizadas produzidas por influenciadores o que representa um desafio direto para políticas de educação e regulação da informação.

Diante desse cenário, a educação midiática desponta como ferramenta essencial para a construção da autonomia crítica e da cidadania digital. Buckingham (2010) define a educação midiática como a capacidade de compreender criticamente a produção de mensagens, suas intencionalidades, seus enquadramentos e seus efeitos socioculturais. Potter (2018) complementa ao afirmar que a alfabetização midiática fortalece habilidades cognitivas que permitem interpretar, contextualizar e verificar informações, reduzindo vulnerabilidades diante de conteúdos manipulativos. A Unesco, por sua vez, reforça que a educação midiática não deve ser vista apenas como uma prática escolar, mas como política pública transversal que articula mídia, educação, tecnologia, cultura e direitos humanos.

Apesar de sua relevância, a educação midiática no Brasil ainda é implementada de maneira fragmentada, sem articulação nacional e sem continuidade institucional. A ausência de programas de formação crítica amplia a vulnerabilidade dos cidadãos, sobretudo jovens, à manipulação informacional e à circulação de fake news vulnerabilidade intensificada por de-

sigualdades digitais, déficits educacionais e pela própria arquitetura das plataformas, que reforçam bolhas informacionais e ampliam a visibilidade de discursos polarizadores.

Diante desse panorama, este estudo, de natureza bibliográfica e documental, busca compreender como influenciadores digitais, instituições públicas e organismos internacionais constroem discursos e estratégias para o enfrentamento à desinformação, bem como analisar o papel da educação midiática como eixo estruturante na formação da cidadania digital. Ao examinar documentos oficiais, campanhas institucionais e literatura especializada, pretende-se oferecer uma visão analítica integrada que permita compreender não apenas os mecanismos de circulação de fake news, mas também as possibilidades e limites das práticas educativas, comunicacionais e institucionais no combate a esse fenômeno.

Método

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, exploratória, descritiva, bibliográfica e documental, direcionada à compreensão das dinâmicas de produção, circulação e disputa da informação no ecossistema digital contemporâneo. Esta escolha metodológica se fundamenta na perspectiva de que a desinformação, o marketing de influência e a educação midiática constituem fenômenos complexos, multifacetados e profundamente enraizados nas práticas sociais mediadas pela tecnologia. Assim, investigar esse objeto exige um percurso metodológico capaz de articular teoria, análise discursiva e in-

interpretação crítica dos documentos que estruturam o debate público sobre o tema.

O caráter exploratório da pesquisa, conforme Prodanov e Freitas (2013), justifica-se pelo interesse em aprofundar a compreensão sobre fenômenos emergentes e ainda em constante transformação no campo comunicacional. A desinformação digital, as práticas de influência e os esforços institucionais de mitigação dos danos informacionais apresentam-se como temas contemporâneos com múltiplas abordagens possíveis; portanto, a exploração conceitual e documental permite identificar categorias, padrões discursivos e limites interpretativos.

Do ponto de vista descritivo, o estudo busca mapear e analisar como diferentes agentes influenciadores digitais, instituições públicas e organismos internacionais constroem narrativas, orientações e campanhas voltadas ao enfrentamento à desinformação. A descrição não se limita ao inventário dos materiais analisados, mas busca contextualizar historicamente e conceitualmente as estratégias comunicacionais, alinhadas às transformações sociotécnicas da atualidade.

A dimensão bibliográfica fundamenta-se na análise de obras clássicas e contemporâneas nos campos da Comunicação, Estudos da Mídia, Cultura Digital e Educação Midiática. Entre os referenciais teóricos mobilizados, destacam-se Castells (2009), ao discutir a centralidade da informação na sociedade em rede; Kellner (2001), ao abordar a cultura da mídia e a produção simbólica; Buckingham (2010) e Potter (2018), que tratam da alfabetização midiática e da formação crítica; Bardin

(2011), cuja metodologia de análise de conteúdo orienta procedimentos analíticos; e autores como Marwick e Lewis (2017), que analisam manipulação informacional e arquitetura das plataformas. A utilização dessa base teórica amplia o escopo interpretativo da pesquisa e permite aprofundar a discussão sobre o papel da mídia e dos influenciadores na legitimação de sentidos.

A etapa documental envolveu a análise de campanhas institucionais, relatórios técnicos, manuais de educação midiática, comunicados públicos e guias produzidos por instituições como Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Unesco, SaferNet, Data & Society Research Institute dedicadas ao combate à desinformação. A opção pela análise documental alinha-se à compreensão de que documentos institucionais operam como discursos que orientam políticas públicas, estratégias educativas e diretrizes comunicacionais. Como afirma Cellard (2008), os documentos são “fontes vivas” que revelam práticas, valores, disputas e posicionamentos ideológicos dos agentes institucionais.

A seleção dos documentos considerou três critérios principais: (a) relevância temática, priorizando materiais sobre educação midiática, integridade informacional e combate às fake news; (b) temporalidade, com foco em documentos produzidos entre 2020 e 2025, período marcado por intensificação dos debates sobre desinformação; e (c) circulação pública, o que permite compreender orientações comunicacionais amplamente difundidas na sociedade.

Para a análise dos referenciais teóricos e dos documentos institucionais, adotou-se a Análise de Conteúdo de Bardin (2011), método que busca identificar categorias temáticas, regularidades discursivas e estruturas de sentido presentes nos materiais examinados. Essa técnica permite sistematizar conteúdos e estabelecer relações entre as mensagens produzidas pelos diferentes agentes analisados.

Além disso, recorreu-se à Análise de Discurso Crítica, baseada na perspectiva de Fairclough (2001), como instrumento de interpretação dos discursos presentes nos documentos. Essa abordagem considera que toda prática discursiva envolve relações de poder, intencionalidades e ideologias, especialmente no campo midiático. Assim, compreender como influenciadores, instituições e organismos internacionais estruturam seus discursos exige analisar não apenas o conteúdo explícito, mas também os enquadramentos simbólicos, as estratégias retóricas e os efeitos sociais dessas narrativas.

Esse percurso metodológico é coerente com a natureza do objeto investigado, uma vez que a desinformação opera simultaneamente no plano simbólico, político e tecnológico. Como destaca Castells (2009), o poder informacional contemporâneo opera pela capacidade de moldar fluxos de sentido, e não apenas pela transmissão de mensagens isoladas. Dessa forma, o estudo bibliográfico e documental apresenta-se como abordagem adequada para compreender tais fluxos, permitindo analisar não apenas o que é dito, mas como, por quem e com quais efeitos essas mensagens circulam.

Por fim, a triangulação entre teoria, documentos institucionais e análise discursiva proporciona uma compreensão mais abrangente das práticas de enfrentamento à desinformação e do papel da educação midiática como estratégia estruturante. Ao integrar essas dimensões, o método adotado permite apreender a complexidade do fenômeno e construir uma interpretação crítica que contribui para o avanço das discussões sobre cidadania digital, cultura informacional e responsabilidade comunicacional no contexto contemporâneo.

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos a partir da análise bibliográfica e documental permitem compreender que a desinformação, no contexto da sociedade digital, não se configura como fenômeno pontual, mas como um processo estrutural e sistêmico, atravessado por disputas simbólicas, interesses econômicos, dinâmicas algorítmicas e lacunas educacionais. Essa constatação reforça o argumento de Wardle e Derakhsham (2017), segundo o qual a desinformação opera por meio de um conjunto articulado de práticas que exploram vulnerabilidades sociais, afetivas e cognitivas, ampliadas pela lógica de circulação acelerada das plataformas digitais.

A leitura integrada dos relatórios institucionais e do arcabouço teórico aponta que os mecanismos de viralização de fake news estão diretamente relacionados à forma como a informação é produzida, mediada e consumida nas redes. Castells (2009) afirma que, na sociedade em rede, “o poder reside

nos fluxos de informação”, o que significa que aqueles que controlam ou influenciam esses fluxos adquirem capacidade de moldar percepções, comportamentos e decisões coletivas. Assim, a desinformação não apenas circula, mas se enraíza como parte de um processo sociotécnico que envolve tecnologia, emoção e cultura nos seguintes eixos centrais:

1. A centralidade dos influenciadores digitais na legitimação discursiva:

Os resultados mostram que o marketing de influência desempenha papel central na circulação de narrativas, pois os influenciadores tornam-se agentes privilegiados de mediação simbólica. Segundo Brown e Hayes (2008), a força do influenciador repousa na “credibilidade percebida”, construída a partir de relações afetivas, identitárias e de proximidade com seus públicos. Esse vínculo cria um ambiente no qual o discurso do influenciador adquire autoridade simbólica ainda que desprovido de base factual.

Kellner (2001) complementa essa perspectiva ao afirmar que a cultura da mídia produz figuras que funcionam como molduras interpretativas, capazes de orientar a visão de mundo de seus seguidores. Assim, como evidenciado nos documentos analisados, conteúdos emitidos por influenciadores podem se tornar socialmente legitimados mesmo quando carecem de veracidade, especialmente quando ativam crenças pré-existentes ou emoções como indignação, medo ou pertença.

Essa dinâmica se alinha ao argumento de Marwick e Lewis (2017), que demonstram como a manipulação informacional se apoia em estratégias de engajamento emocional, explorando aquilo que os autores chamam de “arquitetura afetiva” das plataformas digitais. Assim, os influenciadores funcionam como amplificadores de discursos, reforçando visões distorcidas quando seus conteúdos coincidem com expectativas emocionais da audiência.

2. A assimetria entre campanhas institucionais e a lógica das plataformas:

Ao analisar documentos do TSE, Unesco e SaferNet, observa-se que as campanhas institucionais são fundamentadas em princípios éticos e informativos sólidos. No entanto, enfrentam dificuldades consideráveis dentro da dinâmica algorítmica das redes sociais. Esse resultado confirma a tese de Potter (2018), segundo a qual mensagens midiáticas que exigem raciocínio crítico ou esforço cognitivo costumam ter menor alcance em comparação com conteúdo espontâneos, afetivos e altamente visuais características predominantes nas produções de influenciadores.

As campanhas oficiais operam com base na racionalidade, na instrução e na checagem factual. Contudo, as redes priorizam conteúdos que geram reação imediata. Como afirmam Wardle e Derakhshan (2017), a desinformação prospera porque utiliza formatos curtos, impactantes e emocionalmente orien-

tados exatamente o oposto da comunicação institucional tradicional.

Os documentos evidenciam que:

- O TSE produz campanhas de integridade eleitoral com forte base técnica;
- A Unesco elabora guias de alfabetização midiática densos, voltados à formação crítica;
- A safernet produz materiais educativos sobre segurança e comportamento digital.

Embora consistentes, esses materiais não dialogam com a estética nativa das plataformas, resultando em baixa capilaridade. Portanto, existe uma assimetria comunicacional: influenciadores falam a “língua emocional” das redes, enquanto instituições falam a “língua normativa” da educação.

3. Educação midiática como eixo estruturante, mas insuficientemente implementado:

Um ponto central dos resultados refere-se à urgência da educação midiática como instrumento para fortalecer competências críticas de leitura e interpretação. Buckingham (2010) defende que a educação midiática não se limita à identificação de fake news, mas visa à compreensão mais ampla da produção de sentidos, das intenções comunicacionais e dos mecanismos de mediação tecnológica.

Os documentos internacionais analisados especialmente os relatórios da Unesco convergem ao afirmar que a educação midiática deve contemplar:

- Leitura crítica das mensagens;
- Análise discursiva e contextual;
- Compreensão do funcionamento dos algoritmos;
- Habilidade de checagem e verificação;
- Participação ética e responsável no ambiente digital.

A ausência desses elementos cria condições para que conteúdos desinformativos se consolidem como parte da experiência cotidiana dos usuários. Potter (2018) explica que a alfabetização midiática atua como “filtro cognitivo”, permitindo que indivíduos processem informações com maior autonomia e menor vulnerabilidade emocional.

Os resultados documentais demonstram, porém, que no Brasil a educação midiática ainda não se estabelece como política estruturante, mas como ações fragmentadas e esporádicas, frequentemente dependentes de iniciativas voluntárias, individuais ou de curto prazo.

Fragmentação dos agentes sociais e ausência de políticas integradas:

A literatura e os documentos institucionais reforçam que o enfrentamento à desinformação demanda articulação entre múltiplos agentes sociais. No entanto, os resultados indicam que:

- Escolas e universidades atuam de forma isolada;
- Influenciadores não possuem diretrizes éticas padronizadas;
- Mídia profissional disputa espaço com conteúdo virais;
- Plataformas digitais priorizam engajamento em detrimento da qualidade informacional;
- Instituições públicas carecem de campanhas continuadas e colaborativas.

Essa fragmentação compromete a construção de um ecossistema informacional saudável. Castells (2009) já alertava que a lógica das redes cria sistemas descentralizados nos quais a articulação entre atores é fundamental para evitar disfunções comunicacionais.

A Unesco (2021) também reforça que a educação midiática só é efetiva quando tratada como política pública nacional e não como ação isolada. No entanto, os documentos citados mostram que essa integração ainda não existe no Brasil, o que contribui para a vulnerabilidade generalizada da população frente à desinformação.

4. A natureza cultural e política das fake News:

Outro resultado relevante é que as fake news não devem ser compreendidas apenas como informações falsas, mas como fenômenos culturais e políticos. Wardle e Derakhshan (2017) afirmam que a desinformação opera por meio de narrativas simples, emocionalmente carregadas e facilmente compartilháveis estratégias que se tornaram ainda mais eficazes em sociedades marcadas pela polarização afetiva.

A análise documental revela que essas narrativas costumam:

- Oferecer explicações rápidas para temas complexos;
- Reforçar crenças e identidades já existentes;
- Criar sensação de pertencimento a comunidades simbólicas;
- Mobilizar emoções intensas como indignação, medo, humor ou empatia.

Essa dinâmica afeta diretamente a construção da memória coletiva e da percepção pública sobre temas essenciais. Castells (2009) explica que, em redes digitais, “o que viraliza molda o imaginário social”. Assim, conteúdos falsos podem adquirir força social superior à informação verificada especialmente quando ativam afetos.

A análise integrada dos resultados evidencia que a desinformação se consolidou como um fenômeno estrutural, profundamente enraizado nas dinâmicas sociotécnicas da sociedade digital. Não se trata, portanto, de episódios isolados ou pontuais, mas de um processo contínuo que permeia práticas comunicacionais, disputas políticas, relações econômicas e valores culturais. A desinformação emerge como sintoma de um ecossistema midiático no qual a circulação acelerada de conteúdos, a lógica algorítmica das plataformas e a fragmentação das esferas públicas favorecem a disseminação de narrativas enganosas, que se naturalizam no tecido social.

Nesse contexto, os influenciadores digitais ocupam posição privilegiada como mediadores simbólicos de grande impacto. Seu papel transcende a função tradicional de produtores de conteúdo: eles atuam como moldadores de percepções, afetos e significados sociais. As relações de proximidade, identificação e confiança estabelecidas com suas audiências conferem-lhes um tipo de autoridade discursiva que frequentemente rivaliza e em alguns casos supera a legitimidade de instituições jornalísticas ou educativas.

Em paralelo, as campanhas institucionais produzidas por órgãos como TSE, Unesco e SaferNet enfrentam limitações estruturais importantes. Embora sejam fundamentadas em práticas de verificação e em princípios éticos sólidos, sua estética comunicacional, fortemente associada à racionalidade e ao discurso instrucional, não dialoga com a lógica das redes sociais. A linguagem formal, a baixa dinamicidade visual e o formato tradicional de comunicação reduzem sua capacidade de competir com conteúdo emocionalmente mobilizadores, mais ágeis e alinhados aos padrões de consumo digital. Assim, observa-se uma assimetria comunicacional entre narrativas planejadas institucionalmente e conteúdos informais, fluidos e afetivos produzidos por influenciadores ou grupos organizados de desinformação.

Outro achado relevante refere-se à condição ainda incipiente da educação midiática no Brasil. Embora reconhecida pela literatura como um dos eixos mais eficazes no fortalecimento da autonomia crítica, sua implementação permanece fragmentada e descontínua. A educação midiática raramente constitui política pública estruturada; surge, em vez disso, como iniciativas pontuais, dependentes da vontade de educadores, projetos isolados ou campanhas temporárias. Essa ausência de formação sistemática dificulta o desenvolvimento de competências essenciais como análise crítica das mídias, interpretação contextualizada das mensagens, verificação de fatos, compreensão do funcionamento dos algoritmos e identificação de estratégias manipulativas. Sem essa base, cidadãos

tornam-se mais vulneráveis a conteúdos enganosos e menos capazes de resistir às dinâmicas de polarização afetiva.

A ausência de políticas integradas entre agentes sociais também se revela como fator agravante. O que se observa, a partir dos documentos analisados, é a atuação fragmentada de escolas, universidades, órgãos públicos, organizações da sociedade civil, influenciadores, jornalistas e plataformas digitais. Cada setor empreende esforços legítimos, porém isolados, o que resulta em baixa eficácia diante de um fenômeno tão dinâmico e multifacetado quanto a desinformação. A falta de articulação estrutural impede o desenvolvimento de estratégias amplas e coordenadas, essenciais para combater a desinformação em escala nacional.

Por fim, os resultados revelam que as fakes news operam em uma zona de intersecção entre emoção, cultura e política. A eficácia desses conteúdos não reside na veracidade, mas na capacidade de acionar afetos, reforçar identidades, simplificar complexidades e fornecer respostas imediatas para questões que demandariam reflexão aprofundada. As fakes news estruturam-se como narrativas culturalmente significativas, que dialogam com expectativas simbólicas e percepções coletivas. Assim, sua disseminação não pode ser explicada apenas pela ausência de informação, mas pela forma como determinados discursos respondem a necessidades emocionais, ansiedades sociais e disputas ideológicas.

Em síntese, a desinformação persiste porque articula, de maneira sofisticada, elementos afetivos, culturais, políticos e

tecnológicos. O enfrentamento desse fenômeno requer mais do que campanhas educativas ou conteúdos verificadores: exige a formação crítica contínua dos cidadãos, a responsabilização ética dos influenciadores, a reformulação das estratégias institucionais de comunicação e, sobretudo, a construção de políticas colaborativas que integrem diferentes segmentos da sociedade. Apenas uma abordagem sistêmica e intersetorial será capaz de romper a lógica estruturante que sustenta a circulação e o impacto das fake news no ambiente digital contemporâneo.

Considerações Finais

Os resultados deste estudo evidenciam que o ecossistema comunicacional contemporâneo, marcado pela velocidade, volume e personalização algorítmica das interações, cria um ambiente propício para a circulação de desinformação. A análise documental das campanhas institucionais e dos conteúdos produzidos por influenciadores revelou que os usuários enfrentam dificuldades persistentes na identificação de fake news, sobretudo devido às fragilidades das competências de leitura crítica e à crescente dependência dos criadores de conteúdo como mediadores informacionais.

Observou-se que as iniciativas oficiais de enfrentamento à desinformação, embora relevantes, ainda não conseguem competir em alcance, linguagem e dinâmica narrativa com os conteúdos que circulam nas redes sociais. Influenciadores, por sua vez, assumem papel central na formação de percepções,

na legitimação de discursos e na amplificação de mensagens o que pode contribuir tanto para o combate quanto para a propagação de conteúdos falsos.

Diante desse cenário, reafirma-se a necessidade de políticas contínuas de educação midiática que ultrapassem ações pontuais e se consolidem como prática estruturante na formação cidadã. A articulação entre instituições públicas, plataformas digitais, influenciadores e programas educacionais mostra-se fundamental para o fortalecimento das competências críticas dos usuários e para a construção de ambientes comunicacionais mais seguros e transparentes.

Assim, conclui-se que o enfrentamento à desinformação requer uma abordagem integrada, multissetorial e permanente, alinhada aos desafios impostos pelas dinâmicas comunicacionais contemporâneas. Estudos futuros podem aprofundar a análise sobre o papel dos influenciadores como agentes educativos e investigar estratégias comunicacionais capazes de ampliar o impacto das campanhas institucionais no ambiente digital.

Referências

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. ***Social media and fake news in the 2016 election***.

Journal of Economic Perspectives, v. 31, n. 2, p. 211–236, 2017. BARDIN, Laurence. ***Análise de conteúdo***. Lisboa: Edições 70, 2011.

BROWN, Duncan; HAYES, Nick. ***Influencer marketing: who really influences your customers?***

Oxford: Butterworth-Heinemann, 2008.

BUCKINGHAM, David. **Media education: literacy, learning and contemporary culture**. Cambridge: Polity Press, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARWICK, Alice; LEWIS, Rebecca. **Media manipulation and disinformation online**. New York: Data & Society Research Institute, 2017. Disponível em: <https://datasociety.net>. Acesso em: 04 de setembro de 2025.

POTTER, W. James. **Media literacy**. 8. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Strasbourg: Council of Europe, 2017. Disponível em: <https://edoc.coe.int/en/media/7495-information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework.html>. Acesso em: 05 de setembro de 2025.

QUANDO A MÁQUINA ESCREVE: PERCEPÇÕES E DESAFIOS DA IA NAS REDAÇÕES DE TERESINA¹

Isadora Silva Oliveira CAVALCANTE²

Jornalista

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA – PI

Ana Regina RÊGO³

Doutora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA – PI

Resumo

O avanço da Inteligência Artificial (IA) transformou profundamente as dinâmicas produtivas do jornalismo contemporâneo, modificando rotinas, ampliando fluxos informacionais e reorganizando funções profissionais. Neste artigo, analisam-se as percepções de jornalistas de Teresina (Piauí) sobre a presença da IA em suas rotinas, a partir de um levantamento aplicado a 82 profissionais da capital. Tomando como base autores como Jenkins (2008), Castells (2003), Bourdieu (1997), Zuboff (2020), Rêgo (2022) e outros, discutem-se a plataforma da vida, as mudanças tecnológicas no jornalismo e os impactos éticos, produtivos e simbólicos da IA. Os resultados mostram que 100% dos profissionais afirmam conhecer a IA, mas apenas parte a utiliza de modo estratégico. O uso predominante é operacional

1 Trabalho apresentado no GT 3- Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com História Contemporânea, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.

2 Jornalista formada pelo curso de Jornalismo na Universidade Federal do Piauí (UFPI) e pesquisadora do Nujoc. Email: isadora.o.cavalcante@ufpi.edu.br

3 Professora Departamento de Comunicação Social e Programa de Pós-Graduação de Comunicação da UFPI, Orientadora do Trabalho. Email: anareginarego@gmail.com

(transcrições, traduções, apoio criativo), enquanto atividades mais complexas – como checagem avançada, análise ou redação automatizada – ainda são minoritárias. A pesquisa evidencia entusiasmo, mas também preocupação com desinformação, vieses algorítmicos e falta de regulamentação. Conclui-se que a IA é vista como ferramenta de apoio, mas sua adoção exige formação crítica e diretrizes éticas adequadas para evitar distorções no exercício da profissão.

Palavras-chave

Jornalismo; Inteligência Artificial; Plataformização; Algoritmos; Redações.

Introdução

Nas últimas duas décadas, o jornalismo vem atravessando um processo acelerado de transformações marcado pela digitalização, pela plataformização das interações sociais e pela crescente incorporação de tecnologias de Inteligência Artificial (IA). Essa transição reorganizou estruturas, fluxos de produção e relações de poder dentro do campo jornalístico (Bourdieu, 1997).

A digitalização intensificou a lógica do tempo real, alterou os modelos de negócios e introduziu um regime de competição baseado em atenção, engajamento e métricas algorítmicas. Nesse contexto, a IA – especialmente em sua vertente generativa – surge como ferramenta-chave não apenas para automatizar processos, mas também para redefinir o papel do jornalista e introduzir dilemas éticos que nunca antes estiveram tão presentes nas rotinas das redações.

O jornalismo, enquanto instituição social, enfrenta hoje desafios que perpassam desde a desinformação algorítmica (Rêgo; Barbosa, 2020) até disputas simbólicas por visibilidade mediadas por plataformas que operam sob lógicas proprietárias (Zuboff, 2020). A IA, incorporada a sistemas de recomendação, ferramentas de produção textual e softwares de análise, torna-se elemento estruturante desse cenário.

Este artigo tem como objetivo investigar como jornalistas de Teresina percebem e utilizam ferramentas de IA em suas rotinas diárias. Busca-se compreender de que modo a IA tem sido incorporada ao fazer jornalístico, quais usos estão consolidados, quais receios emergem e como essas percepções dialogam com transformações globais no campo da comunicação.

2. Jornalismo, Tecnologia e Plataformização

2.1 Transformações históricas do campo jornalístico

O jornalismo sempre se reconfigurou diante de transformações tecnológicas: da prensa ao rádio, da TV à internet (Jenkins, 2008). Ciro Marcondes Filho (2000) descreve quatro fases do jornalismo moderno, culminando na era informacional, na qual as tecnologias digitais remodelam processos, linguagens e práticas.

A emergência da internet e das redes sociais alterou definitivamente o ecossistema midiático (Castells, 2003). O modelo de negócios baseado na publicidade fragmentou-se; novas lógicas de circulação surgiram; e os jornalistas passaram a dis-

putar espaço informacional com influenciadores, bots, plataformas e sistemas automatizados de produção textual.

2.2. Plataformização e algoritmos

A plataformização da vida – termo popularizado por autores como Zuboff (2020) e Pariser (2011) – expressa o processo em que plataformas digitais moldam comportamentos sociais, consumos informacionais, relações de trabalho e visibilidade pública através de mecanismos algorítmicos opacos.

No jornalismo, isso se traduz em dependência de métricas e ranking algorítmico, disputas por atenção em ambientes fragmentados, erosão da autoridade tradicional do jornalista e a circulação de conteúdos descontextualizados e desinformação.

Os jornalistas deixam de controlar plenamente a produção e a distribuição das notícias, passando a atuar dentro de uma infraestrutura digital que seleciona e prioriza conteúdos sem mediação editorial humana.

2.3. A chegada da IA ao ecossistema das redes

A incorporação da IA às plataformas sociais intensificou esse cenário: reconhecimento facial (Facebook), sistemas de recomendação (YouTube, Twitter), curadoria algorítmica (Instagram, TikTok) e mecanismos de previsão de comportamento ampliaram o poder das plataformas e intensificaram a lógica do engajamento.

Na comunicação, a IA surge como força ambivalente para otimizar as rotinas de trabalho, reduzir o tempo com a automatização de processos. Entretanto, são esses atos que comprometem a autonomia do profissional ao mesmo tempo que reforça vieses sobre conteúdos manipulados e a função social do jornalismo enquanto o comprometimento com a verdade dos fatos.

3. Inteligência Artificial: Evolução e Contextos

A Inteligência Artificial é definida como a capacidade de sistemas computacionais realizarem tarefas que antes dependiam da cognição humana: aprender, inferir, reconhecer padrões e gerar linguagem. A trajetória da IA pode ser organizada em marcos:

1. 1950–1970 – IA simbólica e o teste de Turing;
2. 1980–1990 – sistemas especialistas;
3. 1990–2010 – aprendizado de máquina e Big Data;
4. 2017–atualidade – ascensão dos transformadores (transformers) e dos LLMs como GPT, Claude, Llama, Bard.

Conforme Igor Shimabukuro e Lucas Lima (2025) sugerem, a IA se divide em três categorias: ANI – IA, que basicamente é a forma que utilizamos atualmente, AGI, que seria a IA com a capacidade de aprendizado generalizado e a ASI – colocado como o último estágio da Inteligência Artificial, a superinteligência.

Com a chegada dos modelos generativos, a IA passou a redigir textos, sintetizar os dados, criar imagens e vídeos, simular vozes e rostos e automatizar os processos jornalísticos. O jornalismo atua hoje exclusivamente com sistemas ANI, mas já sente seus impactos sociais, econômicos e éticos.

4. IA NAS REDAÇÕES E REPERCUSSÕES PARA O JORNALISMO

A incorporação da Inteligência Artificial às rotinas jornalísticas tem se mostrado especialmente relevante em atividades operacionais e de apoio ao processo informativo. Entre as funções mais utilizadas estão a geração automática de textos factuais, que agiliza a produção de conteúdos padronizados; a transcrição e tradução de materiais, facilitando o manejo de entrevistas, áudios e fontes internacionais; e a criação de chamadas e títulos A/B, prática que permite testar diferentes versões de manchetes e identificar aquelas com maior potencial de engajamento.

No entanto, conforme apontam Ruam Oliveira (2016) e Ken Schwencke (2014), a IA ainda não é capaz de produzir contextualização humana, análises complexas ou inferências éticas.

4.1 Riscos e desafios éticos

Os riscos e desafios éticos associados ao uso da Inteligência Artificial no jornalismo são diversos e impactam diretamente a credibilidade da informação. Entre os principais problemas está a reprodução de vieses algorítmicos, que podem

reforçar desigualdades e distorcer a seleção e a apresentação das notícias.

Soma-se a isso a opacidade dos modelos, muitas vezes compreendidos como verdadeiras “caixas-pretas”, dificultando a identificação dos critérios utilizados pelos algoritmos e comprometendo a transparência dos processos editoriais.

Outro ponto crítico refere-se à proliferação de deepfakes e outras formas de manipulação digital, que ampliam a capacidade de criação e disseminação de conteúdos falsificados com aparência de veracidade. Também se destaca a perda de autonomia editorial, uma vez que decisões estruturais podem ser cada vez mais guiadas por métricas algorítmicas e não por critérios jornalísticos. Há ainda o risco de precarização do trabalho, com a substituição ou desvalorização de funções humanas em favor de soluções automatizadas.

A IA contribui diretamente para a circulação massiva de desinformação, seja por meio da geração automática de conteúdos, seja pela velocidade e alcance das plataformas digitais, criando um ambiente informacional mais instável e suscetível a manipulações. Autores como Coeckelbergh e Gunkel (2024) reforçam que a IA generativa intensifica discussões sobre autoria, responsabilidade e credibilidade.

5. MÉTODO

A pesquisa utilizou uma abordagem mista: foi realizado um levantamento quantitativo via Google Forms entre janeiro e maio de 2025 com 82 jornalistas de Teresina. As questões foram estruturadas em blocos como perfil profissional, conhe-

cimento sobre IA, uso cotidiano e percepções sobre impactos. A análise combinou estatísticas descritivas e interpretação crítica dialogando com Jenkins (2008), Bourdieu (1997), Rêgo (2022) e Zuboff (2020).

6. RESULTADOS

6.1. *Perfil dos respondentes*

O perfil dos respondentes revela uma predominância de profissionais jovens, com 51,3% situados na faixa entre 23 e 30 anos e 28% entre 18 e 22 anos, indicando que grande parte da amostra é composta por estudantes, recém-formados e profissionais em início de carreira. Observa-se também uma predominância feminina, representando 63,4% dos participantes, o que acompanha tendências nacionais de feminização da área. A maioria atua em portais digitais e assessorias de comunicação, espaços em que as transformações tecnológicas têm maior impacto cotidiano. Além disso, destaca-se a presença crescente de jornalistas multitarefas, que acumulam funções diversas no processo produtivo, característica comum no ecossistema contemporâneo marcado por redações enxutas e demandas ampliadas. Sobre o conhecimento e uso de IA, 100% dos participantes declararam que sabem o que é Inteligência Artificial (IA), porém só 8,54% não utilizam no ambiente de trabalho.

Entre os usos 62,2% dos participantes afirmaram que usam para transcrição e/ou tradução, 56,1% para bloqueio criativo, 41,46% como instrumento de sugestão de pauta, 37,8% como geração de texto e somente 17,07% para checagem de

dados e fontes. Através desses resultados, percebe-se que o uso é majoritariamente operacional, não estratégico.

6.2 *Percepções sobre impactos*

As percepções dos jornalistas sobre os impactos da Inteligência Artificial revelam um cenário majoritariamente positivo, ainda que permeado por preocupações éticas. A maioria dos respondentes (73,17%) acredita que a IA precisa de regras e regulamentações mais claras, enquanto 69,51% reconhecem que a tecnologia facilita tarefas e 67,07% afirmam que ela contribui diretamente para a atividade jornalística. Em contrapartida, 19,51% apontam a possibilidade de geração de desinformação como um risco relevante, e apenas 2,44% consideram que a IA atrapalha o trabalho. Esses dados demonstram que, embora o uso da IA seja bem aceito, permanece a consciência de que seus benefícios dependem de cuidados éticos e de uma aplicação responsável.

7. DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa indicam três perfis principais de uso da IA entre os jornalistas: os operacionais, que utilizam a tecnologia para tarefas básicas; os criativos, que recorrem à IA para apoiar ideias e processos de escrita; e os estratégicos, minoria que emprega os recursos em atividades mais complexas, como análise de dados e checagem. Essa distribuição evidencia lacunas formativas, uma vez que o domínio crítico e avançado da tecnologia ainda é restrito. Observa-se também que profis-

sionais mais jovens tendem a usar a IA com maior frequência, enquanto os mais experientes demonstram maior cautela, sobretudo quanto a riscos éticos e desinformação. Além disso, a pressão por produtividade contribui para uma adoção acelerada e, por vezes, desassistida. Assim, embora a IA potencialize o trabalho jornalístico, sua incorporação sem preparo adequado pode ampliar vulnerabilidades no exercício da profissão.

8. CONCLUSÕES

A pesquisa confirma que a Inteligência Artificial já faz parte do cotidiano das redações de Teresina, embora sua adoção ainda não seja profundamente estratégica. Os jornalistas demonstram entusiasmo pelos benefícios operacionais da tecnologia, mas também insegurança diante dos riscos éticos e da falta de regulamentação. Observa-se uma carência de formação específica sobre IA no campo jornalístico, o que reforça a necessidade de capacitação contínua e de revisão do Código de Ética da categoria para contemplar diretrizes claras sobre o uso de sistemas automatizados. Defende-se também a criação de políticas de transparência nas redações e de regulamentações nacionais que orientem o uso responsável da IA. O futuro do jornalismo dependerá da capacidade de equilibrar inovação tecnológica e responsabilidade social, garantindo que a Inteligência Artificial seja integrada como aliada da prática profissional e instrumento de fortalecimento da democracia informacional.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

COECKELBERGH, Mark; GUNKEL, David J. **ChatGPT: deconstructing the debate and moving it forward**. New York: Springer Nature Link, v. 39, 2024, pp. 2221-2231.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.
MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hackers, 2000.

RÊGO, Ana Regina; BARBOSA, Marialva. **A construção intencional da ignorância**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

SHIMABUKURO, Igor; LIMA, Lucas. **Quais são os tipos de inteligência artificial?** Veja as diferenças entre as categorias ANI, AGI e ASI. Disponível em: <https://encurtador.com.br/lp0cj>. Acesso em: 01.mai.2025.

OLIVEIRA, Ruam. **Robôs ainda não pensam como humanos**. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/42B5bdC>. Acesso em: 24.mai.2025.

PARISER, Eli. **The filter bubble: what the internet is hiding from you**. New York: Penguin Press, 2011.

OREMUS, Will. **The first news report on the L.A. earthquake was written by a robot**. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2VlZwtz>. Acesso em: 25.mai.2025.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

IMAGEM-PEDRA: CERTO SERTÃO, TEMPO CERTO¹

Heverton S. GUEDES²

Doutorando

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE, PE

Resumo

Esta escrita trabalha uma pedra, metáfora um tanto concreta para versar uma ideia, de certo, etérea, o tempo. Primeiro, a pedra nos servirá para pensar, entre o tempo da palavra e o da imagem, o mundo que procuramos, o sertão. Segundo, ela vem ajudar a ensaiar, entre o discurso de origem e o mito de estagnação, um marco desse mundo, o arcaico. Terceiro, ela faz escavar, entre registros e vestígios cinematográficos do cangaço, rastro certo desse marco, quiçá, o começo.

Palavras-chave

História contemporânea; Tempo; Sertão.

Pensar a Pedra

O tempo é como se fosse uma pedra incorruptível.

A pedra sempre esteve ali.

Kadosh – Hilda Hilst

1 Uma primeira versão deste trabalho, intitulada “Imagem-pedra: sobre a origem de uma paisagem”, foi apresentada no GT 3- Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com História Contemporânea, integrante do II Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.

2 Historiador e Doutorando em Comunicação (PPGCOM-UFPE), Recife-PE. Email: heverton.sguedes@ufpe.br. CV: <http://lattes.cnpq.br/1490941376976192>.

Sobre o sertão e o tempo. O sertão pede meditação. O sertão pede tempo. Para ver a vida passar, sem pressa, para ver a gente crescer e correr, sem pressa, como esse começo de conversa, como qualquer boa prosa, que só em sua delonga é que se revela. Por falar em prosa, eis nosso mote: o sertão é o tema, o tempo é o norte. Por isso, reitero: o sertão tem seu tempo: agora e atento, manso e imenso. Por isso, fica dito, pouco importa o quão longe iremos, restará algo de fora. É que esse sertão pede paciência, persistência, e ainda assim, independentemente de quem empurre a pedra em empreitada, ladeira acima, seja princesa ou lavadeira,³ Sísifo ou Manuel,⁴ escapará algo dos dedos. Pouco importa. O que escapa pertence ao tempo.

Contudo, para que nos escape o menos possível, convém, em começo de conversa, assentar certo lastro. Cabe esclarecer que estaremos aqui diante de três camadas distintas (jamais antagônicas, pelo contrário, sempre sobrepostas) de tempo: a primeira delas é aquela que remete à realidade do sertão, essa nos serve, mas, mais como inspiração, pois entendemos se tratar simplesmente de um universo inteiro, o qual, por mais páginas e mãos que tenhamos, podemos apenas “arranhar”, sem pretensão nenhuma de totalidade, muito menos, de esgotamento. Por isso, o parágrafo acima, inaugural, para dar o tom, sobretudo, poético (é na poesia, inclusive, onde acreditamos residir capacidade alguma de penetração neste tempo-sertão),

3 Pequena referência à música, sobre paciência, de José Acciolly Cavalcanti Neto: “se avexe não, observe quem vai subindo a ladeira, seja princesa ou seja lavadeira, pra ir mais alto, vai ter que suar”.

4 Outra ligeira referência, agora à cena de Deus e o Diabo na Terra do Sol (1964) em que o protagonista Manuel (Geraldo del Rey) é levado pelo líder messiânico Sebastião (Lídio Silva) a carregar uma pedra na cabeça morro acima, o que, por sua vez, reverencia o mito de Sísifo.

por isso, o mito do Sísifo: por maior que seja o empenho e a empreitada, por mais pesada que a seja a pedra, parece inevitável entregá-la a algum destino final, parece imperativo ir e voltar, sem fim.

Entender esse limite natural é justamente o que nos leva a nossa segunda camada temporal: essa inerente ao próprio texto. O texto pede meditação, o texto pede tempo...De certa maneira, aquilo dito sobre o tempo do sertão poderia ser reformulado para versar a escrita, em seus impasses e demandas, idas e vindas, ladeira abaixo e pedra acima... Não sei quantas pausas estão entre mim e esta minha lauda, que agora se alar-da, quantas vezes foi preciso se desprender para, só então, vê-la acontecer.

Acontece que a palavra é um acontecimento: tem seu próprio ritmo, pulso e tempo. Ela opera em suas silenciosas pausas, ostenta-se em seu sinuoso movimento. Acontece ainda que a escrita precisa ser pedra, para dizer: firme e bem fundada, principalmente quando a serviço de um mote tão vasto como esse que escolhemos. Sim, para versá-lo foi preciso, primeiro, entender o nosso próprio tempo, de escrita, enquanto coisa temporal específica, e segundo, encontrar nossa base. O que encontramos? Referências a perder de vista (Hilst, 2002; Melo Neto, 2008; Tarkovski, 1990...). E o que fica? Fica o entendimento de que precisamos, escolha nossa, de um exercício próximo ao poético, e talvez, até filosófico: a vista que daqui se anuncia demanda ideia e palavra libertas.

Coisa tangível a relação entre sertão e poesia, relação ampla e prolífica, não só de espelhamento, mas de agenciamento. Isto é, comungamos, precisamos, da crescente perspectiva

histórica-cultural de que o sertão, sobretudo, esse sobre o qual viemos nos debruçar, bem além de uma realidade física, constitui um território elaborado, em especial, através de práticas discursivas (projetos ou não) que frequentemente se valem da oralidade e da fabulação (Afonso Jr. 2021), aspectos inteiramente íntimos ao fazer poético e que, portanto, serão evocados e reverenciados aqui, a todo instante. É imperativo: estaremos, reiteradamente, testando uma poética porque nosso objeto nos permite: ele não só é dito e visto, mas *feito*, disso.

Aporte central nesse nosso querer-fazer é João Cabral (1994; 2008). Autor árduo, árido, onde o moderno (que entendo como a necessidade de não só nomear o objeto, mas “materializá-lo”, esmiuçando-o em detalhes, apurando-o, sensivelmente, os sentidos) parece pavimentar um terreno fértil para experimentações em palavras, ele me aparece no processo de escrita como uma “pedrada”:

Por trás do que lembro,
ouvir de uma terra desertada,
vaziada, não vazia,
mais que seca, calcinada.
De onde tudo fugia,
onde só pedra é que ficava,
pedras e poucos homens
com raízes de pedra, ou de cabra
(Melo Neto, 1994, p. 03)

Além desse seu sério interesse estético pelo sertão, suas contribuições a este ensaio são tanto formais quanto conceituais (separação simplesmente didática, que sequer existe em Cabral), nele, nos interessa o jogo de sentidos, muitas vezes, opostos, em nome da afirmação essencial da materialidade

da “coisa”, como *Pedra do sono* (1995), ou, *Educação pela pedra* (2008), onde o concreto se encontra no onírico e no simbólico e nos inspira a experimentar termos como “uma imagem-pedra”, ou, “meditação pela pedra”.

E por tocar em pedra, vamos a ela, que tanto nos interessa. Interesse esse que se trata, para começo de conversa, de um uso metafórico. Metáfora, pelo que parece, capaz de acessar todas as três dimensões temporais que propomos. Sim, se quisermos, podemos usá-la tanto para se referir à dimensão sensível de tempo no sertão, “onde só pedra é que ficava” (Melo Neto, 1994, p. 03)”, quanto para remeter, quem sabe, a este tecer de texto, que parece pedir de nós certo esforço facilmente apreensível através de associações com trabalhos e utensílios típicos aos saberes e fazeres das pedras, como lapidar, escavar, esculpir, etc. Uma segunda referência essencial, que é Tarkovski, em *Esculpir o tempo* (1990), trabalha a noção temporal exatamente por meio da escultura, o que nos leva a esta terceira e última camada: o tempo no cinema.

Em sua defesa de um cinema enquanto instância poética máxima e “mais verdadeira” entre as formas de arte, o diretor entende que foi o cinema a primeira arte a passar da simples citação do tempo para a sua “impressão”, ou seja, ele entende que o cinema não só narra o tempo como o materializa, por isso, é no tempo onde reside o centro *espiritual* do filme (para usar outra palavra cara ao autor): é o tempo que leva a gente ao cinema, em busca do “tempo perdido, consumido ou ainda não

encontrado” (Tarkovski, 1990, p. 72), é o tempo que constitui, enfim, a matéria-prima da imagem em movimento:

Qual é a essência do trabalho de um diretor? Poderíamos defini-la como “esculpir o tempo”. Assim como o escultor toma um bloco de mármore e, guiado pela visão interior de sua futura obra, elimina tudo que não faz parte dela – do mesmo modo o cineasta, a partir de um “bloco de tempo” constituído por uma enorme e sólida quantidade de fatos vivos, corta e rejeita tudo aquilo de que não necessita, deixando apenas o que deverá ser um elemento do futuro filme, o que mostrará ser um componente essencial da imagem cinematográfica (Tarkovski, 1990, p. 72).

Assim, diante da necessidade de uma arte que, bem além de nomear e narrar seu objeto, seja capaz de apreendê-lo, a ponto de torná-lo tátil, em seu corpo e pulso típicos, é possível dizer que Tarkovski e Cabral, em que pesem as distâncias tantas, se encontram em um lugar comum. Lugar, por assim dizer, com ares e dizeres de pedra, coisa abstrata o suficiente para aglutinar significações diversas e, ainda assim, tocar o concreto, algo certamente importante em um momento introdutório, como este.

Feito poesia, a imagem também canta, atenta, o ato de tocar-contar a pedra. Eis que ela desponta como uma poética (Bachelard, 2008): como uma potência estética, como um objeto-material a ser comunicado. Nesse nosso caso, ela traz, cravada em si, duas das principais marcas, arcaicas, do tempo que

temos e tomamos à nossa frente: fundação e solidez. Eis o que ensaiamos e, na medida do possível, escavamos a seguir.

Ensaiair a Pedra

Uma meditação pela pedra: imaginem um lugar onde nada acontece, onde o tempo não passa (e se passa, é quando pesa), onde movimento não tem, nem graça, nem nada, onde mal se nasce e já é velho. Imaginem, porque certamente só em imaginação é que podemos ensaiar acessar lugares assim. Mas, antes que isso que escrevo venha soar, de fato, abstrato, pensemos, de pronto, na materialidade da nossa pedra, ela que serve bem para isso mesmo, ou, melhor dizendo, para encontrar concretude, física, metafórica, neste terreno-tempo, de certo, etéreo, onde, desde antes, e agora, adentramos.

Outra meditação pela pedra: agora menos imaginação, agora mais contemplação. Observemos sua rigidez dura, sua forma crua, mas, prestemos atenção, sobretudo, à sua imobilidade inerente, à seu existir inerte. Búdicás. Lúcidás. As pedras pensam paradas. Pobre pedra. Apenas pedra. Percebem? Eis outro importante significante para ela: imobilidade. É como se ela, de tão concreta, tivesse pesado e penetrando tão fundo no chão que se confunde com o sustento (nunca em movimento?) do próprio tempo (Hilst, 2002). As pedras passam paradas. Quem sabe assim, atentos, cientes, certos, desse seu caráter estático, possamos perceber na pedra o sertão, ou, melhor mostrando, certo sertão estancado que precisamos compreender.

Para isso, cabe perguntar: mas, por quê? Por que entre os muitos sertões à vista, ainda teimam em ver-de-dizer o sertão estagnado, atrasado, isolado? A nossa hipótese: só pode haver algo de muito forte neste território que eclipse seu(s) deslocamento(s), tornando-se o seu “característico”, assumindo o seu centro. E o que seria? A nosso ver, só há uma coisa que desponta com tamanha força para tanto: o discurso de “origem”. Entender o sertão enquanto “origem” é, sem dúvida, uma tarefa enorme que demandaria outra larga empreitada, por um sem fim de áreas,⁵ o que não nos convém aqui... não, parece mais válido, e viável, propor uma aproximação a partir de um meio mais *palpável*: a imagem de cinema (Marks, 2010; Tarkovski, 1990).

Nesse sentido, cabe antes também contemplar um conceito um tanto elucidativo e, como logo veremos, intrínseco a esse nosso exercício de sertões. Esse conceito se trata de “arcaico”, do qual lançaremos mão, pelo menos, em duas dimensões semânticas: a primeira, para se referir à algo antigo, passado, remoto... quiçá, o sentido mais imediato e comum do termo;⁶ enquanto o segundo, será entendido, sobretudo, a partir de Agamben (2012), para quem a palavra vem dizer, adivinhem só, “próximo da *arké*, isto é, da origem” (Agamben, 2012, p. 69).

5 Sobre usos do sertão enquanto origem, ver, por exemplo: Amado (1995) e Lima (2013).

6 De acordo com o Dicionário *Michaelis*, arcaico significa aquilo que: primeiro, é muito antigo ou remete a tempos remotos, e segundo, aquilo que não é usado; antiquado. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/arcaico>. Acesso em: 05/11/2025.

Sim, temos um termo que, se não traduz, pelo menos induz, duas das designações historicamente mais associadas aos sertões, daí, centralidade certa para escrita como esta. Dizer do sertão “arcaico” é dizê-lo distante, também espacial, mas, sobretudo, temporalmente, é, portanto (e por que não?), colocá-lo em algum passado, do qual, por mais remoto (Tolentino, 2001) que possa ser, não conseguimos, jamais, se desvencilhar por completo. Pelo contrário, para Agamben (2012), novamente, esse “tempo-atrás-presente” (Hilst, 2002, p. 153) não apenas permanece impregnando-impregnado no *agora* como, não raro, o alimenta, na verdade, o sustenta: é nele onde bem sabemos arder essas nossas raízes:

Arcaico significa: próximo da *arké*, isto é, da origem. Mas a origem não está apenas num passado cronológico: ela é contemporânea ao devir histórico e não cessa de operar neste, como o embrião continua a agir nos tecidos do organismo maduro e a criança na vida psíquica do adulto. A distância - e, ao mesmo tempo, a proximidade - que define a contemporaneidade tem o seu fundamento nessa proximidade com a origem, que em nenhum ponto pulsa com mais força do que no presente (Agamben, 2012, p. 69).

Se há algo nesse retorno reiterado deve ser algo de tradição. Outra contemplação: para versar o sertão através do tempo, ou melhor, uma paisagem sertaneja atravessada por temporalidade, é preciso ter em mente esta noção de “tradição”: estamos falando de um território há muito dito e visto como tal (Lima, 2013), em especial, em nosso cinema (Tolentino, 2001),

que vem, de longe, se voltando, com espanto, com encanto, para os interiores sertanejos a procura de um “Brasil verdadeiro”, que caiba nos seus sonhos, que possa com sua imaginação. Talvez por isso, esse sertão tanto seja dito como arraigado no/ pelo imaginário nacional, pois ele continua carente de um lugar onde possa se enxergar, quiçá, fincar suas raízes, e não há lugar melhor para isso do que um/esse em que o tempo não passa, em que a paisagem “apenas” permanece... percebem?

E se o cinema brasileiro foi, desde o começo, “convocado a representar o país e seu povo” (França, 2010, p. 223), e o sertão foi, desde cedo, entendido como uma chave, ou, até mesmo, um “berço” (como gostam tantas tradições) da mais genuína brasilidade, há algum território em nosso repertório mais atormentado pelo “destino representativo” (Luz, 2002, p. 126) desse nosso cinema nacional do que este? Provavelmente não. Pobre sertão. Ele esteve e permanece atravessado, não raro, atormentado, pela invenção incessante da tradição (Bhabha, 1998), pela necessidade histórica de dar imagens à realidade, imagens que durem, imagens de pedra.

No Brasil, o duradouro deve ser o derradeiro: estranho, entranhado, sertanejo. Deve ser um segredo. Precisa ser escavado, revelado, salvo (de si mesmo). E se, de vez em quando, precisamos ir até ele, e se, de vez em quando, surgirá sobre nós uma crise nos empurrando, com toda força, até ele... é melhor, para “O Bem Geral da Nação”, mantê-lo assim mesmo, como tanto dizem sê-lo: em descanso, manso, coisa-fóssil (Marks, 2010), que só se move quando sob procura... Escavemos então,

até, quem sabe, camada alguma, chão abaixo, da poeira rasteira, da vida seca, restem rastros do começo (de nós mesmos?).

Escavar a Pedra

O começo que escavamos está por entre os planos de abertura do filme *Lampião, o Rei do Cangaço* (1936-1937), de Benjamin Abrahão (imagens 01 e 02). Reconhecido por ter sido o único a conseguir “capturar”, de dentro, o bando de Virgulino, o título segue sendo, provavelmente, o mais importante registro midiático do cangaço (Guedes, 2024). Dado o pioneirismo e o protagonismo, quando olhamos para esses planos, quase que um século depois, avistamos algo de muito familiar, no cacto ereto contra o céu aberto, na “pega de boi” caatinga adentro... como se essas imagens tivessem estabelecido não só o tempo-espaço do filme em questão, mas, delimitado em nosso cinema, anos sem fim, a paisagem que, de pronto, desponta: o sertão. É que, desde então, o que se viu desse mundo poucas vezes escapou do que Benjamin nos mostrou.

Imagens 01 e 02 - Sertão de pedra



Fonte: *Lampião*, Benjamin Abrahão, 1936-1937.

A nossa suspeita é que as imagens desse filme, mesmo que não intencionalmente, acabaram servindo como uma espécie de pedra fundante para a paisagem de sertão que, daí em diante, viemos sendo acostumados a ver (e a reconhecer). A nossa aposta é que esse título pode ser lido como marco *arcaico* de sertão para o cinema nacional.

Um sertão arcaico é coisa antiga. Essa noção, se bem sabemos, já era norte, ainda que de forma incipiente, desde os primeiros filmes instalados nos sertões de que temos notícia (Vieira, 2007). Estamos falando, além do filme de Abrahão, de títulos como *Filhos sem Mãe* (1925), de Tancredo Seabra, *Sangue de irmão* (1926), de Jota Soares, e *Lampião, a Fera do Nordeste* (1930) de Guilherme Gáudio, todos resultados de um movimento bastante claro, ainda que largo e disperso: a curiosidade sobre o cangaço.

A curiosidade “em torno desse “outro” Brasil, místico, berço da brasilidade *original* e repleto de personagens exóticos” (Moreira, 2018. p. 76), não só norteou as primeiras investidas cinematográficas sertão adentro como marcou, cedo, seu mundo com o signo raso do atraso. Em outras palavras, a mídia, e o cinema, mais especificamente, encontraram no fenômeno de banditismo um mote, violento e “incivilizado”, para assentar suas narrativas e, nessas, a emergente paisagem sertaneja: árida e arcaica.

Além disso, esses filmes nos convidam a uma reflexão mais atenta sobre sua natureza, mais precisamente, sobre sua materialidade. Sob sua pele fílmica, fina e desgastada, há um con-

vite: pensar, além de um discurso, em uma “imagem arcaica”, marcada por qualidades, texturas e camadas, aparentes e profundas... Como ler a imagem através de certa carga temporal, feita característica física? Eles parecem nos perguntar.

O convite é pensar o arcaico não apenas como representação, isto é, esta estratégia discursiva assentada em práticas sociais (Chartier, 2011), mas, especialmente, como materialização, ou seja, tatilidade imagética.⁷ Por se tratar de filmes pioneiros, para não utilizar de adjetivos como “antigos”, sendo muito deles obras perdidas, das quais nos restam escassas notícias, fragmentos desconstruídos, pedaços e relatos (Vieira, 2007)... atentar à dimensão formal de sua imagem, se não permite, pelo menos, incita a pensar uma gênese de sertão através da temporalidade aí impregnada. Além do que “querem dizer”, bem mais interessa o que eles materializam: vestígios, registros, de fato, arcaicos de uma invenção cinematográfica, datada, porém, persistente.

Tarefa interessante esta levantada por esses filmes: ao invés de sugerir (provavelmente de maneira correta, mas, ainda assim incorreta, dada a perda de boa parte das obras) que são um “retrato da época”, de um projeto de País contra seu interior exotizado (Moreira, 2018), talvez seja mais coerente investigar como eles constituem testemunhos tangíveis de uma paisagem que cavaram tão fundo que ainda hoje continua em pé (e em disputa). Para isso, investiguemos, mais de perto, o

7 Para Chartier (2001) a própria noção de representação pressupõe uma materialidade, sobretudo, no sentido das práticas materiais do contexto social na qual se insere, de todo modo, essa distinção que fazemos aqui, entre materialização e representação, serve para assinalar nossa ênfase.

filme de Abrahão, não só o registro melhor preservado, mas também, o mais difundido e conhecido dessa safra. Pedra certa. Aposto certaíra.

De largada, quem bem fornece um conceito afiado para melhor lapidar essa nossa ideia de que esse filme embrionário sobre cangaço constitui um ato arcaico de sertão cinematográfico, em mote e em matéria, é Laura Marks. Seu conceito de “objeto-recordação” (Marks, 2010, p. 309), fala de uma tatilidade de imagem tão forte que é capaz de “codificar” e “condensar” a memória coletiva, tornando-se, então, um objeto sólido e concreto. Dentre esses “objetos-imagens” (Marks, 2010, p. 310), parece especialmente útil, nesse nosso caso, a categoria de “fóssil”:

Os fósseis adquirem seu significado em razão de um contato original. Um fóssil é o vestígio indicador de um objeto que uma vez existiu, seu tecido animal ou vegetal *que se tornou pedra*. Considere a semelhança entre isso e o processo fotográfico. Os fósseis são criados quando um objeto faz contato com o material testemunhal da terra. As fotografias são criadas quando a luz refletida por um objeto faz contato com o material observador do filme. Em ambos os casos, esse contato transforma a superfície do material de modo que ela se torna uma testemunha da vida do objeto, mesmo depois de o objeto ter sido decomposto. Criada em uma camada da história, a testemunha do fóssil está gradualmente coberta com mais camadas sedimentares. Mas, em vez de se desintegrar, ela se solidifica e se transforma. Então, quando acontece um terremoto, anos mais tarde ou bem distante, esses objetos emergem... (Marks, 2010, p. 318, grifo nosso).

É que esse fóssil assume um registro original tão marcante que, apesar das fragilidades inerentes à sua natureza e decorrentes, principalmente, da manifestação do tempo, continua capaz de testemunho, firme e persistente, que nem pedra. E essa tensão entre pedra e transformação, rigidez e movimento, é ressaltada por Laura, em diálogo com Deleuze, através da metáfora do “fóssil radioativo” (Marks, 2010, p. 319), que tenta dar conta da capacidade de certas imagens em se perpetuar tanto além do seu tempo, com tamanha potência e insistência, que ao invés de “objetos de pedra fria” mostram-se é mesmo como “coisas perigosas, vivas” (Marks, 2010, p. 319).

Aí, a noção de arcaico, como um passado encerrado e estagnado, precisa ser revista, como, de novo, e ainda, nos ensina Agamben (2012). Para ele, a *arké*, enquanto força matriz, não cansa *jamaiz* de influenciar, ou, até mesmo, de se manifestar, naquilo-tudo que nela se origina.

Assim, podem ser percebidas essas imagens de Abraão que, sim, como uma coisa-fóssil, uma imagem-pedra, são, ao mesmo tempo, o tempo todo, o ato e o retrato de um mundo em criação. Transformando, com um gesto fotográfico (Lisovsky, 2011), o espaço em paisagem, o tempo em imagem, seu filme insiste em testemunhar da raiz arcaica, da origem árida, que ele mesmo fez gerar-registrar. Testemunhando, como um registro fóssil, da forma e da forja de um passado distante, mas não necessariamente superado, ele teima em transformar vestígios em registros.

Perante este fóssil, onde o arcaico e o agora se olham, se tocam, se cortam... pensemos nas manutenções, nas contaminações, entre origem e contemporâneo, (Agamben, 2012) pensemos (como não?) a imagem como objeto, a paisagem como gesto, árduo e “fossilizado” (Lissofsky, 2011. p. 297) (como aparece em Abrahão, onde a simples sobreposição de um cacto com um vaqueiro pode fundar todo um sertão?).

Sim, acontece que além do objeto que o filme constitui, há ainda uma convidativa imagem à vista: uma paisagem, chamam-na de sertão. Há assim, nessa fina, porém resistente, camada da imagem, porosa, vertiginosa, um gesto registrado, mais, fossilizado, de uma nação contra sua invenção (chamam-na de sertão) (Amado, 1995).

Acontece que o primeiro atacou tão fundo o segundo que ficou fotografado na imagem gerada no atrito. Um ataque em forma de filme, quiçá, como fez Euclides (2003) em livro. Já pensaram? Um território inteiro, isto é, gente e terra, sendo invadido e *inventado* pela imagem (atenta e sedenta), sendo transformado em paisagem, em gesto fotográfico, isto é: cortado, montado, perspectivado (Cauquelin, 2007). Já pensaram?

Destarte, se quisermos falar de uma “imagem-pedra”, precisamos atentar às marcas que fizeram-na, precisamos lembrar que cinema é lâmina, corte, *flash*... é processo torto de penetração, é método certo de fundação. Talvez, assim, a imagem-pedra se revele: um “bloco de tempo” (Tarkovski, 1990, p. 72) esculpido em planos, talhado em ângulos, escavado pela curiosidade, lavrado em forma de paisagem.

De todo modo, pensar uma imagem-pedra nos interessa: é que este sertão certamente tem um tanto de pedra, de rigidez e transformação, de aridez e invenção. Como em Cabral, afinal, o sertão nos pede uma “educação” pela pedra, “pré-didática” (Melo Neto, 2008, p. 338), quiçá, pura-imagética: “no sertão a pedra não sabe lecionar, e se lecionasse, não ensinaria nada, lá não se aprende a pedra: lá a pedra, uma pedra de nascença, entranha a alma (Melo Neto, 2008, p. 338).

Parece, portanto, que essa pedra que nos arremessa, sertão adentro, é isso mesmo: o filme de Abrahão fornece tanto um ponto de partida como um ponto de encontro. Pioneiro, deu começo a um sertão, protagonista, deu corpo ao projeto de Estado de olhar para o cangaço sob o signo do atraso, traz em si, assim, um sertão originário e bárbaro. Traz, também, uma origem que continua, insistentemente, impregnando o presente (Agamben, 2012), que não cessa de insinuar sentidos, plásticos, poéticos, políticos.

Como o próprio sertão, aí embrião: “o berço”, “o verdadeiro”, “o mais bem preservado”, de bem e de mal, do que ansiamos um dia vir a ser enquanto Nação e, bem por isso, dito e visto sempre distante, no tempo e no espaço. Sim, se precisaremos voltar para ele, de vez em quando, é melhor deixá-lo lá: afastado, entregue a si mesmo, arcaico, preso naquilo que foi, para que, assim, não possa jamais nos alcançar se não, quiçá, através dessas suas imagens, fascinantes, incessantes. É o que medita a pedra.

REFERÊNCIAS

AFONSO JR., José. **Sertão de memórias. Entre fotografias na parede e versos de improviso.** *Anais da Intercom*, 2021.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios.** Chapecó, SC: Argos, 2012.

AMADO, Janaína. **Região, sertão, nação.** *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n° 5, p. 145-151, 1995.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BHABHA, Homi. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CHARTIER, Roger. **Defesa e ilustração da noção de representação.** *Fronteiras*. v. 13, n° 24, p. 169-183, 2011.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

FRANÇA, Andréa. **Imagens de itinerância no cinema brasileiro.** In: FRANÇA, Andréa; LOPES, Denilson (Orgs.). *Cinema, globalização e interculturalidade.* Chapecó: Argos, 2010.

GUEDES, Heverton. **Baile perfumado: do registro à revisão.** *Domínios da imagem*, UEL, v. 18, n° 1, p. 1-12, 2024.

HILST, Hilda. **Kadosh.** São Paulo: Globo, 2002.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2013.

LISSOVSKY, Mauricio. **Rastros na paisagem: a fotografia e a proveniência dos lugares.** *Revista contemporânea, comunicação e cultura*, UFBA, v. 9, n° 2, p 281-300, 2011.

LUZ, Rogério. **Filme e subjetividade**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2002.

MARKS, Laura. **A memória das coisas**. In: FRANÇA, Andréa; LOPES, Denilson (Orgs.). *Cinema, globalização e interculturalidade*. Chapecó, SC: Argos, 2010.

MELO NETO, João Cabral de. **A educação pela pedra**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2008.

MELO NETO, João Cabral de. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1995.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

MOREIRA, Gislene. **Sertões contemporâneos: rupturas e continuidades no semiárido**. Salvador: Eduneb; Edufba 2018.

TARKOVSKI, Andrei. **Esculpir o tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

TOLENTINO, Célia Aparecida. **O rural no cinema brasileiro**. São Paulo: UNESP, 2001.

VIEIRA, Marcelo Dídimo Souza. **O cangaço no cinema brasileiro**. Campinas, SP: [s.n.], 2007.

A COR DA BELEZA: UMA ANÁLISE SOBRE O CORPO NEGRO E A ESTÉTICA COMO FERRAMENTA DE PODER SIMBÓLICO NO BRASIL DOS ANOS 1980¹

Rebeca Maria Aguiar SILVA²

Graduanda

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Resumo

O trabalho tem como objetivo analisar de que forma a estética negra se constitui como instrumento de poder simbólico no Brasil dos anos 1980, observando como os padrões de beleza eurocêntricos influenciaram a representação e a identidade das mulheres negras. A temática centra-se no corpo negro como território político, marcado por estigmas raciais, mas também por práticas de resistência que reconfiguram o conceito de beleza. O estudo apoia-se em referências como Nilma Lino Gomes, que compreende a estética negra como afirmação identitária e disputa simbólica, e Umberto Eco, cujas reflexões sobre a construção histórica da beleza ajudam a problematizar a hegemonia estética ocidental. A pesquisa analisa o cenário midiático e figuras como Deise Nunes para discutir tensões, avanços e limites na valorização da negritude em espaços de visibilidade.

Palavras-chave

História Contemporânea; Estética; Negrito

1 Trabalho apresentado no GT 3 - Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com História Contemporânea, integrante do II Encontro Internacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.

2 Graduanda em História pela Universidade Federal do Piauí - Campus Ministro Petrônio Portela. Email: rebeca.silva@ufpi.edu.br

Ao analisar a estética e a beleza negra no Brasil, é possível perceber que muitos aspectos relacionados à imagem da população negra são historicamente associados ao que é considerado “feio” ou “não ideal”, como os traços fenóticos como o nariz, os lábios grossos e a forma de estilizar os cabelos com curvaturas ou crespos.

Essa concepção, enraizada no imaginário brasileiro, advém do pensamento racista que hierarquiza as raças e menospreza aquela que não é branca, em consequência disso, a população negra enfrenta séculos de preconceito e exclusão em diversos espaços sociais como no mercado de trabalho, no campo acadêmico, na saúde, no sistema judiciário e dentro do campo da beleza e estética não é diferente.

Nesse sentido, a construção da ideologia racista ao longo da história estabeleceu o corpo branco como o referencial do que é considerado o padrão de beleza ideal, como lembra Umberto Eco (2004), a beleza foi, por muito tempo, compreendida como uma qualidade do objeto que percebemos como belo, associada a definições clássicas de proporção, harmonia e universalidade. No entanto, esse conceito sofreu mudanças ao longo dos séculos, onde a beleza passou a ser interpretada como uma experiência subjetiva do sujeito que julga o que é belo, ligada aos sentimentos do sujeito que observa.

A partir disso é possível compreender que a beleza deixou de ser algo diretamente ligado às qualidades específicas do que está sendo julgado ser belo ou não e passou a ser interpretada a partir da experiência pessoal de quem observa o objeto,

experiência essa que está influenciada pelas emoções e disposições, o que permite analisar que a beleza pode também ser influenciada por fatores sociais, culturais e até mesmo preconceitos resultantes de um longo processo histórico.

Narizes, lábios e maxilares finos, cabelos alinhados e sem volume, pele e olhos claros e o corpo magro compõem o conjunto de características historicamente associadas à beleza ideal feminina. Esses traços foram naturalizados como sinônimos de delicadeza, pureza e fragilidade, criando um modelo de beleza que privilegia o corpo branco como referência de feminilidade. Diante disso, é inegável o impacto que a concepção universal de beleza exerce sobre a presença da diversidade racial feminina dentro dos espaços de legitimação do corpo negro.

Segundo os dados do Censo Demográfico de 2022, é constatado que dos 203.1 milhões de brasileiros, mais de 110 milhões se autodeclararam negras, com mais de 57 milhões de mulheres pardas e pretas, ainda assim, é possível analisar que apesar de representarem a maioria da população, mulheres negras ainda são vítimas de um grande processo de invisibilização dentro dos espaços de representação seja na televisão, revistas ou até mesmo dentro da indústria de cosméticos.

Uma outra pesquisa realizada pela Avon em parceria com a consultoria Grimpa, revelou que 70% das mulheres negras estão insatisfeitas com o mercado da beleza, apontando a falta de representatividade e inclusão como principal motivo, já que a escassez de produtos voltados para os diferentes tons de pele

negra não são, em grande maioria das vezes, alvos do mercado de maquiagens, algo desproporcional em relação aos dados levantados pelo IBGE.

A exclusão também marca outros aspectos além da cor da pele, como por exemplo os cabelos crespos e cacheados, características tão marcantes e importantes para mulheres negras, que também são alvos da desvalorização e secundarização, fato constatado pelo relatório “Cabelos Sem Limites, Como Nós” realizado pelo Instituto SUmaúma e pela agência de relações públicas RPretas no ano de 2024, em parceria com a marca Seda. A pesquisa aponta que 70% das mil mulheres negras brasileiras entrevistadas se sentem pressionadas a alisar o cabelo, ainda que em grande maioria reconheça que houve um grande aumento no movimento de transição capilar.

A pesquisa também reconhece que o uso de produtos químicos para alisamentos interferem no processo de autoconhecimento e conseqüentemente, no autocuidado, já que o uso precoce destes produtos não abre espaços para o processo de aprender a cuidar do seu próprio cabelo. Em uma entrevista realizada pelo Estadão, a doutora em Educação e Contemporaneidade Ivy Guedes afirma que a estética negra é muito rica em diversidade, que mulheres negras não são exóticas, mas que também podem ser vistas como doutoras, médicas, advogadas, professoras e outras profissões que vão além dos estereótipos.

A partir disso, podemos analisar que os dados nos relatam que, de certa forma, há um crescente interesse das marcas em abranger os seus produtos ao alcance de mulheres negras, rea-

lizando pesquisas onde muitas delas são ouvidas, em paralelo a isso é possível perceber o aumento da presença da mulher negra em diversos espaços de visibilidade como nas próprias revistas de cosméticos e espaços midiáticos empoderando a sua própria estética, um exemplo disso são as novelas que nos últimos anos, é notável um tímido avanço na presença de mulheres negras, onde as referências de atrizes que levam papéis protagonistas já não se limitam aos mesmos rostos e vem sendo construído um bom catálogo de novelas em que mulheres negras levam o papel de visibilidade.

No último ano, houve um grande marco histórico da TV brasileira de acordo com o portal ADOROCINEMA, em que pela primeira vez na história da rede de televisão Globo, todas as principais faixas de novelas foram protagonizadas por mulheres negras sendo elas Gabrielly Nunes, Jéssica Ellen e Duda Santos.

As três novelas apresentaram protagonistas de pele negra retintas à claras, cabelos cacheados e crespos sem nenhum tipo de interferência de produtos químicos de alisamento e até mesmo tranças afro, além disso, as narrativas não abordaram unicamente o racismo, mas também ofereceu a essas personagens e atrizes a oportunidade de viver diversas narrativas e representar o que mulheres brancas vivenciam há décadas, até mesmo construir no imaginário brasileiro que ser negro não é feio e cabelo crespo não é cabelo ruim, e tornar as roupas, os cabelos, tranças, penteados e maquiagens elementos que também podem ser tão desejados quanto aquilo que atriz branca

utiliza, indo contra com o padrão de beleza estabelecido pelos moldes racistas e eurocêntricos.

Então, se faz necessário compreender que a representação de mulheres negras dentro dos espaços de visibilidade devam ocorrer de forma adequada longe dos estereótipos raciais e sexistas, para que mais mulheres vejam em seus corpos valor e beleza, podendo assim fortalecer sua identidade através de suas características fenotípicas, que apesar de individual e biológica, também atuam como veículo de expressão e símbolo de resistência cultural. (Gomes, 2019)

No Brasil, o racismo, a discriminação e o preconceito racial que incidem sobre os negros ocorrem não somente em decorrência de um pertencimento étnico expresso na vida, nos costumes, nas tradições e na história desse grupo, mas pela conjugação desse pertencimento com a presença de sinais diacríticos, inscritos no corpo. Esses sinais remetem a uma ancestralidade negra e africana que se deseja ocultar e/ou negar. Além disso, são vistos como marcas de inferioridade. A presença desses sinais é rejeitada pelo ideal do branqueamento e tratada de maneira eufemística no mito da democracia racial. (Gomes, 2019, p. 36).

Resumir alguns aspectos que estão diretamente relacionados com a imagem do negro brasileiro a apenas estética, acaba por ser meramente redudante, pois quando assumimos nossos narizes largos, lábios grossos, não tentamos embranquecer a nossa pele e nem alisar os nossos cabelos, estamos reafirmando nossa identidade e resistindo a um padrão de beleza histo-

ricamente excludente, como uma ação política que confronta o racismo e valoriza a ancestralidade.

O cabelo crespo, objeto de constante insatisfação, principalmente das mulheres, é também visto, nos espaços pesquisados, no sentido de uma revalorização, o que não deixa de apresentar contradições e tensões próprias do processo identitário. Essa revalorização extrapola o indivíduo e atinge o grupo étnico/racial a que se pertence. Ao atingi-lo, acaba remetendo, às vezes de forma consciente e outras não, a uma ancestralidade africana recriada no Brasil. (Gomes, 2019, p. 26)

Para Gomes (2019), a expressão estética negra é inseparável do plano político, do econômico, da urbanização da cidade, dos processos de afirmação étnica e da percepção da diversidade. Em sua pesquisa realizada em quatro salões de beleza especializados em cabelos afro, retrata os salões como um espaço de reafirmação e de atividades que procuravam estabelecer ao povo negro o direito à beleza, através de ações comunitárias nas vilas e favelas, a maquiagem gratuita para dançarinos e militantes do movimento negro durante eventos públicos da comunidade negra, o que nos demonstra que a estética negra se configura como um instrumento de resistência, construção coletiva de autoestima e afirmação da identidade racial.

Em relação aos cabelos crespos e cacheados como parte da estética negra, Gomes (2019) relata que, durante as entrevistas, a expressão “lidar com o cabelo” foi bastante comum nas falas dos entrevistados, o que remete não apenas ao cuida-

do estético, mas também ao modo e processo de se relacionar com o próprio corpo e identidade. No entanto, o termo “lida” é interpretado no contexto das relações sociais capitalistas e raciais como algo carregado de significados históricos e afetivos.

Para o povo negro, “lidar” com o cabelo é uma prática que evoca o trabalho forçado, o sofrimento e a exploração, elementos que remetem à herança da escravidão e à tentativa colonial de apagar os símbolos da cultura africana, por exemplo, a raspagem dos cabelos, uma prática de violência que para algumas etnias africanas significava uma mutilação do seu corpo, agressão ao símbolo que representava identidade e dignidade. (Gomes, 2019)

Nesse sentido, compreender o cabelo crespo como um signo, como sugere Gomes (2019), é reconhecer que ele comunica mais do que estética: ele expressa resistência, ancestralidade e pertencimento. O modo como a sociedade lida com o cabelo crespo reflete, em grande medida, as tensões do racismo estrutural e os processos contínuos de apagamento e afirmação da identidade negra no Brasil, por isso é muito significativo quando mulheres negras conquistam mais espaços de visibilidade com a possibilidade de performar com os seus cabelos crespos e cacheados e tudo aquilo que compõe sua identidade racial.

Ao tratar da participação de mulheres negras em concursos de beleza, Deise Nunes é uma figura interessante de ser compreendida pelas contribuições e contradições que giram em torno de sua imagem pública. Representar o Brasil com os

seus cabelos naturais e ser noticiada por meios de comunicação impressas que destacavam a cor da sua pele tanto através dos textos quanto das imagens expostas nas revistas significa um grande marco histórico que precisa ser analisado, compreendendo como a estética negra foi retratada e quais estereótipos foram direcionados à sua imagem.

2. Movimento negro e a estética como poder

Lemos (1997) introduz o movimento negro dentro de um contexto de exclusão social provocada pela formação da sociedade brasileira, que é profundamente marcada pelo longo histórico de escravidão e exploração predatória dos recursos naturais. O processo de colonização do território brasileiro fez com fosse disseminado diversas formas de preconceito, relegando à população negra um espaço de inferioridade e estigmas, reforçando a crença que os europeus são dignos de toda superioridade, o que justificava a desumanização e abuso da mão de obra indígena e africana.

No que diz respeito às oposições significativas ao sistema, cabe lembrar o papel desempenhado pelo Movimento Negro que, sem dúvida alguma, vem, ao longo dos séculos, constetando a exclusão vigente no país, apesar de ainda não ter conseguido alcançar o seu objetivo maior, que é a democracia racial/étnica. Suas ações, no entanto, foram - e são - o termômetro para graduar o caminho na construção deste objetivo. (Lemos, 1997, p. 27)

No que tange os movimentos que atuaram ativamente no combate ao preconceito racial, de acordo com Pereira (2011) a maior organização do movimento social negro na primeira metade do século XX foi a Frente Negra Brasileira (FNB) chegando até mesmo a se tornar um partido político em 1936, cinco anos após a sua criação. Já em 1978 houve a criação do Movimento Negro Unificado (MNU) que contou com a participação de Abdias Nascimento, reconhecido pelo seu ativismo e liderança na criação do Teatro Experimental do Negro em 1944.

Diante disso, inserida nos debates do movimento negro e do feminismo negro, a discussão sobre a estética adquire contornos políticos que vão além da aparência. Por isso, adotamos nesta pesquisa a definição apresentada por Gomes (2017) sobre o movimento negro e seus impactos em diferentes dimensões da sociedade, compreendendo-o como uma força de caráter político e de combate ao racismo e aos seus efeitos negativos em diferentes espaços de poder.

Entende-se como Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação e da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade. Trata-se de um movimento que não se reporta de forma românti-

ca à relação entre os negros brasileiros, à ancestralidade africana e ao continente africano na atualidade, mas reconhece os vínculos históricos, políticos e culturais dessa relação. (Gomes, 2017, p. 23)

Dessa forma, podemos nos apropriar dessa definição para compreender que o movimento negro atua como agente de transformação social, promovendo o combate ao racismo em diversas esferas da sociedade, inclusive no campo cultural que atravessa debates acerca da subjetividade e diversidade.

Assim, a luta antirracista ganhou destaque nas décadas de 1980 e 1990, atuando em diversos campos para além da cultura, tendo em vista que a década de 1980 foi marcada por grandes transformações frutos do movimento negro, como a criação de uma lei que regulamenta a criminalização do racismo no Brasil, a Lei 7.716/89, que foi a primeira legislação brasileira a tipificar o racismo como crime. Ela recebeu esse nome em referência ao seu autor, o deputado federal Carlos Alberto de Oliveira, conhecido como Caó, jornalista e militante do movimento negro. (Da rosa, 2011)

O padrão hegemônico de beleza eurocêntrico não acompanha a realidade racial presente no Brasil, o que leva o movimento negro construir um novo conceito político de beleza e estética negra com o objetivo de romper com esse padrão utópico, apesar de predominantemente estabelecido.

A transição entre as décadas de 1970 e 1980 foi marcada pela emancipação do corpo negro e valorização da sua estéti-

ca, onde até mesmo o mercado passa a se apropriar de símbolos étnicos e transformando em mercadoria. (Gomes, 2017)

Para Gomes (2017) a juventude feminina negra se apresenta mais firme e afirmativa perante os desafios, além de ser ativa nos debates, também é possível perceber marchas do Orgulho Crespo, ações como Encrespa Geral, eventos de empoderamento crespo e outras formas de compartilhar conhecimentos sobre a beleza negra, onde o corpo e o cabelo são vistos como símbolos de construção da identidade negra. Assim, o movimento negro atua também como um instrumento educador e de reivindicações, onde a estética negra passou a ser compreendida como parte do direito da cidadania e da vida das mulheres negras, tornando-se um dos saberes sobre o corpo que vem sendo amplamente socializado e potencializado, principalmente pelas jovens negras.

No tópico anterior foi tratado que a beleza pode ser compreendida como uma maneira de interpretar o objeto de forma subjetiva, essa interpretação pode também está carregada por dimensões históricas e preconceitos resultados de uma construção social e cultural que quando elaborada em um contexto de dominador e oprimido, o que é julgado como feio pode está carregado de um teor discriminatório. A beleza acaba se tornando um instrumento de segregação quando determina o que é feio com base em subjetividade preconceituosa, reverberando um sistema de hierarquização entre raças, culturas e pessoas.

Em um mundo globalizado, os novos padrões de mercado e de consumo acabam construindo e tentando impor ao mundo certos padrões de beleza e de feiura considerados pelo Ocidente como universais e válidos para todos. Tende-se a incorrer em uma absolutização tanto da beleza quanto da feiura, sem considerar as particularidades, sem relativizar. No contexto do racismo há uma rápida associação entre beleza e branquitude, fealdade e negritude. A beleza dos corpos passa a ser regulada por padrões estéticos do eurocentrismo construídos no contexto do racismo. (Gomes. 2017, p. 110)

Desse modo, a luta antirracista não impactou apenas o campo político, mas também foi fundamental para a afirmação positiva da autoestima do povo negro. Por meio da resistência à ideia de inferioridade em relação ao branco, foi fortalecida a consciência da negritude, incentivando o uso dos cabelos naturais, tanto por homens quanto por mulheres e a valorização dos traços fenotípicos negros, sendo assim possível a população negra acessar espaços de visibilidade e qualificação de forma politizada e consciente.

Apesar de o Brasil ser uma sociedade marcada na sua cultura pela corporiedade como forma de expressão, o corpo negro vive um momento de superação da visão exótica e erótica. A partir do ano de 2000 há uma politização da estética negra diferente daquela do final dos anos 70 e início dos 80 do século XX. Consumo, mercado, mídia, presença do corpo negro em espaços acadêmicos, formação de núcleos e associação de pesquisadores negros, presença de negros no governo federal, nos ministérios e secretarias especializadas acabam por trazer uma nova leitura e uma nova visão do corpo negro. (Gomes, 2017, p. 75)

Assim, a beleza negra, no contexto da comunidade negra, não pode ser compreendida apenas como uma categoria estética no sentido clássico, mas sim como uma construção política e simbólica enraizada em lutas históricas por igualdade e dignidade. afirmar que a “ecologia do corpo e do gosto estético” dá lugar à expressão “beleza negra”, a autora nos convida a entender essa estética como uma forma de resistência que se manifesta em múltiplas dimensões como no corpo, nas artes, na dança, na política, na educação, e que desafia os padrões hegemônicos de beleza impostos pela branquitude.

À existência da monocultura do corpo e do gosto estético, que ajuda a produzir a lógica da branquitude, se contrapõe uma ecologia, a ecologia do corpo e do gosto estético. Ela produz outras lógicas corpóreas, construídas pelos grupos não hegemônicos nos seus diferentes contextos e nas relações de poder (Gomes, 2017, p. 81)

No Brasil, o corpo negro carrega uma série de tensões históricas e sociais que o colocam, ao mesmo tempo, como alvo de exotificação, erotização e violência, mas também como símbolo de resistência e afirmação. Gomes (2017) aponta que a superação dessas visões racistas se dá quando a população negra transforma sua presença em espaços públicos em formas de reivindicação de direitos e de visibilidade.

Essa mudança não acontece de maneira simples ou sem conflitos, mas surge a partir de um movimento político e cultural que parte de dentro da própria comunidade negra e vai ganhando força na sociedade como um todo. Assim, expressar

a negritude através do corpo, da estética e da cultura passa a ser um ato político, ainda que envolto em contradições, como a apropriação cultural ou a reprodução de estereótipos, como é possível analisar nas representações de Deise Nunes. O que se constrói, portanto, é uma disputa simbólica em torno da imagem do corpo negro, que deixa de ser apenas um objeto de julgamento e passa a ser uma ferramenta de luta, de identidade e de transformação social.

REFERÊNCIAS

RAMOS, Rosália de Oliveira. **Feminismo negro em construção:** um olhar sobre a produção teórica e a militância política de mulheres negras. Campinas: Autores Associados, 2016.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **Movimento negro brasileiro: aspectos da luta por educação e pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil” ao longo do século XX.** *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 197–209, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/mkbtSgRRdQLF6xPgKfZNLWs>. Acesso em: 17 jun. 2025.

ECO, Umberto. **História da beleza.** Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz:** corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. 3. ed. rev. e amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SITES CONSULTADOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: resultados da pesquisa. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=448314>. Acesso em: 17 jun. 2025.

PEREIRA, Alessandra. 70% das mulheres negras brasileiras se sentem pressionadas a alisar o cabelo, aponta pesquisa. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 16 nov. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/70-das-mulheres-negras-brasileiras-se-sentem-pressionadas-a-alisar-o-cabelo-aponta-pesquisa/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

DE CASTRO, Luiz Eugênio. Representatividade importa: Pesquisa revela que negros são apenas 17% dos protagonistas de novelas brasileiras. AdoroCinema, [s.l.], 23 nov. 2023. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/noticias/series/noticia-1000106816/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

MARIE CLAIRE. Pesquisa revela que 70% das mulheres negras estão insatisfeitas com o mercado de beleza. Marie Claire, [s.l.], 19 nov. 2020. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Beleza/noticia/2020/11/pesquisa-revela-que-70-das-mulheres-negras-estao-insatisfeitas-com-o-mercado-de-beleza.html>. Acesso em: 17 jun. 2025.

MULATO – Etimologías de Chile. Etimologías de Chile. Disponível em: <<https://etimologias.dechile.net/?mulato=\>>. Acesso em: 08 jul. 2025.

REPRESENTAÇÕES FEMININAS: NA PEÇA “OVERDOSE” DO GRUPO TEATRAL TEMPUS E NA MÚSICA “GENI E O ZEPELIM” DE CHICO BUARQUE¹

Maria Edwirges de Jesus SÁ²

Mestranda

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Raimundo Nonato Lima dos SANTOS³

Doutor

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Resumo

O trabalho analisa as representações femininas na peça “Overdose” produzida pelo Grupo Teatral TEMPUS (Teatro Experimental Universitário em Estudos Históricos), bem como na música “Geni e o Zepelelim” de Chico Buarque. Dessa maneira, o estudo tem como base empírica o texto da referida performance teatral e a música, como também relatos orais. As reflexões teóricas dialogam com autores como

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 3- Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com História Contemporânea, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.
 - 2 Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí – PPGHB/UFPI. Pós-Graduada em nível de Especialização em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – CEAD/UFPI. Licenciada em História pela Universidade Federal do Piauí – UFPI/CSHNB/Picos. Bolsista de Demanda Social/CAPEs. E-mail: mariaedwirges18@gmail.com.
 - 3 Doutor em História (UFPE). Professor Associado, atuando na Graduação e Pós-Graduação em História, na Universidade Federal do Piauí – PPGHB-UFPI. Tutor do Programa de Educação Tutorial PET Cidade, Saúde e Justiça – UFPI/CSHNB. E-mail: raimundolima2011@ufpi.edu.br.

Roger Chartier (2002) para pensar representações; Sábato Magaldi (1994) para tratar de teatro; Marcos Napolitano (2002) para discorrer acerca de música, e; Margareth Rago (1985) para analisar a perspectiva de gênero. Com isso, temos por intuito compreender mediante os pontos de contato entre as duas representações em estudo.

Palavras-Chave

História contemporânea; Representação feminina; Overdose; Geni e o Zepelim.

Introdução

O estudo se debruça acerca da peça “Overdose”, produzida pelo Grupo Teatral TEMPUS (Teatro Experimental Universitário em Estudos Históricos), o qual é um projeto de extensão vinculado ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí, no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (UFPI/CSHNB), na cidade de Picos-PI. Com isso, produzindo encenações que ressaltam acerca da história e historiografia brasileira. Nesse sentido, a referida peça tem como plano de fundo a Ditadura Militar.

Desse modo, como ressaltado por Sábato Magaldi (1994), o teatro pode ser entendido como o espaço físico do imóvel, mas também como a arte teatral realizada por encenadores para um público com a utilização de um texto. Sendo a articulação dessa *tríade* que faz a prática cênica.

Ademais, a música “Geni e o Zepelim” de Chico Buarque produzida “como parte integrante da sua peça de teatro musical *Ópera do Malandro*, encenada pela primeira vez na capital

do Rio de Janeiro, em 1978 [...]” (Araujo, 2018, p. 87), assim, a canção faz parte do musical. Dessa maneira, na presente análise objetivamos ressaltar acerca da música, observando sua letra em paralelo com a peça “Overdose”, tendo em vista ter sido inspirada na canção, pois uma das protagonistas da encenação também chama-se Geni e acaba aderindo a prostituição para sua sobrevivência.

Nesse sentido, o estudo se justifica em virtude de lançar um paralelo entre a peça “Overdose” e a música “Geni e o Zepelim”, sendo uma perspectiva inédita. Portanto, com intuito de dialogar com o contexto histórico da Ditadura Militar, bem como, elencar a questão de gênero acerca das representações femininas vinculadas nas produções, com ênfase na premissa da prostituição.

Para a realização do estudo utiliza-se como fonte a peça “Overdose” do Grupo Teatral TEMPUS. Para tanto, usamos para a análise a História Oral, no viés da entrevista temática, a qual como salientado por Sônia Maria de Freitas (2002 p. 05) “História Oral é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana.” Desse modo, articulando a fala dos entrevistados com o enredo da performance teatral. Nessa perspectiva, os postulados teóricos de Marcos Napolitano (2002) nos possibilitam vislumbrar metodologias de estudo das gravações musicais. Sendo salutar para a compreensão que o estudo das canções não pode ocorrer “analisando “letra” separada da “música”, “contexto” separado da

“obra”, “autor” separado da “sociedade”, “estética” separada da “ideologia.”” (Napolitano, 2002, p. 05) Desse modo, para realizar análises críticas se faz relevante compreender historicamente o contexto social e de produção, os elementos sonoros, a letra, a melodia, pois um estudo que não abarca tais pressupostos deixa de abordar premissas necessárias a averiguação das canções em sua complexidade. Logo, tomamos tais concepções como norteamento para análise da música “Geni e o Zepelim” de Chico Buarque no presente estudo.

Assim, utilizamos o método qualitativo para análise das fontes, haja vista pensar como elas representam a mulher. Portanto, tomando como mote a figura da prostituta que sofre uma estigmatização social.

Representações Femininas: Entre enredo e melodia

A peça “Overdose”, a qual tem nove personagens, sendo três principais e os outros representando perfis sociais. Dessa maneira, o enredo se desenrola mediante as irmãs Maria Clarisse, Geni e o padrasto José, tendo o plano de fundo da Ditadura Militar, haja vista que “a partir de 1964, as Forças Armadas intervêm no processo político, sem, contudo, transferir o poder aos civis, agindo, nesse novo contexto, como atores dirigentes e hegemônicos.” (Borges, 2012, p. 16)

Nesse cenário, o padrasto José é um simpatizante do Regime Militar, haja vista trabalhar em uma construtora e comprar vários produtos no dito “milagre econômico”. Assim, coloca-se a problemática que nesse contexto ocorreu a concentração

de renda e as desigualdades foram acentuadas, não sendo o “bolo” dividido, logo, nessa perspectiva “a sociedade brasileira poderia manter-se desigual, com renda concentrada, injusta, mas dinâmica.” (Prado; Earp, 2012, p. 230). Com isso, o padrao José acaba perdendo o emprego e não tendo como pagar o que havia comprado.

Ademais, a Maria Clarisse era uma ativista que lutava contra a Ditadura e acaba sendo presa e seu noivo Edgar morto, em virtude de defenderem o término dos governos militares. Sendo uma jovem atuante que buscava o direito à democracia e liberdade, apresentando seu posicionamento nas ruas,

Abaixo a Ditadura! Minha gente não existe milagre econômico nenhum. Isso é uma farsa desse governo militar golpista, orquestrada por esse ministro Delfim Netto. Continuamos vivendo numa grave crise econômica. Apenas uma classe média se ilude fazendo compras hoje que não terá como pagar amanhã. Apenas os políticos e empresários se enriquecem às custas do povo, por meio de muita corrupção. Isso não pode continuar assim! Esses bandidos se escondem atrás de fardas, togas, jalecos, batinas, ternos e gravatas. São falsos moralistas que entravam o nosso país. Eles proíbem a liberdade de pensamento, a liberdade de ação. E quem pensa e age diferente é preso, torturado e até morto. Vocês sabiam disso? Não, não sabiam. Não sabiam porque há censura. Mas nós podemos derrubar essa estrutura de poder, com o nosso poder. O poder do povo! (Santos, 2018, p. 06).

É ressaltado no trecho da peça “Overdose” acerca que a personagem Maria Clarisse lutava contra o regime ditatorial,

bem como suas críticas ao milagre econômico, a estrutura de tortura, perseguições, “naquilo que podemos chamar de “pilares básicos” de qualquer ditadura: a espionagem, a polícia política e a censura.” (Fico, 2012, p. 175) Como salientado pela entrevistada Ana Geórgia Bezerra que atuou na referida performance teatral como Maria Clarisse,

Então, a Maria Clarisse, ela ia para as ruas para poder se manifestar contra os horrores que estavam acontecendo na Ditadura Militar, no âmbito familiar dela era um âmbito muito problemático, porque o padrasto dela acabava abusando da irmã dela, que era a Geni, o padrasto dela era aquele cara falso moralista que se beneficiou, digamos assim, do falso milagre econômico e depois acabou falindo e ela era totalmente contra essas questões da Ditadura Militar, então ela chegou inclusive a ser presa se eu não me engano. (Ana Geórgia Bezerra, 2022).

Como comentado pela entrevistada ao discorrer acerca de sua memória sobre a peça, tendo em vista como era organizada a dinâmica dos personagens principais, sobre a atuação contra a ditadura. Bem como, acerca da Geni que era tida como uma moça pura e ingênua, contudo com o falecimento de sua mãe e a prisão de sua irmã Maria Clarisse em virtude de se contrapor ao regime militar, acaba sendo estuprada pelo padrasto José e expulsa de casa. Sendo assim, necessário para sua sobrevivência aderir a prostituição.

Nesse contexto, a performance altera a representação da personagem Geni de pura para promíscua. Desse modo, a atriz

que fez o papel de Geni ressaltou acerca da preparação para a encenação,

É eu era a Geni, o papel principal da peça, foi uma preparação muito difícil para mim, [...] foi um espetáculo que a gente focou demais mesmo, eram ensaios exaustivos, assim mesmo, de você aprender mesmo aquele tanto porque é uma peça com uma temática muito difícil de ser trabalhada né. E aí pra você passar realmente a emoção daquilo ali, para você passar realmente a mensagem que você quer passar daquela peça, foi assim acho que foi a peça mais difícil que eu já fiz na minha vida, foi ela. Foi por questão pessoal não porque era mais difícil né. Assim, a gente se liberta muito, de muito tabu a gente se liberta muito de opiniões que a gente tinha e começa a entender que não é assim. É, o teatro ele traz liberdade se você hoje quer ser cantora e não consegue ser, mas no teatro você pode ser o que você quiser, eu acho que é o que eu gosto é isso é de ser camaleão né, você vai se adaptando a tudo que lhe aparece e o teatro te proporciona isso, se eu quero dançar, no teatro eu posso, se eu quero cantar no teatro eu posso, se eu quero ser um homem no teatro eu posso, se eu quero interpretar uma mãe no teatro eu posso, tudo é possível no teatro. (Luh Moura, 2022).

Assim, a entrevistada comenta que o processo de preparação para a encenação foi difícil, em decorrência das temáticas abordadas na performance, tais como a questão do estupro da personagem Geni, portanto, sendo complexa a preparação para atuar na peça. Com isso, como ressaltado por Michael Pollak (1989, p. 14) “[...] mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida.”, desse

modo, ao representar vivências traumáticas na montagem teatral, tais experiências remetem ao contexto social de violência contra a mulher. Ademais, é apresentado pela colaboradora que a prática teatral possibilita-lhe ser variados personagens, podendo encenar uma mãe, um homem, dentre outros. Dado, ter a liberdade de adaptar-se a diferentes enredos e dramatizações.

Coadunando com a canção “Geni e o Zepelim” na qual o narrador conta a história de Geni que era rejeitada socialmente por ser uma prostituta, sendo narrado a ideia da promiscuidade desde criança, como salientado “Dá-se assim desde menina”, bem como discorre acerca dos sujeitos com que mantinha relações “cegos”, “retirantes”, “detentos”, “loucas”, “lazarentos” e etc. Assim, elencando uma percepção depreciativa acerca da personagem Geni, como apresentado no refrão da música,

[...]
Joga pedra na Geni
Joga pedra na Geni
Ela é feita pra apanhar
Ela é boa de cuspir
Ela dá pra qualquer um
Maldita Geni

Observa-se no refrão como socialmente a personagem Geni é vista negativamente, como também é apresentado a premissa da possibilidade de punições físicas “apanhar”, em virtude da percepção marginalizante acerca da prostituição. Contudo com

a chegada do comandante do Zepelim que ameaçava destruir a cidade, os moradores – como o prefeito, o bispo e o bancário – suplicam para que Geni fique um noite com o comandante. Assim, observa-se que a percepção é alterada em virtude da conjuntura apresentada na canção. Pois,

[...]
Vai com ele, vai Geni
Vai com ele, vai Geni
Você pode nos salvar
Você vai nos redimir
Você dá pra qualquer um
Bendita Geni

Como salientado no trecho da música, se nas estrofes anteriores Geni era ressaltada pelos cidadãos como “maldita Geni”, nesse cenário no qual a cidade era ameaçada pela presença do Zepelim, Geni passa a ser “bendita”, pois poderia ajudar a salvar a todos. Assim, o comandante salienta na música,

[...]
Quando vi nesta cidade
Tanto horror e iniquidade
Resolvi tudo explodir
Mas posso evitar o drama
Se aquela formosa dama
Esta noite me servir

É apresentado na canção como neste momento em que o comandante do Zepelim discorre que se a “formosa dama” o servir não destruiria a cidade. Com isso, a percepção acerca da Geni é momentaneamente alterada em virtude da possibilidade de sobrevivência. Contudo, passada a circunstância, tendo o comandante saído da cidade após uma noite com Geni, a forma de ver e agir dos cidadãos volta a premissa da “maldita Geni”, sendo ela menosprezada e marginalizada socialmente.

Nesse sentido, na música aparece a narrativa sobre Geni elencando como a mesma é tratada socialmente, para tanto, “no jogo polifônico da enunciação do qual participam o narrador, o comandante e a cidade, Geni é a única a não ter voz. Só é possível saber de suas ações e sentimentos a partir do ponto de vista do narrador [...]” (Araujo, 2018, p. 91)

Portanto, a mudez de Geni na música está relacionada a “sua condição de pária social, que só participa das relações de poder quando o seu próprio corpo e a sua própria sexualidade se transformam em moeda de troca, por meio dos quais ela até consegue inverter as posições sociais.” (Araujo, 2018, p. 91) Dessa maneira, a condição de marginalização paira a vivência de Geni.

Desse modo, a discussão acerca de gênero no concernente a premissa dos papéis femininos é pertinente, haja vista que na peça é elencada uma distinção entre dois momentos da personagem Geni, respectivamente, relacionados a ingenuidade e a prostituição. Desse modo, os postulados de Margareth Rago (1985) acerca de dois perfis femininos,

Identificada à religiosa ou mesmo considerada como santa, à imagem de Maria, a mãe será totalmente dessexualizada e purificada, ainda mais que, ao contrário, a mulher sensual, pecadora, e principalmente a prostituta, será associada à figura do mal, do pecado e de Eva, razão da perdição do homem. Assim, serão contrapostas no discurso burguês duas figuras femininas polarizadas, mas complementares: a santa assexuada mas mãe, que deu origem ao homem salvador da humanidade, que padece no paraíso do lar e esquece-se abnegadamente dos prazeres da vida mundana, e a pecadora diabólica, que atrai para as seduições infernais do submundo os jovens e maridos insatisfeitos. A primeira, toda alma e sacrifício – símbolo do bem; a segunda, exclusivamente carnal e egoísta – encarnação do mal. (Rago, 1985, p. 82)

Observa-se que a percepção acerca dos papéis femininos está relacionada com a ideia, por um lado do perfil de esposa-mãe-dona-de-casa que vivenciando o âmbito privado cuidaria do marido e dos filhos, abdicando dos espaços públicos em prol da família. Por outro lado, temos a perspectiva da prostituta que sendo a personificação do pecado, não carregaria as qualidades de uma mulher resignada ao lar.

Dessa maneira, Margareth Rago (1985) ressalta que o discurso médico busca atuar acerca da prostituição, tendo em vista classificar as mulheres tidas como degeneradas, mapeando suas doenças, seus hábitos, assim “procurando acumular todo um conhecimento sobre a mulher pública e difundir o estereotipo da puta, a partir do qual elas serão situadas para fora do campo da normalidade sexual e social.” (Rago, 1985, p. 86) Logo, colocando-se a necessidade de domesticar e enclausu-

rar a prostituição em espaços específicos, como por exemplo os bordéis.

Com isso, nas duas representações que trabalhamos no estudo é trazido a questão da prostituição. Assim, compreendendo que a representação como discorre Roger Chartier (2002) é uma construção social, tendo em vista apresentar uma presença e também uma ausência, pois, remetem ao representado sem ser o acontecimento em si. Portanto, “na primeira acepção, a representação é um instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma “imagem” capaz de trazê-lo à memória e “pintá-lo” tal como é.” (Chartier, 2002, p. 74). Logo, buscamos entender como a prática da prostituição pelas personagens acarreta na estigmatização social.

Considerações Finais

No estudo objetivamos traçar um paralelo entre a peça teatral “Overdose” e a música “Geni e Zepelim”. Assim, utilizamos as fontes com intuito de pensar acerca das relações de estigmatização atribuídas a personagem Geni – no caso das duas representações em análise –, tendo em vista a questão da prostituição e consequentemente a marginalização social acarretada pela mesma.

Nesse sentido, o trabalho tem por intuito pensar a temática de gênero, em virtude dos papéis femininos e como as representações discorrem sobre a marginalização de corpos que atuam na prostituição. Com isso, concluímos que tanto na

canção como na peça teatral a personagem é socialmente rechaçada pelas suas atividades sexuais enquanto prostituta.

Referências

ARAÚJO, Murillo Clementino de. O tempo, o valor e a prostituta: reflexões sobre “Geni e o Zepelim” de Chico Buarque. **Estudos semióticos**, São Paulo, vol. 14, no 2, p. 87-98, julho de 2018.

BEZERRA, Ana Geórgia. **Entrevista concedida a Maria Edwirges de Jesus Sá**. Alagoinha do Piauí, 31 de julho de 2022. 1 arquivo áudio, 33 min e 48 seg.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. – 5 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 13-43. (O Brasil Republicano, vol. 4)

BUARQUE, Chico. **Geni e o Zepelim**. 1977-1978. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/chico-buarque/77259/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2025.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: _____. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002, p. 61-79.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. – 5 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 167-207. (O Brasil Republicano, vol. 4)

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas; FFLCH; USP: imprensa Oficial do Estado, 2002.

MAGALDI, Sábato. **Iniciação ao teatro**. – 5ª ed. – São Paulo: Ática, 1994.

MOURA, Luana da Conceição. **Entrevista concedida a Maria Edwirges de Jesus Sá**. Picos, 11 de agosto de 2022. 1 arquivo áudio, 26 min e 12 seg.

NAPOLITANO, Marcos. **História & Música** – história cultural da música popular. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. – 5 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 207-243. (O Brasil Republicano, vol. 4)

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. **Overdose**. Picos-PI, 2018. Teatral. (texto teatral inédito)

NARRATIVA JORNALÍSTICA DO PIAUIENSE TORQUATO NETO NO CÍRCULO HERMENÊUTICO DE RICOER¹

Eduardo AMORIM²

Mestrando

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Samantha CASTELO BRANCO³

Doutora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Resumo

Este artigo analisa a práxis jornalística de Torquato Neto (1944-1972) nas décadas de 60 e 70, com foco em sua coluna “Geléia Geral” no viés do círculo hermenêutico da filosofia de Ricoeur (1994). A atuação de Torquato como jornalista cultural é abordada como uma crítica radical em meio à transição de costumes e à repressão política que ocorreu no período da Ditadura Militar, representando uma narrati-

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 3- Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com História
 - 2 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPI, Eduardo José Amorim de Sousa Júnior e mail: eduardoamorimjr.jor@gmail.com
 - 3 Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Piauí (UFPI - 1995) e em Direito pelo Instituto Camillo Filho (ICF - 2012), mestre e doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP - 1998 / 2001). Jornalista, advogada, pós-graduada em Direito Tributário pela Universidade Anhanguera/LFG. Professora titular da UFPI, com atuação no Departamento de Comunicação Social (DCS) e no Programa de Pós-graduação em Comunicação Social (PPGCOM). Membro do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação (NUJOC), Samantha Viana Castelo Branco Rocha Carvalho, e mail: samanthacastelo@gmail.com

va forte (configuração). A metodologia empregada é a da revisão bibliográfica de obras de Torquato Neto e da filosofia ricoeuriana, que é compreendida através de artigos e da leitura da obra composta por três volumes de Ricoeur (1994, 1995, 1997), além de trabalhos sobre o poeta piauiense. Neste estudo a coluna “Geléia Geral” é identificada como a fase da Mimese II (configuração), na qual Torquato atua como mediador entre a experiência pré-figurada (Mimese I) e a recepção da obra (Mimese III), articulando a aporética temporal em poética narrativa. O estudo mostra que o poeta piauiense utilizou o experimentalismo do *New Journalism* como “máquina de guerra” contra o jornalismo tido como oficial e os ditames do regime ditatorial, então vigente no Brasil. O estudo conclui que o legado de Torquato consolida sua pertinência epistemológica ao estabelecer relações entre a vanguarda e a contracultura do passado e os dilemas atuais, convidando o leitor à refiguração (Mimese III), além de ser um conhecedor da pré-figuração do mundo com sua forma única de entender o mundo (Mimese I), mostrando-se uma referência de configurador de narrativas.

Palavras-chave

História Contemporânea; Torquato Neto; Jornalismo cultural; Hermenêutica; Coluna Geléia Geral; Ricoeur;

Introdução

Torquato Neto (1944–1972) emerge como uma figura catalisadora da cultura brasileira, cuja breve mas intensa produção atravessou a Tropicália⁴, a poesia marginal e o cinema experimental. Embora sua obra poética e letrista seja amplamente

4 Conforme define Castelo Branco (2024), de modo geral os estudiosos do movimento tropicalista, onde é possível perceber como “a mais significativa ruptura na linguagem estética brasileira em todos os campos”.

celebrada, sua atuação como jornalista cultural é o foco desta análise, representando um campo de intensa experimentação estética e crítica radical em uma época de profunda transição de costumes e repressão política da ditadura militar: “mestre da palavra, o grande tradutor poético de sua geração, por meio de suas letras traduzia sensível, apaixonada e desesperadamente as angústias de um período ditatorial, marcado pela repressão (Castelo Branco, 2024, p. 138)

Andrade (2012) narra, no estudo biográfico que fez do músico piauiense, que aos 9 anos Torquato já escrevia poemas, além de começar leituras densas e complexas muito cedo, pedindo ao pai a coleção das obras completas de Shakespeare aos 13 anos e, mais adiante, a obra de Machado de Assis, além de outros grandes escritores como Camões, Castro Alves, Olavo Bilac, Fagundes Varela, Casimiro de Abreu e Gonçalves Dias.

Os pais de Torquato queriam que ele seguisse a carreira de diplomata ou na advocacia, mas, em 1963 o teresinense, começou a estudar Jornalismo na Universidade do Brasil, atual a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No mesmo ano, ele vem para Teresina e consegue um documento que permitia que Torquato atuasse também como jornalista, mostrando que: “sua real vocação era escrever, o jovem passou a insistir que queria prestar vestibular para o curso de Jornalismo, e que o Rio de Janeiro era o melhor campo de trabalho para a profissão” (Cardoso, 2012).

O estudante de Jornalismo, que saiu de Teresina para o Rio de Janeiro, tem que trancar o curso para começar a trabalhar após o golpe militar de 1964.

O golpe, num primeiro momento, perpassa a vida de Torquato com o fim de sua jornada universitária, com trancamento do curso de jornalismo, do qual ele já não era participante muito ativo. Mesmo sem terminá-la, usa dos conhecimentos adquiridos para, finalmente, adentrar na carreira de jornalista trabalhando na Air Press, agência de notícias instalada no aeroporto do Galeão, na qual fazia notas sobre as celebridades e pessoas importantes que desembarcaram na cidade. (Santos, 2024)

Por escrever muito bem, o piauiense foi convidado para comandar uma coluna quase diária no Jornal dos Sports.⁵ O espaço do jornal era chamado Música Popular e, por conta da periodicidade do veículo midiático, o poeta abandonou os outros dois empregos para assumir integralmente a função, atuando no jornalismo cultural. Conforme explica Santos (2004), Torquato, ainda muito jovem, transformou o espaço não apenas em uma coluna de crítica, mas em um laboratório de linguagem e um manifesto contracultural, pavimentando o caminho para

5 Conforme explica Couto (2010), o jornal foi fundado em 1931 e surgiu no Rio de Janeiro, contribuindo com o jornalismo esportivo carioca e após ter as atividades encerradas voltou a atividade em 2022.

o conceito de ‘Geleia Geral’, nome da música que é tida como símbolo da Tropicália⁶ e a coluna com textos de Torquato Neto.

Entre o exposto e delineados os traços significativos da trajetória de Torquato Neto no jornalismo, este artigo busca entender como foi a trajetória do piauiense como jornalista e sua produção, com enfoque na coluna Geléia Geral Revisitar o caso de Torquato Neto a partir da perspectiva da hermenêutica filosófica de Ricoeur, que foi usada como uma das bases do estudo, busca-se explicar a forma que o poeta atua como mediador de ideias, contribuindo para o funcionamento da espiral de conhecimento proporcionada pela filosofia usada.

O presente artigo é norteado pelo seguinte problema de pesquisa: de que maneira podemos associar a práxis jornalística de Torquato Neto durante sua trajetória, com o foco na coluna Geléia Geral e, através de estudos do círculo hermenêutico de Ricoeur, entender como seus escritos conectam as mimeses I e III (Pré-configuração e configuração, respectivamente) Para responder esse questionamento, o objetivo deste artigo é analisar, a partir de uma metodologia de análise crítica de um amplo referencial teórico de produções científicas que abordam as obras de Paul Ricoeur e Torquato Neto, a trajetória de Torquato, com o enfoque na coluna “Geléia Geral”, buscar discussões para contribuir com as discussões sobre a problemática situada. O percurso metodológico adotado será a aná-

6 Temos em Geléia geral exemplo de canção - manifesto do tropicalismo, onde Torquato teve a ousadia de expressar as propostas e contradições da síntese artística Tropicalista, buscando diálogo com as diversas expressões culturais vigentes.(Rost, 2017, p. 68)

lise de estudos dos escritos do poeta piauiense, complementada pela revisão bibliográfica de pesquisas sobre o artista, que foi um crítico dos conceitos de vanguarda e representante da contracultura brasileira, além de claro a obra de Ricoeur, com o círculo hermenêutico filosófico explicado através do viés jornalístico. A justificativa deste trabalho reside na necessidade de discutir os impactos da narrativa da produção de Torquato Neto, situando-o na atualidade, conforme a filosofia hermenêutica de Ricoeur, interagindo com o passado para melhor compreender o presente.

Este artigo contempla, além desta introdução, dois tópicos de referencial teórico, começando na discussão sobre o círculo hermenêutico de Ricoeur, traçando uma comparação com o jornalismo e, logo em seguida, aprofunda-se na coluna Geléia Geral. Um tópico sobre metodologia aparece logo em seguida. As discussões sobre os objetivos deste artigo vão estar situadas nas considerações finais, finalizando com as referências bibliográficas usadas na produção deste artigo.

Círculo hermenêutico de Ricoeur

A filosofia hermenêutica de Paul Ricoeur se preocupa em entender o ser-humano em sua historicidade. Conforme a citação de Fonseca (2003), a hermenêutica não é só um trabalho de apropriação do sentido dos textos, mas, sobretudo, um trabalho de compreensão de nós próprios e do mundo em que vivemos. Essa perspectiva justifica o resgate da memória de Torquato Neto. O que Ricoeur propõe é que o sentido de um

texto é assimilado e integrado à compreensão que o indivíduo tem de si mesmo no presente, sendo, no caso deste estudo, a obra de Torquato Neto, o mediador essencial desse processo. Ao analisarmos a escrita do piauiense, principalmente nas produções da coluna Geléia Geral, buscamos entender como sua crítica radical afetou a subjetividade na época da sua produção e deixou um legado que nos oferece uma gama de conhecimentos e entendimento do mundo.

Na perspectiva de Ricoeur, toda a filosofia se estabelece como hermenêutica. Isso se deve ao fato de que o processo de interpretação visa superar as distâncias e divergências culturais, promovendo a sintonia entre o leitor/intérprete e o texto, que se apresenta inicialmente como estranho. Assim, o sentido do texto é assimilado e integrado à compreensão que o indivíduo tem de si mesmo no presente, sendo essa a mediação essencial proporcionada pela própria obra.⁷

O círculo hermenêutico proposto por Ricoeur é dividido em três etapas, que ele define como mimeses. Como explica bem Barros (2012), a filosofia ricoeuriana denomina esses três momentos do “círculo hermenêutico” de mimesis I, II e III, considerando cada um desses três momentos como instâncias criadoras e que colocam em ação o poder humano da imaginação e da representação do mundo.

Essa estrutura dialética surge dos estudos de uma aporética temporal de Santo Agostinho e uma poética narrativa de Aristóteles, que, desde o primeiro volume da obra de

7 Fonseca, 2016, p. 3.-4

Ricoeur, são apresentadas⁸: “é, portanto, no desenrolar de suas ponderações sobre os possíveis encontros entre a aporética temporal e a poética narrativa que surge o círculo hermenêutico, proposto em três momentos miméticos: prefiguração, configuração e refiguração (Rêgo, Barbosa 2019).

(1) a prefiguração do campo prático, que se aproxima do Viver na sua versão mais indiferenciada (2) a configuração textual deste campo (que coincide com o texto construído como intriga pelo historiador); e, por fim, (3) a refiguração pela recepção da obra (este último aspecto envolve a papel recriador do leitor que apreende a narrativa historiográfica, o que também ocorre para a narrativa ficcional). (Barros, 2012, p. 18)

Na citação acima, o sujeito que intermedia os três momentos é o historiador, atuando como construtor da intriga. No entanto, o jornalista pode ser um mediador de narrativas com função similar, a exemplo de Torquato Neto, quando escreveu na coluna na “*Geléia Geral*”, no espaço do tradicional do Rio de Janeiro que será analisada neste artigo.

O jornalista está inserido predominantemente no momento da mimese II do círculo hermenêutico de Ricoeur. Contudo, Carvalho (2012) alerta que, diferentemente de outros narradores, como o historiador, exige-se do profissional da imprensa uma ética rigorosa situada na mimese I, sendo necessário um conhecimento de mundo atrelado aos fazer jornalístico, para

8 “Eles nos propõem duas entradas independentes no círculo de nosso problema: um pelo lado dos paradoxos do tempo, o outro pelo lado da organização inteligível da narrativa. (Ricoeur, 1994, p.16)”

chegar no leitor da forma adequada. O não cumprimento desse rigor ético pode levar ao colapso da confiabilidade, ou seja, da credibilidade jornalística.⁹

A mimese I, no jornalismo, seria o mundo antes do fato, com as estruturas de poder, as simbologias e as temporalidades, o estado pré-configurado da informação a ser repassada, sendo necessária uma criticidade ética para compreender a sua complexidade. “Vê-se qual é, na sua riqueza, o sentido de mimese I: imitar ou representar a ação, é primeiro, pré-compreender o que ocorre com o agir humano: com sua semântica, com sua simbólica, com sua temporalidade” (Ricoeur, 1994, p.101).¹⁰

Já na mimese II o jornalista é aquele que produz a narrativa, como aponta Carvalho (2012), o ato de tecer a intriga, sendo a intriga a mediadora entre o mundo que precede a narrativa e o que vem após a colocação em circulação, atribuindo sentido a notícia e sendo um mediador e atuando como uma ponte entre a primeira e última etapa do processo espiralar da hermenêutica ricoeuriana, para chegar na última etapa do processo para que surja novamente de uma outra forma, já que as possibilidades são infinitas. O professor também aponta que as narrativas jornalísticas são parte do que Paul Ricoeur denomina como o próprio esforço de apanhar o tempo, de humanizá-lo.

9 “O traço que mais se evidencia em mimese I é a sua exigência de uma necessidade ética, posto que enraizada em situações concretas do mundo de referência para a narrativa que logo em seguida surgirá (Carvalho, 2012, p. 176)

10 *apud* Carvalho

A mimese III, o fim do ciclo, o momento que o leitor do produto jornalístico absorve aquele conteúdo, no seu tempo e momento e entende da sua maneira, a partir das suas subjetividades e conhecimento do mundo. A narrativa é criada pelo jornalista, que intermediou o processo, sendo sujeito ativo no processo filosófico. Podemos dizer, segundo (Carvalho, 2012. p. 171). que aquele conteúdo produzido pelo jornalista, é reapropriada no ato de leitura, configurando novas narrativas a partir de quem lê, proporcionando a criação/recriação da realidade, processo que segue se repetindo já que o círculo é eterno, assim semelhante a simbologia do ouroboros.¹¹A “Mimese III convoca, portanto, o leitor da narrativa a integrar-se na trama, mas como já aludido, não de forma passiva, e sim como quem exerce o papel de refiguração, tornando completo o círculo hermenêutico (Carvalho, 2012, p. 178)”.

Esclarecida essa questão de compreensão da discussão hermenêutica da filosofia de Ricoeur artigo, vamos falar sobre a coluna Geléia Geral, o auge dos produtos jornalísticos deixados pelo poeta piauiense, que produziu uma narrativa única, que rende muitos estudos que atravessam a subjetividade do poeta, que escreveu com uma simbologia única, sendo suas obras reconhecidas como cultura nacional (Agência Senado, 2023) e servindo de referência para a construção de uma narrativa única, que pode ser abordada em outros estudos.

11 “O ouroboros representa o mundo em todo o seu processo de devir. A sua forma circular transmite um sentido de movimento eterno e transformação, metaforizando noções de espaço e tempo. (Neves, 2024)”

Geleia Geral

A introdução deste artigo abordou de forma breve a trajetória de Torquato Neto no jornalismo, sendo a coluna Geléia Geral considerada o ápice da sua produção jornalística. Publicada no jornal Última Hora, do Rio de Janeiro, entre os meses de agosto de 1971 e março de 1972, a coluna foi a mais linear e duradoura no curto percurso de Torquato na imprensa. Conforme Cardoso (2025), o teresinense assinou 142 colunas, com textos sobre os mais variados assuntos, mas a maioria deles relacionados à cultura da década de 1970.

A coluna circulou durante o período da ditadura militar e o jornal Última Hora era um veículo jornalístico tradicional, sofrendo ameaças e censuras, mas o piauiense Torquato usou o espaço de forma estratégica como resistência cultural, além de recorrer a uma linguagem experimental, difundido a contracultura, sendo uma expressão do *new journalism* nos anos 70¹²

O *new journalism*, por essa razão, funcionou como uma máquina de guerra, uma vez que seu que foi usado como uma forma de contestar a forma engessada com que o jornalismo tradicional atuava, de posicionar-se contrário aos ditames da racionalidade que o regime ditatorial impunha e, no mesmo gesto, fazer do jornalismo um espaço estranhado à arte, aberto ao experimentalismo linguístico e à estética marginal (Cardoso, 2025, p. 57)

12 **new journalism** é um fenômeno que se posiciona na contramão do jornalismo oficial, uma expressão em potencial da chamada imprensa *underground* surgida nos Estados Unidos na década de 1960 (Demetrio, 2007)

O espaço comandado pelo jornalista piauiense tinha de tudo um pouco, conforme Brasileiro (2012, p. 2), a coluna Geléia Geral se destacava por sua natureza inclusiva, comportando desde análises críticas sobre as tendências artísticas e polêmicas da época até o registro de eventos culturais, incluindo a publicação de poemas e depoimentos. Tais textos eram caracterizados pela concisão, pela combinação inovadora de vocabulário, pela crítica incisiva e por momentos de lirismo.

Escute, meu chapa: um poeta não se faz com versos. É o risco, é estar sempre a perigo sem medo, é inventar o perigo e estar sempre recriando dificuldades pelo menos maiores, é destruir a linguagem e explodir com ela. Nada no bolso e nas mãos. Sabendo: perigoso, divino, maravilhoso. Poetar é simples, como dois e dois são quatro sei que a vida vale a pena etc. Difícil é não correr com os versos debaixo do braço. Difícil é não cortar o cabelo quando a barra pesa. Difícil, pra quem não é poeta, é não trair a sua poesia, que, pensando bem, não é nada, se você está sempre pronto a temer tudo; menos o ridículo de declamar versinhos sorridentes. E sair por aí, ainda por cima sorridente mestre de cerimônias, “herdeiro” da poesia dos que levaram a coisa até o fim e continuam levando, graças a Deus. E fique sabendo: quem não se arrisca não pode berrar. Citação: leve um homem e um boi ao matadouro. O que berrar mais na hora do perigo é o homem, nem que seja o boi. Adeusão. (Torquato Neto, 2004, p. 227)¹³

O texto acima foi publicado em 15 de setembro de 1971 e foi intitulado de “Pessoa Intransferível”. De acordo com Brito

13 *apud* Lage (2010, p. 57-58)

(2024), a existência de Torquato Neto se configura como uma constituição de linguagens errantes que o conformam, que o formatar enquanto ser e o tornam um sujeito agente e comunicador de suas impressões a respeito do mundo, mostrando uma conexão com o que foi discutido durante as páginas deste estudo. O poeta piauiense é, nesta breve análise, um formador de realidade a partir das suas subjetividades contribuindo para o entendimento de mundo, configurando a pré-configuração de uma forma torquatiana e oferecendo os mais diversos sentidos para o leitor de sua obra.

Em junho de 1972, Torquato durante uma entrevista definiu sua coluna como um espaço para abordar problemas gerais e de vida, que uma geração inteira teve que enfrentar, sendo o mediador do processo que liga a primeira e última fase do círculo hermenêutico de Ricoeur. “Eu tentei, durante nove meses, fazer uma coluna reflexa, um alto-falante, um retrospecto também... exatamente no momento em que o Pasquim tava falindo, como uma coisa realmente importante, quente. Depois que deixei de curtir a coluna, eu deixei de fazer (Cardoso, 2025, p. 50).”¹⁴

A produção de Torquato contribui para a criação do jornal *Gramma*, que despontava como primeira iniciativa de arte experimental no Piauí.¹⁵ Definir o poeta é difícil em páginas limitadas, pois é necessário entender em que espaço o poeta

14 ARAÚJO NETO, Torquato Pereira de. Torquato Neto, verbo desencantado. O Dia. Domincultura, 18 de junho de 1972. In: KRUEL. Kenard. Torquato Neto ou a carne seca é servida. Teresina. 2ªed. Zodiaco. 2008. p. 577-581.

15 (Brito, 2024, p. 73)

existia no mundo, além de seus textos e produções, que era a forma de Torquato Neto expressar sua subjetividade adquirida da sua criação e muitos outros fatores que podem ser pesquisados para compreender melhor a narrativa do artista piauiense.

Metodologia

A metodologia que orienta este artigo é de revisão bibliográfica, uma abordagem analítica crítica que busca contextualizar os referenciais teóricos para uma discussão sobre a narrativa do jornalista piauiense no viés da filosofia ricoeuriana. Neste trabalho, a análise crítica será empregada para mergulhar no jornalismo de Torquato Neto, observando como sua atuação foi moldada pelo contexto da contracultura e da repressão da ditadura militar, que fez o compositor trancar o curso de Jornalismo após o golpe militar e começar a trabalhar na área.

Para Lawrence Grossberg (2010)¹⁶, a contextualização é mais que um pano de fundo: é o gesto metodológico que faz do contexto o próprio objeto em discussão. Portanto, o foco não é apenas na vida de Torquato, mas em como o período em que ele viveu influenciou a linguagem e o tom de sua crítica. O corpus da revisão bibliográfica é formado por uma seleção de textos que estudam Torquato Neto e a hermenêutica de Ricoeur, usando sua filosofia do ciclo das mimesis para uma dis-

16 (Brito, 2024, p. 73)

cussão sobre a produção jornalística do piauiense, com ênfase na coluna “Geléia Geral”.

Um olhar complexificador sobre o tema na cultura das mídias envolve, de tal maneira, não apenas observar quais usos são feitos da narrativa ou qual a qualidade das histórias que circulam, mas tentar alcançar o que nossas narrativas contextualmente observadas dizem das nossas condições de compreender e agir sobre a nossa própria historicidade. (Manna, 2020)

Conforme orienta Martino (2018, p.196-197), o artigo precisa ser conciso, e a revisão bibliográfica propõe modos de organizar textos, mostrando os principais caminhos para um determinado assunto, como feito neste estudo: “ao contrário do que o nome diz, não tem nada a ver com a “bibliografia” ou o referencial teórico de um texto. A palavra “bibliografia”, aqui, significa “pesquisas realizadas e publicadas sobre um determinado assunto”.

Considerações finais

O objetivo de mapear o legado de Torquato Neto através da sua narrativa foi parcialmente alcançado ao se mostrar que sua obra no jornalismo cultural funciona como um mediador essencial no processo espiralar de conhecimento, fazendo parte da tessitura do processo de compreensão do mundo. Aqui analisamos um recorte de quem foi o poeta, abordando seu lado jornalístico, mas o que Torquato representa gera muitas outras discussões. Esta pesquisa procurou fomentar outros estudos

relacionados à compreensão da narrativa do piauiense. A justificativa do trabalho relacionou a situação do jornalista-poeta no processo de conhecimento filosófico de Ricoeur, através das etapas da mimese, compreendidas no viés do jornalismo, relacionando tempo e narrativa. O estudo foi validado a partir da análise de um texto da coluna “Geléia Geral”, mostrando a possibilidade da leitura da obra do artista em transformar a aporética temporal em poética narrativa, tornando o vivido em texto legível e, subsequentemente, em experiência refigurada.

A coluna “Geléia Geral”, publicada no Última Hora, constituiu a Mimese II: ato de configurar a intriga. Os achados confirmam que Torquato, atuando como mediador de narrativas com função similar à do historiador, transcende o formato tradicional. A “Geléia Geral” consolidou-se como um “laboratório de linguagem e um manifesto contracultural”. Com 142 colunas sobre variados assuntos culturais, o jornalista empregou o experimentalismo do New Journalism dos anos 70, que funcionou como uma “máquina de guerra”. Essa estratégia contestou a forma engessada do jornalismo oficial e se posicionou contrariamente aos ditames da racionalidade impostos pelo regime ditatorial. A Mimese II de Torquato Neto foi, assim, uma configuração estética ativa que garantiu a ponte entre a experiência pré-figurada e a recepção.

O ciclo hermenêutico se completa na Mimese III (Refiguração), quando o leitor reapropria o conteúdo. A investigação confirmou a potência deste momento para a atualidade: a crítica radical e a experimentação estética de Torquato “rever-

beram na produção jornalística atual”, oferecendo um legado crucial para a crítica cultural contemporânea. Conforme a hermenêutica de Ricoeur, o sentido do texto é assimilado e integrado à compreensão que o indivíduo tem de si mesmo no presente. A obra de Torquato, reconhecida como manifestação cultural nacional, é o operador teórico-prático que solidifica sua pertinência epistemológica como figura mítica, ligando a vanguarda e a contracultura do passado aos dilemas atuais. O ciclo hermenêutico, metaforizado pela simbologia do Ouroboros, é eterno, e este estudo confirma que a Mimese III de Torquato Neto é um convite ativo à refiguração e à recriação do real pelo leitor.

Embora o estudo tenha elucidado a articulação mimética, ele se restringiu à coluna “Geléia Geral” no período de 1971 a 1972. Sugere-se que pesquisas futuras possam aprofundar os textos do poeta e seus impactos, como, por exemplo, a análise da contribuição de Torquato Neto na criação do jornal *Gramma*, a primeira iniciativa de arte experimental no Piauí.

Como finaliza Carvalho (2012, p. 186), a tríplice mimese torna-se mais que uma forma de perceber o mundo prefigurado da primeira etapa do processo, sendo uma espécie de referência, de ancoragem e partida para os processos de configuração, abertos às reconfigurações dos leitores de Torquato Neto. Esse processo hermenêutico potencializa as narrativas jornalísticas a partir de suas dimensões éticas e estéticas, emergindo no fim do processo os traços das sociedades nas quais essas narrativas são produzidas e veiculadas.

Esta expansão permitirá entender em que espaço o poeta existia no mundo para além de seus textos, explorando a totalidade de sua subjetividade e sua influência como referência para uma coletividade regional. Esta agenda garantirá que o círculo hermenêutico ricoeuriano siga se repetindo, já que as possibilidades de interpretação são infinitas.

Referências

AGÊNCIA SENADO. Obras de Torquato Neto são reconhecidas como manifestação cultural nacional. **Senado Federal**, Brasília, 1 dez. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/12/01/obras-de-torquato-neto-sao-reconhecidas-c-omo-manifestacao-cultural-nacional>. Acesso em: 1 nov. 2025.

ANDRADE, Rodrigo de. **Torquato Neto: uma poética da contracultura**. 2008. n.p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008.

BARBOSA, Marialva Carlos; REGO LEAL, Ana Regina Barros. Tempo, memória e história da comunicação: um passeio teórico em torno de Paul Ricoeur. In: RODRIGUES, Carla; ROCHA, Samuel (orgs.). **Memória, história e esquecimento em Paul Ricoeur**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 21-44.

BARROS, José D'Assunção. Tempo e Narrativa em Paul Ricoeur: Considerações sobre o Círculo Hermenêutico. **Fenix: Revista de História e Estudos Culturais**, Vol. 9, Ano IX, nº1, Janeiro/Fevereiro/Março/Abril de 2012.

BRASILEIRO, Marcus Vinícius Câmara. A escrita de Torquato Neto na Geléia Geral Brasileira: a modernidade da contracultura. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 35.,

2012, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Intercom, 2012. p. 1-15.

BRANCO, Edwar de Alencar Castelo. **Todos os dias de paupéria:** Torquato Neto e a invenção da Tropicália. 2. ed. rev. e ampl. Teresina: Cancioneiro, 2024.

BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. **Torquato Neto e seus contemporâneos:** vivências juvenis, experimentalismos e guerrilha semântica. 2. ed. Teresina: Cancioneiro, 2024. 250 p.

BUENO, André. **Pássaro de fogo no terceiro mundo:** o poeta Torquato Neto e sua época. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

CARVALHO, Alisson. Teresina, a chapada do corisco. **Geleia Total**, Teresina, 15 ago. 2022. Disponível em: <https://www.geleiatotal.com.br/2022/08/15/teresina-a-chapada-do-corisco/>. Acesso em: 1 nov. 2025.

CARVALHO, C. A. de. Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur. **Matrizes**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 169-187, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143024819012>. Acesso em: 17 de novembro de 2025.

CARDOSO, Natanael da Silva. **“Poetas rendem chefe de redação”: a influência de Torquato Neto na construção de um jornalismo contracultural na Teresina da década de 1970.** 2025. 144 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2025.

COUTO, André Alexandre Guimarães. Uma arena de notícias: a fundação do Jornal dos Sports e os seus primeiros editoriais. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO, 14., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UNIRIO; ANPUH-RIO, 2010. p. 1-8. ISBN 978-85-60979-08-0. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/dossie02/index.php>. Acesso em: 16 de novembro de 2025.

FONSECA, M. de J. M. da. Introdução à hermenêutica de Paul Ricoeur. **Millenium - Journal of Education, Technologies, and Health**, (36), 2016. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/millenium/article/view/8284>. Acesso em: 17 de novembro de 2025. LAGE, Patrícia Rodrigues Alves. **A poética de Torquato Neto: Tradição, Ruptura e Utopia**. 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Crítica Literária) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

MANNA, Nuno. Narrativa e a experiência do tempo histórico: uma perspectiva contextual e conceitual para análise de processos comunicacionais. **Revista Latinoamericana en Comunicación, Educación e Historia**, Córdoba, Argentina, n. 2, ano 2, p. 37-52, 2020.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em comunicação**: projetos, ideias, práticas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Tradução Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papyrus, 1994. (Obra em 3 v. Publicado v. 1).

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Tradução Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papyrus, 1997. (Obra em 3 v.).

ROST, Isis. **O Risco do Berro**: Torquato Neto: morte e loucura. 2. ed. revista e ampliada. São Luís: Edição da autora, 2018. 272 p.

ROST, Isis Diana. **Torquato Tristeza Teresina**. Teresina: Universidade Estadual do Piauí, 2020.

SANTOS, João Vitor Assad dos. **Torquato Neto e a Geléia Geral**. 2024. 40 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

ESPAÇO AGRÁRIO E MEMÓRIA: REFLEXÕES SOBRE O MEIO RURAL¹

Antonio Davi Alves de SOUSA²

Mestrando

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Resumo

Este artigo busca analisar o conflito direto e indireto que existe na dualidade do meio rural, travada entre uma agricultura que pauta sua produção na exportação e uma agricultura feita por comunidades tradicionais, que visam a produção apenas para a reprodução de seus modos de vida. Ao longo da exposição buscamos associar o uso de mídias e tecnologias como forma de disseminar no imaginário da nação brasileira a noção de Brasil como um país tradicionalmente agroexportador, noção essa que parte do centro do poder, o Estado e a elite nacional que se configura como uma minoria que volta políticas públicas apenas para o setor rural de agricultura modernizada. Consolidada essa ideia como uma forte identidade da população brasileira, utilizamos o conceito de *memória* para relacionar com o modo de vida de comunidades tradicionais, que possuem uma quantidade volumosa de produção cultural, que é perdida e emancipada da memória, ou do imaginário da população, problematizando assim o conceito de nação aplicando à realidade brasileira.

1 Trabalho apresentado no GT 3- Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com História Contemporânea, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.

2 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da UESPI, email: antoniosousa1999@aluno.uespi.br

Palavras-chave

Espaço agrário; Memória; Globalização; Desenvolvimento;

Introdução

Estudar o espaço agrário brasileiro na atualidade é deparar-se com uma grande contradição, havendo o mesmo se tornado uma batalha assimétrica entre a consolidação de uma lógica capitalista global, em que de um lado prevalece os interesses de uma minoria de produção para a exportação (agronegócio), e do outro – o mais fraco dessa beligerância socioeconômica – há comunidades tradicionais que vivem e sobrevivem no meio rural de um país que consolidou sua economia na produção de *commodities*.

Foi consolidada no imaginário da população brasileira, a imagem do Brasil como um grande exportador de produtos agrícolas, o “celeiro do mundo”, que abastece muitas outras nações ao redor do globo. Sabe-se que essa noção de Brasil como um país agroexportador é uma característica nossa desde o início da formação do território. Autores como Caio Prado Junior, em seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo* (2011), e Celso Furtado em sua obra *Formação Econômica do Brasil* trazem em suas obras ideias críticas que nos permitem observar como foi feita a estruturação da economia brasileira fundamentando a exploração dos recursos naturais em prol do desenvolvimento econômico, o que por consequência afastaria qualquer outro modo de ser e de viver da própria *vida como ela é*, apagando a existência de sujeitos e suas respectivas formas de vida que fo-

gem da lógica capitalista e de (re)produção do capital no meio rural. Deve-se levar em consideração que os sujeitos do campo que vivem atualmente em uma lógica alheia à do agronegócio possuem consigo uma invisibilidade social, já que seu modo de viver no campo não atende ao que é propagado como o único possível em um viés mercadológico da terra.

Nessa perspectiva, tem-se como objetivo analisar como se deu a afirmação do entendimento de espaço rural no Brasil como um local de pertencimento não às comunidades tradicionais, mas a uma elite latifundiária que se reproduz há séculos com um poder centralizado. Como foi construída essa *memória* de que nosso país sempre teve e ainda tem suas atividades econômicas rurais centradas em um modelo de produção para exportação? Serão utilizadas, para entender melhor essa concepção, as considerações de Maurice Halbwachs sobre a *Memória Coletiva* (2006), o qual afirma que “Toda memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo” (Halbwachs, 2006 p.86). Ainda que Halbwachs afirme que a memória coletiva seja seletiva, é importante também entender como a imposição de uma memória de um país agroexportador influencia na identidade que é criada da nação. Deve-se atentar ao que é chamado de nação, composta por indivíduos que devem possuir objetivos comuns, sem deixar de lado a noção de que o bem estar individual é menos importante que o da unidade social (Elias, 1994). A partir dessa perspectiva, pode-se entender que a imposição do agronegócio globalizado sobre as comunidades tradicionais se dá de forma institucionalizada,

em que o Estado é um grande alicerce dessas causas, por meio de políticas públicas que tornam o modelo agroexportador indispensável à economia brasileira.

Será combinado, então, um ponto de vista que versa entre a prevalência de uma ideia de meio rural composto por uma produção voltada para a exportação e como essa noção domina o imaginário ou a memória coletiva frente às comunidades tradicionais.

Múltiplas Faces Do Espaço Agrário Brasileiro

O espaço agrário brasileiro é plural e diversificado, formando certos antagonismos no cerne da produção e da distribuição de terras. Mesmo que no Brasil sempre houvesse características de agroexportação, seria um equívoco afirmar que outras formas de vida no campo não existem. O discurso propagado é o de que a produtividade no campo deve superar qualquer obstáculo, dessa forma, cria-se uma *cultura* de que o Brasil é “gigante pela própria natureza” devido ao fato de que seus espaços são designados à uma produção de *commodities*, que no fim serão devidamente exportados, atingindo outras plagas e alimentando sujeitos que não os brasileiros.

Assim, sob o capitalismo monopolista mundializado, a agricultura passou a estruturar-se sobre uma tríade: a produção de *commodities*, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais. O primeiro termo da tríade teve como objetivo transformar toda a produção do campo em produção de *commodities* (mercadorias) para oferecê-la ao mer-

cado mundial. Ou seja, a produção de alimentos saiu da órbita da geopolítica como questão estratégica nacional, passando a ser simplesmente mais uma mercadoria a ser comprada no mercado mundial, independentemente de onde ela fosse produzida. (Oliveira, 2015, p. 240).

Pensar em um Brasil contemporâneo remete a muitos significados de *Brasis*. O que Ariovaldo Umbelino Oliveira (2015) expõe é que, dentro de uma conjuntura de neoliberalismo e globalização, a lógica capitalista ascende com mais veemência devido à facilidade que o pensamento mercadológico se expande. A terra não é vista mais como apenas um modo de sobrevivência das populações rurais, mas tomada como uma base da economia e da renda nacional.

Hoje, com a globalização, pode-se dizer que a totalidade da superfície da Terra é compartimentada, não apenas pela ação direta do homem, mas também pela sua presença política. Nenhuma fração do planeta escapa a essa influência. Desse modo, a velha noção de ecúmeno perde a antiga definição e ganha uma nova dimensão; tanto se pode dizer que toda a superfície da Terra se tornou ecúmeno quanto se pode afirmar que essa palavra já não se aplica apenas ao planeta efetivamente habitado. Com a globalização, todo e qualquer pedaço da superfície da Terra se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas nesta fase da história. (Santos, 2000, p. 40).

Milton Santos (2000, p. 32) afirma que “o período atual tem como uma das bases esse casamento entre ciência e técnica, essa tecnociência, cujo uso é condicionado pelo mercado”. O

mercado nos custa muito socialmente. O custo e a perda não vêm para o setor empresarial, mas para as comunidades que estão inseridas no meio rural do território brasileiro, mas que não possuem espaço para ser anunciadas, sendo assim “globalizadas” ou absorvidas por um processo externo. O que concerne é se atentar a uma capacidade de poder enxergar os invisíveis à lógica capitalista, por mais que sua exclusão se dê apenas por um movimento de poder (capital).

A sociedade rural é hoje formada por uma real, que vive da subsistência, da luta no campo, em alguns casos do trabalho assalariado e da manutenção de sua vida diária na roça, e uma *inventada*, que tem sua imagem vendida como um modelo a ser seguido por uma minoria que prevalece frente a práticas ditas rudimentares de produção rural. Não adianta apenas possuir sua terra, mas também haver condições para que seu modo de vida seja visto e admitido como real.

Ou seja, o acesso à terra era sim, necessário, mas para se manter nela é preciso que quem a recebeu siga todos os parâmetros impostos pelo capital e pelo Estado, perdendo sua cultura, sociabilidade e lógica próprias (Olesko, 2023, p. 206).

Como então resistir se para sobreviver é necessário se adequar a um modo de produção alheio ao vigente? O agro-negócio globalizado foi aceito como uma identidade nacional, marginalizando tudo aquilo que é distinto enquanto processo produtivo. O autor Eric Hobsbawm versa em seu livro *A invenção das tradições* (2024) sobre como criamos tradições, não em

um sentido literal, mas como a força política de um certo grupo pode incidir uma “tradição” sobre um vasto grupo. Baseado nesse excerto, questiona-se: O Brasil é “tradicionalmente” agroexportador?

Se for considerado que desde sua gênese o Brasil produz/extrai insumos agrícolas e os volta quase que exclusivamente para outras nações, a resposta é sim. Contudo, afirmar que isso é uma tradição é impor essa característica na construção de uma identidade nacional que é vinculada ao agronegócio como o setor que representa a moderna tecnologia da indústria brasileira.

Assim, ao colocar-se conscientemente contra a tradição e a favor das inovações radicais, a ideologia liberal da transformação social, no século passado, deixou de fornecer os vínculos sociais e hierárquicos aceitos nas sociedades precedentes, gerando vácuos que puderam ser preenchidos com tradições inventadas. (Hobsbawn, 2024, p. 15).

O agronegócio ganhou espaço no imaginário da população quando o mundo foi assistido pelo que se denominou de Revolução Verde, que visava uma produção de alimentos em larga escala, para suprir a demanda gerada por países subdesenvolvidos e pelos centros hegemônicos da economia internacional. (Dutra e Souza, 2018).

O modelo de agropecuária implementado no âmbito da Revolução Verde, como dito, teve influência decisiva do Estado. Mas, ao mesmo tempo, contribuiu na construção

das bases de fortalecimento e consolidação de grandes conglomerados econômicos ligados à produção agropecuária e setores paralelos. Criou as bases, como Complexos Agroindustriais, para hegemonia do que, posteriormente, classificaríamos como Agronegócio. (Dutra e Souza, 2018, p. 481).

A Revolução Verde então obteve resultados antagônicos ao que se era esperado. O processo já em vigência possibilitou o aumento da produtividade da cultura de grãos, como a soja, que demanda uma maior quantidade de terra e de insumos agrícolas. Dessa forma, espaços que eram denominados pelo Estado como “vazios demográficos” foram inseridos em uma produção voltada para a exportação. Destaca-se, ainda, a tamanha invisibilidade das comunidades tradicionais, cubos territórios, por não serem utilizados como meio de reprodução do capital, foram chamados de espaços vazios.

A modernização da agricultura nas décadas de 1970 e 1980 foi responsável por elevar a produção e produtividade de alguns grãos específicos, com destaque para a cultura da soja, que se inseriu no Brasil, definitivamente, neste processo. Este movimento produtivo e econômico foi marcado pela ação intencional do Estado brasileiro, durante o período militar (1964- 1985), no sentido de ocupar o que consideravam “vazios demográficos” (desconsiderando as comunidades indígenas, quilombolas, camponesas) e de inserir o país em um contexto de comércio internacional de grãos. Portanto, o papel do Estado, nesse contexto, foi determinante. O Cerrado foi devastado com apoio e conivência dos governos militares, entre 1964 e 1985. (Dutra e Souza, 2018, p. 481).

Adquire-se a partir desse momento um maior entendimento de como o Estado fornece os meios para que uma característica seja ajustada como uma marca da identidade nacional. A partir da Revolução Verde, e posteriormente com a modernização (ainda que seletiva) do campo, o Estado brasileiro propaga uma ideia de que o agronegócio é uma marca do brasileiro, e que a população depende economicamente das grandes produções existentes no espaço agrário brasileiro. Dessa maneira, Castells (2013), aponta que o nacionalismo é culturalmente e politicamente construído, mas o que realmente importa, tanto do ponto de vista prático quanto teórico é como, a partir do que, por quem e para que uma identidade é construída. Não precisamos de muito esforço metodológico para apontar que uma identidade enquanto nação é criada para atender as demandas do Estado e das elites que possuem poder político nessa mesma nação. Portanto, afirmar que o Brasil é tradicionalmente exportador de suas *commodities* não é um erro se observado pragmaticamente o território; contudo, ignora-se o fato de que a maior parte da população vivendo no campo possui modos de vida não condizentes com a prática da agricultura modernizada.

Os valores que esses homens encarnavam e representavam se opõem, em todas as épocas e em toda parte, à ganância e ao orgulho do dinheiro, do poder e, muitas vezes, do saber institucionalizado. Mas o que também temos de observar é que a independência dos trabalhadores rurais mantinha-se sempre na defensiva, ocupando o pequeno espaço que conseguia liberar. (Williams, 1989, p. 143).

Vive-se uma luta desequilibrada, em que as forças do poder estão centralizadas nas mãos de uma ínfima parcela da sociedade. Logo,

Os estudiosos dos movimentos camponeses sabem que quando numa aldeia se reivindicam terras ou direitos comuns ‘com base em costumes de tempos imemoriais’ o que expressa não é um fato histórico, mas o equilíbrio de forças na luta constante da aldeia contra os senhores de terra ou contra outras aldeias. (Hobsbawn, 2024, p. 9).

A tentativa de se equilibrar uma luta injusta contra os centros de poder parece cada vez mais impossibilitada. A simples presença de comunidades tradicionais no campo e o balbúcio de se anunciar, torna o espaço rural instável. O modo de vida capitalista engloba ao passo que exclui as comunidades de seus locais de origem, visando mais espaço para suprir uma demanda externa ou mais ainda, para suprir suas próprias demandas por mais lucro.

Diante dessa necessidade incessante por espaços a serem designados para a produção de *commodities*, as elites produtoras juntamente ao poder político estatal utilizam de cada vez mais tecnologias para a propagação de uma ideia de prosperidade econômica, o fazendo, assim, como parte da identidade nacional, inviabilizando a presença de outras *memórias coletivas*.

A Memória Coletiva Dos Brasis

Castells (2008, p. 69) define nações como “comunidades culturais construídas nas mentes e memória coletiva das pes-

soas por meio de uma história e de projetos políticos compartilhados”. A ideia de que o Brasil é um país agroexportador está enraizado em diversos elementos presentes na identidade nacional. Ao longo de toda a história brasileira, estiveram presentes ideias como “celeiro do mundo” ou o recente “o *agro é pop*, o *agro é tech*”, que são formas de propagar uma coletivização dos benefícios do agronegócio.

Existe uma narrativa hegemônica que centra na mídia, nos centros empresariais agrícolas e principalmente no Estado a redução da agricultura familiar, criando, assim, uma memória coletiva que não corresponde à totalidade, utilizando essa prática como forma de servirem aos interesses políticos e econômicos da elite no campo. O mito de o Brasil ser um país notadamente agroexportador beneficia em conjunto o Estado, que tem como finalidade a opulência, o seu desenvolvimento econômico.

Toda a arte do orador consiste talvez em dar àqueles que o ouvem a ilusão de que as convicções e os sentimentos que ele desperta neles não lhes foram sugeridos de fora, que eles nasceram deles mesmos, que ele somente adivinhou o que se elaborava no segredo de suas consciências e não lhes emprestou mais que sua voz. (Halbwachs, 2006, p. 47).

O Estado atua como esse orador que fala diretamente a todos os membros de sua nação, quando proclama o agronegócio como um pilar econômico do nosso país. Retomando o conceito de Castells sobre nação, vemos que se a construção política do Brasil se deu com a elite rural como detentora dos poderes

políticos, é comum entendermos que se perpetuou uma noção de rural como negócio, visto que essa visão atende às suas demandas. Até os dias de hoje, há produtores latifundiários que possuem um grande poder político em suas mãos, exercendo, assim, um desígnio de políticas públicas para uma minoria que gera mais lucro ao Estado.

Em uma era de fácil propagação de (des)informações, a força política da elite é convertida em uma popularização de um modo de vida que mostra a vida no campo com todos os eufemismos possíveis. A sociedade hodierna é tão refém dos meios de comunicação, e incapaz de discernir a informação da desinformação, que cai em um discurso de que somos todos parte de um todo, de que a sociedade brasileira é de fato uma unidade, que se compra a manifestação de que o “*agro é pop*”, uma vez que muitas das pessoas que defendem esse modo de vida não fazem parte do meio rural, ou desconhecem outros modos de se viver no campo, ignorando-os.

Em nossas sociedades nacionais tão vastas, muitas das existências se desenrolam sem contato com os interesses comuns do maior número daqueles que lêem os jornais e prestam alguma atenção nos negócios públicos. (Halbwachs, 2006, p.55).

Halbwachs escreveu seu livro no início do século XX, quando a mídia influenciava, mas não com tamanha proporção do que atinge o raciocínio da população contemporânea. Na contemporaneidade, há a televisão, o rádio, mas, acima de tudo, há a internet como um meio propagador de ideais que são ditas

como para o bem maior da população, e financiados em grande parte pelo aparato elite e Estado, sendo, como afirma Pierre Clastres (1979, p. 197) “Estado, diz-se é o instrumento que permite à classe dominante exercer o seu domínio violento sobre as classes dominadas”.

O que nos parece unidade é múltiplo, Para localizar uma lembrança não basta um fio de Ariadne; é preciso desenrolar fios de ‘meadas diversas, pois ela é um ponto de encontro de vários caminhos, é um ponto complexo de convergência dos muitos planos do nosso passado. Como transmitiríamos a nossos filhos o que foi a outra cidade, soterrada embaixo da atual, se não existem mais as velhas casas, as árvores, os muros e os rios de outra? (Eclea Bosi, 2003, p. 413).

Observa-se os movimentos que todo o aparato das elites rurais incide sobre comunidades tradicionais, visando sempre uma absorção de mais territórios “vazios” para atender primeiro à uma demanda externa por *commodities*, mas também por um modelo de produção que possibilita a entrada de divisas. A globalização aliada à Revolução Verde moderniza ao mesmo tempo que informaliza os processos financeiros ao redor do globo. Pode-se ver a influência desses processos quando se prevalece um modelo agrícola que nos rende uma moeda estrangeira, e esse movimento nos afasta de nós mesmos, dando prioridades ao desenvolvimento econômico e afastando da ideia de permanência das comunidades tradicionais no campo.

Identificam-se vários processos que contribuem para a criação de um imaginário popular, contudo,

Há acontecimentos nacionais que modificam ao mesmo tempo todas as existências. Eles são raros. Embora possam oferecer a todos os homens de um país alguns pontos de referência no tempo. Mas geralmente, a nação está longe demais do indivíduo para que este considere a história de seu país de outro modo do que como um quadro muito amplo, com o qual sua história pessoal não tem senão poucos pontos de contato. (Halbwachs, 2006, p. 79).

O contato da comunidade tradicional com a história nacional é muito recente, ainda que mais uma vez isso soe como uma grande incoerência. A comunidade tradicional é assim denominada por representar uma porção da sociedade brasileira que esteve e está permanentemente no território apenas em busca de reconhecimento, com base numa insistência e a resistência. A luta de movimentos políticos do campo trouxe consigo um significado engrandecedor a essas comunidades que vivem invisibilizadas por grande parte da população brasileira.

O direito de assumir uma identidade própria é vital para a construção da luta desses sujeitos. A identidade de acordo com Moraes (2015), é construída a partir da memória, seja ela derivada de indivíduos, grupos, comunidades ou do Estado. Logo, a identidade se constrói a partir da memória e da construção do território, em uma construção dialética, dentro do qual um modifica o outro. (Olesko, 2023, p. 205).

Meio Rural E (Des)Envolvimento Social

Entende-se que a necessidade de sobrepujança das vontades das elites e do Estado pelo projeto agroexportador se dá por conta de um desenvolvimento econômico, contudo, entende-se que, quanto mais o país se desenvolve economicamente, mais as comunidades tradicionais são postas de lado. Os modos de vida rurais tidos como tradicionais pelo seu pertencimento com a terra vão deixando de ser envolvidos pela mesma. Nessa perspectiva, acredita-se que o desenvolvimento econômico gera um (des)envolvimento social, em que as comunidades rurais deixam de se envolver com o meio em que sempre foram inseridas.

Assim, não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. E sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças (Halbwachs, 2006, p. 143).

Chama-se o desenvolvimento social de *não envolvimento* social, pois ele exclui ou debilita a convivência do que lhe é ori-

ginário de seu meio de vivência e sobrevivência. Comunidades que vivem no campo pois sua vida sempre foi difundida nesse espaço não podem deixar de ser envolvidas e separadas por um modo de produção exportador, que se localiza no mesmo espaço, mas não vive da mesma forma. Enxerga-se a terra apenas como uma mercadoria e não como um modo de viver.

Na sociedade primitiva, sociedade por essência igualitária, os homens são senhores de sua atividade, senhores da circulação dos produtos dessa atividade: não agem senão para si próprios, mesmo quando a lei de troca dos bens mediatiza, a relação direta do homem com o seu produto. Tudo se encontra alterado, por conseguinte, quando a atividade de produção é desviada do seu objetivo inicial, quando, em lugar de produzir apenas para si próprio, o homem primitivo produz também para os outros, sem troca e sem reciprocidade. (Clastres, 1979, p. 191).

Faz-se um paralelo neste momento com o pensamento de Pierre Clastres, em que é possível entender que o que deixa de envolver o humano e afasta sua relação com a terra é a inserção do meio capitalista de produção. O não envolvimento é agregado ao capitalismo, que enxerga o campo somente com as lentes da produção desenfreada, a busca do lucro e do desenvolvimentismo, mesmo que este gere um *(des) envolver* no meio rural.

Araújo e Freitas (2011, p. 70) afirmam que a noção de desenvolvimento como progresso é “filho do optimismo das Luzes, da fé na ciência e na religião do progresso”. Trata-se, então,

de uma afirmativa a qual permite concluir que tudo aquilo que vem antes do desenvolvimento deve ser superado, e que o este está sempre em busca de uma melhoria. Esse pensamento permite inquirir sobre tudo aquilo que é superado e deixado para trás nessa proposta de desenvolvimento, seria tudo realmente “descartável”? Deixar de se envolver com o meio em que se está inserido, com a sociedade, com a natureza, para que possa ser feita uma inclusão num meio global?

Inserir-se na modernidade significa excluir-se totalmente do meio em que se vive e ser englobado (não voluntariamente?) por diversos ideários ou em casos mais concretos, ideologias alheias à nossa realidade. Liev Tolstói (1828-1910) produziu um pensamento que afirmava que “Se queres ser universal começa por cantar a tua aldeia”. Uma reflexão sobre esse pensamento permite afirmar que somos cada vez mais globalizados por ideias que não refletem a realidade, afinal, globalizar significa também fragmentar tudo que é conhecido em partes menores, ao final, criando uma concepção de que somos parte de um todo muito maior. Não fomos, enquanto sul global, permitidos a cantar nossa aldeia, nossos regionalismos, nossas identidades, nos estabelecer enquanto detentores de conhecimento.

Daí assimila-se o desenvolvimento humano com o (des)envolvimento social do humano com o meio regional antes de sua transformação por forças externas. Segundo Viana (1999, p. 242), a formulação original dessa crítica ao desenvolvimento foi feita por um artista caíçara de Paraty, chamado Perequê:

Para o caiçara de Paraty, a chegada da estrada Rio-Santos nos anos 70 significou o começo da era do desenvolvimento. Até então, há alguns séculos, as populações caiçaras tinham uma vida muito adaptada às características das florestas, rios e mares das suas religiões. Era uma vida intensamente envolvida com a natureza. Logo pela manhã, às 4 ou 5 da madrugada, dependendo da maré e da lua, saía-se para pescar ou mariscar. No meio da manhã, depois do café, trabalhava-se na roça. Depois do almoço era hora de pescar ou continuar o trabalho na roça. Dependendo do dia, era a vez de fazer farinha; ir à mata retirar madeira para fazer a canoa, remo, etc; sair para caçar e colher planta medicinais; ou organizar actividades culturais tradicionais. Era um calendário de actividades muito intenso, de muito trabalho, desconhecido pela maior parte das pessoas dos centros urbanos. Com a chegada da Rio-Santos, chegou o des envolvimento. O caiçara, assediado por turistas deslumbrados pela pureza e beleza das suas terras, não resistiu à tentação e trocou seus terrenos por um 'monte de dinheiro'. Depois de alguns anos na cidade, o dinheiro se mostrou pouco e fugaz, e chegou a dor da fome, a tristeza da pobreza, a angústia da prostituição e marginalização dos filhos, e a saudade da terra natal. Chegou também o conhecimento sobre o que era des envolver” (Viana, p. 242, 1999).

Como afirma Porto-Gonçalves (2006, p.10), “a preocupação com a inserção na economia global é maior que a preocupação com a integração social interna”. Nessa perspectiva, urge uma necessidade de se anunciar formas de resistência de populações rurais, que se contrapõem ao que é estabelecido por forças maiores. Tratar o espaço rural como uma unidade não pode

ser confundido com um entendimento de que esse mesmo seja uniforme. (Amin e Vergopoulos, 1977).

Considerações Finais

Aos poucos, compreende-se que o espaço rural brasileiro que ainda é diverso dentro de suas devidas proporções é um espaço de luta de uma minoria que futuramente não terá mais espaço para resistir. Globalizar, integrar e internacionalizar são categorias presentes em discursos de desenvolvimento, e fica cada vez mais nítido que desenvolvimento econômico é concomitante ao (des)envolvimento social.

O Brasil pode ser o mesmo de séculos atrás, agroexportador, mas a sociedade rural não é mais a mesma de décadas atrás. O pequeno produtor só é denominado assim, pois o grande vence o conflito sem muito esforço. Logo, conclui-se uma reflexão que marca a contemporaneidade: qual a lembrança que permitirá ser eternizada na memória da nação?

Referências Bibliográficas

AMIN, Samir.; VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ARAÚJO, Alberto Filipe; FREITAS, Mário Jorge. Um estudo mitanalítico do (des)envolvimento: implicações educacionais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL ANTROPOLOGIA DO IMAGINÁRIO E EDUCAÇÃO DO ENVOLVIMENTO/DESENVOLVIMENTO, 2., 2008, Garanhuns. Anais... Garanhuns: [s.n.], 2008. p. 69-89.

BOSI, Ecléa. **A memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 2008.

CLASTRES, Pierre. Capítulo 11 – A Sociedade contra o Estado In: **A sociedade contra o Estado: investigações em antropologia política**. Cidade do Porto: Edições Afrontamento, 1979.

DUTRA, Rodrigo Marciel Soares; DE SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira. Cerrado, Revolução Verde e evolução do consumo de agrotóxicos. **Sociedade & Natureza**, v. 29, n. 3, p. 473-488, 2017.

ELIAS, Norbert. (Parte I). **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSBAWN, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024.

OLESKO, Gustavo Felipe. **Geografia agrária**. Editora Intersaberes, 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 19, n. 2, p. 228-244, 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In CECEÑA, Ana Esther (Org.) **Los Desafíos de las emancipaciones em um contexto militarizado**. Buenos Aires: Clacso, 2006. P. 151-197.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Editora Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VIANA, Virgílio Maurício. **Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras**. Ambiente & Sociedade, p. 241-244, 1999.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade: na História e na Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

A MANIPULAÇÃO DA VERDADE EM PRIMEIRO PLANO NA HISTÓRIA DO PRESENTE BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DE EXTREMISTAS.BR¹

Ivo Vinícius da Silva PIRES²

Mestrando

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Resumo

O trabalho tem o propósito de executar uma análise da construção do acontecimento no presente, de maneira que se compreenda quem ou quais grupos detêm a escrita da história na contemporaneidade. Nesse contexto, o Brasil atual tem sido atravessado por situações demonstrativas de que posicionamentos radicais e extremos tem esvaído o pleno debate de ideias. Logo, tornou-se recorrente a fabricação de informações a serem veiculadas como fatos e grupos que propõem uma reescrita da história do tempo presente, executada com o apoio do alcance das redes sociais. A fonte de investigação será o documentário Extremistas.br, produzido pelo serviço de streaming GloboPlay e lançado no ano de 2023.

Palavras-chave

História contemporânea; Política; Documentário; Reacionário; Internet

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 3- Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com História Contemporânea, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.
 - 2 Graduado em Licenciatura em história pela Universidade Federal do Piauí. Mestrando em história do Brasil pelo PPGHB- UFPI. Email: ivop0644@gmail.com.

Introdução

A história contemporânea brasileira tem testemunhado, sobretudo no alvorecer da segunda década do século XXI, uma escalada dos discursos de ódio no campo político. Em sua maioria, essas falas são repletas de agressividade e pronunciam condutas antidemocráticas em ataque à governança brasileira, entoadas por sujeitos que buscam defender a qualquer custo a verdade em que escolheram acreditar. Essas colocações ganharam fôlego por meio das redes sociais, visto que, na década supracitada atingiram um nível de congregação não visto até então. Influenciados por conteúdos consumidos nesse espaço, indivíduos de diferentes regiões do Brasil – e ainda do exterior – organizam-se em comunidades virtuais para partilhar entre si suas convicções.

Dessa maneira, é possível inferir que a internet passa a ser usada para manipular o comportamento de indivíduos a partir de informações falsas ou que privilegiem apenas um lado do ocorrido. Conscientes dos múltiplos usos a serem realizados no ambiente virtual e de sua capacidade de reduzir distâncias, membros de partidos políticos, militantes, marketeiros e demais sujeitos dispostos a promoverem a desinformação, passam a propagar com o intermédio das redes sociais, ideias falaciosas, com o propósito de desestabilizarem oponentes e prejudicar o pleno debate. Conforme analisa Matthew D'Ancona,

Essa tecnologia também foi um motor muito importante, primordial e indispensável da pós-verdade. Nos primeiros anos da web 2.0, muitos supuseram de forma otimista que a internet facilitaria o caminho para a cooperação e o pluralismo sustentável. Na prática, a nova tecnologia promoveu o amontoamento on-line e o refúgio em câmaras de eco. Como Barack Obama afirmou em seu discurso de despedida, em janeiro de 2017: “Nós nos tornamos tão seguros em nossas bolhas que começamos a aceitar apenas informações, verdadeiras ou não, que correspondem às nossas opiniões, em vez de baseamos nossas opiniões nas evidências que estão por aí”. Apesar de suas maravilhas, a web tende a amplificar o estridente e dispensar a complexidade. Para muitos – talvez a maioria – estimula o viés da confirmação, e não a busca pela divulgação acurada. (2018, p. 52)

De acordo com o que explicita o autor, a internet favoreceu a divulgação massiva de informações, redigidas de maneira a atenderem interesses específicos a partir de uma dada ocorrência. O desejo de ter razão e uma crença desproporcional naquilo que acreditam ser a verdade, incitou indivíduos a organizarem-se virtualmente em torno das mensagens elaboradas com o único propósito de satisfazer essa massa, sem importar a veracidade dos fatos reportados, mas apenas a conservação dessa mobilização. Segundo Castells (1999), o domínio do homem sobre o virtual se dá com a criação do *Word Wide Web*, o formato de site ao qual temos o costume de acessar nos dias de hoje, e sua premissa de que os indivíduos pudessem fazer uso desse dispositivo para fins pessoais.

Diante disso, A pesquisa tem o propósito de executar uma investigação relativa à produção do acontecimento no tempo contemporâneo, de maneira que se compreenda quem ou quais grupos detêm a escrita da história no presente, em um recorte que contempla as nuances atuais da história política brasileira. A fonte de investigação será o documentário *Extremistas.br*. No filme, o cineasta Caio Cavechini elucida a escalada do discurso de ódio no Brasil do tempo presente, a partir de acontecimentos que romperam as regras do jogo democrático e afloraram as emoções da população, por diversas vezes, insuflada a partir de informações distorcidas e perpetuadas. Objetiva-se ainda demonstrar as disputas de narrativas que permeiam o Brasil contemporâneo e clarificar como grupos políticos opostos fazem uso da internet para defenderem suas convicções e adquirirem apoio de mais sujeitos dispostos a saírem de sua realidade em prol de um mundo ideal.

Qual a verdade? *Extremistas.br* e as disputas pela história que assolam o presente;

Desse modo, o texto fará uso de sequências e depoimentos específicos da fonte, com vistas a embasar o objetivo central, por meio de exemplos práticos. No primeiro episódio da série, intitulado “indignação”, os diretores registram como se desenvolve a ação de um operador de marketing político, e qual seria o propósito de suas ações. Ele argumenta que a indignação é o fruto de seu trabalho, que “o barato é sentir que você mudou o jogo de alguma forma”. As colocações proferidas por ele dão

conta do quão problemática e ameaçadora é a conjuntura contemporânea, em que a verdade é posta à prova em prol de benefícios de um ou outro grupo. O que se acompanha nesse cenário é um compartilhamento massivo de informações falsas, tendenciosas ou reescritas, capazes de prejudicar processos eleitorais e colocar em xeque a plena difusão de ideias verdadeiras. Torna-se um grande desafio encontrarem-se caminhos que possam driblar um fenômeno de tamanha gravidade, que tem se tornado tão recorrente.

A manipulação da verdade na história do tempo presente brasileiro tem colaborado para a intensificação de discursos alinhados a posturas reacionárias, nas quais indivíduos se posicionam com entonações violentas em ataque a instituições democráticas, sem senso crítico para avaliarem a temática política que se esforçam para preservar a qualquer custo. O cotidiano foi atravessado por indivíduos que se encaixam nessa categoria, sobretudo, após as eleições de 2022. É notório que eles não temem mais expressar suas ideias e convicções, inclusive por esta ser uma maneira de ampliarem suas crenças a outros que venham a se identificar com elas. Nesse contexto,

O reacionário é uma figura política radical que segue à risca a lógica que o nome aponta – ele vai reagir. Vive obcecado pelo propósito de executar uma ação destrutiva, violenta e robusta contra os perigos que ameaçam uma sociedade como consequência da manifesta tendência da vida moderna à democratização. Sua capacidade de mobilização é alta no ambiente político de uma comunidade em que cada indivíduo está por sua própria conta,

não confia no outro e se apega exclusivamente aos pequenos núcleos de natureza privada, como os familiares ou religiosos. (Starling, 2022, p. 76)

Segundo aponta a historiadora Heloisa Starling, o reacionarismo se coloca avesso a regimes plenamente democráticos e anseia por um retorno a um passado mitificado, avaliado por ele como melhor do que o presente vivido. Todavia, esse desejo configura-se enquanto uma ficção, visto que, a exaltação ao tempo que já passou se dá em um caráter de negação aos eventos como realmente ocorreram, mas revisados ou até mesmo negados em determinados pontos. Alicerçado a isso, os sujeitos comumente induzidos a assumirem esse comportamento são aqueles que estão vulneráveis, imersos na lógica individualista da atualidade, em que discussões construtivas e trocas de ideias são solapadas por vivências voltadas cada vez mais a grupos restritos.

Na fonte, o espectador é apresentado a Ilze e Rosângela, duas mulheres que mudaram seus hábitos do cotidiano em prol da defesa dos ideais conservadores. Os posicionamentos assumidos por ambas possuem relação direta com a postura do ex-presidente Jair Bolsonaro, e suas condutas por vezes agressivas, em casos nos quais incitava violências, preconceitos e, sobretudo por meio de sua base aliada, deu fôlego à disseminação de notícias falsas que atribuía à oposição uma série de temáticas às quais afrontavam a moralidade e os bons costumes, em assuntos que desde uma suposta ideologia de gênero até o fechamento das igrejas. Bolsonaro soube utilizar a

seu favor a desesperança sentida por grande parte da população brasileira à época de sua campanha eleitoral. A seguir, está transcrito o depoimento concedido por Rosângela à equipe da série. Segundo ela,

O ativismo, o ativismo político, ele vai entrando dentro de você, do seu corpo assim, na sua mente, no seu coração, e vai te dominando e você não consegue delegar mais, você começa a querer pegar as rédeas, como se você estivesse em um campo de batalhas, estivesse na guerra, e você vai procurando o local que você tem que estar pra estar na guerra, pra estar no front. Nós ativistas proclamamos junto com esses médicos que existia a ivermectina, que a gente podia falar que caía a nossa conta, a titina, a gente chamava de titina, e muitas vidas foram salvas. Eu fui uma delas. E a esquerda avançando, o comunismo avançando, aí eu falei, eu vou pra guerra. Eu sai de madrugada aqui, fui três vezes de carro, pra Brasília, pra fazer ativismo. Se a gente realmente não for pro front, acabou a nossa liberdade. (Peçanha, 2023).

A fala detalhada acima traduz os perigos que cercam a república brasileira. O discurso de Rosângela Peçanha é carregado de ódio e ordem, evidenciados na utilização que ela faz de palavras e frases como “guerra”, “front” e “acabou nossa liberdade”. Além disso, ela enfatiza um perigo invisível, de que o Brasil estaria próximo a vivenciar um regime comunista, enxergando essa suposta realidade como um perigo descomunal para a prosperidade da nação. Essas condutas espelham pessoas que foram seduzidas pelo que foi preconizado por Bolsonaro e seus aliados, e estes vêem-se agora incutidos da nobre

missão de defender o futuro do país, sendo este, apenas possível se for comandado pelo líder que estes grupos conservadores reverenciam.

No episódio 4 da série, a equipe acompanha Ilze em uma manifestação a favor de Bolsonaro, ocorrida na avenida Paulista, em São Paulo, no mês de maio de 2021, quando a pandemia no Brasil ainda estava muito forte. Ali, a reacionária faz uma performance trajada com uma bata preta, peruca de fios desgrenhados com mechas brancas e um grande óculos de armação redonda e sem lentes. A narradora explica ao espectador que ela busca fazer uma alusão à Ministra Carmen Lúcia. Ela segura também uma placa com os dizer “support for president Bolsonaro – apoio para o presidente Bolsonaro, em português. Ilze conversa com uma família – pai, mãe e filha – que pedem para tirar uma foto com ela. Em seguida, afirma a eles para serem precavidos em evitar usar máscaras de proteção, pois elas supostamente concentram excesso de gás carbônico no sangue. Há um corte, e na cena seguinte, ela está na ciclovia e um ciclista cruza por ela fazendo com o dedo esquerdo um gesto que a insinua ser louca. Ilze retribui a provocação com os dizeres, “vai pra Cuba moleque”. Em seguida, ela detalha à equipe que a acompanha, quen a avenida Paulista parece haver muito mais “esquerdistas” que “conservadores”.

O posicionamento de Ilze escancara a radicalidade instaurada no país a partir da polarização política, e os riscos existentes para a constituição da história do presente do país. Em suas falas, ela insulta o poder de eficácia das vacinas fabricadas para

frear o avanço da covid-19³, se refere ao país cubano em tom de ameaça, propaga informações inverídicas que ferem condutas científicas, o que põe em risco a legitimidade do saber instituído. O que se nota assim, são brechas que se abrem a partir dessas colocações e dão margem para crenças infundadas e dificultam o acesso às informações verdadeiras. O excesso de discursos atravessados, com múltiplas ideias e sobretudo, excessivamente polarizados, demonstram as dificuldades de estudar a história do vivido na atualidade. Essa realidade está alicerçada à noção de tempo de transição. Segundo seu autor,

Desde o século XVIII, uma experiência básica do ser humano que vive na chamada modernidade é a de viver num tempo de transição. Os espaços das gerações que convivem se transformam tão rapidamente que as lições passadas pelos avós aos netos parecem inúteis. Vivenciamos rupturas experienciais num ritmo que nunca foi registrado dessa forma em séculos anteriores. Assim, os historiadores se veem confrontados com a tarefa de reconhecer a total alteridade do passado, a fim de confrontá-la com os processos de mudança do nosso próprio tempo. Por fim, são desafiados a incluir no cálculo também os possível rumo em direção a um futuro tão aberto quanto desconhecido. Sempre que surgem experiências novas, a experiência básica da transição se solidifica. (Koselleck, 2000, p. 276)

3 COELHO, Gabi; LEANDRO, Marcos. Boato tóxico espalha informação falsa sobre a máscara tornar o sangue ácido. 2020. Disponível em: < <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/boato-toxico-espalha-informacao-falsa-sobre-mascara-tornar-o-sangue-acido/?srsltid=AfmBOopFHkxibi8urMzhgnQLtBsLyjZegsc4lphAT9p3Kb9t7fyDMn4lC> >. Acesso em: 24 out. 2025.

O cenário ao qual Koselleck dedica-se a clarificar no trecho acima é relativo à velocidade com a qual os eventos se sobrepõem e mudanças repentinamente se desenvolvem na atualidade. Em alusão à fonte, percebe-se que essa noção reside nas disputas por uma verdade a ser estabelecida e seguida pela maioria, em detrimento de um mal que deve ser condenado. As memórias acerca de épocas anteriores se esvaem rapidamente, e a consequência disso é um presente que se dilui rapidamente, que dá espaço a um futuro desconhecido, que logo se torna familiar. Por esse motivo, tornou-se cada vez mais comum a ode a figuras mitificadas, que buscam se fincar a um passado ideal que deve ser perseguido e estabelecido por ferrenhos apoiadores. Fecham-se os olhos para as problemáticas do presente, regado sempre por novidades que se fazem imiscuidas de passado revisado, e são alimentadas por uma engrenagem digital que estimula sempre manipulação e a descrença em fatos bem fundamentados.

No que tange os aspectos metodológicos, a pesquisa está amparada no recurso de análise fílmica, visto que, a produção cinematográfica atua enquanto um objeto repleto de exames a serem executados, visto que, o enquadramento da câmera registra comportamentos múltiplos, passivos de contundentes interpretações, que por sua vez são meticulosamente escolhidos por seu diretor, a fim de delimitar aquilo que deve ser exibido e o que não deve. A partir da fonte, serão extraídos depoimentos concedidos por pessoas que foram atravessadas pelo campo digital e a partir do que nele consumiram ou

propagaram mudaram seus hábitos em prol de defenderem o que acreditam ser o correto. Além disso, com base naquilo que nela está contido, é possível apreender o contexto histórico de uma época, seja ela contemporânea ou passada. Outrossim, a partir da apreensão das informações contidas na produção, estas serão intercaladas com o referencial teórico com vistas a perceber as nuances que permeiam as discussões que abarcam o campo político brasileiro contemporâneo.

Com base no desenvolvimento já efetuado da pesquisa, infere-se inicialmente que a história contemporânea brasileira está à mercê de múltiplas possibilidades de reescrita. Ao tempo em que difundiu informações em uma velocidade inédita, a internet colaborou para a redução do senso crítico de diversos grupos sociais, mais interessados em difundirem o que consomem e menos conferirem a credibilidade das mensagens por eles lidas e propagadas em comunidades formadas por pessoas que compactuam desse posicionamento. Ansart (2019) defende que a organização em grupo é capaz de movimentar as paixões das pessoas, impossibilitando-as de questionar, mas apenas viver de acordo com a lógica do grupo do qual faz parte. A racionalidade exigida pela política é assim, atravessada pelo sentimento de solidariedade e união que permeiam esses ativistas.

Ademais, os depoimentos colhidos pela fonte e discutidos no trabalho dão conta de que as posturas de indivíduos reacionários representam riscos ao pleno debate de ideias, o que dá margem a um cerceamento de posicionamentos que ques-

tionem a verdade erguida por esses grupos, a partir das falsas informações acolhidas e propagadas por eles massivamente. Outrossim, é compreensível ainda que a série documental *Extremistas. br*, aqui posicionada no centro da análise, opera como uma fonte histórica necessária para a elucidação das dissidências políticas do presente brasileiro, na mesma medida em que não é isenta dos eventos que investigou, mas por meio dos depoimentos apresentados e das ocorrências narradas, buscam defender ideias daqueles que a produziram e ainda, atingir um determinado tipo de público.

Em consonância com os resultados já discutidos, conclui-se ainda que a fonte exemplifica por meio das atitudes documentadas como age no tempo presente o fenômeno conhecido como pós-verdade, no qual acontecimentos são distorcidos de seu cunho oficial, com o intuito de instaurar a dúvida e o questionamento às instituições estabelecidas. A ação gerada por ele dificulta a veiculação dos acontecimentos, visto que, logo que ocorrem são distorcidos e espalhados com vistas a favorecer apenas um dos lados que fazem parte do acontecido. A pós-verdade está diretamente atrelada à massificação dos comportamentos reacionários no Brasil e a defesa ferrenha de uma máxima, sem que esta possa ser questionada ou problematizada.

Considerações finais

Diante das informações supracitadas, denota-se a necessidade de pesquisas que investiguem os impactos advindos com

a democratização do acesso à internet na difusão das informações e suas ressonâncias na política brasileira. É perceptível o fato de que, a partir da consolidação do espaço digital no cotidiano da população, padrões de comportamento e eventos passaram a ser ditados e veiculados com máxima velocidade, ignorando distâncias territoriais e alicerçando indivíduos em torno de ideias em comum. Desse modo, o alvorecer dos anos 2010 constitui no Brasil a internet – por meio das redes sociais – como ferramenta de agregação em torno de temáticas comuns a um grupo.

Todavia, o que parecia ser um facilitador, contribuiu para esvaziar a livre discussão de ideias e incutiu em sujeitos, posicionamentos irrefutáveis no tocante a temas políticos, que passam a ser entendidos por meio de um revisionismo ou com a omissão de elementos que explicitam como o fato ocorreu. A propagação de notícias falsas prejudica este cenário e reforça a necessidade da judicialização de ações que afetem a democracia. Logo, o presente tem se tornado um campo de batalhas, pelo estabelecimento de uma ideia que fixa, que por vezes se estabelece baseada na negação à ciência, reverência a um ídolo e revisão dos fatos. Ademais, a investigação da fonte *Extremistas. br* colabora para uma percepção mais acurada desses eventos, além de denotar como a realidade pode ser sentida por meio do audiovisual. É de suma importância que o historiador se posicione frente a esses eventos e tenha disposição de – com o rigor da disciplina – traçar caminhos que elucidem a problemática que nos aflige e conscientize os cidadãos a

permanecerem vigilantes perante a escalada de desinformação que se faz em meio ao âmbito social.

Referências

Fonte:

EXTREMISTAS. br. Série documental. Direção: Caio Cavechini; Roteiro: Caio Cavechini, Carlos Juliano Barros, Carol Pires e Eliane Scardovelli. Globoplay, 2023.

Bibliografia:

ANSART, P. **A gestão das paixões políticas**. Curitiba: Ed.UFPR, 2019.
CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade: A nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Barueri: Faro editorial, 2018.

KOSELLECK, R. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2014.

STARLING, H. M.; LAGO, M.; BIGNOTTO, N. **Linguagem da destruição: A democracia brasileira em crise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CAPITALISMO ATUALIZADO: DA PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO AO NEOFASCISMO DIGITAL¹

Maria Eduarda de Sousa LOPES²

Mestranda (PPGHB)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Resumo

O presente trabalho visa discutir de que forma o segmento da burguesia empresarial, influenciado pela ideologia da direita radical, se beneficia do cenário da crise do trabalho, impulsionado pela plataforma da economia. Adicionalmente, o texto busca investigar como essas mudanças econômicas estão conectadas com o atual cenário de difusão do neofascismo no meio digital. A metodologia empregada baseou-se no estudo de materiais bibliográficos relacionados à pesquisa, assentados nas representações discursivas por pesquisadores como Antunes (2023), Srnicek (2017), Cesarino (2021) Della Torre (2025), entre outros. Dessa forma, o estudo concentra-se em como a digitalização do modelo econômico mundial, ao redefinir as formas de exploração e acumulação de capital, interfere diretamente na esfera política.

1 Trabalho apresentado no GT 3- Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com História Contemporânea, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.

2 Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí. Mestranda em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil pela UFPI com o apoio financeiro da FAPEPI. Email: maria.lobes@ufpi.edu.br

Palavras-chave

Mídias digitais; Capitalismo de Plataforma; Trabalho; Neofascismo.

Introdução

O tempo presente configura-se como um verdadeiro palco de tensões sociais e políticas. Sobretudo no último decênio, tem-se testemunhado no Brasil e no mundo, de forma progressiva, o avanço de ideias ultraconservadoras, segregacionistas e com traços característicos dos preceitos nazifascistas. Esse “refluxo” reacionário pode ser lido como um produto da convergência entre o Estado e o neoliberalismo. Essa operacionalização minimiza a experiência democrática ao retirar da esfera pública as questões fundamentais da vida social, convertendo-as para natureza estritamente econômica, ditadas pelas elites corporativas.

Ademais, as transformações no âmbito laboral também ajudam na compreensão do avanço do radicalismo, visto que os novos moldes de trabalho e de vida passam a ser sustentados na votalidade, efemeridade e descartabilidade sem limites (Antunes; Druck, 2015), fatores que inferem diretamente no rearranjo social e político.

Em vista disso, a presente análise se concentra na atual fase do capitalismo, marcada pelo controle de dados e financeirização, a qual não apenas mantém, mas intensifica as desigualdades sociais. Por último, aponta-se que a infraestrutura tecnológica que sustenta a atual ordem econômica é também

o principal vetor de difusão do neofascismo, amplamente articulado no meio digital.

Desse modo, o texto propõe discutir de que forma o segmento da burguesia empresarial, marcada pela ideologia da direita radical, se beneficia do cenário de crise do trabalho, impulsionado pela plataformização da economia e como tais mudanças influenciam o atual processo de regressão política e social. Essas situações também estão intrinsecamente ligadas ao fenômeno da aceleração do tempo e ao encurtamento dos horizontes de expectativas, conforme discutido pelo historiador alemão Reinhart Koselleck (2006). Nessa mesma direção, Mark Fisher (2009) ao analisar a constelação ideológica contemporânea, afirma que ela é marcada pelo esgotamento da imaginação política, por um sentimento dominante de resignação fatalista e de maneira geral, por uma espécie de encurtamento do horizonte temporal e rebaixamento das expectativas políticas (Fisher *apud* Fraser, 2020, p. 11).

A plataformização do trabalho

Na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura económica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. (Marx, 1982).

A epígrafe acima demonstra o princípio basilar do materialismo histórico, pois a estrutura das relações de produção não determinam apenas a base econômica, mas a totalidade do arranjo social, incluindo as instituições políticas e o âmbito cultural. Portanto, ao adotar esse referencial teórico, objetiva-se analisar o impacto do capitalismo de plataforma, investigando como seu aparelhamento ligado às tecnologias reconfiguram e precarizam o mundo do trabalho. A compreensão dessa reconfiguração é fundamental para reconhecer como a estrutural digital exerce cada vez mais influência de decisão para as relações sociais e suas dinâmicas políticas.

Ademais, outro conceito caro para sustentar a hipótese do trabalho é de hegemonia de Antonio Gramsci (2007), visto que a partir da composição dessa teoria é possível compreender as sociedades de massas, marcadas por uma estrutura econômica diversificada. Dessa forma, a para que haja a manutenção da exploração capitalista, seria necessário que as frações da burguesia conseguissem submeter seu projeto político nacional ao restante do conjunto social, de maneira que atingisse um amplo consenso sem a necessidade de coerção física (Demier, 2017).

Vale frisar que os sujeitos que recebem diretamente as consequências dessas manutenções da exploração são os trabalhadores precarizados, como denomina o sociólogo Ruy Braga (2012). Para o autor, esses trabalhadores são uma parte da classe trabalhadora em permanente trânsito entre a possibili-

dade da exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica.

Nesse sentido, Nick Srnicek, professor de economia digital e autor do livro *Plataform Capitalism* (2017), tornou-se referência no debate acerca das transformações do molde capitalista com as ferramentas oferecidas pela era digital. O autor defende o argumento de que estaríamos em uma nova fase do capitalismo, na qual a exploração econômica dos dados ocupa o lugar central nos novos empreendimentos privados (Srnicek, 2017, p. 6). Dessa maneira, percebe-se que os processos de digitalização ou como alguns entusiastas dessas modificações denominam de otimizações do processo, causaram um impacto profundo no mundo do trabalho, produzindo a acentuação da precarização presente. Observando o contexto brasileiro, é notório o crescente aumento de trabalhadores por meio dessas plataformas digitais. Tendências essas que são globais e se realizam de acordo com a manutenção das desigualdades que tecem localmente os mercados de trabalho, assim como suas organizações nacionais. Esses processos se originam também da concentração do capital, apesar da divisão em diferentes localidades. Assim, o fenômeno da “uberização”³ se inseriu na realidade brasileira de forma acelerada, onde se tornou cada

3 Termo refere-se à transição para o modelo de negócio sob demanda caracterizado pela relação informal de trabalho, que funciona por meio de um aplicativo (plataforma de economia colaborativa), criado e gerenciado por uma empresa de tecnologia que conecta os fornecedores de serviços diretamente aos clientes. Entre as plataformas prestadoras de serviços de transporte, de pessoas e mercadorias, a *Uber* se tornou a mais emblemática, o que acabou por ensejar a generalização da denominação *trabalho uberizado*.

vez mais paupável após o cenário catastrófico ocasionado pela pandemia de Covid-19, no entanto esse atual cenário de precarização detém raízes antigas. Além de tudo, a lógica da propaganda aos incentivadores à adesão do capitalismo de plataforma se apoiam no suposto fato do indivíduo poder ser seu próprio chefe e fazer seu próprio horário. Essa retórica não se expressa de maneira qualquer, principalmente em um país como o Brasil, visto que os estigmas que permaneceram após a experiência da colonização, como defende Caio Prado Júnior em seu clássico *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), demonstram que as relações de trabalho no Brasil ainda são muito marcadas pelo mando, pela humilhação e pela exploração do trabalhador. Outro fator que pode ser associado à essa fragilização do trabalho está no processo de terceirização, este que começa a ser construído desde a época da ditadura civil-militar brasileira. Regulamentada em 1974 com a Lei 6.019/1974, passa a ser reconhecida no período de redemocratização, mas a liberação para as atividades empresariais através da Lei 4.302/1998 e aprofundada com a Lei do Trabalho Temporário imposta no governo de Michel Temer. Assim, percebe-se que o avanço da terceirização foi proporcionado através do projeto de desregulamentação do trabalho, produto da intensificação na aplicação do molde neoliberal, uma vez que esse fenômeno implica em menos arrecadação para o Estado e mais autonomia para o empresariado.

De acordo com uma pesquisa feita pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeco-

nômicos), havia 1,8 milhão de terceirizados formais no Brasil em 1995, esse número chegou a 4,1 milhões em 2005 e a 12,5 milhões em 2014. Após a Reforma Trabalhista de 2017, esse número se aproxima dos 20 milhões.⁴ Esse modelo de trabalho temporário, ao invés de promover a eficiência vendida na formulação dos seus projetos de lei, na realidade precariza o trabalho expondo os trabalhadores a diversas vulnerabilidades socioeconômicas, como atrasados salariais prolongados e a erosão de direitos trabalhistas. No fim, essa flexibilização desenfreada das relações de trabalho resultou no fortalecimento dos ciclos de exploração, fator que ajudou na consolidação do atual cenário de informalidade estrutural do Brasil.

Ademais, o sociólogo Ricardo Antunes (2023) possui uma tese onde aponta que as grandes empresas, impulsionadas pelo universo informacional-digital, vêm recuperando e recriando formas pretéritas de trabalho, que tiveram vigência na protoforma do capitalismo, isto é, nos inícios da Revolução Industrial, quando as jornadas de trabalho eram demasiadamente prolongadas e os níveis de exploração eram intensificados, o que os séculos seguintes, dadas as expressivas lutas operárias, se encarregaram em tentar eliminar ou minimizar. Consonante a isso, os autores Ludmila Abílio, Henrique Amorim e Rafael Grohmann apontam como o fenômeno da uberização que já

4 Informações retiradas em: BORTOLON, Eugênio. Como a terceirização e uberização precarizam as condições de vida dos trabalhadores. **Brasil de Fato**, Porto Alegre: RS, 24 de jul. 2023. Disponível em: Como a terceirização e a uberização precarizam as condições de vida dos trabalhadores - Brasil de Fato. Acesso em 03 de jul. de 2025.

está inserido em um universo de informalidade, aumenta a escala dessa debilitação do âmbito laboral,

O trabalho subordinado por meio de plataformas tem de ser compreendido no contexto da desestabilização das categorias de análise que se constituíram em torno do emprego formal. As dualidades problemáticas que orientam a compreensão do trabalho informal como “espelho da relação salarial” perdem sua força explicativa: por um lado, a própria categoria emprego está se reconfigurando; por outro, a informalidade também se complexifica (o que parece estar em jogo são *processos de informalização* que envolvem até mesmo os meios de gerenciamento e controle do trabalho. Essa informalização extrapola, portanto, a condição de informalidade dos trabalhadores, atravessando o processo de trabalho como um todo. (Abílio, et al., 2021, p. 38).

Nesse panorama de subordinação por meio de plataformas digitais, até mesmo o ato de ser contratado muda de forma, não há recrutamento, processo seletivo, porque para se inserir nesse mercado, basta se cadastrar. Essa modificação sinaliza a informalização desde os primeiros passos, visto que o que vem posteriormente torna-se ainda mais incoerente, pois para estar no mercado precisa estar na plataforma, então o trabalhador precisa investir o seu próprio dinheiro para comprar os meios que o sustentará no trabalho ali ofertado, como a compra ou aluguel de carros e motocicletas, aparelhos celulares para alimentar o *software*. Enquanto essas empresas tentam vender suas imagens como meras mediadoras, onde existiria uma neutralidade técnica e que sua função é unicamente pro-

ver o encontro otimizado entre a oferta e procura. Contudo, na realidade, eles têm o poder de estabelecer as regras do jogo sem fixa-las permanentemente, visto que decidem como se dará a distribuição do trabalho, precificação, quem é admitido e até quem é removido ou banido das plataformas. Esses processos estão ligados ao gerenciamento algorítmico, fator este que é acompanhado de uma falsa ideia de que os algoritmos são ferramentas isoladas, alimentadas apenas pelos consumidores, entretanto, são humanamente programados, centrandose em comandos bem direcionados.⁵

O neofascismo digital

A manipulação das massas por meio dos instrumentos midiáticos sempre desempenhou um papel central nas transições para regimes totalitários. Um dos exemplos mais notáveis é o a difusão do projeto político do nazista de Adolf Hitler por meio de produções cinematográficas e transmissões pelo rádio, que disseminavam discursos de medo e violência com o objetivo de consolidar uma base massiva de adeptos. Como observa Alcir Lenharo em *O Triunfo da Vontade* (2003), essas estratégias de propaganda exploravam de forma intensiva o poder simbó-

5 No caso da plataforma *Uber*, identificam-se diversos problemas relacionados ao uso dos algoritmos. Aponta-se a existência da precarização das condições de trabalho, com motoristas submetidos a intensa vigilância e a processos de gestão algorítmica opacos. Autores como Ryan Caló e Rosenblat (2017) revelam a existência de discriminação racial nos tempos de espera, evidenciando o viés discriminatório contra passageiros afro-americanos. Tanto motoristas quanto passageiros não têm acesso aos dados utilizados nem às decisões tomadas pelos algoritmos, o que alimenta a disparidade entre as informações e poderes.

lico (Bourdieu, 1989) e emocional da comunicação de massa, transformando-a em um instrumento fundamental de controle ideológico. Retornando para o tempo presente, observa-se na era digital um crescimento exponencial dessas táticas de persuasão, agora potencializadas pela aceleração temporal e sentimento de um amplo presente (Gumbrecht, 2015). Assim, diferentemente da experiência nazifascista do século XX, percebe-se na atualidade uma modificação considerável no equilíbrio do fazer política, fator que está diretamente ligado ao ordenamento das massas cooptadas, visto que as estruturas digitais suscitam em uma maior fragmentação das organizações políticas.

Vale frisar que o panorama que temos das estruturas digitais de hoje não poderia ser concebido há cerca de dez anos atrás, o que levou a existência de alguns entusiastas desse cenário, como é o caso de Manuel Castells (2013), que observou de forma esperançosa os movimentos sociais em rede. Para ele, ao ver as emoções se transformarem em ações, como ocorreu na Primavera Árabe ou nas Jornadas de Junho de 2013. Esses processos poderiam indicar novos rumos para a mudança social e política, visto que esses movimentos foram impulsionados pelas redes digitais, entretanto, tendo em vista as informações disponíveis no tempo presente, percebe-se que os eventos ocorridos no Brasil, assim como em vários outros países do sul global, serviram, na verdade, como laboratórios de teste para os poderes políticos dessas tecnologias.

Outrossim, quando eclodiu o escândalo envolvendo a compra e uso político de dados coletados pelo Facebook para a empresa *Cambridge Analytica*, responsável pela campanha do republicado Donald Trump nas eleições de 2016 nos Estados Unidos, evidenciou-se como o espaço cibernético opera em consonância com a financeirização. A usurpação desses dados permitiu a criação de um sistema capaz de prever e influenciar escolhas eleitorais, expondo a vulnerabilidade da democracia diante da plataformização que atinge o cenário político.⁶ Nesse contexto, não é aleatório que o Steve Bannon, assessor político de Trump e fundador do *Breitbart News*, site de extrema direita conhecido pela disseminação de notícias falsas e conteúdos de cunho racista, tenha também atuado na campanha de Jair Bolsonaro em 2018. Suas técnicas para viralizar publicações difamatórias tendo como alvos centrais os políticos democratas, além de difundir teorias sobre uma hipotética conspiração global de esquerda contra os “valores tradicionais americanos”, serviram como base para a atuação digital do movimento de direita radical no Brasil, onde foi palpável a organização em forma de exército digital para construir uma rede de sustentação da campanha presidencial por meio da web 2.0.⁷

6 Informações retiradas em: BBC NEWS BRASIL. Entenda o escândalo de uso político de dados que derrubou valor do Facebook e o colocou na mira de autoridades. **BBC News Brasil**. 20 mar. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43461751>. Acesso em 03 de jul. de 2025.

7 Informações retiradas em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-20/os-lacos-do-cla-bolsonaro-com-steve-bannon.html>. Acesso em 03 de jul. de 2025.

Outra prova que sustenta o debate é a reportagem investigativa produzida pela agência de notícias *Intercept Brasil*, lançada no dia 6 de junho de 2025, onde descreve a participação de executivos da Meta, conglomerado de tecnologia e mídia social dona do *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*; e do Google em um seminário do Partido Liberal, onde o objetivo central do evento foi de ensinar o uso de ferramentas de inteligência artificial (IA) para a comunicação política. Esse evento fornece uma ilustração concreta da afirmativa de Cesarino (2021), onde aponta que a infraestrutura cibernética e a plataformação da internet intensificam a convergência formal com o neoliberalismo, pois ambas são marcadas por uma temporalidade de crise permanente. A reportagem investigativa utilizou “Treinamento de guerra” como o título da matéria e descreve a presença massiva de militantes e influenciadores da nova direita radical. Esse ambiente ressoa com a análise de Cesarino sobre a metafísica da desordem, a qual a autora exemplifica como uma nostalgia por líderes autoritários e “justiceiros” (agindo extrajudicialmente, se preciso for), fruto de uma sociedade entendida como estando “à beira da dissolução” (Cesarino, 2021, p.6).

Em vista disso, alguns pesquisadores como a antropóloga Bruna Della Torre (2025), argumentam que o avanço da extrema-direita nas plataformas digitais é uma estratégia global. De acordo com a pesquisadora:

As redes sociais possuem hoje uma capilaridade social que nenhuma outra organização jamais sonhou alcançar. As campanhas eleitorais hoje se desenvolvem quase exclusivamente por meio delas. O partido de massas foi substituído por uma nova forma: o partido digital de massas, uma estrutura que combina verticalidade — conectando diretamente o líder aos seus seguidores, da propaganda governamental às milícias digitais — e horizontalidade — articulando grupos marginais que antes estavam isolados e gerando nas pessoas (muitas vezes excluídas da política) uma falsa sensação de participação ativa. (Della Torre, 2025).

Dessa maneira, as infraestruturas digitais ajudam a conformar a ressonância entre o neoliberalismo e outras forças como punitivismos, racismos, conservadorismo, religiosidade e messianismo, operando como uma “máquina de ressonância” que se propaga por meio de uma conexão por objetivos semelhantes, fator que gera um antagonismo entre quem são os aliados e quem são os inimigos (Cesarino, 2021), discursos eivados de uma retórica que busca a divisão e o conflito permanentes, o “nós” contra “eles” (Stanley, 2019). Esse tipo de discurso não apenas confere uma falsa sensação de importância, como também preenche as lacunas identitárias com significados artificiais.

Considerações finais

Diante do exposto, torna-se possível constatar que a digitalização do modelo econômico mundial, ao redefinir as formas de exploração e acumulação de capital na contemporanei-

dade, essa dinâmica também interfere na esfera política. Nesse contexto, o ambiente digital tem se mostrado um terreno fértil para o avanço de projetos antidemocráticos. As plataformas digitais viabilizam a disseminação de discursos da extrema-direita, que se apropriam das lógicas algorítmicas para a promover retóricas de ódio visando mobilizar apoio em torno de suas perspectivas.

Dessa maneira, a adaptação do neoliberalismo à era digital não se restringe à perpetuação das desigualdades socioeconômicas, mas também alimenta retrocessos políticos. Portanto, conclui-se que a simbiose entre a racionalidade neoliberal com traços reacionários e as infraestruturas digitais representa um dos principais desafios sociopolíticos da contemporaneidade mundial.

Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 23, n. 57, 2021.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. In: *O Social em Questão*, vol. 18, núm. 34, 2015.

BBC NEWS BRASIL. Entenda o escândalo de uso político de dados que derrubou valor do Facebook e o colocou na mira de autoridades. **BBC NEWS**. 20 mar. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43461751>. Acesso em 03 de jul. de 2025.

BORTOLON, Eugênio. Como a terceirização e uberização precarizam as condições de vida dos trabalhadores. **Brasil de Fato**, Porto Alegre: RS, 24 de jul. 2023. Disponível em: Como a terceirização e a uberização precarizam as condições de vida dos trabalhadores – Brasil de Fato. Acesso em 03 de jul. de 2025.

BRAGA, R. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo/USP, 2012.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CESARINO, Letícia. As ideias voltaram ao lugar? Temporalidades não lineares no neoliberalismo autoritário brasileiro e sua infraestrutura digital. **Caderno CrH**, Salvador, v. 34, <https://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.44377>. 2021.

DELLA TORRE, Bruna. Redes sociais e o neofascismo de plataforma: crise democrática e indústria cultural digital. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 29 de abr. 2025. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2025/04/29/redes-sociais-e-neofascismo-de-plataforma-crise-democratica-e-industria-cultural-digital/>. Acesso em 04 de jul. de 2025.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe**: a dialética de democracia blindada no Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, v3: Maquiavel. Notas sobre o estado e a política. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira: RJ, 2007.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso amplo presente**: o tempo e a cultura contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

KOSELLECK, Reinhard. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LENHARO, Alcir. **Nazismo** – “O Triunfo da Vontade”. 6. ed. São Paulo: Ática, 2003.

MARX, Karl. Prefácio à Crítica da economia política. In: **Obras Escolhidas em três tomos**. Trad. MOURA, José. Editorial “Avante!”, 1982.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil con temporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SOUSA, Sérgio de. Treinamento de guerra. Fiz as oficinas do Google e da Meta no seminário do partido do Bolsonaro. Aqui está o que aprendi. **Intercept Brasil**, 4 jun. 2025. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2025/06/04/oficinas-google-meta-partido-bolsonaro/>. Acesso em 4 de julho de 2025.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2019.

GT 4

MÍDIA E DIMENSÕES DO TEMPO - NA VIDA PLATAFORMIZADA

A MERCANTILIZAÇÃO DO CORPO NAS REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DE THAÍS CARLA NO INSTAGRAM¹

Jacqueline DOURADO²

Kássia FERNANDES³

Introdução

Nas sociedades contemporâneas, o corpo deixou de ser compreendido apenas como uma dimensão biológica para se constituir como um espaço simbólico atravessado por disputas, performances e dinâmicas de consumo. Essa centralidade do corpo é intensificada pelas redes sociais digitais, que o transformam em vitrine, produto e linguagem, submetendo-o às lógicas de visibilidade, engajamento e rentabilidade. Nesses ambientes, os sujeitos não apenas expressam sua identidade, mas negociam constantemente sua aparência e existência, tensionando-se entre discursos de empoderamento e exigências do mercado. O corpo, assim, torna-se mercadoria, gerenciado e transformado para atender às ordens do capital e às expectativas sociais.

1 Trabalho apresentado no GT4 Mídias e Dimensões do tempo – na vida plataformizada

2 Doutora do Programa de Pós-graduação em Comunicação/CCE da Universidade Federal do Piauí, Líder do Grupo Comum. E-mail: jacdourado@uol.com.br.

3 Mestranda do Programa de Pós-graduação em comunicação/ CCE da Universidade Federal do Piauí, Membro do Grupo Comum. E-mail: kassialeticia@hotmail.com.

É nesse cenário que se insere esta pesquisa, cujo objetivo central é analisar como o corpo é transformado em mercadoria nas redes sociais digitais, com foco nas articulações entre visibilidade, consumo e poder. Para tanto, toma-se como objeto empírico o perfil da influenciadora Thaís Carla no Instagram, buscando compreender de que forma suas práticas comunicacionais tensionam ou reproduzem padrões estéticos hegemônicos, especialmente no que se refere à representação do corpo gordo. A investigação ancora-se na perspectiva da Economia Política da Comunicação (EPC), orientada pelo materialismo histórico-dialético (MHD), e mobiliza conceitos como mercantilização, capital simbólico e biopoder, fundamentando-se nos aportes teóricos de Karl Marx, Pierre Bourdieu e Michel Foucault.

A análise parte do entendimento de que o Instagram, inicialmente concebido como uma plataforma de compartilhamento de fotos pessoais, evoluiu para se tornar uma poderosa ferramenta de consumo e difusão de padrões corporais. Nesse contexto, o Instagram funciona não apenas como canal de marketing, mas como ambiente em que o corpo é narrado, transformado em enredo e símbolo. Estratégias comunicacionais como o storytelling tornam-se centrais para aproximar marcas e públicos, atribuindo sentidos emocionais ao consumo e reforçando a conexão simbólica entre corpo, desejo e mercado (DOMINGOS, 2008; BRITTOS, 2022). O corpo, portanto, não é apenas exibido, mas narrado como trajetória aspiracional, consolidando-se como mercadoria estética e identitária.

Ao observar esse processo, nota-se que o mercado estabelece e reforça padrões específicos de beleza como forma de controle sobre os corpos, mantendo os indivíduos em busca constante por bens e serviços que prometem adequação estética. Tais práticas, no entanto, não são acessíveis a todos, uma vez que dependem de capital econômico e cultural, resultando na perpetuação de desigualdades sociais. Nessa perspectiva, Bourdieu (2014) contribui para compreender como práticas de distinção operam no consumo estético, reforçando hierarquias sociais. Do mesmo modo, Foucault (2002) auxilia a problematizar os dispositivos de biopoder que regulam e normatizam os corpos, enquanto Marx (2015) permite analisar o corpo como mercadoria no interior da lógica do capital.

A pesquisa, ao articular esses referenciais, parte da hipótese de que, embora narrativas de diversidade corporal ganhem espaço nas redes digitais, elas frequentemente são reabsorvidas pelas engrenagens de mercado, que transformam a resistência em novo nicho de consumo. Essa contradição manifesta-se de forma exemplar no caso de Thaís Carla, cuja visibilidade enquanto símbolo de empoderamento corporal é tensionada pela adesão a procedimentos que se alinham ao ideal normativo.

Metodologicamente, o presente artigo adota a abordagem do materialismo histórico-dialético, que privilegia os conceitos de contradição e totalidade. A análise das publicações de Thaís Carla no Instagram entre janeiro e julho de 2025 constitui o corpus empírico, selecionado a partir de critérios de relevância temática (ativismo, consumo, saúde e estética) e índices de

engajamento. O objetivo é identificar as estratégias discursivas mobilizadas pela influenciadora e avaliar de que modo essas narrativas reproduzem ou tensionam as normas estéticas hegemônicas.

Nesse percurso, busca-se compreender não apenas o conteúdo das postagens, mas também as condições de produção e recepção que as estruturam, considerando a plataforma como espaço regido por algoritmos e lógicas de mercado. A análise pretende evidenciar como os discursos sobre corpo e empoderamento são moldados por relações de poder e por interesses econômicos que atravessam as redes digitais.

Entre os resultados esperados, destacam-se: (i) a compreensão das dinâmicas de mercantilização do corpo no ambiente digital; (ii) a problematização das contradições entre ativismo corporal e normatização estética; (iii) a análise do papel dos influenciadores como mediadores culturais e comerciais; e (iv) a contribuição teórica para os estudos de corpo, mídia e economia política da comunicação.

Do ponto de vista da relevância social e acadêmica, o estudo amplia os debates sobre corpo e estética, mostrando como esses temas são atravessados por estruturas de poder que produzem desigualdades e exclusões. Ao investigar a trajetória de uma influenciadora que representa tanto resistência quanto adesão às normas estéticas, a pesquisa oferece elementos para refletir sobre os limites e as potencialidades das narrativas de diversidade corporal nas plataformas digitais.

2 - Método

A presente pesquisa adota uma abordagem analítico-descriptiva de caráter crítico, fundamentada nos pressupostos do Materialismo Histórico-Dialético (MHD), a partir da compreensão de que os fenômenos sociais são construídos historicamente e atravessados por relações de poder, dominação simbólica e disputas econômicas (TRIVIÑOS, 2015). Tal perspectiva possibilita compreender a construção social do corpo dentro das dinâmicas econômicas, culturais e midiáticas do capitalismo contemporâneo, bem como sua transformação em mercadoria sujeita à lógica da valorização do capital. Nesse sentido, a investigação busca evidenciar as contradições entre práticas de resistência e processos de mercantilização.

A pesquisa tem como objetivo central analisar a construção social e midiática do corpo como mercadoria, especialmente no ambiente digital. Como desdobramentos, propõe-se investigar as estratégias discursivas mobilizadas por influenciadoras digitais, tomando como objeto empírico o perfil da influenciadora Thaís Carla no Instagram, com vistas a compreender como suas práticas comunicacionais tensionam ou reproduzem padrões estéticos dominantes. Ademais, pretende-se examinar as contradições e relações de poder que atravessam os discursos sobre autoimagem, consumo e ativismo corporal, observando os limites e alcances dos discursos de resistência quando mediados pelo mercado.

A escolha de Thaís Carla justifica-se por sua trajetória marcada tanto pela representatividade de um corpo gordo em uma

sociedade estruturalmente gordofóbica quanto por sua atuação ativa como influenciadora digital. Sua presença no Instagram simboliza resistência e empoderamento, ainda que tensionada por contradições, como no caso da cirurgia bariátrica realizada em 2025. Esse acontecimento, amplamente repercutido pela mídia, coloca em evidência a ambivalência entre o discurso da autoaceitação e a adesão a práticas médicas frequentemente associadas à normatização estética e à medicalização do corpo.

Metodologicamente, a pesquisa combina o MHD com a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2016), aplicada a postagens e interações de Thaís Carla no Instagram, no período de janeiro a julho de 2025, bem como a matérias jornalísticas que repercutiram suas ações e declarações, incluindo a cirurgia bariátrica. O corpus será organizado em categorias que consideram tipo de conteúdo, descrição, discursos explícitos e implícitos e comentários relevantes. A análise se estruturará em três eixos: (i) mídia e mercado, examinando como a comunicação molda demandas de consumo; (ii) objetificação do corpo, observando a transformação em objeto de valor estético; e (iii) mudanças culturais, destacando os deslocamentos históricos na valorização do corpo em contextos econômicos e sociais.

Por fim, a pesquisa busca contribuir para os debates acadêmicos sobre corpo, mídia e mercado, analisando como as plataformas digitais atuam na disseminação de padrões normativos e no fortalecimento de lógicas de exclusão. Ao investigar criticamente a trajetória de uma influenciadora que se tornou

símbolo de resistência, mas que também reproduz práticas de normatização, o estudo aponta para os paradoxos do ativismo corporal no contexto da mercantilização da vida.

3 – Resultados e discussões

No contexto do mercado contemporâneo, é comum observarmos a associação de marcas, produtos, serviços ou até mesmo nomes de pessoas a empresas consolidadas. Conforme destaca Bourdieu (2014), o valor simbólico e o prestígio social funcionam como formas de capital que podem ser convertidas em ganhos materiais, integrando as estratégias de distinção e legitimação no campo social. Assim, é comum observarmos a associação de marcas, produtos e serviços a nomes de pessoas, que se tornam, elas próprias, portadoras de valor de marca.

Com o advento e a expansão das redes sociais, entretanto, verifica-se um movimento distinto: indivíduos passam a constituir-se como marcas, vinculando sua imagem pessoal a contratos publicitários e parcerias comerciais. Nessa lógica, a credibilidade atribuída ao produto ou serviço está diretamente relacionada à imagem e ao estilo de vida do influenciador, os quais funcionam como elementos de legitimação simbólica perante o público. A mídia, nesse sentido, cumpre o papel de mediadora na construção de valores e desejos, transformando a experiência cotidiana em espetáculo e mercadoria (Kellner, 2004; Debord, 1997).

Diante desse cenário, emergem reflexões relevantes sobre o vínculo estabelecido entre o público e essas figuras midiáti-

cas, o interesse despertado por conteúdos que frequentemente retratam aspectos cotidianos de suas vidas e os fatores que impulsionam o consumo tanto desses conteúdos quanto dos produtos e serviços por eles promovidos, conferindo-lhes autoridade e confiança no processo de mediação entre marcas e consumidores. Essa relação revela o que Bauman (2008) chama de “identidades líquidas”, constantemente reconstruídas pela lógica do consumo e da visibilidade, nas quais o reconhecimento social depende da exposição e da aprovação pública.

É nesse contexto que se insere a trajetória de Thais Carla da Silva, conhecida apenas como Thaís Carla (TC), seu nome artístico e de uso público em suas redes sociais e nas mídias, nasceu em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, em 15 de outubro de 1991 e atualmente reside na Bahia. Thais é casada e mãe de duas filhas com idades 8 e 4 anos. Thaís Carla é uma influenciadora digital, dançarina e ativista conhecida nacionalmente por sua atuação em defesa da representatividade e da aceitação corporal. Sua trajetória pública iniciou-se como bailarina profissional, ganhando visibilidade ao integrar o corpo de dança de artistas populares da música brasileira, como Anitta, o que ampliou seu alcance midiático e consolidou sua imagem como símbolo de resistência à gordofobia. Com o crescimento das redes sociais, especialmente do Instagram, TC passou a utilizar a plataforma como espaço de expressão e ativismo, compartilhando conteúdos que celebram corpos fora do padrão hegemônico e discutem temas como autoestima, feminismo e inclusão.

Com quase de 4 milhões de seguidores no Instagram (@thaiscarla⁴) e 12 milhões de seguidores no TikTok (@thaiscarlaa_), Thais alcança um público amplo, encantando-os com sua dança e discursos inspiradores. No entanto, sua presença digital não se restringe ao ativismo. A influenciadora também participa de campanhas publicitárias e parcerias com marcas de moda, beleza e bem-estar, o que evidencia a inserção de sua imagem em dinâmicas mercadológicas próprias do capitalismo de plataforma. Assim, seu corpo, antes signo de resistência, torna-se também objeto de valorização econômica, uma “mercadoria simbólica” que circula nas lógicas do consumo e da visibilidade, conforme apontam Bourdieu (2014) e Kellner (2004) ao discutirem o papel da mídia na produção de distinções sociais e culturais.

Em 28 de abril de 2025 TC submeteu-se a uma cirurgia bariátrica. De acordo com a portaria de 2017 que dispõe sobre a consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de saúde, no Brasil, o sistema público de saúde permite a realização da cirurgia bariátrica em pessoas com Índice de Massa Corporal (IMC) superior a 35 kg/m² que apresentem comorbidades associadas; em indivíduos com IMC acima de 40 kg/m² que, mesmo sem comorbidades, não obtiveram sucesso com tratamentos convencionais; e, ainda, em casos de IMC superior a 50 kg/m², em que o procedimento pode ser indicado como primeira opção terapêutica devido ao alto risco de mortalidade

4 Perfil oficial Thais Carla na rede social Instagram. Disponível em: [\(1\) Instagram](#). Acesso em 20 de outubro de 2025.

(Brasil, 2017). Em entrevista ao site UOL⁵, TC afirma que pesava em torno de 200kg antes da cirurgia e atualmente já eliminou cerca de 72kg, após o procedimento.

A análise do perfil da influenciadora Thaís Carla no Instagram, no período de janeiro a julho de 2025, revelou uma série de dinâmicas comunicacionais que expressam as tensões entre resistência simbólica, consumo e mercantilização do corpo. Sob a perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético (MHD), essa dinâmica reflete a incorporação da subjetividade e da aparência aos mecanismos de produção e circulação de mercadorias. O corpo, nesse contexto, deixa de ser apenas suporte biológico e torna-se instrumento de valorização do capital, mediado por afetos, discursos e algoritmos. O conjunto das postagens analisadas foi organizado a partir de três eixos de observação já citados na metodologia, de modo a identificar como os discursos sobre autoaceitação e empoderamento se articulam com as lógicas econômicas e estéticas do ambiente digital.

No primeiro eixo com foco em mídia e mercado, observou-se que Thaís Carla constrói sua presença digital por meio de estratégias características do mercado de influenciadores, utilizando recursos como parcerias comerciais, hashtags publicitárias e postagens patrocinadas. Parte do conteúdo publicado no período analisado envolve colaborações com marcas de vestuário, cosméticos, produtos de higiene pessoal e aplicati-

5 Site de notícias, UOL Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2025/11/07/thais-carla-exibe-trapezio-apos-perder-72-kg-com-cirurgia-bariatronica.htm>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

vos de serviços. As legendas dessas postagens frequentemente combinam mensagens de autoestima e aceitação corporal com a promoção de produtos associados ao bem-estar e à beleza. Esse tipo de prática demonstra como o discurso de empoderamento é incorporado à lógica de consumo. O processo observado nas postagens publicitárias ilustra o fetichismo da mercadoria descrito por Marx (2015), em que aquilo que é singular e humano é revestido por uma forma mercantil que oculta suas condições de produção e passa a existir como valor em si. Embora a influenciadora se apresente como representante de um corpo não normativo, a forma de inserção no mercado publicitário faz com que sua imagem também se converta em capital simbólico e econômico.

A relação entre mídia e mercado se evidencia ainda na estética das postagens: fotografias produzidas com alta qualidade, vídeos coreografados e legendas elaboradas para gerar engajamento. As métricas de curtidas e comentários, visíveis nas postagens, operam como indicadores de valor simbólico e, ao mesmo tempo, como mecanismos de legitimação social. Desse modo, a plataforma transforma a visibilidade em uma forma de capital, integrando o corpo da influenciadora às dinâmicas de valorização próprias da economia digital. Portanto, a análise deste eixo mostra que a influenciadora se insere nas dinâmicas da economia da atenção, em que visibilidade equivale a capital. Como observa Bourdieu (2014), o capital simbólico é uma forma de poder que, embora pareça independente da economia, está profundamente vinculado a ela. A legitimação social obti-

da pela representatividade de um corpo fora da norma é convertida em valor econômico por meio de contratos, parcerias e métricas de engajamento.

O segundo eixo da análise, objetificação do corpo, concentrou-se nas representações visuais e discursivas do corpo da influenciadora. As postagens selecionadas mostram uma predominância de imagens que enfatizam a presença física e a performance corporal. Em muitas dessas publicações, o corpo é apresentado como símbolo de liberdade e empoderamento, rompendo com padrões de magreza e de contenção estética. Os comentários dos seguidores revelam diferentes leituras do corpo exposto: alguns celebram a coragem e a representatividade de Thaís Carla, enquanto outros reproduzem discursos gordofóbicos.

Em determinadas postagens, a ênfase na sensualidade e na performance de dança se aproxima da lógica da espetacularização, aproximando o discurso político da estética publicitária. Contudo, ao mesmo tempo em que desafia os padrões normativos, esse corpo é submetido às mesmas dinâmicas de consumo que sustentam a dominação simbólica. Bourdieu (2014) ressalta que o gosto e os padrões estéticos não são neutros, mas produtos de hierarquias sociais. Assim, a visibilidade conquistada por corpos fora da norma não significa necessariamente ruptura com o sistema, mas, muitas vezes, a criação de novos nichos mercadológicos dentro da mesma lógica de distinção.

O conteúdo analisado demonstra, portanto, que a resistência discursiva não impede que o corpo se converta em um produto simbólico. Mesmo quando propõe a quebra de padrões, a imagem de Thaís Carla é mobilizada dentro de uma estrutura comunicacional que valoriza a aparência, a visibilidade e o engajamento. Essa condição reforça o papel das plataformas digitais na reprodução de formas sutis de objetificação, ainda que sob o discurso da aceitação e da diversidade.

O terceiro eixo de análise foi centrado nas mudanças discursivas e culturais observadas após o anúncio da cirurgia bariátrica realizada por Thaís Carla em 2025. O acontecimento gerou ampla repercussão nas redes sociais e na mídia tradicional, provocando intensos debates sobre coerência, saúde e autoaceitação. As publicações em que a temática foi o procedimento realizado pela influenciadora, seja em seu Instagram pessoal, ou em sites de notícias e repost em perfil no Instagram de notícia e entretenimento, alcançou grande engajamento e foi seguida por comentários, nos quais se destacavam posições antagônicas: apoio incondicional, críticas por “trair o movimento body positive” e mensagens de desapontamento.

Após período de recuperação, e sem aparecer publicamente, Thaís Carla concedeu entrevista ao jornalista Léo Dias, dando mais detalhes do procedimento, bem como sua decisão por ele e as reações do seu público nas redes sociais. Na ocasião, TC enfatizando motivos de saúde e maternidade, em que o tom emocional das postagens reforçava a dimensão pessoal da escolha, mas os comentários revelavam como a figura pública é

permanentemente submetida ao julgamento coletivo. A cobertura midiática do caso também reproduziu essa ambiguidade: alguns veículos destacaram a cirurgia como “mudança de vida”, enquanto outros questionaram a coerência entre o discurso anterior de aceitação e a adoção de uma prática associada à normatização estética.

Essas reações expõem as contradições que atravessam a representação do corpo na mídia digital. Ao mesmo tempo em que Thaís Carla se consolidou como símbolo de resistência e diversidade, sua trajetória evidencia os limites impostos pelo próprio sistema que ela busca tensionar. A decisão pela cirurgia, ainda que individual, foi amplamente interpretada sob a lógica coletiva do ativismo e do mercado de influenciadores. Dessa forma, o episódio revela como os discursos de resistência podem ser reabsorvidos pela lógica da mercantilização, transformando conflitos pessoais em narrativas públicas de consumo simbólico.

Sob o olhar do MHD, esse movimento revela as contradições dialéticas entre aparência e essência. A aparência da autonomia e da escolha pessoal encobre as determinações sociais e econômicas que pressionam os sujeitos a adequar-se a padrões de saúde e beleza socialmente legitimados. O corpo, nesse processo, é o lugar onde se materializam essas forças antagônicas: o desejo de libertação e a necessidade de pertencimento, a resistência e a assimilação, a subjetividade e a mercadoria.

Considerações finais

A análise do perfil de Thaís Carla no Instagram, entre janeiro e julho de 2025, evidencia como a representação digital do corpo é atravessada por tensionamentos entre resistência simbólica, consumo e mercantilização. À luz do Materialismo Histórico-Dialético, percebe-se que o corpo da influenciadora, embora mobilizado como instrumento de contestação a padrões normativos, é simultaneamente incorporado às engrenagens econômicas e estéticas da economia digital.

Os três eixos investigativos demonstram que a visibilidade conquistada pela influenciadora não se sustenta fora das dinâmicas de mercado que estruturam o ambiente das plataformas. No eixo voltado à relação entre mídia e mercado, verificou-se que discursos de autoestima e empoderamento são convertidos em valor econômico, configurando um processo em que a resistência se torna mercadoria. No segundo eixo, dedicado à objetificação e às estéticas do corpo, conclui-se que a performance visual de Thaís Carla transita entre contestação e espetacularização. Tal movimento revela que, mesmo no interior de discursos que reivindicam diversidade, as plataformas reproduzem padrões de visibilidade sustentados por hierarquias de gosto e distinção. Por fim, o terceiro eixo, centrado na repercussão da cirurgia bariátrica, expõe de modo mais explícito as contradições que atravessam corpos públicos na era digital. A decisão pessoal da influenciadora foi reinterpretada como narrativa coletiva, demonstrando que o corpo, quando midiaticizado, perde parte de sua autonomia e se torna terreno

de disputas morais, políticas e mercadológicas. A leitura social do procedimento revela como conflitos individuais são capturados pelas lógicas de consumo simbólico, transformando experiências privadas em eventos passíveis de monetização e julgamento público.

De maneira geral, a pesquisa aponta que, embora o corpo de Thaís Carla opere como símbolo de resistência e diversidade, ele também é continuamente reabsorvido pelo sistema que busca tensionar. O MHD permite compreender esse processo como expressão de contradições estruturais: o corpo simultaneamente resiste e se submete, rompe e reproduz, denuncia e oferece novas oportunidades de acumulação. Assim, conclui-se que a presença digital de corpos dissidentes não garante, por si só, a transformação das estruturas de poder, mas revela os limites e possibilidades das disputas simbólicas em uma sociedade em que afeto, visibilidade e consumo se tornam dimensões indissociáveis.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Editora Schwarcz: Companhia das Letras, 2008.

BOLAÑO, César RS; VIEIRA, Eloy S. **Economia política da internet e os sites de redes sociais**. Revista Eptic Online, v. 16, n. 2, 2014.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

BRASIL. Portaria de consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017. Dispõe sobre a Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde. Anexo 1 do anexo IV diretrizes gerais para o tratamento cirúrgico da obesidade, Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2017.

BRITTOS, V. **Estudos culturais, economia política da comunicação e o mercado brasileiro de televisão**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022.

DOMINGOS, Adenil Alfeu. **Storytelling**: fenômeno da era da liquidez. *Signum: Estudos da Linguagem*, v. 11, n. 1, p. 93-109, 2008.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1**: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2015.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. O positivismo; a fenomenologia; o marxismo. In: *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. O positivismo; a fenomenologia; o marxismo. 2015. p. 175-175.

DEMOCRACIA NAS REDES SOCIAIS: ATIVISMO MOÇAMBICANO E AS DIMENSÕES TEMPORAIS DA COMUNICAÇÃO CIBERNÉTICA¹

Júnior Rafael²

Resumo

Este artigo investiga como o ativismo digital em Moçambique, com foco no Facebook, reconfigura as temporalidades da ação política e da cidadania em contextos de repressão, apagamentos e disputas por visibilidade. A partir de uma abordagem qualitativa e análise de postagens públicas de coletivos ativistas moçambicanos em 2024, o estudo evidencia como a comunicação plataformizada atua como cronotopo de resistência e mediação sociopolítica. A pesquisa mobiliza conceitos de temporalidade cibernética, performatividade digital e vigilância algorítmica para refletir sobre os modos pelos quais a sociedade civil reconstrói sentidos de democracia no fluxo acelerado das redes. Conclui-se que o Facebook, além de ferramenta de denúncia, constitui um espaço-tempo onde se tensionam as fronteiras entre o político e o cotidiano, o visível e o censurado.

Palavras-chave

Mídia e Dimensões do Tempo; Ativismo digital; Moçambique; Facebook; Plataformização.

1 Trabalho apresentado no GT 4 - Mídia e Dimensões do Tempo - na vida plataformizada, integrante do II Encontro internacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.

2 Mestrando em Comunicação pela UFSM. Graduado em Marketing digital

Introdução

Moçambique é um país da África Austral que conquistou sua independência de Portugal em 1975, após uma prolongada luta armada liderada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Desde então, o país tem vivenciado diferentes fases políticas, incluindo uma guerra civil (1977–1992), processos de transição democrática e sucessivas crises de governança. Apesar da institucionalização formal da democracia multipartidária em 1990, o sistema político moçambicano ainda enfrenta sérios desafios, como a concentração de poder, fragilidades no Estado de Direito, repressão à dissidência e práticas recorrentes de censura direta e indireta (Forquilha, 2022; Hanlon, 1991).

Nesse contexto, a ascensão das tecnologias digitais e a popularização do acesso à internet — especialmente a partir da expansão do uso de smartphones e da chegada de operadoras móveis com pacotes acessíveis — reconfiguraram parcialmente o ecossistema comunicacional moçambicano, ampliando espaços alternativos de expressão e articulação política. O Facebook, plataforma com alta penetração no país (DATAREPORTAL, 2024), tornou-se um espaço privilegiado para o ativismo digital, funcionando como arena de debate público, denúncia de abusos e mobilização cívica.

Diante desse cenário, este artigo parte da seguinte pergunta de pesquisa: como o ativismo digital moçambicano no Facebook reconfigura as temporalidades da ação política em um contexto de restrição à participação democrática? O objetivo geral é analisar como as dinâmicas comunicacionais na

plataforma constroem narrativas contra-hegemônicas, tensionam os discursos institucionais e operam novas formas de cidadania em rede. Especificamente, busca-se compreender de que modo essas práticas ativistas ressignificam o tempo político, produzindo urgências, permanências e memórias coletivas em um ambiente cibernético marcado pela plataformização e cultura algorítmica.

A justificativa deste trabalho reside na necessidade de compreender o papel das mídias sociais na reconfiguração dos regimes de visibilidade e temporalidade da política contemporânea em países do Sul Global, como Moçambique, onde o autoritarismo e o autoritarismo digital se entrelaçam a estruturas pós-coloniais de poder. Nesse sentido, a pesquisa contribui para o avanço das reflexões no campo da comunicação política e dos estudos sobre cibercultura.

A investigação toma como objeto empírico o Facebook, enquanto cronotopo de mobilização, analisando postagens públicas realizadas ao longo do ano de 2024 período marcado por momentos cruciais como a campanha eleitoral, o processo de votação e os conflitos pós-eleitorais. O corpus é composto por conteúdos produzidos em três perfis de ativistas centrais na cena digital moçambicana: Venâncio Mondlane, Adriano Nuwunga e Quitéria Guirengane, selecionados com base em critérios de engajamento (curtidas, comentários, compartilhamentos), criticidade política e relevância cívica.

Adota-se uma abordagem qualitativa de base interpretativista, articulando dois procedimentos analíticos: a análise de

conteúdo (Bardin, 2011) e a análise crítica do discurso (Fairclough, 2001), com vistas a compreender como os enunciados ativistas constroem sentidos, disputam narrativas e repositionam o tempo político na esfera pública digital. A análise se concentra nas publicações realizadas ao longo de 2024, período estratégico devido à intensidade do ciclo eleitoral, permitindo observar tanto as práticas discursivas quanto suas ressonâncias políticas e sociais.

Temporalidades Cibernéticas e Plataformização

Segundo Castells (2013), a sociedade em rede é regida por uma temporalidade própria: o tempo atemporal da comunicação digital, onde eventos ocorrem simultaneamente e fora de linearidades cronológicas. Byung-Chul Han (2016) reforça que a lógica digital gera uma compressão temporal, marcada pela hiperatividade e ausência de pausas — características amplificadas pelas redes sociais. Essa temporalidade acelera tanto a circulação de informações quanto a formação de climas de opinião, afetando diretamente o ativismo político.

Essa aceleração é também analisada por Hartmut Rosa (2013), que propõe o conceito de aceleração social, no qual a experiência do tempo moderno se torna cada vez mais comprimida, resultando em uma redução da capacidade reflexiva dos sujeitos. Tal perspectiva permite compreender como o engajamento político nas redes se dá sob pressões constantes de atualização e presença contínua.

Judy Wajcman (2015) oferece uma crítica à naturalização da aceleração tecnológica, argumentando que o tempo digital é igualmente moldado por escolhas políticas e sociais. Para a autora, a tecnologia não apenas acelera processos, mas também reconfigura práticas cotidianas de trabalho, cuidado e militância.

No contexto africano, autores como Francis Nyamnjoh (2015) e André Nhamirre (2021) destacam como a plataformização em países do Sul Global incorpora dinâmicas coloniais e locais, produzindo tensões entre liberdade de expressão e vigilância governamental. As plataformas digitais, nesse sentido, funcionam como espaços ambíguos, onde se combinam oportunidades de agência com mecanismos de controle.

A esse debate soma-se Achille Mbembe (2018), ao discutir o conceito de necropolítica. Aqui, a gestão algorítmica dá vida e dá morte nas redes sociais e reproduz regimes de poder herdados da colonialidade, o que afeta diretamente formas de resistência no espaço online.

O ativismo digital pode ser compreendido como uma prática sociotécnica que articula tecnologia, política e performatividade (Tufekci, 2017). No caso do Facebook, essa prática ganha contornos específicos, visto que a plataforma atua como mediadora algorítmica da visibilidade. As estratégias de resistência dos ativistas, portanto, não se limitam ao conteúdo, mas também à gestão do tempo — da postagem, da viralização e da permanência.

Safiya Umoja Noble (2018) acrescenta uma crítica à neutralidade das plataformas, mostrando como mecanismos de busca e redes sociais operam sob lógicas racistas e sexistas, o que impõe desafios adicionais a ativistas que lutam por visibilidade. Esse viés algorítmico também é temporal: privilegia certos fluxos, ritmos e picos de engajamento, moldando o que pode ou não emergir como “urgente” no debate público.

Por fim, Nick Couldry e Ulises A. Mejias (2019) propõem o conceito de colonialismo de dados, que denuncia como a extração de dados em larga escala opera de forma análoga à exploração colonial. No contexto moçambicano, isso é visível na dependência das plataformas ocidentais, que impõem regras de temporalidade e engajamento que nem sempre dialogam com as lógicas locais de organização política.

Contexto sociopolítico e digital: sistema eleitoral e democracia em Moçambique

Desde 1994, Moçambique adota um sistema multipartidário e realiza eleições regulares. Contudo, diversas análises apontam para práticas que comprometem a transparência e a credibilidade eleitoral, como manipulação do recenseamento, uso da máquina estatal e exclusão de candidatos opositores (Rosário & Muendane, 2016; EISA & União Europeia, 2020). A democracia moçambicana, embora institucionalizada, opera

sob forte centralização do poder e controle da mídia pública pelo partido no governo, a FRELIMO³ (Salema & Guambe, 2021).

A penetração da internet em Moçambique ainda é limitada. Segundo dados do Hootsuite (2023), apenas cerca de 21% da população tem acesso à internet, o que evidencia um quadro de profunda desigualdade digital, especialmente entre zonas urbanas e rurais. Essa realidade caracteriza o país dentro da “fratura digital” global (Vassilakopoulou & Hustad, 2021). Apesar disso, o uso de redes sociais tem crescido, especialmente o Facebook, que se tornou um importante espaço para mobilização e crítica política (Tsandzana, 2020).

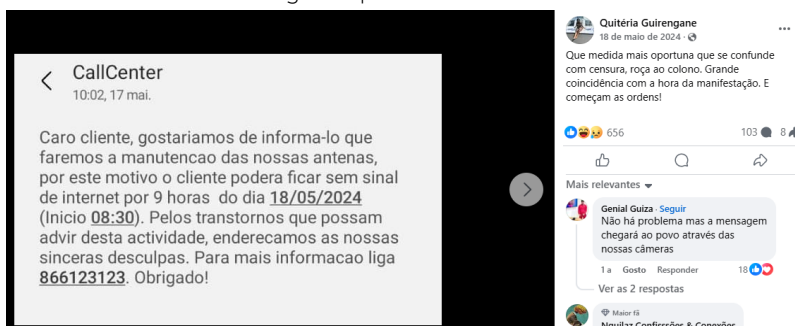
O Facebook como cronotopo de resistência, censura algorítmica e vigilância digital

Os dados demonstram que o Facebook funciona como um espaço-tempo híbrido, onde diferentes temporalidades se sobrepõem: a urgência da denúncia, a memória da repressão e a espera pela resposta institucional. O tempo político das ruas é reorganizado no tempo digital dos posts, que não raro visam viralizar rapidamente, mas também permanecer como registro histórico.

3 A FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) é o partido que governa Moçambique desde a independência em 1975. Criada em 1962 a partir da fusão de movimentos nacionalistas, liderou a luta armada contra o colonialismo português até alcançar a independência. Após 1975, instituiu um regime de partido único de orientação marxista-leninista, enfrentando, a partir de 1977, uma longa guerra civil contra a (Resistencia Nacional Moçambicana) RENAMO. Com a Constituição de 1990, Moçambique adotou o multipartidarismo, mas a FRELIMO manteve-se no poder desde então, sendo criticada por práticas autoritárias, clientelismo e instrumentalização do Estado.

Os ativistas relatam práticas de *shadow banning* conforme revela a figura a seguir, remoção de conteúdos e limitação de alcance formas de censura algorítmica que geram uma nova temporalidade: o atraso, a suspensão ou o apagamento. Isso obriga os ativistas a desenvolverem estratégias de contorno, como criar novos perfis, utilizar linguagem cifrada ou depender de redes transnacionais para garantir visibilidade.

Figura 1: possível censura



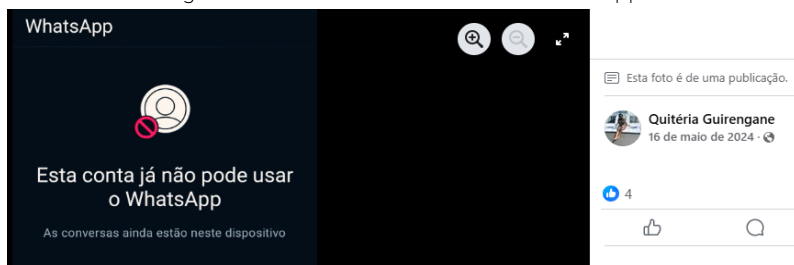
Fonte: Captura de tela na página da Quitéria Gueringane, 2025

A imagem revela um conflito entre o discurso oficial técnico e o discurso cidadão crítico. Segundo Bardin (2011), evidencia-se um conteúdo latente de repressão por trás de uma mensagem manifestamente neutra. Segundo Fairclough (2001), a disputa discursiva se dá entre a hegemonia institucional que se vale de justificativas técnicas e a contra-hegemonia cidadã que reinterpreta o ato como censura digital.

O ato de cortar a internet é compreendido como prática social que ultrapassa a justificativa técnica e opera como ins-

trumento político de silenciamento e controle. A crítica “roça ao colono” conecta práticas contemporâneas a um passado de opressão, implicando a repetição de lógicas coloniais sob novas formas. A figura a seguir mostra o quanto os algoritmos trabalham quanto acionados numa dimensão de censura.

Figura 2: restrição do uso da conta de WhatsApp



Fonte: Quitéria Gueringane, 2025 (Perfil no Facebook)

As imagens analisadas expõem práticas de silenciamento digital em Moçambique durante o contexto de uma manifestação popular em maio de 2024. A primeira mostra a notificação de suspensão do serviço de internet por “manutenção das antenas” no exato dia e horário da mobilização, o que, segundo a publicação crítica de Quitéria Guirengane, sugere censura disfarçada de medida técnica. Já a segunda imagem revela o bloqueio da conta de WhatsApp da mesma ativista, sem justificativa explícita, num contexto de alta tensão política. Aplicando a análise de conteúdo de Bardin (2011), identificam-se categorias como silenciamento, tecnicismo e desautorização algorítmica; já pela análise de discurso de Fairclough (2001),

observa-se como os textos técnicos, aparentemente neutros, são ressignificados em discursos de controle político.

Ambas as situações revelam o papel dos sistemas digitais – tanto operadoras quanto plataformas como WhatsApp – como agentes na produção de censura indireta. A ausência de justificativas claras e a impessoalidade algorítmica indicam uma dinâmica de repressão que se apresenta como técnica, mas que atua politicamente ao desarticular redes de comunicação ativista. O poder dos algoritmos, ao operar sob lógicas opacas, torna-se parte de um ecossistema de dominação que se articula a contextos locais de repressão, evidenciando como a tecnologia participa da contenção da esfera pública crítica e da limitação do exercício do direito à comunicação.

Nesse contexto, o governo subiu a taxa da internet e por isso na imagem a seguir, os ativistas pedem que baixem os “megas” *megabytes*:

Figura 3: disputa de poder digital



Fonte: Nuvunga, 2025 (Perfil no Facebook)

As três imagens analisadas documentam práticas de silenciamento e exclusão digital em Moçambique durante maio de 2024, quando o governo aumentou o custo da internet e restringiu o acesso às plataformas digitais em meio a manifestações populares. A primeira mostra uma suspensão programada de internet que coincidiu com o horário do protesto, gerando suspeitas de censura encoberta; a segunda revela o bloqueio da conta de WhatsApp de uma ativista sem justificativa, ilustrando a atuação dos algoritmos como instrumentos de deslegitimação política; e a terceira retrata jovens em protesto, com cartazes denunciando o governo e exigindo acesso justo à internet por meio da campanha #BaixemOsMegas. As análises de conteúdo (Bardin, 2011) revelam categorias como restrição digital, controle estatal e resistência juvenil, enquanto a análise do discurso (Fairclough, 2001) evidencia como os textos técnicos e impessoais (como notificações de sistemas ou comunicados oficiais) são ressignificados por cidadãos como práticas de repressão.

No plano social e discursivo, os manifestantes explicitam que o encarecimento da internet e o bloqueio de plataformas não são atos isolados, mas ações inseridas em um contexto de autoritarismo digital e desigualdade de acesso à comunicação. O uso de cartazes com dizeres como “Nyusi quer nos limitar” e “PNP”, “não matem o negócio” articula crítica direta ao Estado — aqui identificado como “Povo no Poder” — enquanto as *hashtags* conectam a rua ao espaço virtual, formando redes de contestação. A análise revela que a censura em Moçambique

se manifesta não apenas pela repressão direta, mas pela instrumentalização de recursos técnicos (algoritmos, tarifas, bloqueios) para impedir a circulação de discursos críticos. Assim, o acesso à internet torna-se objeto central de disputa política, evidenciando a comunicação digital como campo estratégico de exercício e contenção da cidadania.

Figura 4: “Queremos vos dificultar”



Fonte: Nuvunga, 2025 (Perfil no Facebook)

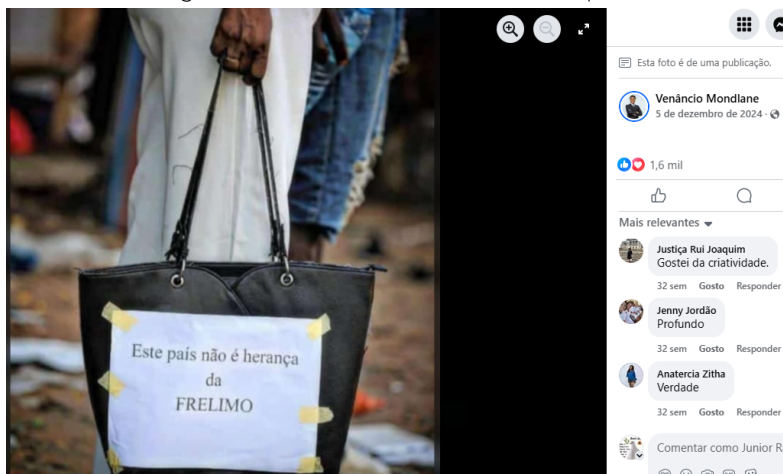
A imagem registrada em 18 de maio de 2024 mostra jovens moçambicanos em manifestação contra o Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM), órgão responsável pelo controle regulatório das telecomunicações. O cartaz central apresenta a frase “NÓS NÃO VAMOS NÃO DIFICULTAR – NADA. ASS.: INCM”, que reproduz irônica uma declaração institucional, expondo a distância entre o discurso oficial e a experiência concreta da população diante de aumentos nas tarifas de internet, censura e instabilidade de rede. A análise de conteúdo (Bardin, 2011), indica que o discurso oficial é reapro-

priado de forma crítica, evidenciando a contestação pública da autoridade técnica e a mobilização cívica por meio de práticas discursivas multimodais, combinando visualidade, gestualidade e textualidade. A linguagem burocrática é deslocada e utilizada como ferramenta de denúncia pela ação coletiva dos manifestantes.

A análise do discurso (Fairclough, 2001), crítica mostra que a frase do cartaz emprega estrutura tautológica e ambígua com marcas do discurso administrativo, cujo esvaziamento semântico é exposto pela crítica pública. O protesto revela que a linguagem técnica do Estado, apresentada como neutra, atua como instrumento de controle sobre os fluxos comunicacionais. A manifestação torna visível a disputa pela autoridade discursiva e pelo direito à comunicação no ambiente digital, reposicionando a linguagem institucional como campo de tensão entre poder estatal e cidadania. A prática discursiva do protesto opera como resistência, deslegitimando a autoridade técnica e exigindo acesso e liberdade no uso das redes digitais em Moçambique.

As postagens analisadas revelam uma fusão entre experiências cotidianas e posicionamentos políticos. Reclamações sobre o custo de vida, precariedade dos serviços públicos e abusos de autoridade são transformadas em atos de fala política, que tensionam as fronteiras entre o privado e o coletivo, o imediato e o estrutural. E nessa perspectiva, o Facebook funciona, assim por dizer, como espaço de elaboração do tempo da indignação e da esperança.

Figura 5: FRELIMO não é herdeiro do país



Fonte: Venancio – 5 de dezembro, 2024 (Perfil no Facebook)

A imagem supra apresenta uma bolsa preta segurada por uma pessoa, com um papel afixado contendo os dizeres: “Este país não é herança da FRELIMO”. Publicada nas redes sociais por Venâncio Mondlane, em dezembro de 2024, essa representação visual insere-se num contexto de forte tensão política em Moçambique, marcado por denúncias de autoritarismo e contestação à hegemonia histórica do partido FRELIMO.

À luz da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), a mensagem pode ser compreendida a partir de três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na fase de pré-análise, observa-se que a unidade de registro central é o enunciado fixado na bolsa, compreendido no contexto das manifestações populares.

A exploração do material revela categorias temáticas como a rejeição à apropriação do Estado por um único partido, a crítica à naturalização da permanência da FRELIMO no poder, e a emergência de práticas de resistência. O uso de um objeto cotidiano como meio de protesto – uma bolsa – amplia a potência comunicativa da ação, democratizando a linguagem da contestação. No tratamento e interpretação dos dados, percebe-se uma estratégia de denúncia política que se vale de recursos visuais simples para confrontar o monopólio histórico do partido dominante sobre o Estado moçambicano.

Com base na análise crítica do discurso de Fairclough (2001), é possível aprofundar a leitura a partir das dimensões textual, discursiva e social. No nível textual, a frase é construída de forma direta, assertiva e negativa, com um léxico acessível que amplia sua recepção popular. O uso do termo “herança” é particularmente estratégico, pois carrega conotações de propriedade privada, sucessão familiar e dominação prolongada – sugerindo que a FRELIMO se comporta como se o país lhe pertencesse por direito histórico.

Na dimensão da prática discursiva, a circulação da imagem nas redes sociais e sua viralização constituem práticas comunicativas características do ativismo digital, em que a estética da linguagem visual é mobilizada como instrumento de mobilização política. Por fim, no nível da prática social, o discurso veiculado na imagem insere-se em uma conjuntura de crise de legitimidade e reconfiguração da esfera pública moçambicana. O gesto de afirmar que “o país não é herança” configura-se

como um ato de fala insurgente, que busca desnaturalizar a centralidade da FRELIMO e recolocar o país no campo da disputa democrática.

Assim, tanto a análise de conteúdo de Bardin (2011) quanto a análise crítica do discurso de Fairclough (2001) permitem compreender como enunciados aparentemente simples podem operar como dispositivos de resistência e confrontação. A imagem evidencia o modo como a linguagem – verbal e visual – se articula à ação política, servindo como meio de reinscrição de sentidos, contestação da hegemonia e afirmação de novos projetos sociais.

Considerações finais

O ativismo digital em Moçambique, ancorado no Facebook, revela uma prática comunicativa complexa, marcada por temporalidades entrecruzadas e performances políticas em rede. A comunicação cibernética não apenas amplia a visibilidade da resistência, mas também redefine os ritmos da cidadania e da contestação. Entre o efêmero e o duradouro, o Facebook tem se tornado arena de disputa narrativa e cronotopo político, onde a democracia é reelaborada diariamente, entre algoritmos, afetos e repressões.

No contexto moçambicano analisado, a presença de censura, perseguição digital e manipulação do acesso à internet compromete de forma estrutural a possibilidade de uma democracia efetiva nas redes sociais. A suspensão seletiva da internet durante manifestações, o bloqueio de contas de ati-

vistas em plataformas como o WhatsApp e o aumento abrupto das tarifas de dados configuram práticas que restringem o direito à comunicação, à participação política e à liberdade de expressão. Esses mecanismos operam tanto por vias técnicas (algoritmos, tarifas, bloqueios automatizados) quanto por decisões políticas disfarçadas de rotinas administrativas. As vias técnicas têm interesses dos entes estatais, que manipulam o possível, mas também das plataformas situadas no Norte Global, em especial nos EUA, que manipulam de outra forma e este outra forma ainda não está claro e as big techs tem trabalhado para que não fique claro.

Quando o tempo da comunicação cibernética — seus fluxos, interrupções e disponibilidades — é controlado para desmobilizar protestos e silenciar vozes críticas, o espaço digital deixa de ser um campo aberto de deliberação democrática e torna-se um ambiente marcado pela assimetria de poder. Assim, a ideia de democracia nas redes, no caso moçambicano, revela-se profundamente tensionada por práticas de controle que esvaziam o potencial emancipador da comunicação cibernética.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. **The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism.** Stanford: Stanford University Press, 2019.

DATAREPORTAL. **Digital 2024: Mozambique.** Kepios, 2024. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-mozambique>. Acesso em: 10 jul. 2025.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora UnB, 2001. acesso: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/6531>.

FORQUILHA, Salvador. **Autoritarismo e reformas democráticas em Moçambique:** entre a normatividade e a prática política. Cadernos IESE, Maputo, v. 1, n. 20, p. 1-21, 2022. disponível em: <https://www.iese.ac.mz/publicacoes/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital.** Petrópolis: Vozes, 2015.

HAN, Byung-Chul. **O aroma do tempo: um ensaio filosófico sobre a arte da demora.** Lisboa, relógio d'água, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cs/815>.

HANLON, Joseph. **Mozambique: who calls the shots?** London: James Currey, 1991.

HOOTSUITE. **Digital in Mozambique 2023.** Datareportal, 2023. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2023-mozambique>. Acesso em: 10 jul. 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: N-1 Edições, 2018.

NHAMIRRE, Borges. **Internet e democracia em Moçambique.** Maputo: CDD Moçambique, 2021.

NHAMIRRE, Borges. **Social media regulation in Mozambique: between protection and repression.** Institute for Security Studies (ISS), Policy Brief, 2021.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism**. New York: NYU Press, 2018.

NYAMNJOH, Francis B. **Africa's media, democracy and the politics of belonging**. London: Zed Books, 2015.

ROSÁRIO, Domingos do; MUENDANE, Eduardo. Os “protestos populares” de 2010. **Politique Africaine**, n. 144, p. 73–94, 2016.

ROSA, Hartmut. **Social acceleration: a new theory of modernity**. New York: Columbia University Press, 2013. Acesso em: <https://acceleratedclassroom.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/03/social-acceleration.pdf>.

SALEMA, Edson; GUAMBE, Edson. **Propostas de Lei da Comunicação Social em Moçambique: contributos para o debate público**. EISA Moçambique, 2021.

TSANDZANA, Denis. **Redes sociais da internet como “tubo de escape” juvenil: práticas e significados em Moçambique**. Cadernos de Estudos Africanos, Lisboa, n. 40(2), p. 167–189, 2020.

TUFEKCI, Zeynep. **Twitter and tear gas: the power and fragility of networked protest**. New Haven: Yale University Press, 2017.

VASSILAKOPOULOU, Polyxeni; HUSTAD, Eli. Bridging digital divides: A literature review and research agenda. **Information Systems Frontiers**, p. 1–15, 2021. DOI: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10796-020-10096-3>.

WAJCMAN, Judy. **Pressed for time: the acceleration of life in digital capitalism**. Chicago: University of Chicago Press, 2015. Acesso em: https://press.uchicago.edu/books/excerpt/2015/Wajcman_Pressed_for_Time.html

DIMENSÕES DO TEMPO E A CAPTURA DO EU NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS¹

Livia NERY²

Luana MONTEIRO³

Resumo

Este estudo analisa a captura do tempo, a espetacularização da subjetividade na busca por validação e a fragmentação identitária nas redes sociais em um período de tempo marcado pela intolerância e desinformação. Adotando uma abordagem qualitativa e bibliográfica, o trabalho dialoga com Guy Debord, Paula Sibilia, Paul Ricœur, Nego Bispo, Leda Maria Martins, Hartmut Rosa e Ana Regina Rêgo para refletir a experiência ontológica de sentir o tempo como caminho de resistência, promovendo a formação crítica, a autenticidade da identidade narrativa e o resgate de vínculos humanos genuínos. Conclui-se que, em meio ao espetáculo virtual, é possível cultivar uma subjetividade consciente e ética, superando a lógica da visibilidade efêmera e do consumo temporal.

Palavras-chave

tempo; subjetividade; mídias sociais digitais.

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 4- Mídia e Dimensões do Tempo - na vida plataformizada, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.
 - 2 Doutora. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPI, email: livia@ufpi.edu.br
 - 3 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPI, email: luana@ufpi.edu.br

Introdução

A onipresença das redes sociais digitais transformou radicalmente a forma como construímos e expressamos nossa identidade. Vivemos em um “palco” virtual, no qual a curadoria de uma imagem idealizada e a busca incessante por validação externa se tornam imperativos. Essa dinâmica, é retratada por Paula Sibilia na obra, *O show do eu: a intimidade como espetáculo*, que suscita questões profundas sobre a superficialidade das conexões, a fragmentação da subjetividade e a perda de sentido da experiência vivida.

No palco luminoso da hipervisibilidade, as subjetividades já não são moldadas no silêncio da interioridade e no tempo maturado das trocas lentas da convivência íntima. Elas são fabricadas sob o olhar do outro, condicionadas por algoritmos, guiadas por métricas de engajamento. A subjetividade se torna um projeto de marketing pessoal, constantemente lapidado para gerar atenção, desejo, admiração, e, claro, consumo.

Este trabalho é fruto dos conhecimentos adquiridos no transcurso do mestrado em Comunicação da UFPI, em especial na disciplina, Tópicos Especiais em Jornalismo III, ministrada com maestria pela profa. dra. Ana Regina Rêgo, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPI, e amadurecidos nos estudos do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Estratégias de Comunicação (NEPEC) também da UFPI. Por meio do qual apresentamos um diálogo entre os pensamentos de Paula Sibilia e Guy Debord acerca da espetacularização da subjetividade; e dos autores: Paul Ricœur, Nego Bispo, Leda Maria Martins,

Hartmut Rosa e Ana Regina Rêgo, que falam das experiências humanas no tempo, apresentamos esses conceitos como contraponto à lógica da visibilidade superficial.

Compreendendo que todo período de tempo é marcado por características predominantes, a jornalista e historiadora Marialva Barbosa, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como convidada em evento acadêmico, aponta que o século XXI pode ficar marcado com a época da desinformação. Inseridos nesse tempo precisamos compreender os elementos que catalisam a experiência humana e contribuem para a formação da subjetividade, apontando a necessidade de alternativas para a formação de sujeitos autênticos e conscientes.

A hipótese da professora, Marialva Barbosa, sobre a “era da desinformação” ganha densidade ao dialogar com a autora Ana Regina Rêgo (2025) em *A Seta do Tempo*. A autora demonstra que as plataformas digitais não são neutras, pelo contrário elas operam intervenções diretas nas temporalidades, impondo um regime de “atualismo” (Araujo e Pereira, 2019), que desenraíza os eventos de seu contexto histórico. A desinformação prospera precisamente na “fratura do presente”, onde a aceleração cinética da modernidade suprime o tempo necessário para o pensamento crítico, substituindo a experiência histórica pela intensidade do instante. O “relógio único” imposto pelas forças hegemônicas globais cria assimetrias que facilitam a manipulação da realidade e a construção intencional da ignorância.

Assim, problematizamos a espetacularização da vida cotidiana no contexto digital, os discursos de ódio reproduzidos

no calor das emoções e o sequestro do tempo nesses ambientes, e por fim, traçamos caminhos de resistência por meio da formação crítica sedimentada no olhar desses teóricos que nos convidam a viver e sentir o tempo percebendo suas marcas nada furtivas.

2 - A narrativa como mediadora da experiência do tempo

Vivemos tempos marcados pela contradição entre o anseio por pertencimento e a performance de uma notoriedade a qualquer custo. Nesta modernidade tardia, a valorização do visível mascara o que Hartmut Rosa (2019) diagnostica como uma profunda alienação: não apenas um distanciamento, mas uma “relação de ausência de relação”, onde o mundo se torna mudo apesar da hiperconectividade. Frequentemente, não percebemos que fomos enredados no que Cray (2014) define como a lógica 24/7, uma estrutura de controle que, sob a desculpa da “falta de tempo” e da aceleração, que nos expropriou da capacidade de vivenciar a duração.

Essa cegueira reflete a organização temporal como uma operação de poder que define inclusões e exclusões no presente, uma inconsciência sobre a própria política do tempo (Mudrovcic, 2018), levando-nos a aceitar a linearidade hegemônica como única via possível, em detrimento de temporalidades mais humanas e ressonantes.

Na perspectiva do que Paula Sibilia denomina como “o show do eu”, sujeitos são construídos sob os holofotes digitais, condicionados por algoritmos e curtidas. Essa configuração

mediática da subjetividade dialoga com o conceito de sociedade do espetáculo de Guy Debord, na qual a imagem se sobre põe à experiência direta da realidade, criando um mundo de ilusões onde as sombras tentam reluzir.

Passamos a viver fragmentados a depender da próxima “trend” que nos distraia, a própria existência fica condicionada a visibilidade, o desejo de pertencimento é sufocado pela superficialidade da possível fama construída de repente. O que não é mostrado, compartilhado ou curtido, corre o risco de não ser reconhecido como real. A sociedade do espetáculo, como diagnosticada por Guy Debord, não apenas transformou a vida em imagem, ela fez da imagem o próprio critério da vida. Viver, hoje, é aparecer nas mídias sociais, não é suficiente a formação pessoal ou profissional, se não for validada por um perfil nas plataformas.

Nesse contexto, a desconexão com a identidade pode explicar a diluição da pessoa humana refletida na “sociedade liquidificada” descrita por Bauman (2001) na era moderna como instável e fluida, marcada pela dissolução de laços sociais duradouros em favor de relações mais voláteis e superficiais. Pois assim, também, as pessoas se apresentam sem profundidade e raízes que as ancore no estado de presença para vivenciar as experiências que ajudam a formar a subjetividade em constante transformações.

E, a compreensão da experiência humana do tempo, segundo a hermenêutica de Paul Ricoeur, é proposta como alicerce para compor a mediação narrativa trazendo mais huma-

nidade às relações intra e interpessoais. O filósofo argumenta que o tempo vivido, fragmentado pelas contingências da ação e da memória, só se torna inteligível quando articulado em uma história capaz de estabelecer relações de sentido entre eventos dispersos. Assim, a narrativa não é um simples espelho da realidade, mas uma configuração que permite transformar o fluxo temporal em uma totalidade compreensível segundo Ricoeur (2010).

A partir dos conceitos apresentados por Ricoeur (2010), buscamos estabelecer conexões entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional, compreendendo como ambas moldam nossas percepções sobre o que é real e o que é construído. Essa distinção torna-se especialmente necessária no contexto da superexposição nas redes sociais digitais, em que práticas de autoconstrução narrativa produzem versões editadas de si mesmo que transitam entre autenticidade e ficção.

Assim, as reflexões de Ricoeur (2010) nos ajudam a compreender como as formas de captação e transmissão da experiência contemporânea podem gerar tensionamentos entre realidade, aparência e representação no ambiente digital. E nos convidam a enfrentar o grande desafio da contemporaneidade: encontrar o que está para além do espetáculo, que por vezes causa angústia e vazio existencial por mais brilhante que pareça.

Como afirma Paula Sibilia, por trás da exposição incessante, há um desespero por pertencimento, um grito de individualidade que se perde na repetição de padrões. O eu-espe-

táculo é simultaneamente onipresente e ausente: ele aparece em todo lugar, mas raramente se faz sentir de forma autêntica. Uma vez que, nas redes sociais digitais tudo vira produto a ser consumido por meio da capturando do tempo que é medido em “likes”.

Essa configuração é programada para fragmentar o indivíduo e, por fim, a coletividade. Pois, não tem como finalidade a produção de sentido que organiza o fluxo temporal e atribui coerência às práticas humanas, os indivíduos são capturando e aprisionados em bolhas longe da narrativa que opera como um mediador hermenêutico que possibilita ao sujeito interpretar suas ações e situá-las em uma temporalidade significativa.

A proposta ricoeuriana, demonstra que a narrativa atua em três níveis: o mundo da ação já estruturado; a construção da intriga como uma trama; e a interpretação realizada pelo leitor ou ouvinte na visão de Ricoeur (2010). Esse movimento explica como experiências individuais e coletivas são interpretadas, reinterpretadas e reinscritas no tempo social. A compreensão de si e do outro, portanto, emerge desse processo narrativo que articula passado, presente e futuro.

À luz da hermenêutica ricoeuriana, interpretar conteúdos midiáticos significa compreender como diferentes atores configuram narrativamente a realidade, selecionando eventos, articulando intrigas e disputando sentidos em determinado período de tempo e espaço.

Processo que requer pensamento crítico e um espaço de reflexão, que não dispomos na velocidade imposta pela moder-

nidade, e catalizada pelas redes sociais digitais como manobra de distração, distanciamento e apagamento das memórias que fornecem ao presente fundamentos para agir e projetar o por vir mais congruente.

3 - A urgência na conexão com o tempo

O fenômeno da espetacularização da subjetividade digital encontra em Paula Sibilia (2008) um marco interpretativo. Em *O Show do Eu*, a autora descreve a lógica de exposição e performance como constitutiva das identidades contemporâneas. Essa leitura converge com a análise de Guy Debord (1997), para quem a sociedade do espetáculo transforma a experiência em representação, substituindo a autenticidade da vida pela sua imagem, que é consumida nas redes sociais nos ditames do capitalismo, vendida como entretenimento onde a distração pode custar bem caro.

Esse quadro evidencia que a identidade contemporânea, capturada pela lógica do espetáculo e alienada pela tecnologia do controle segundo Deleuze (1992) operada a “céu aberto” sem confinamento por meio de rastreamento de dados, pode ser ressignificada na compreensão da subjetividade e sua transformação no tempo como parte do que somos em favor da autenticidade, criticidade e consciência ética. Sustentando, assim, que a experiência humana no tempo é sempre preenchida por significados que se constroem por meio da narrativa, e não pela linearidade vazia da cronologia.

Não bastasse o passar vazio e linear das horas, dias e anos; os tempos modernos com a indústria e crescente desenvolvimento tecnológico nos impôs a “aceleração social” que Hartmut Rosa (2019) diagnostica como fruto da modernidade tardia, sendo a angústia um sintoma da busca incessante por otimização na superação de performance, na ilusão de realizar cada vez mais em menos tempo, e que esconde a frustração das promessas da modernidade onde o capitalismo é o imperador, manobrado pelo interesse de manter a humanidade cativa e em constante servidão.

Profunda “alienação” de que a tecnologia estaria a serviço da humanidade perdida entre as máquinas. E sim, a serviço da dominação por meio de promoção da desconexão do indivíduo consigo mesmo, com os outros e com o mundo. O tempo, que deveria ser um meio para a experiência humana, torna-se um fim em si, uma força avassaladora que nos arrasta, impedindo a contemplação, intensificando a superficialidade e ruindo na capacidade de “ressonância” com a vida.

Rosa (2019) descreve a ressonância como uma relação com o mundo onde somos mutuamente afetados e transformados, diferente de um mero eco ou uma relação de assimilação. É um estado de profunda conexão, que ele divide em eixos horizontal, nas relações com as pessoas; diagonal em relação com materialidades, e aqui destacamos as tecnologias; e vertical na integração com a natureza, o universo e a arte. A alienação surge quando esses eixos se tornam “mudos e surdos”, impedindo essa vibração relacional.

No cárcere da hiperconectividade, aceleração social em ação, estamos imersos em notificações constantes e a necessidade de estarmos “sempre online”. Como resultado podemos perceber o crescente número de diagnósticos de transtornos mentais, uma evidência do estado doentio de parte significativa da humanidade, apontado por Byung-Chul Han como “violência neuronal” no livro *A Sociedade do cansaço*.

Assim, tecnologia, que deveria aproximar os distantes, separou os que aparentemente estão próximos, a pessoa, apesar de ter família e amigos, não consegue sentir uma conexão profunda com eles, e dessa forma podemos entender que os eixos de ressonância cessaram. As interações se tornam superficiais em decorrência da alienação, e a satisfação de criar ou aprender é substituída pela exaustão. E, se torna urgente o resgate da capacidade de pausa, de estar presente, de sentir a música, a natureza ou a conversa, reativando a ressonância como estado humano de pertencimento.

Essa fratura do presente, onde o passado é rapidamente esquecido e o futuro é incerto, que nos impede de experienciamos o tempo com profundidade, ecoa nas inquietações da modernidade ocidental, ao impor uma cronologia linear e universal desconsiderando a própria natureza do existir no tempo.

4 - Narrativa e construção de sentidos no ambiente digital

Contrariando a hegemonia da linearidade ocidental, outras cosmovisões propõem o tempo como ciclo ou espiral, imbri-

cado com os ritmos da natureza e as experiências culturais, oferecendo alternativas para uma relação mais humana com a temporalidade.

Nego Bispo (2015, 2023a, 2023b), líder quilombola piauiense, oferece uma perspectiva contra-colonial ao desvelar a imposição do tempo linear ocidental, que hierarquiza e exclui. Em sua visão, o “começo-meio-começo” da vida na roça, inspirada nos ciclos da natureza e no movimento da água, norteia as noções de confluência e transfluência verdadeira poesia que só a contemplação permite ser desvelada.

O autor nos fala da confluência e explica que “nem tudo que se junta se mistura”, afirmando a coexistência entre as diferenças sem hierarquia, onde rios se encontram e seguem seus cursos, enriquecendo-se mutuamente sem perder suas identidades. A transfluência, por sua vez, aponta para transformações que ocorrem sem fusão, como o rio que, em forma de vapor se condensa na chuva, “flui pelo céu”, indicando um fluxo de ideias, práticas e conhecimentos que transcendem barreiras sem se dissolver.

Essas ideias rompem com a lógica da linearidade, propondo um tempo que se move em fluxos, em alianças que fortalecem a vida, onde passado, presente e futuro se sobrepõem e se articulam constantemente, em um processo contínuo de criação e recriação. A confluência de Nego Bispo aponta que a diversidade de culturas e ritmos próprios, podem colaborar sem perder sua essência, gerando resultados mais ricos e resilientes. Promovendo a valorização de saberes tradicionais a

sustentabilidade desse conhecimento, pode ser evidenciado na rotina da comunidade local, que vive em harmonia com o tempo cíclico na empiria do plantio e colheita, que requer a espera com parte do tempo vivido. Não desconsidera que outras formas de viver o tempo linear podem conviver em confluência, respeitando as diferenças e transformando o conhecimento sem que se anulem. Isso fomenta a valorização da diversidade cultural e temporal, essencial para uma humanidade mais inclusiva.

Já Leda Maria Martins (2021), ao desenvolver o conceito de oralitura e o “tempo espiralar”, resgata a sabedoria africana e afro-diaspórica que desafia a cronologia eurocêntrica. Para ela, o tempo não é uma linha que se rompe, mas uma espiral contínua, onde passado e futuro coexistem no presente, e a ancestralidade não é um ponto distante, mas uma força viva que informa e molda o agora. Através da arte na expressão cultural e por meio da oralidade, a memória é constantemente reencenada, e o tempo se manifesta em múltiplas camadas, por meio da coexistência e do compartilhamento ativo do tempo entre diferentes realidades.

Em contraste com a história linear e cronológica ensinada nas escolas tradicionais, que muitas vezes marginaliza ou apaga a experiência de povos não-ocidentais, a oralitura de Leda Maria Martins nos convida a ver o tempo em uma espiral. Em comunidades que mantêm a oralidade viva, as histórias dos ancestrais não são “passado”, mas forças atuantes que moldam a identidade e as decisões presentes.

Assim, um ritual ou uma roda de contação de histórias em uma comunidade indígena ou quilombola não é uma simples encenação; é uma atualização do tempo espiralar, onde o ancestral está presente e a sabedoria passada ressoa no agora. A humanização do tempo integraria essas diferentes temporalidades, valorizando a oralidade e a experiência viva do tempo, como forma de enriquecer a compreensão da própria história e identidade.

Diante do protagonismo das redes sociais digitais refletir o tempo por meio desse visada torna-se importante para construção de sentidos, identidades e subjetividades. Pois propõe o desenvolvimento da capacidade de sentir a vida, capacitando o indivíduo para acessar, analisar, produzir e participar do ambiente informacional tanto físico quanto digital. Muitos perfis nas redes sociais retratam a vida nas comunidades indígenas e quilombolas promovendo a compreensão dessa vida vivida no ritmo da natureza, mas conectadas com o que chamamos de evolução tecnológica.

Pois quando pensamos em evolução, o imaginário cria um ambiente de melhoria das condições de vida integral, e não podemos desconsiderar que a ciência alçou voos, mas a moral e a ética se arrastam no decurso do tempo. Assim, pensar de forma crítica e libertadora o uso das tecnologias nos faz refletir o uso consciente das mídias. De forma a incentivar a produção de informações confiáveis, além de estimular práticas de curadoria, autoria responsável e participação cidadã.

O que retoma a necessidade de desenvolver competências como análise crítica, por meio da compreensão da narrativa presente a partir do passado que lhe permeia, e ao mesmo tempo vislumbrar um futuro provável. E que permitirá a verificação de fatos, produção ética de conteúdo e compreensão da lógica das plataformas, onde sujeitos não tenham seu tempo sequestrado na ideologia do consumo, mas sejam protagonistas conscientes de suas próprias narrativas e suas implicações.

A compreensão da importância do tempo, reveladas nesses conhecimentos, amplia a autonomia interpretativa, fortalece práticas democráticas e contribui para a prevenção de discursos violentos, polarização e desinformação. Na busca de nos aproximar da nossa humanidade, presente na subjetividade dos discursos, nas verdadeiras narrativas que guardam pedidos, sentimentos e necessidades, muitas vezes marcadas por conflitos históricos ou emocionais, são reorganizadas em novas tessitura da intriga que abrem espaço para o reconhecimento mútuo. A síntese do heterogêneo, segundo a teoria de Ricoeur, torna-se evidente: diferentes versões do conflito são integradas em uma nova trama capaz de promover entendimento e cooperação.

Em um mecanismo dialético propomos viver a experiência do sentir o tempo, convidando a compreensão de como a subjetividade é formada e transformada pelo fortalecimento das narrativas por meio do redesenho temporal da experiência, permitindo que o sujeito vivencie o presente, revise seu passado e vislumbre um futuro mais integrado.

5 - Método

O presente estudo configura-se como um ensaio teórico-interpretativo, fundamentado na análise bibliográfica e hermenêutica crítica. Assim o procedimento metodológico foi estruturado a partir das aulas expositivas do mestrado, que possibilitaram a construção do referencial teórico principal, articulando conceitos de Paula Sibília, Guy Debord, Paul Ricoeur, Ana Regina Rêgo, Nego Bispo, Leda Maria Martins e Hartmut Rosa em obras de referência sobre o tempo, espetáculo e subjetividade.

A participação nas reuniões do NEPEC, integrou os estudos do discurso, identidade, subjetividade e processos comunicacionais e ou midiáticos à análise interpretativa da análise do discurso crítica à perspectiva hermenêutica, buscando identificar pontos que revelam tanto a superficialidade da visibilidade digital quanto as possibilidades de resistência por meio da compreensão sobre o tempo e suas dimensões.

Nesse ensaio entendemos a experiência temporal por meio de Ricoeur, que fala da construção do “eu” no tempo, e Mudrovic, que alerta para o tempo usado como ferramenta de poder. A partir dessa compreensão estudamos os fenômenos: da Modernidade Tardia por meio dos autores: Crary, Rosa, Debord e Sibília; que analisam a aceleração, a sociedade 24/7 e a alienação temporal. E, as epistemologias do Sul e Contracoloniais, na visão de: Bispo, Martins e Rêgo; que propõem temporalidades espiralares e confluentes como resistência à “cronologia linear e universal” que historicamente hierarquizou os saberes.

A análise interligou esses conhecimentos para refletir se a formação da subjetividade crítica, resistente a captura do ser nas redes sociais, pela consciência do “eu” forjado no decurso do tempo vivido em estado de presença; pode refrear a atuação da plataformização como um mecanismo de “negação da coetaneidade”, transformador da subjetividade em mercadoria e o tempo em recurso escasso.

Essa metodologia possibilitou o diálogo entre diferentes acepções teóricas possibilitando a reflexão acerca do tema proposto.

Considerações finais

A cultura da hipervisibilidade digital, marcada pelo espetáculo e pela lógica de consumo, impõe desafios à construção da subjetividade contemporânea. A diversidade dessas experiências temporais, de Ricouer, em tempo e narrativa; do ciclo temporal de Nego Bispo, da espiral de Leda Maria Martins, passando pela ressonância de Hartmut Rosa, nos convida a uma profunda reavaliação do “tempo que nos consome” na modernidade tardia, em grande medida, um tempo desumanizado, que reifica relações e aliena indivíduos. Articular esse pensamento em nosso cotidiano significa reconhecer que a busca por mais humanidade não é apenas uma aspiração moral, mas uma necessidade existencial para reestabelecer nossa conexão com o tempo.

Para vencermos o cansaço e cultivar a capacidade de “ressonância” que Rosa propõe, ou seja, deixa ser afetado e afetar o

mundo, para encontrar sentido e pertencimento em uma relação recíproca. Isso implica valorizar o tempo da contemplação, da reflexão e da construção de laços afetivos, em contraste com a lógica da aceleração e do consumo. Da mesma forma, devemos nos abrir para a “confluência” de Nego Bispo, que ensina a coexistir com a diferença e a multiplicidade temporal, reconhecendo que não existe um “relógio único” para o planeta, mas sim, uma diversidade de ritmos e existências.

Compreender o tempo, em suas múltiplas formas simbólicas de linha, ciclo ou espiral, é parte intrínseca da busca por entender a nós mesmos. Assim, ao reconhecermos que o passado não é apenas uma sequência de eventos, mas uma memória viva que informa o presente; e que o presente não é apenas um ponto fugaz, mas um cruzamento de temporalidades; e que o futuro não é uma mera projeção linear, mas um horizonte de possibilidades moldando por nossas ações e ressonâncias, podemos resgatar a riqueza da experiência temporal.

E, embora vivamos em um palco virtual, é possível construir uma subjetividade ancorada na narrativa de si e na autenticidade dos vínculos humanos. Para superar o “Show do Eu” exige coragem, consciência crítica e educação para além da mera visibilidade. Pois, seja linear, cíclica ou espiralar a experiência ontológica de sentir o tempo na complexidade que permeiam a humanidade, permite compreender o tempo como parte da nossa humanidade, pois nada existe fora do tempo.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BISPO, Nego. **A Terra Dá, a Terra Quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023a.

BISPO, Nego. **Colonização, Quilombos: Modos e Significações**. Brasília: Ed. UnB, 2015.

BISPO, Nego. **Somos da terra**. In: _____. Terra: Antologia Afro-indígena. São Paulo: Ubu Editora, 2023b.

CRARY, Jonathan. **24/7: capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Ubu, 2014.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. 2. ed. ampl. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

LEAL, Bruno Souza; RÊGO, Ana Regina. The Paradoxes of the Contemporaneity between Confluences and Resonances. **Chungara Revista de Antropología Chilena**, Arica, v. 57, e03625, 2025. DOI: 10.4067/s0717-7356202500010517.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do Tempo Espiral: Poéticas do Corpo Tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MUDROVCIC, María Inés. Políticas del tiempo, políticas de la historia: ¿quiénes son mis contemporáneos?. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 20, n. 36, p. 7-14, 2018.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Vol. III. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

RÊGO, Ana Regina. **A Seta do Tempo: Plataformas, Inteligência Artificial e Desinformação**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2025.

ROSA, Hartmut. **Aceleração: uma teoria social do tempo**. São Paulo: Editora Unesp, 2013

ROSA, Hartmut. **Ressonância: uma sociologia da relação com o mundo**. Petrópolis: Vozes, 2019.

SIBILIA, Paula. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

FORMAS E FORMATOS DA MEDIAÇÃO JORNALÍSTICA NO INSTAGRAM: O CASO DO PERFIL @TVCIDADEVERDE NA COBERTURA VACINAL¹

Jacqueline Lima DOURADO²

Nariani de Sousa Lopes RODRIGUES³

Resumo

O artigo analisa as mediações jornalística no perfil @tvcidadeverde no Instagram enquanto espaço de debate sobre a temática da vacinação em novos tempos pandêmicos, já que se justifica a urgência em entender a dinâmica do jornalismo no ambiente digital. O estudo utilizou procedimentos netnográficos de Robert Kozinets (2014), vistos sobre o prisma da mediação proposta por Martín-Barbero (1997), em diálogo com a Economia Política do Jornalismo (EPC) de Jacqueline Dourado (2016). Os principais resultados encontrados apontam para o entendimento sobre uma mediação qualificada entre atores e suas sociabilidades.

- 1 Trabalho apresentado no GT 3- Mídia e Dimensões do Tempo - na vida plataformação, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.
- 2 Doutora em Ciências da Comunicação (UNISINOS). Pós-doutorado em Comunicação e Artes (Universidade da Beira Interior - Portugal). Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPI - Universidade Federal do Piauí. Líder do Grupo de Comunicação, Economia Política e Diversidade - Comum. E-mail: jacdourado@uol.com.br
- 3 Mestranda bolsista do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq) no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPI - Universidade Federal do Piauí. Bacharel em Jornalismo pela UESPI - Universidade Estadual do Piauí - campus Poeta Torquato Neto (Teresina - PI). Membro do Grupo de Pesquisa em Comunicação Alternativa, Comunitária, Popular e Tecnologias Sociais da UESPI e do Grupo de Comunicação, Economia Política e Diversidade - Comum. E-mail: narianirodurigues@gmail.com.

Palavras-chave

Instagram; Mediações jornalísticas; Prática jornalística; Rede social.

1 – Introdução

A pandemia da COVID-19 trouxe desafios os modos de viver e de comunicar dentro da sociedade. Para dimensionar o período, a JOHNS HOPKINS UNIVERSITY (2023) estima que mais de 677.000.000 pessoas foram infectadas e cerca de 6.882.000 mortes foram decorrentes da pandemia no cenário nacional em um curto espaço de tempo. Diante desse cenário, torna-se necessário refletir sobre as práticas jornalísticas e seus desdobramentos nos “novos tempos pandêmicos”, especialmente após o **fim da emergência da COVID-19**, decretado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) **em 2023**.

A análise abrange as publicações do perfil jornalístico piauiense **@tvcidadeverde** sobre **vacinação**, com foco em postagens relacionadas à vacinação contra a COVID-19 e à gripe, ambas tratadas como medidas de saúde pública. A escolha desse recorte se justifica pela relevância do perfil para compreender **a atuação jornalística na mediação digital**, considerando as **formas e formatos** oferecidos pelo **Instagram** como ferramentas de interação e divulgação de informação.

A problemática principal que norteia este projeto é a busca por compreender como são mediadas as informações sobre a temática da vacinação em tempos pandêmicos, em especial no que se refere às formas e formatos que configuram essas mediações. O objetivo geral consiste em analisar o processo de

mediação jornalística nas publicações do perfil do portal noticioso @tvcidadeverde sobre a cobertura vacinal em tempos pandêmicos. Para tanto, os objetivos específicos propõem: a) analisar as publicações a partir das caracterizações de conteúdo que comunicam a temática da cobertura vacinal no território piauiense; b) discutir a produção de conteúdos noticiosos em suas possibilidades de formatos, usos e funções de estruturação multimidiática disponibilizadas pelo Instagram a seus usuários, jornalistas ou não.

O artigo está estruturado da seguinte maneira: além da introdução e considerações finais, o primeiro tópico da descrição dos caminhos metodológicos faz um percurso sobre o uso da netnografia para analisar as publicações. O segundo tópico apresenta o aporte teórico para debater a mediação jornalística e sua sociabilidade em um entrelaçamento com os estudos críticos da Economia Política do Jornalismo (EPJ). Por fim, o terceiro tópico é dedicado às análises das publicações no perfil @tvcidadeverde ao dialogar com as reflexões sobre uma mediação noticiosa qualificada no ambiente digital.

2 - Caminhos metodológicos de uma pesquisa netnográfica

O percurso metodológico utiliza a netnografia para abranger uma produção no ecossistema virtual, que leva em consideração as perspectivas de conteúdo, formatos digitais e as interações entre os atores no digital, bem como a valorização do pesquisador, enquanto agente político na mediação jorna-

lística, imerso no objeto de estudo. Segundo Robert Kozinets (2014), a netnografia não se debruça em apenas trazer textos imersos no ciberespaço, mas volta a pesquisa para as interações geradas por meio das mediações tecnológicas. Trazer estes significados e percepções pode levar a reflexões das possibilidades de mediações no ambiente digital.

Os estudos de Robert Kozinets (2014) fornecem uma base metodológica robusta para a discussão das mudanças advindas das tecnologias digitais. Ao identificar a importância de Kozinets para os estudos, utilizou-se os seus procedimentos com o uso da metodologia, tais como: 1) *Entrée Cultural*; 2) Coleta e análise de dados; 3) Ética de pesquisa e 4) Representação e avaliação.

A primeira etapa *Entrée Cultural* é quando a pesquisa já deve explicitar as pretensões ou predefinições que vão ser colocadas nas experimentações, mas deve ser maleável nos estudos, pois é importante apenas para orientar o pesquisador nos próximos procedimentos. Adriana Amaral (2008) também destaca que é necessário que o pesquisador tenha manejo da ferramenta, no caso o uso do Instagram, para o melhor acesso das informações e sistematizações trabalhadas na pesquisa.

A segunda etapa de coleta e análise de dados, a pesquisa utilizou o aplicativo *Trello*, ferramenta online de organização, armazenamento de arquivos e gerenciamento de atividades. Foram armazenadas por meio do registro de imagens, o *print*, das publicações do perfil noticioso que citava a pandemia da COVID-19 em 2024 e todo o registro, bem como armazena-

mento, foi feito manualmente. A partir disso, foi selecionado o recorte proposto para a análise do presente estudo delimitado entre o mês de janeiro até o mês de abril de 2024. O quadro no *Trello* é composto pelos cartões com os *prints* referentes aos meses de experimentações. Diante de uma grande quantidade de publicações, delimitou-se três postagens que foram selecionadas por meio do critério de se conseguir atingir os objetivos e problemática propostos pela pesquisa.

A etapa de ética de pesquisa, entende-se a importância de manter a privacidade dos usuários, bem como o cuidado no armazenamento das publicações e interações, por isso o estudo não evidencia nenhum comentário ou interação de um perfil específico e preserva a identidade do profissional de saúde na publicação selecionada. A escolha das pesquisadoras que opta por trabalhar com as generalizações apreendidas nos comentários e resguarda a imagem dos especialistas, apenas apresentando as informações e recomendações dos mesmos, dado a leitura do contexto social e histórico de negacionismo da Ciência. Isso é um dos aspectos que fazem a netnografia ser uma metodologia responsável com o que é produzido e os atores em complexas redes sociotécnicas online.

A última etapa da pesquisa defronta-se com as questões de representação e avaliação que pode ser feita para a validar os estudos. Robert Kozinets (2014) cataloga dez normas de avaliação que usam a netnografia, possuindo caráter maleável. Cabe não definir todos os critérios propostos pelo autor, mas o que se analisa dos critérios que orientam o método netnográfico proposto e mais adequado a pesquisa é a definição de veros-

similhança, onde o netnógrafo está imerso no contato cultural da comunidade enquanto pertencente a mesma.

Sem, no entanto, deixar de citar o conhecimento que faz uma revisão bibliográfica sobre a temática em seus problemas e debates centrais que possam avançar no campo de estudo. O rigor é referente a aderência da pesquisa ao método netnográfico e o ancoramento é o completo cruzamento dos dados com o que foi debatido com a teoria. Já a ressonância parte da composição de que a abordagem netnográfica precisa sensibilizar, elucidar algo e tornar o conhecimento ressonante. A menor proporção na aplicação da pesquisa entra o critério de coerência por acreditar que vão existir contradições pelo fato de trabalhar com as tecnologias mutáveis e que, apesar delas, vão apresentar certos padrões unificados. Ou seja, não existe uma anulação total de contradições quando se encontra padrões nas experimentações propostas nas redes sociais.

2 - O jornalista mediador ou intermediador em plataformas digitais

Falar de mediações em um perfil noticioso e de prestígio social, como é o @tvcidadeverde, pressupõe entender como as mediações ocorrem no seio de constantes transformações, como é o caso de plataformas em redes sociais. O perfil pertence ao grupo Cidade Verde de comunicação no Piauí, ao qual administram os veículos de TV, rádio, portal e demais mídias digitais noticiosas. A rede social Instagram, observável do presente artigo, é uma das redes mais atualizadas, possuindo cerca de 319.000 seguidores, uma média de 10 publicações por dia

e interações que variam de 1.000 curtidas e 30 comentários por publicação.

O debate traz reflexões sobre as práticas de mediações jornalísticas que perpassam a atuação dos profissionais, jornalistas ou não, inicialmente selecionados para trabalhar nas mídias digitais a partir do critério de saber utilizar as tecnologias e seus formatos, identificar tendências de formas de conteúdo, mas principalmente por saber mediar nestes meios digitais. Bruno Latour (2012) destaca as diferenças que existem entre intermediários, aqueles que apenas passam uma informação de um ponto a outro, e mediadores, que são sujeitos com capacidade traduzir, de analisar e apreender uma determinada informação para mediar entre seus pares.

Apesar de simples a colocação, um mediador pode ser algo complexo, pois o mediar implica certo domínio dos meios, dos instrumentos, da conjuntura e principalmente da ação que estes mediadores se propõem a fazer, caso contrário atores serão apenas reprodutores, ou apenas um intermediário. É entendendo as nuances que ocupam os atores na dinâmica de intermediários e mediadores que Ernesto Santos (2022) analisa a diminuição de mediadores, dado que existe uma facilidade advinda das novas tecnologias de poder mediar informações ao escrever um blog, criar um perfil nas redes sociais por exemplo. Para Santos (2022), atualmente existem muito mais mediadores de coordenação, que acabam substituindo os intermediários, e em menor quantidade uma mediação epistêmica que analisa a informação e consegue traduzi-las. É com base nessa diferenciação que o autor faz entender os motivos

da ampliação de informações falsas em grupos de Whatsapp e o negacionismo científico no contexto de pandemia.

Atualmente a dinâmica de mediadores e intermediários está estruturada em plataformas digitais, onde as produções jornalísticas estão cada vez mais dependentes das relações de poder de grandes empresas de tecnologias que produzem uma hegemonia nos modos e de ser e existir no mundo, é o que José Van Dijck (2020) assertivamente vai analisar uma plataformização da vida, quando o uso destes meios estão intrinsecamente relacionados com o cotidiano social.

No campo jornalístico, seus produtos estão cada vez mais moldando sua escrita e seu formato de noticiar para caber nas lógicas das redes e suas plataformas. A leitura sobre este ponto em específico deve ser problematizada, pois se antes os interesses dos proprietários dos meios de comunicação e do capital eram condutores do produto jornalístico. Hodiernamente, no entanto, além desses interesses, a produção jornalística também está sujeita às exigências das plataformas digitais. Fato é que o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) facilitou a criação de conteúdo por diversos atores e a disseminação de informações em larga escala, tornando, de acordo com Helenilda Brito e Marcia Andres (2013), mais um recurso comunicacional na cultura do capitalismo pela conquista do lucro. Um exemplo nítido é a rápida propagação de notícias falsas, onde a informação fica em segundo plano, quando existem relações de poder político, econômico imperando no debate social.

Significa que falar sobre mediação, em especial a mediação jornalística pressupõe entender as dinâmicas de tensionamento que existem na sociedade, especificamente ao que a Economia Política do Jornalismo examina condicionantes econômicos e políticos que condicionam a atuação dos meios, as estruturas e seus produtos. Discutir a mediação no digital torna-se obrigatório para quem trabalha e estuda comunicação na construção cotidiana de formas e formatos que podem e são criadas para adaptar a mensagem e o sentido que está carregada nela, algo que será melhor identificado na análise do observável.

3 - Análises das mediações jornalísticas no @tvcidadeverde

As discussões sobre mediações jornalísticas neste capítulo revelam desafios, contradições e oportunidades na transição do jornalismo para o ambiente digital. O foco não é abordar todas as 26 publicações analisadas, mas concentrar-se em três delas, que dialogam diretamente com a problemática central: compreender as possibilidades das mediações jornalísticas no contexto digital.

A primeira publicação selecionada informa com base em dados sobre a baixa adesão vacinal na população está impactando adultos com doenças crônicas no país. O conteúdo dialoga com o contexto social e político do negacionismo científico com o qual tem prejudicado o engajamento social nos processos de imunização. Santos (2022) reconhece que o impacto da negação da Ciência advém de um movimento dado pelas redes sociais que disseminam tais informações e nesse sentido

a publicação evidencia uma estratégia de leitura alinhada ao momento vivido. A legenda da publicação apresenta um texto informativo com uma média de 4 parágrafos de 5 linhas, onde é perceptível uma linguagem mais objetiva e simples de apresentação de dados para falar sobre o problema e o uso de especialista para embasar as recomendações de proteção social com as vacinas, algo utilizado na escrita jornalística. O que pode apresentar uma falha no perfil noticioso é a não apresentação de fontes para os dados apresentados que evidenciam a problemática da vacinação, mostrando uma perspectiva mais publicitária do perfil, já que o uso de fontes é indispensável dentro da prática jornalística.

Isso não significa que o uso de Inteligências Artificiais não seja descartado, pois segundo Berti (2024) as ferramentas como Chat GPT e Gemini são atualmente utilizadas em todo o processo de produção jornalística, especificamente na escrita e edição do material jornalístico, o que mostra uma mudança na forma como a informação jornalística é apresentada nas redes sociais. O formato apresentado na publicação de arte que faz uso de texto, imagem e a logo do veículo de comunicação, onde todas as publicações são direcionadas para o portal de notícias.

Uma postagem que reúne arte e a legenda costuma ter menor potencial de alcance, mas isso depende da maneira como a publicação é elaborada. Ou seja, formas e formatos podem ser experimentados de diferentes maneiras por profissionais jornalistas no digital. Adilson Cabral e Jacqueline Bastos (2022) também evidenciam outros fatores como algoritmos, ranquea-

mento e até mesmo a temática podem balizar a entrega de conteúdo, já que são Big Techs que possuem o domínio econômico para ditar arranjos técnicos das dinâmicas das redes.

Figura 1- Baixa adesão vacinal.



A perspectiva de interações pode ser percebida pelo Instagram através da quantidade de curtidas e comentários, ferramentas que são visíveis aos usuários. Foram contabilizados 165 curtidas e um comentário que foi oculto por apresentar certo sarcasmo ao falar “Isso aí é obra do capeta do bolso”. Significa que a rede social não anula completamente tais interações, mas desestimulava atores de promoverem essas conexões, o que induz a criação de comunidades positivas.

Observa-se que o perfil da Cidade Verde não interage com outros usuários, apesar de os comentários serem importantes para a mediação e repercussão de temas nas redes. Isso sig-

nifica ignorar um dos principais aspectos do ambiente digital: a construção de comunidades engajadas. Como destaca Alex Primo (2003), amparado nas inferências em Paulo Freire, o diálogo é um encontro entre seres humanos mediado pelo mundo, no qual o conhecimento se constrói coletivamente.

Primo (2003) propõe uma crítica as diferentes formas de interação mediadas por computador, onde são trabalhadas duas formas de interação em específico: a interação reativa e a interação mútua. A primeira forma de interação está relacionada ao estímulo e resposta que limita toda e qualquer forma de relacionamento entre os atores. Já a segunda forma de interação estabelece vínculos cooperativos nas relações entre os integrantes, são menos rígidos em uma construção interativa.

Diante das duas propostas de interação, entende-se que as conexões abrem espaços para a contestação de ideias, abertura para o diálogo, ou seja, uma interação mútua mediada por computador que pudessem contribuir para o combate à desinformação e o negacionismo, que permeia o debate sobre a importância das vacinas. A próxima publicação também aponta para uma falta de interações por parte do perfil para com os atores dentro da rede. Foram contabilizados 1.056 curtidas e 80 comentários. São comentários de cunho negacionista sobre a eficácia das vacinas contra a COVID-19. Primo (2003) atesta que interações mútuas não necessariamente podem representar aspectos democráticos e nem tampouco positivos, onde ele enfatiza que o virtual também é um espaço que media interações que podem ser preconceituosas e ofensivas.

A segunda publicação fala sobre a investigação de uma nova variante da COVID-19 no Piauí. Segundo a notícia, a Secretaria Estadual de Saúde (Sesapi) confirmou a presença da variante “Ômicron JN.1”. A distribuição do texto da legenda está escrita em 3 parágrafos, uma média de 5 linhas e ao final apresenta uma chamada para o usuário assistir o vídeo da publicação completo no site oficial da TV Cidade Verde.

A construção do texto apresenta objetividade, mas as primeiras linhas, bem como a capa do vídeo busca falar sobre as investigações da nova variante da COVID-19 e não enfatizou o fato, que é a confirmação da variante “Ômicron JN.1” no Piauí pelas autoridades, o que mostra um certo cuidado por parte da autoridade e da abordagem jornalística. De mesmo modo, a estratégia de investigar a “variante da COVID-19” mostra que o assunto pode gerar cliques e compartilhamentos diante de um contexto de preocupação com a saúde pública analisado.

Figura 2 - Nova variante Cepa JN.1.



Um aspecto que se destaca nesse vídeo são as falas do infectologista e membro do Comitê de Operações Emergenciais (COE), que contextualiza o surgimento da nova variante como consequência das festividades de fim de ano e do aumento de casos registrados no estado ao lado, o Ceará. O especialista explica que a variante “Ômicron JN.1” apresenta alta transmissibilidade, mas não está associada a quadros mais graves da doença, além de reforçar a importância da manutenção das medidas de higiene e da adesão à vacinação como formas de prevenção.

O formato do vídeo permite perceber o aproveitamento de materiais produzidos na televisão para as redes sociais sem sofrer muitos ajustes, o que impacta na dinâmica e apreensão do usuário no conteúdo distribuído e consequentemente na performance das redes. A adaptabilidade ao formato dos dispositivos móveis, assim como a ubiquidade e a multifuncionalidade são aspectos essenciais para entender a circulação de notícias em redes, como aponta Gonçalves (2023), pois é sobre esses aspectos que versam os potenciais compartilhamentos em uma constante criação de conteúdo moldada pelas exigências das plataformas, o que não é visto com tanto traquejo pelo perfil.

Uma outra publicação analisada já preza pelas proporções verticais para as redes. Nela é possível ver o cuidado na edição do material audiovisual, que alterna entre as imagens de apoio e a do especialista falando sobre o recebimento de mais medicamento contra a COVID-19. Nota-se que o título do ví-

deo fala da chegada do medicamento a rede pública do Estado, mas a prescrição médica é algo necessário para o consumo do remédio, já que o mesmo adverte que o uso do medicamento só é utilizado em alguns casos específicos e não substitui as medidas preventivas adotadas pela população, como a higiene pessoal, uso de máscaras e vacinas. Na fala do especialista é notável a construção argumentativa baseada na leitura alinhada ao contexto do debate sobre a validação das medidas de proteção contra a COVID-19.

Figura 3- Novo medicamento COVID-19.



Ernesto Santos (2022) debate que o negacionismo nasce através das estratégias de elucidar controvérsias dos fatos científicos e não necessariamente por meio de uma negação da ciência ao qual os autores concluem sobre a necessidade

de que a ciência seja mais social. Foi analisado que produções noticiosas tem menor poder de repercussão quando comparado com informações de cunho negacionista, ainda que perfis noticiosos busquem estratégias para a adaptação de conteúdo as lógicas das plataformas.

Nesta publicação específica, é perceptível a compreensão do contexto de tensões sobre a temática. A legenda mantém o mesmo padrão de parágrafos e linhas, apresentando informações adicionais sobre a quantidade do medicamento Paxlovid e explicando brevemente sobre o que é o medicamento e sua finalidade. A linguagem científica é preservada, com a repetição de informações previamente abordadas na fala do especialista.

Apesar da publicação ser mais adequada em suas perspectivas de formato e conteúdo, o desempenho de interações ainda é baixo. Foram registrados 133 curtidas e 26 comentários, o que reforça a percepção de que existem outros diversos fatores que interferem na performance da publicação. Ressalta-se aqui a arquitetura dos algoritmos e a dinâmica de publicação de conteúdo nas redes. Kérley Winkes (2022) vai dizer que as mediações algorítmicas ocupam um papel fundamental na vida cotidiana promovendo sentidos e significados que podem ser maiores do que os próprios meios aos quais estão inseridos, pois em sua análise os algoritmos possuem uma visão interessada sobre os processos econômicos dos fatos, o que por si só pode balizar a política e a construção de sentidos nas redes.

Considerações Finais

As análises das publicações do perfil @tvcidadeverde no Instagram permitem compreender o sentido da mediação jornalística no ambiente digital. Observa-se a importância de alinhar propósitos comunicacionais aos contextos sociais, destacando a necessidade de uma mediação qualificada. As formas, os formatos se mostram elementos de transformação conforme as mudanças sociais, econômicas e políticas. Em algumas publicações, observa-se uma tentativa de abordagem explicativa, porém, com uma linguagem científica, pouco acessível ao público em geral. Percebe-se também o esforço de adaptação dos textos às lógicas do marketing e da publicidade, mantendo, contudo, a essência do jornalismo informativo. Nesse sentido, o perfil demonstra a capacidade de construir conteúdos potencialmente compartilháveis na plataforma Instagram.

No que se refere aos formatos utilizados, nota-se a predominância de materiais previamente produzidos pela TV e pelo portal que pertencente ao grupo de comunicação. Em poucos casos há adaptações específicas para as dinâmicas da rede social, como o ajuste na proporção dos vídeos ou na duração do conteúdo, elementos que poderiam contribuir para o aumento do alcance das publicações.

Por fim, a falta de interações entre o perfil institucional e os usuários revela uma produção de conteúdo pouco dinâmica, limitada a ajustes superficiais de forma e formato. Nenhuma das publicações analisadas apresentou respostas ou diálogos diretos do perfil com o público. As poucas interações obser-

vadas ocorreram apenas entre os próprios usuários, o que, por outro lado, indica potencial para novos formatos de conteúdo orientados pela participação e pelas percepções do público. Esse cenário reforça que, no ambiente digital, os usuários assumem papéis múltiplos: de produtores, consumidores e colaboradores da informação.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Adriana. **Autonetnografia e inserção online**: o papel do pesquisador-insider nas subculturas da Web. São Paulo: Anais do XVII Encontro Anual da Compós, 2008.
- ANDRES, Marcia Turchiello; BRITO, Helenilda Nunes Soares de. **A participação do telespectador no Jornal Agora, TV Meio Norte (PI)**: um estudo da convergência midiática no jornalismo piauiense. IN: DOURADO, Jacqueline Lima. (org.). Economia política do jornalismo: campo, objeto, convergência e regionalismo. Teresina: EDUFPI, 2013.
- BERTI, Orlando Maurício de Carvalho. **Jornalismo e Inteligência Artificial**. Teresina: EdUESPI, 2024.
- CABRAL, Eula Dantas Taveira; CABRAL FILHO, Adilson Vaz. **Comunicação alternativa a quê?** A agenda que nos move e da qual não fazemos parte. IN: BASTOS, Manoel Bourado; MARQUES, Rodrigo Moreno. Edonomia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura. São Cristóvão: ULEPICC, 2022.
- DOURADO, Jacqueline Lima. **As estratégias midiáticas na televisão digital no Piauí**: caso Cidade Verde. IN: BRITTOS, Valério Cruz (org.). Economia Política da Comunicação: convergência tecnológica e inclusão digital. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.
- GONÇALVES, Thalita Oliveira. **Design de notícias**: aspectos visuais utilizados como argumento retórico nas notícias do Instagram.

Campina Grande: Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), 2023.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY. **Dados mundiais sobre COVID-19 no Mundo e no Brasil**. Disponível em: <https://www.arcgis.com/apps/dashboards/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>. Acesso em: 04.fev.2025.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social** – uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador/Bauru: EdUFBA/EdUSC, 2012.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

PRIMO, Alex Fernando Teixeira. **Interação mediada por computador**: a comunicação e a educação a distância segundo uma perspectiva sistêmico-relacional. Porto Alegre: Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Informática e Educação, 2003.

SANTOS, Ernesto Perini. **Desinformação, negacionismo e a pandemia**. São Leopoldo: Revista Filosofia Unisinos, v. 23, n. 1, 2022, pp. 1-15.

VAN DIJCK, José. **A Sociedade da Plataforma**: entrevista com José van Dijck. Disponível em: <https://digilabour.com.br/a-sociedade-da-plataforma-entrevista-com-jose-van-dijck/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

WINQUES, Kérley. **Mediações algorítmicas e espiral do silêncio**: reconfigurações da teoria a partir de quatro mecanismos de análise. Rio de Janeiro: Revista Alceu, v. 22, n. 46. 2022, p.127-146.

TEMPORALIDADES EM DISPUTA: MANGUINHOS ON-LINE E #LETRADOANO COMO ENFRENTAMENTO AO RACISMO ALGORÍTMICO NO INSTAGRAM¹

Adriano Mello RODRIGUES²

Thayná Severo da Barra HERNÁNDEZ³

Resumo

Este artigo compara como o Manguinhos On-line e a campanha #letradoano usam o Instagram contra o racismo algorítmico. A partir da “dupla posição” dos autores (pesquisador-morador e pesquisadora-membro), a análise foca na manipulação do tempo como ato político. O Manguinhos On-line aplica a “lentidão estratégica”, valorizando a escuta territorial. A #letradoano usa uma temporalidade híbrida (ancestral/Reel), configurando um “quilombo virtual” onde mulheres (Apetebis) ganham protagonismo digital, reconfigurando hierarquias de gênero. Ambas as táticas confrontam o epistemicídio racial na diáspora digital.

Palavras-chave

Manguinhos On-line; #letradoano; racismo algorítmico; quilombos virtuais; temporalidades.

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 4 - Mídia e Dimensões do Tempo - Na Vida Plataformizada, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.
 - 2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCOM/UERJ). E-mail: rodrigues.adriano.rj@gmail.com. Bolsista de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES
 - 3 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCOM/UERJ). E-mail: thayna.severo.rj@gmail.com.

1 - Introdução

A vida contemporânea, crescentemente plataformizada, reconfigura as experiências de sociabilidade e as dimensões do tempo, transformando as redes sociais digitais em arenas centrais para a construção de identidades e a disputa de narrativas. Contudo, esses ecossistemas digitais não são neutros; eles frequentemente replicam e amplificam lógicas de exclusão herdadas.

A mídia hegemônica, que historicamente forjou representações estigmatizantes sobre as favelas, reduzindo-as à tríade de violência, crime e pobreza (um enquadramento que minimiza a demanda por políticas sociais e legitima a atuação repressiva do Estado), e o sistemático apagamento de saberes de matriz africana, configurado como um “epistemicídio racial” (Carneiro, 2005) que levou ao desaparecimento quase total dos babalaôs (sacerdotes de Ifá) no Brasil em meados do século XX, encontram no “racismo algorítmico” um novo vetor de perpetuação.

Os algoritmos, ao invisibilizar ou distorcer sistematicamente as narrativas de corpos e territórios negros e periféricos, praticam uma forma contemporânea de epistemicídio, especificamente o “epistemicídio racial” (Carneiro, 2005), negando a validade de suas existências e saberes. Esse processo atualiza a lógica da necropolítica descrita por Mbembe (2018), em que o poder decide não apenas sobre a morte física, mas também sobre a vida social, cultural e simbólica; quem pode existir, ser visto e reconhecido.

É em resposta a essa violência simbólica que emergem práticas de resistência digital. Este trabalho analisa duas iniciativas que, partindo de universos distintos, convergem no uso tático do Instagram para forjar contra-narrativas e articular temporalidades próprias: o coletivo de midiativismo Manguinhos On-line e a campanha de mobilização religiosa #letradoano.

O Manguinhos On-line surge de uma “inquietação partilhada” entre moradores como resposta direta à estigmatização, propondo a construção de uma “epistemologia da sobrevivência”, entendida como um saber-práxis forjado na urgência e na luta cotidiana pela vida e dignidade no território, a partir da perspectiva de seus próprios moradores.

Paralelamente, a comunidade de Ifá, culto milenar de origem yorubá, com mais de 10 mil anos de existência, (Bascom, 1969), herdeira do legado de Rafael Zamora Dias, babalawo cubano responsável por deslocar o renascimento do Ifá da teoria para a prática ritualística no Brasil na década de 1990 , expandiu a cerimônia anual da “Letra do Ano”, um ritual divinatório que revela uma profecia oracular para o ciclo seguinte, para o ciberespaço. Essa expansão, impulsionada por seus descendentes espirituais após o assassinato de Zamora em 2011 e a consequente fragmentação do grupo , utiliza o Instagram como ferramenta de reagregação, fortalecimento da memória e identidade coletiva, configurando o que se compreende como um “quilombo virtual” (Santos e Silva, 2021).

O objetivo central desta análise é investigar como essas duas frentes se apropriam da plataforma para articular temporalidades complexas, ancestralidade do rito com a efemeridade do Reel, a lentidão estratégica com a aceleração da notícia, como um ato político. Argumentamos que, ao fazê-lo, elas não apenas promovem representação digna e cidadania comunicacional, mas confrontam diretamente a lógica do racismo algorítmico, construindo territórios de sentido e resistência na diáspora digital.

2 - Método

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e comparativa, fundamentada na práxis (Freire, 1987), articulando revisão bibliográfica, análise de conteúdo digital e uma experiência etnográfica situada. A revisão de literatura reuniu aportes sobre racismo algorítmico (Noble, 2018; Silva, 2022), comunicação comunitária e popular (Paiva, 2003; Peruzzo, 1998), midiativismo de favela (Custódio, 2016) e epistemicídio racial (Carneiro, 2005), oferecendo o quadro teórico para interpretar os casos analisados.

O corpus empírico foi constituído por materiais do Instagram em 2024: a campanha religiosa #letradoano, composta por 64 Reels e interações do perfil do babalawo Robson Abreu, identificado como um dos principais gestores da memória digital da linhagem de Rafael Zamora, e o conteúdo inaugural do coletivo Manguinhos On-line, incluindo postagens e registros públicos de suas atividades. Esses materiais foram examinados

por meio de netnografia e análise de conteúdo qualitativo, com atenção a padrões visuais, temporalidades narrativas, estratégias de engajamento, hashtags e às formas de performance da identidade ritual e de legitimação ancestral.

Figura 1: Perfil do Babalaô Robson Abreu no Instagram.



Fonte: https://www.instagram.com/robson_ifaori/, 2025.

Figura 2: Perfil do Manguinhos On-line no Instagram.



Fonte: <https://www.instagram.com/manguinhosonline/>, 2025.

A pesquisa foi enriquecida pelo posicionamento metodológico da “dupla posição” dos autores: Adriano, como “pesquisador-morador” e membro-fundador do Manguinhos On-line, baseando sua análise na “imersão paciente” e na “escuta territorial” que fundamentaram a práxis do coletivo; e Thayná, como “pesquisadora-membro”, Apetebi de Ifá, utilizando a observação participante de dentro da comunidade religiosa.

Ambos assumem a perspectiva da pesquisa participante e engajada, que valoriza a imersão e a experiência como fontes legítimas de conhecimento. A integração entre teoria, material digital e vivência permitiu comparar criticamente as duas iniciativas, evidenciando como se apropriam taticamente do Instagram para construir temporalidades de resistência e confrontar o racismo algorítmico.

3 - Resultados e discussões

A análise comparativa do Manguinhos On-line e da campanha #letradoano demonstra como comunidades historicamente marginalizadas se apropriam taticamente do Instagram, transformando-o em um território para articular temporalidades de resistência e construir contra-narrativas.

Ambas as iniciativas partem de um profundo senso de território, que é deliberadamente expandido para o ambiente digital. O Manguinhos On-line nasce da urgência de disputar o imaginário social sobre a favela, um “campo de batalha simbólico” que historicamente reduziu o território à “triade violência-crime-pobreza”. Sua prática de midiativismo de favela

(Custódio, 2016) é uma escolha tática para intervir no debate público, usando o Instagram para gerar contra-narrativas que afirmem a complexidade da vida local e promovam a representação digna.

De forma análoga, a “Letra do Ano”, um ritual ancestral ancorado nos terreiros (e que representa o ressurgimento do Ifá no Brasil após um longo processo de epistemicídio e apagamento histórico dos babalaôs no século XX), transborda para as redes sociais, não para substituir o presencial, mas para fortalecer os vínculos e a memória da religião. Essa expansão configura um “quilombo virtual”, um espaço de conexão identitária onde se reconstrói uma África simbólica e se resiste ao apagamento imposto pelo racismo. Em ambos os casos, a plataforma torna-se uma ferramenta de “reterritorialização simbólica”, onde se afirma uma “epistemologia da sobrevivência”.

Um dos pontos mais potentes de convergência e distinção reside na manipulação do tempo como ato político. O Manguinhos On-line adota uma temporalidade da lentidão. A decisão de dedicar quase um ano (de agosto de 2024 a julho de 2025) à construção de bases através da “formação mútua e da escuta territorial” antes de produzir conteúdo é um gesto de confronto direto à aceleração do ciclo de notícias da mídia corporativa e à própria lógica algorítmica das redes . Essa “aposta estratégica na lentidão” valoriza a profundidade da relação em detrimento da velocidade da informação.

Por outro lado, a campanha #letradoano opera em uma temporalidade híbrida, que funde o ancestral ao instantâneo.

A cerimônia possui um tempo cíclico e ritualístico, mas sua divulgação se dá através dos Reels, um formato breve e dinâmico. Essa campanha digital foi uma estratégia deliberada da “Comissão Organizadora” para reverter a queda de público no evento presencial, sentida após a morte de seu fundador, Rafael Zamora, em 2011, e a consequente fragmentação da comunidade. A fusão de temporalidades é encapsulada no gesto de Robson Abreu (babalaô e principal divulgador do movimento #letradoano), que, ao pedir que seu padrinho mais velho postasse o primeiro vídeo, inscreve a “ética da precedência” e da hierarquia iorubá, um valor ancestral, na lógica veloz do *feed*. Assim, o tempo sagrado não é anulado pelo tempo da plataforma, mas o atravessa e o ressignifica.

As estratégias performáticas e de mobilização funcionam como um enfrentamento direto ao racismo algorítmico. A campanha #letradoano utiliza um protocolo formal de apresentação nos vídeos, onde cada membro declara sua função hierárquica e odù pessoal, e adota hashtags coesas como #letradoano2025 e #PatronoRafaelZamora. Essa padronização não apenas cria uma identidade visual, mas gera uma massa de dados que disputa a visibilidade algorítmica. Notavelmente, o protagonismo é das mulheres (Apetebis): a análise dos 64 Reels da campanha revelou que 35 foram publicados por Apetebis, em contraste com apenas 15 por Babalaôs (sacerdotes homens). Isso evidencia o “quilombo virtual” como um espaço de afirmação da agência feminina, especialmente significativo por contrastar com a estrutura do rito presencial afro-cubano,

onde os homens (Babalaôs) conduzem o ritual e as mulheres (Apetebis) exercem funções majoritariamente de sustentação.

Figura 3: Exemplo de protagonismo feminino (#letradoano).



Fonte: https://www.instagram.com/reel/DA1B_QQx2dq/, 2025.

O Manguinhos On-line combate a invisibilidade algorítmica ao pautar o que a mídia hegemônica ignora: o quadro “As Donas” (com trajetórias de mães de Manguinhos) e as atividades culturais do território. Sua estrutura de “horizontalidade radical” é, em si, uma performance política contra os modelos

verticais de poder que busca combater . Ao rejeitar deliberadamente as métricas quantitativas de engajamento (como curtidas) e medir seu impacto pela validação qualitativa dos próprios moradores, o coletivo constrói ativamente seu próprio espaço de relevância, materializando uma verdadeira cidadania comunicacional.

Figura 4: Imagem do quadro “As Donas”.



Fonte: https://www.instagram.com/reel/DMdFO_hsiYC/, 2025.

Considerações finais

A análise comparativa do Manguinhos On-line e da campanha #letradoano demonstra que, na vida plataformizada, a resistência floresce através de apropriações táticas das próprias ferramentas hegemônicas. As duas iniciativas, embora partindo de naturezas distintas, convergem ao transformar o Instagram em um território de disputa simbólica. Esse processo exemplifica o que Castells (2003) descreve como reorganização da sociabilidade em redes, na qual os sujeitos se tornam protagonistas da própria narrativa ao apropriarem-se das tecnologias.

Eles o fazem por meio de uma sofisticada manipulação das dimensões do tempo. O Manguinhos On-line articula a “aposta estratégica na lentidão” como um método da sua “epistemologia da sobrevivência”, confrontando a aceleração da plataforma ao rejeitar métricas de engajamento em favor da “escuta territorial”. Por sua vez, a campanha #letradoano articula a ancestralidade ritualística com a velocidade da comunicação em rede, onde o “quilombo virtual” (Santos e Silva, 2021) se tornou um espaço tático não apenas para a agregação da comunidade (fragmentada após o assassinato de seu patrono), mas para a reconfiguração de hierarquias de gênero, evidenciada pelo protagonismo digital das Apetebis (mulheres).

Essa prática não é apenas um ato de produção de conteúdo, mas uma estratégia deliberada de enfrentamento ao racismo algorítmico e ao epistemicídio racial. No caso do Manguinhos On-line, a própria metodologia de “horizontalidade radical” (sem hierarquias formais de editoria) é a performance

política; no caso da #letradoano, a padronização de hashtags (#PatronoRafaelZamora) e a performance ritual nos vídeos geraram uma “massa de dados” que disputa ativamente a visibilidade algorítmica.

Contudo, a análise também evidencia os desafios que complexificam essa resistência. Ambas as iniciativas enfrentam a tensão entre a autonomia política e a busca por “sustentabilidade material” (financeira). Além disso, a luta contra “algoritmos enviesados” é contínua e desgastante. A campanha #letradoano, especificamente, revelou uma tensão entre o engajamento digital e a participação presencial, com alguns membros mais conservadores questionando a eficácia da exposição online. Essa fragmentação interna e a negociação entre tradição e visibilidade digital são desafios centrais para a perpetuação desses quilombos.

Ao tecer suas próprias narrativas, essas comunidades não apenas se defendem do estigma territorial e do apagamento ancestral, mas ativamente constroem seu futuro, provando que a luta pelo direito à existência e à representação digna se trava, também, na intersecção entre bytes, corpos e ancestrais.

Referências

BASCOM, William. Ifa Divination: **Communication Between Gods and Men in West Africa**. Bloomington: Indiana University Press, 1969.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. **Tese (Doutorado em Educação)** – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CUSTÓDIO, Leonardo. **Midiativismo de favela**: reflexões sobre o processo de pesquisa. Tampere: University of Tampere, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of oppression**: how search engines reinforce racism. New York: New York University Press, 2018.

SANTOS, Cristiano Henrique dos; SILVA, Renata Nascimento da. Quilombos virtuais: as novas expressões de (re)territorialização, resistência, ativismo e empoderamento negro nas redes sociais. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 77-85, 2021.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum**: comunidade, mídia e globalismo. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GT 5

MÍDIA E DIMENSÕES DO TEMPO -
SUBJETIVIDADES E IDENTIDADES

REPRESENTAÇÕES EM REDE: ANÁLISE DAS JUVENTUDES APRESENTADA NOS PORTAIS DE NOTÍCIA RIACHAONET E CIDADES NA NET EM PICOS¹

*Lívia Fernanda Nery da DA SILVA*²

Doutora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

*Iaquelly de SOUSA*³

Mestranda

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Introdução

O presente artigo tem como objetivo geral entender a atuação dos portais RiachaoNet (RN) e Cidades na Net (CnN) na construção/reprodução de representações da juventude no primeiro mês (janeiro) de 2024 em Picos.

Entre os objetivos específicos intentamos: Mapear as notícias que envolvem a temática juventude a partir da ferramenta de busca pelas palavras-chave “jovens”; “adolescentes” e “juventude”, nos portais RiachaoNet (RN) e Cidades na Net (CnN)

1 Trabalho apresentado no GT 5- Mídia e Dimensões do Tempo - Subjetividades e identidades, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.

2 Doutora em Ciências da Comunicação (UNISINOS), Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí (PPGCOM-UFPI), email: livia@ufpi.edu.br

3 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPI (PPGCOM-UFPI), email: iaquelly.sousa@ufpi.edu.br

na cidade de Picos; Discutir o papel da mídia regional na construção de representações sociais; Identificar quais representações foram utilizadas pelas matérias jornalísticas utilizadas para descrever os jovens e verificar se as representações de juventude construídas pelos portais partilham uma visão positiva ou negativa da juventude e como elas ajudaram a compor o imaginário simbólico coletivo sobre a temática.

Estudar como diferentes grupos sociais são representados pelos meios de comunicação é uma das maneiras de realizar pesquisas educativas em torno da mídia, pois, mesmo que não seja sua função principal, através da comunicação o jornalismo e as mídias promovem mudanças nas formas de socialização e nos modos de compreender a realidade. Isto porque através de seus produtos, os meios de comunicação terminam por oferecer tendências de comportamento, de pensamento, e etc.

Neste sentido, estudar o que se faz no jornalismo em âmbito local, no nosso caso em portais jornalísticos sediados em Picos, RiachãoNet e Cidades na Net, torna-se indispensável, uma vez que a tentativa de se aproximar dos seus é quase inerente ao ser humano, e como essas informações chegam a população deve ser analisado, visto que muitas vezes essas informações vêm carregadas de estereótipos e permeadas por representações.

Dessa forma surgiu nosso problema de pesquisa em forma de pergunta: Como os jovens estão sendo representados nos portais regionais de Picos? Diante disso, a realização desta pesquisa justifica-se, pois, como já mencionamos anteriormente,

a mídia e o jornalismo explicam e hierarquizam o mundo através de seus produtos. No momento em que esta mesma mídia faz isso, pode se utilizar de representações estereotipadas da juventude e construir um mundo desigual, preconceituoso e totalizante. Por isso, há a necessidade do jornalismo pensar em como o jovem é representado em suas produções jornalísticas.

Representar o jovem de maneira estereotipada é um grande problema, pois como já mencionamos há pessoas, principalmente em regiões interioranas que assimilam o conteúdo da mídia quase que literalmente. Ademais, o problema se estende quando potencializado quando a proximidade e o pertencimento também são inseridos no contexto informativo por parte da mídia regional, pois os consumidores desses conteúdos legitimam e crêem nele, por estarem inseridos em seus contextos. Este é o caso dos portais regionais RiachãoNet (RN) e Cidades na Net (CnN), portais regionais de Picos-PI, veículos que se propõem a produzir matérias do contexto regional da cidade.

A metodologia utilizada neste trabalho é a Análise de Conteúdo, baseada nos estudos de Bardin (2016), que sob a ótica da autora, consiste em um agrupamento de formas de investigar as comunicações, as quais se utilizam de metodologias sistemáticas com a finalidade de descrever o conteúdo das mensagens analisadas. No caso do presente estudo, o foco será direcionado na análise das representações do jovem/juventude vinculadas pelos portais regionais picoenses em suas matérias jornalísticas.

Método

Na jornada metodológica, os procedimentos foram respaldados na pesquisa bibliográfica. Martino (2018) considera que este é um tipo de pesquisa feito a partir de leituras sobre um tema, levantamento do que vem sendo pesquisado na área. Além de bibliográfica, a pesquisa também é documental conforme Cellard (2008), pois tem como fonte as matérias jornalísticas sobre juventude, publicadas pelos portais RiachaoNet (RN) e Cidades na Net (CnN), na primeira semana de 2024.

Nossa técnica de análise será a análise de conteúdo, sob a ótica de Bardin (2016), seguindo o pensamento da autora o pesquisador deve começar a partir dos pressupostos iniciais para realizar implicações e interpretações, à medida que a pesquisa desenrola-se proporcionando o surgimento de achados inesperados. Quanto à sua abordagem, a pesquisa será qualitativa, fazendo o uso de dados estatísticos como também reflexões e discussões acerca dos resultados, consoante Soares (2003).

A escolha do recorte se deu pela ideia de apresentar de maneira mais atual possível quais representações estão sendo difundidas pelos portais regionais e problematizá-las, principalmente levando em consideração a importância das representações para a comunicação em regiões interioranas como Picos-PI, e os demais municípios que se encontram nessa macrorregião, pois o jornalismo de Picos é o mais próximo em noticiar acontecimentos dessas realidades.

Resultados e discussões

A partir do fenômeno da globalização, a internet promoveu um ganho de espaço imprescindível para a mídia regional devido à possibilidade de criar produtos jornalísticos com custos reduzidos de produção e manutenção, em comparação aos meios de comunicação tradicionais.

A globalização impulsionou a revalorização do local, promovendo uma visibilidade e uma produção de notícias contextualizadas para seus diversos públicos, quebrando com a ideia de que as forças globalizadas da economia, da política e da mídia sufocaram as sociedades e as culturas em níveis nacional, regional e local.

Para Wolton (2006), esse fenômeno dá visibilidade às diferenças culturais e sociais, além disso, a globalização provoca o exercício do pensamento crítico, como também reacende a discussão de identidades e do sentimento de pertencimento ligado à origem de cada pessoa.

Por outro lado, as práticas inovadoras na produção jornalística da internet abriu margem para iniciativas de negócios oportunistas e tem aberto possibilidades para grandes organizações de mídia dominarem os mercados nacionais e internacionais, direcionando as audiências para o consumo de seus produtos, resultando em uma homogeneização de conteúdos e formatos noticiosos.

Consoante Santos (2013) a globalização exerce influência expressiva na contemporaneidade, porque para o autor ela se fundamenta na fragmentação como a melhor maneira de dis-

seminar o poder de globalizar. A globalização da comunicação ocasiona mudanças drásticas nos fluxos informacionais. Com o uso da internet e outras tecnologias, o jornalismo passa por diversas modificações, como seus formatos, sua linguagem e até mesmo seu conteúdo.

Embora haja questionamentos negativos e até críticas incisivas a respeito da globalização, compreendemos seu poder de interligar esferas em suas redes como saúde, educação, culturas etc. Desta forma, o avanço da globalização promoveu mudanças significativas na forma como as pessoas passaram a se relacionar com o espaço geográfico.

Nesse viés surgem os portais de notícias que mesmo tendo a capacidade de serem transmissores de conteúdo globais, pela sua facilidade em acesso por qualquer pessoa do mundo, também se voltam para a regionalização, abrindo a possibilidade de produtores de conteúdos jornalísticos existam nas mais diferentes partes do globo.

A mídia regional e o uso de representações sociais Para Barreiras Duarte (2005, p. 24), a proximidade no jornalismo tem “capacidade de gerar informação útil e com impacto mais imediato no dia a dia das populações”. O autor destaca a importância da comunicação de proximidade na concepção e socialização da cidadania.

Ele considera essa proximidade como um fator decisivo na construção de uma sociedade crítica, sendo necessária para o desenvolvimento regional e local. Sendo assim, não seria nada estranho que o picoense ou alguém que tem interesse na cida-

de busque ver notícias sobre a cidade em seus portais regionais, ao invés de recrutar portais de abordagem mais nacional.

Concordando com essa discussão, Castells (2000, p. 85) acrescenta que a busca e a valorização pelo regional ou local acontece “[...] quando o mundo se torna grande demais para ser controlado, os atores sociais passam a ter como objetivo fazê-lo retornar ao tamanho compatível com o que podem conceber.”

A partir disso, entendemos que o jornalismo ocupa uma posição de suma importância, uma vez que as representações construídas pelo mesmo podem até mesmo reconstruir valores e identidades sociais. Peruzzo (2005, p. 79) destaca que mídia regional “tem a possibilidade de mostrar melhor do que qualquer outro a vida em determinadas regiões, municípios, cidades, vilas, bairros, zonas rurais etc” e não levar em consideração a existência desses veículos equivale a desperdiçar suas potencialidades de produção de informações que a região ainda tem a desenvolver.

Outrossim, as mídias regionais possuem suma importância na transmissão de assuntos que trazem os interesses locais, o que possibilita e contribui com o conhecimento e debate nestas questões locais. Entendemos que os veículos produzem matérias que vão impactar suas rotinas, pois serão assuntos inseridos em sua esfera social e possivelmente vão ser assuntos que serão comentados entre os moradores daquela região.

Porto (2009) afirma a força da mídia no sentido de “explicar o mundo”, na produção de significados utilizando representa-

ções sociais. Ou seja, a mídia explica o mundo hierarquizando através das representações sociais, a uma minoria com personagens políticos, influencers, etc, para uma maioria de pessoas comuns, às vezes até sem um senso crítico, as quais consomem estes conteúdos midiáticos e atrelam quase que literalmente o que lêem ou o que escutam a sua realidade.

As representações ditam e contornam comportamentos, interferindo também, em processos de transmissão de conhecimento e na constante construção das identidades através da comunicação (Jodelet, 2001). Por isso pomos em discussão a importância da comunicação e das mídias, pois elas permitem a criação e recriação das representações que serão compartilhadas pelos grupos em que estão inseridos, ou não, em função do seu “grau de aceitação, socialização e capacidade mobilizadora” (Pesavento, 1998, p. 55).

Para o francês Serge Moscovici (2003), o primeiro teórico a se referir às representações sociais como representação coletiva foi Émile Durkheim, que invocou a especificidade do pensamento social em relação ao pensamento individual. Revisitando essa teoria, Moscovici (2003) cria seu livro clássico “Representações sociais: estudos em Psicologia Social”, o autor aborda dentre outras questões a relação entre a representação social e a comunicação. Segundo Moscovici (2003, p. 209), as representações compartilhadas têm seus elementos construídos através da comunicação.

As representações sociais persistem e facilitam nossa comunicação, “elas impregnam a maioria das nossas relações es-

tabelecidas, os objetos que nós produzimos ou consumimos e as comunicações que estabelecemos” (Moscovici, 2003, p. 10) são o produto dessa interação e troca. Elas nos ajudam a perceber o mundo como ele é e a classificar coisas, grupos e pessoas.

No campo das representações sociais, aprendemos que elas podem funcionar internalizando ideias em imagens, como explica Moscovici (2003, p. 46) “Nós sabemos que: representação = imagem/significação; em outras palavras, a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem.” A partir daí, compreendemos como o senso comum é constituído, já que uma imagem é instantaneamente conectada a uma ideia e a partir daí torna-se uma representação.

Por exemplo, atrelamos a ideia de uma pessoa jovem a um adolescente na maioria das vezes, pois a mídia, em geral, quando apresenta a ideia de juventude recorre a representação de uma pessoa que ainda não chegou à vida adulta ou chegou há pouco tempo. Quanto ao senso comum, gerado pelas representações sociais, observamos que ele desempenha um papel importante na vida social, especialmente nos meios de comunicação em que as informações são transmitidas.

“As experiências de vida das pessoas são cada vez mais mediadas, elas tomam cada vez mais contato com o mundo exterior através de representações virtuais e discursivas da realidade” (Motta, 2012, p. 29). O senso comum pode ser entendido como uma forma de compreender as percepções sociais do

mundo. Motta (2013) também explica como construímos esse senso comum.

Ao ordenar suas ideias em pensamentos coerentes em busca de significados, os sujeitos encadeiam as relações possíveis na forma cronológica ou causal, estabelecendo provisoriamente um antes e um depois, um antecedente e um consequente, uma causa e uma consequência, até chegar ao senso comum compartilhado (Motta, 2013, p. 29). Para tornar familiar o desconhecido, as representações sociais possuem duas funções.

Primeiro, eles organizam objetos ou pessoas, dando-lhes formas específicas e colocando-os em categorias específicas comuns a grupos sociais. Assim, quando apresentados a novos objetos, os sujeitos classificam em categorias familiares que compartilham alguma

semelhança com o novo objeto, mesmo que não se encaixem exatamente nessa categoria.

Tal abordagem permite reconhecer que sua experiência se dá em uma realidade predeterminada por convenção. A mente do indivíduo está sujeita à representação, à linguagem e ao condicionamento culturalmente imposto, de modo que, muitas vezes, apenas o que é permitido pela convenção é visto e percebido.

Moscovici (2003) também afirma que é possível que as pessoas percebam o efeito da convenção na realidade e fujam de certos pressupostos ideológicos. No entanto, é impossível se livrar de todos os hábitos e preconceitos do dia a dia das pes-

soas. A segunda função das representações é identificar sujeitos.

Embora seja comum a muitos e afete a todos, não é feito individualmente, mas imposto, é onipresente e é o produto de uma série de projetos e mudanças intencionais que ocorrem ao longo do tempo e são resultados contínuos de várias gerações. Entretanto, essa identificação através das representações exige muita responsabilidade, pois alguns produtos da mídia e da própria imprensa podem carregar estereótipos carregados de preconceitos.

Dessa forma surgiu nosso problema de pesquisa em forma de pergunta: Como os jovens estão sendo representados nos portais regionais de Picos? Diante disso, a realização desta pesquisa justifica-se, pois, como já mencionamos anteriormente, a mídia e o jornalismo explicam e hierarquizam o mundo através de seus produtos.

No momento em que esta mesma mídia faz isso, pode se utilizar de representações estereotipadas da juventude e construir um mundo desigual, preconceituoso e totalizante. Por isso, há a necessidade do jornalismo pensar em como o jovem é representado em suas produções jornalísticas.

Representar o jovem de maneira estereotipada é um grande problema, pois como já mencionamos há pessoas, principalmente em regiões interioranas que assimilam o conteúdo da mídia quase que literalmente. Ademais, o problema se estende quando potencializado quando a proximidade e o pertencimento também são inseridos no contexto informativo por

parte da mídia regional, pois os consumidores desses conteúdos legitimam e crêem nele, por estarem inseridos em seus contextos.

Este é o caso dos portais regionais RiachaoNet (RN) e Cidades na Net (CnN), portais regionais de Picos-PI, veículos que se propõem a produzir matérias do contexto regional da cidade conforme sua descrição em suas páginas em redes sociais como o Instagram, quando diz. “Notícias da região de Picos, do PI e MA”. (Cidades na Net, 2023).

Ou quando utilizam o nome de Picos como seu posicionamento local em sua descrição quando utilizam o slogan “O Portal de notícias da macrorregião de Picos”. (RiachaoNet, 2023). O fato de ambos os portais produzirem matérias sobre a macrorregião do município de Picos já deixa subentendido que o leitor encontrará neles notícias específicas sobre o município.

Desse modo, nos é interessante entender como este jovem é representado no jornalismo local, uma vez que são estas percepções que também vão povoar o imaginário simbólico coletivo.

Na busca pelas matérias foram encontradas 3 (três) publicações sobre a temática, 1(uma) matéria publicada pelo portal RiachaoNet e 2 (duas) pelo portal Cidades na Net.

Quadro 01- Mapeamento das matérias

Portal	Data	Título da matéria	Link da matéria	Representações
RiachaoNet	04/01/24	Adolescente de 16 anos é detido com grande quantidade de drogas em Picos	https://www.riachonet.com.br/portal/adolescente-de-16-anos-e-detido-com-grande-quantidade-de-drogas-em-picos/	Criminoso e traficante.
Cidades na Net	05/01/24	Colisão entre moto e carro deixa jovem gravemente ferido em Picos	https://cidadesnanet.com/news/municipios/picos/colisao-entre-moto-e-carro-deixa-jovem-gravemente-ferido-em-picos/	Irresponsável, imprudente, vítima de sua própria insensatez.
Cidades na Net	31/01/24	Jovem de 24 anos morre em acidente entre moto e caminhão na BR-316 em Picos	https://cidadesnanet.com/news/municipios/picos/jovem-de-24-anos-morre-em-acidente-entre-moto-e-caminhao-na-br-316-em-picos/	Vítima.

Fonte: Autoria própria (2024)

A análise do corpus revela um baixo número de publicações voltadas à juventude, o que já configura uma ausência significativa de representações positivas nos portais RiachãoNet e Cidades na Net. Quando os jovens aparecem, são majorita-

riamente associados a acontecimentos negativos: violência, criminalidade, acidentes ou imprudência reforçando estereótipos que moldam o imaginário coletivo.

Constatamos ainda que as fontes utilizadas nas matérias reforçam a voz institucionalizada: policiais, órgãos oficiais e representantes do poder. Conforme Bourdieu (1998), o discurso das autoridades não é neutro, mas calculado, e quando legitimado pelos jornalistas torna-se dominante. Porto (2009) amplia esse entendimento ao destacar que nem todos os sujeitos têm igual potencial de produzir sentidos, e a mídia, ao privilegiar certos discursos, interpreta e hierarquiza o mundo.

Na terceira matéria, o jovem surge como vítima, evocando fragilidade e a noção de “futuro interrompido”, intensificada pelo uso de imagens. Chartier (1991; 2002) observa que a representação imagética atua como força simbólica, reforçando sentidos sociais sobre a perda e a ausência. De modo geral, as representações encontradas reduzem a juventude a três categorias: bandido, imprudente e vítima.

Considerações finais

A análise evidenciou que os processos de globalização e as tecnologias digitais ampliaram significativamente o espaço de atuação da mídia regional, permitindo a produção de conteúdo online de baixo custo e maior alcance, especialmente em territórios interioranos.

Nesse contexto, os portais RiachãoNet e Cidades na Net desempenham papel central na construção e circulação de

sentidos sobre a realidade local, reforçando, por meio da comunicação, as representações sociais que moldam o imaginário coletivo, conforme aponta Moscovici (2012).

Os resultados demonstraram que, no mês analisado, a juventude foi representada de forma predominantemente negativa, limitada às categorias “jovem como vítima”, “jovem como irresponsável” e “jovem como traficante”. Tais enquadramentos, além de reduzirem a pluralidade das experiências juvenis, contribuem para estigmatizações que ganham força justamente por serem difundidas por veículos de proximidade, capazes de impactar diretamente o cotidiano e o senso comum das comunidades que atendem.

Observou-se também a baixa incidência de matérias sobre a temática, o que acentua o problema, ao publicar pouco e, ainda assim, optar por conteúdos marcados por estereótipos, os portais reforçam visões homogeneizantes e marginalizantes sobre as juventudes locais. Assim, tornam-se agentes de reprodução de discursos que simplificam identidades, cristalizam preconceitos e invisibilizam a diversidade juvenil.

Conclui-se que, embora os meios regionais possuam papel fundamental na promoção das particularidades culturais e sociais dos territórios, sua atuação carece de maior responsabilidade quanto às formas de representação que divulgam. A pesquisa convida, portanto, a uma reflexão crítica: que juventude está sendo construída por esses discursos? E, sobretudo, que possibilidades de narrativas permanecem silenciadas quando se insiste em retratar jovens apenas como vítimas, irresponsáveis ou marginais?

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 5, n. 11, 1991.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietudes. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

DUARTE, Feliciano Barreiras. **Informação de proximidade: jornais e rádios**. 2005.

JODELET, Denise et al. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, p. 17-44, 2001.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de Pesquisa em Comunicação**: projetos, ideias, práticas. Petrópolis: Vozes, 2018.

MOSCOVICI Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Universidade Federal de Brasília, 2013.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Por que estudar narrativas**. Narrativas midiáticas. Florianópolis: Insular, p. 23-32, 2012.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Mídia regional e local:** aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**, v. 26, n. 43, p. 67-84, 2005.

PORTO, Maria Stela Grossi. Mídia, segurança pública e representações sociais. **Tempo social**, v. 21, p. 211-233, 2009.

PESAVENTO, Sandra. Catarina come gente. **Imaginário**, n. 4, p. p48-58, 1998.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico científico- informacional. São Paulo: EDUSP, 2013.

SOARES, Edvaldo. **Metodologia científica:** lógica, epistemologia e normas. São Paulo: Atlas, 2003.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação.** São Paulo: Paulus, 2006.

CARTOGRAFIA DO TEMPO NO DE VIR MINORITÁRIO DO CAMPO PUBLICITÁRIO¹

Alessandro Mateus FELIPPE²

Docente de Produção Multimídia

IFSC CÂMPUS PALHOÇA, PALHOÇA, SC

Resumo

Nosso objetivo é cartografar as temporalidades do devir minoritário (Deleuze, 2013) em práticas de contestação (Wottrich, 2017) do trabalho no campo publicitário (Petermann, 2017). Partimos da hipótese de que o campo publicitário é atravessado pelo neoliberalismo, tornando o trabalho precário; surgem práticas de contestação para tensionar as condições atuais de trabalho, calibrando o foco de pesquisa. O desenho metodológico tem natureza básica, objetivos descritivos, abordagem qualitativa (Gil, 2017; 2008), sendo organizado da seguinte forma: 1) movimento de mapa teórico e 2) movimento de cartografia do fenômeno por meio de *cool examples* de práticas de contestação; a coleta de dados acontece via Pesquisa Documental e a discussão via Análise Qualitativa de Dados com as fases de redução, categorização e interpretação (Gil, 2017; 2008); de forma específica, esse texto apresenta os resultados teórico-conceituais do primeiro item.

Palavras-chave

Tempo; neoliberalismo; campo publicitário; práticas de contestação; devir minoritário; cartografia.

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 5- Mídia e Dimensões do Tempo - subjetividades e identidades, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.
 - 2 Docente Comunicação Digital e Educação Bilíngue (IFSC Câmpus Palhoça Bilíngue), Doutorando em comunicação (UFSM), Mestre em design (UDESC), Comunicador social (Unipampa); allessandro.fpp@gmail.com.

INTRODUÇÃO - OU DE ONDE PARTIMOS?

As diferentes formas de se relacionar e dar sentido ao trabalho ganham destaque em festivais com impacto internacional sobre tecnologia, cinema, música, televisão, educação, cultura, inovação e comunicação, como o South by Southwest³ (SXSW) de 2024, fundado em 1987 na cidade de Austin, Texas (EUA). Segundo Johnston (2024), a psicóloga Laurie Santos apresenta conceitos contemporâneos em sua fala no evento para articular trabalho, tempo e afetos que catalisam formas outras de trabalhar atualmente, como *time confetti* (gestão sem sucesso do tempo quando navegamos em diferentes atividades sem finalizá-las ou concluí-las), *time famine* (situação de ter muitas demandas a serem realizadas em pouco tempo) e *time affluence* (movimento de ganhar tempo para vivermos coisas nos façam bem para além do trabalho).

De forma semelhante, as pesquisas recentes em comunicação e em áreas tangentes nomeiam aspectos como *plataformização* (Grohmann, 2022), *uberização* (Antunes, 2020), *desprofissionalização* (Haug, 1975), *neoliberalismo* (Custódio, 2023), *precarização do trabalho* acelerados por inteligência artificial (Vidigal, 2021) e *deflagração de direitos trabalhistas* na publicidade (Ferreira, 2022) como impacto direto ou indireto na qualidade de vida e saúde mental de profissionais. A partir de um cenário desafiador após a pandemia de COVID-19, instiga-nos a cartografar as brechas, as alternativas, as linhas de fuga que agentes do campo publicitário (Petermann, 2017) criam para

3 Disponível em: <https://www.sxsw.com>. Acesso: 30 ago. 2025.

suas realidades de forma individual e coletiva por meio das denominadas práticas de contestação (Wottrich, 2017).

REVISÃO DE LITERATURA - OU QUAIS TEORIAS ACIONAMOS?

A pesquisadora brasileira Wottrich (2017) captura um importante momento da publicidade brasileira que é movida por aspectos sociais, tecnológicos e culturais. Além de realizar uma narrativa qualitativa do campo publicitário do início do século XX até o ano de publicação da pesquisa em 2017, a autora verifica que as práticas de contestação alteram o fluxo publicitário a partir do pólo da recepção em direção ao pólo da produção da mensagem publicitária. Dessa forma, argumentamos a necessidade de deslocamento conceitual para mapear e analisar as práticas que tensionam narrativas institucionalizadas no campo publicitário traduzidas por expressões naturalizadas como “sempre foi assim”. Para tanto, amparamo-nos com o movimento teórico-metodológico executado em recente pesquisa de Schuch (2024) em aproximar as práticas de contestação de Wottrich (2017) e a publicidade contraintuitiva de Leite (2008) uma vez que “ambos se preocupam em analisar movimentos que vão na contramão do que sia via tradicionalmente no campo de publicidade” (Schuch, 2024, p. 43-44). Partimos da hipótese teórica de que fluxo publicitário (Piedras, 2009) é organizado pelos pólos de produção, recepção e produto; Wottrich (2017) observa movimentos que são originários do pólo da recepção e Leite (2008) investiga os movimentos presentes no

pólo do produto. Aqui, avançamos as reflexões para observar as práticas de contestação presentes no pólo de produção (da mensagem/produto publicitário) onde estão inseridos os trabalhadores e trabalhadoras do campo publicitário; tais práticas transformam, em maior ou menor grau, o campo publicitário.

Logo, o presente texto amplia o debate iniciado por Marques e Martino (2018) sobre o tempo, colocando-o em interface com o neoliberalismo que é uma significativa categoria analítica, a partir das temporalidades do conceito de devir minoritário de Deleuze (2013). Nosso interesse em ampliar a temática do tempo nos estudos em Comunicação, especialmente no campo publicitário (Petermann, 2017), se justifica em função da pesquisa de doutoramento do autor principal ter como objetivo o mapeamento dos movimentos de trabalhadora/es frente ao trabalho precário no campo publicitário sob a rege neoliberal. Por isso, o objetivo geral do artigo é cartografar as temporalidades do devir minoritário em práticas de contestação do trabalho no campo publicitário.

Nesse sentido, inquietações iniciais direcionam nosso percurso analítico para pensarmos o tempo passado em processos comunicacionais, o que situa o tempo presente e cria condições de possibilidades de transformação do tempo futuro, isto é, sublinhamos como valorativo a reflexão entre passado-presente-futuro. Também, apesar de reconhecermos que Deleuze está vinculado a um campo epistemológico de conhecimento nomeado como pós-estruturalismo, desafiemo-nos a uma postura crítica e aproximativa entre o tempo do devir minoritário

(Deleuze, 2013), a teoria de campo de publicitário (Petermann, 2017; Thiry-Cherques, 2006; Bourdieu, 1996) e o neoliberalismo (Han, 2021a; Lazzarato, 2014) para cartografarmos as práticas de contestação sobre o trabalho e ampliarmos as reflexões sobre o tempo enquanto categoria analítica; articulação elucidada visualmente na Imagem 1:

Imagem 1. Triangulação teórica-metodológica



Fonte: o autor (2025).

A Imagem 1 sintetiza visualmente a articulação entre diferentes conceitos enquanto condição de ampliar, em termos teóricos, a categoria de análise tempo no âmbito das investigações em comunicação, sobretudo às do campo publicitário. Orientada pelas definições de campo de Bourdieu (1983), Petermann (2017, p. 84) entende que o campo publicitário “se define e se gera, mesmo que relativamente”, derivando da compreensão da “publicidade enquanto campo social, que se insere

em outro campo: o campo dos meios de comunicação social ou o campo midiático” (2017, p. 83). Logo, o campo publicitário é definido como autônomo e “utiliza-se de acontecimentos e de linguagens de outros campos sociais como matéria-prima para seus anúncios e assim seus discursos são perpassados por uma quantidade infundável de outros” (2017, p. 85). A autora sublinha a autonomia relativa do campo, mas lembra que o mesmo é atravessado constantemente por outros, como os “econômicos e políticos” (2017, p. 85), resultando em modos de organização singulares no que diz respeito à autonomia.

Por meio do contorno teórico do que entendemos por campo publicitário, sustentamos o argumento de que o mesmo se organiza [in]conscientemente (Thiry-Cherques, 2006) por meio de movimentos que o conservam e o transformam; um é nomeado por Wottrich (2017) como práticas de contestação, originárias no pólo receptor sobre os resultados o polo do produto publicitário, que promovam o tensionamento sobre a lógica de desenvolver a mensagem publicitária que não considera aspectos sociais, identitários, de idade, de localização geográfica, de estereótipos/estereotipização de grupos minorizados.

Sendo assim, as práticas de contestação, sem considerar uma ordem hierárquica, com monitoramento e análise do fenômeno entre 2005 e 2015 conforme Wottrich (2017), tem as seguintes características: a) são coletivas: um tensionamento individual, quando comunicado do microfone público do ambiente digital, pode mobilizar novos tensionamentos de outros

receptores que fazem coro com determinado tensionamento e “se revela na potencialidade criativa e nos diversos tipos de produção realizados pelos receptores para angariar mais visibilidade à situação” (2017, p. 259); b) são midiáticas: isso acontece pela tendência da democratização do uso das mídias sociais digitais de sujeitos receptores da publicidade, considerando a “importância da mídia na configuração das sociedades contemporâneas, seria estranho se as contestações também não fossem atravessadas por ela” (2017, p. 261); c) possuem gênero: os tensionamentos têm o atravessamento da categoria gênero já que o produto publicitário comunica a “objetificação das mulheres [...] e o estímulo a comportamentos discriminatórios” (2017, p. 265) e “os receptores transformam a indignação individual pelos modos como os anúncios representam as mulheres em ações coletivas através de suas práticas de contestação, adquirindo repercussões que impelem [...] a mudanças” (2017, p. 266).

Também, d) são geradas e geradoras de tensionamentos: uma vez que “ocorrem de forma concomitante ou não, dependendo das disputas em vigência. Quanto mais âmbitos envolver cada tensionamento, maior será sua força mobilizadora” (2017, p. 257-258), considerando os âmbitos político (projetos de lei), institucional (denúncias ao Conar, PROCON e Ministério Público) e informal (sites e redes sociais digitais usadas por receptores); logo, há uma retroalimentação com tensionamentos anteriores que geram novos tensionamentos; por fim, e) buscam reconhecimento: há apostas de minorias e movimentos

sociais de serem reconhecidos pela sua diferença, superando um simples desejo de serem representados; isso acontece graças ao posicionamento ético-político diante do fenômeno já que “se são reconhecidos na publicidade, é porque importam. E se importam, devem ter também sua existência reconhecida pela sociedade como um todo” (2017, p. 262). Aqui, nossa atenção está direcionada para o polo de produção do campo publicitário através dos fenômenos sociais e culturais que comunicam os sentidos sobre o trabalho à luz das cinco características frisadas.

TEMPO, TEMPO, TEMPO: UMA CATEGORIA ANALÍTICA?

Quando lemos fenômenos comunicacionais, experimentamos a possibilidade de apreendermos narrativas sobre a organização sociocultural de determinado recorte de tempo e espaço a partir de escolhas teóricas, metodológicas e epistemológicas, isto é: “ler a comunicação é diagnosticar o nosso tempo” conforme França (2018, p. 38).

Neste sentido, o tempo é refletido por Marques e Martino (2018), a partir de quatro vertentes teóricas da comunicação por meio de nomeá-lo e compreendê-lo nas entrelinhas, sendo elas: 1) o tempo da ação situada e a antecipação das ações do interlocutor a partir do Interecionismo Simbólico como forma de compreender, interpretar e antecipar a produção e duração de um encontro comunicacional; 2) o tempo e a constituição comunicacional de sujeitos políticos a partir do Pragmatismo, organizando momentos de reflexão crítica para guiar as ações

públicas e coletivas; 3) o tempo entre trabalho e lazer, bem como a legibilidade temporal das imagens dialéticas a partir da Teoria Crítica, no qual o tempo da repetição via consumo faz a manutenção de desigualdades e reduz a possibilidade de emancipação e autonomia de sujeitos; e, por fim, 4) as temporalidades do devir minoritário a partir da obra de Deleuze (2013) desvelando formas de (r)esistência para fugir coletivamente de modos de subjetivação contemporâneos (Marques; Martino, 2018). Tais possibilidades elucidam “que o tempo é componente de destaque nas formulações conceituais, mas que seus aspectos específicos, na ausência de problematização devida, parecem diluir-se como uma dimensão entre outras dos fenômenos interacionais” (2018, p. 196), corroborando para as ampliações teóricas deste texto.

Dessa forma, propomos uma ênfase na quarta vertente e, conforme Marques e Martino (2018, p. 196), “o devir minoritário atualiza a virtualidade das relações fluidas e reversíveis, abertas à experimentação de subjetivações que escapam aos estados de dominação”. Os estados de dominação podem, em certa medida, serem aproximados, em termos teóricos, daquilo que Bourdieu (1996) denomina como teoria de campo, já que “o campo é tanto um ‘campo de forças’, uma estrutura que constrange os agentes nele envolvidos, quanto um ‘campo de lutas’, em que os agentes atuam conforme suas posições [...], conservando ou transformando sua estrutura” (Thiry-Cherques, 2006, p. 35). Isto é: a experimentação está próxima aos

processos de lutas que apostam em tensionar a estrutura que tende a conservar lógicas prévias de organização.

Conforme Deleuze (2013, p. 222), “acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos” via devir minoritário para criar e atualizar mundos possíveis a partir da compreensão de que sujeitos são sujeitos políticos capazes de criar agenciamentos sobre a dinâmica específica da teoria de campo (Bourdieu, 1996), sobretudo no campo publicitário (Petermann, 2017). Nóbrega (2019, p. 220) complementa o conceito de devir minoritário sublinhando que o mesmo “penetra na articulação molar da vida para que se rompa com os clichês, para que se destrua um velho mundo no qual a degenerescência se encontra no humano”, conjecturando um conceito central para pensar e agir na materialidade de outras relações possíveis entre trabalhadora/es e a categoria trabalho no campo publicitário (Petermann, 2017).

O TEMPO NO NEOLIBERALISMO

Safatle, Júnior e Dunker (2021, p. 11) versam sobre a importância de acompanharmos as produções internacionais acerca da temática dos liberalismos e suas respectivas racionalidades, mas compreendendo as especificidades do território nacional de forma interdisciplinar. Os autores contornam o neoliberalismo como “uma forma de vida definida por uma política para a nomeação do mal-estar e por uma estratégia específica de intervenção com relação ao estatuto social do sofrimento”, resultando em formas de subjetivação de sujeitos no/para o

neoliberalismo catalisado por plataformas digitais de comunicação e publicidade.

Há uma “hipertrofia da ação individual” (Safatle; Júnior; Dunker, 2021, p. 48) por meio da narrativa comunicacional do capitalismo cool (Mcguigan, 2013) em busca da realização individual, da disciplina e da liberdade a ser conquistada por sujeitos nomeados como empresários de si mesmos (Han, 2021b, p. 14). O que está em jogo é a atualização do Outro⁴ social neoliberal que conduz a formação da subjetividade individual pautada na exploração e maximização extrema do corpo privado, na intensa individualização da responsabilidade em conquistar sucesso mensurável (codificado em forma de vasta quantidade de seguidores em redes sociais digitais, empreendedorismo escalonável no formato de startups e uma positividade delirante) e a meta compartilhada pela estrutura social em manter uma atualização constante de agoras.

Conforme Han (2021b, p. 16), “no lugar de proibição, mandamento ou lei, entram projeto, iniciativa e motivação. A sociedade disciplinar ainda está dominada pelo não”. Entretanto, a partir da transformação de uma sociedade negativa e punitivista, entram na arena social palavras de ordem sintetizadas no slogan global estadunidense “Yes, we can”, agregando uma forma plural à sua positividade em conquistar tudo o que desejar. Logo, enquanto a sociedade disciplinar descrita por Foucault

4 “Aqui podemos compreender a diferença lacaniana entre ‘outro’ e ‘Outro’. Os ‘outros’ são fundamentalmente outros empíricos, que vejo diante de mim em todo o processo de interação social. Já o ‘Outro’ é o sistema estrutural de leis que organizam previamente a maneira como o ‘outro’ pode aparecer para mim. O primeiro diz respeito aos fenômenos, o segundo à estrutura” conforme Safatle (2009, p. 44).

pune, a sociedade do desempenho exige sempre mais dos seus sujeitos, produzindo sujeitos exaustos, depressivos e fracassados por meio de um ideal de gozo ilimitado de alta performance que direciona o sujeito à própria destruição por meio do [im]pulso de morte (Han, 2021a).

De forma complementar, Neckel e Neto (2022, p. 02) descrevem que o pacto social neoliberal, entendido como uma fase tardia do sistema capitalista, foi planejado desde 1940 e não é apenas uma forma econômica, mas um modo de vida estruturado por meio de uma psicologia positiva, organizando “sujeitos que vivem como microempresas de si mesmos, buscando enfrentar a concorrência e atingir o sucesso e a visibilidade, produzindo a atenção que cada vez mais, com a entrada em cena das redes”, colocando em pauta, de maneira interpelativa, as sedutoras narrativas meritocráticas na esfera social, cultural e econômica.

De forma específica, Crocco (2019, p. 146) versa sobre as habilidades e capacidades profissionais que são incentivadas para todos os demais trabalhadores do futuro em discursos neoliberais comunicados por diretores e gerentes empresariais absorvidos do campo publicitário; dentre elas estão a criatividade, a inovação, a flexibilidade e a autonomia. Contudo, o autor reflete criticamente acerca das condições de possibilidades do trabalho flexibilizado e precarizado vivenciado por esses profissionais que são vistos como exemplos de alta performance a serem seguidos.

Nesse sentido, o tempo e a nossa relação com esse conceito, ora abstrato, ora material, é refletido criticamente por

Gustavo Nogueira, fundador do Temporality Lab⁵, configurando-se como um espaço de análise com o tempo em contextos organizacionais. Nas palavras de Nogueira (2022), “falar sobre o tempo, é falar sobre mudança, é falar sobre a maneira como a gente encara a mudança, lida com a mudança e com as transformações que estão acontecendo ao redor” (Nogueira, 2022, 11’22”). Na sequência, Nogueira (2022) reflete sobre o tempo dentro do campo publicitário por meio da comparação com a área gastronômica⁶: “Claro que existe uma pressão [...] dentro dos mercados que são considerados criativos [...] existe essa questão de que é esperado, de alguma maneira, você ter uma performance considerada genial” (Nogueira, 2022, 23’25”).

A partir deste relato empírico, relacionamos-o como a tendência nas pesquisas recentes em comunicação sobre as relações entre a/os trabalhadora/es, os afetos e o tempo que mobilizam ações de transformação ou conservação das lógicas de trabalho no campo publicitário. Custódio (2023) fala sobre ansiedade, medo e vergonha como afetos que “evidenciam a precarização do trabalho criativo” (p. 21); já Valente (2023, p. 177) sublinha que a ansiedade e o imediatismo organizam a rotina de trabalhadora/es no campo publicitário e “tira o tempo de etapas essenciais para o bom desenvolvimento dos projetos e a satisfação do profissional com o produto do seu labor”.

5 Empresa anteriormente chamada de Torus. Disponível em: <https://www.temporalitylab.com>. Acesso: 30 out. 2025.

6 O entrevistador, Lucas Schuch, compara a relação com prazos no campo publicitário com o programa MasterChef Brasil. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/midia/masterchef-brasil-completa-dez-anos-com-maior-premio-da-historia>. Acesso: 30 out. 2025.

Ferreira (2022, p. 280) apresenta, a partir de uma análise das contradições marxistas, afetos como “ansiedade, depressão, transtornos, pânico e crises” relacionados às lógicas de produção do trabalho.

Diante de diferentes afetos relacionados, indiretamente, a categoria tempo à luz neoliberal, é fundamental a emergência política de seres “em comum em cooperação” (Deleuze, 2013, p. 222), já que o devir minoritário “revela a produção da multiplicidade em ato, a invenção de um vir a ser autônomo, imprevisível, produtor de agenciamentos moleculares da multiplicidade” (Marques; Martino, 2018, p. 1995), não engendrados a partir do tempo acelerado que azeita e conduz a organização sociocultural no neoliberalismo. Por isso, é valorativo compreender o devir minoritário como uma ação ativa no campo publicitário que, mesmo tendo sua autonomia, é afetado por aspectos políticos, econômicos e culturais do macro ambiente (Petermann 2017).

Ou seja, se estamos situados na fase hegemônica do sistema capitalista denominada neoliberal (Han, 2021a), o campo publicitário será atravessado por lógicas específicas deste momento. Cabe nos questionarmos de que forma o neoliberalismo produz afetos nos sujeitos que pertencem a este campo e se há formas de (r)existência para subjetividades, aprisionando-os em lógicas empreendedoras de si e de maximização absoluta de resultados e lucros positivos? Nogueira (2022, 33') defende a importância de nos relacionarmos de outras formas com o tempo e com o trabalho:

Quando a gente está falando sobre ser responsável com o trabalho, tem um período de entrega que é mais intenso, a vida também é sobre balanço: quando a gente quer ter uma relação com o tempo mais saudável, então isso significa que se foi mais intenso em um período, eu tenho que ter também esse balanço para ter mais tempo. [...] Da vida em que eu posso estar descansando, não porque descansar é importante para trabalhar mais, mas porque descansar é parte da minha vida, do existir (Nogueira, 2022, 33’).

QUAL É O TEMPO DO DEVIR MINORITÁRIO NO CAMPO PUBLICITÁRIO?

O devir minoritário, conforme Deleuze (2013), convida-nos a pensar o eixo epistemológico nas pesquisas em comunicação para articular linhas de fuga, mesmo que pequenas, que desprendem-se do controle hegemônico por meio de ações de agentes do campo entendidos como sujeitos políticos, reverberando outras possibilidades de espaços-tempos. Marques e Martino (2018) sublinham que operar metodologicamente com o conceito de devir minoritário nas Teorias da Comunicação pode ser uma linha de fuga que faça emergir seres “em comum em cooperação” (p. 195). Em termos teóricos e críticos, tal aposta pode tensionar as constantes formas de subjetivação que o neoliberalismo produz e que favorece o individual em detrimento do coletivo (Han, 2021a).

A invenção de um vir a ser crítico em relação às engrenagens neoliberais, contornadas em discursos comunicacionais que subjetivam trabalhadores do campo publicitário com linhas de horizonte pautadas na produtividade máxima, na sociedade

positividade e nas cobranças por alta performance (Safatle, Júnior e Dunker, 2021), é sustentado, em termos teóricos, como uma fissura que tensiona a lógica dominante, o que é molar, propondo formas de insurgências. Contudo, há uma ambivalência entre a temporalidade que o devir minoritário exige e o sentido de tempo que o neoliberalismo ecoa em termos subjetivos; enquanto o primeiro cenário demanda um tempo de compreensão/elaboração/ação, o segundo catalisa cenas cada vez mais velozes, sobretudo ao resgatarmos as entrelinhas discursivas presente no dito popular brasileiro tempo é dinheiro.

Concordamos com Lazzarato (2014, p. 14) ao investigar que a “subjetivação empreendedora, manifesta do impulso de transformar todo indivíduo num negócio, resultou em vários paradoxos”. De um lado, verificamos “a autonomia, a iniciativa e o compromisso subjetivo exigidos de cada um de nós constituem novas formas de empregabilidade” (2014, p. 14) no contexto neoliberal. Mas, da mesma forma, o imperativo demandado “ao indivíduo para agir, tomar a iniciativa e assumir riscos vem conduzindo a uma depressão amplamente difundida, um mal do século, a recusa em aceitar a homogeneização” (2014, p. 14) proposta por uma lógica de produção e consumo nomeada como global.

Os afetos mapeados recentemente, fazem uma leitura pertinente do campo publicitário a partir de Custódio (2023), Valente (2023) e Ferreira (2022), nomeados como o medo, a vergonha, a ansiedade, o imediatismo, as crises, os pânico, as depressões e os transtornos dialogam com os efeitos do neoliberalismo: “para a maioria da população, tornar-se um su-

jeito econômico ('capital humano', 'empresário de si mesmo') não significa senão ser compelido a gerenciar salários e rendas declinantes, precariedade, desemprego e pobreza" (Lazzarato, 2014, p. 15), criando um contexto de demandas constantes, nas quais as fronteiras entre lazer e trabalho se confundem e afetos descritos anteriormente possuem um campo fértil para ganharem força, tornando a subjetividade neoliberal hegemônica e o tempo do devir minoritário de profunda relevância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto, com aposta teórica-metodológica a cartografia, amplia as reflexões sobre o tempo como uma categoria importante para compreendermos fenômenos comunicacionais no tecido sociocultural. Mesmo em andamento, um aspecto relevante a ser sublinhado é justamente o que Marques e Martino (2018) refletem do tempo estar mais próximo de uma historicidade nas abordagens ou teorias da comunicação, como é o caso da área do conhecimento denominada História das Mídias, quase uma lógica evolucionista, cartesiana e moderna.

Partindo deste aspecto, seu sentido se amplia para que seja possível compreender as temporalidades do devir minoritário enquanto um vir a ser que tensiona o que é majoritário, propondo formas de insurgências objetivas e subjetivas para articularmos enfrentamentos possíveis frente ao neoliberalismo, sobretudo em uma sociedade pautada a partir da racionalidade sintetizada em *yes, you can!* Contudo, é preciso colocarmos em análise o paradoxo existente neste percurso, ou seja, como pensarmos um tempo de vir a ser que demanda tempo de re-

flexão e ação, sendo que os trabalhadores inseridos no campo publicitário neoliberal não possuem tempo para isso? Apostamos que é uma questão de tempo de compreensão, de elaboração e de ação em cooperação (Deleuze, 2013) para que o devir minoritário possa emergir enquanto horizonte de resistência.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

CROCCO, F. L. T. O trabalho publicitário: um modelo para o mundo do trabalho futuro? *Áskesis*, v.8, n.1, jan-jun, 2019.

CUSTÓDIO, T. A. S.. **Ilusões Perdidas: A degradação, a deterioração do trabalho e o discurso empreendedorista em um estudo sobre trabalhadores criativos autônomos da indústria criativa no século XXI**. / Tulio Augusto Samuel Custódio; orientador Ruy Braga Gomes Neto - Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, USP: São Paulo, 2023. 370 f.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 2013.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol3. 1Rio de Janeiro: ED. 34, 1996.

FERREIRA, D. A. **“Como é trabalhar aí?”: um olhar comunicacional sobre trabalho e emoções nas agências publicitárias brasileiras**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, MG, 2022.

FRANÇA, V. A pesquisa em Comunicação: dez perguntas que nos desafiam. In: FIGARO, R.;

GOMES, M. R. (Org.) **Conexão pós: diálogos e intersecções** na pesquisa discente. São Paulo: ECA-USP, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, N. P.; COHEN, S. A. de M.; FLORES, A. M. M. Estudos de Tendências: contributo para uma abordagem de análise e gestão da cultura. **ModaPalavra e-Periódico**, v. 11, n. 22, 2018.

GROHMANN, R. Plataformas de propriedade de trabalhadores: cooperativas e coletivos de entregadores. **MATRIZES (ONLINE)**, v. 16, p. 209-233, 2022.

HAUG, M. R. The Deprofessionalization of Everyone? **Sociological Focus**, 8(3), 197-213, 1975.

HAN, B. C. **Capitalismo e impulso de morte: ensaios e entrevistas** / tradução Gabriel Salvi Philipson. – 1. ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2021.

HAN, B. C. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

JOHNSTON, S. **SXSW 2024**: Laurie Santos, felicidade pra aumentar a produtividade. Disponível em: https://www.clubedecriacao.com.br/ultimas/sxsw-2024-19/?utm_smid=11181078-1-1. Acesso: 30 ago. 2024.

LAZZARATO, M. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo; Helsinque: n-1 Edições; Edições Sesc São Paulo, 2014.

LEITE, F. A publicidade contra-intuitiva: possíveis articulações e reflexos nos estigmas e estereótipos sociais. **RuMoRes**, v. 2, n. 3, 13 dez, 2008.

MARQUES, Â. C. S.; MARTINO, L. M. S. Articulações e tensionamentos do tempo nas Teorias da Comunicação. **Contracampo**, Niterói, v. 36, n. 03, pp. 177-198, dez. 2017/ mar., 2018.

MCGUIGAN, J. Do populismo cultural ao capitalismo legal. **Revista Contracampo**, v. 28, n. 3, dez.-mar. Niterói, p. 5-25, 2013.

NECKEL, A. J.; NETO, J. D. da S. Capitalismo comunicacional: convocações dos sujeitos em midiaticização. **Questões Transversais**, São Leopoldo, Brasil, 2022.

NOBREGA, R. F. Devir minoritário: por uma estética da resistência. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, v. 5, n. 2, p. 217-228, 2019.

NOGUEIRA, G. A relação com o tempo na publicidade. Entrevistado: Gustavo Nogueira. Entrevistador: Lucas Schuch. Santa Maria, RS: 01 set. 2022. Podcast: **Propaganda Não É Só Isso Aí**. Disponível: <https://open.spotify.com/episode/3zfhNvL3PGtyUHI8TpFKUY?si=V0534O-ORNiSigeBSy069Q>. Acesso em: 23 maio 2024.

PETERMANN, J. **Cartografia da criação publicitária**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2017.

PIEDRAS, E. R. **Fluxo publicitário**: anúncios, produtores e receptores. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROSÁRIO, N. M. do; COCA, A. P; A cartografia como um mapa movente para a pesquisa em comunicação. **Comunicação & Inovação**: Dossiê Pesquisa Aplicada em Comunicação, v. 19 n. 41, 2018.

SAFATLE, V; JÚNIOR, N. da S.; DUNKER, C. (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica, 2021.

SAFATLE, V. **Lacan**. São Paulo: Publifolha, 2009.

SCHUCH, L. **Crítico a publicidade e vivo dela: cartografia de movimentos contra-hegemônicos internos ao campo da publicidade**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Santa Maria, RS/Brasil, 2024.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 40, n. 1, p. 27-56, 2006.

WOTTRICH, L. H. **“Não podemos deixar passar”: práticas de contestação da publicidade no início do século XXI**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

VALENTE, T. B. **Transformações nas práticas profissionais em publicidade: como qualificar o trabalho neste campo de atuação?** / Tais Bitencourt Valente. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUCRS, 2023.

VIDIGAL, V. Periciando a caixa de pandora: os segredos da gestão algorítmica do trabalho. **Teoria Jurídica Contemporânea**. Vol 6, 2021.

O ABORTO COMO NECROPOLÍTICA: UMA ANÁLISE DA TEMÁTICA NA FICÇÃO SERIADA¹

Gêsa CAVALCANTI²

Doutora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO PPGICS, FIOCRUZ³

Introdução

Esta pesquisa busca entender como o aborto tem sido disputado enquanto temática no Brasil, focando especificamente em sua representação na ficção seriada. Proponho-me a analisar este tema enquanto um campo necropolítico, tomando como objetos de estudo duas produções da Rede Globo: a telenovela *Vai na Fé* (2023) e a temporada *Vidas Brasileiras* de *Malhação* (2018-2019)⁴. Minha investigação parte do pressuposto de que a criminalização do aborto no Brasil transcende a mera regulação da vida reprodutiva, uma perspectiva alinhada ao conceito de biopolítica de Michel Foucault (2008; 2005). Argumento que, para além de gerir a vida, o veto ao aborto legal

1 Trabalho apresentado no - GT 5 - Mídia e Dimensões do Tempo - subjetividades e identidades, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.

2 Professora da Escola de Comunicação - UFRJ (ECO/UFRJ) Doutora em Comunicação - UFPE | Pós-doutora - USP (CETVN/ECA) Pesquisadora da Rede OBITEL Brasil. Pós-doutorada pelo ICIT PPGICS Fiocruz.

3 Esta pesquisa é um desenvolvimento do projeto de pós-doutorado financiado pela FAPERJ sob orientação do professor Dr. Igor Sacramento (*In-memorian*).

4 Ambas exibidas pela Rede Globo em 2019: *Malhação Toda forma de Amar* e *Vai na Fé*, exibidas respectivamente as 17h e 19h na grade da emissora.

e seguro opera como um dispositivo que instaura hierarquias entre vidas que merecem proteção e aquelas expostas à morte social e material. Para fundamentar essa análise, recorro ao conceito de necropolítica, formulado por Achille Mbembe (2018).

Discuto, inicialmente, o aborto como um tabu (Freud, 2020). Nesse sentido, o tabu opera como mecanismo simbólico que produz silêncio, censura e estigmatização do aborto. É justamente pela opção de entender o aborto enquanto tabu, nos termos freudianos, que tento explicar a razão pela qual suas poucas representações discursivas têm sido orientadas por uma condenação de sua prática, operacionalizada pelos estigmas envoltos nas construções de ideias sobre o ato de abortar e de mitos sobre as mulheres que abortam (Cavalcanti, 2024), já que o tabu tem ainda o poder de tornar sujeito-tabu quem o realiza.

O tabu além de agir como regulador das práticas individuais, define ainda quem pode ocupar legitimamente o espaço público: e quem deve ser silenciado ou invisibilizado. Partindo disso, estabeleço então conexões entre essa visão do aborto e o campo prático da necropolítica.

Meu interesse reside em investigar as estratégias narrativas e estéticas por meio das quais a ficção televisiva aborda o tema. Busco compreender como a centralidade ou a marginalização da questão nos enredos ficcionais participa ativamente da produção de sentidos sobre a autonomia corporal feminina. Ao examinar as escolhas de roteiro e a construção das perso-

nagens em *Vai na Fé e Malhação: Vidas Brasileiras*, pergunto: quais discursos atravessam a noção de aborto posta em cena na ficção? Como o discurso médico, o discurso moral e o discurso religioso são operacionalizados nessas representações? De que maneira essas narrativas reforçam ou contestam a lógica necropolítica que subjaz ao debate sobre o aborto no Brasil?

Em última análise, esta pesquisa pensa como a ficção, contribui para a produção e a circulação de imaginários sobre quais corpos femininos são considerados sacrificáveis no tecido social brasileiro. A telenovela, nesse cenário, é objeto central por sua permanência enquanto fórum cultural (Newcomb, 1999), lugar de memória (Cavalcanti, 2022) e narrativa da nação (Lopes, 2003). Essas tramas, vistas por milhões de pessoas, seja no ao vivo da TV aberta ou nas múltiplas formas de ver propiciadas pela digitalização, contribuem significativamente para a permanência do entendimento do aborto enquanto tabu no Brasil.

Cabe ainda dizer que, apesar de entender o aborto como temática tabu, esta pesquisa parte da percepção de que, impulsionando pelos processos de ativismo potencializados pelas redes sociais em um feminismo de quarta onda (Perez e Ricol-di, 2020), há um certo incremento do tempo do representar do aborto na mídia brasileira, inclusive na ficção televisiva.

Biopolítica, necropolítica e aborto

O aborto é um fato social permanente na vida das mulheres. No Brasil, conforme a última Pesquisa Nacional de Aborto

(2021), uma em cada sete mulheres de 40 anos já realizou pelo menos uma vez o procedimento. Começo com o retorno deste dado para lembrar que a proibição do aborto, de um ponto de vista jurídico, não impede sua realização. Em vez disso, significa a necessidade de recorrer a estratégias outras para interrupção de uma gravidez. Essa proibição indica um processo de governo do corpo feminino. Governo este que as pesquisas sobre o tema costumam relacionar a base teórica da biopolítica.

Associado principalmente a Michel Foucault (2008), o conceito de biopolítica descreve uma forma moderna de poder focada na administração e gerenciamento da vida das populações. O autor explica a biopolítica como uma ruptura com formas de poder anteriores - como o poder soberano e o poder disciplinar - que se concentram no direito de fazer morrer. Em vez dessa lógica, a biopolítica opera com um gerenciamento calculado da vida que tem como objetivo o fazer viver. Os mecanismos de constituição das “características biológicas fundamentais” (Foucault, 2008) da espécie humana são inseridos numa lógica de gerenciamento político. Outro marcador diferencial é que nesse modelo de gestão da vida, o corpo individual deixa de ser o foco. Sendo assim, o interesse na coletividade objetiva regular a população, gerenciando o nascimento, a morte, a produção, a doença, a sexualidade, a reprodutividade, a natalidade, etc.

O corpo interessa ao Estado porque é nele que se investe com fins econômicos nesse processo administrativo da vida. Um dos principais papéis da mulher nesta cadeia é o de gerar

mais corpos para a força de trabalho. Cabe observar que alguns grupos de pessoas podem (e ficam) de fora dos processos de gestão. A ausência do Estado, da gestão dele sob certos corpos também faz parte do exercício da biopolítica: significa um “deixar morrer”.

Ainda assim, seja pelo fazer viver ou deixar morrer, o papel do Estado no processo é passivo e administrativo. A morte se dá pela omissão do Estado que deixa que os indesejados morram.

Como já comentado, muitos trabalhos sobre o aborto o conectam a noção de biopolítica e têm nos ajudado, ao fazê-lo, a entender a função econômica-social da mulher dentro das engrenagens do capitalismo e do Estado moderno. No entanto, pensar o aborto apenas como questão biopolítica não me parece dar conta de compreender o processo ativo que atravessa o papel do Estado na proibição do aborto. A noção de biopolítica não é suficiente para entender porque diversos países definiram quais grupos de mulheres podem ou não abortar de forma segura. Não explica porque mulheres, principalmente pobres e negras, continuam morrendo em suas tentativas de interromper gravidezes quando existem medicamentos e procedimentos seguros que poderiam impedir essas mortes.

Para dar conta disso é necessário atravessar a fronteira entre o “fazer viver e deixar morrer” e considerar o “fazer morrer”, buscando então entender a dimensão da violência, do abandono e da morte que marcam as experiências reprodutivas das mulheres pobres, negras e indígenas no Brasil. Para compreender esses processos, recorro aqui ao conceito de necropolítica proposto por Achille Mbembe (2018).

É justamente um retorno e atualização da noção de poder soberano que nos guia para entender a necropolítica. Nela, em vez de gerenciar a vida, o foco está na gestão da morte. Achille Mbembe (2018, p. 6) ao apresentar o conceito de necropolítica questiona: “sob quais condições práticas se exerce o direito de matar, deixar viver ou expor à morte?”. De que forma o Estado usa a morte como estratégia em sua gestão dos corpos?

Em outubro de 2025, enquanto o congresso brasileiro tentava aprovar um Decreto Legislativo⁵ que tem como objetivo revogar a Resolução nº 258/2024 do CONANDA, que estabelece diretrizes fundamentais para o atendimento humanizado, integral e intersetorial de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, o Brasil se chocava com as imagens de mais de 70 corpos, principalmente de jovens negros, enfileirados na Praça da Penha no dia seguinte a uma megaoperação policial no Complexo da Penha e nas favelas do Alemão. Esses dois casos, aparentemente isolados, possuem em comum a costura da necropolítica.

Remoto a pergunta de Mbembe para pensar sob tal correlação: sob quais condições práticas se exerce o direito de matar, deixar viver ou expor à morte? A megaoperação que tinha como objetivo desarticular o Comando Vermelho (CV), assim como muitas outras dentro de favelas e comunidades periféricas, trata esses espaços e os corpos que neles existem como zonas de exceção, o Estado opera nesses contextos com uma

5 O Projeto de Decreto Legislativo nº 3/2025, de autoria da deputada Chris Tonietto (PL/RJ).

lógica militar, não com uma lógica civil. Aqui os inimigos do Estado são a criminalidade, o “bandido”, e em nome do “cidadão de bem” extrapolam-se os limites da legalidade. Esquece-se de que para o policial de arma na mão, dentro da favela, as fronteiras entre as categorias cidadão de bem e bandido são facilmente diluídas. Mas em nome do argumento da segurança - vazio em si mesmo nos efeitos práticos - o Estado reafirma sua soberania pela via da violência letal, determinando quais corpos podem ser eliminados sem que isso produza indignação institucional proporcional.

Assim como as favelas são tratadas como zonas de exceção, os corpos de meninas que sofreram violência sexual e precisam recorrer um aborto também é. Enquanto no caso anterior a necropolítica se dá por uma violência letal, aqui a ação do Estado é da ordem burocrática e normativa, mas que nem por isso é menos violenta. O projeto da chamada PEC da Pedofilia, objetiva a tentativa de revogação de uma resolução que garante atendimento humanizado a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Isso significa a redução da proteção de um grupo já vulnerabilizado, a criação de condições para que esses corpos permaneçam expostos a situações de violência, abandono institucional e revitimização.

Esses corpos grávidos, com os quais as instituições Estado e Família já falharam em alguma medida, são colocados em segundo plano diante das agendas morais e políticas. Produz-se aqui outro tipo de morte para além da possibilidade de morte

física: a morte social e psicológica de meninas obrigadas a se tornarem mães.

Olhando para os dois casos, grosso modo, percebe-se um Estado que força o nascimento, mas que não garante o direito de viver com dignidade, e que vai, além disso, e se torna, em muitos casos, o agente da morte.

Sendo assim, o corpo grávido é um território de soberania, no qual se decide quem pode viver e quem deve morrer. A criminalização do aborto, nesse sentido, não se limita a uma questão moral ou religiosa, tais marcadores são usados como pilares que fundamentam a tecnologia do governo inscrevendo no corpo das mulheres a lógica do “fazer morrer”, sobretudo daquelas já situadas nas margens da vida social.

A criminalização do aborto, especialmente em um país onde o acesso a serviços seguros é um privilégio de classe, cria condições em que determinadas mulheres são sistematicamente empurradas para a morte ou para a dor. O Estado não apenas se omite: ele produz desigualdades de morte. Assim, a política reprodutiva brasileira é, ao mesmo tempo, biopolítica e necropolítica. É biopolítica porque regula a reprodução e administra a vida feminina segundo interesses econômicos e morais; e é necropolítica porque define, de modo racializado e classista, quais vidas merecem ser salvas e quais podem ser descartadas. As mulheres brancas de classe média, com acesso a clínicas particulares, vivem sob uma biopolítica da reprodução; as mulheres negras e periféricas, sob uma necropolítica da criminalização.

Corpos em disputa: o aborto como drama moral e social em *Malhação*

Em *Malhação Toda forma de Amar* o aborto aparece como temática pontual com uma personagem inserida justamente para abordar o tema. A personagem em questão, Luana, tem seu desenvolvimento narrativo relacionado a dois personagens recorrentes da telenovela: Lígia e César. Ambos médicos em um hospital público da periferia do Rio de Janeiro.

Essa estratégia é recorrente nas telenovelas: a temática social é mediada por personagens periféricos, frequentemente mulheres pobres, cujas trajetórias trágicas servem para colocar à prova o sistema de valores das figuras centrais, geralmente brancas, de classe média e profissionais da saúde ou do direito, algo similar é parcialmente reproduzido na trama de *Vai na Fé*, como melhor discuto a seguir.

Figura 01 - Luana (esq.) e Lígia conversam sobre aborto



Fonte: frames de cena capturados do GloboPlay

Luana vai ao hospital pela primeira vez com um sangramento sendo atendida por Lígia. A personagem recebe cuidados médicos e se desespera ao perceber que não perdeu o

bebê, nesse momento, ela pede ajuda da médica para interromper a gestação, alegando não ter condições de criar outra criança. Lígia demonstra empatia, mas explica que não pode realizar o aborto, pois a gravidez não oferece risco de vida e o procedimento seria considerado crime. A médica tenta aconselhar a jovem, ressaltando os perigos do aborto clandestino e os valores do juramento médico que fez. Luana insiste que não quer continuar com a gestação e chega a dizer a Lígia que se se não interromper a gestação ali, terá que procurar outros meios.

Dias depois de ser liberada, a paciente retorna ao hospital em estado grave, com infecção e perfuração uterina. Lígia realiza uma cirurgia de emergência e salva a vida de Luana. Acompanhando todo o caso, a enfermeira Raquel defende que a paciente seja denunciada à polícia por ter cometido um aborto ilegal. Lígia e o diretor da unidade, César, argumentam que o sigilo médico deve ser respeitado e que denunciar a paciente violaria o código de ética da profissão. Após o diálogo, Raquel é convencida a não acionar a polícia, embora mantenha sua desaprovação moral ao aborto. Cabe observar que tanto César quanto Lígia também se mostram contrários a nível individual ao aborto, mas entendem-no como problema de saúde pública, Lígia, especificamente, reforça ainda o argumento da autonomia feminina. Parte da conversar entre os personagens pode ser visto na imagem a seguir (Figura 02).

Figura 02 – Transcrição de cena

LÍGIA E CÉSAR FALAM SOBRE ABORTO

CÉSAR

Eu não concordo com o aborto, mas você explicou muito bem porque que não nos cabe denunciar uma paciente.

LÍGIA

Eu não me conformo que uma mulher que passe por isso se torne uma criminoso.

CÉSAR

É, mas a sociedade brasileira não vê o aborto com os olhos da saúde pública, como o Uruguai, por exemplo, que aprovou uma lei que autoriza a interrupção da gravidez em qualquer situação, desde que seja até a décima segunda semana de gestação. Já nós, ao contrário, sempre que há uma pesquisa sobre o assunto, somos majoritariamente a favor do divórcio e da camisinha, e somos contra o aborto e o casamento gay.

LÍGIA

Eu pessoalmente, tive muita dificuldade para engravidar, então não me vejo passando por uma situação dessa, mas o corpo é meu, o direito da escolha deveria ser meu, da mulher.

Fonte: Autora com base em cena disponível no streaming GloboPlay

Embora Lígia fale brevemente sobre autonomia, nas cenas de *Malhação* o aborto é tematizado como problema social e moral, não como direito reprodutivo. O que está em jogo não é a autonomia de Luana sobre seu corpo, mas a dúvida moral de Lígia sobre como agir diante da lei. A narrativa desloca o eixo da questão: do corpo da mulher para o corpo da instituição. Quero observar que o discurso médico domina as cenas e funciona como aparato biopolítico, como controle dos corpos sob o pretexto de “salvar vidas”. Lígia repete diversas vezes fórmulas do juramento hipocrático, isso aparece quando ela fala em “salvar vidas”, “cumprir a lei”, “dar assistência”. No geral, esse discurso legitima a autoridade médica e, ao mesmo tempo, anulam o desejo e a fala de Luana.

Quero destacar uma fala em particular: “Eu fiz um juramento de salvar vidas, isso inclui a sua e a do seu filho.” Nessa

frase, o corpo de Luana é transformado em duas vidas separadas, e o bebê é equiparado moralmente à mãe. O discurso médico, portanto, opera a divisão simbólica do corpo feminino: a mulher passa a ser ambiente da vida alheia, mais objeto do que sujeito.

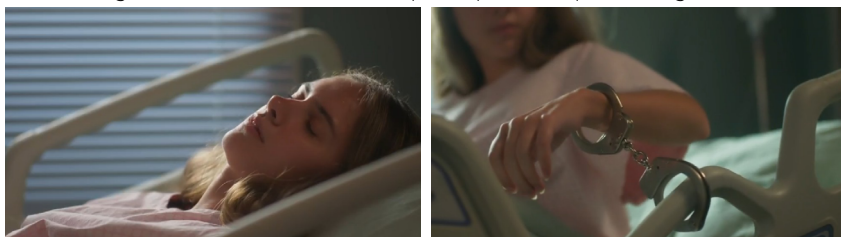
O hospital público da periferia carioca é o espaço-limite onde o Estado decide quem pode viver e quem pode morrer. Luana representa o sujeito cuja vida é descartável: pobre, negra, sem acesso a redes de cuidado. Em uma das cenas, ao ser questionada pela médica, Luana conta que a camisinha rasgou e que foi no posto, mas não tinha pílula do dia seguinte. Aqui temos a dimensão mais material dessa necropolítica, pois, o Estado que proíbe o aborto é o mesmo que nega acesso à contracepção, ao planejamento familiar e às condições de sobrevivência. A maternidade, nesse contexto, é imposta pela precariedade, o corpo Luana representa o corpo da mulher pobre se torna território de uma política de morte, em que viver ou morrer é consequência da condição de classe. Contudo, mesmo que o roteiro ensaie uma crítica estrutural ao comentar sobre a ilegalidade do procedimento de aborto, o foco no risco, no perigo, na dor que Luana passa tem um teor de lição de moral, o todo da cena parece dizer: “vejam o que acontece quando se tenta abortar”. A própria discussão sobre a lei, cabe dizer, é feita com base numa neutralidade inexistente, como se não fosse resultado de uma construção político-histórica. Cabe observar que Luana sobrevive, mas o sistema que a empurrou ao aborto clandestino permanece intacto.

Um acerto narrativo é que vemos Luana, no final da trama, com seu marido e filho. Ela é uma boa esposa, uma boa mãe e isso se distancia dos lugares-comuns de uma mitologia sobre as mulheres que abortam (Cavalcanti, 2024). Ainda assim, os sentidos de culpa e das consequências físicas e psicológicas são acionados nesta última cena, reforçando o imaginário da culpa e do castigo.

Corpos criminalizados o aborto legal e os discursos da revitimização em *Vai na Fé*

Meu segundo caso de análise é *Vai na Fé*. A trama de aborto dura dois capítulos e tem início quando uma estudante de direito, Alice, procura a professora e advogada, Lumiar, para ajudar uma amiga que foi presa por realizar um aborto de forma clandestina através do uso de medicamentos de venda proibida no país. É assim que conhecemos Talita.

Figura 03 - Talita acorda no hospital e percebe que está algemada



Fonte: frames de cena capturados do GloboPlay

No entanto, diferente do que vimos no caso anterior, Talita estava dentro das situações de aborto garantidas por lei por

ser uma vítima de estupro. Por que então essa mulher deixa de usar o aparato do Estado e recorre ao clandestino? Descobrimos que jovem, ao procurar a ajuda do Estado, teve seu direito ao aborto dificultado por burocracias do sistema legal e de saúde. Em desespero, sentindo culpa, medo e o passar do tempo, Talita opta por tomar a medicação comprada clandestinamente. Ela tem uma hemorragia severa após a medicação e acaba recorrendo ao hospital. Ouvimos a história em off enquanto vemos as cenas de Talita, sozinha, algemada em uma cama em um quarto de hospital pouco iluminado. A cena reforça o sentimento de desamparo relacionado ao fato de que além de passar pela violência do crime de estupro, pelo processo do aborto sem amparo, Talita ainda está enfrentando uma prisão.

Se em *Malhação* é o discurso médico quem domina a trama, neste caso é o jurídico. Assim como os médicos, a advogada e até mesmo os alunos que fazem parte da cena não se mostram a favor do aborto, o argumento central é o da separação entre moralidade pessoal e obrigação legal. A maioria dos personagens, com exceção de uma (Jenifer) defende o seguimento da lei que determina os casos de exceção para realização do aborto legal no Brasil, mas não defendem o aborto *per se* enquanto direito de autonomia reprodutiva, e sim o cumprimento do direito ao aborto legal. A problemática levantada é de legalidade e abuso de autoridade.

O discurso religioso também aparece com uma perspectiva que é tanto punitivista, pelo procedimento propriamente dito e os riscos postos em circulação pelo que acontece com Talita,

mas principalmente de forma mais direta pelo argumento pró-vida da personagem Jeniffer. A telenovela valida esse sentimento como uma posição pessoal, mas o isola no debate social, impedindo que interfira na resolução legal do caso.

A narrativa expõe a necropolítica em ação. Na trama de Talita o sistema de saúde e o sistema penal aparecem como espaços de violência institucional. A sequência em que Talita relata ter contado “mais de dez vezes” sua história de estupro, revivendo o trauma e sendo desacreditada, é um exemplo da burocratização da dor: o sofrimento transformado em prova, em obstáculo administrativo. O corpo feminino é submetido à espera, à dúvida, à desconfiança, até que o tempo e a omissão do Estado o empurrem à clandestinidade.

A decisão de Talita de realizar o aborto sozinha, “em pânico”, é consequência direta de um Estado que a abandona, que empurra Talita para um procedimento que quase a mata. O Estado, portanto, reitero, administra a morte ao expô-la ao risco do procedimento clandestino. Quando a jovem é algemada à cama do hospital, a encenação da necropolítica ganha uma nova camada. O hospital, espaço que deveria preservar a vida, se converte em extensão do cárcere, e o corpo ferido da mulher torna-se corpo criminoso. Aqui, mais uma vez, há uma gestão da morte, agora através de uma punição por ter sobrevivido. A câmera e a iluminação reforçam esse sentido, como já observei, o quarto é escuro, a solidão de Talita é enfatizada pelo plano fechado, pelos usos do som, elementos que transformam o hospital em uma espécie de cela.

No desenrolar no segundo capítulo, vemos a audiência de custódia. Nela temos uma espécie de reversão simbólica da necropolítica. É a fala de Lumiar que faz com que a telenovela reinsira Talita no campo dos vivos. Dessa vez, não mais como corpo culpado, mas como sujeito de direitos. O discurso da advogada (*“eu não peço que concordem com a atitude da Talita, apenas que cumpram a lei”*) nos leva ao conflito entre vida biológica e vida política: Talita sobrevive, mas permanece marcada pela lógica da punição. Ela ainda tem, por sinal, um processo pelo qual deve responder.

Vai na Fé denuncia a necropolítica não por meio da morte literal, mas pela morte civil e moral imposta às mulheres que tentam exercer sua autonomia. A prisão, o estigma e a patologização do aborto operam na trama - assim como fora dela - como tecnologias de poder que mantêm a hierarquia entre vidas protegidas e vidas descartáveis. Observo ainda que apesar de amplamente elogiada por veículos e mesmo pela audiência nas redes sociais, a representação do aborto em *Vai na Fé* trata o medicamento abortivo como “perigoso”, sendo necessário observar que existem remédios seguros e recomendados pela Organização Mundial de Saúde.

Conclusões

O entendimento do aborto como tabu, nos termos freudianos, permite compreender como a interdição discursiva, o estigma social e a censura simbólica se convertem em mecanismos de regulação da vida. O silêncio e a raridade das repre-

sentações midiáticas, bem como a predominância de abordagens moralizantes ou condenatórias, são exemplos dos processos de efeito-causa do aborto enquanto tabu. Afinal de contas, ele não apenas restringe a fala sobre o tema, mas também transforma as mulheres que abortam em “sujeito-tabu”, legitimando sua marginalização.

Essa dimensão cultural se articula à biopolítica foucaultiana, na medida em que o controle da reprodução e da sexualidade é central para a gestão da vida, estabelecendo fronteiras sobre quem pode ou não exercer plenamente sua autonomia. Contudo, é no campo da necropolítica, tal como proposta por Mbembe, que se torna evidente a passagem do tabu simbólico para a materialidade da exclusão: ao sustentar a criminalização do aborto, o tabu contribui para a legitimação de políticas que expõem seletivamente determinados corpos: sobretudo de mulheres negras, pobres e periféricas: à morte social, material e até física, ao negar-lhes acesso a procedimentos seguros e ao relegá-las à clandestinidade.

Em *Malhação*, a recusa do Estado em garantir o aborto seguro empurra Luana ao aborto clandestino e, depois, à infecção grave. Trata-se do “deixar morrer”: o risco de morte não é apenas um efeito colateral, mas um produto direto da política de criminalização. O hospital só entra em cena quando o dano já está feito. Já em *Vai na Fé*, a necropolítica é ainda mais evidente: Talita, já violentada, é revitimizada e criminalizada, algemada em um leito hospitalar. Aqui, a soberania estatal se afirma não somente no controle do corpo grávido, mas na de-

cisão de submetê-lo à prisão em vez de garantir o cuidado. É a violência burocrática e penal operando como forma de governo da vida e da morte.

Referências

CAVALCANTI, Gêsa. Representações do Aborto na Telenovela Brasileira. In: Rego, Ana Regina. (Org.). *Representações do Aborto na Telenovela Brasileira*. 1ed.Teresina: EDUFPI, 2024, v. 1, p. 706-729. __, Estudando a telenovela. Um panorama das pesquisas realizadas no Brasil [Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação]. Recife, PE, 2022.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____, **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. FREUD, Sigmund. **Totem e tabu**. Porto Alegre: L&PM, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PEREZ, O. C.; RICOLDI, A. M. A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA (ALACIP), 10., 2019, Monterrey.

Anais [...]. Monterrey, 2019. p.1-22. Disponível em: <https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MODA TERESINENSE: AS TENDÊNCIAS DA MODA FEMININA EM 1960 NO JORNAL O DIA E NO JORNAL DAS MOÇAS¹

Larissa Maciel SILVA²

Mestranda

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Johnny Santana de ARAUJO³

Doutor

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Resumo

Este artigo analisa as transformações da moda feminina em Teresina-PI durante a década de 1960, considerando a moda como um sistema social marcado pela efemeridade e pelas próprias mudanças, conforme discutido por Gilles Lipovetsky (2009). A pesquisa utiliza-se do jornal *O Dia* e da revista *Jornal das Moças*, como principais fontes. As questões norteadoras são: como ocorreu o processo de produção, circulação e consumo da moda feminina em Teresina na

-
- 1 Trabalho apresentado no GT5 – Mídia e Dimensões do Tempo - subjetividades e identidades - integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.
 - 2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, bolsista da CAPES, e-mail: larissamaciel@ufpi.edu.br O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.
 - 3 Professor Doutor do Departamento de História e do Programa de Pós Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, e-mail: johnny@ufpi.edu.br.

década de 1960? Quais os padrões de moda seguidos pelas mulheres da elite econômica teresinense? De que forma essa moda chegava a cidade de Teresina? O estudo identifica os estilos, práticas de consumo e modelos de comportamento difundidos pela mídia impressa que moldaram a subjetividade feminina e disciplinaram corpos e comportamentos no dado recorte temporal e espacial.

Palavras-chave

História das subjetividades; Imprensa; Moda Feminina.

Introdução

A moda como sistema nasce no final da Idade Média, quando são percebidos os exageros da alta sociedade, as extravagâncias e as rápidas metamorfoses nas formas materiais e nas ornamentações. Segundo Lipovetsky (2009), moda, em seu sentido circunscrito, está diretamente relacionada à efemeridade sistemática, às rápidas alterações. A pesquisa visa identificar as transformações que envolveram a moda feminina na cidade de Teresina na década de 1960, tendo como principais fontes de pesquisa o jornal O Dia e a revista Jornal das Moças.

Assim, o estudo objetiva destacar as tendências da moda feminina na cidade de Teresina na década de 1960 e, especificamente, analisar como os piauienses foram cedendo ao apelo do mercado relacionado à moda; investigar a construção da imagem da moda feminina a partir das fontes hemerográficas dentro do recorte temporal e espacial indicados e apresentar como a moda feminina estava circulando e sendo consumida na cidade de Teresina nos anos 1960.

A metodologia apresenta natureza qualitativa, com base na análise de conteúdo das edições do jornal O Dia e da revista Jornal da Moças dos anos 1960. As edições foram examinadas em busca de colunas, reportagens, propagandas que tratassem de moda, comportamento feminino e consumo.

Difundindo tendências na capital do Piauí

A década de 1960 marca o declínio da Alta Costura e o *prêt-à-porter* passa dar o tom da matéria da moda. O desenvolvimento de peças mais jovens, ousadas, destinadas ao dia a dia são facilmente vendidas e inspiradas na moda do estilo juvenil, elemento essencial do *prêt-à-porter* dos anos 1960, que era revolucionado por nomes e criações de: Michèle Rosier Emmanuelle Kahn e Élie Jacobson com os primeiros trajes destinados ao *sportswear*, Cacharel que, em 1960, cria o *chemisier* para mulher e Mary Quant com a origem, em 1963, da minissaia. Além disso, foi consagrado o uso da calça feminina, a partir de 1960, a Balenciaga passa a criar trajes noturnos com calças brancas; em 1966, Yves Saint-Laurent englobando a calça feminina em suas coleções, fazendo as manequins trajarem calças de noite e smokings femininos (Lipovetsky, 2009).

A sensação de Courrèges também foi destaque nos anos 1960 com o ingresso de sua coleção, em 1965, com o estilo curto e estruturado. André Courrèges foi o criador de uma moda que liberta as mulheres dos saltos altos, do peito comprido, das roupas apertadas, das ancas, ele propõe trajes estruturados que permitam a liberdade do movimento. O estilo Courrèges

assinala a ascensão dos valores juvenis e *teenagers* (Lipovetsky, 2009).

Em paralelo ao prêt-à-porter, outras duas categorias de estilo substituem a Alta-costura: a moda de luxo e a moda de rua. As roupas, como artefatos, “criam” comportamentos devido a sua capacidade de sobrepor identidades sociais e permitir que as pessoas comuniquem essas identidades. O vestuário simboliza e evidencia marcas de status social e de gênero, em diferentes épocas, demonstrando como as pessoas veem sua posição nas estruturas sociais e como elas negociam as fronteiras de status (Crane, 2006).

O papel social da moda demonstra que uma roupa, isolada de suas circunstâncias, perde o seu significado. Para além de um simples adorno, o traje, usado como instrumento pelos atores sociais, serve como código de comunicação e identificação entre grupos que, com o passar dos anos, acaba por simbolizar um momento histórico. A música rebelde, a minissaia ou o cabelo comprido isoladamente não significam todos os aspectos culturais que representam. Era preciso que esses aspectos fossem vistos dentro do seu contexto social, a partir do momento em que aquela sociedade estava se transformando.

Sempre em grande movimento, a moda alterava constantemente as linhas da elegância. As regras da moda especificavam a forma de usar certos itens, como luvas, sapatos, bijuterias, bem como as cores que eram tendências em cada estação, resquícios da “moda de classe”, em que a Alta-Costura ditava regras sobre a identidade sexual, feminilidade e comportamento.

As alterações na divulgação da moda e nas escolhas de vestuário poderiam ser mecanismo para discernir e identificar as mudanças culturais. Nessa época, percebia-se um momento de inserção de mais “liberais” em uma sociedade com aspectos bem marcados de conservadorismo:

As tendências da moda sempre obedeceram a uma linha que acompanha os bons costumes. Hoje em dia, entretanto, há verdadeiras aberrações que por culpa de uns levianos e levianas têm deixado mal as novas gerações no que diz respeito à moral. Homens há que se exibem em público trajados da maneira mais atentatória contra o pudor das famílias normais, usando calções e “shorts” que não dão para lhes cobrir certas partes do corpo. Esses que consideramos uns imorais são, em geral, os que admitem o divórcio e que são favoráveis a que as mulheres façam exibicionismo de seus corpos e de todas as suas formas nas atitudes de maior cinismo. Desse modo, “travestido” de elegante, o chamado “profissionalismo do cinismo” vai deixando o seu ambiente fechado do “*bas-fond*” para se confundir nos meios familiares. Atualmente há quem admita as mulheres “vestirem-se” de “biquínis” e um novo conjunto que lhes deixa à mostra o umbigo. Não cremos que as pessoas decentes adotem esses trajes, mas sempre será bom que os órgãos que fazem parte da Boa Imprensa tomem uma posição definida quanto a esses maus costumes que merecem o repúdio não só das famílias como de todas as pessoas bem formadas moral e socialmente, para que a nossa sociedade não fique transformada naqueles ambientes de costumes condenados (*Jornal das Moças*, Guanabara, 26 out. 1961, p.3)

A oposição entre os “bons costumes” e as “aberrações”, construíam uma narrativa de decadência moral associada as transformações comportamentais que acompanhavam o período, como a popularização do biquíni, o encurtamento das vestimentas, a visibilidade dos corpos nos espaços públicos. O discurso moralizante, pautado no pudor, nas famílias morais e boa imprensa, funcionava como dispositivos do poder simbólico que regulavam comportamentos, especialmente os femininos.

Uma forma de conservar esses bons costumes eram as reuniões de jovens da mesma idade em ambientes cultos sociedade, onde eles aprenderiam melhores ensinamentos sociais, a exemplo a demonstração da maneira de se receber com distinção, as jovens tomavam conhecimento de como proceder no lar. Eram em encontros propostos para ambientes como, teatro, passeios públicos, visitas, entre outros que se exibiam os trajes elegantes, comprados mostrar que pertenciam e estavam imersas nas tendências lançadas pelos estilistas e divulgada nas revistas de moda (*Jornal das Moças*, Guanabara, 26 out. 1961).

A moda feminina chega a Teresina, essencialmente, por meio do cinema, das revistas e até mesmo através das crônicas e das propagandas de moda existentes nos jornais locais. Os padrões de vestuário logo eram aceitos pelas mulheres da elite teresinense, pois, justamente, essas mulheres tinham maior interesse em adquirir e acompanhar a moda ditada pelos grandes centros do país e do mundo. O cinema e as revistas nacionais e

internacionais funcionavam como uma espécie de “ponte” com o restante do mundo, principalmente Hollywood e Paris, uma vez que, esses centros urbanos eram considerados polos hegemônicos dessas culturas naquela época.

As revistas divulgavam as novidades da moda, como elemento de integração entre nacional-regional como as revistas *Jornal das Moças*, *O Cruzeiro*, *A Cigarra*, e até mesmo internacional com revistas que circulavam na capital teresinense vindas da Europa, especialmente, de Paris, como *Elite*, *Parisiana*, *Le Chapeus*, *Bleuses de Le Saison*, *Album Parisiana*, *Façon Faleur*, *Le Chic*. Essas revistas acabavam por difundir os elementos da moda, através dos figurinos dos vestuários presentes nas revistas francesas ou nacionais que chegavam à cidade e podiam ser encontradas em livrarias, bancas, nas lojas que vendiam artigos dessa natureza da moda ou poderiam chegar pelas próprias mulheres de elite através de suas viagens ou mandadas pelos correios pelos parentes que moravam fora (Albuquerque, 2016).

Os jornais contribuíam com a divulgação das tendências da moda feminina, a saber, o jornal *O Dia*, que constitui um exemplo de periódicos que contém artigos, propagandas e conteúdo e difundem os novos consumos. Em uma de suas matérias o jornal *O Dia* trouxe a *Dior e as novidades*, no qual relata que:

As coleções de Dior, quando são apresentadas sempre despertam grande interesse em todo mundo. Seu último desfile agradou todas as tendências. Os modelos, na sua maioria modernos e juvenis anunciaram a volta dos te-

cidos transparentes, do crepe da China, da mousseline e do organdi. Os chemisiers mantem sua posição, com pregas batidas presas e ajustadas na altura dos quadris ou plissados. Para a noite os vestidos têm a cintura de volta no lugar, levemente acentuada. A grande novidade foram as echarpes, estampadas em quadradinhos, usadas em chapéus ou no pescoço, dando nós como gravatas. Não houve mudanças nos acessórios. As luvas continuam curtas com cores pastéis. As meias com desenhos quadradinhos, em branco mate, finas e transparentes. Os colares e pulseiras em tons cambiantes permanecem em evidência (O Dia, Teresina, 11 abr., 1969, p. 5).

Nessa notícia, percebe-se a divulgação das tendências da moda feminina que estavam sendo lançada nas coleções da Dior, que representava um dos grandes nomes no mundo da moda em Paris, lançando novidades e estilos e esses nomes de grifes do palco da elegância eram difundidos através dos órgãos de imprensa, surgido com o advento do *prêt-à-porter* e das primeiras publicidades. O jornal O Dia, aborda em outra matéria, *um debate sobre a moda*, a contribuição da imprensa para a moda, assim como, elementos da moda feminina da época:

A imprensa francesa, e norte-americana, ocuparam-se do recente encontro entre os jornalistas parisienses, e quatro costureiros da alta costura francesa. Trata-se do debate anual realizado pelos jornalistas e que desta vez teve a moda como tema central. Os costureiros participantes foram Givenchy, Cardin, Courrèges, Marc Bohan. A discussão incluiu os temas mais variados referentes à moda em geral. Cardin declarou que a “alta costura” já

não famosa, existe. “Agora – disse – falamos de criações”. Givenchy confirmou as palavras de Courrèges, acerca da crença numa “moda-criação” mediante novos métodos. Um jornalista perguntou: “Então acreditam diretamente no “prêt-à-porter”? [...]”. Cardin disse que boutique e a alta costura deverá complementar-se. Durante o debate não faltaram os ataques às calças na moda feminina, e escutou-se a opinião de Alexandre – o cabelereiro das mulheres famosas – que afirmou que seu atual dever era o de estudar penteados para mulheres de *pantalons* (O Dia, Teresina, 13/14 abr. 1969, p. 9).

Desse modo, percebe-se a temática da moda dos *pantalons* um modelo de calça feminina, em que aprofunda essa questão em outro artigo, nomeado “a moda usa para os *pantalons*”, no qual destaca que, nesse período, nos Estados Unidos e particularmente em Nova York, as calças femininas mais em moda eram os *pantalons* de crepe branco usadas para as reuniões elegantes, adicionadas a uma espécie de túnica que, muitas vezes, era utilizada como vestido curto sem calças. A matéria ainda ressalta que as moças norte-americanas que adotem os *pantalons* não podem engordar nem sequer uma grama. Entretanto, esse modelo de calças fora bem estudado e mesmo as mulheres pequenas poderiam usar e fazer uma boa figura com elas (O Dia, Teresina, 13/14 abr. 1969).

Outra tendência apontada foi o estilo *chemisier*, frequentemente associado ao vestido *chemisier*, um dos modelos mais universalmente conhecidos da moda da época e ao mesmo tempo como a roupa mais apreciada pelas mulheres. A linha *chemisier* foi particular na qual se encontraram reunidos os

temas característicos de um certo tipo de moda esportiva particularmente adequada aos tempos do período em voga, era também nela que se apresentava o vestido reto e simples, às vezes com cinto, e ainda as blusas retas, saias *evasée*, coletes masculinos, mangas com punhos e tipo rústico de tecido (O Dia, Teresina, 1 abr. 1969).

Em outros artigos a evidência da moda feminina, como no “A moda hoje em dia”, pontuava-se a simplicidade, liberdade e conforto presente na moda moderna, visto que, nas várias atividades desenvolvidas pela mulher moderna ela estava sempre bem vestida, justamente para atender os compromissos diários, sem grandes requintes e sofisticções, sendo os modelos mais em voga as pantalonas, as saias e blusas e o *chemisier*. Além disso, os tecidos atoalhados e os jérseis elásticos traziam a novidade de se moldar o corpo e proporcionar maior liberdade de movimentos. Os cabelos também não poderiam ser esquecidos, eles acabavam acompanhando a moda e baseavam-se em penteados com coque abaixo da nuca ou presos com lenços de estampas bem coloridas (O Dia, Teresina, 5/6 out. 1969).

Em “A moda para as festas de fim de ano”, devido à aproximação com o final do ano e as festas de formaturas, bailes, ceia de Natal, “*réveillon*”, apresenta as mulheres o que devem vestir. Assim, os modelos da noite e indicados para os festejos de fim de ano, permitiam uma variedade de escolhas, inspirado nos modelos franceses de Dior, um “*chemisier*” em organdi branco, bordado com pastilhas de guipure azul marinho, mangas compridas franzidas e punho bordados completam o modelo.

Os detalhes davam o toque característico aos modelos: o cinturão e o colete deveriam ser inteiramente rebordados em tons constantes com o tecido, sem esquecer os brincos, que deveriam ser longos (O Dia, Teresina, 25 nov. 1969).

Assim como as mudanças das estações, as coleções de vestuário mudam, e a maquiagem também se adaptava às estações do ano. A exemplo da primavera de 1969, na qual, adicionava a chegada de tal estação, estavam os novos padrões, novas cores e nova moda. As mulheres que eram símbolo de renovação, revolucionando o mundo feminino e aderindo as novidades, passavam a vestir, principalmente, roupas leves e práticas para as atividades diárias e a noite macacões e pantalonas. Os cabelos penteados de modo mais natural possível, sejam curtos, médios ou longos. A maquiagem também era simplificada: abolido o delineador e usando bastante rímel, para a noite cílios postiços não muito longos, a base para o rosto, de acordo com a tonalidade da pele e blush. Aí estava mulher-primavera, que deveria como a estação do ano sugeria, transparecer jovialidade, naturalidade e encanto (O Dia, Teresina, 30 out. 1969).

O Jornal das Moças orientava que a maquiagem noturna deveria seguir princípios semelhantes aos da realizada durante o dia, embora permitisse maior intensidade tanto na quantidade quanto nas cores aplicadas. A diferença residia na luz natural e artificial, enquanto a natural evidencia mais fortemente pigmentos, contornos e brilhos, a segunda suaviza tais características, tornando o uso generoso de cosméticos menos per-

ceptível e poderiam até contribuir para realçar o rosto (*Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1961, p.10).

As recomendações variavam de acordo com o ambiente, seja em salões bem iluminados, ruas ou “boites”, mas, de modo geral, recomendava-se o uso mais generoso de cosméticos para cílios, sombra e *rouge*, priorizando tonalidades adequadas à luz artificial, que costuma deixar a pele com aparência mais pálida. Para o período diurno, era aconselhável usar cores sóbrias e em menor quantidade, devido à ênfase que a luz solar confere. À noite, recomendava-se que mulheres loiras usassem batons e *rouges* mais escuros na tonalidade vermelha, complementados com sombra e cosméticos em azul forte e pó mais escuro. Já as morenas deveriam intensificar ainda mais a maquiagem, escolhendo batons vermelhos mais profundos e *rouges* mais vibrantes (*Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1961, p.10).

Para a primavera de 1969, a maquiagem privilegiava cores suaves e luminosas, especialmente verde, azul e lilás, em vez das sombras escuras típicas do inverno, que foram substituídas por tonalidades mais vibrantes. No entanto, as combinações exigiam cuidado para evitar excessos que pudessem causar efeitos borrados. A harmonia das cores deveria guiar principalmente a maquiagem dos olhos, cuja base uniforme nas pálpebras superiores e inferiores funcionava como referência para a seleção das sombras. Da mesma forma, o batom precisava estar em harmonia com as cores usadas nas maçãs do rosto (*O Dia*, Teresina, 5/6 out. 1969).

No decorrer da década de 1960, passaram a fazer parte do cenário da cidade de Teresina as boutiques e lojas de tecidos. As boutiques começam a venderem roupas já prontas, a exemplo “Biscuit” e Baú”. Apesar de nos anos 1950, ocorrer de forma mais concreta a ação dos industriais da produção na cidade, resultado do contexto nacional e regional, e de existirem pequenas unidades artesanais, somente em 1970, surge a Guadalajara, uma indústria de confecção que atinge de forma positiva o setor de vestuário local, assim, a construção do quadro da moda como um negócio ascende na industrialização que movimenta a economia (Aragão, 2015).

Uma grande novidade para o comércio teresinense foi quando surgiu a utilização de manequins, bonecos de tamanho natural e vestidos como se fossem pessoas, que decoravam as vitrinas das lojas, o que gerou admiração e curiosidade da sociedade teresinense. Logo os manequins se tornaram na época grande atração para o comércio local (Albuquerque, 2016).

Assim, o comércio local foi se desenvolvendo com novas formas e novas dinâmicas. Concomitantemente, as novidades iam se propagando nas páginas dos periódicos que circulavam pela cidade, vindos de fora e, também, pelos anúncios distribuídos nos jornais de circulação local que davam destaque aos produtos e lojas, incentivando, principalmente, a parcela da sociedade que possuíam recursos financeiros, ao consumo.

Algumas dessas lojas que anunciavam no jornal *O Dia* eram: SG Magazine – que apresentava novidades em roupas para senhoras, artigos finos para presentes com grande facilidade de

pagamento⁴; Diacuy Modas – na qual se comprava e levava um molde de Maria José para o vestido; Magazine Roma – que dizia contar com as melhores confecções, as últimas novidades com preços nunca vistos no comércio, o pioneiro na batalha contra a inflação; Casablanca – que alegava possuir os mais afamados tecidos, os melhores preços, sortimento os mais variados, honestidade comprovada, preferência ilimitada, eficiência no atendimento, são os requisitos que fazem de Casablanca a Loja preferida pela sociedade teresinense.

Outrossim, A Samaritana – que vendia produtos de alta qualidade, como tecidos em seda, voiles lisos e estampados, calçados, chapéus e perfumaria francesa, inglesa e nacional, sombrinhas para senhoras e crianças, além de artigos de armarinho; Armazém Paraíba – que estabelece matriz na capital teresinense no final da década, em 1968, seguindo as grandes tendências do comércio a Calçadeira Piauiense – que se dizia especialista em calçados para senhoras e crianças; Sapataria Iracema – que alegava ter a maior exposição de calçados para homens e senhoras; A Pernambucana – na qual sugeria unir o útil ao agradável nas compras da loja com a escolha adequada de

4 A inauguração da Loja SG Magazine ganhou matéria no jornal O Dia (que foi convidado para a solenidade), o estabelecimento da firma V. Martins e Cia, dona dos Estabelecimentos São Geraldo, foi apresentado como o mais moderno estabelecimento varejista da capital, pelas suas instalações modernas e boa apresentação, vendendo artigos de luxo e da última moda. O ato da inauguração contou com a participação importantes e destacadas autoridades, incluindo o Governador Petrônio Portela, civis e militares e uma “pequena multidão constituída de elementos vinculados a todas as classes, sem distinção”.

fazendas modernas, a preços convidativos e afirmava que seus tecidos não desbotavam;

Dessa forma, o comércio local apresentava suas formas e dinâmica de difusão e consumo. A divulgação de suas mercadorias mais ricas e sofisticadas e de um estoque mais variado. As novidades iam se propagando nas páginas dos periódicos que circulavam pela cidade, que chegavam de outros locais e, também, pelos anúncios presentes nos jornais, por exemplo, *O Dia*, que circulavam na cidade e davam destaque aos produtos, incitando àqueles que possuíam recursos financeiros, ao consumo.

Considerações finais

As publicações analisadas abordaram a moda feminina nos anos 1960, demonstrando um empenho em promover padrões de comportamento que estivessem em conformidade com as normas sociais e morais da época. Enquanto o *Jornal das Moças* funcionava como um guia de comportamento, o jornal *O Dia* espelhava e propagava esses discursos no contexto regional, colocando Teresina dentro de uma dinâmica de modernização cultural.

As imagens exibidas destacavam uma mulher sofisticada, reservada, vaidosa, porém dedicada à moral e aos valores familiares tradicionais. A mulher moderna idealizada era aquela que se vestia com sobriedade e que, mesmo trabalhando ou estudando, mantinha sua feminilidade e discrição. Essas representações indicam que a moda não se limitava a uma questão

estética, mas também desempenhava um papel pedagógico e normativo, capaz de formar subjetividades femininas e assegurar a adesão a um projeto de modernidade moral.

A análise dos editoriais femininos do jornal O Dia e da revista Jornal da Moças na década de 1960 revela que atuavam como criadores de bens simbólicos e culturais, apontando novas tendências, estilos e maneiras de se vestir, se maquiar e usar certos acessórios na sociedade teresinense da época. As matérias eram direcionadas principalmente às mulheres que buscavam validar seu gosto por meio das novas modas e estilos de vida, práticas culturais e bens de consumo. A moda veiculada em grandes centros internacionais e nacionais chegava a Teresina principalmente por meio de jornais e revistas. Além disso, o cinema desempenhava um papel significativo na divulgação dos novos estilos, que eram aceitos pela elite feminina que desejava adquirir artigos desse tipo no comércio local.

Referências

ALBUQUERQUE, Simone Ferreira. **Entre poses e imagens:** A moda da elite feminina em Teresina na primeira metade do Século XX. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

ARAGÃO, Camila Maria Albuquerque. A moda como um negócio no Piauí: dos primeiros passos à industrialização. In: **11º Colóquio de Moda** - 8º Edição Internacional 2º Congresso Brasileiro de Iniciação Científica em Design e Moda, 2015. *A moda como um negócio no Piauí*, 2015, p. 1-11. Disponível em: <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20%202015/COMUNICACAO-ORAL/CO-EIXO5-MARKETING/CO-5-A-MODA-COMO-UM-NEGOCIO-NO-PIAUÍ.pdf>. Data de acesso: 28/06/2021. .

Ensaio sobre modernidade, cosmopolitismo e a moda feminina, em Teresina (PI), nos anos 1940. In: **12º Colóquio de Moda** – 9ª Edição Internacional 3º Congresso de Iniciação Científica em Design e Moda, 2016, p. 1-13. Disponível em: <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202016/COMUNICACAO-ORAL/CO-03-Cultura/CO-03-ENSAIO-SOBRE-MODERNIDADE-COSMOPOLITISMO-E-A-MODA-FEMININA-EM-TERESINA-PI-NOS-ANOS-1940.pdf>. Data de acesso: 28/06/2021.

ARAGÃO, C. M. A.; FERREIRA, C. M. **Relatos de memórias da moda no Piauí**: cenário da moda piauiense no período de 1930 a 1980. Moda documenta: Museu, Memória e Design. 2015.

CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Alges-Portugal: Difel. 1988.

CRANE, Diana. **A moda e seu papel social**: classe, gênero e identidade das roupas. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Jornal: O DIA. Edições de janeiro de 1960 a dezembro de 1969.

Revista: JORNAL DAS MOÇAS. Edições de janeiro de 1960 a dezembro de 1961.

GT 6

HISTÓRIA, CULTURA E SUBJETIVIDADES -
DIÁLOGOS COM DIFERENTES MÍDIAS

EXTRATERRESTRES, FESTIVAIS ALTERNATIVOS E ORGANIZAÇÕES SECRETAS NA *MANCHETE*¹

*Kelyel Fortes de Resende MELO*²

Doutor

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Introdução

No final da década de 1960, a crença no iminente colapso da ordem mundial foi amplamente incentivada por diferentes meios de comunicação, em consonância com as tensões próprias da Guerra Fria e com seus possíveis desdobramentos no Brasil³. Nesse cenário, a revista *Manchete*, da editora Bloch, destacou-se como um veículo que, durante a Ditadura Civil-Militar, operou em sintonia com os interesses do regime, contribuindo para a produção de um imaginário social marcado pelo medo, pela vigilância e pela necessidade de obediência civil.

A partir desse contexto, investiga-se de que maneira o desencanto moderno de parte da juventude, atravessado por frustrações políticas, culturais e existenciais, foi apropriado pelo Estado autoritário como justificativa para repensar técni-

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 6- história, cultura e subjetividades: diálogos com diferentes mídias, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.
 - 2 Doutor em História do Brasil (PPGHB-UFPI), Mestre em História do Brasil (PPGHB-UFPI), Licenciatura Plena em História (UFPI), Bacharel em Direito (Uninovafapi), Especialista em Ciências Criminais (FAR - Alepi). E-mail: kelyelresende@gmail.com
 - 3 HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

cas de controle do corpo e da mente, em reforço à Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Tal processo pode ser interpretado, como a manifestação de estratégias biopolíticas de governo, nas quais os dispositivos de poder se articulam não apenas em torno da repressão, mas sobretudo na administração da vida e na regulação dos corpos⁴.

Nesse sentido, o *slogan* “Deus, Família e Liberdade” condensa, assim, a lógica do estado de exceção, onde uma suspensão seletiva da ordem democrática que, ao mesmo tempo em que restringia direitos, legitimava-se como forma de preservação da própria ordem social. Logo, a juventude, enquanto sujeito político e cultural, era simultaneamente reconhecida como ameaça e objeto de tutela, revelando as tensões entre biopolítica e soberania na administração da vida social pelo regime militar⁵.

Argumenta-se que, enquanto o regime apropriava-se do medo e do desencanto juvenil para reforçar sua autoridade e consolidar práticas de disciplinamento social, parcela da juventude deslocava sua potência política para a invenção de modos alternativos de existência. Nesse processo, referências a extraterrestres, festivais alternativos e organizações secretas passaram a constituir uma ritualística própria, marcada por orientações ético-estético-espirituais que desafiavam a normatividade dominante. Esse movimento, inserido na revolução dos costumes, assombrou estruturas familiares e sociais, ao

4 FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

5 AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

deslocar os limites do pensável em uma época atravessada por vigilância e controle.

A justificativa desta pesquisa repousa na necessidade de compreender a imprensa como dispositivo central na conformação de subjetividades e na produção de consensos durante regimes de exceção. Ao analisar os usos políticos do medo e do desencanto juvenil, busca-se investigar os mecanismos por meio dos quais a Ditadura Civil-Militar administrou tanto a repressão e na produção de uma moralidade coletiva, quanto em relação ao agenciamento de masculinidades viris.

Objetiva-se, desse modo, investigar como os impressos da *Manchete* tratou da juventude no contexto de tensões globais e nacionais do período, destacando o papel da mídia na legitimação das práticas autoritárias e no delineamento de narrativas que articulavam cultura, política e controle social.

MÉTODO

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter histórico-analítico, voltada à investigação das representações da juventude durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira, tendo como objeto empírico a revista *Manchete*, da Editora Bloch. O corpus documental foi constituído a partir da consulta sistemática à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que disponibiliza, em formato digitalizado, a totalidade das edições do periódico. O recorte temporal selecionado abrange os anos finais da década de 1960 e início da década de 1970, período em que se intensificaram as tensões geopolíticas

da Guerra Fria, bem como o processo de consolidação da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil.

O tratamento do material coletado ocorreu em duas etapas complementares. A primeira consistiu no levantamento, catalogação e organização das edições da revista *Manchete* que abordaram temas relacionados à extraterrestres, festivais alternativos e organizações secretas. A segunda etapa consistiu na análise crítica do conteúdo, mediante a identificação de categorias discursivas recorrentes, tais como: medo, disciplina, ordem moral, contracultura e segurança nacional. Essa estratégia metodológica permitiu a correlação entre discursos midiáticos e práticas autoritárias, evidenciando os usos políticos do medo e do desencanto juvenil como instrumentos de legitimação do regime. Simultaneamente, possibilitou observar como parte da juventude elaborava práticas alternativas de existência, associadas a festivais, movimentos contraculturais e experimentações ético-estético-espirituais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise das edições da *Manchete*, no período de 1968 a 1972, revelou padrões recorrentes nas representações da juventude e na construção de narrativas relacionadas ao medo, à disciplina e à moralidade oficial. Além da frequência temática, a análise qualitativa evidenciou que a revista apresentava um uso de símbolos de ameaça, vinculando práticas culturais alternativas a perigos sociais. Logo, verificou-se que a juventude buscava construir modos alternativos de existência, expressos

na crença na vida extreterrestre, em festivais alternativos e na elaboração de grupos organizados com práticas complexas, configurando formas de resistência simbólica que dialogam com práticas de liberdade. Além disso, a investigação evidencia o papel da imprensa como dispositivo de poder e de produção de subjetividades, além de fornecer subsídios para compreender como práticas culturais alternativas surgem como formas de resistência em contextos de controle social intenso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das edições da *Manchete*, no contexto da Ditadura Civil-Militar Brasileira, evidenciou como a mídia foi mobilizada como dispositivo de disciplinamento social, legitimando práticas de controle do corpo e da mente juvenis em consonância com a DSN. No entanto, na medida em que a juventude deslocava sua força política para a criação de modos alternativos de existência, materializados em festivais, organizações secretas e práticas ético-estético-espirituais próprias, uma forma de resistência simbólica e cultural emergia se constituindo. Dessa forma, a pesquisa contribui para o entendimento da imprensa como campo de disputa sociopolítica e cultural, demonstrando que, mesmo sob regimes autoritários, a produção de subjetividades alternativas e a contestação simbólica permanecem como estratégias fundamentais de resistência.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SUBVERSÕES FEMININAS: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE A PRESENÇA CONTRACULTURAL DE MULHERES NOS ESPAÇOS PIAUIENSES NA DÉCADA DE 1970¹

*Clara REDUSINO*²

Mestranda

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

*Edwar CASTELO BRANCO*³

Doutor

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

INTRODUÇÃO

O papel social da mulher, ao longo dos séculos, foi evoluindo paulatinamente e assimilando sempre novos espaços. Depois de muito tempo de “silêncio” as principais barreiras ao ingresso da mulher nos espaços públicos começaram a se romper principalmente a partir do século XX. A estrutura patriarcal não esteve presente apenas nos núcleos familiares da socieda-

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 6- História, Cultura e Subjetividades: diálogos com diferentes mídias, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.
 - 2 Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – PPGHB-UFPI. E-mail: claramc866@gmail.com
 - 3 Doutor em História (UFPE). Professor Titular, atuando na Graduação e Pós-Graduação em História, na Universidade Federal do Piauí – PPGHB-UFPI. Bolsista de Produtividade no CNPq. E-mail: edwar2005@uol.com.br

de, como na sociedade como um todo. Esse processo permitiu um aprofundamento nas construções culturais que permeiam as relações sociais entre homens e mulheres. Como afirma Simone de Beauvoir, “a mulher sempre foi, se não a escrava do homem, ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições⁴. Essa citação reflete sobre como as construções sociais do masculino se colocam acima, ou em desigualdade, em relação ao feminino. As mulheres nem sempre foram objetos de estudo da História. Este fato justifica-se pelo predomínio do masculino na historiografia herdada do Positivismo. Invisibilizadas, essas mulheres não possuíam espaço dentro dessa historiografia, ficando à margem dessa escrita já que não tinham acesso aos espaços predominantemente masculinos dentro da sociedade. Dessa forma, os estudos sobre mulheres só viabilizam a partir da História Cultural e da História Social, desde as inquietações provocadas pelo movimento dos Annales, responsável por causar algumas modificações nas fontes com as quais o historiador trabalha e propondo uma abordagem que reconhece um espaço amostral das pesquisas históricas, envolvendo-as em tudo que envolve a produção humana como elementos legítimos para o estudo do passado e para novas questões, mas, especificamente, a partir da terceira geração, a questão sexuada do social se mostrará mais receptiva, onde deu início a um avanço nas pesquisas a respeito da *História das Mulheres*, como uma forma de dar vi-

4 BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Trad. Sérgio Milliet. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. p. 17

sibilidade a essas personagens, ou melhor, como uma maneira de dar a elas uma historicidade. Tais mudanças ocorridas na historiografia, aliado ao movimento feminista, o qual desde o início da década de 1970 tem como questão a diferença entre os sexos como objeto de debate permitiram que a mulher alcançasse como sujeito e objeto da história.

Interessando-se em investigar figuras femininas oprimidas como: prostitutas, operárias e doméstica, logo depois, passam a surgir outras questões como os seus corpos eram apropriados e representados, partindo-se, a partir daí, de uma história das mulheres para uma história sobre gênero. A vertente historiográfica que pretende analisar o social, partindo para uma história das representações, por meio do gênero, busca, segundo Joan Scott, “estudar as relações entre os sexos, ou seja, as construções culturais de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres”⁵. Após inúmeras discussões e produções sobre o tema, o gênero, como categoria de análise histórica, tornou-se hoje uma linha de pesquisa consolidada no meio acadêmico, lançando um olhar para as relações culturalmente estabelecidas entre homens e mulheres e atenta à construção dessa condição social feminina.

Nesse sentido, o seguinte estudo tem como objetivo analisar a relação entre os sujeitos envolvidos no movimento contracultural e suas conexões com os espaços urbanos piauienses como exemplo: Teresina, Parnaíba e Picos presentes nos

5 SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e realidade. Porto Alegre, 1990. p. 30.

exemplares de artes experimentais realizados nestas cidades, na primeira metade da década de 1970. Destacando a atuação das mulheres nesse contexto, com sua presença nas produções experimentais, investigando de que forma elas foram ocupando e construindo seus espaços próprios de liberdade nos cenários urbanos subvertendo e rompendo com os costumes tradicionais da época, explorando as maneiras pelas quais seus corpos e subjetividades se relacionaram com as cidades, ressignificando práticas sociais e espaços públicos a partir de perspectivas de resistência, autonomia e suas expressões em um contexto histórico-político em meio a repressão durante o período ditatorial. Neste contexto, a pesquisa enfatiza a condição feminina no Piauí durante a década de 1970, período em que muitas mulheres começaram a romper com o papel tradicional de donas de casa passando a explorar novas possibilidades de atuação no espaço público, ressignificando-se através deles.

MÉTODO

De modo inicial, a pesquisa se debruçará sobre a análise de jornais que ilustram como, a partir da incorporação das mulheres no espaço público vinculada à irrupção do feminismo ao longo das décadas de 60 e 70, toda a efervescência desse período influenciou transformações nas relações e significações atribuídas aos papéis das mulheres no Brasil e ao lugar que ocupavam nos impressos, para isso serão analisados alguns impressos como: Picossuruba, Jornal Inovação, Jornal Querela

e Neo Jornal identificando e realizando um levantamento das escritas femininas durante o período.

Para além, serão analisados também como fontes para a pesquisa em produção, os filmes produzidos por essa juventude contracultural, no qual ressalto para *O Terror da Vermelha* (1972), *Miss Dora* (1974) e *David Vai Guiar* (1972) no qual procuro destacar sobre a presença feminina nas produções e como estão sendo representadas de tal forma que demonstra um processo de rompimento com os costumes tradicionais da época e de sociabilidades dessas mulheres com os espaços de Teresina e de resistência através do Super -8mm por meio de sua participação e, por fim, sob a metodologia da História Oral a realização de entrevistas com produtores e com as mulheres que atuaram nos filmes propostos e dos devidos jornais analisados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a necessidade de identificar e investigar um tema pouco pesquisado e discutido não só nos meios acadêmicos, como também na própria juventude em estudo inserida no movimento contracultural, a seguinte pesquisa situa-se sobre a possibilidade de destacar sobre as mulheres presentes nas produções, no qual foram sujeitos esquecidos por grande parte dos trabalhos acadêmicos, mas ao mesmo tempo tiveram suas formas de resistência através do cinema, das câmeras e da escrita em meio ao processo de repressão durante as décadas de 70 e 80. Para isso, pretende-se discutir sobre a expressividade das mulheres no cinema e nos jornais em solo piauiense de-

monstrando esse novo processo de formação de novas visões e de subjetividades femininas permitindo outros objetivos em suas vidas para além do ambiente doméstico e possibilitando “uma movimentação desses corpos que insere significados e territorializa a cidade”⁶, compreendendo como esse processo de transgressão permite (que) e (como) as mulheres sejam representadas e afirmando sua presença nos espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O seguinte estudo tem como objetivo evidenciar sobre as condições femininas em solo piauiense durante a década de 1970 e como está intrinsecamente ligada a um processo de ruptura com os modelos tradicionais de feminilidade que a relegavam aos espaços privados e à subordinação às estruturas patriarcais. A historiografia tradicional, influenciada por pressupostos positivistas, durante muito tempo ignorou ou invisibilizou as experiências femininas. Contudo, a partir das contribuições da História Cultural, da História Social e, sobretudo, da incorporação da categoria de gênero como ferramenta de análise, tornou-se possível resgatar a historicidade dessas mulheres e dar visibilidade às suas ações, resistências e formas de subjetivação.

Nesse contexto, a década de 1970 representou o início desse processo de modificações nas vivências femininas, especialmente diante de um cenário de repressão política, censura e

6 FREITAS, Lídia dos Santos Ferreira de; GONÇALVES, Eliane. **Corpos urbanos: direito à cidade como plataforma feminista**. Cadernos Pagu, 2021. p.6

moralidade conservadora, fortemente influenciado pela Ditadura Militar. As mulheres começaram a ocupar novos espaços públicos, a questionar os papéis sociais que lhes eram impostos e a buscar autonomia sobre seus corpos e suas escolhas. Portanto, ao resgatar as experiências dessas mulheres, o presente estudo demonstra que os processos de transformação cultural, social e política não podem ser compreendidos de forma plena sem a inclusão das vozes, corpos e subjetividades femininas.

REFERÊNCIAS

FILME

DURVALINO COUTO. **David Vai Guiar**. Teresina, 1972, son., color., 18,5 min.

EDMAR OLIVEIRA. **Miss Dora**. Youtube, 06 mai. 2018. 12min 55s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JkkFeUPu0hM>. Acesso em 22. Junho.2025

TORQUATO NETO. **Terror da Vermelha**. Youtube. 20 jul. 2016. 35min 29s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x7xR20yNQSA&t=22s>. Acesso em: 02 jul. 2025

BIBLIOGRÁFICA

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Trad. Sérgio Milliet. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016

FREITAS, Lídia dos Santos Ferreira de; GONÇALVES, Eliane. **Corpos urbanos: direito à cidade como plataforma feminista**. Cadernos Pagu, 2021

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica.
Educação e realidade.

O HÁBITO COMO MÍDIA, A OBRA COMO NARRATIVA: AS IRMÃS DOS POBRES DE SANTA CATARINA DE SENA NO CONJUNTO HABITACIONAL DIRCEU ARCOVERDE (1976-1985)¹

Cláudia Cristina da Silva FONTINELES²

Doutora em História

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Maria Eduarda Gonçalves de OLIVEIRA³

Graduada em História

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Resumo

Esta pesquisa analisa a atuação social e religiosa da Congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena no Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde, em Teresina, entre 1976 e 1985. O estudo busca compreender de que forma a presença da Congregação contribuiu para a assistência comunitária dirigida às pessoas em situação de vulnerabilidade social na região. A metodologia da pesquisa é bibliográfica e documental, realizada por meio da análise do Livro de Tombo Paroquial 01, dos Registros de Batismos e do acervo fotográfico

1 Trabalho apresentado no GT 6- História, cultura e subjetividades: Diálogos com diferentes mídias. Coordenação: Edwar de Alencar Castelo Branco; Fábio Leonardo Castelo Branco Brito.

2 Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB-UFPI). E-mail: claudiafontineles@ufpi.edu.br

3 Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: mariaeduardah09@ufpi.edu.br

da Congregação. O trabalho dialoga com as contribuições de autores como Caroline Cubas (2018), Cláudia Fontineles e Marcelo de Sousa Neto (2017), Alcides Nascimento (2011) e Regianny Monte (2010).

Palavras-chave

História; Religiosidade; Assistência social.

Introdução

A década de 1960, de acordo com o intelectual Bellito, inaugurou um período de profunda renovação para a Igreja Católica, marcado pelo Concílio Vaticano II (1962-1965). Convocado pelo Papa João XXIII com o objetivo de “abrir as janelas da Igreja”, o evento buscou superar o distanciamento entre a instituição e as camadas populares, promovendo um diálogo mais próximo com os desafios do mundo moderno⁴.

No Brasil, essa mudança religiosa coincidiu com o contexto repressivo da Ditadura Civil-Militar. Segundo o historiador Benilton Lacerda, a Igreja Católica, após um inicial silenciamento, passou a denunciar as violações de direitos e a miséria que assolavam o país. Nesse cenário, religiosos e religiosas assumiram um papel crucial, e suas ações cotidianas de solidariedade e amparo constituíram uma forma de resistência.⁵

4 BELLITO, Christopher M. **História dos 21 concílios da Igreja** – de Niceia ao Vaticano II. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

5 LACERDA, Benilton Torres de. O altar politizado : o bairro Parque Piauí (Teresina - PI) e a ação da Igreja Católica na organização dos movimentos populares (1968 - 1985). **Dissertação** (mestrado)– Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, 2013. p. 93

Nesse período, freiras brasileiras também atuaram de forma ativa em prol da defesa e segurança da população. Com base nos estudos de Cubas, observamos que diante de uma repressão cada vez mais expressiva no Brasil, muitas freiras optaram por permanecer nas regiões periféricas, atuando com fé, coragem e esperança inabaláveis na defesa da justiça social. Ainda que não tenham se envolvido diretamente em organizações políticas ou militantes armados, suas ações cotidianas de solidariedade, cuidado e amparo constituíram uma forma primordial de resistência⁶.

Na década de 1970, Teresina, capital do estado do Piauí, passou por uma expansão urbana e populacional decorrente de um processo migratório. Muitos imigrantes de baixa renda, originários tanto do interior piauiense quanto de outros estados brasileiros, deslocaram-se para a capital em busca de oportunidades que suas cidades de origem não ofereciam.⁷

Em 1976, as obras do Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde ganharam destaque no cenário urbano local. Contudo, a realidade logo se mostrou dura: a ausência de infraestrutura básica na região, como saneamento básico, transporte público adequado, ruas pavimentadas e até mesmo energia elétrica,

6 CUBAS, Caroline Jaques. **Do hábito à resistência**. freiras em tempos de ditadura militar no Brasil Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

7 FONTINELES; Cláudia Cristina da Silva; SOUSA NETO, Marcelo de. **Nasce um bairro, renasce a esperança**: história e memória de moradores do Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde. Teresina: EDUFPI, 2017. p. 34-35.

somada à falta de segurança, escolas e postos de saúde, transformou o sonho da casa própria em um cotidiano de privações⁸.

Nesse cenário de abandono pelo poder público, a Igreja Católica, através da atuação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena, assumiu um papel fundamental. Elas não apenas promoveram a evangelização, mas também se tornaram uma rede de apoio social, oferecendo não só o conforto espiritual, mas também a assistência concreta a uma comunidade deixada à própria sorte. Os seus trabalhos incluíam desde o cuidado com enfermos até a condução de atividades religiosas na comunidade, como catequese, batizados e casamentos.⁹

Esta pesquisa analisa o protagonismo da Congregação das Irmãs dos Pobres no Conjunto Dirceu Arcoverde, entre 1976 a 1985, argumentando que elas operaram como agentes midiáticos na construção de uma identidade comunitária. Segundo Baitello Júnior (1998), a mídia extrapola os meios de comunicação tradicionais, incluindo o corpo, a vestimenta e outros objetos que veiculam significados. A vestimenta religiosa (hábito) das irmãs funcionou como uma “mídia primordial”, um signo visual que comunicava autoridade, confiança e missão, legitimando sua presença. Paralelamente, suas obras concretas transcenderam o assistencialismo para se tornarem uma narrativa material do seu compromisso com a população

O objetivo principal é, portanto, examinar como a presença e as ações dessas religiosas amenizaram as privações locais e

8 FONTINELES; SOUSA NETO, 2017, p. 45.

9 FONTINELES; SOUSA NETO, 2017, p. 76.

geraram melhorias concretas na vida da população. A pesquisa adota uma abordagem bibliográfica e documental, fundamentando-se na análise do Livro de Tombo Paroquial nº 01, dos Registros de Batismos do Santuário Arquidiocesano São Francisco de Assis (Bairro Dirceu Arcoverde) e de registros fotográficos do acervo da Congregação.

A relevância deste tema manifesta-se na necessidade de preservar a memória do bairro e de reconhecer a contribuição concreta da Congregação no enfrentamento das vulnerabilidades sociais, mesmo em tempos de autoritarismo político.

Teresina em Transformação: Vulnerabilidade e Vida no Conjunto Dirceu Arcoverde

Na década de 1970, Teresina vivenciou mudanças sociais e econômicas impulsionadas pelos governos militares. Com poucos pertences, moradores das áreas rurais chegavam à capital movidos pela esperança de uma vida melhor. Nesse sentido, como afirma Raquel Rolnik, a cidade funciona como um imã, capaz de atrair pessoas de diferentes regiões em busca de oportunidades, mesmo diante da exclusão e da ausência do Estado¹⁰.

Segundo Monte, pessoas em situação de vulnerabilidade social, vindas de zonas rurais do próprio Piauí ou de estados vizinhos, como Maranhão e Ceará, foram atraídas pela imagem de cidade “moderna” que Teresina projetava, consolidando-se como o principal polo urbano do estado. Entretanto, a espec-

10 ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

tativa de ascensão social foi rapidamente substituída pela realidade da segregação, que se manifestou no afastamento forçado dessas populações dos centros urbanos, no crescimento desordenado de periferias e no agravamento de déficits estruturais, como a falta de saneamento, moradia, emprego, saúde, educação e transporte¹¹.

Nesse contexto, o estado do Piauí visou transformar a infraestrutura de Teresina com o objetivo de “renovar” a cidade durante o auge dos altos índices econômicos. Um exemplo emblemático foi a construção da rodovia Transpiauí, que, segundo Nascimento, tinha o objetivo de “ligar Parnaíba, no litoral, a Corrente, no extremo sul do Piauí, divisa com a Bahia, sem mencionar seu objetivo, que era permitir a ligação do Piauí a Brasília, pelo interior”¹². Desse modo, enquanto os investimentos eram destinados às obras públicas de grande impacto visual e logístico, às necessidades mais básicas da população urbana eram deixadas de lado. A “modernização” era excludente e seletiva.

Como apontam os autores Monte e Nascimento, a cidade era vista como um espaço de oportunidades, especialmente em contraste com as regiões interioranas, caracterizadas

11 MONTE, Regianny Lima. A cidade esquecida: (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970. **Dissertação** (mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós- Graduação em História do Brasil, 2010.

12 NASCIMENTO, Francisco Alcides no. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. **Revista Brasileira De História**, 27(53), 195–214. Acesso em 02 de nov. 2025. p. 207-208.

pela escassez de emprego e opções menos atrativas. Durante a década de 1970, o incremento das obras públicas no estado impulsionou a expansão das ofertas de trabalho no setor da construção civil, fator que incentivou as famílias a fixarem residência em Teresina¹³.

A instalação das famílias recém-chegadas ocorreu, majoritariamente, nas periferias da cidade, áreas já ocupadas por grande parte da população de baixa renda teresinense. Nessas localidades, a pobreza urbana passou a se manifestar de forma ainda mais intensa. Diversas pessoas acabaram residindo em moradias precárias, construídas em regiões distantes ou de risco, e viram seus sonhos por melhores condições de vida interrompidos pela dura realidade urbana¹⁴. Desse modo, nas décadas de 1970 e 1980, o estado do Piauí passou a direcionar esforços para o setor habitacional, com o investimento na construção de casas populares.

Em 1976, iniciou-se as construções do Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde. Diante da inauguração do conjunto, os primeiros moradores chegaram em julho de 1977 e se depa-
raram com uma realidade marcada pelo abandono do poder público, caracterizado pela absoluta precariedade: ruas sem calçamento, ausência de iluminação pública, saneamento básico, água encanada, transporte público eficiente, hospital e escola. É crucial destacar que essa negligência não foi acidental,

13 NASCIMENTO, Francisco Alcides do; MONTE, Regianne Lima. Olhares da periferia: Os migrantes na construção de Teresina na década de 1970. **Tempo e Argumento**, v.1, n.2. Florianópolis, jul./dez.2009.

14 NASCIMENTO; MONTE, *Ibid.*, 2009.

mas sim o resultado previsível de uma política habitacional que privilegiava a quantidade de unidades construídas em detrimento da infraestrutura urbana e do bem-estar social. Apesar do abandono institucional, os moradores nutriram esperanças por um futuro melhor e, começaram a lutar por melhorias no bairro e por uma vida mais digna, como uma resposta necessária e urgente ao desamparo estatal.¹⁵

Desse modo, em um cenário de intensa pobreza urbana, fluxos migratórios e ausência de políticas públicas eficazes, a atuação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena consolidou-se como um dos principais alicerces de apoio aos moradores do Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde. Ao assumirem a administração da Igreja de São Francisco de Assis, elas transcenderam as funções sacramentais para assumir também um papel de cuidadoras diretas da comunidade, tornando-se verdadeiras protagonistas na fé, não apenas da fé, mas também da escuta ativa e do acolhimento solidário.

O Hábito como mídia, a obra como narrativa: A Atuação das Irmãs dos Pobres no Dirceu Arcoverde

As Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena chegaram ao Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde em 1978 com o propósito de desenvolver um trabalho social e religioso na comunidade. Segundo Fontineles e Sousa Neto, os moradores

15 FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; SOUSA NETO, Marcelo de. Para além das margens: o Conjunto Habitacional Itararé e as remodelações dos espaços urbanos em Teresina (década de 1970). *História Oral*, v. 22, n. 2, p. 191-216, jul./dez. 2019

do bairro depositaram suas esperanças no acolhimento proporcionado pela Igreja Católica, materializado na presença das Irmãs, e, em conjunto com elas, organizaram-se em prol da construção de uma igreja na região. No Livro de Tombo Paroquial 01 é retrado que,

Foi escolhido o local, e no dia 14 de outubro de 1978- à tarde- com a participação de grande multidão dos moradores, à praça principal do Conjunto- foi trazido em procissão um grande cruzeiro de madeira o qual após a bênção litúrgica, foi chantado indicando o local da futura Igreja de São Francisco das Chagas, o padroeiro escolhido pelo povo- o Monsenhor Mateus Cortez Rufino, Vigário Geral da Arquidiocese, celebrou, em seguida, a Santa Missa, ali, no mesmo local. (LIVRO TOMBO PAROQUIAL 01, p. 1).

De acordo com o Livro Tombo Paroquial 01, antes da construção da Igreja de São Francisco de Assis, as missas eram celebradas de forma esporádica, uma vez que não havia um templo, nem uma casa ou convento para abrigar padres e freiras com permanência. Além disso, a localização distante do centro urbano dificultava significativamente o acesso dos religiosos para a realização de celebrações regulares. Por isso,

De quinze em quinze dias, o Monsenhor Mateus ou outro sacerdote celebrava, aos domingos, a Santa Missa e os Sacramentos do Batismo e do Matrimônio no prédio da Unidade Escolar- onde tudo era preparado por um grupo de jovens sob a orientação das Irmãs de Santa Catarina. [...] O Fr. Arcebispo algumas vezes celebrou para a comunidade- e a animou com a pregação da Palavra de

Deus- principalmente quando presidiu a celebração da 1º Eucaristia de Crianças. (LIVRO TOMBO PAROQUIAL 01, p. 2)

As Irmãs Catarinas eram as principais administradoras da Igreja de São Francisco de Assis. Além delas, também atuavam frades originários de Piçarra, na zona sul de Teresina, e os frades capuchinhos vindos da Igreja de São Benedito, localizada no centro da cidade – conforme abordado pelos pesquisadores Cláudia Fontineles e Marcelo de Sousa Neto. De acordo com o registro do Livro de Tombo Paroquial 01, em 1979, o Frei Domingos Teixeira Lima, frade capuchinho, era o vigário¹⁶ da comunidade de São Francisco de Assis quando foi lançada a pedra fundamental da igreja dedicada ao padroeiro do bairro¹⁷.

A espiritualidade da Congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena, desde a sua origem com Madre Savina Petrilli, esteve inspirada no cuidado e no acolhimento aos pobres. Movidas pelo lema “tudo é pouco por Jesus”, essas religiosas desenvolveram atividades que aproximavam a comunidade do espaço sagrado, dialogando fé com ação social¹⁸.

16 É um religioso que exerce funções pastorais em uma paróquia, normalmente em nome do pároco (o responsável principal da paróquia) ou como auxiliar dele.

17 LIVRO TOMBO PAROQUIAL 01 do Santuário Arquidiocesano de São Francisco de Assis. *op. cit.*, p. 03.

18 OLIVEIRA, Camilla Vanessa Chagas Peixoto de. Instituto Santa Catarina de Sena: incursões educativas na formação de meninas em Belém do Pará (1903-1960). **Dissertação** (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2017. p. 42.

O trabalho das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena incluía ainda um cuidado especial com os jovens da comunidade, que participavam ativamente na preparação das santas missas. Além da catequese, as Irmãs promoviam encontros e celebrações voltadas especificamente para o público jovem e infantil, como podemos observar nas imagens abaixo.

IMAGEM 1: Celebração eucarística com o grupo de jovens JUSAVI em 1979



FONTE: Acervo privado da Congregação das Irmãs dos Pobres
de Santa Catarina de Sena

IMAGEM 2: Encontro de jovens e crianças na comunidade Itararé em 1979



FONTE: Acervo privado da Congregação das Irmãs dos Pobres
de Santa Catarina de Sena

As imagens 1 e 2 ilustram a participação de crianças e jovens nas celebrações conduzidas pelas Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena. Nessas fotografias, é possível observar a simplicidade do espaço, o clima de acolhimento e a presença feminina em posição de liderança religiosa, elementos que evidenciam tanto a profunda integração das freiras no cotidiano da comunidade quanto a valorização dos mais jovens como protagonistas da vida comunitária e da fé.

Os registros de batismo encontrados nos livros paroquiais do Santuário Arquidiocesano São Francisco de Assis, no Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde, revelam outro aspecto

relevante da atuação pastoral das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena: o cuidado com a integração das famílias na vida sacramental da Igreja Católica. Foram analisados três livros de registros de batismo referentes ao período de 1978 a 1985¹⁹. Todos os documentos indicam a quantidade de batizados realizados anualmente e assinados com a rubrica de Dom Freire Falcão, Arcebispo de Teresina na época.

TABELA 1: Quantidade de batizados registrados no Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde (1978-1985)

ANO	NÚMERO DE BATIZADOS	LOCAL DOS BATIZADOS
1978	28	Paróquia da Comunidade Itararé.
1979	329	Igreja de São Francisco de Assis.
1980	375	Igreja de São Francisco de Assis.
1981	636	Igreja de São Francisco de Assis.
1982	653	Igreja de São Francisco de Assis.
1983	568	Igreja de São Francisco de Assis.
1984	672	Igreja de São Francisco de Assis.
1985	235	Igreja de São Francisco de Assis.

Fonte: Elaboração própria a partir da análise dos Registros de Batismo do Santuário Arquidiocesano São Francisco de Assis, Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde (1978-1985).

19 LIVRO DE BATIZADOS 1978-1982 do Santuário Arquidiocesano de São Francisco de Assis. **Termo de abertura**, 1978; LIVRO DE BATIZADOS 1982-1984 do Santuário Arquidiocesano de São Francisco de Assis. **Termo de abertura**, 1982; LIVRO DE BATIZADOS 1984-1992 do Santuário Arquidiocesano de São Francisco de Assis. **Termo de abertura**, 1984.

A análise dos registros de batismo entre os anos de 1978 e 1985 revela um aumento expressivo no número de celebrações, bem como a presença marcante das Irmãs Catarinas na vida religiosa da comunidade. Observamos que, a cada ano, a quantidade de pessoas batizadas no bairro aumentava significativamente, reflexo tanto do crescimento populacional da localidade quanto do interesse das famílias em inserir seus filhos na vida sacramental da Igreja.

No ano de chegada das Irmãs ao Conjunto Dirceu Arco-verde, foram realizados 28 batismos a partir de novembro. A abertura do primeiro registro de batismo ocorreu em 8 de novembro de 1978²⁰. Embora as religiosas ainda não residissem permanentemente na região, elas já participavam ativamente das cerimônias.

De acordo com os livros de batismo, entre 1978 e 1985, as religiosas que celebraram batizados na região do Dirceu foram: Maria das Graças Ferreira Oliveira, Maria Thereza Gonçalves da Silva, Isabel Avelino de Sá, Raimunda Nonata e Silva, Artemisa Oliveira, Giustina Noce, Maria de Lourdes de Araújo Nascimento, Maria de Jesus Lima, Junacy Dias, Maria Lúcia Mendes Bezerra e Maria Sônia Pereira da Silva²¹.

20 LIVRO DE BATIZADOS 1978-1982 do Santuário Arquidiocesano de São Francisco de Assis. **Termo de abertura**, 1978, p. 1.

21 LIVRO DE BATIZADOS 1978-1982 do Santuário Arquidiocesano de São Francisco de Assis. **Termo de abertura**, 1978; LIVRO DE BATIZADOS 1982-1984 do Santuário Arquidiocesano de São Francisco de Assis. **Termo de abertura**, 1982; LIVRO DE BATIZADOS 1984-1992 do Santuário Arquidiocesano de São Francisco de Assis. **Termo de abertura**, 1984.

A presença das Irmãs como celebrantes do batismo reforça seu protagonismo na vida religiosa local, especialmente antes da construção da igreja e da chegada dos frades capuchinhos. Esse fato é consistente com a análise dos registros de batismo, que, embora não detalhados numericamente na tabela mencionada, indicam a predominância de batizados de crianças e adolescentes, reflexo do empenho das famílias em integrar seus filhos à vida cristã.

Além das atividades pastorais, a Congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena promoveu diversas ações sociais em prol do bem-estar da população local. Conforme registros do Livro de Tombo Paroquial 01, as religiosas visitavam regularmente famílias em situação de vulnerabilidade para oferecer suporte material, prestavam assistência a idosos enfermos²², doavam cestas básicas e organizavam mutirões para a construção de moradias destinadas a famílias que viviam em condições precárias e insalubres.

22 Segundo o Livro Tombo Paroquial 01, em 29 de abril de 1992, a Igreja de São Francisco de Assis comemorou a festa de Santa Catarina de Sena com a oferta de sopas para sessenta velhinhos assistidos pela Pastoral da Saúde

IMAGEM 3: Entrega de cestas básicas às famílias que participaram dos mutirões organizados pela Congregação no bairro Dirceu Arcoverde



FONTE: Acervo pessoal da Congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena

Portanto, diante do conjunto de ações desenvolvidas pelas Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena no Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde, no período de 1976 a 1985, documentadas em Livros de Tombo Paroquial, Registros de Batismos e no acervo fotográfico da Congregação, fica evidente a importância de seus trabalhos para a manutenção da fé, da solidariedade e do cuidado nas periferias de Teresina.

Considerações Finais

A análise das fontes demonstra que o protagonismo das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena no Dirceu Arco-

verde deve ser compreendido em uma chave que ultrapassa o assistencialismo. Elas foram agentes históricas cuja atuação foi midiaticizada pelo hábito e narrada pelas obras. Dessa forma, suprimiram não apenas carências materiais, mas produziram ativamente significados, cultura e um novo tempo de esperança e ação coletiva.

Neste estudo, buscamos analisar o protagonismo da Congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena na assistência social e religiosa no Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde, no período de 1976 a 1985. Observamos que os estudos sobre o trabalho da Congregação são escassos. Isso representa uma lacuna significativa na historiografia brasileira, principalmente no que se refere à atuação social e religiosa de freiras nas regiões periféricas do país. Por essas razões, sugerimos para pesquisas futuras a análise do papel desempenhado pela Congregação em diferentes regiões do Piauí, bem como a exploração de demais recortes temporais. Assim, essas pesquisas futuras podem enriquecer ainda mais a compreensão sobre os impactos da ação religiosa e social na vida cotidiana das comunidades.

Referências

BAITELLO JÚNIOR, Norval. Comunicação, mídia e cultura. *Revista São Paulo em perspectiva*, 12(4) 1998.

BELLITO, Christopher M. **História dos 21 concílios da Igreja** – de Niceia ao Vaticano II. São Paulo: Edições Loyola. 2016

CUBAS, Caroline Jaques. **Do hábito à resistência**. freiras em tempos de ditadura militar no Brasil Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; SOUSA NETO, Marcelo de. **Nasce um bairro, renasce a esperança**: História e memória de moradores do Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde. Teresina: EDUFPI, 2017.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; SOUSA NETO, Marcelo de. Para além das margens: o Conjunto Habitacional Itararé e as remodelações dos espaços urbanos em Teresina (década de 1970). **História Oral**, v. 22, n. 2, p. 191-216, jul./dez. 2019

LACERDA, Benilton Torres de. O altar politizado : o bairro Parque Piauí (Teresina - PI) e a ação da Igreja Católica na organização dos movimentos populares (1968 - 1985). **Dissertação** (mestrado)- Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, 2013.

MONTE, Regianny Lima. A cidade esquecida: (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970. **Dissertação** (mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós- Graduação em História do Brasil, 2010.

NASCIMENTO, Francisco Alcides no. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. **Revista Brasileira De História**, 27(53), 195–214.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do; MONTE, Regianne Lima. Olhares da periferia: Os migrantes na construção de Teresina na década de 1970. **Tempo e Argumento**, v.1, n.2. Florianópolis, jul./dez.2009.

OLIVEIRA, Camilla Vanessa Chagas Peixoto de. Instituto Santa Catarina de Sena: incursões educativas na formação de meninas em Belém do Pará (1903-1960). **Dissertação** (mestrado)- Universidade

Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2017

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

LIVROS PAROQUIAIS:

LIVRO DE BATIZADOS 1978-1982 do Santuário Arquidiocesano de São Francisco de Assis. Termo de abertura, 1978.

LIVRO DE BATIZADOS 1982-1984 do Santuário Arquidiocesano de São Francisco de Assis. Termo de abertura, 1982.

LIVRO DE BATIZADOS 1984-1992 do Santuário Arquidiocesano de São Francisco de Assis. Termo de abertura, 1984.

LIVRO TOMBO número 1 do Santuário Arquidiocesano São Francisco de Assis. Termo de abertura, 1978.

QUADRINHOS EM LINHAS NEGRAS: FRANTZ FANON E A PESQUISA CIENTÍFICA NA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA¹

Francisca Grazielle Laurindo de ALMEIDA²
Graduanda

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI.

Gustavo de Andrade DURÃO³
Doutor

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI.

Resumo

Esse artigo propõe uma análise da trajetória intelectual de Frantz Fanon e suas contribuições político-culturais para a historiografia africana, por meio do quadrinho *Frantz Fanon*, de Frédéric Ciriez e Romain Lamy. O estudo busca explorar a trajetória do personagem-Fanon no âmbito de uma construção ficcional da sua história de vida, posicionando-o em diálogo com a historiografia contemporânea, onde o quadrinho se destaca como principal fonte analisada. A obra é investigada no contexto das lutas anticoloniais e de descolonização da história da África, em que Frantz Fanon desempenha grande papel intelectual na luta de libertação da Argélia, demonstrando sua

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 6 - História, Cultura e Subjetividades: diálogos com diferentes mídias, do II Encontro Internacional Mídia e Dimensões do Tempo -2025.
 - 2 Graduanda do sétimo período do curso de História da UESPI. Email: franciscagraziellelaurindodealmeida@aluno.uespi.br.
 - 3 Doutor. Professor adjunto do curso de História da UESPI; do Mestrado Profissional (PROFHistória - Parnaíba) e do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura (PPGSC). Email: gustavo.durao@srn.uespi.br.

ligação direta enquanto intelectual, psiquiatra, e defensor de ideias revolucionárias.

Palavras-chave

História, cultura e subjetividade; Quadrinhos; Frantz Fanon.

Entre a Martinica colonial e a Argélia revolucionária

Em 20 de Julho de 1925 nascia na Martinica um dos mais influentes pensadores do século XX, que desde muito cedo presenciou de perto as nuances do colonialismo em seu território de vivência. Frantz Fanon que passou sua infância e adolescência em um conglomerado colonizado pelos franceses, pensava a si como pertencente a França, por adquirir não somente a língua falada, mas também por estar dentro de uma lógica colonial na qual era sustentada pela estruturação cultural, econômica e política de origem europeia. Os esforços de seus pais para dar a ele uma boa educação não seria suficiente para suscitar na sua mentalidade um senso crítico que atuasse em direção oposta a ordem estabelecida. Foi somente quando participou do exército francês na Segunda Guerra mundial que aguçou suas concepções referentes ao racismo por presenciar a segregação nos batalhões. Ao retornar para a Martinica após a segunda grande guerra, Fanon iniciou o curso de medicina na universidade de Lyon na França, voltando-se ao mesmo para os estudos filosóficos e político-sociais. De acordo com Gustavo Durão (2016)

Analisa-se a dinâmica do duplo papel de Fanon enquanto escritor, pois sua sensibilidade de filósofo auxiliava-o nas reflexões existencialistas sobre o ser negro no mundo, e sua formação enquanto psiquiatra levava-o a refletir enquanto médico, tratando os problemas sociais através de analogias médicas (Durão, 2016, p. 103).

Para além dessa concepção, Fanon se destacou como revolucionário, tecendo críticas ao colonialismo europeu em sociedades africanas, especialmente na Argélia onde teve ligação direta com a luta pela independência. Antes disso, publicou a obra “Pele Negra, Máscaras Brancas” em 1952, constituindo a gênese do seu pensamento antirracista e anticolonial como será pontuado à seguir.

Em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, como enfatiza Duarte (2024) Frantz Fanon faz uma “análise do adoecimento psicológico do preto” (Duarte, 2024, p. 27), ou seja, Fanon busca nessa obra evidenciar como era ser negro em sociedades coloniais e/ou colonizadoras e suas consequências não somente psicológicas, mas psicopatológicas, visto que “observa-se dentro do imaginário colonial, a visão de que os pretos são incapazes de se constituir enquanto seres civilizados. Eles não são castrados e ficam livres para manifestar os seus mais impuros desejos” (Duarte, 2024, p.30). Assim essa forma de pensar e de se posicionar no mundo é o que Frantz Fanon chama de comportamento necrófobo do branco onde os negros passam a assimilar esses mitos e preconceitos causando um sofrimento psíquico em que o negro passa a observa-se como inferior na constru-

ção da sua subjetividade, “a esse processo de interiorização da inferioridade no negro, Fanon atribui o nome de epidermização, ou alienação da própria cor da pele” (Duarte, 2024, p. 33), e consequentemente busca-se uma imagem branca. Para finalizar este primeiro momento citamos Duarte

O que Frantz Fanon faz em *Pele Negra, Máscaras Brancas* é comer o pensamento europeu e regurgitar um novo, ele se utiliza das potências da psiquiatria, da psicologia e da psicanálise para propor um novo pensamento, diferente, mais forte, mais potente, mais capaz de lidar com as complexidades do ambiente colonial (Duarte, 2024, p. 38)

O que se percebe é que Frantz Fanon propõe um novo tipo de epistemologia que visa acima de tudo a emancipação dos negros, algo que ainda não havia sido pensado através do viés psicológico, seria por assim dizer, uma forma de nos fazer compreender as raízes do sofrimento dos negros no que diz respeito ao racismo, mas um racismo que surge através do olhar do outro, por meio de uma percepção repleta de estereótipos e ideias pré-concebidas que determina quem nós somos e para onde vamos. Assim, é interessante observar que ao mesmo tempo que Fanon propõe ideias antirracistas, ele também nos faz refletir sobre como o colonialismo opera na mentalidade e nas estruturas sociais das sociedades.

Em 1953 Fanon foi enviado pelo governo francês para trabalhar no hospital psiquiátrico Jolville em Blida, na Argélia. O pensador anticolonial a partir desse momento teria a sua vida marcada por envolver-se em questões importantes como a luta

de libertação colonial argelina. Catherine Coquery-Vidrovitch em sua *Pequena História da África* (2024) ressalta que

colonização e descolonização são inseparáveis, não se pode compreender uma sem a outra, isso por várias razões. A maior parte dos Estados Africanos contemporâneos não nasceu na década de 1960, como mostram as datas das independências; eles começaram a tomar forma bem antes, desde que os respectivos territórios foram determinados, isso é, entre 1885 (Conferência Internacional de Berlim) e 1900 (União Sul-Africana “branca” independente desde 1910). (Vidrovitch, 2024, p. 151).

Quando Fanon chega na Argélia além de possuir um arcabouço teórico fruto até mesmo de sua escrita em pele negra máscaras brancas, encontrou uma organização que estava ganhando cada vez mais fôlego dentro da sociedade argelina, o sentimento nacionalista crescia diante da administração dos colonialistas, ou seja, os movimentos de descolonização surgem como consequência da conquista colonial que tinha como mecanismo a violência contra os povos colonizados. E “apesar da vigilância policial, o anticolonialismo se manifestou e reivindicações de autonomia e até mesmo de independência se manifestaram dentro do quadro dos territórios coloniais” (Vidrovitch, 2024, p. 154). Ante o exposto, Frantz Fanon se destaca em diversos aspectos, suas ideias se constituem como essenciais para o entendimento da historiografia africana, principalmente por estabelecer um contato direto com a FNL (Frente de libertação nacional) na Argélia, dedicando-se inteiramente a causa argelina.

Segundo Helenice Rodrigues da Silva (2002) “o intelectual está ligado a cultura de seu tempo” (Silva, 2002, p. 14). Para ela o substantivo “intelectual” qualifica sobretudo uma atitude e uma maneira de se posicionar no mundo. Podemos evidenciar que Frantz Fanon se constitui como um intelectual inserido em seu tempo, estimulado pelos estudos pós-coloniais que criticavam assiduamente o colonialismo em países Africanos. Para além disso, Fanon era um pesquisador engajado por sua produção de saberes e enunciação da verdade. Ao chegar à Argélia, Fanon não apenas se envolveu politicamente, mas também contribuiu intelectualmente para a luta anticolonial, consolidando sua posição como um pensador comprometido com a transformação social. Essa trajetória será explorada de forma mais aprofundada no próximo tópico, por meio da análise do quadrinho que retrata sua atuação na Revolução Argelina.

“Quem são os condenados da terra?”: Frantz Fanon em quadrinhos

Durante muitos anos as HQs como ferramenta educacional na sociedade brasileira foram vistas de forma pejorativa, justamente por seu percurso durante o século XX quando os Estados Unidos em meio a Segunda Guerra Mundial “nos deixaram uma boa lição de como os quadrinhos são um excelente veículo para mensagens de cunho ideológico. Pois as HQs desempenharam seu papel na propaganda ideológica antinazista” (Luyten, 1987, p.35). No entanto, na contemporaneidade os quadrinhos ganharam uma nova dimensão não apenas por se constituir como uma ferramenta de lazer, mas também por es-

tar atrelada as noções e descrições do universo científico dentro do espaço acadêmico.

De acordo com a autora Natania Aparecida da Silva Nogueira (2025) “as Histórias em quadrinhos vêm ganhando mais espaço como objeto de estudo e ferramenta de ensino, e ainda vem nos mostrando como a cultura material tem um potencial ilimitado para a produção de conhecimento (Nogueira, 2025, p. 180). A concepção da autora vai de encontro com as de Douglas Mota Xavier de Lima (2017) em História em quadrinhos e ensino de História no qual ele observa que “os quadrinhos se aplicam a qualquer área; é um meio de comunicação para os estudantes; desenvolve o hábito da leitura; enriquece o vocabulário; pode ser utilizado em qualquer nível escolar e com qualquer tema” (Lima, 2017, p. 152).

Como se vê, o Quadrinho Frantz Fanon dos autores Frédéric Ciriez e Romain Lamy discutido neste estudo dispõe-se de variadas formas a pensar e abordar temáticas nas produções acadêmicas e para os conteúdos de História relacionados a história da África na sala de aula no que concerne especialmente a participação de Frantz Fanon. No nosso caso em específico, buscamos compreendê-lo a partir da sua representação intelectual e da sua ligação quase que espiritual com o movimento de libertação da Argélia que buscava acima de tudo o rompimento colonial com os franceses que há muito ocupavam os seus territórios/países.

Inicialmente, é importante destacar que o quadrinho em questão apresenta uma biografia de Frantz Fanon (1925–1961),

no qual evidencia a sua trajetória como escritor, filósofo, pensador, revolucionário e psiquiatra engajado com as causas políticas e sociais. Porquanto, uma característica singular da obra analisada é sua inspiração nos registros de um encontro ocorrido em Roma, em agosto de 1961, entre Fanon, Simone de Beauvoir, Jean-Paul Sartre e Claude Lanzmann. Esse encontro, que se estendeu por três dias, organiza a narrativa do quadrinho da seguinte forma: o Capítulo I se passa na sexta-feira, o Capítulo II no sábado e o Capítulo III no domingo.

Essa configuração que organiza a narrativa, pode ser analisada por meio da reflexão crítica de Pierre Bourdieu (1996) em relação a “Ilusão biográfica”, isto é, sobre as construções biográficas que em muitos casos o investigador produz a história de vida de forma linear, como um percurso que o investigado trilhou como uma estrada reta, sem desvios, no entanto devemos levar em consideração que “produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, como um relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significação e direção, é conforma-se com uma ilusão retórica” (Bourdieu, 1996, p. 187). Por isso devemos levar em consideração que o quadrinho se trata de uma construção biográfica, onde as opiniões expostas são considerações determinadas por uma linha de pensamento dos autores, portando devemos nos atentar as ilusões biográficas, e a crítica de Bourdieu nos permite refletir sobre os limites da representação da HQ e sobre a necessidade de compreender Fanon ultrapassando a sua historicidade. Mediante a isso, vamos analisar uma das situações retratadas:



Figura 1- Fanon explica sobre Os condenados
da Terra. (Ciriez e Lamy, 2023, p. 31).

Fonte: Arquivo Pessoal.

Nesse trecho do quadrinho, os autores Frédéric Ciriez e Romain Lemy simbolicamente representam os personagens no capítulo I, na sexta-feira, localizados no salão do hotel, em um momento em que Frantz Fanon faz preciosas considerações acerca do seu novo livro (“Os Condenados da Terra” publicado no mesmo ano desse encontro- 1961), diante disso, por meio dessa imagem podemos verificar a ligação intelectual de Fanon com o movimento anticolonial argelino. Os autores ao pontuar para que e para quem a obra irá se destinar, destacam grande parte das contribuições efetivadas por Fanon dentro dessa conjuntura, em especial relacionadas ao seu pensamento revo-

lucionário ao voltar-se para os camponeses como os principais afetados pelas mazelas da colonização, onde busca-se acima de tudo uma transformação em todas as estruturas das sociedades.

Para compreendermos melhor a gênese da crítica do personagem Fanon (figura 1), é fundamental que lembremos do que já foi mencionado anteriormente. A construção da subjetividade no ambiente colonial é constituída a partir da concepção do outro, o outro colonizador que se apoia em uma dominação colonial alicerçada no racismo, e a violência é o ponto central dessa relação. A violência se enraíza nas estruturas mentais dos colonizados e faz com que eles vivam de forma alienada aderindo a estrutura imposta pela colonização, daí vem as contribuições de Fanon em “Os condenados”, pois seria uma revolução calcada no letramento crítico das massas camponesas por meio de uma violência revolucionária.

Nessa ordem, Gustavo Koszeniewski Rolim (2016) propõe que “Frantz Fanon enxerga o campesinato o único estrato verdadeiramente revolucionário por sofrer diretamente a violência da colonização” (Rolim, 2016, p. 177), conseqüentemente a luta ao chegar nas massas assume características de revolução e de descolonização. Isso se dá porque o proletariado assume posição de privilégio reproduzindo assim a lógica colonial, chegando a nível de burguesia e um dos mais afetados por esta lógica é o camponês sem-terra. Assim, a revolução aconteceria mediante a oposição desta pequena burguesia e por meio da politização das massas. É por isso que Frantz Fanon escreveu

nos anos finais de sua vida *Os condenados da terra*, sendo uma espécie de chamado final que “a ambição do livro é evidente: o surgimento de um homem novo, liberto da escravidão e do colonialismo, enriquecido pelo reencontro com uma consciência de si mesmo” (Ciriez e Lamy, 2023, p. 31), conforme menciona o personagem Fanon esses são os condenados “os rejeitos miseráveis de um sistema que os expoliou” (Ciriez e Lamy, 2023, p. 31). Vejamos outra face da atuação intelectual de Frantz Fanon demonstrada na HQ:

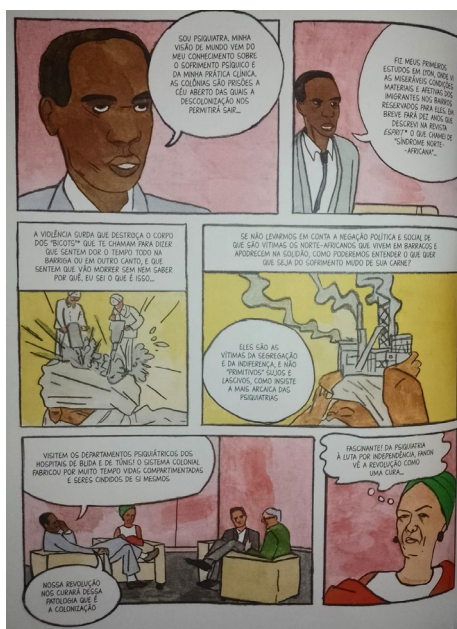


Figura 2- Fanon faz uma reflexão médica dos problemas sociais. (Ciriez e Lamy, 2023, p. 32)

Fonte: Arquivo Pessoal.

Os personagens nessa cena ainda permanecem no mesmo ambiente simbólico, entretanto, o diálogo tomou uma nova abordagem. O personagem Fanon passa a elencar de onde vem o seu arcabouço teórico-metodológico e a sua visão de mundo atreladas a sua prática profissional. Além disso, como pode-se observar no segundo quadro na horizontal a direita, Fanon menciona como era as condições de vida dos árabes do norte da África quando estabeleciam estadia na França, e para isso também dedicou grande contribuição intelectual ao escrever um dos seus textos mais importantes para o entendimento dos efeitos psicopatológicos da desigualdade social existente- Síndrome Norte-Africana em que publicou-o na revista *Esprit* :

Fundada em 1932, passou a ser, depois da Segunda Guerra Mundial, um espaço de para uma esquerda que, ao mesmo tempo que criticava o capitalismo, criticava também o stalinismo. Sartre foi uma das referências da revista nos anos 50, junto com Hannah Arendt e Maurice Merleau-Ponty. Durante a guerra da Argélia apoiou os argelinos, principalmente o partido Movimento Nacional Argelino (MNA). (Ciriez e Lamy, 2023, p. 232).

É a partir dessas colocações que possuímos um pouco da dimensão da participação de Frantz Fanon em um dos eventos históricos mais importantes na contemporaneidade. Mas se conhecemos tão bem as contribuições intelectuais de Jean Paul-Sartre com seus escritos filosóficos, assim como, Hannah Arendt que desenvolveu o conceito sobre a banalidade do mal, por que não conhecemos tanto de Frantz Fanon? Da sua filo-

sofia negra, da sua filosofia anticolonial pautada em uma luta onde o letramento crítico está em primeiro lugar? Felizmente em tempos mais contemporâneos os estudos têm-se voltado mais para abordar a diversidade da trajetória de Fanon, como é o caso da obra analisada. No segundo quadrinho vertical a direita pode-se observar que o personagem Fanon nos mostra um pouco mais das suas concepções sobre a violência exercida sobre o corpo dos Bicots⁴, ou seja, a constante exploração a que são submetidos. Muitas vezes estão inseridos nessa lógica de maneira alienada e não percebem que são as maiores vítimas do sistema cujo lucro e a acumulação de capital são os fatores que o sustentam. Para sua manutenção é necessário que a grande massa dos trabalhadores obtenha condições de vida quase que miseráveis, pois se torna necessário dentro desse sistema a disponibilidade de mão de obra barata com uma grande quantidade de pessoas disponíveis.

A autora Juliana Moreira Streva (2020) faz uma análise da obra *Pele Negra, Máscaras Brancas* de Fanon, exaltando a oralidade corporal frente à dominação colonial. Ela aborda que dentro da lógica da colonização existe o “corpo-colônia” em que o mundo é dividido em duas realidades opostas onde tem-se o lado dos colonizadores e o lado dos colonizados. O negro, por sua vez, tem o seu corpo desvalorizado e por uma demanda da colonização, seu corpo é desumanizado. Assim, na imagem estudada (figura 2) os árabes norte-africanos sofrem com

4 Segundo os autores Frédéric Ciriez e Romain Lamy, é um termo popular e pejorativo que se refere a pessoas árabes do norte da África.

essa violência que os deixam em um estilo de vida inferior aos brancos, evidenciando uma desumana desigualdade entre esses membros da sociedade. A autora então expõe que:

Frantz Fanon traz o peso do olhar branco opressor, que dificulta a elaboração do seu próprio esquema corporal, por se limitar a uma negação constante- o não branco [...] logo as regras que são aplicadas aos corpos brancos, mudam quando aplicadas aos corpos negros em um mundo anti-negro. (Streva, 2020, p. 98-99).

Esse grande sistema aliena os corpos dos colonizados, fazendo com que os árabes descritos em posição de inferioridade reforcem dentro da sua mentalidade o lugar que lhes é atribuído, sem questionar que as regras mudam de acordo com a cor da pele.

Essas duas figuras revelam, de forma impactante que o personagem Frantz Fanon é representado na obra através de um olhar expressivo e ainda mais simbólico em sua face, mostrando-o como militante das ideias críticas e anticoloniais. O seu estilo francês europeizado nos remete vê-lo como um pensador que seguia através da lógica do colonizador, não para segui-los, mas como se Fanon estivesse se desfazendo das suas origens ao criticar a determinada organização. Assim, pode-se pontuar que os autores por estarem inseridos na lógica eurocêntrica da produção acadêmica, não tomaram o cuidado de se atentar que o autor estudado foi mais do que um militante ele propôs a violência como forma de libertar os países africanos,

sobretudo, a Argélia, e não foi algo tão pontuado como para sua diversão ou traço da sua personalidade.

Por outro lado, de maneira geral é possível observar um esforço para que ela retrate boa parte da História de vida de Fanon. Em virtude disso, os debates e conversas fazem-se calorosos sobre temáticas importantes no contexto histórico em que estavam inseridos, pontuando e fazendo explicações breves sobre opiniões nas quais compartilham as mesmas ideias ou divergem. Essa foi apenas uma pequena parte da história em quadrinhos *Frantz Fanon*, ainda há muito a ser explorado.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. **Usos e abusos da história oral**, v. 8, p. 183-191, 1996.

CIRIEZ, Frédéric; LAMY, Romain. **Frantz Fanon**. Tradução de Ana França. São Paulo: Veneta, 2023.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. **Pequena História da África: a África ao Sul do Saara da pré-história aos dias de hoje**. 1 ed. Rio de Janeiro: Cassará editora, 2024.

DUARTE, Vitor Mateus dos Reis M. A fundação de uma psicopatologia negra- Fanon como analista das patologias do social. In: VAZ, Jeferson da Costa. NASCIEMNTO, Sergio Luis. **Pensamentos Africanos e Afrodiaspóricos Homenagem Aos 70 Anos De Pele Negra, Máscaras Brancas De Frantz Fanon**. Curitiba, PR: Ed. dos Autores, 2024.

DURÃO, Gustavo de Andrade. Frantz Fanon, um escritor múltiplo: trajetória intelectual, formação cultural e movimentação política. **ODEERE: Revista Internacional de Relações Étnicas**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 100-119, 2016. DOI: 10.22481/odeere.v0i1.1535. Disponível em:

<https://periodicos2.uesb.br/odeere/article/view/1535>. Acesso em: 18 nov. 2025.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. São Paulo: Zahar, 2022.

LIMA, D. Mota Xavier de. História em quadrinhos e ensino de História. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 147–171, 2017. DOI: 10.20949/rhhj.v6i11.332. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/332>. Acesso em: 18 nov. 2025.

LUYTEN, Sonia M. Bibe. As HQ no mundo. In: LUYTEN, Sonia M. Bibe. **O que é História em Quadrinhos**. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

NOGUEIRA, Natania Aparecida da Silva. As Histórias Em Quadrinhos: Educar Para Normatizar. In: CHAVES, Geovano Moreira. RODRIGUES, Márcio dos Santos. **História e Linguagens: Pesquisas em Quadrinhos e Cinema** [Livro eletrônico]. Formiga, MG: Editora MultiAtual, 2025.

ROLIM, Gustavo Koszeniewski. Revolução e cultura no pensamento de Frantz Fanon e Amílcar Cabral. In: In: MACEDO, José Rivair (org). **O pensamento africano no século XX**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

STREVA, Juliana Moreira. Corp(o)ralidade Fanoniana: Legado Colonial e Insurgências antirracistas. In: TAVARES, Julio Cesar de. **Gramáticas das Corporeidades Afrodiaspóricas: perspectivas etnográficas**. Curitiba: Appris, 2020.

SILVA, Helenice Rodrigues da. História Intelectual: Condições de Possibilidades e Espaços possíveis. In: SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da História Intelectual entre Questionamentos e Perspectivas**. Campinas: Papirus, 2002.

“AINDA ESTOU AQUI”: O ENSINO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA POR MEIO DA LITERATURA E DO AUDIOVISUAL.¹

João Paulo CHARRONE²

Doutor

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Giovanna Lavigne Alves BRITO³

Graduanda

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Maria Clara de Oliveira CARREIRO⁴

Graduanda

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 6- História, Cultura e Subjetividades: diálogos com diferentes mídias, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.
 - 2 Doutor em História Social (2017) pela Universidade Federal Fluminense. Professor do curso de Licenciatura em História, ocupando as cadeiras relacionadas à área de História Antiga e Medieval, na Universidade Federal do Piauí/Campus Ministro Petrônio Portela (Teresina PI) e vinculado, na condição de professor colaborador, ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (UFPI).
 - 3 Estudante do curso de Licenciatura Plena em História na Universidade Federal do Piauí Campus Ministro Petrônio Portella (Teresina PI) e integra o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).
 - 4 Estudante do curso de Licenciatura Plena em História na Universidade Federal do Piauí Campus Ministro Petrônio Portella e integra o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

Este trabalho faz parte do projeto “AINDA ESTOU AQUI”: O Ensino de História e Memória por meio da Literatura” cadastrado na PREXC- UFPI vinculado ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). O projeto foi desenvolvido no CETI João Clímaco D’Almeida, escola localizada no centro de Teresina, para 25 alunos do 2º ano do ensino médio.

O ensino da ditadura civil-militar brasileira continua sendo um desafio nas escolas, tanto pela complexidade do período e pelas consequências que ainda reverberam na sociedade contemporânea. Pesquisadores das últimas décadas destacam a necessidade de repensar as práticas pedagógicas relacionadas à história recente do Brasil, de modo a torná-la mais significativa para os estudantes e capaz de desenvolver uma consciência crítica sobre o passado e suas permanências no presente.

Nesse contexto, o uso da literatura e do audiovisual tem se mostrado eficaz para aproximar os estudantes de narrativas históricas que carregam não apenas fatos, mas também afetos, dores e resistências. A proposta do projeto mencionado acima centra-se na utilização da obra literária “Ainda Estou Aqui”, de Marcelo Rubens Paiva (2015), como recurso pedagógico para refletir sobre a ditadura civil-militar em diálogo com a memória e a experiência familiar. Esta obra, anos depois, se materializa em forma de filme, que permite uma análise mais clara dos problemas familiares e afetivos trazidos pela ditadura civil-militar brasileira.

O projeto se conecta diretamente com o GT 6 – “História, Cultura e Subjetividades: diálogos com diferentes mídias”, pois

parte da premissa de que a História não é uma disciplina de transmissão de conteúdos factuais, mas um campo discursivo que se apropria de diversas linguagens e narrativas. Como defende Chartier (2002), a escrita da História se constroi em meio a incertezas e disputas de significados, demandando abertura para novas abordagens. Ao utilizar uma obra literária autobiográfica e filmográfica, o projeto promove o diálogo entre História, literatura e audiovisual, reconhecendo que narrativas subjetivas podem se tornar fontes históricas e contribuem com experiências formadoras no ensino-aprendizagem.

A memória desempenha papel central na abordagem do ensino da História recente, pois permite dar visibilidade a vozes silenciadas e subjetividades raramente presentes em documentos oficiais. Le Goff (1996) aponta que a memória é constitutiva da própria História e deve ser valorizada como elemento essencial do trabalho historiográfico. Ao explorar a experiência de Marcelo Rubens Paiva e de sua mãe, Eunice Paiva, o livro evidencia como o autoritarismo afetou vidas e relações familiares, isto permite que os estudantes compreendam que a ditadura não foi apenas um fenômeno político, mas também um processo vivido no corpo físico, nos afetos e nas relações cotidianas.

A discussão sobre a pluralidade das memórias da ditadura, destacada por Aarão Reis (2014), foi essencial para o projeto. Memórias oficiais, revisionistas e críticas competem no espaço público, e o testemunho de Eunice Paiva permitiu que os estudantes entrassem neste debate sobre o direito à memória

e reconhecimento de múltiplas perspectivas. Napolitano (2014) reforça que o ensino do período da ditadura civil-militar deve ir além da cronologia factual, valorizando experiências individuais e coletivas de resistência. “Ainda Estou Aqui” cumpre esse papel ao apresentar o drama familiar após o desaparecimento de Rubens Paiva e a luta persistente de Eunice por memória e justiça, mesclando dimensão individual e coletiva.

Pollak (1989) e Ricoeur (2007) destacam a dimensão ética do testemunho, que representa o direito de narrar o que regimes autoritários tentaram apagar, transformando a memória em instrumento de resistência. O filme e o livro de “Ainda Estou Aqui”, devolvem ao espaço público vozes e memórias silenciadas, permitindo aos estudantes compreenderem a História como campo de disputas simbólicas e éticas.

Dessa forma, o projeto promove uma articulação interdisciplinar entre História e literatura, valorizando subjetividades, afetos e memórias. Ao inserir uma narrativa literária que entrelaça a memória pessoal e coletiva, evidencia como a História pode ser ensinada de maneira dialógica, sensível e reflexiva, favorecendo a formação de sujeitos críticos e empáticos. O objetivo central é utilizar “Ainda Estou Aqui” como recurso pedagógico para articular literatura e ensino de História, promovendo compreensão crítica da ditadura, valorizando memória e resistência, e estimulando a escrita reflexiva dos estudantes. Objetivos específicos incluem estimular contato com obras literárias de caráter histórico e autobiográfico, trabalhar conceitos de memória e testemunho e analisar a trajetória de

Eunice Paiva, incentivando a reflexão crítica sobre a História recente do Brasil.

A metodologia deste projeto foi desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PI-BID), cujo objetivo central é aproximar os graduandos da realidade escolar e fomentar práticas pedagógicas inovadoras. A proposta surgiu da necessidade de refletir de forma crítica e sensível sobre a ditadura civil-militar brasileira, utilizando a literatura e o audiovisual como recurso mediador para articular teoria e prática. “Ainda Estou Aqui”, foi escolhida por permitir o entrelaçamento entre memória pessoal e coletiva, possibilitando o diálogo com duas frentes midiáticas.

O projeto foi estruturado em quatro encontros com alunos do 2º ano do Ensino Médio. O primeiro encontro consistiu na apresentação do projeto, destacando seus objetivos, metodologia e relevância, seguido da leitura guiada de trechos selecionados da obra, com o intuito de situar os estudantes no contexto histórico da ditadura civil-militar e despertar interesse pelo tema. Nos encontros subsequentes, os alunos foram organizados em grupos e orientados a produzir diários de leitura, registrando sensações, reflexões e acontecimentos considerados relevantes durante a leitura. Essa prática se fundamenta na perspectiva de Napolitano (2014), que propõe que o ensino da ditadura deve ir além da cronologia factual, valorizando experiências de resistência e subjetividade, e em Pollak (1989), que entende o testemunho como prática ética e política de enfrentamento ao esquecimento.

Para superar a limitação de exemplares disponíveis, foram realizadas rodas de leitura em que os estudantes compartilhavam trechos e interpretações com os colegas, fortalecendo a oralidade, a escuta e a construção coletiva do conhecimento, conforme as ideias pedagógicas de Freire (1996). O quarto encontro foi dedicado à culminância do projeto, momento em que os diários de leitura foram socializados em atividade coletiva, com participação de professores convidados. Essa etapa permitiu relacionar os testemunhos produzidos com reflexões sobre memória individual e coletiva, consolidando o aprendizado e reforçando a importância da memória no processo educativo.

A metodologia do projeto dialoga diretamente com o GT – História, Cultura e Subjetividades: Diálogos com Diferentes Mídias, ao articular História, Literatura e Filmes. A prática pedagógica aproxima-se das discussões do GT sobre narrativa histórica valorizando subjetividades e múltiplas estratégias de ensino, como músicas, filmes e outros materiais culturais. Dessa forma, o projeto promove reflexão crítica, empatia e valorização da memória como forma de resistência, aproximando os estudantes da compreensão da História como narrativa em constante construção.

O projeto demonstrou resultados positivos em relação ao engajamento e à reflexão crítica dos alunos do 2º ano do Ensino Médio sobre a ditadura civil-militar brasileira. A utilização da obra “Ainda Estou Aqui”, permitiu que os estudantes se aproximassem de conceitos como memória, testemunho e

resistência, articulando literatura e História de forma interdisciplinar. A produção dos diários de leitura evidenciou que os alunos não apenas compreenderam os fatos históricos, mas também registraram impressões pessoais e reflexões sensíveis sobre o período ditatorial, consolidando o objetivo de estimular escrita reflexiva e autoral.

As rodas de conversa se mostraram uma estratégia eficaz para superar a limitação de exemplares da obra, permitindo que os estudantes compartilhassem interpretações e trechos lidos, fortalecendo a oralidade, a escuta ativa e a construção coletiva do conhecimento. Essa prática dialoga diretamente com as propostas pedagógicas de Freire (1996) e está em consonância com o GT 6 – História, Cultura e Subjetividades, que valoriza o uso de diferentes mídias e narrativas como formas de se apropriar do passado. A abordagem adotada permitiu aos alunos perceber a História como narrativa, conectando fatos e subjetividades, e compreender o papel das experiências individuais e familiares, como a luta de Eunice Paiva, na construção da memória histórica e da resistência ao autoritarismo.

Entre os desafios, destacam-se a limitação de exemplares e a necessidade de estimular participação ativa de todos os alunos, embora essas dificuldades tenham sido superadas por estratégias de diálogo e compartilhamento coletivo. Os resultados obtidos indicam que a metodologia promoveu reflexão crítica, empatia e valorização da memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia do projeto, baseada na obra “Ainda Estou Aqui”, mostrou-se eficaz para aproximar alunos do Ensino Médio da compreensão crítica da ditadura civil-militar brasileira, valorizando memória, testemunho e subjetividade. As atividades, incluindo diários de leitura e rodas de conversa, estimularam a escrita reflexiva, a empatia e o diálogo coletivo, consolidando os objetivos do projeto e favorecendo o desenvolvimento de competências históricas e éticas.

O projeto também dialoga diretamente com o GT 6 – História, Cultura e Subjetividades, ao utilizar a literatura como mídia capaz de transformar experiências e relatos em objetos históricos, promovendo a apropriação crítica do passado. A experiência demonstra que o ensino de História pode articular múltiplas linguagens e perspectivas, reconhecendo a memória como campo de disputa e o testemunho como prática ética de resistência. Assim, a iniciativa contribui para a formação integral dos estudantes e para a construção de um ensino de História sensível, reflexivo e interdisciplinar.

REFERÊNCIAS

AARÃO REIS, Carlos. **Memórias e disputas de memória: a ditadura civil-militar no Brasil**. 2014.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda Estou Aqui**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista estudos históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICOEUR, Paul. **Memória, história, esquecimento**. 2003. Campinas, Editora da, 2016.

NAS MARGENS DO MERCADO: JORNALISMO E CULTURA NO COLETIVO GELEIA TOTAL¹

Francisco LIMA²

Mestrando

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Jacqueline Lima DOURADO³

Doutora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

INTRODUÇÃO

O jornalismo contemporâneo enfrenta um duplo desafio: de um lado, a mercantilização da informação, orientada por interesses políticos e econômicos; de outro, a necessidade de construir espaços democráticos de participação e diversidade narrativa (MOSCO, 2009; BOLAÑO, 2009). Nesse contexto, coletivos culturais configuram alternativas contra-hegemônicas, ao promoverem práticas comunicacionais baseadas na horizontalidade, na valorização da cultura local e no engajamento comunitário (CABRAL, 2019; FRANCISCATO, 2016).

1 Trabalho apresentado no GT 6 - História, cultura e subjetividades: diálogos com diferentes mídias-2025, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.

2 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPI, email: luan3574@gmail.com

3 Doutora. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPI. email: jacdourado@ufpi.edu.br

Este trabalho investiga as práticas jornalísticas do Coletivo Cultural Geleia Total, sediado em Teresina (PI), que atua como agente de fortalecimento da arte piauiense e de democratização da comunicação digital. Parte-se da hipótese de que a produção crítica e colaborativa do coletivo constitui resistência à mercantilização midiática e reforça a construção de uma esfera pública alternativa. O objetivo geral é analisar como o Geleia Total articula jornalismo independente, economia política e cultura, considerando sua autonomia editorial, formas de financiamento e participação comunitária.

MÉTODO

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise de conteúdo (BARDIN, 2011). O corpus empírico corresponde às publicações realizadas em 2024 no site Geleia Total, selecionadas a partir de critérios de relevância temática e diversidade de formatos jornalísticos.

Foram definidas cinco categorias analíticas:

1. Conteúdo temático;
2. Economia política do jornalismo;
3. Participação comunitária;
4. Estilo e linguagem;
5. Impacto visual e multimídia.

A análise interpretativa considerou ainda referenciais teóricos da Economia Política da Comunicação (MOSCO, 2009; DOURADO, 2012) e dos estudos culturais (GOHN, 2007; HA-

BERMAS, 1987), permitindo compreender o papel do coletivo na mediação cultural e informativa em contexto periférico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados evidenciam que o Geleia Total atua de forma crítica e analítica, destacando pautas culturais frequentemente invisibilizadas pela mídia tradicional. Na **agenda cultural**, o site promove pertencimento e visibilidade às manifestações artísticas locais. Na cobertura da **literatura piauiense**, observa-se uma prática de difusão crítica que problematiza tanto a valorização de autores quanto os limites do mercado editorial regional.

A seção dedicada à **negritude** reafirma o jornalismo como instrumento de resistência e memória, reforçando identidades historicamente marginalizadas. Já os **textos reflexivos** ampliam o espaço para a expressão artística e crítica, posicionando o coletivo como mediador de debates culturais.

Do ponto de vista da **economia política do jornalismo**, a pesquisa revela tensões entre autonomia editorial e sustentabilidade financeira. O coletivo adota estratégias como parcerias, prêmios culturais e financiamento colaborativo, que, embora precários, preservam sua independência e reforçam vínculos comunitários.

Além disso, a estética comunicacional do site, marcada pelo uso de recursos multimídia e design colaborativo, diferencia-se da padronização hegemônica, projetando uma identidade própria. Tais práticas confirmam que o coletivo constrói

uma **esfera pública contra hegemônica**, alinhada às discussões sobre comunicação democrática (PAIVA, 2011; MARINO, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam que o Geleia Total atua de forma crítica e analítica, destacando pautas culturais frequentemente invisibilizadas pela mídia tradicional. Na agenda cultural, o site promove pertencimento e visibilidade às manifestações artísticas locais. Na cobertura da literatura piauiense, observa-se uma prática de difusão crítica que problematiza tanto a valorização de autores quanto os limites do mercado editorial regional.

A seção dedicada à negritude reafirma o jornalismo como instrumento de resistência e memória, reforçando identidades historicamente marginalizadas. Já os textos reflexivos ampliam o espaço para a expressão artística e crítica, posicionando o coletivo como mediador de debates culturais.

Do ponto de vista da economia política do jornalismo, a pesquisa revela tensões entre autonomia editorial e sustentabilidade financeira. O coletivo adota estratégias como parcerias, prêmios culturais e financiamento colaborativo, que, embora precários, preservam sua independência e reforçam vínculos comunitários.

Além disso, a estética comunicacional do site, marcada pelo uso de recursos multimídia e design colaborativo, diferencia-se da padronização hegemônica, projetando uma identidade própria. Tais práticas confirmam que o coletivo constrói

uma esfera pública contra-hegemônica, alinhada às discussões sobre comunicação democrática (PAIVA, 2011; MARINO, 2013).

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BOLAÑO, César. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2009.
- CABRAL, Eula Dantas Taveira. **Economia política da comunicação e da cultura**. São Paulo: Intercom, 2019.
- DOURADO, Jacqueline Lima. **Jornalismo e Economia Política da Comunicação: fundamentos e perspectivas**. Teresina: EDUFPI, 2012.
- FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **O jornalismo e as tecnologias da informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2007.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.
- MARINO, Marcelo. **Coletivos culturais e mídia radical**. São Paulo: Paulus, 2013.
- MOSCO, Vincent. **A economia política da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2009.
- PAIVA, Raquel. **Comunicação comunitária e cidadania**. São Paulo: Paulus, 2011.

GT 7

HISTÓRIA, IMPRENSA
E SOCIEDADES

VOZES IMPRESSAS: A IMPRENSA PERIÓDICA NO SÉCULO XIX¹

Talyta Marjorie Lira SOUSA²

Doutora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, BOM JESUS, PI

Resumo

A consolidação da imprensa periódica no Piauí ao longo do século XIX ocorreu em um contexto de reconfigurações políticas, limitações urbanas e restrições no acesso à cultura escrita, inserindo os periódicos nas disputas pelo poder provincial e na organização do espaço público. O presente artigo analisa a formação da imprensa piauiense oitocentista, suas formas de circulação e seus vínculos com grupos políticos locais, considerando sua atuação como instrumento de mediação social e política. A pesquisa fundamentou-se em revisão bibliográfica e na análise de periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, no Nupem Digital e na Memória do Jornalismo Piauiense, mobilizando contribuições de Barbosa (2010), Pinheiro (2017), Queiroz (2011) e Rêgo (2001). Os resultados demonstram que a imprensa se estruturou como arena de disputas partidárias, ao mesmo tempo em que ampliou progressivamente suas temáticas, incorporando debates sociais como o abolicionismo e aspectos do cotidiano urbano. Conclui-se que os periódicos desempenharam

1 Trabalho apresentado no GT 7 - História, Imprensa e Sociedade, integrante do II Encontro Internacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.

2 Professora adjunta da Universidade Federal do Piauí. Professora do Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Doutora (2023), mestra (2012) e graduada (2009) em História pela Universidade Federal do Piauí. Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial pela Universidade Federal do Piauí (2015) e em Direito Civil e Processo Civil pela Faculdade Legale (2022). Bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Superior Vale do Parnaíba (2019).

papel central na conformação do espaço público provincial, atuando na construção de discursos políticos e na difusão de transformações sociais ao longo do Oitocentos.

Palavras-chave

História; Imprensa; Oitocentos.

Introdução

A imprensa periódica do século XIX consolidou-se como um dos instrumentos de circulação de ideias no Brasil, acompanhando as transformações políticas, sociais e culturais do período. Após a proibição de impressos durante o período colonial, a instalação da imprensa em 1808, com a chegada da Corte portuguesa, marcou o início da produção regular de jornais no país, como a *Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Correio Braziliense*. A partir de então, os periódicos tornaram-se mediadores fundamentais dos debates públicos, atuando tanto como veículos de legitimação do poder quanto como espaços de crítica e contestação política.

Ao longo do século XIX, a expansão da imprensa possibilitou o registro de práticas culturais, redes de sociabilidade, disputas simbólicas e formas de organização social, ampliando significativamente as possibilidades de investigação histórica. Os jornais oitocentistas não apenas veiculavam notícias, mas expressavam visões de mundo, projetos políticos e representações sociais, tornando-se fontes para a compreensão do cotidiano e das dinâmicas de poder na formação da sociedade brasileira.

No entanto, apesar dos avanços nos estudos sobre a imprensa nacional, a produção periódica em províncias como o Piauí ainda permanece pouco explorada pela historiografia. As dificuldades estruturais da província, caracterizadas pela baixa escolarização, dispersão populacional, economia baseada na pecuária extensiva e precariedade técnica das tipografias, levaram, por muito tempo, à ideia de uma circulação limitada de impressos. Contudo, entre 1832 e 1889, foram publicados aproximadamente 142 jornais no território piauiense, o que revela uma atividade editorial significativa.

Diante dessa lacuna, este artigo busca compreender de que forma a imprensa periódica se desenvolveu no Piauí oitocentista e quais funções desempenhou na organização do espaço público provincial. Parte-se da hipótese de que, mesmo em um contexto de limitações materiais, os jornais piauienses atuaram como importantes agentes de circulação de ideias, construção de redes de sociabilidade e formação de memórias coletivas, contribuindo para a consolidação de identidades políticas e regionais. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar o desenvolvimento da imprensa periódica no Piauí no século XIX, destacando suas características editoriais, suas redes de circulação, suas funções políticas e sociais e sua inserção nos processos de produção simbólica do período.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar o desenvolvimento da imprensa periódica no Piauí no século XIX, destacando suas características editoriais, suas redes de circulação e suas funções políticas e sociais. Metodologicamente, a pesquisa adotou uma abordagem histórico-documental, combi-

nando levantamento empírico de fontes primárias e diálogo com a bibliografia especializada. O mapeamento sistemático dos periódicos publicados considerou informações como título, local de impressão, tipografia, periodicidade e perfil editorial, com base em acervos digitais e estudos especializados.

A análise seguiu um viés qualitativo e interpretativo, fundamentado na crítica das fontes, observando tanto o conteúdo quanto os aspectos materiais dos impressos. Essa perspectiva possibilita compreender os periódicos como produtos históricos inseridos em contextos específicos de produção e circulação, atravessados por disputas políticas, práticas culturais e dinâmicas sociais, reafirmando a imprensa como espaço na conformação da esfera pública oitocentista.

A imprensa periódica no Piauí durante o século XIX

No Piauí, a implantação da imprensa ocorreu no contexto de reconfiguração política do período regencial, em uma província marcada pela dispersão da população no espaço rural, pela pecuária como principal atividade econômica e pela predominância do trabalho compulsório. A precariedade dos meios técnicos de impressão, as limitações na difusão da cultura escrita e o reduzido desenvolvimento urbano constituíram fatores que condicionaram a circulação de periódicos na região. Nesse cenário, destacou-se a atuação política de Manuel de Sousa Martins, posteriormente Barão e Visconde da Parnaíba, que disputou o controle do poder provincial com

grupos vinculados à cidade de Parnaíba, inserindo a imprensa nas disputas políticas locais (CASTELO BRANCO, 2020, p. 3–6).

Essas condições estruturais articulavam-se à organização da capital provincial, então sediada em Oeiras, frequentemente descrita por viajantes, administradores e presidentes de província como um núcleo urbano marcado por limitações geográficas, baixa densidade populacional e escassa infraestrutura para o desenvolvimento de sociabilidades urbanas mais dinâmicas. A vida social organizava-se em torno das relações pessoais, das hierarquias familiares e das instituições de poder local, o que condicionava a circulação dos impressos a redes restritas de influência política e social. A cultura escrita não se difundia no tecido social, mas operava principalmente como instrumento de comunicação entre autoridades, proprietários e agentes vinculados ao aparato estatal e eclesiástico.

As restrições em relação à alfabetização não impediram a manifestação e proliferação de periódicos, de modo que não podemos dizer que o seu atraso ocorreu em função de condições econômicas, políticas e culturais, dificultando a circulação de impressos pelo país. A sociedade oitocentista era oralizada, ou seja, “as letras impressas sempre foram mais ouvidas do que lidas”, corriam tanto as notícias como as vozes que transformavam a informação em notícia. Consoante Marialva Barbosa, havia as trocas e o “entrelaçamento de múltiplos meios entre o mundo oral, o mundo manuscrito e o mundo dos impressos” (BARBOSA, 2010, p. 34).

As limitações no acesso à alfabetização não impediram a circulação e a multiplicação de periódicos ao longo do século

XIX, o que relativiza interpretações que associam o desenvolvimento da imprensa exclusivamente a fatores econômicos, políticos ou culturais. Em uma sociedade marcada pela centralidade da oralidade, a informação impressa não se restringia à leitura individual, mas integrava circuitos de transmissão coletiva. Como observa Marialva Barbosa, as letras impressas sempre foram mais ouvidas do que lidas, em um contexto no qual notícias circulavam por meio de vozes que reinterpretavam e difundiam os conteúdos dos impressos, articulando os universos oral, manuscrito e tipográfico: “havia as trocas e o “entrelaçamento de múltiplos meios entre o mundo oral, o mundo manuscrito e o mundo dos impressos” (BARBOSA, 2010, p. 34).

Essa dinâmica também estruturou as práticas de comunicação no Piauí oitocentista, no qual a cultura oral coexistiu com a presença dos periódicos. A circulação dos jornais por meio de leituras públicas em praças, estabelecimentos comerciais e outros espaços de sociabilidade ampliava o alcance das informações para além dos grupos escolarizados. Conforme destaca Barbosa, essa prática inseria diferentes segmentos sociais nos circuitos de recepção das notícias, configurando os impressos como instrumentos de mediação social e política no cotidiano provincial (BARBOSA, 2010, p. 89).

Nesse contexto, marcado pela coexistência entre práticas orais de comunicação e a circulação de impressos, a introdução da imprensa periódica no Piauí constituiu parte dos processos de organização do espaço público provincial. Ainda que condicionada por limitações técnicas e sociais, a atividade tipográfica integrou os circuitos de difusão de informações que

já operavam por meio da oralidade e das redes de sociabilidade locais.

O primeiro periódico publicado na província foi O *Piauiense*, em 1832. As informações disponíveis sobre esse jornal são de caráter bibliográfico e encontram-se registradas por Evaristo da Veiga no periódico carioca *Aurora Fluminense*, n. 689, de 17 de outubro de 1832, bem como no jornal piauiense *A Imprensa*, n. 510, de 4 de setembro de 1877. Até o momento, não há exemplares localizados em acervos locais nem na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Os registros de Evaristo da Veiga permitem situar o surgimento da imprensa piauiense no interior de um movimento de expansão tipográfica pelas províncias, destacando sua conexão com a experiência sergipana. O responsável pela introdução do maquinário tipográfico no Piauí foi o padre Antônio Fernandes da Silveira, sacerdote e político natural de Lagarto, que também fundou, em Sergipe, o periódico *Recompilador Sergipano*.

Embora não seja possível analisar o conteúdo ou a duração de O *Piauiense*, sabe-se que o jornal era redigido pelo professor de latim Amaro Gomes dos Santos³ e pelo padre Antônio Pereira Pinto do Lago⁴, sendo impresso na Tipografia Silvei-

3 Amaro Gomes dos Santos foi professor de latim em Oeiras, capital da capitania do Piauí até 1852, conselheiro na instalação da Assembleia Legislativa Provincial do Piauí (1834) e deputado (1835 a 1837). Ver: SANTOS, 2021. p. 17 e 22.

4 Padre Pedro Antônio Pereira Pinto do Lago era natural da Bahia, foi vigário de Oeiras (1831-1839), jornalista e político. Participou como membro da Junta de Governo do Maranhão após a Proclamação da Independência do Brasil. Atuou como deputado provincial pelo Piauí em três legislaturas (1835-1841), deputado-geral (1826-1829). Juntamente com o professor Amaro Gomes dos Santos, redigiu o periódico O *Piauiense*. Ver: LAGO, 1972, p. 137.

ra & Companhia. Conforme aponta Pinheiro, tratava-se de um periódico de caráter oficioso, voltado à divulgação de atos do governo provincial (PINHEIRO, 2017, p. 23).

Após a experiência inicial com *O Piauiense*, a atividade periódica na província ampliou-se com o lançamento de *O Correio da Assembleia Provincial do Piauí*, em 16 de maio de 1835, na cidade de Oeiras, impresso pela Tipografia Silveira & Companhia. O jornal seguia o formato comum dos periódicos do início do século XIX, composto por quatro páginas organizadas em duas colunas, e tinha como finalidade principal divulgar os trabalhos realizados pelos deputados provinciais. Sua circulação ocorria duas vezes por semana, às quartas-feiras e aos sábados, totalizando, conforme a documentação disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, vinte e nove edições.

Na sequência, a imprensa provincial passou a se articular aos conflitos políticos locais, como demonstra a criação de *O Telégrafo*, terceiro periódico publicado no Piauí. Esse jornal inseriu-se no contexto das disputas associadas à Balaiada e às rivalidades entre facções oligárquicas pelo controle do poder provincial (CASTELO BRANCO, 2020, p. 9). Impresso pela Tipografia Provincial e redigido por Francisco José Fialho, com financiamento do poder público, o periódico assumiu um perfil doutrinário, voltado à legitimação das ações governamentais no combate aos balaies e à crítica dos grupos opositores à liderança do Barão da Parnaíba.

A atuação de *O Telégrafo* expressou as conexões entre interesses públicos e privados que caracterizavam as estruturas

administrativas da província, nas quais a imprensa se constituiu como instrumento de disputa política entre grupos restritos. Assim como O *Correio da Assembleia Provincial do Piauí*, o jornal mantinha periodicidade bissemanal, com edições às terças e quintas-feiras, e sua comercialização ocorria em estabelecimentos localizados na cidade de Oeiras, como as lojas dos senhores Teixeira, na Rua do Fogo, e Paiva, na Rua da Botica.

A configuração da imprensa piauiense passou por transformações a partir do afastamento do Barão da Parnaíba do núcleo das decisões políticas provinciais, o que se refletiu na diversificação dos perfis editoriais dos periódicos. Nesse novo cenário, surgiram jornais vinculados a grupos opositores, que passaram a utilizar o impresso como espaço de disputa política. Conforme analisa Ana Regina Rêgo, O *Liberal Piauiense* caracterizava-se como um periódico de orientação política, tendo como redator Lívio Lopes Castelo Branco⁵, adversário de Manuel de Sousa Martins (RÊGO, 2001, p. 256).

De acordo com os registros da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, o jornal apresentava quatro páginas organizadas em duas colunas e era impresso na cidade de Caxias. Sua

5 Lívio Lopes Castelo Branco e Silva nasceu em Campo Maior, Piauí em 1813 e faleceu em Parnaíba, Piauí, em 1869. Foi advogado, político e redator de periódicos na província do Maranhão e Piauí. Em 1844, redigiu o jornal *A Malagueta Maranhense* em São Luís, em 1850; na vila de Caxias, lançou O *Liberal Piauiense* (1846), *Correio dos Municípios* (1848); em Oeiras, ficou à frente do *Acapura* (1850), *Anjos Piauienses* (1851 e 1852). Após a mudança da capital, participou, na cidade de Teresina, do *Correio Piauiense* (1856), *Conciliador Piauiense* (1857) e O *Propagador* (1858-1864). Publicou o periódico O Povo, jornal meramente eleitoral e restrito ao município de Campo Maior em 1863. Ver: CARVALHO, 2023; BLAKE, 1893, p. 319; FERREIRA, 2011, p. 145-148.

circulação ocorreu entre 13 de maio e 12 de novembro de 1846, totalizando quatorze edições, com periodicidade quinzenal. O sistema de assinaturas abrangia diferentes localidades da província, como Caxias, Campo Maior, Oeiras, Piracuruca, Barras e Parnaíba, realizadas em residências de autoridades civis, militares e religiosas, como Major João Fernandes de Moraes e Francisco Raimundo de Barros Tataira; Coronel Silvestre José da Cunha Castelo Branco⁶; Tibério Cezar Burlamaqui⁷; Antônio Lopes Castelo Branco⁸; padre José Joaquim Ferreira de Melo⁹; e Coronel João José Sales¹⁰, o que indica a inserção do periódico nas redes políticas e administrativas locais.

Além de *O Liberal Piauiense*, outros jornais identificados como liberais circularam na antiga capital provincial. O *Governista*, publicado entre 1847 e 1848, contou com vinte e seis edições disponíveis na Hemeroteca Digital, impresso pela Ti-

-
- 6 Silvestre José da Cunha Castello Branco nasceu na fazenda Contente, em Livramento (União), Piauí. Foi coronel, fazendeiro, político e primeiro presidente da Câmara municipal depois de Campo Maior ter sido elevado a vila (24-09-1841). Ver: FERREIRA, 2011, p. 263.
 - 7 Tibério Cezar Burlamaqui nasceu 1810 na vila de Oeiras, e faleceu 1863 na mesma vila. Foi comerciante, mantendo ligações com as províncias do Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro; jornalista, publicou o periódico o *Echo Liberal* em Oeiras (1850), e chefe político do antigo Partido Liberal no Piauí. Ver: FERREIRA, 2011, p. 350-351.
 - 8 Antônio Lopes Castello Branco e Silva nasceu em Campo Maior, Piauí. Foi proprietário da fazenda Tapera, em Campo Maior. Participou da luta pela independência do Brasil no Piauí (1822-23).
 - 9 José Joaquim Ferreira de Melo foi vigário da freguesia de Nossa Senhora das Barras, na província do Piauí. Ver: RIO DE JANEIRO. *Correio Mercantil, Instrutivo, Político, Universal*. Rio de Janeiro, ano 7, n. 5, p. 2, 5 jan. 1850.
 - 10 João José Sales, morador da vila da Parnaíba, Piauí, tenente coronel, cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa. Ver: RELAÇÃO DOS DESPACHOS. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano 23, n. 6473, p. 2, 15 mar. 1844.

pografia Provincial em formato de quatro páginas com duas colunas e periodicidade semanal. O periódico permitia aos assinantes a publicação gratuita de anúncios e correspondências, o que ampliava sua função como espaço de interlocução política.

Na mesma linha, *O Echo Liberal* alcançou maior duração, com cento e cinquenta e quatro edições publicadas entre 1849 e 1852. O jornal circulava semanalmente, às quintas-feiras, impresso pela Tipografia Liberal, com redação e venda na loja de Tibério César Burlamaqui, localizada na Rua do Norte. A continuidade dessas publicações aponta para a consolidação da imprensa como arena regular de debate político na província ao longo da segunda metade da década de 1840.

Paralelamente à atuação dos periódicos de orientação liberal, circularam na província jornais vinculados a grupos conservadores, que também recorreram à imprensa como instrumento de intervenção no debate político. Entre esses periódicos destacou-se *O Analítico*, criado em 1848 com o objetivo de contrapor os discursos liberais. O jornal seguia o formato tradicional dos impressos oitocentistas e mantinha periodicidade variável, com uma ou duas edições semanais, sendo comercializado nas lojas dos maiores Braga e Paiva.

Outro periódico conservador foi *O Escolástico*, impresso pela Tipografia Saquarema entre 1849 e 1850, com circulação de três edições mensais e venda realizada na loja de B. J. Pereira. Na mesma tipografia foi publicado *A Voz da Verdade*, em 1849, jornal de orientação política que também incorporava

conteúdos literários e comerciais, com frequência de aproximadamente cinco edições por mês. A presença simultânea de jornais liberais e conservadores na capital provincial indica a consolidação da imprensa como espaço regular de confrontação política, no qual diferentes grupos passaram a disputar a formação da opinião pública e o controle simbólico do debate provincial.

A intensificação das disputas entre grupos liberais e conservadores inseriu a imprensa de forma cada vez mais sistemática no campo político provincial. Após o Golpe da Maioridade, em 1840, figuras públicas passaram a recorrer aos periódicos para demarcar posições e difundir projetos políticos, incorporando valores e práticas próprias dos segmentos em disputa. A produção jornalística articulou-se ao poder vigente, constituindo espaços nos quais a escrita funcionava como instrumento de legitimação de autoridades e de sustentação do sistema político. Conforme propõe Michel de Certeau, a escrita opera em contextos atravessados por relações de força, conflitos e disputas simbólicas, vinculando-se a lugares sociais, políticos e culturais específicos (CERTEAU, 1982, p. 57). Nesse sentido, a imprensa piauiense configurou-se como arena de negociação de interesses e formação de opiniões públicas, ao mesmo tempo em que abrigou periódicos com projetos editoriais próprios, diversidade temática e referências ao cotidiano provincial, conforme analisa Ana Regina Rêgo (2001, p. 20).

Esse processo adquiriu novo fôlego na segunda metade do século XIX, especialmente após a transferência da capital de

Oeiras para Teresina. A reorganização urbana e administrativa da nova capital articulou-se a transformações técnicas e culturais que favoreceram a expansão da imprensa, como o fortalecimento das práticas educacionais, a ampliação dos meios de transporte, o desenvolvimento da arte gráfica e a incorporação de tecnologias de comunicação, entre elas o telégrafo, o cabo submarino e o telefone. Tais fatores contribuíram para a ampliação da circulação dos periódicos e para sua inserção mais ampla na vida social e política da província (SODRÉ, 1999, p. 7).

Com a transferência da capital para Teresina, a atividade jornalística passou a se reorganizar em torno do novo centro administrativo da província, o que resultou na criação de novos periódicos e na ampliação dos circuitos de circulação da informação. O primeiro jornal publicado na nova capital foi *A Ordem*, em 19 de fevereiro de 1853. Classificado como periódico de orientação conservadora, oficial e literária, veiculava conteúdos políticos, sociais e artigos doutrinários. Sua redação esteve a cargo de José Martins Pereira Alencastre¹¹, com impressão realizada por Antônio da Costa Neves na Tipografia Constitucional, pertencente a José da Silva Leite (RÊGO, 2001, p. 257). O sistema de assinaturas previa a publicação gratuita de até duzentas linhas para os subscritores, com cobrança

11 José Martins Pereira Alencastre nasceu em 1831 e faleceu em 1871. Foi professor, historiador e político. Atuou como presidente das províncias de Goiás (1861-1862) e de Alagoas (1866-1867). Exerceu o cargo de promotor público, em Oeiras, então capital da província do Piauí, e em 1857 publicou a obra: *Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí*. Ver: GONÇALVES, 2003, p. 24.

adicional por excedente, o que reforçava o uso do jornal como espaço de manifestação pública.

De forma paralela, grupos liberais também passaram a utilizar a imprensa como instrumento de difusão política por meio de *O Conciliador Piauiense*, que contou com a atuação de Lívio Lopes e Deolindo Mendes da Silva Moura¹² como redatores. O periódico era impresso semanalmente pela Tipografia Independente, com extensão variável entre duas e quatro páginas organizadas em três colunas. Seu sistema de circulação incluía assinaturas anuais, semestrais e trimestrais, além da venda avulsa, assegurando aos assinantes a publicação gratuita de trinta linhas, o que ampliava sua função como espaço de debate político.

A circulação de *O Conciliador Piauiense* estendeu-se até 1858, quando o periódico encerrou suas atividades e deu lugar a *O Propagador*, organizado pelos mesmos redatores e vinculado à Sociedade Político-Literária. A nova folha foi impressa por Galdino Marques de Carvalho e manteve periodicidade semanal, formato semelhante ao jornal anterior, além de sistema de assinaturas anuais e semestrais, com possibilidade de aquisição avulsa. Em 1860, *O Propagador* também deixou de circular, em decorrência do afastamento de Deolindo Mendes da Silva

12 Deolindo Mendes da Silva Moura nasceu em Oeiras, em 1835 e faleceu na cidade de Teresina, em 1872. Foi advogado, procurador fiscal da Tesouraria da Fazenda, deputado, inspetor da fazenda provincial, gerente e diretor da Companhia de Navegação do rio Parnaíba, integrou de janeiro de 1858 a dezembro de 1864 a redação do jornal *O Propagador*, órgão do antigo Partido Liberal da província do Piauí. Ver: CASTELO BRANCO, Miguel de S. Borges Leal. Deolindo Mendes da Silva Moura da Silva. In: CASTELO BRANCO, 2012, p. 151-153.

Moura da militância partidária e de sua avaliação crítica sobre o exercício do jornalismo político no contexto provincial (PINHEIRO, 2017, p. 52).

Concomitantemente à atuação dos periódicos de orientação liberal, circularam jornais vinculados ao campo conservador, entre os quais se destacou *O Conservador*, publicado entre 1861 e 1862. Classificado como folha política, literária e comercial, o periódico era impresso três vezes por mês pela Tipografia Constitucional, com quatro páginas organizadas em três colunas. Sua circulação ocorria por meio de assinaturas anuais e semestrais, além da venda avulsa, e seu conteúdo defendia posições associadas ao fortalecimento do poder central, à ampliação da autoridade moderadora e ao controle da magistratura provincial.

Após o encerramento de *O Propagador*, Deolindo Mendes da Silva Moura retornou ao campo jornalístico com a criação de *O Expectador*. Classificado como periódico oficioso e noticioso, o jornal circulou semanalmente entre 1858 e 1863, sob propriedade do Partido Conservador. Sua impressão esteve a cargo de Manoel Vitorino Marques, contando com a colaboração de David Caldas¹³. Em 4 de junho de 1863, *O Expectador*

13 David Moreira Caldas nasceu na vila de Barras, província do Piauí, em 1835 e faleceu na cidade de Teresina, capital da mesma província, em 1879. Serviu de oficial arquivista da presidência da província, foi professor de geografia e história no Liceu Piauiense (final da década de 1860 e início da década de 1870); deputado provincial pelo Partido Liberal (1868-1869); poeta e jornalista. Publicou nos periódicos *A Imprensa*, *O Amigo do Povo*, *Oitenta e Nove* e *O Ferro em Braza*. Ver: ARAÚJO, 2013; BLAKE, 1893, p. 163

deixou de circular ao ser incorporado ao periódico *Liga e Progresso*.

Fundado em 29 de dezembro de 1857, *Liga e Progresso* mantinha periodicidade semanal, formato de quatro páginas organizadas em quatro colunas e impressão realizada na Tipografia do Partido Conservador, sob responsabilidade de Manoel Vitorino Marques. O jornal dispunha de sistema de assinaturas anuais, semestrais e trimestrais, além da venda avulsa. Sua produção esteve vinculada à Sociedade para o Progresso, que encerrou suas atividades em 1864 em razão das limitações financeiras de seus redatores. Como desdobramento institucional dessa iniciativa, foi implantada a primeira biblioteca pública do Piauí (PINHEIRO, 2017, p. 53).

Em 25 de junho de 1865, Deolindo Mendes da Silva Moura lançou o periódico *A Imprensa*, que se destacou pela longevidade ao circular entre 1865 e 1889. A curta duração da maioria dos jornais piauienses ao longo do século XIX relacionou-se às oscilações políticas dos redatores, às condições materiais de produção e às transformações nas alianças partidárias. Nesse contexto, *A Imprensa* configurou-se como exceção, consolidando-se como órgão monarquista vinculado ao Partido Liberal. O periódico apresentava quatro páginas organizadas em quatro colunas, com circulação semanal, sistema de assinaturas diversificado e impressão realizada em tipografia própria, situada na Rua da Glória.

Na década de 1860, a atuação da imprensa piauiense manteve-se vinculada às disputas partidárias, com a permanência

de periódicos associados aos interesses conservadores. Nesse contexto, o jornal *Piauhy*, órgão do Partido Conservador, foi fundado em 1867 sob a redação de Antônio Coelho Rodrigues¹⁴ e Agesilau Pereira da Silva¹⁵. Com circulação semanal, o periódico tinha como finalidade divulgar atos governamentais e estabelecer confrontos com jornais de orientação oposta, como *O Oitenta e Nove*. Na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional encontram-se disponíveis edições a partir de 1869. Em janeiro de 1874, o jornal foi substituído por *A Opinião Conservadora*, que manteve a defesa das posições partidárias.

14 Antônio Coelho Rodrigues nasceu em 1846, na vila de Picos, província do Piauí, e faleceu em São Vicente, no litoral de São Paulo, em 1912. Foi advogado, político e professor. Fundou o jornal *O Piauí*, órgão do Partido Conservador. Concorreu a uma vaga na Assembleia Provincial do Piauí em 1867, mas não eleito. Dois anos depois elegeu-se deputado geral pelo Piauí na legenda do Partido Conservador (1869-1872). Exerceu o mandato de deputado geral de 1886 a 1889. Elegeu-se senador pelo Piauí em 1893, na vaga aberta com a morte do então senador Teodoro Alves Pacheco. Em 1896, tentou se reeleger ao cargo, mas não obteve êxito. Durante a presidência de Campos Sales (1898-1902), disputou com Clóvis Beviláqua a elaboração do projeto de Código Civil. Em 1900 foi nomeado pelo presidente Campos Sales prefeito do Distrito Federal. Foi eleito patrono da Cadeira n. 12 da Academia Piauiense de Letras e da Cadeira n. 8 da Academia de Letras da Região de Picos. Ver: BLAKE, 1893, p. 138; COSTA, 2016, p. 11-18; BRANDÃO, 1998.

15 Agesilau Pereira da Silva nasceu em 1843 na vila de Oeiras, província do Piauí e faleceu na cidade de Campo Maior, em 1913. Foi advogado formado no Recife em 1868, deputado-geral pela província do Piauí, presidente da província do Amazonas e fazendeiro. Fixou residência em Teresina, iniciando-se na advocacia, no jornalismo e na política. Filiou-se ao Partido Conservador e para defender suas ideias fundou, em 1870, juntamente com Antônio Gentil de Sousa Mendes, o jornal *A Pátria*. Também publicou em outros periódicos da província do Piauí. Foi promotor público da comarca de Amarante e procurador da Fazenda. Em 13 de janeiro de 1874, assumiu interinamente o cargo de chefe de polícia do Piauí. Exerceu o cargo de presidente da província do Amazonas, entre 26 de maio 1877 a 14 de fevereiro de 1878. Ver: FERREIRA, 2011, p. 333.

Ainda no campo conservador, Agesilau Pereira da Silva, em parceria com o capitão Antônio Gentil de Sousa Mendes¹⁶, fundou o jornal *A Pátria*, impresso em tipografia própria por José Eusébio da Silva. O periódico circulou entre 15 de junho de 1870 e 1872, direcionando-se à sustentação política do Partido Conservador e ampliando a presença desse grupo no espaço público por meio da imprensa (PINHEIRO, 2017, p. 223).

Em contraposição a esses órgãos partidários, surgiram periódicos que expressaram posicionamentos políticos mais autônomos em relação às estruturas tradicionais. Em 1868, após romper com o Partido Liberal, David Caldas lançou o jornal *O Amigo do Povo*, no qual expunha suas concepções políticas e críticas ao sistema imperial. O periódico abordava questões da política provincial, do cenário nacional e de acontecimentos internacionais, com distribuição gratuita aos leitores interessados, além de assinaturas de baixo custo. Inicialmente impresso na tipografia de *A Imprensa*, passou posteriormente a ser produzido na tipografia do próprio editor.

Em 1º de fevereiro de 1873, *O Amigo do Povo* deu lugar ao periódico *O Oitenta e Nove*, que preservou a postura crítica em relação ao regime monárquico e aprofundou a incorporação de princípios republicanos e democráticos em seu projeto edito-

16 Antônio Gentil de Sousa Mendes, filho de Antônio de Sousa Mendes e irmão de Simplicio de Sousa Mendes. Durante o Império militou no Partido Conservador. Foi deputado provincial, secretário da diretoria da instrução pública e secretário da Ordem de São Bento de Aviz. Ver: DEPUTADOS PROVINCIAS. *A Imprensa*. Teresina, ano 17, n. 722, p. 4, 4 mar. 1882; IDEM AO MESMO. *O Piauí*. Teresina, ano 3, n. 86, p. 1, 20 jun. 1869; CABE-NOS HOJE O GRANDE PRAZER. *O Piauí*. Teresina, ano 4, n. 132, p. 3, 4 jun. 1870; GOVERNO GERAL. *A Boa Nova*. Belém, ano 7, n. 79, p. 3, 10 out. 1877.

rial. O jornal passou a atuar de forma mais sistemática na problematização das estruturas políticas do Império, por meio de denúncias sobre práticas administrativas, questionamentos à atuação da Casa Imperial e reflexões acerca da organização do poder no Brasil. Embora mantivesse uma linguagem moderada, sua linha editorial inseriu-se nos debates que antecederam a crise do sistema monárquico, articulando o espaço da imprensa provincial às discussões políticas de alcance nacional, conforme analisa Rêgo (2001, p. 115).

Na década de 1870, além dos periódicos diretamente vinculados às disputas partidárias, ampliou-se a circulação de jornais de caráter noticioso, literário e comercial, que também participaram da conformação do espaço público provincial. Nesse contexto, destacou-se *O Semanário*, folha oficial, comercial e literária que circulou entre 1875 e 1885, sob propriedade do cônego Tomás de Moraes Rego.¹⁷ A redação esteve inicialmente a cargo de A. J. do Amaral Sobreira, com impressão realizada pela tipografia de David Caldas. Ao longo de sua trajetória, o jornal passou a ser dirigido por Domingos da Silva Leite e Antônio Raimundo Barbosa¹⁸, que, a partir de 1882, contaram com a co-

17 Tomás de Moraes Rego foi o primeiro pároco da igreja de Nossa Senhora das Dores. Integrante da família de João do Rego Monteiro, o barão de Gurgueia. Era filiado ao Partido Conservador.

18 Antônio Raimundo Barbosa foi tenente da primeira companhia do primeiro esquadrão da guarda nacional em Teresina e proprietário do jornal *O Semanário*. Ver: PRESENTE UM REQUERIMENTO. *A Época*. Teresina, ano 2, n. 85, p. 1, 21 nov. 1879; PORTARIAS. *A Imprensa*. Teresina, ano 15, n. 631, p. 1, 8 mar. 1880.

laboração de Higino Cunha¹⁹ (PINHEIRO, 2017, p. 223). O periódico apresentava quatro páginas organizadas em duas colunas, com circulação semanal, sistema de assinaturas diversificado e venda avulsa, configurando-se como veículo de informação regular na capital provincial.

A imprensa manteve ativa a orientação conservadora por meio de títulos como *A Época*, fundado em 1878 em substituição ao jornal *Moderação*. Vinculado ao Partido Conservador, o periódico era editado em tipografia própria e contou com a

19 Higino Cícero da Cunha, nasceu em 1858, em São José das Cajazeiras, termo de Flores, hoje Timon, no Maranhão, e faleceu em 1943 na cidade de Teresina. Foi advogado, magistrado, político, jornalista e escritor. Formou na faculdade de Direito do Recife em 1885. Retornou à província do Piauí, onde deu início à sua trajetória política pelo Partido Liberal. Após a Proclamação da República (1889), foi nomeado juiz municipal em Amarante, no ano seguinte, tornou-se procurador seccional junto ao juiz federal em Teresina, depois juiz municipal na mesma cidade, e em seguida, juiz de direito em União. Com a ascensão do marechal Floriano Peixoto à presidência, participou da junta governativa do Piauí, presidida pelo tenente-coronel João Domingos Ramos, e composta, Clodoaldo Freitas, José Eusébio de Carvalho Oliveira, Elias Firmino de Sousa Martins e José Pereira Lopes. Foi um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras (1917), e do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (1918). Como jornalista, colaborou no *Folha do Norte* em Pernambuco, *A Federação* e *O Estado do Amazonas*, no *Amazonas*, *Diário do Piauí*, *A Democracia*, *Correio de Teresina*, *Habeas Corpus*, *Gazeta do Comércio* e *A República*, no Piauí. Ver: COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de. *Enciclopédia de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras, 2001. 2 v; Ver: LOPES, Raimundo Hélio. Higino Cunha. Disponível: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CUNHA,%20Higino.pdf>. Acesso: 20 out. 2025.

atuação de Teodoro Alves Pacheco²⁰, Raimundo de Arêa Leão²¹ e Simpício Coelho de Resende²² como redatores. Com circulação semanal, formato de quatro páginas organizadas em quatro colunas e sistema de assinaturas semelhante aos demais periódicos da época, o jornal constituiu espaço de confronto político entre facções partidárias, legitimando as prioridades conservadoras e estabelecendo diálogo frequente com órgãos de orientação liberal, como *A Imprensa* (RÊGO, 2001, p. 88).

Na década de 1880, a imprensa piauiense ampliou seus temas e formatos, incorporando periódicos de caráter literário, crítico e noticioso. Nesse contexto, circularam jornais como O

20 Teodoro Alves Pacheco nasceu em 1851 na cidade de Teresina, capital da província do Piauí, e faleceu em 1891 na mesma cidade. Foi advogado, promotor público, jornalista e político. Durante o Império, militou no Partido Conservador e dirigiu vários jornais ligados ao partido. Foi promotor em Teresina e ocupou diversos cargos públicos. Assumiu a vice-presidência da província do Piauí em 1877 e exerceu o cargo até 1889. Após a Proclamação da República, fez parte da junta governativa que assumiu o poder no Piauí até a chegada do governador nomeado, Gregório Taumaturgo de Azevedo. Em 1890 assumiu como conselheiro municipal em Teresina, secretário do governo do Piauí, foi eleito senador e governador do Piauí em 1891. Ver: LOPES, 2024.

21 Raimundo de Arêa Leão nasceu em 1846, em Teresina, província do Piauí, e faleceu em 1904, no Rio de Janeiro. Foi médico (Inspetor da Higiene Pública do Piauí), político (vereador da Câmara Municipal de Teresina, deputado à Assembleia Provincial e Vice-Presidente da Província interinamente de 14 a 16 de outubro de 1885), e jornalista (redator do jornal *A Época* de 1874).

22 Simpício Coelho de Rezende Filho nasceu em Piracuruca na fazenda Curral de Pedras, em 1841, e faleceu em Manaus, em 1915. Foi advogado formado no Recife (1868), professor de filosofia na Faculdade de Direito do Recife, promotor público nas vilas de Piracuruca, Campo Maior e Parnaíba, juiz municipal na vila de Barras, província do Piauí. Militou no Partido Conservador, elegendo-se deputado provincial (1870-1873) e deputado-geral pelo Piauí (1885-1889). Atuou nos jornais piauienses: *A Época*, *A Reforma*, *O Democrata* e no *A Phalange*. Ver: FERREIRA, 2011, p. 50-51.

Telefone e *O Cri-Cri*. O primeiro, de propriedade de Antônio Joaquim Dinis, teve sua primeira edição publicada em 1883 e manteve circulação até novembro de 1889, quando foi transformado em *O Estado do Piauí*. O segundo periódico, sob redação e propriedade de Jugurtha José Couto²³, circulou entre 1883 e 1885, apresentando trajetória mais breve. Esses jornais integraram o processo de diversificação da imprensa provincial, que passou a abranger não apenas os debates partidários, mas também temas culturais, críticos e informativos.

A partir dessa ampliação temática, intensificaram-se, ao longo da década de 1880, as mobilizações abolicionistas por meio da organização de sociedades civis que incorporaram o combate à escravidão em suas agendas políticas. A instituição escravista, que estruturou relações sociais, hierarquias raciais e práticas de autoridade ao longo do século XIX, passou a ser questionada tanto pelas ações dos próprios escravizados quanto pela atuação de associações civis, lideranças políticas e periódicos. Nesse cenário, surgiu na província o jornal *O Abolicionista*, criado com o propósito de intervir diretamente no debate público por meio de ações jurídicas, políticas e campanhas voltadas à libertação de pessoas escravizadas. Os exemplares disponíveis indicam circulação restrita entre outubro e dezembro de 1884, com periodicidade semanal. A impressão

23 Jugurtha José Couto nasceu em 1866, filho de Marcelino José Couto e Altina Alves de Noronha Couto. Foi jornalista, membro do clube literário teresinense, proprietário do Colégio Jugurtiano (o colégio era de instrução primária e funcionava em sua residência na rua da Glória, Teresina). Ver: QUEIROZ, 2017, p. 63-64; CLUBE LITERÁRIO TERESINENSE. *A Floresta*. Teresina, ano 1, n. 3, p. 2, 13 jun. 1882.

era realizada na tipografia de *O Telefone*, o que aponta para a articulação entre diferentes projetos editoriais no interior da imprensa oitocentista.

O jornal *A Reforma*, que se autodenominava político, literário e noticioso, de propriedade de Mariano Gil Castelo Branco²⁴, sob redação de Clodoaldo Freitas²⁵ e Antônio Rubim, também incorporou em suas páginas o combate à escravidão. Publicado semanalmente, teve sua primeira edição em 24 de março de 1887, no formato de quatro páginas organizadas em quatro colunas, com escritório e redação situados na Rua da Glória, nº

24 Mariano Gil Castelo Branco Filho nasceu em 1848 na fazenda Contendas, em Livramento (atual município de José de Freitas, Piauí), faleceu em 1935 na cidade de Teresina. Foi Capitão da Guarda Nacional, chefe do Partido Liberal no Piauí, deputado provincial (1884-85) e vice-governador do Piauí (1889). Recebeu o título de barão de Castello Branco em 02 de janeiro de 1889, pelos serviços prestados à sua província. Durante a República, filiou-se ao Partido Democrático, ao lado do governador Gregório Taumaturgo de Azevedo. Proprietário da data Marataoã, em Livramento, fazendas 96 e Alívio, no município de Campo Maior, entre outras propriedades. Fundou com seu filho Heitor Gil Castello Branco, no início do século XX, a sociedade Castello & Cia., para comércio de gado que era transportado do Piauí, via Tutóia, no Maranhão, para sua fazenda Gurupatuba, na ilha de Marajó, no Pará. Atuou como jornalista e fundou os periódicos *A Reforma*, *O Democrata* e *O Combate*, em Teresina. Ver: FERREIRA, 2011, p. 183-184.

25 Clodoaldo Freitas nasceu na vila Oeiras, província do Piauí, em 1855 e faleceu em Teresina, em 29 de junho de 1924. Foi juiz municipal em Valença do Piauí até 1882. Assumiu os cargos de promotor público e juiz municipal em Teresina no ano de 1883. Iniciou sua atuação política durante o Império, como membro do Partido Liberal. Colaborou em diversos periódicos, entre os quais o *Diário do Piauí*, *A Imprensa*, *O Reator*, *O Abolicionista*, *A Reforma*, *O Democrata*, *O Estado*, *A República*, *A Notícia*, *O Piauí*, *O Diário*, *Revista Mensal da Sociedade União Piauiense*, *A Pátria*, *A Notícia*, *Revista da Academia Piauiense de Letras e Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí*, todos do Piauí, *A Reação*, de Pernambuco, e *Diário da Manhã e Diário*, do Pará. Ver: QUEIROZ, 2011; COELHO, 2018, p.83-100; CUNHA, 1924; LOPES, 2024.

18. Sua atuação evidencia o engajamento de setores da imprensa provincial nos debates sociais e políticos que marcaram a crise final do regime escravista, ampliando o espaço público de circulação de ideias abolicionistas no Piauí oitocentista.

Dessa forma, a análise dos periódicos piauienses do século XIX permitiu compreender a imprensa não apenas como veículo de circulação de informações, mas como espaço ativo de construção de discursos, disputas políticas e mediação das transformações sociais em curso. Ao acompanhar a emergência, a atuação e o posicionamento de diferentes jornais ao longo do Oitocentos, demonstrou-se como esses impressos participaram da conformação do debate público provincial, articulando interesses partidários, projetos de poder e, progressivamente, pautas sociais como o combate à escravidão. Nesse processo, a imprensa contribuiu para ampliar os limites da esfera pública local, tornando-se um instrumento fundamental na circulação de ideias reformistas, abolicionistas e críticas ao regime monárquico.

As notícias e os acontecimentos divulgados pelos jornais do século XIX, contudo, devem ser compreendidos não como registros diretos da realidade, mas como construções simbólicas e representações produzidas, mediadas e difundidas de maneira situada (SCHWARCZ, 2017, p. 19). Nesse sentido, a imprensa configura-se como um importante vestígio da vida social, auxiliando a investigação histórica das dimensões culturais, políticas e cotidianas da sociedade, como já apontava Freyre (1964, p. 109). Por meio dos periódicos, torna-se possível analisar as práticas sociais, os espaços de poder, as redes de

sociabilidade e solidariedade, bem como a escravidão enquanto instituição estruturante das relações econômicas, políticas e hierárquicas do mundo oitocentista

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar a constituição e o desenvolvimento da imprensa periódica no Piauí ao longo do século XIX, compreendendo os jornais como agentes ativos na organização do espaço público provincial e nas disputas políticas, sociais e culturais do Oitocentos. Ao situar a emergência dos impressos em um contexto marcado pela centralidade da oralidade, pelas limitações técnicas de impressão e pelas redes políticas locais, buscou-se demonstrar que a imprensa piauiense não pode ser entendida como reflexo de transformações externas, mas como parte constitutiva dos processos históricos que estruturaram a província.

Apresentamos que, desde seus primeiros periódicos, a imprensa esteve articulada às disputas entre grupos liberais e conservadores, funcionando como instrumento de legitimação de autoridades, confronto ideológico e circulação de projetos políticos. Ao longo da segunda metade do século XIX, especialmente após a transferência da capital para Teresina, observou-se a ampliação dos perfis editoriais e das temáticas abordadas, com a emergência de jornais noticiosos, literários e críticos, bem como o engajamento da imprensa nas questões sociais, em particular no combate à escravidão. Esse percurso revela que os periódicos participaram da conformação do debate público provincial, mediando conflitos, difundindo va-

lores políticos e incorporando pautas reformistas que expressavam as transformações em curso na sociedade oitocentista.

Ao articular oralidade, redes de poder, práticas tipográficas e disputas partidárias, o artigo amplia a compreensão sobre os modos de funcionamento da esfera pública em contextos periféricos do Império. Além disso, ao integrar o tema da escravidão e do abolicionismo à análise dos periódicos, demonstra-se como os jornais atuaram como espaços de problematização das hierarquias sociais e raciais, contribuindo para a crise do regime escravista no Piauí.

Assim, a trajetória da imprensa piauiense oitocentista revela-se como parte dos processos de formação política, social e cultural do Brasil oitocentista. Mais do que veículos de informação, os jornais constituíram espaços de disputa, negociação e produção de sentidos sobre o poder, a escravidão, a cidadania e o cotidiano. Ao acompanhar sua emergência, expansão e diversificação, este trabalho demonstra que a imprensa foi um dos instrumentos de mediação das transformações históricas do Piauí no século XIX, contribuindo para a construção do espaço público provincial e para a circulação de projetos políticos e sociais que moldaram a sociedade do período.

REFERÊNCIAS

Fontes

CABE-NOS HOJE O GRANDE PRAZER. **O Piauí**. Teresina, ano 4, n. 132, p. 3, 4 jun. 1870.

CLUBE LITERÁRIO TERESINENSE. **A Floresta**. Teresina, ano 1, n. 3, p. 2, 13 jun. 1882.

DEPUTADOS PROVINCIAS. **A Imprensa**. Teresina, ano 17, n. 722, p. 4, 4 mar. 1882.

GOVERNO GERAL. **A Boa Nova**. Belém, ano 7, n. 79, p. 3, 10 out. 1877.

IDEM AO MESMO. **O Piauí**. Teresina, ano 3, n. 86, p. 1, 20 jun. 1869.

PORTARIAS. **A Imprensa**. Teresina, ano 15, n. 631, p. 1, 8 mar. 1880.

PRESENTE UM REQUERIMENTO. **A Época**. Teresina, ano 2, n. 85, p. 1, 21 nov. 1879.

RELAÇÃO DOS DESPACHOS. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, ano 23, n. 6473, p. 2, 15 mar. 1844.

RIO DE JANEIRO. **Correio Mercantil, Instrutivo, Político, Universal**. Rio de Janeiro, ano 7, n. 5, p. 2, 5 jan. 1850.

Bibliografia

ARAÚJO, Vinícius Leão. **História e imprensa**: a cultura política em jornais piauienses de 1868 a 1875. 2013. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2013.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. **Coelho Rodrigues e o Código Civil**: comemoração do sesquicentenário de nascimento. Teresina: Gráfica do Povo, 1998.

CARVALHO, Flávio Fernandes. **Imprensa, ressentimento e poder: a trajetória de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva e a dinâmica política do Piauí Oitocentista (1839- 1852).** Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí. Teresina. 2023.

CASTELO BRANCO, Miguel de S. Borges Leal. **Apontamentos biográficos:** de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos importantes na província do Piauí. 2. ed. Teresina/Brasília: APL/Senado Federal, 2012.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Imprensa e política no Piauí na primeira metade do período monárquico. **Revista Ágora.** v. 31, n. 1, p. 1-22, 2020.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COELHO, Celso Barros. Clodoaldo Freitas: Inteligência Superior. **Academia Piauiense de Letras.** Os fundadores. 2 ed. Teresina: Piauí, 2018.

COSTA, Nelson Nery. Prefácio à República na América do Sul. In: RODRIGUES, **Antônio Coelho.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2016.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de. **Enciclopédia de literatura brasileira.** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras, 2001.

CUNHA, Higino. Clodoaldo Freitas (sua vida e sua obra). **Revista da Academia Piauiense de Letras,** Teresina, ano 7, n. 8, p. 28-54, dez 1924.

FERREIRA, Edgardo Pires. **A mística do parentesco:** uma genealogia inacabada: Os Castello Branco. 1. ed. Garulhos, São Paulo: abc Editorial, 2011.

FREYRE, Gilberto. Retalhos de jornais velhos. 2. ed. **Revista e muito aumentada, de artigos de jornal**. Prefácio de Luís Jardim. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado 1549 - 2003**. Teresina; Halley S. A. Gráfica e Editora, 2003.

____. **Dicionário histórico-biográfico piauiense 1718-1993**. Teresina: Gráfica e Editora Júnior, 1993.

LOPES, Raimundo Hélio. **Clodoaldo Freitas**. Disponível: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FREITAS,%20Clodoaldo.pdf>. Acesso: 20 out. 2025.

____. **Higino Cunha**. Disponível: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CUNHA,%20Higino.pdf>. Acesso: 20 out. 2025.

LOPES, Raimundo Hélio. **Teodoro Alves Pacheco**. Disponível: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PACHECO,%20Teodoro%20Alves.pdf>. Acesso: 20 out. 2025.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. VIEIRA, 2016.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Cronologia histórica do estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a Proclamação da República**. v. 1. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

PINHEIRO, Celso. **História da imprensa no Piauí**. 4. ed. Teresina: Bienal, 2017.

QUEIROZ, Teresinha. **Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo**. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

____. **Educação no Piauí: 1880-1930**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2017.

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. **Imprensa piauiense**: atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

SANTOS, Lourival de Carvalho. **Cronologia Histórica da Assembleia Legislativa do Piauí**. Teresina: Assembleia Legislativa do Piauí, Escola do Legislativo Prof. Wilson Brandão, 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SILVA, Luís Antônio Vieira da. **História da Independência da Província do Maranhão** 1822-1828. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

A MULHER NO DISCURSO DAS TESES MÉDICAS (1845)¹

Antonio de Padua da Silva PEREIRA FILHO²

Mestrando

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Pedro Vilarinho CASTELO BRANCO³

Doutor

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Resumo

Este estudo objetiva refletir sobre a escrita da mulher no ano de 1845, a partir das teses médicas da Faculdade de Medicina da Bahia. Esta investigação justifica-se pela trajetória de Simplicio de Sousa Mendes, médico piauiense, e por seu tema de escrita. Esta pesquisa orienta-se por uma abordagem científica qualitativa, utilizando, como fonte, 4

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 7 - História, Imprensa e Sociedade, integrante do II Encontro Internacional Mídia e Dimensões do Tempo (2025).
 - 2 Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB-UFPI). Graduado em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI/ 2024). Bolsista FAPEPI. Integrante do Grupo de Trabalho História, Cultura e Poder no longo século XIX brasileiro (UFPI-CNPq) e do Núcleo de Pesquisa em História e Memória do Piauí (NUPEM-UFPI). E-mail: paduasilva96@gmail.com
 - 3 Possui Graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (1992), Mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1995) e Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2005). Atualmente é professor Titular da Universidade Federal do Piauí, atuando junto ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, e ao Departamento de História Desenvolve pesquisa nos seguintes temas: História, relações de gênero e família; história do catolicismo no Brasil; História e Imprensa; História, memória e interações entre estado e sociedade no longo século XIX brasileiro. E-mail: pedrovilarinho@ufpi.edu.br.

teses médicas, documento que tinha como objetivo conferir o título de doutor em medicina. Para avançar no debate, escolhemos como autores Jurandir Costa Freire (1999), Fabíola Rohden (2001) e Ana Paula Vosne Martins (2004).

Palavras-chave

Teses Médicas; Faculdade de Medicina; Mulher.

Introdução

A tese estabelecida na reforma educacional de 1832 como forma de obter o título de doutor em medicina é um importante documento que revela tanto uma cultura política de uma instituição, como também a circulação científica de ideias europeias no século XIX.

Nesse sentido, o presente trabalho se propõe a fazer um estudo comparativo de quatro teses médicas de 1845 da Faculdade de Medicina da Bahia sobre temas relacionados à mulher. O tema escolhido e o ano proposto têm ligação com o médico piauiense Simpício de Sousa Mendes. Sendo um dos primeiros médicos formados por instituições brasileiras a atuar no Piauí, ele exerceu não apenas a arte médica, como também a política piauiense. A tese de Mendes retrata como o comportamento feminino e a vigilância de sua virgindade expressam os cuidados médicos da época, bem como os valores sociais e a moralidade. Desse modo, há uma tentativa de vigilância e um acautelamento de diversos aspectos da vida das mulheres (Oliveira, 2022).

A metodologia de pesquisa deu-se a partir da análise dos documentos: Angelo Custódio dos Santos - *Preceitos Higiênicos relativos à mulher no estado de prenhez*; Candido Gonçalves da Rocha - *Metrite*; Francisco Jacinto da Silva Coelho - *Considerações médico-filosóficas sobre a mulher*; e Simplicio de Sousa Mendes - *Reflexões médico-legais sobre a virgindade filosoficamente elucidadas*.

Para avançar no debate proposto, escolhemos como autores Jurandir Freire Costa (1999), que trabalha o conceito de ordem e norma, relacionando diretamente a tentativa do Estado em mudar o núcleo da família, profundamente influenciada pelos preceitos do Antigo Regime; Fabíola Rohden (2001), para compreender como a ciência no século XIX procurou construir uma diferença pautando-se em uma economia corporal feminina; e Ana Paula Vosne Martins (2004), que, a partir do estudo das teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entende que a escrita desses documentos tem um cunho literário, ensaístico ou livre, de modo a alcançar um público leigo e expressar opiniões, questões morais e inquietações.

Este trabalho tem por finalidade analisar, por meio das teses médicas, um aspecto específico da produção de uma importante instituição do século XIX no Brasil, afastando-se, para tanto, da elaboração de uma história das mulheres ou de uma biografia dos médicos.

“Queimamos incensos a virgindade”: higiene e moralidade na FMB

De acordo com Yvonne Knibiehler (2016), a virgindade é tema das ciências médicas desde Hipócrates. A definição da virgindade feminina foi dada a partir de uma diversidade de sinais anatômicos e fisiológicos que variam entre os médicos, sendo também assunto e domínio das parteiras. É com o naturalista Cuvier, no século XIX, que o saber médico se impõe com uma linguagem específica, relacionando sempre a menina púbere ao seu primeiro ato sexual. Na Faculdade de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, o tema esteve presente em diversas cadeiras e, posteriormente, tornou-se tema na ginecologia. É nas teses médicas que o “objeto de pesquisa” toma corpo a partir do conjunto de trocas científicas intercontinentais, com uma escrita “livre” relacionada à visão dos médicos sobre o Brasil Imperial.

Simplicio de Sousa Mendes, escrevendo dentro do campo da Medicina Legal, destaca as poucas práticas relativas ao campo nas “afecções patológicas”. Nesse sentido, busca na inocência e na honestidade um dos sentimentos principais que corrompem a castidade. Essa tríade descrita pelo médico está dentro de um sentido maior de deidade: a mulher que se comporta de acordo com os princípios higiênicos é elevada a uma entidade. O autor buscou construir uma história social da virgindade, um tipo de escrita que valoriza as experiências das nações e dos escritores, da mesma forma que busca construir uma reflexão própria para o seu tempo.

Destacamos que a ode à virgindade feita pelos médicos, ao olhar para a natureza e para a mulher a partir de contemplação e comparação, permite que certas contrariedades apareçam. Simpício Mendes, ao justificar o seu trabalho a partir das diversas experiências históricas da mulher em diversas partes do mundo em contextos diferentes e da relação com a virgindade, descreve o seu trabalho como mais material do que moral.

Aqueles, porém, pensam, que a virgindade consiste em uma membrana, ou aderência natural das partes na moça, que não tem sido corrompida pela aproximação do homem: como assim for, não ventilamos aqui, senão a questão da virgindade material, tocando muito de leve na moral, pois que raríssimas vezes poder se dar, e quase que damos alguns possuímos, por onde a conhecemos (Mendes, 1845, p. 10)

Apesar de ser notadamente um conservador, na escrita de Simpício Mendes percebe-se como é entendida a liberdade sexual das mulheres nas grandes cidades, ao passo que ele condena os sentimentos que, segundo o autor, são falseáveis. Mendes busca na Antiguidade a imagem de “Virgínia” ou das “Vestais”, sacerdotisas dedicadas à deusa Vesta, que, segundo o autor, são “[...] emblemas consagrados pelo heroísmo romano a tão eminentes e divinas virtudes” (Mendes, 1845, p. 14). Acreditamos que tais imagens são resgatadas porque representam o desejo do autor de que tal tema se relacione diretamente com o sentido de construção de nação daquele momento. A questão da importância de o Estado colocar-se à frente de tais ques-

tões também aparece na escrita do médico Francisco Coelho, ao relacionar a importância da educação da mulher, que deve ser uma preocupação do governo e dos corpos legislativos.

Duas instituições foram essenciais para compreender a questão médica relacionada à mulher: o Estado e a família. Nesse sentido, a compreensão de ordem médica e norma familiar de Jurandir Freire Costa é importante para entender essa situação. A ordem se estabelece a partir de um poder coercitivo, colocando barreiras e criando obstáculos do que pode e não pode ser feito; os médicos aliam-se ao Estado, que estava em formação, para construir um sentido em comum. A norma, por sua vez, se propõe a interiorizar nos sujeitos tecnologias de submissão, ou seja, dispositivos que formularam atributos de uma família ideal e, em um último estágio, o cidadão à disposição da nação.

Simplicio Mendes, partindo de uma leitura de teóricos contrários à sua visão, critica aqueles que “só veem uma membrana” (Mendes, 1845, p. 18). Há um sentido claro de se posicionar em um meio-termo no debate, colocando-se contra quem considera a virgindade uma questão puramente moral, da mesma forma que se posiciona contra aqueles que só viam a questão física.

Nós médicos que somos, perscrutadores dos segredos da natureza, entusiastas de suas belas obras e seus competentes árbitros, não admitimos a virgindade com existência in mente, afastando toda consideração física; nem tão pouco convimos, que seja observada, como coisa

corpórea e sensível: assim nossa opinião cifra-se (Mendes, 1845, p. 18).

A família é uma das principais preocupações no século XIX, em primeiro lugar, por suas características do antigo regime, e o poder paternalista de decisão que competia diretamente com o Estado (Costa, 1999). É a noção de higiene que foi capaz de adentrar os lares de modo a interferir diretamente na família aristocrata com heranças coloniais, a higiene congregou os interesses da corporação médica e da elite agrária. Não significa que os interesses entre Estado e agentes médicos sempre foram os mesmos, mas relegou ao o Estado o reconhecimento da medicina como efetiva, a salubridade é a noção chave desse acordo.

É a virgem a honra da família, os carinhos de um pai, da mãe os mimos, o prazer e a vanglória de um irmão, dos parentes protótipo de virtude... e que belos esteios, que respeitos, e grandes ablações as leis e os homens, tudo de bom grado lhe tributam? (Mendes, 1845, p. 20).

Em diversos momentos a imagem da flor é utilizada nas teses médicas, seja para representar as mulheres a partir de uma “delicadeza”, seja para falar da virgindade. A descrição dos médicos dos cheiros e das fragrâncias, corresponde a uma mudança no tempo de um olhar mais aguçado para a natureza, dado as descobertas científicas da europa, mas principalmente da forma como o mundo ao seu redor é observado e apropria-

do pelo aquilo que sabe e é comum, como as emanções perigosas, os miasmas.

De certo modo, é possível entender que há um tipo de metáfora, a partir dessa escrita livre e poética, ou pensamento que se estabelece no contrário, ou seja, quando Simplício Mendes fala sobre a mulher a partir da virgindade, de certo modo, também está falando da cidade que estuda ou seu lugar de origem, dado que a característica da cidade no século XIX é uma espécie de extensão dos campos, com hábitos questionáveis ainda em processo de transformação, ou para caracterizar aquilo que não vê ou que tem pouca prática.⁴

Há na maior parte das teses médicas um posicionamento contrário a atuação das parteiras, dentro do seu tema Simplício Mendes diz:

Apregoa o vulgacho, e a par dele as sabichonas parteiras, e hipócritas curandeiras, toupeiras da mui nobre arte de curar, que certas medidas e dimensões todas syn boticas, que a seu jeito tomam sobre o pescoço das moças, e que depois fazem num laço pelo qual deve passar a cabeça da examinada, é um bom sinal pro, ou contra a castidade de uma amável senhorita (Mendes, 1845 p. 23).

A recomendação de Simplício Mendes para que as moças fujam de leituras de romances “imorais” e poesias “eróticas” corresponde a um pensamento da época de que a leitura cor-

4 Simplício Mendes cita na página 26 de sua tese que observou 5 vezes na Academia do Rio dissecações anatômicas durante o 2º e o 3º ano, dado que estudava na Bahia, possivelmente tal prática não era possível em sua Faculdade, ou é uma tentativa de sua instituição de estabelecer um maior contato com o que é ensinado no Rio de Janeiro.

rompe a visão sobre a realidade. Segundo o autor, essa visão é expressada pela fraqueza humana; além disso, a representação do homem estaria com “feições exageradas”. Para o médico, a busca do homem “imaginário” poderia gerar uma espécie de vácuo (Mendes, 1845, p. 28).

Importa destacar a maneira como o autor faz a descrição da mulher que transgredir seu pensamento: a prostituta. Da mesma forma que a “ideal”, Simplício Mendes a descreve pelo cheiro, pelo pútrido das axilas; o médico, em grande medida, está pensando com o nariz. De fato, não há uma “corrupção da carne” sem um outro. A precaução com o sexo das mulheres não é apenas para conter a mulher, mas também o homem; a mulher contida, na visão desses homens, ajudaria a conter os outros homens. O castigo para a mulher que permanece nos “falsos prazeres” é o congelamento do coração e a insensibilidade a tudo que contribui para a sua felicidade. Essa visão está de acordo com o pensamento da época, de que as mulheres são acometidas por doenças que são obtidas a partir de sua má conduta.

Há uma série de estratégias, segundo a tese, de mulheres não virgens para simular a virgindade na noite de núpcias: sangue de carneiro ou de galinha, ulceração com objetos cortantes e, além disso, a utilização do tempo da menstruação. O autor também cita pomadas e óleos para alterar a maneira como algumas partes do corpo são vistas. De fato, a sexualidade “transgredida” não é apenas das mulheres, mas também dos homens. Apesar do objeto da pesquisa ser a virgindade fe-

minina, a virgindade masculina não aparece como uma contraposição do homem de família; em certos casos, a perda da virgindade do homem, feita nos “cabarés”, é celebrada.

A virgindade não é apenas um tema dos médicos: é dote utilizado pela família, é preocupação do esposo e parentes, é símbolo de riqueza e de promessas de uma “família saudável”. Para tanto, a recomendação daquele momento passava pela abstenção de certos tipos de literatura, como novelas, folhetins e romances, que carregavam relações amorosas e paixões desviantes, que, em certo sentido, poderiam desordenar a razão “ainda mal firmada”. A corrupção dos costumes não seria punida apenas com a morte, mas com o afastamento de Deus (Costa, 1999).

Gravidez: operando o corpo e a mente

As teses médicas não possuíam uma preocupação que não fosse com as mulheres das mais altas camadas; quando aparece, a mulher escravizada ou pobre surge como caso clínico ou exemplo a não ser seguido (Santos, 1845, p. 6). Dado aquele momento de poucos letrados no Império, a recomendação para a família da leitura de uma tese, ou a sua não recomendação a algumas mulheres, é uma estratégia de popularizar um tema, ao mesmo tempo que participa da moldagem de uma mulher com atributos diversos: honesta, virtuosa, fiel ao homem civilizado, apta a aumentar o fio da existência, contribuindo para o prolongamento da sociedade.

No proêmio de sua tese sobre a higiene de mulheres grávidas, Angelo Custódio dos Santos faz uma contraindicação da sua tese a mulheres que tenham realizado o aborto e àquelas que tenham sido levadas por homens sedutores. Destaca-se que, nos dois casos, o autor deixa claro seus motivos: a primeira, por adiar a maternidade – o crime não estaria na ação do aborto, mas em tentar evitar essa fase da vida –, e a segunda, por ocultar o seu erro.

Assim como Simplicio Mendes, o médico preocupa-se com as mudanças corporais da puberdade, anunciando-a como um “pressentimento de uma nobre missão” dada por Deus, expondo colorações e o jogo social entre moças e rapazes antes do casamento. A preocupação com o ar também faz parte da exposição do médico; para ele, uma das formas de manter a “missão” dada à mulher é estabelecer-se em uma residência longe de “[...] hospitais, prisões, cemitérios, pântanos, ou nas imediações de fumigadores, curtumes, fábricas de cola, esterqueiras” (Santos, 1845, p. 3-4).

Há uma clareza quanto aos lugares insalubres e com emanções que podem deteriorar a saúde. Acompanhando essas recomendações, as mudanças para um frio ou calor extremo também são pautadas de modo a evitar o aborto, além de mudanças de roupas e recomendações quanto ao quarto, não comer muito, mas também não comer pouco. Esse conjunto de recomendações é compilado de experiências de mulheres que têm uma vida contrária àquelas que abortam espontaneamente, segundo o conhecimento da época. Para além das condi-

ções estabelecidas, o que se evidencia aqui são as condições de cada classe para “tocar” uma gravidez da melhor forma.

O ruído violento e inesperado; a explosão da arma de fogo; o dobre do sino anunciador da morte; as emoções peníveis, concentradas, melancólicas; o temor; a saudade; os transportes de imoderada alegria; a cólera; as paixões tristes e perigosas; as cenas trágicas representadas aos olhos ou a imaginação; em tudo quanto poe o organismo em agitação, deve haver muita cautela da parte da mulher, e das pessoas, que a rodeam” (Santos, 1845, p. 11).

Esse conjunto de exortações compõem essa tentativa do médico de se estabelecer como uma alternativa às parteiras, dado que naquele momento a experiência do parto dizia respeito a um ambiente de mulheres. Não estava apenas relacionado ao momento de trazer uma vida ao mundo, mas de uma ritualística que não era possível aos médicos dados o seu escasso tempo.

As parteiras não só atuavam no momento do parto, mas providenciavam os preparativos, organizavam o local, cuidavam da alimentação e do vestuário da parturiente, participavam, junto com outras mulheres, dos preparativos ritualistas com seus amuletos, ervas, encantamentos, preces, enfim, todos os recursos mágico-religiosos que pudessem auxiliar o parto e afastar os malefícios. Após o parto, as parteiras continuavam prestando seus serviços até que a mulher estivesse em condições de retomar suas atividades cotidianas. Portanto, o papel das parteiras era muito mais complexo do que simplesmente aparar os recém-nascidos e cortar o cordão umbilical,

abrangendo uma série de práticas culturais relativas à saúde, ao casamento, à maternidade e ao cuidado dos filhos, uma disponibilidade impensável para os médicos (Martins, 2004, p. 69).

A desconfiança dos médicos com as parteiras estava na forma como essas mulheres adentram os lares e o sentido de liberdade para com elas, além disso, os médicos também culpam as parteiras pelas doenças causadas por chás e ervas impróprias, inflamatórias ou abortivas. Cândido Gonçalves da Rocha, ao tratar em sua tese sobre a Metritis, expõe seu posicionamento contrário as parteiras:

[...] nas recém paridas, que escravas cegas de inveterados prejuízos somente se deixam levar pelas improvisadas parteiras do mundo nosso, tanto antes, como durante, e depois dos partos, em todas as fases enfim dessa função melindrosa da vida delas, que lhes conferindo atribuições quase divinas, muito faz vacilar a continuação dos dias sobre a terra para aquelas que, tudo esperando da natureza, zombam da morte, porque as longe ela caminha, não convencidas, que com um só volver de olhos pode ela tirar-lhes a vida (Rocha, 1845, p. 11).

Cândido Rocha expôs sua indisposição com as parteiras como uma das agentes responsáveis pela causa da metrite. Esse incômodo tem um sentido estabelecido a partir do desejo dos médicos de adentrar as famílias a partir do cuidado das mulheres, combatendo um dos principais agentes: a parteira. O médico elege a parteira como inimigo ideal a partir do

medo; o médico no século XIX utiliza o conhecimento escolar e o medo como arma.

A tese de Cândido Rocha demonstra como as parteiras não são acionadas apenas pelos seus “infalíveis remédios” ou “santas benzeduras”, mas pela forma como a medicina da primeira metade do século XIX se configurava. A explicação nosológica ou etiológica variava entre diversas interpretações que poderiam soar confusas para uma população que acessava os conhecimentos populares com maior simplicidade. É na escrita literária, livre ou poética que os médicos utilizam como estratégia para a popularização da ciência médica, que procurava estabelecer uma diferença da mulher a partir de sua inferioridade, dado que ela estaria prisioneira das questões do seu corpo, assim como prisioneira de uma “natureza contemplada” (Martins, 2004).

Na medicina da mulher que, à custa de dores de parto, nascia, o velho permanecia imbricado; citações de gregos misturavam-se com autores da “moda”, de modo a indicar às mulheres, e em alguns casos à família, como ela deveria se comportar. Propondo-se a pensar a mulher a partir da medicina e da filosofia, Francisco Jacinto da Silva Coelho procurou indicar aos pais de família algumas regras para que as filhas se tornassem boas mães e melhores esposas (Coelho, 1845, p. 3). Correlato a outros médicos, o casamento é pensado como forma de “lidar” com a puberdade, evitar doenças, encerrar inclinações das paixões e concentrar-se totalmente na saúde do útero, de modo a ser a semente de uma dedicação.

O amor materno é o poder conservador da vida de uma terna mãe, que junto a seu filho parece como que predestinada por Deus a ser uma auréola protetora, ou antes que ela tem doado sua existência a esse outro ente, fruto querido de suas entranhas: para si nada quer, tudo despreza, menos o cuidado nele: não vive para si, mas sim para ele, e para nelle velar, e pensar (Coelho, 1845, p. 5).

Apesar da preocupação de Francisco Coelho com a educação da mulher — tanto física, moral quanto intelectual — para o desenvolvimento de sua liberdade, durante o século XIX a construção social a relacionava mais ao tamanho de sua pélvis, tratando a maternidade como uma questão de natureza, e posteriormente como um ser de crânio menor e, portanto, dotada de menor possibilidade de aprendizado (Rohden, 2001). Ou seja, a operação de uma ciência da diferença se fez em diversos níveis da sociedade, para além da família, que colocou na mulher o destino quase inexorável da maternidade (Martins, 2004).

A educação, portanto, atua como um corretivo, desenvolvendo na mulher a razão e um “sentimento de honra” que a conduziriam a um sentido religioso cristão. No entanto, o fim último dessa educação não é a autonomia intelectual da mulher, mas sim prepará-la para exercer uma grande influência sobre a sociedade como mãe e esposa, tornando-se uma companheira mais capacitada para o homem. Assim, a tese exemplifica o paradoxo do pensamento médico oitocentista: mescla conceitos “modernos”, como a defesa da instrução feminina, com uma visão profundamente arraigada na natureza bioló-

gica determinista da mulher, utilizando-se de um repertório eclético que mistura citações clássicas, autores estrangeiros e uma forte retórica religiosa para legitimar seu projeto de normatização social.

Considerações finais

As teses médicas se configuram como um documento dentro de um código específico de produção, com regras, especificidades, processos científicos próprios, conexões com instituições de outros países que demonstram como o conhecimento médico sobre a mulher teve diversas mudanças durante a primeira metade do século XIX, com concordâncias e discordâncias dos pares, mas sobretudo, demonstra como há uma rica possibilidade de pesquisa que ultrapassa o sentido científico com a interlocução das crenças desses médicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1832**, Página 87, Vol. 1 pt. I (Publicação Original) Lei de 03 de outubro de 1832. Disponível em: <[COELHO, Francisco Jacinto da Silva. **Considerações médico-filosóficas sobre a mulher**. Bahia: Typ. do Correio Mercantil de Reis Lessa e Comp, 1845. Tese \(Inaugural\) – Faculdade de Medicina da Bahia.](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37274-3-outubro-1832-563716-publicacaooriginal-87775-pl.html#:~:text=Dá%20nova%20organização%20às%20actuaes,Rio%20de%20Janeiro%2C%20e%20Bahia.&text=Art.,Escolas%2C%20ou%20Faculdades%20de%20Medicina.>></p></div><div data-bbox=)

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

KNIEBIEHLER, Yvonne. **História da Virgindade**. São Paulo: Contexto, 2016.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MENDES, Simplício de Souza. **Reflexões medico-legais sobre a virgindade, filosoficamente elucidadas**. Bahia: Typ. De José da Costa Villaça, 1845. Tese (Inaugural) – Faculdade de Medicina da Bahia.

OLIVEIRA, Nara Viviany Moura de. **Saber médico, doenças e curas em Teresina: 1870-1889**. 2022. 138 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz.

ROCHA, Candido Gonçalves da. **Metritis**. Bahia: Typ. de Epifanio Pedroza, 1845. Tese (Inaugural) – Faculdade de Medicina da Bahia.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

SANTOS, Angelo Custódio dos. **Preceitos Higiênicos relativos a mulher no estado de prenhez**. Bahia: Typ. do Correio Mercantil de Reis Lessa e Comp, 1845. Tese (Inaugural) – Faculdade de Medicina da Bahia.

A QUESTÃO BRAGA: DISCURSO MÉDICO E MORALIDADE EM DISPUTA NOS JORNAIS DO SÉCULO XIX (1878-1879)¹

Laura ALVES²

Graduanda

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Elizangela CARDOSO³

Doutora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Resumo

A seguinte pesquisa dedica-se a analisar através do caso de Candida Augusta Ferreira, jovem pertencente a uma rica família baiana, que no dia seguinte à sua noite de núpcias é acusada pelo marido de não ser mas virgem, os discursos médicos em torno do ato de deflora-mento no Brasil, bem como as noções de virgindade durante o século XIX. Para tal, a espinhal dorsal do trabalho encontra-se em um relato médico de 1879, publicado em 1879, na Gazeta Medica da Bahia (GMBahia), intitulado de “Caso de Defloração Post-Nupcial Negada pelo marido; Contestação Extra-Judiciaria do Exame Medico-Legal; Protesto e Replica dos Peritos”, encontrado nos arquivos da Biblioteca Nacional digital. Além do documento principal, outros jornais

1 Trabalho apresentado no GT 7 - História, Imprensa e Sociedade integrante do II Encontro Internacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.

2 Graduanda do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Piauí. Bolsista FNDE do Programa de Educação Tutorial - PET. E-mail: laura.alves@ufpi.edu.br.

3 Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (UFPI). E-mail: elibcardoso@yahoo.com.br.

da época não só narravam as desventuras do caso, como também refletiam as opiniões da malha social e de outros especialistas acerca da questão Braga.

Palavras-chave

Gênero; Jornais; Saúde.

Introdução

As redes de sociabilidade que marcam o século XIX são profundamente atreladas a produção dos jornais, de modo que, ao nos voltarmos para as análises oitocentistas a figura dos impressos torna-se indispensável, uma vez que neles podiam nascer verdadeiros campos de batalha envolvendo disputas políticas, econômicas e neste caso, sociais. Os jornais muitas vezes funcionavam como tabloides de fofoca, em que a preservação da moral poderia ser feita, apontando para os desvios de conduta obscenos que se escondiam por trás dos véus da intimidade. segundo Priore (2023) era comum que denúncias fossem feitas e publicadas nos jornais, alertando para possíveis casos extraconjugais, encontros às escondidas, ações ilícitas, ou outras supostas fugas as normas, tais acusações visassem acirrar a moral pública, com a maioria delas sendo anônimas, acabavam por divulgar a intimidade de vários casais.

Diante disso, o caso de Candida, ao ser exposto, tornou os jornais o palco central dos debates populares. O jornal relata sobre uma jovem recém casada da elite baiana, o documento apresenta as disputas de narrativas entre o marido que após

as núpcias acusava a esposa de não ser mais virgem, enquanto que a moça e sua família fizeram uma força tarefa para provar o contrário, solicitando inclusive a presença de uma junta médica - que foi a responsável por produzir o relato - para saber a situação da castidade da jovem. Diante disso, os enlaces que marcam os conflitos de narrativa entre Candida e seu Marido, o também médico, José Pedro de Souza Braga, ganharam repercussão nos jornais do período, que acompanhavam os trâmites legais entre eles, assim como expressavam suas opiniões e teciam defesas, essas recaíam sobre o público e converteram-se nas crenças da população sobre quem era vítima e quem era carrasco no caso.

Sob esse viés, utilizo os impressos para tentar mensurar a possível repercussão do caso na sociedade baiana, bem como perceber de que maneiras as relações de poder que permeiam as malhas sociais se manifestaram na acusação feita contra Candida. Temos, a princípio, a análise do primeiro jornal, a “Gazeta Médica da Bahia”, o documento em questão vai relatar toda a descrição feita pelos médicos, que se dá no sentido de provarem e defenderem seus status como especialistas, uma vez que este estava sendo colocado em dúvida pelo marido de Candida, já que a junta médica defendia que o defloramento da jovem havia sido recente, e que portanto, só poderia ter sido feito por seu cônjuge, indo na contramão dos fatos apresentados pelo marido da jovem, que utilizava argumentos relacionados ao estado físico da esposa para comprovar sua colocação.

Dentro desse viés, a partir do problema inicial, é possível chegarmos a outras indagações, uma vez que a classe é fator primordial de diferenciação, é necessário pensarmos, por exemplo, em quais eram as consequências e diferenças na forma de tratamento que o defloramento trazia para as mulheres da época, de acordo com a posição social que elas ocupavam? Posto que uma moça da alta sociedade tinha a sua disposição médicos, advogados e o respaldo da família para defender sua honra, enquanto que Martha Abreu (1989) nos relata que as mulheres pobres viviam sob outros moldes de civilidade,

Assim, busco entender o impacto do caso na sociedade, as relações de poder que marcaram as teias sociais entre classe e gênero, o modo como tais narrativas foram desenvolvidas, e até que ponto a opinião pública é formada a partir do que é descrito nos jornais, assim como os jornais refletiam as concepções da população em torno de Candida e José Pedro.

Método

Os métodos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa consistem na leitura e análise dos jornais Baianos a partir de dezembro de 1878 até 1879 - o recorte de 1879 é inicial e pode ser alargado com o desenvolvimento da pesquisa, posto que ainda não há como se mensurar a dimensão do caso e sua repercussão ao longo dos meses -, para isso, utilizo a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional como principal ferramenta de pesquisa.

Além da documentação principal, a busca foi expandida para outros jornais da época, utilizando o recorte temporal que vai desde dezembro de 1878 até todo o ano de 1879. Assim, antes de explorarmos as nuances do caso e sua repercussão nos jornais é necessário primeiro entender sobre os tipos de publicações que eram produzidas pela “Gazeta Médica da Bahia” (GMBahia), posto que é dela que provém nossa principal documentação acerca dos discursos trabalhados. À vista disso, o periódico foi a primeira revista médica brasileira, voltada exclusivamente para as publicações científicas, e circulou regularmente entre 1866 e 1934, depois entre 1966 e 1972, com um número avulso em 1976.

Além da “Gazeta Médica da Bahia”, até o presente momento - posto que a pesquisa está em desenvolvimento - o caso de Candida foi encontrado em outros 2 jornais, sendo eles uma edição do periódico “A Balança” de 1876 e três edições do jornal “O Monitor”, todas já de 1879, sendo este último o que intitula a situação de Candida de “Questão Braga”.

Outrossim, tomo como fundamentação teórica a discussão desenvolvida por autores como Butler, para explorar as performances de gênero atreladas ao exercício da feminilidade, as construções de sexualidade e relações de poder colocadas por Foucault e de representação por Chartier. De forma concisa, os três autores mencionados dialogam entre suas teorias e conceitos sobre o passado e as relações sociais hodiernas, estruturando uma base que possibilita o desenvolvimento da minha pesquisa, apoiada na Nova História Cultural e nos de-

bates em torno da linguagem, combinando uma investigação entre Gênero, Discurso e Relações de Poder presentes no caso de Candida Augusta Ferreira.

Resultados e discussões

Isto posto, na manhã do dia 2 de dezembro de 1878, o que parecia uma união recente, mas bem sucedida foi imediatamente desfeita, isso porque o noivo, o médico José Pedro de Sousa Braga acusou sua esposa, Candida Augusta Ferreira, recém feita senhora Braga, de ter sido deflorada antes do casamento. Tal acusação foi o ponto de partida para todos os eventos explorados por essa pesquisa, visto que no instante em que a honra de sua filha é contestada o pai da moça imediatamente convocou uma junta médica para avaliá-la e fazer a perícia.

A junta médica solicitada era composta pelo Barão de Itapoan, pelo Dr. João Francisco da Silva Lima, o Dr. Francisco José Teixeira, o Dr. Domingos Carlos da Silva e o Dr. Antonio Pacifico Pereira. Eles foram movidos por 3 questões centrais, sendo elas: “se houve defloramento”; “se o é recente”; e “se podem determinar a época em que foi feito”. A partir destas 3 questões norteadoras os peritos chegam à conclusão de que a jovem foi sim deflorada, pelo estado de sua vulva era recente, tendo sido consumado o ato no entorno de 30 a 40 horas antes, com base nisso, temos na documentação o estado descritivo da intimidade vulvar da moça:

[...] procurando abrir o orifício vulvo-vaginal acharam uma exsudação sero-sanguinolenta que cobria toda a porção visível deste orifício, que descobriram afastando fortemente as côxas, e o encontraram quasi fechado pelas porções rôtas da membrana hymen, as quaes, tumidas e salientes, constituíam tres tuberculos que se uniam convergindo para o centro do orifício, e entre os quaes viram, affastando-os, a mucosa ferida ecchymotica, e exsudando liquido sero-sanguinolento, que demonstrava, conjuntamente com as lesões já mencionadas, ter havido traumatismo recente (GMBahia, 1879, p. 13).

A análise das partes íntimas de Candida, que, como podemos notar por meio da descrição dos especialistas, se encontrava lacerada, com sangramentos e com “tubérculos”, corroborando para que seu marido fosse visto como o autor de seu defloramento, posto que para os peritos o estado da moça não poderia indicar nada além do que um defloramento recente, e dentro do período de tempo estipulado por eles, quem estava com a jovem era José Pedro.

Todavia, é apenas no dia 17 de dezembro de 1878, estando no Rio de Janeiro, que o marido responde as primeiras perguntas sobre o ocorrido na noite de núpcias, José

Pedro foi questionado sobre quantas vezes teria tido relações sexuais com a esposa, ao que o médico responde que houveram 3 tentativas e apenas 1 consumação plena do ato, visto que Candida pedia para que ele deixasse a relação apenas para o dia seguinte. O principal ponto de seu relato se apresenta quando Braga é indagado sobre o momento em que verificou que a esposa já não era virgem, e o médico aponta

para sinais físicos como a flacidez dos seios em uma jovem, o tamanho desproporcional dos lábios da vulva e que ao praticar o toque não encontrou o hymen:

[...] a flaccidez dos seios em uma moça de dezoito anos, o estado dos órgãos genitais externos, cujos grandes lábios não apresentava, entre si em relação aos pequenos lábios, e outros órgãos componentes do aparelho genital externo, a disposição que no estado de virgindade deve existir para construir uma vulva virginal. Que guiado por esses signaes, procurou praticar o toque vaginal com o dedo, e que, apesar de imperfeita a exploração, continuou a pensar do mesmo modo, sendo de livre entrada a vagina, sem signal evidente de membrana hymen, existindo tambem abundante corrimento leucorrheio e depois disto consummou o acto, e completou o seu juizo depois da confissão, ou exposição por ella feita de sua vida precedente (GMBahia, 1879, p. 43).

A ida de Dr. F ao Rio de Janeiro não tinha apenas a intenção de fuga, mas sim de reforçar sua construção de narrativa acerca do caso de defloração de sua esposa, posto que são publicadas duas cartas escritas por dois médicos cariocas, o Dr. Agostinho José de Sousa Lima e o Dr. Luiz da Cunha Feijó Junior, que corroboram com a tese de José Pedro sobre o estado de castidade de Candida. O Dr. F envia cartas aos já referidos médicos explicando o caso e os exames feitos a partir da sua perspectiva, é justamente por meio das respostas desses dois médicos que o documento que analisamos é construído, já que a junta da Bahia se dedica a refutá-los e comprovarem seus resultados.

À vista disso, traremos especificamente as colocações do Dr. Sousa Lima, já que ele é mencionado mais de uma vez nos jornais analisados aqui. Desse modo, a carta é escrita em 22 de dezembro de 1878, destacando os erros cometidos pelos colegas baianos e a maneira correta de reger o exame médico-legal. O primeiro erro apontado por Souza Lima é o de que José Pedro deveria ter sido submetido também a um exame,

no que diz respeito ao tamanho de seu órgão genital, pois segundo o médico, as proporções entre ele e Candida deveriam ser levadas em consideração para que se pudesse comparar a natureza e a intensidade das lesões da jovem.

Essa narrativa será o foco principal das disputas entre ele e a junta médica no jornal “O monitor”, pois segundo Souza Lima, a falta do exame comparativo entre os órgãos genitais do marido e da esposa anula todo o parecer dos médicos baianos, já que se o membro de José Pedro fosse de tamanho diminuto, ele jamais teria conseguido causar as graves lesões apresentadas por Candida, e, portanto, o exame Médico-Legal seria anulado.

Desse modo, o médico se concentrou em destacar que os traumatismos encontrados na região íntima de jovem, não apontavam necessariamente para um defloramento, mas sim para uma “vulvite traumática aguda”, que poderia ter sido causada por outros fatores que não somente a penetração, apontando que tais lesões podem ser encontradas também em casos de estupro, ao que o Dr. Sousa Lima aponta:

É sabido que taes lesões, quaes foram descriptas, e ainda em maior escala, se podem encontrar nos casos de estupro, de violencia para fins libidinosos, com emprego de força e luta; mas não, em geral, por occasião do primeiro coito de uma mulher com o escolhido de seu coração, porquanto aqui a resistencia por ella offerecida, não tendo rasão de ser mais do que o pejo e natural acanhamento, facilmente se deixa vencer pelo não menos natural insticto ou impulso das sensações estranhas, que conduzem á propagação da especie (GMBahia, 1879, p. 17).

Em seguida, assim como Souza Lima, a teoria de Feijó se manifesta de forma muito semelhante a de seu colega já especificado, posto que Feijó também afirma que os sinais encontrados em Candida não indicam defloramento, e ainda que tais lesões não são normalmente encontradas em mulheres adultas defloradas com seu consentimento. Sendo essa a conclusão da defesa de José Pedro, após a publicação das cartas é seguida pela réplica de defesa dos peritos baianos.

Ao entendemos, pelo menos de maneira superficial, as dinâmicas do caso, passamos então para a leitura dele nos jornais da época. Para tal, uso como amostra o jornais “A balança”, edição de 18 de dezembro de 1878 (o que já nos mostra que o caso circulava na sociedade antes mesmo de sua publicação como artigo na Gazeta Médica da Bahia):

Cego, a paixão do ouro o trêsvariava, não comprehendera o sogro. E vendo porem retardar o dote, joga a carta da infâmia, dá a esposa desvirginada! Quem diria! Infeliz contigência! Para corroborar o que fica dito abi está ainda seu nojento e immoral depoimento, a sua partida para fora da capital, a sua despedida (A balança, 1878).

A partir desse pequeno fragmento é possível notar que diferente do imaginado, posto que, ao tratarmos de uma sociedade patriarcal, Candida poderia ter sido rechaçada pelos jornais e pela população como um todo se a versão de seu marido tivesse ganhado força dentro das páginas dos periódicos, todavia, não é isso o que o relato nos apresenta, pelo contrário, demonstra a comoção por uma mocinha inocente que foi deflorada por um marido ganancioso, um “trêsvariava, que aproveitou-se dela para obter sua fortuna e a arruinou. Podemos, então, notar as múltiplas dinâmicas de poder estabelecidas na malha oitocentista, já que por gozar dos privilégios monetários, Candida dribla sua condição de mulher, e coloca em questão a narrativa apresentada pelo marido, demonstrando a complexidade das relações, que não se resumiam apenas a perspectivas individuais, mas eram atravessadas, por múltiplos contextos que habitavam as sociedades.

A primeira publicação da denominada “Questão braga” no impresso “o Monitor” ocorreu no dia 10 de janeiro de 1879, a pedido de José Pedro, e por isso o periódico nomeia a descrição com o seu sobrenome, o jornal em si não emite uma opinião concreta acerca dos eventos transcorridos, apenas se limita a publicar o que foi enviado pelo médico, trazendo de modo direto e resumido o caso, narrando superficialmente os eventos envolvendo as núpcias do casal, trazendo partes do auto de perguntas feitas aos cônjuges e finalizando com a cartas dos médicos do Rio de Janeiro, relatando a versão de Braga do ocorrido. Apesar disso, o jornal se mantém impessoal.

Todavia, na edição de 18 de janeiro de 1879, a exposição iniciada por José Pedro é respondida pela junta médica baiana, uma vez que juntos eles redigem uma carta ao jornal informado que José Pedro não buscou de nenhuma maneira legal impugnar o exame de corpo de delito elaborado por eles, a junta afirmou que Braga estava tentando utilizar o jornal como uma maneira de manipular a opinião pública e que eles utilizaram a imprensa médica (GMBahia) para comprovarem a legitimidade do laudo:

Embora com extrema repugnância, e forçados pela formal provocação ao que nos dirige o Sr. Dr. Braga. endossados pelos Srs. professores Souza Lima e Feijó, iremos á imprensa, mas não á imprensa diaria que elle escolheu calculadamente para desviar a opinião publica, mas á imprensa medica, unico tribunal competente, na órbita extra-judiciaria, para nos julgar. a elles e a nós (O Monitor, 1879).

Os conflitos de narrativa entre Braga e a junta médica ganham como palco principal as publicações nos periódicos, em uma espécie de cabo de guerra das teorias médicas, as palavras se tornam as principais armas de cada lado em uma tentativa de se defender diante da conjuntura social, e no meio de tudo isso, está Candida, tendo sua intimidade descrita e exposta em diversos impressos, com seu corpo, e mais especificamente sua vulva, sendo objeto da disputa do julgo científico.

A terceira publicação feita pelo jornal “O monitor” pertence ao dia 14 de fevereiro de 1879, e é intitulada de “Questão Braga IV” diferente das duas anteriores que não foram identifica-

das com números, mas que podem ser entendidas por meio da ordem de datas das publicações, posto que a primeira aparição do caso foi de fato feita por José Pedro, visto que esta é a que introduz todos os ocorridos, seguida da réplica dos médicos baianos que menciona no início de sua declaração que estão se referindo a edição do dia 10 de janeiro, logo o primeiro e segundo relato foram localizados. Entretanto, o “IV” nos indica que houve uma terceira matéria sobre o casal, e esta não pôde ser localizada.

Sendo essa a última publicação encontrada, é um ataque aos peritos baianos, o texto tem como objetivo questionar a réplica dos médicos às contestações levantadas pelos especialistas do Rio de Janeiro, em especial o dr. Souza Lima, diferente dos anteriores, não há nesse fragmento o indicativo de quem escreveu a publicação, se foi o próprio José Pedro, ou o jornal em si. Porém, de maneira geral, a última referência ao caso se mostra bastante inclinada e parcial a causa de Braga, acusando tanto a junta médica quanto Candida por condutas indevidas:

O exame lembrado pelo Sr. Dr. Souza Lima era, pois, necessário, e os senhores peritos tel-o-hiam feito ou lembrado á policia, si não fossem as condições do espirito com que fizeram o corpo de delicio do dia 2, condições dc espirito que tanto invalidam perante a sociedade como tiram-lhe todo o valor moral e judicial (O monitor, 1879).

Conclui-se, portanto, que enquanto a edição de 1878 do periódico “A balança” se mostra mais favorável à Candida, chegando a insultar seu marido, as edições de “O monitor” pare-

cem - pelo menos inicialmente - apenas se colocar como paco das disputas de discurso dos médicos envolvidos no caso, publicando cartas e declarações sem emitir uma base delineada sobre os desdobramentos do caso.

Considerações finais

Nos cabe aqui chamar atenção para o fato de que os jornais dão total protagonismo às disputas masculinas pelo controle das versões, ao que Candida, a principal personagem da história - seja como vítima ou acusada - é deixada em segundo plano, sendo apenas um elemento dentro das dinâmicas de controle masculinas. À luz do que foi apresentado, nota-se os contornos formulados sobre os conflitos sociais da elite no entorno do século XIX, demonstrando como o discurso produzido pelos jornais atuou não apenas na modelagem de subjetividades e comportamentos, ao encaixar as descrições que compõem a Questão Braga em inúmeros recortes, promovendo um amplo espaço para amostragem das linhas que teceram as estruturas sociais do período.

REFERÊNCIAS

A Balança. Uma victima. n° 4, edição 18 de dezembro de 1878.
Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=820571&pasta=ano%20187&pesq=Deflorar&pagfis=14>.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil. 3°. ed. 2023.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**, 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

Gazeta Medica da Bahia. Acesso em 18 de novembro de 2025.
Disponível em: <https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia>

Gazeta Médica da Bahia. Medicina Legal - caso de defloração post-nupcial negada pelo marido; contestação extra-judicial; protesto e réplica dos peritos. 1879. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=165646&pasta=ano%20187&pesq=Deflorar;%20virgindade&pagfis=3371>.

O Monitor - Propriedade de uma Associação. Questão Braga. edição de 10 de janeiro de 1879. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=704008&pesq=virgindade&pagfis=3014>

O Monitor - Propriedade de uma Associação. Questão Braga. edição de 18 de janeiro de 1879. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=704008&pesq=virgindade&pagfis=3037>

DESLOCADOS INTERNOS NO ALVORECER DO SÉCULO XX: A EXPERIÊNCIA DA MIGRAÇÃO CEARENSE PARA O AMAZONAS EM DECORRÊNCIA DA SECA DE 1877-1879¹

João Victor NEGREIROS²

Graduando

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Marylu OLIVEIRA³

Doutora

Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI

Resumo

O presente trabalho visa compreender as nuances que atravessaram a experiência migratória realizada pelos cearenses que saíram de seus territórios rumo ao território amazônico em busca de melhores condições de vida. Nesse sentido, a presente pesquisa se preocupa em personificar as dores do trajeto, e sobretudo compreender a movimentação de uma multidão de retirantes que se movimenta rumo ao novo e ao desconhecido verde que os aguardava. Portanto através, sobretudo, de fontes hemerográficas busca-se construir uma pesquisa de narrativa sensível, onde os atuais estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas, funcionaram como palco para um movimento que não ocupou só o espaço geográfico do território-

1 Trabalho apresentado no GT 7 - História, Imprensa e Sociedade integrante do II Encontro Internacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.

2 Graduando do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Piauí. Bolsista FNDE do Programa de Educação Tutorial - PET. E-mail: joaoneri@ufpi.edu.br

3 Professora Doutora do Departamento de História (UFPI). E-mail: marylu@ufpi.edu.br

rio brasileiro, mas sobretudo o espaço histórico da região e do país. Portanto, buscando centralizar as atuais regiões Norte e Nordeste no debate historiográfico, o presente trabalho evidencia, a partir da seca de 1877-1879, as principais características de uma multidão que muitas vezes é secundarizada pela historiografia.

Palavras-chave

História; Migração; Multidão.

Introdução

A compreensão a respeito dos fluxos migratórios no decorrer da História do Brasil ainda é um tema que não recebe a devida atenção no campo da produção historiográfica, e sobretudo no que diz respeito às conexões construídas entre a região norte e a região nordeste quando tratamos de deslocamentos internos. Nesse sentido, sabemos quem se desloca e o porquê de se deslocarem, mas e depois? Como vivem os migrantes após deixarem as suas histórias para trás?

É nessa perspectiva que me proponho a construir um trabalho que traga contribuições para o campo da História das migrações. Ademais, cabe apontar que a historiografia contemporânea não é eficiente, em sua totalidade, ao produzir uma História que dê conta de elucidar as múltiplas perspectivas que abarcam a História do Brasil. Contar a história de um trabalhador nordestino que precisou sair do seu lar em busca de melhores condições de vida. O Brasil passou a ser povoado por si mesmo em um determinado momento de sua história, e a partir daí o Brasil conheceu a si mesmo, com seus precon-

ceitos e suas necessidades. O nordestino que chega ao porto de Manaus e já encontra o conflito da vida nova, percebe que o sonho emborrachado é mais emborrachado do que parece.

Nesse sentido, o trabalho se faz inovador no contexto em que é apresentado, já que, coloca o Ceará, o Amazonas e o Piauí no centro do debate histórico, onde o Piauí, mais especificamente a Universidade Federal do Piauí, é apresentado como palco da escrita a respeito de duas regiões muitas vezes relegadas pela História. A região norte e a região nordeste são protagonistas desse trabalho, ao passo em que se narra a construção de um Brasil fora da perspectiva sudestina, a fim de se entender a migração como vetor de transformação da geografia humana e da história de um país.

A bibliografia do trabalho é composta por obras que passam por tempos e espaços diferentes, mas sobretudo por historiadores amazonenses e cearenses que escreveram sobre os deslocamentos em ambos os estados. A dissertação “A Imigração Nordestina na Imprensa Manaura (1877-1917)” de Erivonaldo Nunes de Oliveira (2010), forneceu informações importantes a respeito das representações da migração nordestina na capital amazonense, ao passo em que a dissertação de sua orientadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2003), intitulada “A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)”, garantiu que a perspectiva do conflito pudesse ser percebida de forma mais clara nas fontes encontradas. Também são centrais para a construção do presente trabalho as obras “História da Amazônia” (2009) e “História da seca no Ceará” (1922),

ambas de Márcio Souza. Conceitualmente, o trabalho se apoia ainda nas obras “Costumes em Comum: tudo sobre a cultura popular tradicional” (1988), “A formação da classe operária inglesa” (1987) de Edward P. Thompson, para fornecer ao trabalho, aparato teórico a respeito dos conceitos de conflito e de luta de classes.

Método

Para conectar as motivações, trajetória e conflitos encontrados pelos migrantes, utilizaremos um corpo documental pautado sobretudo na análise hemerográfica de jornais cearenses, amazonenses e nacionais, já que, ao analisarmos as motivações que favoreciam o deslocamento dos cearenses, percebemos que a seca é uma das principais delas. Concomitantemente, percebemos que a seca não era um problema apenas de uma província do Brasil no período estudado, mas um problema de vários lugares que evidenciaram em seus jornais os problemas advindos do problema da seca. Problemas esses que podem ser compreendidos desde a miséria vivida no Ceará, a descoberta da possibilidade de uma vida melhor fora da província, até os encontros e desencontros que ocorriam nos lugares em que os retirantes decidiam ir, e no caso do presente trabalho, para o Amazonas.

No intuito de evidenciar a materialidade dos acontecimentos que marcam a construção deste trabalho, pretendemos analisar edições dos jornais “Cearense” de 1877 a 1915, e “O retirante” de 1877 a 1879 para demarcar a movimentação dos

imigrantes ainda em solo cearense e suas vivências que lhes fizeram pensar na necessidade de migrar. Ainda nesse viés, tomamos como fontes cruciais para a construção deste projeto de pesquisa, edições do “Jornal do Comércio” do Amazonas e, onde aparecem evidências da presença do migrante cearense na realidade da sociedade manauara perante o crescimento da capital e a chegada dos migrantes nordestinos.

Enquanto uma pesquisa que se apoia profundamente em fontes hemerográficas, tomamos o método apresentado por Tania Regina de Luca em seu texto “História dos, nos e por meio dos periódicos” (2008), onde a autora ressalta a importância dos periódicos como instrumentos de comunicação, organização e luta política. Ao analisar a trajetória do movimento operário, fica evidente que a imprensa desempenhou um papel fundamental na conquista de direitos e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária,

Resultados e discussões

No alvorecer do século XX, o Brasil assistiu à intensificação de um drama social profundo: a migração em massa de populações pobres nordestinas, especialmente cearenses, em decorrência das grandes secas que marcaram o fim do século XIX e o início do século seguinte. Entre os anos de 1877 e 1915, longos períodos de estiagem devastaram o semiárido, destruindo lavouras, dizimando rebanhos e mergulhando comunidades inteiras na fome e na miséria. Diante desse cenário, milhares de sertanejos abandonaram suas terras e iniciaram longas e do-

lorosas jornadas em busca de sobrevivência. Esse movimento migratório, longe de ser apenas uma fuga passiva da seca, revela uma dimensão histórica e social complexa: trata-se de um êxodo marcado pela dor, pela resistência e pela esperança. Ao percorrer trilhas de terra batida rumo a zonas urbanas, portos ou seringais da Amazônia, esses homens e mulheres deixaram mais do que suas casas, deixaram um retrato nítido da desigualdade estrutural do país.

Os debates sobre a vida das pessoas nos grandes centros urbanos brasileiros na virada do século XIX para o início do século XX envolvem uma série de características que constroem um imaginário⁴ específico a respeito das vivências e experiências dos mais variados grupos urbanos. Ao tratar da história dos desclassificados⁵, e sobretudo dos migrantes da seca, devemos ter em perspectiva que as multidões que experienciaram a trajetória e a desterritorialização material das suas vivências, percebemos que a vida do migrante, era uma vida pobre, no sentido mais profundo da palavra. Tendo em vista que o sentido da palavra “pobreza” e de miséria percebidos na virada do século, não são os mesmos sentidos que atribuímos na contemporaneidade.

A pobreza, pesquisada na historiografia piauiense pela historiadora Maria Mafalda Baldoíno Araújo (1995) é um ponto de partida para compreender a vida do migrante por onde ele passava, a trajetória que remonta textos bíblicos que contam

4 Conjunto de percepções de um determinado grupo a respeito dos mais variados aspectos da sociedade ou de grupo sociais.

5 Pessoas marginalizadas e/ou excluídas da sociedade.

a história da caminhada à terra prometida (Êxodo, 2007), evidencia uma vida de provações, mas diferentemente do texto bíblico, as provações da migração para o norte contavam com aspectos que testavam não apenas a fé em Deus, mas sobretudo a fé na vida, onde a dicotomia vida e morte acompanhava os sujeitos deslocados desde a saída até a chegada no destino em questão. Esses aspectos só podem ser percebidos, se forem encontrados em conjugação com a pobreza, onde a fome, a insegurança e o medo andaram no interior das mentes e dos corpos da multidão migratória, evidenciado que a pobreza em questão, impossibilitava o desenvolvimento da vida, mas que ainda assim não descaracterizava a subjetividade dos pais, filhos, irmãos, primos e tios que tentavam a sobrevivência além fronteiras.

Araújo propõe uma abordagem que vai além da concepção tradicional de pobreza como mera privação econômica. Para ela, a pobreza é uma condição social e cultural, que força os indivíduos a desenvolverem estratégias criativas de sobrevivência. Essa “magia do cotidiano” envolve redes de solidariedade, práticas informais de trabalho, improvisações e formas de resistência silenciosa à marginalização. Nesse sentido, os pobres não são apenas vítimas do sistema, mas sujeitos ativos, capazes de encontrar meios para continuar existindo em contextos extremamente adversos.

Nesse sentido a multidão de pobres migrantes que se forma no corpo populacional da região, molda a demografia da região norte e do que seria compreendido futuramente como

região nordeste, e junto com o crescimento populacional gerado em Fortaleza e nas outras capitais, como em Teresina na análise de Baldoíno (1995). A parada feita na capital piauiense muitas vezes era feita por falta de recursos para se continuar o caminho até o Amazonas, mas evidencia através de experiências inerentes ao processo migratório da seca, aspectos que eram recorrentes aos grandes grupos de desclassificados que passaram a viver nos grandes centros urbanos a partir de 1877.

Segundo dados do Anuário Estatístico do Brasil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população em Teresina aumentou de 21.692 habitantes em 1872 para 48.614 em 1910, crescimento justificado pela entrada significativa de pessoas na capital. Esse apontamento exemplifica em menor escala, o que aconteceu em Fortaleza, onde de 1877 a 1880 aponta-se a entrada de cerca de 114.000 pessoas que chegavam sobretudo do interior numa cidade que contava com apenas 25.000 (Neves, 2005), ou seja, instalava-se aí um problema que não afetava apenas a estrutura social e econômica da cidade, mas sobretudo a estrutura mental.

Pensemos no imaginário das elites a respeito dos retirantes, afinal, no fim do século XIX, miséria, doença e crime, eram vistas como partes de um mesmo problema: a pobreza. Algo estudado por Baldoíno (1995), onde a historiadora analisa a pobreza em Teresina, que era corredor de passagem ou de morada dos migrantes. O imaginário das elites não buscava uma inserção das pessoas pobres na sociedade por cuidado ou por caridade cristã, o objetivo das elites, piauiense e cearense,

era a higienização das cidades no contexto de modernização e progresso. Portanto, cabe ressaltar que as medidas tomadas e os projetos políticos construídos no final do século XIX e início do século XX para “limpar” a cidade da pobreza, tinham o objetivo de deixar a cidade menos feia, menos suja, e sobretudo com menos aparência de uma cidade pobre.

Com o imaginário em ebulição a respeito da multidão de desclassificados, as elites cearenses alimentavam medos sem precedentes, o medo da desordem, medo da doença, medo da embriaguez, aspectos que constituíam, na construção mental das elites a respeito dos migrantes, sua essência. Entretanto, ao perceber as vivências cotidianas desses grupos, percebemos, seja em Fortaleza, ou já no caminho da sobrevivência, que os migrantes não só possuíam vidas, como possuíam costumes e valores em comum, afinal, compartilhavam histórias e pontos de partida em comum.

No final do século XIX, importantes centros urbanos do norte e do nordeste⁶ do Brasil passaram por um fenômeno histórico-social que moldou profundamente as estruturas sociais da época e moldou aspectos demográficos, sociais e culturais do país, falamos aqui do drama da seca. Drama, porque movimentou não só o aspecto físico e geográfico da vida das pessoas, mas sobretudo o aspecto das mentes, já que, as condi-

6 A ideia de nordeste enquanto uma região separada da região norte nos conceitos e costumes, só surge no século XX, perspectiva apontada por Durval Muniz de Albuquerque Júnior em: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2024. 376 p.

ções de insegurança em que as pessoas passaram a viver, só as permitia que tivessem esperança.

Se não existe a possibilidade de vida em um lugar, o ser humano se movimenta para outro, a história da humanidade evidencia isso. Nesse viés, a multidão desalentada do interior do Ceará, ao se deparar com a impossibilidade de se desenvolver vida no lugar em que vivia, se movimenta rumo à vida urbana, rumo a Fortaleza, e posteriormente aos outros grandes centros urbanos do norte-nordeste - Teresina, São Luís, Belém, Manaus. O grande objetivo dos migrantes era chegar onde existissem mais possibilidades para se viver e construir uma nova vida, e a desordem que começa a acontecer em Fortaleza com a chegada de um número expressivo de pessoas a partir da década de 1880 (Neves, 2005), mostra que talvez a capital cearense não fosse o destino final dessa jornada, afinal, a desordem se instaura na cidade e provoca mudanças extremas no que diz respeito à vida de quem já morava ali e na vida de quem chegava.

É nessa perspectiva que o Amazonas surge como uma possibilidade, um lugar de esperança, onde o verde imaginado reluzia na mente do cearense que via nas manchetes de jornais um mundo de possibilidades. A província do Amazonas necessitava, por causa do extrativismo da borracha e do desenvolvimento da região, de trabalhadores que pudessem ocupar postos de trabalho em atividades ligadas ao extrativismo e à exportação de produtos no porto de Manaus (Pinheiro, 2003).

É nesse contexto que o Amazonas surge como um sonho emborrachado para os cearenses, é através da necessidade de sair e da propaganda amazonense que os medos e as esperanças dos retirantes são acionados. O crescimento exagerado dos centros urbanos com o advento da seca, promoveu um frenesi social nas grandes cidades, o processo migratório de 1887 a 1915 foi movido por diversos fatores, sejam eles climáticos ou políticos. O medo e a esperança gerados nos migrantes, movimentaram uma multidão de pessoas pelo interior do território do Brasil. Se sair de sua terra amedrontava o retirante, ficar nela representava, muitas vezes, a morte, é nesse sentido que o medo de sair vira esperança de se chegar na terra prometida, que nesse caso era a terra da borracha, o Amazonas.

Esse processo migratório não pode ser resumido a um fator ou a uma única perspectiva, ainda mais quando tratamos de um processo tão difuso e multifacetado, já que, não contamos aqui com um pequeno grupo de pessoas, mas sim com multidões parecidas e extremamente diferentes ao mesmo tempo. Quando personificamos os personagens da multidão migratória, percebemos a complexidade elevada de um processo sócio-histórico como esse. As dores são sentidas de todos os atores do processo, tanto de quem vai, quanto de quem fica. Os motivos são diversos, tanto para ir quanto para ficar, mas uma coisa é certa na história já contada, a migração que nasce em território cearense, é um processo que não é apenas doloroso, mas mortificante, nos vários sentidos que podemos atribuir à palavra, nesse sentido, contar a história desse processo, é falar

da dor e paradoxalmente de uma esperança quase infinita que perpassa a expectativa e posteriormente a realidade.

Mas é importante compreender que a migração, ou as migrações, não eram necessariamente processos forçados, já que, para se ter esperança, não era necessária a força. A esperança de dias melhores brotava no povo flagelado assim que as dificuldades surgiam, onde as visões de todos os atores da época estavam voltados para a possibilidade de migrar:

Na seca de 1877-79, O Cearense, como dissemos, era contrário à emigração para o Norte, levantando algumas matérias de jornais paraenses e amazonenses que denunciavam as péssimas condições em que se encontravam os retirantes nessas províncias. No período seguinte de seca, 1888-1889, o jornal tinha mudado de posição (Secreto, 2003, p. 57).

O trecho acima, retirado da obra de Secreto (2003), evidencia que o tema da migração não era uma realidade que ficava restrita aos migrantes da seca e aos projetos do estado para conter esse problema, por mais que a maioria dos relatos tratem especificamente sobre a relação da migração com a seca, a fuga dos migrantes era da seca porque ela cria o processo migratório, mas não é apenas a seca que motivava a migração. A pessoa do migrante não pode ser compreendida apenas pelo estereótipo aplicado aos nordestinos, não podem ser compreendidos apenas como uma multidão de miseráveis, o migrante compõe uma multidão de pessoas, uma multidão de gente.

Considerações finais

Ao unirmos as dimensões da pobreza como condição social vivida e reinterpretada, a multidão como sujeito político e moral, e os migrantes cearenses como expressão histórica concreta, compreendemos que essas populações pobres e em movimento não eram simplesmente levadas pelas circunstâncias. Elas eram, na verdade, multidões em marcha, munidas de experiências, valores e esperanças, em busca de condições mínimas de vida e dignidade. A migração se configura, então, como uma forma de luta, uma escolha forçada mas consciente, enraizada em um saber popular sobre o mundo e sobre a própria sobrevivência. Assim, a multidão migrante nordestina representa uma síntese viva entre a pobreza cotidiana e a ação coletiva histórica, revelando a potência de resistência e reinvenção dos marginalizados dentro do processo social brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2024. 376 p.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina, 1877-1914**. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina; Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

ÊXODO. **Bíblia Sagrada**. 6. ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017. p. 85-135.

NEVES, Frederico de Castro. **Estranhos na belle époque: a multidão como sujeito político (Fortaleza, 1877-1915)**. Trajetos: Revista de História da UFC, Fortaleza, v. 3, n. 6, p. 113-138, 2005.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925**. Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da Cultura, 2003.

SECRETO, María Verónica. Ceará, a fábrica de trabalhadores: emigração subsidiada no final do século XIX. **Trajetos: Revista de História da UFC**, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 58, 2003.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 3 v. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PRÁTICAS E DISCURSO NA REPÚBLICA PIAUIENSE: PERSISTÊNCIAS, TRANSFORMAÇÕES E CONTRADIÇÕES REGIONAIS¹

*Lucas Sales GONÇALVES*²

Mestrando

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI), TERESINA, PI

Resumo

O trabalho investiga como a Primeira República se configurou no Piauí, discutindo se representou uma ruptura real ou apenas a continuidade das antigas elites sob novas formas institucionais. Analisa o papel da imprensa republicana, especialmente *O Amigo do Povo* e *Oitenta e Nove*, na difusão do ideário republicano liderado por David Caldas. Examina ainda a atuação de Clodoaldo Freitas e Higino Cunha, cujas críticas à monarquia e ao regime oligárquico expressaram tensões políticas regionais. O estudo demonstra como as expectativas dos “republicanos históricos” se confrontaram com a realidade excludente da República. Por fim, evidencia que pobreza, baixa escolarização e controle oligárquico limitaram a efetiva participação popular no novo regime.

Palavras-chave

História do Jornalismo; Imprensa piauiense; Republicanismo; David Caldas; Primeira República.

1 Trabalho apresentado no GT 7- História, Imprensa e Sociedade, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025

2 Mestrando em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB-UFPI). Contato: lsales@ufpi.edu.br

Introdução

Desde a Independência, em 1822, o Império brasileiro viu-se confrontado por desafios que testaram, de maneira constante, a solidez de sua engenharia política e a capacidade de integrar um território marcado por profundas assimetrias sociais, econômicas e regionais. As rebeliões provinciais, como a Cabanagem e a Balaiada, não constituíram meros surtos de instabilidade, mas expressões contundentes das tensões latentes entre o centro e as margens, revelando as limitações dos mecanismos imperiais de mediação e controle. A própria dinâmica interna do regime, atravessada por disputas entre liberais e conservadores desde o período regencial até o Segundo Reinado, evidencia a frágil arquitetura de poder, sustentada por pactos circunstanciais e marcada pela oscilação entre projetos centralizadores e demandas descentralizadoras. Some-se a isso a pressão exercida por desafios externos, como a Guerra do Paraguai que expôs a precariedade da estrutura militar e financeira do Estado, aprofundou o endividamento e reacendeu debates cruciais sobre o papel do Exército, a escravidão e os limites do modelo monárquico.

Foi nesse contexto de tensões articuladas, que a década de 1870 se impôs como um divisor de águas para o Império. O pós-guerra não apenas reavivou antigas fissuras, como também amplificou debates que vinham fermentando silenciosamente desde as primeiras décadas do regime. A questão da escravidão, cuja persistência colocava o país em rota de colisão com o cenário internacional e com setores crescentes

da sociedade, ganhou novo ímpeto. A experiência do conflito, ao mobilizar contingentes diversos e expor contradições estruturais do Estado imperial, funcionou como catalisador para o fortalecimento do movimento abolicionista. Organizações como a Sociedade Brasileira Contra Escravidão, fundada em 1880, passavam a exercer papel decisivo na articulação de uma crítica pública ao cativo, convertendo reivindicações morais e políticas em pressão concreta sobre o governo. Junto a isso, o ideário republicano, até então difuso e episódico, começou a adquirir forma organizada e sistemática. A partir de 1870, clubes republicanos, jornais como *A República* e, sobretudo, o Manifesto Republicano de 3 de dezembro daquele ano, tornaram-se espaços privilegiados de contestação ao regime monárquico. Longe de constituir uma mera tomada de posição política, o manifesto articulava uma crítica profunda à ordem imperial, denunciando sua incapacidade de acompanhar as transformações sociais e econômicas em curso, bem como seu distanciamento dos anseios de amplos setores da população. Assim, tanto o abolicionismo quanto o republicanismo emergiram como respostas diretas às fragilidades acumuladas do Império, sinalizando que o regime, incapaz de reformar-se a partir de suas próprias estruturas, caminhava para um desgaste irreversível.

A imprensa exerceu papel central na difusão do republicanismo, atuando como trincheira de combate político e espaço de formação ideológica, especialmente a partir da década de 1870, quando mais de vinte jornais republicanos emergiram

pelo país. Esses periódicos ampliaram o debate para além da Corte, alcançando províncias como o Piauí, cuja imprensa local reagiu às transformações nacionais. Nesse contexto, o trabalho investiga se a Primeira República no Piauí representou ruptura ou continuidade das estruturas monárquicas, analisando os discursos de David Caldas, Clodoaldo Freitas e Higino Cunha. Ao examinar como esses intelectuais compreenderam e projetaram o novo regime, busca-se identificar até que ponto suas expectativas foram atendidas ou frustradas na transição política.

O Ideal Republicano na Imprensa Piauiense

Entre o final da década de 1860 e os primeiros anos de 1870, o universo da imprensa piauiense era relativamente restrito, composto por alguns periódicos que, apesar do alcance limitado, desempenhavam função central na mediação das disputas políticas provinciais. Circulavam então *A Imprensa*, *O Piauí*, *O Amigo do Povo* e *A Pátria*, cada um deles articulado a interesses específicos no intrincado jogo das alianças partidárias imperiais (Araújo, 2011). À exceção de *O Amigo do Povo*, cuja trajetória editorial buscou distanciar-se gradualmente dos vínculos partidários tradicionais, todos os demais jornais operam como extensões diretas dos partidos monárquicos: *A Imprensa* alinhava-se às diretrizes do Partido Liberal, *O Piauí* expressava as posições conservadoras, e *A Pátria* igualmente atuava como veículo de defesa dos quadros conservadores na província.

Esse arranjo revela uma característica estrutural do jornalismo oitocentista no Brasil: longe de se constituir como esfera autônoma ou espaço de crítica independente, a imprensa frequentemente se encontrava subsumida às engrenagens do sistema político imperial. No Piauí, essa dependência manifestava-se na própria função dos periódicos, que serviam mais como instrumento de reafirmação dos interesses partidários do que como espaços de elaboração de uma opinião pública plural. Assim, o que se observa na província é um campo jornalístico profundamente condicionado pelas disputas políticas vigentes, no qual apenas iniciativas como *O Amigo do Povo* começariam a tensionar, ainda que de modo gradual, os limites impostos pelo modelo imperial de imprensa. Para Queiroz:

No Piauí, a propaganda republicana vinha da década de 1870, com a ação jornalística e política de David Caldas, que, para isso, fundou os jornais Oitenta e Nove e O Amigo do Povo, este como repercussão imediata do manifesto de 1870. A ação de David Caldas teria sido individual, e um movimento mais amplo nesse sentido só estaria presente, no Piauí, nos meados da década de 1880, tendo à frente novos bacharéis da Escola de Recife (Queiroz, 1993, p. 195).

A figura de David Caldas ocupa lugar singular na vida intelectual e política piauiense do século XIX. Mesmo sem formação acadêmica nas faculdades do Recife, sua trajetória demonstra que a influência intelectual no Brasil imperial ultrapassava os círculos letrados formais. Atuando simultaneamente no jornalismo, na educação, na política e na administração pública, Cal-

das encarna o modelo de intelectual cuja autoridade deriva da intervenção no debate público, perspectiva alinhada à renovação historiográfica proposta por Sirinelli (Rémond, 2003), para quem o intelectual é um agente de construção simbólica e de formação da opinião. Sob essa chave, David Caldas não apenas integra o universo intelectual piauiense, como nele se destaca. Sua atuação jornalística o projetou como mediador político, sobretudo quando o republicanismo começava a ganhar força no país. Inicialmente vinculado ao Partido Liberal, rompeu com suas limitações críticas e, em 1868, fundou *O Amigo do Povo*, periódico abertamente republicano. Se antes, em *A Imprensa*, suas críticas à monarquia eram discretas, com o novo jornal sua atuação tornou-se mais incisiva, transformando-o em espaço de denúncia e difusão de ideias republicanas.

Os discursos políticos produzidos pelos jornalistas piauienses, no período em questão, encontravam-se profundamente imbricados na visão de mundo e nos interesses dos partidos aos quais se vinculavam. Longe de constituírem espaços de reflexão autônoma, os periódicos atuavam como verdadeiras extensões das agremiações políticas imperiais, reproduzindo e legitimando as posições de seus dirigentes locais. A maioria dos jornais da província funcionava, portanto, como instituições partidárias disciplinadas, encarregadas de difundir não apenas as opiniões de seus redatores, mas sobretudo as diretrizes e estratégias dos grupos políticos que os sustentavam. Essa estreita articulação entre imprensa e partidarismo, que moldou de maneira decisiva a prática jornalística oitocentista

no Piauí, é destacada por Ana Regina Rêgo ao analisar a dinâmica política dos redatores provinciais no século XIX. Segundo a autora:

Textos, com um discurso que retrata o seu modo de visão dentro de um sistema de representações, incluindo nuances de sua função e prática políticas, além de fortes influências familiares. Ele, enquanto instância individual de apropriação da língua, a transforma junto com todos os demais fatores, em discursos políticos articulados, a partir de contextos concretos e da linguagem, enquanto código macro da formação do sentido (Rêgo, 2001, p. 268).

Todavia, *O Amigo do Povo* destacou-se dos demais periódicos piauienses justamente por não revelar qualquer vínculo orgânico com os partidos políticos do Império, mesmo que seu fundador tivesse trajetória ativa no Partido Liberal, do qual fora deputado provincial, e atuado como um dos principais redatores de *A Imprensa*. A criação do novo jornal representou, portanto, um gesto consciente de ruptura. Ao assumir a direção de *O Amigo do Povo*, Caldas deliberadamente afastou-se das amarras partidárias tradicionais e passou a expressar, sem mediações, suas próprias inquietações políticas.

Embora *O Amigo do Povo* seja reconhecido como um periódico assumidamente republicano, é necessário sublinhar que sua inflexão ideológica não se deu de forma imediata ou explosivamente radical. Como observa Santos (2022, p. 33), “*O Amigo do Povo* não nasce declaradamente republicano; os artigos iniciais do periódico não possuem um tom radicalizado”, o que

revela o cuidado de David Caldas ao introduzir sua crítica ao regime imperial em uma província ainda fortemente enraizada na cultura política monárquica. Essa contenção inicial não indica hesitação, mas antes uma estratégia discursiva própria das transições ideológicas do período, nas quais o republicanismo se insinuava nas entrelinhas antes de se afirmar abertamente como projeto político. Essa característica torna-se evidente na primeira edição do jornal, cujo texto programático delineava seus princípios orientadores e estabelecia os contornos de sua intervenção no debate público:

O programa desse pequeno jornal é o seu próprio título; resume-se nestas palavras concisas significativas: O Amigo do Povo! E oxalá que possamos mostrar que somos realmente, tanto quanto patroecto que foi Achilles. O que podemos afiançar desde já, é que não nos faltará dedicação talvez semelhante d'aquele, embora não nos apresentemos na arena com a armas épicas, refulgentes, do herói homérico e nem sejamos dignos de exéquias magnificas, no caso provável de sucumbir na luta gloriosa. É certo, entretanto, que contamos com a expectação publica; assim como contamos com a confiança das classes menos favorecidas da fortuna; embora esta confiança não nos seja dada, como não deve sê-lo, incautamente ou desde logo. Aos espíritos timoratos; aos que, como as aves noturnas procurarão evitar a luz; aos intrigantes que por ventura possam aparecer, nós de antemão dizemos o seguinte: Sem sermos demagogos, seremos democratas; sem sermos revolucionários, seremos liberais; sem sermos inimigos das atuais instituições políticas nem jamais de integralidade do império- seremos, todavia, um sincero, posto que bem fraco, propugnador dos direitos do povo (Caldas, 1868, p. 1).

O jornal, nesse sentido, só assume de forma inequívoca sua identidade republicana em 1871, quando passa a circular na província ostentando, em seu cabeçalho, a inscrição *Órgão Republicano da Província do Piauí*. Tal mudança não se explica por um súbito rompimento retórico, mas constitui resposta direta ao novo clima político gerado pela publicação, na Corte, do Manifesto Republicano de 1870. A difusão daquele documento ofereceu a David Caldas não apenas respaldo ideológico, mas também a legitimidade simbólica necessária para radicalizar publicamente sua posição. A repercussão do Manifesto no cenário nacional permitiu que vozes provinciais, até então mais prudentes, aderissem de modo afirmado ao movimento.

É nesse contexto que David Caldas abandona definitivamente qualquer ambiguidade discursiva opondo-se diretamente ao regime monárquico.

[...] rogamos ao Clube Republicano que se digne lançar também o seguinte nome, o mais obscuro de todos, no grande rol de – culpados de lesa-majestade: David Moreira Caldas, que será constante em bradar em qualquer parte desta formosa terra de Santa Cruz: VIVA A GRANDE FEDERAÇÃO BRASILEIRA; VIVA O ESTADO DO PIAUÍ; VIVA A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA (Caldas, 1871, p.1).

Esse gesto evidencia tanto o alinhamento de David Caldas ao republicanismo nascente quanto sua disposição de confrontar abertamente a ordem imperial. O novo cabeçalho não era mero recurso gráfico, mas símbolo de sua inserção no circuito político remodelado pelo Manifesto Republicano. A partir daí, *O Amigo do Povo* afirma-se como um dos principais veícu-

los de difusão do republicanismo no Piauí, tornando-se tribuna de resistência e crítica sistemática ao regime. A inflexão se acentua após 1871, quando o jornal adota postura abertamente combativa, ampliando o alcance e a contundência das críticas à monarquia. Essa orientação permanece até o número 89, quando, em fevereiro de 1873, o periódico é sucedido por *Oitenta e Nove*, que intensifica ainda mais o tom radical do ideário republicano. Sua edição inaugural alcançou forte repercussão, sobretudo nas primeiras décadas do século XX, quando a memória dos republicanos históricos passou a ser valorizada. Destacou-se por seu caráter profético, ao antecipar mudanças políticas que só décadas mais tarde se concretizariam no cenário nacional.

...(os patriotas mineiros) acabaram por ser outros tantos mártires da liberdade, outras tantas vítimas imoladas ante o altar druídico, em forma de trono, onde se achava exposta à veneração dos fiéis a mentecapta Maria, digna bisavó do atual imperador do Brasil, a quem Deus guarde, quando muito até 1889... (Caldas, 1873 *apud* Chaves, 2013, p. 471).

...seja-nos permitido ter fé robusta de ver a República Federativa estabelecida no Brasil, pelo menos daqui a 17 anos, ou em 1889, tempo assaz suficiente, segundo pensamos, para a educação livre de uma geração, para qual ousamos apelar, cheios da maior confiança... (Caldas, 1873 *apud* Chaves, 2013, p. 471).

Pelo próprio nome do periódico e por certos trechos de sua edição inaugural, David Caldas foi frequentemente inter-

pretado como uma espécie de “profeta” republicano. No entanto, como observa Queiroz (1993, p. 219), “nossa interpretação não corrobora esse sentido e sim evidencia a apropriação e a divulgação das ideias iluministas no Piauí”. Assim, o título Oitenta e Nove não deve ser lido como uma referência ao futuro, mas como uma alusão direta a 1789, marco simbólico da Revolução Francesa e do ideário iluminista que inspirou diversas correntes reformistas no século XIX. Dessa maneira, o periódico inscrevia-se deliberadamente na tradição revolucionária moderna, evocando não o profetismo, mas o repertório intelectual da liberdade, da crítica à ordem estabelecida e da regeneração política.

O jornal ainda circulou até 1875, quando foi finalmente encerrado por dificuldades financeiras. É importante destacar, entretanto, que a difusão do republicanismo no Piauí permaneceu bastante limitada. Apesar do vigor das críticas de David Caldas ao regime monárquico, críticas que ganhariam maior ressonância apenas a partir da década de 1880, com a chegada dos novos bacharéis formados na Escola de Recife, “David Moreira Caldas, o profeta, pregou no deserto. Não fez adeptos: se teve, guardaram tão ciosamente a ideia que só se manifestaram em público quando viram a tropa na rua” (Chaves, 2013, p. 84). Embora sua atuação jornalística não tenha sido suficiente para estruturar sozinha um imaginário republicano na província, ela permanece como chave interpretativa essencial para compreender os debates políticos que circulavam naquele período.

Após a falência de *Oitenta e Nove*, o republicanismo praticamente desaparece do cenário público piauiense. Caldas ainda tenta manter influência com o *Ferro e Brasa*, mas o periódico concentra-se sobretudo na causa abolicionista, afastando-se do tom republicano incisivo que marcara sua atuação anterior. Somente na década de 1880, já após sua morte, as ideias republicanas retornam com força à imprensa local por meio dos jovens literatos Clodoaldo Freitas e Higino Cunha. Diferentemente de Caldas, ambos eram reconhecidos como republicanos por seus contemporâneos; contudo, ao contrário dele, não romperam com o Partido Liberal para assumir militância aberta (Queiroz, 1993, p. 220). Optaram por agir dentro do próprio partido, embora suas críticas à monarquia se tornassem cada vez mais duras, intensificando o confronto entre Liberais, defensores de maior autonomia provincial, e Conservadores, partidários de um Estado centralizado. É nesse clima de crescente tensão política que Clodoaldo, alvo de acusações de republicanismo feitas por opositores como Coelho Rodrigues, funda o jornal *A Reforma*, inaugurando nova fase no debate político provincial. Em suas páginas, surgiam críticas como:

Na hora solene e angustiosa, que atravessamos, diante dos destroços das liberdades públicas esmagadas pela prepotência de ministros irresponsáveis, é forçoso que todo cidadão se arme cavaleiro para defender os direitos sagrados da pátria, traída e vilipendiada por um governo que se arvorou a ditador de um país constitucional (Freitas, 1887, p. 1).

No caso de Higino Cunha, suas desavenças políticas emergiram durante sua atuação como redator de *A Imprensa*, quando suas posições passaram a confrontar diretamente as de Coelho de Rezende. O próprio Higino relembra esse embate intelectual afirmando: “Reassumindo ele o seu posto de combate na *A Época*, órgão do Partido Conservador dominante, era fatal o choque entre o veterano de tantas campanhas e o noviço, que mal ensaiava suas primeiras armas nas lides partidárias” (Cunha, 2011, p.60). Assim, a partir da década de 1880, o confronto entre monarquistas e republicanos não se dava mais apenas nas margens do sistema, mas passava a ocorrer dentro dos próprios partidos Conservador e Liberal. Este último, embora ainda fiel à monarquia, conservava certa flexibilidade doutrinária que permitia a inserção e circulação de ideias reformistas.

Os Expurgados do Regime

Eu quisera dar a esta data a denominação seguinte: 15 de Novembro do primeiro ano da República; mas infelizmente não posso fazê-lo [...]. Por ora, a cor do Governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. [...]. O povo assistiu bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer que significava (Lobo, 1889, p. 1).

Com essas palavras, Aristides Lobo cristalizou o sentimento de estranhamento que envolveu a cena da Proclamação da República. Seu testemunho, marcado pela perplexidade, evi-

dência não apenas a ausência do povo no processo decisório que redesenhou o destino político do país, mas também a centralidade quase exclusiva dos militares naquele momento decisivo. A célebre expressão, “o povo assistiu bestializado”, transformou-se em emblema de uma ruptura silenciosa, mais próxima da exclusão do que da participação, mais marcada pela surpresa do que pela adesão. Do mesmo modo, a observação complementar, “o fato foi deles, deles só”, continua a ecoar como síntese do caráter estritamente castrense do evento, iluminando o protagonismo incontornável das forças armadas na fundação do novo regime.

Embora, nos anos finais do Império, diversos republicanos civis tenham atuado na articulação do movimento, sua influência nos acontecimentos de 15 de Novembro foi notoriamente limitada, manifestando-se, talvez no silêncio e na ausência de resistência frente ao 1889. As decisões cruciais daquela manhã não passaram pelo crivo da opinião pública nem resultaram de mobilização social ampla. O ideal republicano, por muitos ansiado ao longo das décadas anteriores, rapidamente se converteu em decepção quando o verdadeiro caráter do novo regime se revelou, afastando-se significativamente dos princípios iluministas que David Caldas havia delineado em suas “profecias”. O descontentamento era perceptível desde o início, como demonstra o próprio posicionamento de Aristides Lobo, cuja perplexidade diante da República militar explicitava a frustração de muitos contemporâneos. Não tardou para que jornais manifestassem críticas contundentes, como exemplifica O Diário Popular, ao denunciar:

Uma republica de origem de sedicção militar dá com os burros n'agua como sucedeu na Hespanha [...] Assim mesmo o Lauri acha que os revolucionários não têm razão quando declararam, que a republica de cá não se parece cousa alguma com a republica desejada, que a pregoavam os republicanos propagandistas. Haveremos de ver muita gente que só agora usa gravata excommungar a ordem e progresso no dia em que o povo se convencer que já está reduzido a servo da gleba pelo industrialismo privilegiado (Lobo, 1891, p. 2).

Os anos subsequentes, sobretudo na chamada fase cívica após os governos militares, tornaram ainda mais evidente que a República instalada no país não havia sido pensada para o povo, mas sim moldada para a manutenção do poder por grupos dominantes. Já nos primeiros anos do século XX, as características que consolidariam a República como oligárquica estavam delineadas. A política de Campos Sales, como aponta Queiroz, baseava-se no fortalecimento das elites dirigentes como mecanismo de autopreservação, ao mesmo tempo que buscava enfraquecer e dispersar minorias oposicionistas estaduais. Sobre esse período, a autora sintetiza:

Tendo em vista a “conformação” que a República brasileira assumiu e preservou pelo menos desde o governo Campos Sales (1898-1902), quando já estarão presentes os traços definidores do quadro político nas três décadas seguintes, definida a rigidez da estrutura social e política, surge na imprensa brasileira um viés de crítica feito especialmente pelos republicanos históricos aliados dos quadros de mando, como um dos grupos “expurgados” visando à consolidação e homogeneidade do modelo de república vitorioso (Queiroz, 1993, p. 228).

Nesse contexto, durante essa época, as críticas à República, profundamente oligárquica em sua configuração, emergiram tanto na imprensa quanto em obras literárias produzidas pelos chamados “republicanos históricos”. Trata-se de um grupo formado por indivíduos que haviam participado ativamente da construção e defesa do ideal republicano nas décadas anteriores e que, ao se depararem com a realidade política inaugurada pós-1889, expressavam seu crescente descontentamento. O abismo entre o projeto republicano sonhado e o regime concretizado conferiu a esses autores um tipo específico de insatisfação. Assim, ao longo do século XX, tornou-se comum que a literatura abordasse a temática da “republicanização”, isto é, a defesa de uma reestruturação do regime segundo os princípios originalmente imaginados pelos propagandistas oitocentistas. O Piauí não permaneceu alheio a esse movimento. Durante a fase oligárquica, a atuação desses “republicanos históricos” foi particularmente notável, sobretudo nas figuras de Clodoaldo Freitas e Higino Cunha.

A partir das análises de Queiroz, vislumbramos a dimensão da crítica formulada por Clodoaldo à república vigente. Segundo a autora:

O primeiro ponto, relativo à república real, a qual não era a “dos seus sonhos”, era definido por Clodoaldo Freitas de forma impiedosa. O aspecto central da crítica estava ligado à questão da negação da cidadania, que o autor considerava como sendo a própria negação da república (Queiroz, 1993, p.228).

De fato, os princípios iluministas de liberdade e igualdade, que deveriam caracterizar uma república ideal, foram sistematicamente negados pela exclusão de grande parte da população do processo eleitoral. O analfabetismo tornara-se o principal mecanismo dessa exclusão, impedindo indivíduos que não sabiam ler e escrever de participar das eleições. A ausência de um plano educacional abrangente durante o período imperial produziu uma desigualdade profunda no acesso ao ensino. Enquanto a cultura dos bacharéis se consolidava nas camadas mais abastadas, a maioria da população permanecia à margem, compondo aquilo que Queiroz denomina um universo social formado por “analfabetos e doutores”, divisão que estabelecia um abismo entre aqueles que possuíam pleno direito de participação política e a imensa massa de excluídos. Essa preocupação educacional aparece de maneira contundente nos discursos dos próprios “republicanos históricos”. O discurso *Instrução e Civismo*, proferido por Higino Cunha no Paço do Conselho Municipal durante a festa do Liceu Piauiense, oferece um exemplo claro do tipo de educação que ele considerava necessário para a construção de uma república justa e igualitária:

Estamos presentes a uma festa escolar, em que procuramos glorificar o ensino moderno, obrigatório, gratuito e leigo, ministrado sem exclusivismo de seitas, classes, raças e profissões, mas visando sempre o bem-estar e o progresso desta porção da Pátria Brasileira (Cunha, 1919, p. 221).

O trecho, embora breve, é revelador pois está fundamentado em preceitos liberais e num ideal de educação modernizante que, apesar da retórica otimista, não se concretizava para toda a população. Essa ausência é denunciada em várias mensagens governamentais do período, como exemplificam as seguintes passagens:

Enquanto não for decretado o ensino obrigatorio, pouco adeantaremos em materia de instituição publica. É assim que, apesar da criação de muitas escolas em centros de crescida população, a frequencia tem ficado estacionaria pelo abandono ou indiferença dos paes de familiar.

No corrente exercício foram argumentados os vencimentos dos professores, medidas estas que não teve alcance desejado, pois cerca de quarenta escolas continuam regidas inteiramente, muito embora tenham sido postas em concurso (Nogueira, 1901).

Mas para que o dever que tem o Estado de diffundir a instituição atinja seu fim, cumpre dar-lhe como sansão - o principio da obrigatoriedade escolar. É essencial, ja affirmou alta altoridade, a pratica da frequencia escolar, a obrigação sentida ou impostaaos paes e tutores de sujeitarem as crianças e adolescentes ao habito da assiduidade escolar (Nogueira, 1902).

Os dois trechos em questão retratam um problema similar e recorrente, através da frequência em que o tema “obrigatoriedade do ensino” aparece nas mensagens governamentais é possível formular uma teoria errônea de que tal problema advinha da falta de vontade da própria população. Entretanto, é necessário, ao analisar tal situação, é preciso se levar em conta o contexto social em que o público está inserido: “A torrente de

desgraça que os arrasta pelas ruas de amarguras, avolumam-se e com eles as suas imprudências, que chegaram ao ponto de tratarmos mal. Em Teresina há uma legião de esmoladores que nos causa dó, e ao mesmo tempo asco” (Nogueira, 1902) Levando em conta a situação de extrema pobreza que se encontrava a cidade de Teresina e todo o Estado, pode-se concluir que este se faz como um dos principais fatores, no entanto, não é o único. A precariedade na qualidade do ensino também o torna pouco atrativo e ineficiente ao público, isso se torna visível na análise de outras mensagens governamentais que admitem a precariedade estrutural das instituições: “A torrente de desgraça que os arrasta pelas ruas de amarguras, avolumam-se e com eles as suas imprudências, que chegaram ao ponto de tratarmos mal. Em Teresina há uma legião de esmoladores que nos causa dó, e ao mesmo tempo asco” (Nogueira, 1902).

Nesse cenário, torna-se claro que a extrema pobreza era um fator central, embora não o único, para explicar a baixa escolarização. A precariedade da qualidade do ensino, escolas mal providas, professores pouco preparados, ausência de material pedagógico, também tornava o aprendizado ineficiente e pouco atrativo, como reconhece outra mensagem governamental:

É força, entretanto, confessar que pouco temos feito no desenvolvimento do ensino, cuja difusão e continuidade estão ainda longe de corresponder às necessidades do nosso meio. Em geral, pouco preparados os professores e mal providas de livros as escolas, a instituição primária, entre nós, resente-se de falhas que não seriam faceis de corrigir (Nogueira, 1902).

Assim, a reduzida quantidade de alunos egressos das escolas primárias não pode ser explicada unicamente pela “falta de vontade” da população, mas deve ser entendida a partir da soma de fatores estruturais: pobreza extrema, vulnerabilidade social e precariedade do sistema de ensino.

Além da exclusão política por meio da negação do direito de cidadania, como denunciava Clodoaldo Freitas, o povo também permanecia à margem dos debates sobre o próprio regime republicano. Embora houvesse forte crítica literária e jornalística à “república das oligarquias”, tais críticas circulavam quase exclusivamente nas páginas de jornais e obras literárias, permanecendo restritas ao universo dos intelectuais. Faltou aos “republicanos históricos”, apesar de sua defesa enfática da liberdade e da igualdade e de sua oposição feroz às elites que deformaram a república ideal, a capacidade de levar esse discurso ao público mais amplo e de mobilizar apoio popular. Em outras palavras, pregavam uma república para o povo, mas a faziam através das letras, circunscritos a um campo de circulação limitado, e isso inviabilizou qualquer ação mais geral contra o sistema vigente.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vinícius Leão. A república contra a tirania: a escrita política de David Caldas no jornal *O Amigo do Povo* (1868–1873). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 2011.

CALDAS, David Moreira. **O Amigo do Povo**. Teresina, 28 jul. 1868.

CALDAS, David Moreira. **Órgão Republicano da Província do Piauí, O Amigo do Povo**. 14 jan. 1871.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHAVES, Monsenhor. **Obra Completa**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2013.

CUNHA, Higino. **Memórias: traços autobiográficos**. 2. ed. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2011.

CUNHA, Higino; CASTELO BRANCO, F.; PINHEIRO, J. (coord.). **Revista da Academia Piauiense de Letras**. Teresina: APL, ano 2, n. 1, 1919. p. 121.

FREITAS, Clodoaldo. **A Reforma**. Teresina, 07 set. 1887.

LOBO, Aristides. O povo assistiu àquilo bestializado. **Diário Popular**, Rio de Janeiro, 18 nov. 1889.

LOBO, Aristides. Xin-xan-fon. **O Diário Popular**, Rio de Janeiro, 06 fev. 1891.

NOGUEIRA, Arlindo Francisco. **Mensagem governamental apresentada à Câmara Legislativa**. 1 jul. 1902.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas e Higino Cunha e as tiranias do tempo**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1993.

RÊGO, Ana Regina. **Imprensa piauiense: atuação política no século XIX**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SANTOS, Dayane Sampaio dos. O Amigo do Povo e Oitenta e Nove e a construção do imaginário republicano no Piauí (1868–1874). **II Colóquio Internacional de Pesquisas em História do Brasil Império**, 2022.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 1999.

CLODOALDO FREITAS BIÓGRAFO: CULTURA E POLÍTICA EM VULTOS PIAUIENSES (1903)¹

Rodrigo Thadeu Paiva DIAS²

Doutorando

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Teresinha QUEIROZ³

Doutora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Resumo

Este trabalho objetiva analisar a obra *Vultos piauienses*, publicada em 1903 por Clodoaldo Freitas. O autor foi um dos mais destacados intelectuais do Piauí entre o final do século XIX e o início do século XX, tendo registrado na cultura escrita uma produção polifônica que passa pelos mais diversos gêneros textuais. O estudo se debruça so-

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 7 - Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com História Contemporânea, integrante do II Encontro Internacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.
 - 2 Doutorando em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí. Membro dos grupos de estudo História Cultura e Poder no longo século XIX brasileiro e História, Cultura e Subjetividade. Desenvolve pesquisas sobre História Intelectual, História e Literatura, História e Imprensa. E-mail: rodrigothadeu20@gmail.com
 - 3 Possui Licenciatura Plena em História (1977) e Bacharelado em Ciências Econômicas (1983) pela Universidade Federal do Piauí, Mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (1984) e Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1992). Atualmente é Professora Associada IV da Universidade Federal do Piauí, onde atua junto ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (Mestrado e Doutorado). Desenvolve pesquisas sobre História e Literatura, História e Imprensa, História Política, História e Sociabilidades e Historiografia piauiense. E-mail: teresinhaqueiroz@bol.com.br

bre a incursão de Clodoaldo Freitas pelo gênero biográfico: o livro analisado é composto por biografias de dez destacados personagens históricos piauienses do oitocentos. A partir do estabelecimento de diálogos fecundos com pesquisadores como François Dosse e Maria do Socorro Rios Magalhães, busca-se perceber o que *Vultos piauienses* revela sobre o seu autor no tocante ao posicionamento por ele adotado em relação à República que se fez no Brasil após 1889, à percepção sobre a cultura política de sua época e à postura utilitarista em relação à arte e à escrita em geral.

Palavras-chave

Clodoaldo Freitas; *Vultos piauienses*; Biografia; Cultura política.

Clodoaldo Freitas foi um destacado intelectual piauiense do período que compreende os decênios finais do século XIX e iniciais do século XX. Sua contribuição à cultura escrita brasileira foi extremamente diversificada, tendo transitado por diferentes gêneros textuais: de escritos jornalísticos à prosa literária, da poesia à exegese religiosa, da historiografia à biografia. O autor também explorou os mais variados suportes materiais disponíveis em sua época. Tomou jornais, revistas, livros, folhetos e panfletos como vetores para seus textos. Se observada a afirmação do historiador francês Roger Chartier, de que “os textos não existem fora dos suportes materiais” (Chartier, 2002, p. 61), pode-se dizer que Clodoaldo Freitas empreendeu esforço hercúleo para fazer com que seus escritos existissem no mundo de todas as maneiras possíveis através dos impres-

sos.⁴ O pensador explorou o todo das possibilidades para fazer com que as abstrações por ele elaboradas tomassem forma e pudessem ser acessadas pelos leitores, uma vez que almejava conseguir interferir o universo que o rodeava através da escrita. No conjunto de sua obra estão presentes as emoções mais diversas, mas também muita política (no sentido retórico das práticas discursivas) (Queiroz, 2011).

O autor, assim como muitos de seus contemporâneos, foi pragmático em sua atuação intelectual. Naquele contexto, a escrita era muitas vezes instrumentalizada. Escrevia-se para mudar o mundo, de modo que a publicação de textos através dos impressos era considerada uma missão, segundo a expressão de Nicolau Sevcenko.⁵ A literatura em suas mais diversas manifestações – nas belas letras e na não-ficção –, possuía um sentido político ou interventivo muito acentuado. Nos escritos de Clodoaldo Freitas pode ser percebida uma dimensão prescritiva no tocante às formas mais adequadas de ser homem,

4 Clodoaldo Freitas, para além de atuar intelectualmente utilizando os impressos como transmissores de suas ideias, também lançou mão da oralidade ao proferir palestras, conferências e discursos. Esses momentos, entretanto, *a priori* nos domínios da palavra falada, algumas vezes também se tornavam palavra escrita. Era prática comum entre os intelectuais da Primeira República a prática de realizar uma tiragem de suas falas públicas em diferentes suportes e as distribuir entre os leitores interessados.

5 Ao estudar a atuação intelectual de Euclides da Cunha e Lima Barreto, Nicolau Sevcenko percebe entre os homens de letras da Primeira República um certo pragmatismo. Escrever, proferir palestras, publicar livros, colaborar com jornais e revistas eram coisas que não possuíam um fim nelas mesmas. Os pensadores tinham como característica um certo utilitarismo, seus empreendimentos no campo da cultura (especialmente da cultura escrita) possuíam o objetivo de transformar a realidade em consonância com as convicções intelectuais em voga (Sevcenko, 2003).

mulher e cidadão. Em alguns dos seus romances (publicados de maneira fracionada em folhetins) e crônicas jornalísticas, nota-se certa preocupação em remarcar os papéis de cada gênero. De acordo com a perspectiva do autor, as masculinidades e feminilidades, como se apresentavam historicamente, seriam importantes para a manutenção da estabilidade social e da fórmula familiar tradicional. Clodoaldo Freitas procurou, portanto, contribuir com a continuidade dessa ordem através da escrita, defendendo a ideia de que existem clivagens biológicas e sociais que evidenciariam uma certa predeterminação no ser homem e no ser mulher (Freitas, 2011, 77-81; Freitas, 2008).

O exemplo serve para apresentar a natureza polifônica da produção do intelectual. A sua participação no debate sobre o papel social da mulher é apenas uma amostra dentro de um universo bastante diverso. Clodoaldo Freitas, como um polígrafo com extensa produção, oferece aos pesquisadores interessados em seus escritos múltiplas possibilidades analíticas, interpretativas e temáticas.

Para este trabalho, fez-se a opção pelo estudo da obra *Vultos piauienses*, na qual o autor biografou dez importantes sujeitos históricos do Piauí oitocentista: José Manuel de Freitas, João Alfredo de Freitas, Deolindo Mendes da Silva Moura, Leonardo de Nossa Senhora das Dores Castelo Branco, Luísa Amélia de Queiroz Brandão, Licurgo de Paiva, José Coriolano de Sousa Lima, Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, José de Araújo Costa e Teodoro de Carvalho Castelo Branco. Trata-se de um grupo de pessoas com determinadas caracte-

ísticas em comum, sobre as quais se discutirá mais à frente. O que importa destacar neste momento é que a incursão de Clodoaldo Freitas pelo gênero biográfico não foi de forma alguma desinteressada. A maneira como o autor escolhe discutir cada trajetória de vida, assim como os elementos que decide colocar em evidência ou silenciar, são questões reveladoras das intencionalidades que circundam a feitura da obra. Para o leitor atento, é perceptível que as biografias reunidas contém fortes indícios sobre a época em que foram produzidas. Ao confrontar a obra com determinados questionamentos, pode-se compreender importantes aspectos da atuação intelectual de Clodoaldo Freitas entre o fim do século XIX e o começo do século XX, a exemplo de sua posição sobre a República que se fez no Brasil em novembro de 1889 e os rumos que tomava o novo regime nos anos que sucederam a queda do Império (Freitas, 2012).

François Dosse observa que durante o século XIX as biografias foram marcadas pela busca identitária na qual se encontravam muitas nações ocidentais. As trajetórias individuais foram analisadas por diversos escritores como modelos representativos de determinados segmentos sociais ou, ainda, como instrumentos para o auxílio na construção de identidades (Dosse, 2020; Hobsbawm, 2011). Esse uso, é importante dizer, possuía vieses distintos. Os textos biográficos não apenas apresentavam as características esperadas em cidadãos patriotas, mas também em cidadãos civilizados, alinhados às melhores práticas de etiqueta e higiene, dotados de escolaridade (mesmo que

mínima) e reprodutores dos comportamentos esperados para homens e mulheres. Em *Vultos piauienses* há a peculiaridade de estarem reunidos dez personagens históricos, sendo possível perceber certos padrões entre os biografados escolhidos. São todos destacados políticos (próximos ao Partido Liberal) ou afeitos às letras e às ciências – em alguns casos, as duas coisas.

A obra foi publicada em 1903, a partir da iniciativa de Clodoaldo Freitas de compilar textos já prontos, editá-los (fazendo as modificações que acreditava serem pertinentes)⁶ e publicar o produto desse trabalho em forma de livro. Sobre o empreendimento editorial, observa o autor: “[...] coleciono e reimprimo estas biografias, parcos subsídios para quem tiver de trilhar, no futuro, o caminho que nos foi apontado por Miguel Borges” (Freitas, 2012).

Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco se tornou referência do gênero biográfico no Piauí, muito por conta de seu pioneirismo. O autor publicou, em 1879, o seu *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos de importância na província do Piauí* (1879), obra que inspirou a feitura de *Vultos piauienses*, como admite Clodoaldo Freitas. Pode-se observar no traba-

6 Deixamos para os pesquisadores interessados a sugestão de que seja realizado um estudo genético sobre a construção da obra *Vultos piauienses*, comparando a primeira versão dos textos (geralmente publicados nos jornais ligados ao Partido Liberal, alguns em forma de necrológio) com a primeira edição do livro, de 1903. Provavelmente, muitas das alterações realizadas são reveladoras sobre a forma como o autor estava a se relacionar com o regime republicano após a queda de Dom Pedro II.

lho de Miguel Borges que a escolha dos biografados segue um padrão bastante claro. Seus personagens são patriarcas, membros de famílias influentes na política provincial e de descendência portuguesa, o que eram características presentes na própria família do autor. Sua vida, no entanto, é marcada pela participação do pai, Lívio Lopes Castelo Branco na Balaiada,⁷ acontecimento que ele tenta justificar no capítulo do livro em que trata de seu genitor, numa clara tentativa de modificar a memória construída em torno do coronel. A metodologia empregada pelo autor na feitura do livro foi a de compilar biografias escritas para jornais nos quais ele era redator. A maioria dos textos surgiu como necrológicos, que posteriormente eram confrontados com as memórias das famílias dos indivíduos sobre os quais se escreveu. Os parentes, então, apresentavam oralmente um contraponto (que por vezes era acompanhado de fotografias, correspondências, documentos ou objetos pessoais) aos textos de Miguel Borges. Dessa forma, era possível refinar os escritos, realizando alterações em relação às primeiras versões. Como é de se supor, as famílias eram tendenciosas nessas correções e as biografias possuem um tom apologético na maior parte do tempo, de ode à memória dos biografados.

7 A Balaiada foi uma revolta ocorrida na província do Maranhão entre 1838 e 1841 que agremiou segmentos sociais como vaqueiros e escravizados contra o Estado, especialmente por conta das péssimas condições de vida da população e, posteriormente, da promulgação da chamada Lei dos Prefeitos, que dava aos presidentes das províncias a prerrogativa de nomearem os chefes municipais, o que aumentou as tensões entre parcela da população e os representantes das instituições governamentais. Para saber mais sobre a Balaiada, ver: Dias, 1996.

O método, fica claro, assemelha-se bastante ao utilizado por Clodoaldo Freitas posteriormente. Este inclui no seu livro uma biografia generosa sobre Miguel Borges, na qual demonstra admiração pela trajetória traçada pelo autor; em especial pela sua perseverança em, desde jovem, conciliar uma vida ativa como escritor, político, empreendedor e jornalista com limitações causadas por problemas de saúde.

Em *Vultos piauienses*, percebe-se por vezes um tom duro nas críticas proferidas, especialmente com relação à produção dos artistas biografados. Dessa forma, Licurgo de Paiva possui “[...] uma prosa detestável, erçada de reticências, de meias frases, de sínteses, de falta de elegância. A concisão dela é a obscuridade” (Freitas, 2012, p. 102), enquanto na poesia o literato em seu livro *Flores da noite* apresenta “frutos forçados de uma mocidade sequiosa de glória, não têm naturalidade, parecendo antes o produto de uma inteligência obrigada a dar, diariamente certo número de linhas. Neles, a cabeça substitui o estro” (Freitas, 2012, p. 103). Sobre Luísa Amélia de Queiroz Brandão, há sutil referência ao “mimoso trabalho de D. Luísa Amélia” (Freitas, 2012, p. 100). Já José Coriolano de Sousa Lima, “nas suas poesias líricas, posto que seja fluente e cadencioso, não revelou nenhuma originalidade, com exceção da *Aurora*. Não foi um plagiário, foi um imitador” (Freitas, 2012, p. 116).

Maria do Socorro Rios Magalhães reconhece em *Vultos piauienses* o mérito de ser vez ou outra também uma obra de crítica literária (possivelmente o primeiro livro dessa natureza publicado no Piauí). Ao biografar cinco poetas, Clodoaldo

Freitas analisa suas produções sob uma perspectiva que valoriza os seguintes aspectos na literatura em verso: originalidade, espontaneidade, autenticidade e sentimentalidade. O autor condena o tributo exagerado a escolas literárias ou aos grandes expoentes da poesia ocidental, ao passo que valoriza os empreendimentos criativos e inovadores. No caso piauiense, essas qualidades orbitariam a temática da vida sertaneja (Magalhães, 2012, p. 181-185), como pode ser percebido a partir das considerações realizadas a respeito da produção poética de Teodoro de Carvalho Castelo Branco e Silva, que era “caçador e sertanejo” (Freitas, 2012, p. 145), dono de um “verso espontâneo e fácil” (Freitas, 2012, p. 149) e cantador da “vida que levava nas brenhas atrás da onça bravia e terrível” (Freitas, 2012, p. 150), sendo, pois, admirável a forma como Teodoro Castelo Branco contornou a sua limitada instrução formal para escrever belos versos sobre o cotidiano no sertão – especialmente a respeito da vida de vaqueiros e caçadores. Estas duas figuras seriam, inclusive, símbolos representativos da identidade piauiense. Todo sertanejo seria um pouco vaqueiro, caçador, agricultor e aventureiro, em virtude das próprias demandas do cotidiano. Poucas coisas, então, poderiam ser consideradas mais belas e úteis para a valorização da piauiensidade que erigir uma produção artística em torno de figuras tão características da população do Piauí. Esse deveria ser o modelo de poesia festejado no estado, mais que os versos excessivamente inspirados nas estéticas literárias europeias, descoladas da experiência, do sol ardente de outubro, do cinza da vegetação ressecada, do verde

que chega com as primeiras chuvas após uma época de seca, do azul de rios, riachos, lagoas, açudes e olhos d'água. *Vultos piauienses* foi utilizado por Clodoaldo Freitas para registrar algo de sua visão sobre a arte e a importância da poesia para a elevação cultural do Piauí. Para além da produção de Teodoro Castelo Branco, também são valorizados nesse sentido José Coriolano de Sousa Lima e Hermínio Castelo Branco.

Maria do Socorro Rios Magalhães sintetiza da seguinte forma a contribuição de *Vultos piauienses* à crítica literária, reconhecendo na obra ainda a competência de sistematizar uma parcela da produção poética do Piauí no século XIX: “O trabalho realizado por Clodoaldo Freitas pode ser compreendido como um esforço de reunir e de tentar dar unidade às esparsas e dispersas manifestações literárias do estado” (Magalhães, 2012, p. 185). A pesquisadora acrescenta, ainda, que a resolução só foi possível pelo fato de o autor ter conseguido acessar de forma privilegiada os poucos volumes publicados até então por autores piauienses e alguns manuscritos que nem chegaram a ser impressos.

A esse fato se soma a forma como a escrita era vista durante boa parte do século XIX. Mesmo em textos não ficcionais, nas páginas de muitos dos maiores historiadores, biógrafos, jornalistas, filósofos e cientistas oitocentistas, a realidade é embebida por arroubos e floreios literários, que, para além de uma mera questão de estilo escriturístico, podem ser interpretados como indícios de utilitarismo intelectual. A literatura possuía um efeito poderoso sobre a sociedade, a cultura e o

modo de vida de determinados segmentos sociais. Parece seguro afirmar que são originárias dessa questão, ao menos que parcialmente, as características observadas por Socorro Rios Magalhães em *Vultos piauienses*.

Nesse sentido, pode-se observar que a escrita de Clodoaldo Freitas é política mas também cultural – em um entendimento amplo da palavra cultura. Mesmo quando o autor trata da política formal, partidária, ele também está a se debruçar sobre a cultura política do século XIX. São apresentados vários exemplos (ou várias trajetórias de vida) que contribuem com a compreensão de como os valores eram constituídos, aceitos e preservados; e como funcionavam mecanicamente no correr dos dias mais ordinários e comuns. Há um interesse de Clodoaldo Freitas em mostrar como se dava as relações entre os políticos: as hierarquias, os financiamentos, as disputas pelo eleitorado. É analisada toda uma dinâmica de ordem social emaranhada à política e à cultura, que demonstra o grau de sofisticação analítica de Clodoaldo Freitas ao compreender que a realidade não é de forma alguma organizada, encarcerada em caixotes retóricos, e que os movimentos da humanidade ocorrem a partir da interação entre diferentes esferas ou domínios. É a partir dessa percepção teórica que são construídas as biografias aqui estudadas, como pode ser percebido através da narrativa sobre a vida do poeta malogrado Licurgo de Paiva.

O literato nasceu em Oeiras no ano de 1844, filho de um tenente-coronel chamado Miguel Henrique de Paiva. Estudou no Liceu Piauiense e, posteriormente, foi para Faculdade de Direito do Recife com o intuito de iniciar seus estudos jurídicos,

mas retornou mais cedo para o Piauí, antes mesmo de concluir os preparatórios, por ter virado as costas para os estudos pragmáticos e se entregado à poesia e à vida boêmia. Desgostoso com a situação, o pai o introduziu no funcionalismo público em Teresina e Licurgo de Paiva passou a atuar em alguns jornais da capital que tendiam para o lado do Partido liberal – apesar da inclinação conservadora de sua família. A partir daí, o poeta entra em decadência intelectual, financeira e física, patrocinada pelo seu vício em álcool, que o descredibilizou gradualmente como funcionário público (Freitas, 2012, p. 101-111).

Tal itinerário, da forma como é narrado por Clodoaldo Freitas, explicita através de um experimento mal sucedido, é verdade, a fórmula através da qual eram fabricados os ocupantes de cargos político-administrativos no século XIX brasileiro. Está tudo ali e de forma concomitante: a família bem posicionada do ponto de vista das finanças e da influência, o jovem filho talentoso cheio de potencialidades, a inclinação para as letras (o que era importante, afinal ser intelectual elevava socialmente). Ao caldeirão no qual Miguel Henrique de Paiva misturava os ingredientes que deveriam resultar em um herdeiro que zelaria pelas posses e pelo prestígio da família,⁸ foram acrescentados dois ingredientes indesejados: a boemia e a rebeldia. A

8 A respeito da relação entre família e poder no Piauí oitocentista, o historiador Marcelo de Sousa Neto observa que os grupos dirigentes eram moldados a partir do estabelecimento de redes familiares, que funcionavam como artifícios mantenedores da situação política em favor dos donos do poder. Os sujeitos que ocupavam os principais cargos político-administrativos e posições de liderança nos grupos políticos da província lançavam mão de recursos como a solidariedade interfamiliar e casamentos estrategicamente arranjados para se perpetuarem em posições de mando. SOUSA NETO (2013, p. 217-248).

poção falhou, portanto. Quem deveria ser príncipe (bacharel, no caso), tornou-se sapo (funcionário público de baixo escalão sem diploma). Um mar de expectativas ficou turvo, agitado e gerou traumas e ressentimentos. Essa história, deve-se dizer, é uma história das expectativas não realizadas, do que poderia ser mas não foi. Retomando a argumentação inicial, visto que para este trabalho, mais que a análise dos fatos sobre a vida de Licurgo de Paiva, interessa saber como Clodoaldo Freitas abordou, percebe-se na biografia o cruzamento entre cultura, política e sociedade. Os domínios possuem uma simultaneidade, concorrem, ajudam-se, atrapalham-se, envolvem-se e são capturados pelo olhar do biógrafo. Poder-se-ia falar mesmo em uma análise da cultura política da sociedade piauiense oitocentista (Queiroz, 2012, p. 169-179).

Clodoaldo Freitas também explora essa realidade a partir do exemplo de bacharéis que foram bem sucedidos no seguimento da carreira jurídica, como foi o caso do desembargador José Manuel de Freitas. Apesar de uma vida repleta de deslocamentos espaciais motivados pelas oportunidades profissionais, o jurista (que também foi poeta) teve carreira notável na política e na magistratura. Formou-se em Recife no ano de 1858 e até a sua morte, em 1887, entre outras atribuições ocupou os cargos de promotor público em Caxias (MA), secretário da presidência do Piauí, juiz municipal em Teresina, juiz de direito em Piracuruca (PI), Rosário (MA), Caxias e São Luís, presidente das províncias do Piauí, do Maranhão, de Pernambuco, além de também ter ocupado cargos no Poder Legislativo. Também foi importante membro do Partido Liberal, tornando-se uma

espécie de liderança regional, ao exercer influência sobre as províncias do Piauí, de Pernambuco e do Maranhão. Mesmo com tão vasta atuação profissional e política, ocupando cargos almejados pela maioria dos bacharéis do período, Clodoaldo Freitas não deixa de mencionar que os vários deslocamentos realizados por José Manuel de Freitas não eram exatamente convenientes e que o magistrado, necessitando oferecer condições materiais dignas a uma prole numerosa (cinco filhos e cinco filhas), jamais foi rico, chegando inclusive a recorrer à advocacia em determinado momento para alcançar rendimentos suficientes para a subsistência enquanto vivia em Teresina: “Juiz de Direito em disponibilidade e jornalista, o Dr. Freitas dedicou-se à advocacia, da qual auferia os meios para sustentar a sua numerosa família” (Freitas, 2012, p. 31). Há, ainda, de ser destacado que essa luta pela subsistência esteve ladeada a uma assídua atuação pelo Partido Liberal. Na imprensa piauiense, segundo Clovis Beviláqua, criou os jornais liberais *A Ordem*, *Liga e Progresso* e *A Imprensa*.⁹

Clodoaldo Freitas escreveu a biografia de José Manuel de Freitas originalmente em forma de necrológio publicado na imprensa. Na primeira versão, como é de se esperar, percebe-se um tom bastante elogioso. São realçadas as qualidades do desembargador enquanto homem, profissional e político

9 Clóvis Beviláqua, no seu *História da Faculdade de Direito do Recife* (cuja primeira edição foi publicada em 1927) faz uma longa nota de rodapé biográfica sobre José Manuel de Freitas, que tomou como referência *Vultos Piauienses*, de Clodoaldo Freitas. Beviláqua, é oportuno dizer, era casado com Amélia de Freitas Beviláqua, filha de José Manuel de Freitas, sendo, portanto, genro do desembargador (Beviláqua, 1977, p. 93-94).

liberal. Para o livro, o texto foi refeito e tomado como oportunidade para a realização de determinadas reflexões sobre a época do Império à luz do regime republicano vigente, tornando-se mais político. Percebe-se, então, uma escrita carregada de certo ressentimento, quatorze anos após a Proclamação da República.¹⁰

O autor se viu sem espaço na política republicana, ressentido e indignado com as coisas do Brasil naqueles últimos anos que foram para ele e sua família repletos de dificuldades materiais, uma vez que foi também obrigado a se tornar um migrante político em peregrinação por vários estados. Clodoaldo Freitas se mostra profundamente decepcionado com a política, como é possível perceber na seguinte citação: “Campo de batalha coberto de lama, onde as armas são o doesto mais reles e a calúnia infame, a negra injúria, os remoques vilíssimos, a política é uma fonte perene de armargores para aqueles que não sabem transigir ou vender seus amigos pelos afagos dos adversários” (Freitas, 2012, p. 24-25).

A produção de Clodoaldo Freitas nesse período é carregada de uma densidade de sentimentos, de dores, de angústias, de virtualidades e de recusas que dificilmente poderiam ser compreendidas numa chave cartesiana puramente racional. A expressão desses sentimentos transcende as biografias de *Vultos piauienses*. O autor publica nas cidades de Belém, Teresina e São Luís, entre 1902 e 1903, uma série de crônicas (posterior-

10 Para os interessados em uma análise específica sobre o relacionamento entre Clodoaldo Freitas e o regime republicano após 1889, ver: Queiroz, 2015, p. 23-30.

mente reunidas no livro *Em roda dos fatos*) nas quais tece duríssimas críticas à República que se fez no Brasil e reconsidera algumas de suas posições dos anos 1870 e 1880 sobre o Império e sobre Dom Pedro II (Freitas, 2011, p. 91).

O tema da republicanização da República não aparece apenas na obra de Clodoaldo Freitas. Pelo contrário, essa republicanização, entendida como a retomada dos princípios da propaganda, como o retorno à pureza inicial do regime, de conformidade com as propostas de republicanos históricos, ou seja, como a colocação na prática dos princípios definidores do sistema republicano tal qual o entendiam os reformadores das décadas de 1870 e 1880 é um tema até certo ponto recorrente na literatura de crítica ao regime político que se consolidou no Brasil no início do século XX. O que deve ficar claro é que os projetos idealizados nos anos 1870 e 1880 foram abortados logo nos primeiros anos após a proclamação, e a partir de 1891-1892, ou até antes, a categoria dos republicanos históricos aliados do processo de implantação do regime e/ou decepcionados e críticos com o programa real posto em execução já era muito grande e tendia a crescer. À medida que a República real se definia, em que se consolidavam as propostas vencedoras e, no início do século XX esse modelo exposto já estava acabado, a perspectiva, para quem não abandonara a vida política, era retomar a propaganda, fazer tábula rasa do passado e recapitular as lições aprendidas desde o período monárquico (Queiroz, 2015).

Nesse sentido, como dito anteriormente, Clodoaldo Freitas faz em *Vultos piauienses* uma *mea culpa* em relação a posições adotadas nos anos 1880 de dura oposição ao Império e ao imperador. Naquele decênio inicial do regime republicano, o autor esteve afastado dos principais cargos político-administrativos e jurídicos, o que fez com que se aventurasse por diversas paragens em busca de condições materiais dignas para a família.

No prelúdio de *Vultos piauienses* (intitulado *Duas palavras*), está posta a seguinte consideração: “Faço o que posso e os que puderem mais façam melhor” (Freitas, 2012, p. 7). A autodefesa, que antecipava o surgimento de possíveis críticas negativas, também pode ser lida como um curtíssimo registro autobiográfico. “Faço o que eu posso”, diz Clodoaldo Freitas, assumindo que lidava com obstáculos ao exercício de sua atividade intelectual. “Os que puderem mais façam melhor”, conclama o pensador; os letrados piauienses que gozassem de condições mais favoráveis que buscassem superá-lo.

Desse modo, *Vultos piauienses* é uma obra que estabelece relações entre passado e presente. Percebe-se uma escrita híbrida, atravessada por temporalidades diversas. O autor transita entre a história e a memória o tempo inteiro, o que é uma característica marcante de muitos intelectuais oitocentistas, essa liberdade criativa de visitar diferentes campos do conhecimento – às vezes em um mesmo texto. As biografias feitas por Clodoaldo Freitas possuem, ainda, a peculiaridade de

apresentarem uma aparente busca por respostas para questões contemporâneas à publicação do livro em tempos já idos.

Na formulação de Jean Orieux, o biógrafo, por um curioso efeito de mimetismo, impregna-se a tal ponto de seu personagem, que com ele chega a confundir sua própria identidade. Da relação íntima, prolongada e curiosa entre autor e biografado nascem um diálogo e uma troca de natureza espetacular e esse contato – vívido e intenso – aproxima as suas imagens e faz mesmo com que a vida e seu movimento se imponham à morte (Orieux, 1986, p. 40).

Em *Vultos piauienses*, para além das informações de ordem meramente factual, o que se impõe com grande força é a identidade e a identificação do autor com seus biografados. Esta identificação se consubstancia e se corporifica, num primeiro olhar, na profunda conexão Império-República que dimana do texto, cujo escopo de continuidade e ruptura marca todas as referências mais diretamente políticas; num segundo momento, revela-se a profunda marca da cultura política ocidental da modernidade, cujo aspecto mais singular é o da vigência de diversas constelações míticas, de largo sentido explicativo, mas sobretudo desencadeadoras de movimentos coletivos ou, por último, mas com a mesma significação, de fecunda ou profunda potência catártica (Girardet, 1987). A última aproximação é das mais adequadas no caso de Clodoaldo Freitas e de sua obra.

Percebe-se também em *Vultos piauienses* uma intensão de valorizar a memória da família do autor, visto que alguns dos biografados eram seus parentes próximos (José Manuel

de Freitas, por exemplo, era seu tio e João Alfredo de Freitas, primo); assim como também salta aos olhos o fato de todos os políticos escolhidos pelo autor para comporem o trabalho pertencerem (ou serem pelo menos próximos) ao Partido Liberal. Clodoaldo Freitas fala, inclusive: “Nos tristes dias de todas essas administrações conservadoras, dias mais que fatais à província [...]” (Freitas, 2012, p. 35). Todo o livro, pode-se dizer, possui o objetivo de construir ou modificar memórias: em sentido valorativo para alguns personagens e deslustrante para outros (especialmente os desafetos políticos). Trata-se de uma escrita dualista onde se percebe tensão permanente entre o bem e o mal, uma narrativa na qual por vezes vencem os vilões e, quando estes são vitoriosos, o autor escreve para que a vitória não aconteça em duas instâncias, na história e na memória.

A obra possui intensões interventivas. Cada biografia é prescritiva de determinados padrões de conduta e o livro, como um todo, procura esclarecer ou ensinar aos leitores o que deve ser a prática cidadã.

Vultos piauienses é uma obra rica em potencialidades. Trata-se de importante contribuição à cultura escrita piauiense e oferece ao leitor desapressado o relato de acontecimentos centrais na trajetória dos biografados e na própria história provincial do Piauí – a província, é importante dizer, não era uma ilha e compunha organicamente a mecânica política e administrativa do Império. O livro também apresenta registros memorialísticos com informações bastante restritas à época da feitura dos textos, às quais o autor acessou muito por conta

de ter conhecido pessoalmente boa parte dos biografados (ou, ao menos, suas famílias). Tais dados, submetidos ao exame crítico dos historiadores, podem contribuir com a compreensão de relevantes aspectos políticos, culturais e sociais do Piauí entre o final do século XIX e início do século XX.

Para além disso, entretanto, este trabalho pretendeu demonstrar que *Vultos piauienses* é também autobiografia. Ao narrar a trajetória de vida dos dez sujeitos históricos elencados, Clodoaldo Freitas desvelou aspectos de sua própria existência, como a frustração com o regime republicano, as dificuldades materiais enfrentadas (mesmo sendo ele um bacharel qualificado para o exercício dos mais elevados cargos públicos) e a posição utilitarista em relação à arte e à escrita em geral.

REFERÊNCIAS

BEVILÁQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 2. ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro; Conselho Federal de Cultura, 1977.

CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. **Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos de importância na província do Piauí**. Teresina: Tip. d'A Imprensa, 1879.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DIAS, Claudete Miranda. **Balaio e bem-te-vis: a guerrilha sertaneja**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

DOSSE, François. A biografia à prova da identidade narrativa. **Revista Escritas do Tempo**. v. 2, n. 4, p. 7-36, mar./jun. 2020.

FREITAS, Clodoaldo. **Em roda dos fatos**. 3. ed. Teresina; Brasília: Academia Piauiense de Letras; Senado Federal, 2011.

FREITAS, Clodoaldo. **Memórias de um velho**. Pesquisa e organização de Teresinha Queiroz. Imperatriz: Ética, 2008.

FREITAS, Clodoaldo. **Vultos piauienses**: apontamentos biográficos. 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras; EDUFPI, 2012.

FREITAS, Lucídio. **Poesia completa**. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. Um precursor da crítica literária. In: FREITAS, Clodoaldo. **Vultos piauienses**: apontamentos biográficos. 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras; EDUFPI, 2012. p. 181-185.

ORIEUX, Jean. A arte do biógrafo. In: DUBY, George et al. **História e Nova História**. Lisboa: Teorema, 1986. p. 40.

QUEIROZ, Teresinha. Clodoaldo Freitas e a republicanização da República. In: QUEIROZ, Teresinha. **História, literatura, sociabilidades**. 2. ed. Teresina: EDUFPI; Academia Piauiense de letras, 2015. p. 23-30.

QUEIROZ, Teresinha. Clodoaldo Freitas e o imaginário político do século XIX. In: FREITAS, Clodoaldo. **Vultos piauienses**: apontamentos biográficos. 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras; EDUFPI, 2012. p. 169-179.

QUEIROZ, Teresinha. **Os literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUSA NETO, Marcelo. **Entre vaqueiros e fidalgos**: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013.

OS INTELLECTUAIS MEDIADORES: CONSTRUTORES DE UMA COMUNICAÇÃO DA ÉRA VARGAS NO PIAUÍ (1930-1945)¹

Antonio Maureni Vaz Verçosa de MELO²

Doutor

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Resumo

O presente texto propõe a inserção do conceito de “intelectuais mediadores” na identificação de sujeitos que participaram da engenharia burocrática do Estado por meio da ocupação de cargos públicos, contribuindo para estabelecer a comunicação entre o governo local e o governo nacional de Getúlio Vargas. Nesse contexto, destacam-se Artur Passos, à frente da Imprensa Oficial, e João Bastos, na direção do Departamento de Estatística, bem como Guilherme Muller e Valdir Fortes, que atuaram como fotógrafos a serviço do Estado. Para tanto, utilizam-se como referências Certeau (2011), Gomes (2016, 2020), Cappelato (2009), Pinheiro Filho (1997), Souza (2017), entre outros. Esses intelectuais mediadores colaboraram para a construção de discursos em seus respectivos espaços de atuação dentro da estrutura estatal, contribuindo para inserir o Piauí, à época, no contexto do discurso nacional.

1 Trabalho apresentado no GT 7- História, Imprensa e Sociedade. Integrante do II Encontro Internacional Mídia e Dimensões do Tempo 2025.

2 Antonio Maureni Vaz Verçosa de Melo. Doutor em História Social (UERJ). Mestre em Educação (UFPI). Licenciado em História (UFPI). Bacharel em Direito (UESPI). Especialização em História Sociocultural (UFPI), Especialização em Ensino de História do Brasil e Mundo Contemporâneo (UFPI); Especialização em Direito Constitucional (UESPI). Professor adjunto da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Professor da Educação Básica da Rede Estadual do Maranhão (SEDUC/MA). antoniomelo@cchl.uespi.br

Palavras-chave

História, Imprensa e Sociedade; Era Vargas; Piauí; Intelectuais Mediadores; Propaganda.

Segundo Francisco Alcides do Nascimento (2002, p. 86), “[...] não se tem notícia de nenhum integrante da Academia Piauiense de Letras no primeiro escalão, mas isso não significa que não tenha havido a contribuição da intelectualidade” na interventoria de Leônidas Melo, pois como observamos, os próprios políticos que exerceram cargos-chave, entre eles, o próprio interventor e o prefeito da capital, exerceram estas posições também quando construíram reflexões sobre a organização da sociedade e do Estado. Além de defensores da ordem, ajudaram a construir um pensamento formador de opinião ou simplesmente criar um clima de união e conagração.

Aqui, não nos deteremos na discussão aprofundada do conceito de *intelectual*, por considerá-lo complexo e por não constituir o foco central deste trabalho. Adotaremos, entretanto, uma perspectiva abrangente, a exemplo da formulação de Antonio Gramsci (1981), que entende o intelectual em sentido lato: todos são intelectuais, embora nem todos exerçam a função de intelectual na sociedade. Nessa direção, Jean-François Sirinelli o concebe como um agente de influência na formação da opinião pública e na construção de identidades coletivas (Zanotto, 2025). Já Bolivar Lamounier (2014) propõe uma definição que transcende a mera produção de conhecimento, concebendo o intelectual como aquele que atua no espaço pú-

blico, contribuindo para a conformação de discursos, para a legitimação de regimes ou para a crítica da ordem social vigente.

Neste trabalho para contemplar nossos sujeitos utilizamos a luz da conceituação de Ângela de Castro Gomes (2020), em relação ao intelectual mediador, como sendo aquele que transita entre autores, instituições e públicos, construindo pontes que permitem a legitimação do saber no espaço cultural, papel que será exercita por alguns agentes inseridos neste trabalho.

A presença de intelectuais ou mesmo de mediadores culturais foi uma constante, ainda que, inicialmente, os operadores de ideias que ocuparam cargos na estrutura administrativa da interventoria não fossem reconhecidos como tais. No decorrer do governo, entretanto, passaram a se comportar e a atuar com essa especificidade. Com o tempo, suas ações no campo político e cultural lhes possibilitaram o acesso a instituições acadêmicas de caráter literário, como a Academia Piauiense de Letras (APL), sendo que muitos já eram oriundos do setor educacional.

Outros, mesmo não ocupando posições diretas na burocracia do estado se fizeram presentes no Piauí ocupando diversos espaços de sociabilidade, produzindo ou interpretando os discursos, mas, de uma forma ou de outra construindo a ideologia em torno do projeto político de Vargas. Esses colaboradores foram de fundamental importância na construção da imagem do novo regime no estado, principalmente na construção de um discurso hegemônico de uma nova ordem, com o fortalecimento do Estado e dos seus agentes executores no âmbito federal, Getúlio Vargas, e no espaço estadual, na inter-

ventoria de Leônidas Melo³. Entre os construtores diretos de ideias que exerceram funções públicas, destacam Artur Araújo Passos⁴ e João Bastos⁵. Artur Passos dirigiu a Imprensa Oficial⁶ do Estado entre 1935 e 1945, promovendo uma ampla reforma

- 3 Leônidas de Castro Melo. n. Barras (1887) – f. Teresina (1981). Formou-se em medicina no rio de Janeiro, em 1920. Delegado dos Serviços de Indústria Pastoral e Assistência Veterinária no Piauí (1921), Conselheiro Municipal em 1929. Professor de História Natural do Liceu Piauiense, onde foi também professor de Química e Diretor em 1932. Professor de História Natural e diretor da Escola Normal (1932). Governador do Estado (03/05/1935 a 23/11/1937), passando a interventor federal no Estado Novo (24/11/1937 a 09/11/1945), no seu governo foi realizado diversas obras inclusive o Hospital Getúlio Vargas, Casa Anísio Brito. Exerceu diversas funções públicas. Público Trecho dos Meu Caminho (memorais), *Da geração espontânea*. Cf. Bastos, Cláudio. **Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.368. *Passim*
- 4 Artur de Araújo Passos. n. Jerumenha (PI), 1882 – f. Teresina (PI), 1977. Trabalhou como comerciante e servidor público. Foi Diretor da Imprensa Oficial de 1935 a 1945. Presidiu a Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí. Prefeito da cidade de Jerumenha (PI), vereador em Teresina (PI) e chefe da Casa Civil do governador do Piauí de 1946 a 1947. Na cultura foi historiador e folclorista, colaborou com várias revistas, almanaques e periódicos da capital, pertenceu a Academia Piauiense de Letras. Publicou as seguintes obras: *História, Economia e Lendas; Conceitos Políticos Sociais do Município; Dois Vultos Piauienses; Folclore Piauiense; Campanha Municipalista; Lenda e Fatos; Esboço de Um Perfil* (sobre Higino Cunha); *Abdias Neves – Homens e Eventos de Sua Época; Nas Ribas do Gurgueia* e outras obras. Cf. BASTOS, Cláudio. **Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.431. *Passim*.
- 5 João Bastos. João Bastos. n. Campo Maior (PI), 1884 – f. Teresina (PI), 1950. Funcionário público e jornalista. Bacharel em direito pela Faculdade de Direito do Piauí. Diretor do Departamento Estadual de Estatística e do Departamento da Fazenda do Piauí. Fundador e diretor do *Jornal do Comércio*. Publicou: *Princípios Efemérides Piauienses* (1939), *Unidade Econômica e Financeira* (1943) e *A Estatística Sobre o Regime de Cooperação Inter- Administrativa*, 1943. GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003**. Teresina: Editora Halley, 2003. p.54. *Passim*
- 6 Criada em 27/02/1911.

nesse órgão de comunicação governamental e transformando-o em uma estrutura essencial de propaganda para a interventoria. Já João Bastos ocupou um cargo técnico na direção do Departamento Estadual de Estatística (DEE), entre 1935 e 1950, dedicando-se ao levantamento de dados sobre o Piauí e à conversão dessas informações em estatísticas que subsidiaram diversas ações administrativas e narrativas sobre o estado

Artur Passos era jornalista, com produções voltadas para a política, a biografia e o folclore regional, sendo identificado na literatura piauiense como modernista, sobretudo por suas crônicas e contos. Estava profundamente ligado à vida pública, o que lhe possibilitou ocupar diversas funções. Foi responsável pela reestruturação da Imprensa Oficial, órgão incumbido da comunicação governamental, que produzia publicações como mensagens governamentais, relatórios, anuários estatísticos e comunicações oficiais, além de edições de entidades como a Academia Piauiense de Letras (APL), entre outras. Sua principal atuação, contudo, concentrou-se na publicação e distribuição do *Diário Oficial* do Estado do Piauí, que, sob sua direção, foi reformulado, adquirindo novo formato. Para além de veículo publicitário dos atos oficiais dos poderes, tornou-se um eficiente mecanismo de imprensa, com caráter noticioso, difundindo informações sobre eventos ocorridos no estado e também fora dele.

A Imprensa Oficial iniciou seu processo de modernização ainda durante a interventoria de Landri Sales⁷; contudo, foi na administração de Leônidas Melo que se consolidou como o principal centro gráfico do estado, responsável não apenas pelas publicações governamentais, mas também pelas de instituições particulares. O *Diário Oficial*, sob a direção de Artur Passos, firmou-se como o principal veículo de comunicação do Piauí, o que pode ser evidenciado pela seguinte afirmação: “[...] O *Diário Oficial* circula pontualmente, com uma tiragem de 3.000 exemplares [...]”. (PIAUÍ. RELATÓRIO. 1942, p.120.

Esse resultado decorreu da modernização do parque gráfico, com a aquisição de equipamentos modernos que aprimoraram a imagem da instituição e dinamizaram o processo de impressão. A mudança na linha editorial do *Diário Oficial* também respondia à necessidade de suprir o estado com um jornal

7 Landri Sales Gonçalves. N. Acaraú (CE), 1904 – f. Rio de Janeiro, 1978. Iniciou seus estudos em Camocim (CE), prosseguindo-os no Ginásio São Joaquim, em Lorena (SP), e no Liceu do Ceará. Classificado no 23º Batalhão de Caçadores, em Fortaleza, foi promovido a segundo-tenente em julho do mesmo ano. Foi um dos líderes da Revolução de 1930 no Ceará. Foi interventor do Piauí. Ocupou diversas funções públicas. Promovido a general-de-brigada em abril de 1957, passou imediatamente para a reserva no posto de general-de-divisão. Exerceu ainda vários cargos de direção na Companhia Telefônica Brasileira até 1966, quando foi eleito presidente da empresa. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SALES,%20Landri.pdf>. Acesso em: 18 Ago. 2025.Passim.

de circulação periódica⁸, sobretudo porque, na capital, o único periódico que apresentou certa regularidade durante o Estado Novo foi a *Gazeta* (PI).

O *Diário Oficial* circulava, como já mencionado, com os informes dos poderes públicos; contudo, seu conteúdo assumia também o formato de um jornal de notícias, trazendo diariamente informações sobre acontecimentos no Brasil e no mundo, repassadas pela Agência Nacional. Esse órgão, criado pelo governo Vargas em 1º de março de 1937, tinha entre seus objetivos o envio de notícias aos periódicos oficiais e particulares, sobretudo sobre o cotidiano administrativo do governo federal. O *Diário Oficial* do Piauí passou ainda a incluir propagandas de empresas, profissionais liberais e outros anúncios em suas páginas, conferindo-lhe maior dinamismo e ampliando suas condições de atratividade junto aos leitores.

Em 27 de dezembro de 1939, todo o sistema de propaganda e censura foi reestruturado com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), cujo principal objetivo era divul-

8 Os jornais que circularam na capital, Teresina, no período de 1937 a 1945, eram os seguintes jornais: *Jornal Gazeta* (1937 a 1945), *Monitor Comercial* (1937 a 1939) e *Vanguarda* (1939) e *Piauí* (1945), Cf. OLIVEIRA, Thamyres Sousa de. **O jornalismo piauiense e a censura em tempos de Estado Novo**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina (PI), 2016. E na obra Cf. PINHEIRO FILHO, **História da imprensa no Piauí**. 3 ed. Teresina: Editora Zodíaco, 1997, que cita os seguintes jornais: *Jornal do IAPC* (1938) e *Língua de Sogra* (1943). Este era elaborado no Rio de Janeiro – datilografado, era um jornal que fazia uma crítica aos estudantes piauienses, residentes no Bairro do Catete. Era elaborado por A. Tito Filho e depois contou a com a ajuda de Petrarca Sá e Tibério Nunes, ambos estudantes que viriam a se tornar jornalistas, professores e políticos.

gar o regime político e estabelecer canais de aproximação com os setores intelectuais. Em sua estrutura organizacional, impunha censura aos elementos contrários ao governo. O órgão estava diretamente subordinado ao presidente Getúlio Vargas, tendo sua organização e direção confiadas a Lourival Fontes, de 1939 a 1942, conhecido como “o homem do DIP”. Aos poucos, o departamento foi incorporando diferentes estruturas e se consolidou como um “superórgão” no contexto do Estado Novo, composto por várias divisões e seções, voltado a enaltecer a imagem de Getúlio Vargas, seu carisma e sua figura de benfeitor, sobre o DIP, temos:

O DIP passou a ter poderes para: censurar, controlar, sancionar, cobrar, taxas, conceber isenções, prêmios, favores, cuidar dos direitos e deveres de funcionários e empresas, zelar por direitos autorais, intermediar convênios, cadastrar todos os funcionários e empresas envolvidas com a comunicação. Enfim, a intervenção do Estado, regulada nos mínimos detalhes, institucionalizava-se com a criação do DIP (Goulart, 1990, p. 50).

Nesse sentido, o DIP não se configurava apenas como um departamento da estrutura do Estado Novo, mas como a visão, a voz e a audição do governo, criando os mecanismos de ação do Estado para se aproximar da população, ao mesmo tempo em que exercia funções de repressão e censura. Sua organização abrangia um campo de atuação que extrapolava a imprensa e a propaganda, monitorando comportamentos individuais e coletivos nos diversos espaços da sociedade.

O raio de ação do DIP era completamente pulverizado, pois criava mecanismos para que todos se sentissem responsáveis pela implantação das ações do governo Vargas, ou mesmo temerosos pela reação do governo. Constituiu-se, portanto, em um órgão de imprensa e propaganda que também era de vigilância e limitação de atitudes e atos que fossem considerados ofensivos ao regime e a Getúlio Vargas.

Os estados não ficaram à margem do processo de centralização e de promoção da propaganda por meio de órgãos específicos. Em 1940, foram criados, em cada unidade da federação, os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs)⁹, sob a orientação direta do DIP. “Na verdade, o DEIP fora concebido à imagem e semelhança do DIP, com a função de estender aos estados as mesmas ideias, veicular a doutrina do Estado Novo e fazer cumprir as normas do departamento federal” (Goulart, 1990, p.78). Esses órgãos, em conjunto, estruturaram uma rede destinada à divulgação do regime, ao mesmo tempo em que instituíam mecanismos de repressão a movimentos e ideias contrárias. Suas ações incluíam, entre outras, a publicação e o financiamento de obras como revistas, livros e jornais, a promoção de programas de rádio, seminários, encontros e diversas outras iniciativas que exaltassem o Estado Novo e a figura de Getúlio Vargas.

O DEIP no Piauí desempenhou suas funções de maneira bastante eficiente, tanto na divulgação de obras quanto no controle de qualquer movimento contrário às ideias do gover-

9 Foi criado por meio do Decreto-lei nº 2.557, em 4 de setembro de 1940.

no, configurando-se como um dispositivo eficaz de censura. A direção do órgão esteve, em diferentes momentos, a cargo de pessoas vinculadas ao meio acadêmico, jornalístico e literário. Entre suas iniciativas, destaca-se o patrocínio a diversas obras, como as revistas da Academia Piauiense de Letras, além de publicações de alguns de seus membros, de outros autores e de instituições locais. Soma-se a esse contexto de vigilância a atuação da Chefia de Polícia, responsável direta pela censura no estado e que mantinha constante contato com a polícia do Distrito Federal, como se pode observar na correspondência a seguir.

[...] Teresina, 23 de novembro de 1939. [...]Tenho a satisfação de acusar recebido o seu ofício 26 de outubro, próximo findo, acompanhado do exemplar do relatório das últimas atividades esquerdistas, nessa Capital, apresentado pelo ilustre Delegado Especial de Segurança Política e Social. No particular, cabe-me assegurar-lhe que a polícia piauiense continuará na campanha de sempre, e agora mais revigorada, em face da sugestão, que me faz o destino coléga, contra os inimigos da ordem e do regimen, procurando evitar que, neste Estado, reorganizem as suas hostes. No momento, e apesar da rigorosa vigilancia, que mantemos, não nos foi possível descobrir, em nosso meio, qualquer indício de rearticulação comunista. [...] (sic)¹⁰.

10 Telegrama do Chefe de Polícia do Piauí, Des. Cromwell Barbosa de Carvalho para Chefe de Polícia do Distrito Federal Filinto Müller em 23/11/1939. Arquivo Filinto Müller. FGV/CPDOC. FM 33.02.21 chp/ad pasta II.

A correspondência foi endereçada ao Chefe de Polícia do Distrito Federal, posto ocupado por “Filinto Müller interpretava as funções de Chefe de Polícia como dirigida para a detenção de elementos suspeitos de conspirar contra o Estado Novo” (DULLES, 1967, p.225). No Piauí, o Chefe de Polícia à época, desembargador Cromwell de Carvalho (colaborava com a chefia central no combate às ideias comunistas. O conteúdo da carta evidencia a troca de informações entre os estados e a instância central de repressão a atos e ações considerados subversivos ao regime. O documento revela, ainda, a força da imagem do governo na sociedade e a vigilância constante exercida para impedir a propagação da doutrina comunista.

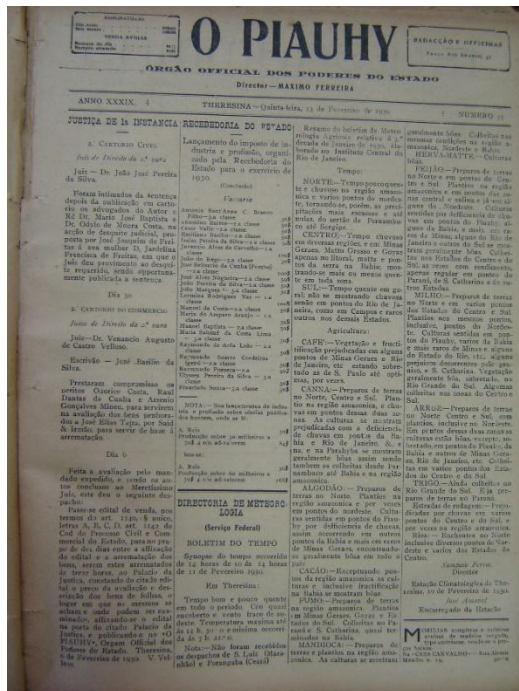
Essas ações tinham como objetivo preservar a implementação das diretrizes do governo, sendo que a atuação do DIP, dos DEIPs¹¹ e da Chefia de Polícia nos estados visava assegurar uma coordenação eficaz, garantindo o desempenho eficiente de suas intervenções específicas, tanto na censura quanto na promoção do governo.

Quanto às mudanças visuais implantadas por Artur Passos no *Diário Oficial* do Estado do Piauí, apresentamos a seguir imagens que ilustram a dimensão das alterações gráficas pelas

11 “Na sua missão, o Departamento de Imprensa e Propaganda vem obtendo a valiosa colaboração dos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda, que de acordo com o decreto-lei nº 2557, de 4 de setembro de 1940, foram constituídos em vários Estados”. (p.2). trecho que denota a importância deste órgão na estrutura de comunicação do Estado Novo. Cf. Relatório do Departamento de Imprensa e Propaganda de 1941. Lourival Fontes. Junho de 1942. ARQUIVO NACIONAL (RJ-BRASIL). Fundo: Gabinete Civil da Presidência da República 1930 a 1945. SDE 35. Subsérie: Departamento de Imprensa e Propaganda. Lata 510.

quais o periódico passou desde sua criação até o período do Estado Novo. Sob uma nova mediação cultural, o jornal adquiriu a fisionomia de um veículo diário, com manchetes e linguagem jornalística, assumindo o caráter de meio de comunicação de massa e de bem cultural com conteúdo diversificado. Tornou-se um espaço que integrou diversos colaboradores responsáveis por coletar, redigir e publicar notícias variadas, ainda que sempre orientadas para a propaganda governamental e para a repressão de adversários e de suas doutrinas.

Figuras 1 e 2: Fotomontagem dos diários oficiais do estado do Piauí





Nota: O primeiro (13/02/1930) ainda com o título de *O Piauíhy – Orgão Oficial dos Poderes do Estado*, com direção de Máximo Ferreira; o segundo (20/04/1940) já com o título de *Diário Oficial*, sob a direção Artur Passos.

Fonte: *O Piauíhy* (13/02/1930) e *Diário Oficial* (20/04/1940). Fotomagem elaborada pelo autor.

Como se pode observar pelas imagens apresentadas, o *Diário Oficial do Piauí* adquiriu um visual mais moderno, que contribuiu para a renovação da propaganda durante o Estado Novo. No primeiro exemplar, intitulado *O Piauíhy*, percebe-se um design simples, voltado exclusivamente para a divulgação

dos atos oficiais dos poderes. Já na segunda versão, o *Diário Oficial* revela mudanças significativas, como a incorporação de elementos visuais que conferiam maior impacto ao discurso escrito, sobretudo pelas fotografias jornalísticas que acompanhavam os atos e ações da interventoria de Leônidas Melo, bem como outros acontecimentos do estado. Outro aspecto relevante, evidenciado na imagem, é o engajamento do periódico nas celebrações promovidas pela política nacional; na edição em análise, tal engajamento manifesta-se nas matérias dedicadas às comemorações do aniversário de Getúlio Vargas.

Segundo Paulo Gutemberg de Carvalho (2017), a transformação ocorrida no setor do fotojornalismo no Piauí foi favorecida pela atuação do fotógrafo Guilherme Müller¹², natural de Belém, que, em 1939, foi convidado por Artur Passos para integrar a equipe da Imprensa Oficial do Estado, a qual já contava com a presença do fotógrafo Valdir Fortes¹³. Ainda de acordo com o autor:

-
- 12 Guilherme Barreiros Müller. Natural de Belém (PA), nascido em 1913 e falecido em Teresina (PI), em 1994. Aprendeu o seu ofício na Escola Profissional do estado do Pará. Trabalhou no jornal *Folha do Norte*, o maior jornal do Pará. Veio para Teresina (PI), para trabalhar na Imprensa Oficial do estado, depois passou para outros órgãos como Departamento de Estradas e Rodagens do Piauí (DER-PI) e Departamento de Polícia Técnica da Secretária de Justiça e Segurança Pública, constituiu família em solo piauiense e fundou o famoso Foto Müller em 1940. Cf. SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. **Guilherme Müller e a invenção visual de Teresina**. Teresina: Editora Nova Aliança, 2017. p. 14-16. Passim.
- 13 Valdir Fortes. Fotógrafo da Imprensa Oficial do Estado do Piauí, é assinalado em diversos exemplares do *Diário Oficial do Estado do Piauí*, fotografou diversos momentos do cotidiano da cidade e sua gente.

[...] o trabalho de Guilherme Müller se ajustava duplamente aos programas de divulgação e propaganda do Estado Novo no Piauí: seja confeccionando clichês de imagens fotográficas (inclusive em forma de montagens) e de outras ilustrações para impressão nas publicações oficiais (jornal, relatórios, folhetos, anúncios), seja produzindo, como fotógrafo, imagens para enaltecer o regime e as obras dos governantes – o interventor federal e o prefeito municipal¹⁴. (SOUSA, 2017, p.51-52).

O trabalho fotográfico de Guilherme Müller proporcionou ao Piauí uma propaganda mais sofisticada por parte dos órgãos estaduais responsáveis pela difusão das diretrizes do Estado Novo. A produção escrita dos intelectuais, articulada aos discursos políticos, resultou em uma expressiva associação entre texto e imagem. Essa configuração possibilitou um processo de legitimação mais coeso do regime, marcado por uma intervenção estatal elaborada e dinâmica, direcionada ao olhar e à leitura do “novo cidadão” a ser construído pelo Estado Novo.

Sob a direção de Artur Passos, foi implantado um laboratório fotográfico que ampliou de forma significativa a prática da fotojornalismo no periódico oficial, consolidando a imagem como veículo de informação e de publicidade governamental. Esse setor ficou sob a responsabilidade do fotógrafo Guilherme Müller, cujas produções passaram a circular em revistas, relatórios, boletins e painéis de exposições. Entre os registros fotográficos figuravam praças, edifícios, inaugurações, solenidades e outros eventos, evidenciando que, no Estado Novo,

14 *Ibidem*.p.51-52.

o olhar também precisava ser educado, de modo a enxergar, através da lente do fotógrafo, o progresso do Estado.

Depreende-se da atuação do *Diário Oficial do Piauí* que suas modernizações editoriais, entre elas a introdução da fotojornalismo como resultado de um trabalho coletivo de profissionais, representaram um marco significativo. Compunham o quadro da Imprensa Oficial do Estado editores, redatores, fotógrafos, diagramadores, entre outros, cuja atuação conjunta conferiu maior dinamismo ao periódico. Essas alterações foram implementadas sob a direção de Artur Passos, em parceria com seus colaboradores, transformando o veículo oficial de comunicação dos poderes em um órgão mais eficiente, sobretudo após a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e, em âmbito estadual, do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP)¹⁵.

Se Artur Passos foi o principal responsável pela Imprensa Oficial no Piauí durante o Estado Novo, João Bastos destacou-se como o encarregado dos dados estatísticos que fundamentavam tanto os discursos oficiais da imprensa quanto as políticas públicas do interventor Leônidas Melo. Diretor do Departamento Estadual de Estatística (DEE) ao longo de todo o governo constitucional de Leônidas Melo e também em sua interventoria, permaneceu no cargo até o início da década de 1950. Tal permanência evidencia sua competência na condução do órgão e a relevância dos levantamentos produzidos pelo DEE, que registravam e mapeavam as ações do Estado, servin-

15 A ação dos DEIPs nos estados foi elogiada por Lourival Fontes, pois estes órgãos funcionavam como um braço estadual do DIP.

do de base para os argumentos dos intelectuais que colaboraram com o projeto político do Estado Novo no Piauí.

João Bastos, enquanto diretor-geral do Departamento Estadual de Estatística (DEE), foi responsável pela estruturação de todo o sistema estatístico do Piauí. Sua atuação à frente do órgão resultou na produção de boletins estatísticos, anuários, diferentes tipos de censos, mapas, sinopses estatísticas, tábuas itinerárias (abrangendo rodovias, estradas, navegação fluvial, ferrovias e redes aéreas), além de monografias descritivas municipais e outros materiais de referência. O DEE também colaborou para a organização dos setores estatísticos nos municípios, bem como participou ativamente dos censos nacionais promovidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e por outros órgãos do governo federal.

A atuação de João Bastos no Departamento Estadual de Estatística (DEE) foi amplamente reconhecida, como demonstra um fragmento da revista *A Economista*¹⁶, em edição especial dedicada aos estados do Piauí e do Maranhão, que reuniu reportagens sobre diferentes aspectos dessas regiões. No caso do Piauí, as matérias utilizaram diversas fontes, entre as quais se destacam as informações e o trabalho desenvolvido pelo DEE. O texto registra: “O Estado do Piauí possui um serviço de estatística digno de destaque. E esse destaque não é notado

16 Revista *A Economista* (PE). Março/1938. Revista do estado de Pernambuco, tinha caráter publicitário de “Informações, Finanças, Agricultura, Comércio, Indústria, Crítica e defesa de classe”. Neste exemplar, se auto afirmava “O magazine mais antigo do Norte do Brasil”. O diretor era Angelo Cibella e tinha agências e correspondentes em vários estados e países. Circulava no Brasil e América. Este exemplar foi edição especial trazendo informações sobre os estados do Maranhão e o Piauí.

apenas dentro daquele Estado, mas em todos os ângulos do quadro estatístico brasileiro (sic)”¹⁷. Esse extrato evidencia o papel desempenhado por João Bastos na organização e consolidação do departamento, contribuindo para dar maior visibilidade às ações da interventoria de Leônidas Melo, sobretudo no contexto do Estado Novo.

Sob a direção de João Bastos, o Departamento Estadual de Estatística (DEE) colaborava com diversos veículos de comunicação, tanto no Piauí quanto em outras regiões, como revistas, jornais, almanaques, anuários e magazines. Essa colaboração se manifestava em múltiplas frentes: na divulgação de dados estatísticos do estado, na elaboração de artigos voltados para temáticas relacionadas à pesquisa de dados e ao desenvolvimento socioeconômico, bem como na participação em eventos científicos e institucionais. O DEE, além de organizar, participou de importantes exposições nacionais e internacionais, como a Primeira Exposição de Educação e Estatística, realizada no Rio de Janeiro, e a Feira de Milão¹⁸, na Itália, ambas em 1937. Quanto à relevância da divulgação dos dados como instrumento de propaganda do estado, João Bastos assim se manifestou:

17 Revista A Economista (PE). Março/1938. p.1476. O serviço de estatística do estado do Piauí (p. 1476-1477). Nesta revista foram apresentados diversos aspectos do Piauí, tanto das ações dos órgãos do governo interventorial, como das ações em diversos municípios, com dados e imagens que demonstravam o caminho do progresso no Estado Novo.

18 Op. cit. p.1.481. Nesta exposição, o Piauí apresentou entre os produtos a cera da carnaúba e o algodão. Aquela, ocupava o primeiro lugar na exportação do estado e este, denominado de “ouro branco”, era o segundo produto de exportação da balança comercial piauiense.

A publicidade é uma atividade digna, honesta e alevantada, representando um grande veículo para difusão de tudo aquilo que, necessitando de ser conhecido dever ser propagado e divulgado em todos os meios, em todos os centros. Ela é útil a toda a gente, a todas as profissões. Amparemos, pois, sob todos os aspectos e publicidade piauiense, na convicção de que, com isso concorreremos, também, para a grandeza do Estado. (Almanaque da Parnaíba, 1934, p. 295)¹⁹.

Para João Bastos, as pesquisas falavam por si mesmas. O crescimento do estado não se limitava, em sua visão, a um simples trabalho de levantamento de informações, tabulação e classificação de dados; tratava-se, antes, de uma ação governamental que servia de parâmetro para os empreendimentos do poder público e para a propaganda de suas realizações. As informações coletadas pelo DEE precisavam ser publicizadas como evidência de uma administração eficiente, ou, em suas próprias palavras, “para a grandeza do Estado”.

Nesse propósito de difusão da imagem do Piauí, João Bastos criou, em 1937, após a instalação do Estado Novo, o jornal *Monitor Comercial*²⁰. Esse impresso promovia os governos de Leônidas Melo e de Getúlio Vargas por meio da divulgação de informes comerciais, econômicos, estatísticos e governamen-

19 *Almanaque da Parnaíba*. (Parnaíba- Piauí). Ano XV. 1938.p. 295.

20 *Jornal Monitor Comercial*. Diretor João Bastos, o gerente era Virgílio Ribeiro Soares. Começou a circular em Outubro de 1937. Essa primeira edição já trazia o seu objetivo, antes da instalação do Estado Novo, constava uma pequena reportagem com o título “Teresina – Capital do Estado”, com o subtítulo “O progresso de Teresina, é inegável e está ao alcance de todas as vistas”. p. 20.

tais, associando-lhes também o uso de imagens, de modo a potencializar sua força visual.

Considerações finais

A construção da imagem da Era Vargas no Piauí não foi fruto apenas da ação de intelectuais no âmbito nacional, mas também de intelectuais mediadores piauienses, como Artur Passos, João Bastos, Guilherme Müller, Valdir Fortes, entre outros, que, em seus respectivos espaços, além de utilizarem suas habilidades profissionais nos cargos que ocupavam, atuaram como ponte entre autores, instituições e públicos, desempenhando papel central na legitimação do saber e na difusão de ideias no espaço cultural.

Diferentemente do intelectual tradicional, que se concentra na produção de conhecimento ou na crítica direta à sociedade, o intelectual mediador transita entre diferentes campos sociais, aproximando teorias e práticas, traduzindo saberes especializados para públicos mais amplos e contribuindo para a construção de consensos ou da autoridade de certas ideias. Assim, os intelectuais mediadores apresentados neste estudo não apenas transitaram entre esses campos, mas também consolidaram o regime varguista no estado, tanto no âmbito federal quanto, sobretudo, no contexto estadual.

REFERÊNCIAS

Instituições

Arquivo Público do Piauí (APPI).

Arquivo Nacional (RJ-BRASIL).

Biblioteca Nacional (BN- Digital).

Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

Fontes:

Jornais

O Diário Oficial do Estado do Piauí. (PI).

Jornal Monitor Comercial (PI).

O Piauíhy. (PI)

Periódicos:

Almanaque da Parnaíba. (Parnaíba- Piauí).

Revista A Economista (PE).

Relatórios:

PIAUI. **Relatório.** Apresentado ao Exmo, Sr. Dr. Getúlio Vargas, D. D, Presidente da República pelo Interventor Federal no Estado Dr. Leônidas de Castro Melo. Teresina: DEIP, 1942.

BIBLIOGRAFIA:

BASTOS, Cláudio. **Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**: ou o ofício do historiador. São Paulo: Editora Zahar, 2002.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2ªed. São Paulo: Editora Unesp, 2009

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora Forence Universtiária, 2011.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. (Orgs.) **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Angela de Castro. **O lugar dos “Intelectuais mediadores”**: entrevista com a Angela de Castro Gomes. Entrevistadores: Bruno Leal Pastor de Carvalho e Ana Paula Tavares Teixeira. In: Café História. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/intelectuais-mediadores-entrevista-angela-de-castro-gomes/>. Publicado em: 31 ago. 2020. ISSN: 2674-5917. Acesso em: 18 de jul. 2025.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003**. Teresina: Editora Halley, 2003.

GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial**: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Editora Marco Zero/CNPq, 1990.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

LAMOUNIER, Bolívar. **Tribunos, profetas e sacerdotes**: intelectuais e ideologias do século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MONTEIRO, Charles. **História e fotojornalismo**: reflexões sobre o conceito e a pesquisa na área. *Revista Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 8, nº. 17, p. 64 - 89. jan./abr. 2016.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e a classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O intelectual do DIP**: Lourival Fontes e o Estado Novo. p.37-58. In.: BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

OLIVEIRA, Thamyres Sousa de Oliveira. **O jornalismo piauiense e a censura em tempos de Estado Novo**. Dissertação de Mestrado em Comunicação Social. (Programa de Pós-graduação em Comunicação Social). Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina (PI), 2016.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PINHEIRO FILHO, **História da imprensa no Piauí**. 3 ed. Teresina: Editora Zodíaco, 1997.

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. **Guilherme Müller e a invenção visual de Teresina**. Teresina: Editora Nova Aliança, 2017.

ZANOTTO, Gizele. **História dos Intelectuais e História Intelectual**: contribuições da historiografia francesa. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/maisonroberto,+bib+03+historia+dos+31-45.pdf. Acesso em: 19 de jul. 2025.

O FASCISMO EM PÁGINAS VERDES: DOCTRINA, PODER E PROPAGANDA NA REVISTA INTEGRALISTA ANAUÊ!¹

Rodrigo Carvalho do NASCIMENTO²

Mestrando

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Nilsângela Cardoso LIMA³

Doutora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Resumo

O presente trabalho tem por finalidade analisar e discutir como o movimento integralista apropriou-se da imprensa e dos impressos periódicos, em especial da revista *Anauê!* (1935-1937), para disseminar seus ideais e doutrina. A revista surgiu e representou uma nova fase da organização, que estava se tornando um partido político. Com a variedade de conteúdos presentes na publicação, o integralismo buscou atingir e atrair novos públicos, mas sem deixar de lado os princípios doutrinários. A pesquisa busca identificar quais estratégias foram adotadas pela AIB, na revista *Anauê!*, para doutrinar, orientar e cooptar novos militantes e eleitores para as fileiras do movimento.

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 7- História, Imprensa e Sociedade- Relações com História Contemporânea, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.
 - 2 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB-UFPI). Email: rodrigo.nascimento@ufpi.edu.br .
 - 3 Doutora. Professora Associada II do Curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal do Piauí. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). Email: nilsangelacardoso@ufpi.edu.br.

Palavras-chave

História da Imprensa; Integralismo; Fascismo; Doutrina, Propaganda.

Introdução

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi um movimento/ partido de extrema direita fundado pelo jornalista, escritor e político Plínio Salgado, em 1932. Com a criação da AIB, Salgado buscava transformar a realidade do Brasil, uma vez que, para ele, o país estava entregue a todas as mazelas transmitidas pelo materialismo e pela concepção materialista de vida. Cabia ao integralismo corrigir esse problema, já que a sociedade organizada em torno desses valores “apresenta um quadro extremamente doloroso e caótico, aonde o único valor é o dinheiro, a riqueza. O homem, sem emprego, sem casa, e sem comida, definha na fome e no medo” (Araújo, 1978, p.168).

Em oposição a essa concepção, a doutrina integralista propunha que o espiritualismo deveria conduzir a sociedade, pois, numa civilização organizada em torno desse princípio, não existiria desordem e nem caos. Assim, o único caminho para a vitória dessa concepção residia no integralismo, que, por meio de sua doutrina, defendia os princípios espirituais como “a igualdade, a justiça e a piedade” (Araújo, 1978, p.62).

Sustentado por essa doutrina, a organização buscava, a ferro e fogo, transmitir seus ideais e propostas por todo o país. Mas como fazer isso? A resposta é simples: por meio da imprensa e dos impressos periódicos. Ao longo do seu tempo de existência legal (1932-1937), a Ação Integralista Brasileira lan-

çou mão de uma série de periódicos como uma de suas principais ferramentas ideológicas e de persuasão.

A imprensa teve um papel crucial dentro do integralismo, não só na disseminação de seus fundamentos e doutrina, mas também em sua própria criação. O jornal *A Razão*, foi fundado em meados de 1931, pelo advogado e banqueiro Alfredo Egydio de Souza Aranha teve um papel decisivo na criação do movimento, sendo um “veículo de onde partiram as ideias que embasariam a doutrina integralista. Este jornal foi a matriz ideológica do movimento e polo aglutinador das futuras lideranças, tudo capitaneado por Plínio Salgado”. (Fiorucci, 2014, p. 55). Salgado foi uma das principais mentes intelectuais, senão a principal, por trás desse jornal. Foi a partir dele, que circulava diariamente, na cidade de São Paulo, que ele preparou o terreno para a fundação de seu movimento. Inclusive, foi do interior de *A Razão* que saiu o grupo de jovens que formariam a Sociedade de Estudos Políticos (SEP).⁴ Tal órgão seria a antecâmara da AIB (Fiorucci, 2014).

Em 7 de outubro de 1932, a Ação Integralista Brasileira foi fundada por Plínio Salgado, após ele realizar a leitura do manifesto redigido pelos membros da SEP. De 1932 a 1935, o integralismo apresentava-se como um movimento cultural com pretensões revolucionárias, uma estrutura que passaria por profundas transformações, nas quais a AIB buscava conquistar o poder por outras vias.

4 Grupo responsável pela redação do manifesto que daria origem a AIB.

A partir de 1935, a Ação Integralista Brasileira passou por uma profunda transformação estrutural, deixando de ser um movimento cultural, que buscava elevar o nível de cultura dos brasileiros, para se tornar um partido político. Nesse mesmo ano, mas especificamente em 2 de fevereiro de 1935, é criada a *Anauê!*, uma publicação ilustrada e de variedades que rompeu com o modelo de imprensa anteriormente utilizado pela AIB, voltado somente à doutrinação. A revista pode ser vista como um produto dessa transformação e, ao mesmo tempo, como sua legitimadora.

Desde a fundação da AIB, seu jornalismo dedicou-se quase exclusivamente à doutrinação do militante e à orientação dos camisas-verdes,⁵ escolha que afastou leitores mais diversificados e com outros interesses. Esse quadro sofreria algumas alterações apenas com a transformação do movimento em partido (1935), quando a imprensa verde ensaiou os primeiros acordes na confecção de um jornalismo mais variado, de interesse geral (Fiorucci, 2014, p. 88).

Ainda em 1935, é criado na AIB o *Sigma Jornaes Reunidos*, um consórcio jornalístico subordinado à Secretária Nacional de Propaganda (SNI). Esse órgão compreendia um total de 88 jornais, que circulavam em todo o território nacional, incluindo a revista *Anauê!*. A criação desse órgão serve para demonstrar como a imprensa era um dos alicerces do integralismo, senão o seu principal.

5 Militante do sexo masculino.

No que tange à *Anauê!*, a mesma circulou entre janeiro de 1935 e dezembro de 1937, totalizando 22 edições. Uma das principais características presentes nesse periódico era a grande quantidade de imagens,⁶ que retratavam chefes, secretários do movimento, regiões onde o movimento estava estabelecido, entre outros. Essas imagens tinham o propósito de veicular e legitimar as ações do grupo fascista.

A imprensa como alicerce a doutrina

O papel desempenhado pela imprensa foi fundamental para o fortalecimento e para a manutenção da doutrina e dos ideais integralistas. A atuação e uso da imprensa pela AIB pode ser analisada sob três aspectos. O primeiro deles diz respeito à sua função como instrumento pedagógico e de orientação, pois era por meio dos impressos periódicos, em especial os jornais e, posteriormente, as revistas que era transmitida a doutrina integralista que, por sua vez, deveria ser veiculada de maneira uniforme a todos os integrantes. Para Salgado, a principal tarefa a ser desempenhada pela imprensa, antes de tudo, era a de educar as massas. Assim, tornava-se imprescindível que os integrantes do movimento estivessem sintonizados e normatizados com as atuais propostas dos chefes.

6 A abundância de imagens é uma das principais características das revistas de variedade e ilustradas. Tania Regina de Luca chama esse surto das revistas ilustradas e de variedade de “tempos eufóricos”. A “Revista da Semana (Rio de Janeiro, 1900), de Álvaro Teffé, é unanimemente apontada como marco do surto” (Luca, 2008, p.121).

O segundo aspecto está relacionado à imprensa como um instrumento de cooptação das massas. Por se tratar de uma organização fascista e totalitário, a propaganda ideológica era essencial para atrair e conquistar novos adeptos, pois, como apresenta Hannah Arendt: “somente a ralé e a elite podem ser atraídas pelo ímpeto do totalitarismo; as massas têm de ser conquistadas por meio da propaganda” (Arendt, 1989, p. 390). Propaganda que vindo do integralismo possuía algumas estratégias para garantir a persuasão do militante, dentre elas podemos citar “a repetição, a transcrição, o uso de lembretes e a propaganda comercial aliada a doutrina” (Cavalari, 1999, p. 93).

A propagação de impressos periódicos foi fundamental para o fortalecimento e a manutenção da ideologia integralista. Os periódicos integralistas, em especial a revista *Anauê!*, possuíam um forte cunho doutrinário, que tinha por objetivo instruir e normatizar o Camisa-Verde, assim como atrair novos adeptos para as fileiras do movimento.

Nos periódicos da AIB, nada era colocado ou escrito em vão, sempre se buscava atingir os fins doutrinários. Na revista *Anauê!*, por exemplo, a variedade de conteúdos visava atingir diferentes públicos, mas essa diversificação dos conteúdos andava de mãos dadas com a doutrina. Outro elemento de extrema importância era a abundância de imagens, que buscavam legitimar as ações do partido pelo Brasil e também funcionavam como linguagem para aqueles que não eram alfabetizados.

A revista causou uma ruptura no *modus operandi* da imprensa integralista, tanto pelos conteúdos discutidos, como

pelo suporte a diferentes estratégias de publicidade e doutrinação. Apesar de ser uma de variedades, a doutrina integralista ainda possuía amplo espaço dentro do periódico, a doutrinação iniciava-se já a partir da capa. O conteúdo presente na revista permitiu compreender como Salgado diluiu sua doutrina e propostas ao longo de todo o periódico. Cada edição da revista era composta por dezenas de artigos e imagens, que se entrecruzavam, em relação aos artigos, quase todos eram escritos por secretários e teóricos da AIB.

As mulheres e o futuro da pátria

Uma das principais propostas do movimento integralista era a criação/ formação do homem e da mulher integrais, o que só seria possível se os militantes tivessem uma formação moral intelectual e física. Na revista, essas três características estão mais do que presentes, já que há uma série de artigos sobre a importância da educação física (aliada à eugenia),⁷ sobre moral, especialmente a feminina, e também sobre a importância e obrigação da leitura das obras integralistas (formação intelectual).

No que tange às mulheres, em vários números da revista é possível encontrar textos, imagens e contos sobre o papel

7 Eugenia - palavra inventada pelo cientista britânico Francis Galton em 1883 (do grego *eugen-s* “bem nascido”) para representar as possíveis aplicações sociais do conhecimento da hereditariedade para obter-se uma melhor reprodução”. Outros definiriam a eugenia como um movimento pelo aprimoramento da raça humana, vale dizer pela preservação da “pureza” de determinados grupos (Stepan, 2005, p. 9).

feminino nas fileiras da AIB. E o que se pode perceber é que a principal função da mulher nas fileiras integralistas, além dos trabalhos nos núcleos era ser uma boa esposa e mãe, ou então preparar-se para isso. Já que:

Pelas vossas mãos construiremos o Brasil que sonhamos, o único Brasil que compreendemos (...) Vêde, mulher brasileira, como é incomparável o vosso papel! Sois vós que ides criar o espírito de brasilidade na grande geração de amanhã (...) Vêde, mulher do meu Brasil, como será incomparável a vossa obra! (*Anauê!*, nº1, jan. 1935, s/p).

Quase todas os artigos e imagens voltados às blusas-verdes⁸ possuíam frases ou títulos de efeito, como: “A mão que embala o berço governa o mundo⁹”, “As verdadeiras construtoras do Brasil de amanhã¹⁰”. Por meio da revista, e da doutrina que a envolvia, o movimento buscou conscientizar, formatar comportamentos e disciplinar os corpos dos seus militantes, com o objetivo de criar corpos dóceis e submissos, úteis aos interesses integralistas.

8 Militante do sexo feminino.

9 Frase que encerra o artigo “Sublime Missão” escrito por Floriano Japejú Thompson Esteves (Chefe do Departamento de Coordenação e Inspeção da Secretaria Nacional de Organização Política da AIB) presente no primeiro número da revista *Anauê!* que circulou em janeiro 1935. A frase em questão aparece em outros momentos da revista, ela passa a ser utilizada como título para fotografias femininas.

10 Frase presente em uma imagem da Academia esportiva feminina do núcleo de Jacarepaguá (Guanabara). A imagem em questão está presente na décima sexta edição da revista que circulou em junho de 1937.

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é ao mesmo tempo uma “mecânica do poder” (...) ela define como se pode ter domínio sobre os corpos dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fábrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” (Foucault, 2014, p. 135).

O excerto acima nos permite inferir como o integralismo buscava vigiar, disciplinar e docilizar o corpo de seus militantes, mas isso só seria possível se os fins doutrinários fossem atingidos. Logo, “Ao homem cabiam o raciocínio, a análise e a abstração, já à mulher cabiam a sensibilidade, os sacrifícios e as renúncias” (Cavalari, 1999, p.59).

Uma das maneiras encontradas pela AIB para tentar atingir essa “docilidade”, residia na prática da educação física aliada à eugenia. Ela fornecia, além dos benefícios físicos, atributos morais e disciplinares a ambos os sexos. Com isso, baseados em preceitos eugênicos, acreditava-se que os benefícios adquiridos por meio da educação física e dos esportes não trariam ganhos somente para quem as praticasse, mas também seriam transmitidas às próximas gerações de integralistas. Como vimos, as mulheres tinham o papel central no “Brasil de amanhã”, já que por meios delas se gestaria e educaria a próxima geração de integralistas. Logo, outro grupo que se destaca dentro do movimento e da revista são as crianças e jovens ou plinianos, como eram conhecidos dentro da AIB.

Ao longo das 22 edições da revista, é possível encontrar diversas referências aos plinianos, principalmente em imagens que quase sempre vêm acompanhadas de títulos como: “O amanhã da pátria” ou “O Brasil de amanhã”, entre outros.

Figura 1- O Amanhã da Pátria



Fonte: Anauê!- nº 4, out. 1935, p.27

A preocupação com as próximas gerações de militantes era uma demanda comum nos movimentos fascistas. Na Itália fascista, a organização juvenil *Ballila* e *Avanguardisti* preparava os futuros defensores da pátria e do fascismo; na Alemanha nazista, o mesmo ocorria com a *Hitlerjugend* (Juventude hitlerista). É importante destacar que, para alguns jovens do período, fazer parte desses grupos era uma questão de status e poder, da mesma forma que representava uma rebelião juvenil, como podemos atestar no excerto:

Sobretudo quando o fascismo ainda era novo, juntar-se a seus esquadrões em marchas uniformizadas era um modo de os jovens se declararem independentes de seus sufocantes lares burgueses e de seus tediosos pais. Alguns jovens italianos e alemães, que de outra forma seriam capazes apenas de êxitos bastante modestos, encontravam satisfação em exibir poder sobre as outras pessoas. Mais que qualquer outro movimento político, o fascismo foi uma declaração de rebelião juvenil, embora fosse muito mais que isso (Paxton, 2007, p. 230).

Seguindo a mesma linha dos movimentos fascistas europeus, as novas gerações militantes integralistas já estavam sendo educadas e preparadas para atuar e lutar pelos ideais do Sigma.¹¹ À medida que isso ocorria, a revista *Anauê!* era incumbida de veicular e reforçar o papel e a importância da juventude para a organização.

11 Décima oitava letra do alfabeto grego que possuía o significado matemático da soma. Desse modo, o símbolo representava o principal objetivo do movimento que era a integração e soma de toda a força social em prol dos objetivos almejados do movimento.

Anauê!: Da publicidade ao voto

Embora fosse uma das principais fontes de disseminação dos ideais integralistas, a doutrinação não se limitava aos periódicos, haviam também os livros integralistas, que resumiam os fundamentos dos teóricos e da doutrina. Na revista, fica clara a relação entre os impressos periódicos e os livros da AIB, uma vez que os livros veiculavam a doutrina e os fundamentos do grupo e os periódicos tinham o papel de popularizá-la pelo país. Há, na *Anauê!*, uma série de menções e publicidades que envolvem os livros integralistas, desde os produzidos pelo chefe e seus secretários até a autores com menor grau de influência no movimento.

Outra publicidade comum na revista é de outros periódicos da AIB, uma vez que a revista conseguia atrair um público diverso, nada melhor que apresentar a ele outros impressos do partido e, assim, tentar atraí-lo às fileiras. Um exemplo bem interessante está presente na segunda edição da revista: “Camisa Verde! Dá ao teu amigo não integralista uma assinatura d’ *A Offensiva*.¹² Não há melhor presente”. (*Anauê!*, 1935 p.24). Por meio dessas estratégias de publicidade, a organização atingia seus objetivos de orientação e cooptação, ampliando suas fileiras.

Outro exemplo que podemos citar relaciona-se com a nova fase do movimento. Como discutido, a AIB tornou-se uma partido em 1935, mesmo ano em que surge a revista *Anauê!*. Em

12 *A Offensiva* foi um dos principais jornais doutrinários do integralismo. Foi lançado no Rio de Janeiro em 17 de maio de 1934 e possuía uma circulação nacional.

virtude disso, a busca atrair não só novos militantes, mas também eleitores. Isso pode ser constatado ao longo das edições da revista, onde por meio de lembretes,¹³ a AIB buscava orientar e doutrinar a militância. Em um lembrete presente na décima sexta edição da revista é possível identificar o apelo integralista ao voto de seus militantes: “O ‘camisa verde’ sem seu título eleitoral é um soldado desarmado” (*Anauê!*, 1937, p. 21). Logo, o militante sem seu título não ajudaria o movimento na luta/ busca pelo poder.

A revista *Anauê!* foi o terreno por onde a AIB buscou legitimar sua nova fase. Agora, era insuficiente somente doutrinar e cooptar novos militantes, era necessário também conquistar o voto do dele (a), assim como dotá-lo (a) da consciência que seu voto era arma mais poderosa naquele momento, caso contrário, ele (a) seria apenas mais um desarmado no exército da AIB.

Considerações finais

Levando-se em conta os fatos mencionados, pode-se inferir que o papel da imprensa, dos impressos periódicos e da publicidade decorrente deles é imprescindível na popularização e manutenção de ideologias fascistas e radicais. No caso integralista, foi por intermédio da imprensa que Plínio Salgado conseguiu disseminar a doutrina integralista por todo o país.

A *Anauê!* foi o instrumento por onde a AIB ensaiou e aplicou diferentes estratégias de doutrinação, como o uso da publici-

13 Uma das estratégias de doutrinação do movimento. Esses lembretes estão presentes no meio de textos e outros assuntos que pouco ou nada se relacionam com elas.

dade aliada à doutrina, o emprego de lembretes e de imagens, tudo muito bem planejado e sem deixar de lado a ideologia fascista. Com isso, Plínio Salgado conseguia transmitir a doutrina de seu movimento sem muitas dificuldades e do mesmo modo conseguir novos adeptos e eleitores a causa integralista.

Com a revista, houve um aperfeiçoamento na maneira de se fazer imprensa dentro da organização. A revista trazia consigo duas variedades, uma de conteúdos e outra de diferentes formas de doutrinar e normatizar camisas e blusas verdes. Doutrinar e cooptar, esse era o objetivo da revista e da imprensa integralista. Essa normatização visava disciplinar, docilizar e ter controle sobre os corpos dos militantes. No caso das mulheres, essas eram preparadas para serem esposas e mães de família, seriam elas que gestariam a futura geração de militantes ou em palavras integralistas “pátria de amanhã”.

Por fim, é importante destacar que, embora a Ação Integralista Brasileira tenha sido oficialmente abolida em 1937, suas ações ficaram marcadas na história do Brasil. Seus repertórios se mantiveram vivos e influenciaram comportamentos políticos, assim como o surgimento de diversos outros organizações de extrema direita pelo país, a título de exemplo, os movimentos neointegralistas.¹⁴

14 Se caracterizam como neointegralistas todos os movimentos que se baseiam ou utilizam a doutrina integralista surgidos após o falecimento de Plínio Salgado em 8 de dezembro de 1975. Atualmente, dois movimentos neointegralistas disputam espaço, a Frente Integralista Brasileira (FIB) e o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B). Tais movimentos, atuam principalmente na internet por meio de seus sites.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. B. **Totalitarismo e Revolução**: o integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

ARENDT, H. *Origens do Totalitarismo*: Antissemitismo, Imperialismo e Totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAVALARI, R. M. F. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru, SP: EDUSC, 1999.

FIORUCCI, R. **A trajetória da revista Anauê! (1935-1937)**: o jornalismo partidário e ilustrado da Ação Integralista Brasileira – a “netinha” que não cresceu. Goiânia: UFG, 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LUCA, T. R. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

PAXTON, R. O. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

STEPAN, N. L. **A hora da eugenia**: raça gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

INTELECTUAIS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO PIAUÍ: A PRODUÇÃO ESCRITURÍSTICA DA REVISTA ECONÔMICA PIAUIENSE (1957-1960)¹

Kamila Vytória Santos e SILVA²

Mestranda

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Teresinha de Jesus Mesquita QUEIROZ³

Doutora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Resumo

Este estudo objetiva refletir historicamente acerca da prática escriturística desenvolvida através da Revista *Econômica Piauiense*, fundada em 1957, no Piauí, por intelectuais que compunham a elite letrada local. Esta investigação encontra justificativa na possibilidade de compreensão da Revista *Econômica Piauiense* como instrumento de

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 7 - História, Imprensa e Sociedade, integrante do II Encontro Internacional Mídia e Dimensões do Tempo (2025).
 - 2 Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB-UFPI). Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI \ 2024). Bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Trabalho História, Cultura e Poder no longo século XIX brasileiro (UFPI-CNPq) e do Núcleo de Pesquisa em História e Memória do Piauí (NUPEM-UFPI). E-mail: kamilavsantos19@ufpi.edu.br.
 - 3 Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1992). Atualmente é Professora Associada IV da Universidade Federal do Piauí - Campus Ministro Petrônio Portella, onde atua junto ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (Mestrado e Doutorado). Desenvolve pesquisas sobre História e Literatura, História e Imprensa, História Política, História e Sociabilidades e Historiografia Brasileira. E-mail: queirozteresinhaufpi@gmail.com.

análise da conjuntura local do período e da sua articulação com a trama nacional vigente. Esta pesquisa orienta-se por meio de uma abordagem científica qualitativa, utilizando, como fonte basilar, a *Revista Econômica Piauiense*, além de realizar um balanço de estudos que contribuem para a compreensão da realidade piauiense e brasileira da década de 1950, tais como Andrada (2018), Bresser-Pereira (2005), Oliveira (2024) e Santana (2017).

Palavras-chave

História; Imprensa; Sociedade; Intelectuais; Desenvolvimento econômico.

Introdução

Este estudo objetiva refletir historicamente acerca da prática escriturística desenvolvida através da *Revista Econômica Piauiense*, fundada em 1957, no Piauí, por intelectuais que compunham a elite letrada local. De forma específica, esta pesquisa evidencia o contexto nacional brasileiro, com vistas para outros projetos encaminhados por intelectuais mobilizados na tarefa de compreender historicamente as questões econômicas que envolviam o Brasil nos anos 1950, além de assinalar os contrastes e nuances que modelavam o quadro econômico do Piauí em meados da década de 1950, localizando o fundador da *Revista Econômica Piauiense* – Raimundo Santana – nesse cenário. Por fim, tem-se a análise dos propósitos que orientam a organização da Revista como instrumento de estudo da realidade piauiense do período, identificando as principais problemáticas sublinhadas pela Revista e o papel assumido pe-

los intelectuais piauienses do período no interior da mesma. Isso posto, este estudo encontra justificativa na possibilidade de compreensão da Revista *Econômica Piauiense* como instrumento de análise da conjuntura local do período e da sua articulação com a trama nacional vigente.

Esta pesquisa utiliza, como fonte basilar, a Revista *Econômica Piauiense* – que possui algumas edições disponibilizadas no Arquivo Público do Piauí –, além de realizar um balanço de estudos que contribuem para a compreensão da realidade piauiense e brasileira da década de 1950, tais como Andrada (2018), Bresser-Pereira (2005), Oliveira (2024) e Santana (2017), observando, especialmente, os seus aspectos econômicos.

Entre o fracasso do passado, a consciência do presente e a esperança do futuro: a CEPAL, o ISEB e a *Econômica Brasileira*

De acordo com Raimundo Santana (2017, p. 19-20), até o ano de 1930, a noção de *subdesenvolvimento* era direcionada aos países considerados novos; entretanto, após esse ano, o entendimento é outro: “país subdesenvolvido é o país pobre”. Em paralelo, Santana compreende o *desenvolvimento* a partir de uma ótica processual, segundo a qual crescer e se desenvolver significa eliminar, de modo sistemático, a pobreza.

A partir dessa perspectiva, segundo Teresinha Queiroz (2017, p. 211-212), a década de 1950, no Brasil, assistiu à tomada de consciência, por parte dos gestores públicos e de figuras da elite intelectual nacional, sobre a real condição de atraso do

país em relação ao índice de desenvolvimento de outros países do mundo: a população brasileira experimentava uma conjuntura de pobreza, além da interferência de outras variáveis na economia, como alta inflacionária, instabilidade cambial e desequilíbrio orçamentário. Em meio a percepção da realidade que atravessava o presente brasileiro nos anos 1950, se projeta, em paralelo, a esperança na possibilidade de superação desse quadro, crescendo, no imaginário coletivo, a utopia do desenvolvimento econômico nacional. A euforia do progresso brasileiro é exemplificada, de maneira central, no lema do Governo de Juscelino Kubitschek (1955-1959) – *Cinquenta anos em cinco* –, bem como no seu Plano de Metas, que revelavam a ambição em desenvolver e modernizar o país, a partir da intervenção estatal, do planejamento econômico e do pensamento nacional desenvolvimentista.

Nesse contexto, os pensadores brasileiros, também reconhecendo a situação econômica que envolvia o Brasil e movidos pelo desejo de transformação, engajaram-se no projeto de analisar historicamente as problemáticas que perpassavam a economia nacional e de propor alternativas para o progresso do país, de forma que:

Na década de 1940, e especialmente na de 1950, observa-se uma preocupação acentuada da intelectualidade brasileira em exercer influência sobre os centros de poder no que diz respeito à definição de uma política econômica voltada para o desenvolvimento (Abreu, 2005, p. 97).

Exemplo dessa inquietude é a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em 1955, vinculado ao Governo Federal. Ao ISEB caberia “a pesquisa, o estudo, a coordenação e orientação – uma política enfim – pensada como instrumento de formulação de uma consciência nacional capaz de produzir uma orientação a ser dada aos problemas do desenvolvimento econômico do país” (Oliveira, 2024, p. 5). Dessa maneira, o ISEB funcionou como um espaço intelectual de formulação de soluções para o progresso econômico e político do Brasil e, a partir delas, se propunha a influenciar os centros de decisão política, com um olhar direcionado para o desenvolvimento nacional (Abreu, 2005, p. 97-98). Importa lembrar que o ISEB reflete o pensamento esboçado na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), fundada, em 1948, pela Organização das Nações Unidas (ONU) e sediada em Santiago, articulando também outros aspectos próprios. A CEPAL, espaço no qual se destaca a atuação de Celso Furtado, emergiu como um organismo supranacional com a tarefa de contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar ações direcionadas à sua promoção e fortalecer as relações econômicas entre os países da região e com o resto do mundo.

O ISEB, que tinha como um dos seus expoentes o historiador Nelson Werneck Sodré, em linhas gerais, entendia o desenvolvimento como um processo de acumulação de capitais, por meio da incorporação de progresso técnico e da elevação dos padrões de vida da população. Esse processo somente se realizaria a partir de uma revolução capitalista e nacional e do

planejamento, tendo como agente principal o Estado, cruzando-se estrategicamente com o empresariado nacional, sem rejeição do capital estrangeiro (Bresser-Pereira, 2005).

No início do ano de 1955, sob liderança de Celso Furtado, foi criado também o Clube de Economistas e, a partir dele, a revista *Econômica Brasileira*. Ambos apresentavam a proposta de divulgar o pensamento nacional desenvolvimentista sobre a economia brasileira, atuando em lado oposto ao que era ocupado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que defendia a perspectiva do liberalismo econômico através da revista *Brasileira de Economia* e da *Conjuntura Econômica*. O principal aspecto que diferenciava o Clube de Economistas e a *Econômica Brasileira* do ISEB corresponde ao grau de institucionalização e penetração social e política do Clube, que era inferior ao do ISEB, considerando que, enquanto o Clube se constituía como um agrupamento de intelectuais, cujo objetivo fundamental era a publicação de uma revista científica, o ISEB nasce no governo Café Filho como parte integrante do Ministério da Educação, articulado com a dinâmica política nacional (Andrada; Boianovsky; Cabello, 2018)

Este estudo não busca, aqui, realizar uma análise detalhada do pensamento sistematizado na CEPAL, no ISEB ou na *Econômica Brasileira*. Contudo, importa reconhecer que, durante a década de 1950, os intelectuais brasileiros projetam-se como pensadores da desfavorável realidade econômica nacional do período, buscando soluções científicas para o desenvolvimento do país, de forma que:

Grande parcela do que foi produzido por historiadores, sociólogos, explicadores do Brasil, gestores públicos de alguma maneira aponta para as questões aludidas acima [pobreza geral, desorganização do Estado, o caos das contas públicas, a falência de muitas empresas privadas]. Ao tempo em que há clareza quanto às dificuldades nacionais e acerca do atraso econômico, ruminam-se os fracassos do passado, vivenciam-se as esperanças extraordinárias de mudanças decorrentes da intervenção humana, com destaque para a intervenção pública (Queiroz, 2017, p. 214).

Assim, a tensão entre o sonho do progresso e a carência do exercício intelectual nesse processo é refletida no Piauí, por meio da fundação da Revista *Econômica Piauiense*, que recebe influência da perspectiva econômica veiculada através do ISEB e da CEPAL, inspirando-se, também, na *Econômica Brasileira*. Apresentados, embora brevemente, esses espaços, analisaremos o quadro econômico do Piauí nos anos 1950 e a inserção de Raimundo Nonato Monteiro de Santana no mesmo.

Raimundo Nonato Monteiro de Santana e o quadro econômico piauiense dos anos 1950

Acompanhando o movimento que atravessava o Brasil durante a década de 1950 – entre o fracasso do passado, a consciência do presente e a esperança do futuro –, também os intelectuais piauienses, nesse momento, reconhecendo a frágil condição econômica do estado do Piauí no quadro nacional, procuram alternativas para solucionar os problemas financeiros.

ros que limitavam o progresso local, motivados pelo sonho do desenvolvimento.

Em meados da década de 1950, com as novas metodologias de pesquisa e sistematização de dados de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a realidade do Piauí é traduzida em índices quantitativos e a sua condição de pobreza e atraso em relação ao cenário federativo brasileiro é tabulada e divulgada. No momento em que o Piauí presenciava uma crise econômica resultante do esgotamento do extrativismo — atividade econômica de exportação responsável pela maior parte da renda do estado nas primeiras décadas do século XX, proporcionando um período de prosperidade singular na história do Piauí (Mendes, 2003, p. 177): “a participação percentual da produção extrativa vegetal era, em 1947, de 62%; passou a declinar, representando, em 1955, 11,2% e, no fim do período, 19,5%” (Santana, 2017, p. 166) –, o Estado tomou consciência de que ocupava o último lugar no *ranking* econômico nacional.

A título de exemplo, segundo Santana (2017, p. 37), nos biênios 1950\1951 e 1953\1954, o Piauí apresentou, respectivamente, renda *per capita* média de 1,3 e 1,8 em relação ao panorama geral dos estados brasileiros, segundo dados tabulados pela Fundação Getúlio Vargas. No quadro da posição relativa dos grandes componentes do produto bruto das atividades agropecuárias para a renda social do estado, a produção extrativa e vegetal, no biênio 1947\1948, no Piauí, apresentava índice de 23,3 – o maior em todo o Nordeste –, enquanto a média

entre os anos 1950 e 1954 é apenas de 9,6% (Santana, 2017, p. 47). Na distribuição da renda nacional, segundo as unidades da Federação, o Piauí apresenta, respectivamente, porcentagem de apenas 0,6% e 0,5% nos biênios 1950\1951 e 1953\1954 (Santana, 2017, p. 44).

Em meio a percepção da pobreza do Piauí, gestores públicos, setores privados e homens ligados à elite intelectual local reconhecem a urgência da necessidade de superação dessa conjuntura. Os dados estatísticos divulgados se configuram como um desafio a ser vencido, através da elaboração de um planejamento estratégico e da reflexão crítica dos problemas do estado, a fim de impulsionar o desenvolvimento local. Urge a carência de conhecer os entraves econômicos do Piauí para, a partir deles, pensar o progresso piauiense de modo sistemático e racional. Nesse sentido, é no governo de Jacob Manuel Gayoso e Almendra, entre 1955 e 1959, que as primeiras iniciativas de planejamento público em torno do crescimento econômico do Estado são formuladas e postas em prática. Segundo Queiroz (2017, p. 217), nesses anos, são criadas as primeiras instituições voltadas para o planejamento do Estado e da gestão pública – como a Assessoria Econômica e a Comissão de Desenvolvimento Econômico (CODESE) –, além de se intensificarem as reflexões e as pesquisas sobre a situação econômica local – que servirão como base para as propostas de enfrentamento das desfavoráveis condições do Piauí – e o investimento e qualificação de profissionais especializados

no estudo de políticas públicas de planejamento e desenvolvimento econômico.

Entre os passos iniciais do Piauí em busca da superação dos seus índices econômicos, se destaca a figura de Raimundo Nonato Monteiro de Santana, piauiense natural da cidade de Campo Maior, como “um dos expoentes principais desse momento de adequação da máquina pública às novas exigências do desenvolvimento” (Veloso; Queiroz, 2008, p. 10). Após formar-se bacharel em Direito no Ceará e realizar estudos de economia e administração pública, retorna para o Piauí, onde exerce diversas funções burocráticas no aparelho estatal, tais como prefeito da sua cidade natal no alvorecer da década de 1950, assessor econômico e primeiro secretário-executivo da CODESE, no governo de Gayoso e Almendra, realizando e incentivando estudos de base sobre as faces do estado do Piauí no final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Importante reconhecer que a presença de Santana na gestão pública acompanhava a tendência nacional de projeção de pensadores da dimensão econômica nas questões políticas visando a sua contribuição para o exercício do estado como motor do desenvolvimento (Veloso; Queiroz, 2008, p. 10).

Propondo-se a compreender a realidade do estado, os estudos esboçados por Santana assumem uma feição pragmática, tendo em vista considerar as conjunturas local e nacional e acreditar na possibilidade do conhecimento como instrumento de mudança. Dessa forma, seja como gestor público ou como estudioso da economia piauiense, dentro e fora do aparelho

estatal, Santana buscou mobilizar outros intelectuais do Piauí na construção de alternativas para o progresso econômico local, percebendo a escassez de profissionais capacitados para a análise da situação dramática que envolvia a economia do Piauí nos anos 1950, bem como a sua articulação com a economia nacional. Em 1957, Santana afirma:

O atual momento brasileiro é decisivo para o país e exige de todos o firme propósito de contribuir para o seu desenvolvimento. Cada Estado, através de seus pensadores, de seus técnicos, tem um setor a assumir: o levantamento rigoroso e metódico das situações estaduais e nacionais, a fim de encontrar solução satisfatória para o único problema do Brasil: o *desenvolvimento nacional* (Santana, 2017, p. 19).

Assim, Santana adverte os intelectuais piauienses sobre a urgência da organização de um conhecimento sistemático sobre a economia local e da procura por soluções para o desenvolvimento nacional, no qual se insere o Piauí, considerando que “temos de equacionar a problemática da realidade brasileira e, nela, a problemática da economia piauiense” (Santana, 2017, p. 23). Nesse percurso, surge a revista *Econômica Piauiense*, idealizada e fundada em 1957, no Piauí, por Raimundo Nonato Monteiro Santana, Petrônio Portella Nunes e José Alves de Paula – homens de letras, políticos, técnicos e gestores que compunham o cenário público local –, com o propósito de constituir-se como um instrumento de análise da realidade econômica piauiense do período. Projetando-se como inter-

pretes da conjuntura local, sobretudo em sua dinâmica econômica, esses nomes, ao lado de outros que também colaboraram com a iniciativa, dedicavam-se a diagnosticar as tensões e os problemas econômicos do estado e, a partir desses, formular soluções e estratégias para a superação da crise econômica que atravessava o Piauí. Em que pese as dificuldades para edição e publicação da revista, a *Econômica Piauiense* foi lançada em dez números, desde 1957 até 1960, destinando-se, sobremaneira, aos setores responsáveis e interessados pelo fortalecimento econômico do Piauí, tais como homens públicos, empresários, comerciantes, fazendeiros, políticos, economistas e historiadores.

Santana, com olhar voltado para o progresso econômico e cultural do Piauí, além de gestor público e fundador da revista *Econômica Piauiense*, também é responsável pela criação do Centro de Estudos Piauiense (CEP) e pelo Movimento de Renovação Cultural, reunindo diversos nomes da intelectualidade local na tarefa de conhecer o Piauí também em sua dimensão histórica e cultural. O autor campomaiorense também se destaca como um dos pioneiros da História Econômica do Piauí, ao produzir obras que discutiam aspectos referentes ao papel do Estado e ao desenvolvimento nacional e local. Seu pensamento recebe influência do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, do qual foi aluno, e de autores como Celso Furtado e Nelson Werneck Sodré – integrantes do ISEB –, Caio Prado Júnior – membro da CEPAL –, e outros estudiosos que discu-

tiam historicamente a conjuntura econômica nacional (Velo; Queiroz, 2008, p.8).

Intelectuais e desenvolvimento econômico no Piauí: a produção escriturística da Revista Econômica Piauiense

Sabemos que o desenvolvimento é problema total. Estamos certos de que o desenvolvimento econômico não precede nem sucede ao desenvolvimento cultural, de modo que o econômico é apenas o setor escolhido para o exercício de nossas atividades de contribuição para o progresso do Estado. [...] Desse modo, julgamos oportuno o nosso aparecimento. Não podemos continuar no domínio puramente livresco, adotando soluções pré-fabricadas, sem promover as pesquisas econômicas úteis ao solucionamento dos problemas piauienses (Apresentação, 1957, p.3).

O trecho acima é parte da apresentação da primeira edição da revista *Econômica Piauiense*, no ano de 1957. Nele, os fundadores defendem a importância dos intelectuais atuarem além dos domínios livrescos, produzindo reflexões capazes de equacionar os problemas econômicos piauienses, com vistas para o desenvolvimento do estado. Sendo a primeira revista econômica editada no Piauí, a *Econômica Piauiense* propunha-se a mobilizar figuras da intelectualidade local na operacionalização escriturística do contexto histórico e econômico do estado, auxiliando a gestão pública na resolução dos obstáculos econômicos que limitavam o processo de evolução piauiense. Assim, buscando alcançar a aplicabilidade prática da sua pro-

dução escrita, a elite pensante piauiense, nesse momento, seguia o lema de que “para mudar, é preciso conhecer” (Queiroz, 2017, p. 219), considerando que:

O Estado está reclamando um grupo capaz de elaborar pareceres sobre matérias econômica e financeira para orientação das autoridades administrativas e legislativas. Grupos de trabalho, homens de pensamento e ação, com conhecimento bastante à apreciação econômica e financeira das empresas bancárias, industriais, comerciais e agrícolas do Piauí (Apresentação, 1957, p.4).

Dentre as temáticas analisadas pela Revista, citam-se os estudos acerca do processo de industrialização, da organização pecuária, da utilização do capital estrangeiro, da política algodoeira, dos problemas ruralistas, da produção extrativa, do comércio de importações e exportações, da eletrificação, do povoamento do Piauí, da concessão de crédito, além de pesquisas voltadas para a economia regional e outras dimensões que perpassam a dinâmica econômica local. Ademais, a *Econômica Piauiense* publicou documentos legais que originaram instituições públicas de intervenção econômica (Queiroz, 2017, p. 222) e relatórios e planejamentos de espaços como o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem. No conjunto dos intelectuais, técnicos e gestores públicos que colaboraram com estudos para a Revista, ao longo do período situado entre

os anos 1950 e 1960 se destacam, além de Raimundo Santana, os nomes de Alves de Paula, Odilon Nunes⁴ e Raimundo Veloso.

Em meio às pesquisas que compõem o conjunto da produção escriturística da *Econômica Piauiense*, alguns pontos são assinalados tendo em vista o progresso do Piauí. Em primeira instância, é sinalizada a necessidade da aliança entre os poderes públicos – estaduais e federais – e os grupos privados, como empresários, comerciantes e homens de negócios da região. Como exemplo, ao discorrer sobre a *Indústria pecuária* no Piauí, Santana defende que “abrir o caminho à industrialização de carnes é realmente um passo importante, útil ao desenvolvimento do país. A aliança do Estado com os grupos privados também é medida acertada, devido à escassez de capitais” (Santana, 1957, p. 7).

A importação de capitais estrangeiros para investimentos no Brasil é outro aspecto que merece destaque, tendo em vista que, apesar de encontrar resistências, é considerada pelos colaboradores da Revista como imprescindível para o amadurecimento econômico do Estado. No artigo sobre *O capital estrangeiro*, Alves de Paula (1957, p. 9) adverte que, “para incrementar o desenvolvimento nacional, a primeira coisa necessária é capital. E essa coisa primeira e fundamental não a temos”, sen-

4 Odilon Nunes, publicou, entre os anos 1957 e 1960, através da Revista *Econômica Piauiense*, as primeiras versões das suas *Monografias*, posteriormente publicadas em formato de livro, separadamente, sob os títulos *Estudos de História do Piauí: Os primeiros currais* \ Geografia e História do Piauí Seiscentista (1957); *Economia e finanças \ Piauí Colonial* (1959); *O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento* (1960) e *Devassamento e conquista do Piauí* (1960);

do, portanto, “indispensável atrair capitais estrangeiros para investimentos no Brasil” (Paula, 1957, p. 10). Entretanto, o autor reconhece a presença de opiniões contrárias a essa iniciativa por aqueles que enxergam a cooperação econômica estrangeira como uma ameaça à soberania nacional em um movimento chamado pelo autor de “falso patriotismo”. Para Alves de Paula:

Sabemos que nenhum país atinge o amadurecimento de sua economia [...] sem o concurso do capital de emigração. [...] Não é recusando o concurso da técnica e investimentos estrangeiros que salvaremos o Brasil, porque conservá-lo pobre e subdesenvolvido é o melhor meio de pô-lo, em sua vida econômica e política, sob a influência dessa tutela estrangeira que tanto se teme (Alves de Paula, 1957, p. 10-11).

Nesse sentido, favorável à adesão dos investimentos estrangeiros na economia piauiense, Alves de Paula adverte sobre uma cautela imprescindível: a urgência de planejamento, racionalização de estratégias e organização das ações a serem encaminhadas. Esse aspecto, por sua vez, incide para essa iniciativa e para todas as outras medidas sugeridas pelos estudiosos por meio da *Econômica Piauiense*. No caso em vista, Alves de Paula aponta que é necessário “disciplinar e racionalizar, por meio de um plano sábio do governo, a nossa política de investimentos” (Alves de Paula, 1957, p. 11).

A carência de planejamento, dessa maneira, se projeta como o primeiro problema que, segundo os articuladores da *Econômica Piauiense*, prejudicava o desenvolvimento da economia piauiense, bem como a etapa inicial para o processo de

solucionamento da dramática conjuntura local do período, de forma que “as necessidades de capitais, fornecimento e montagem de equipamentos e das máquinas não constituem os problemas primeiros. O essencial, no início, é o problema da organização: fundamentos econômicos e objetivos [grifo do autor]” (Santana, 1957, p. 7). Em outras palavras, nas pesquisas realizadas pelos intelectuais ligados à Revista, a delimitação dos objetivos, o levantamento orçamentário, o esboço das etapas a serem seguidas e outros passos em torno da disciplinarização racional das estratégias constituem etapa crucial e inicial na busca por alcançar o desenvolvimento econômico.

Considerações finais

Na tentativa de compreensão da produção escriturística desenvolvida pela *Econômica Piauiense*, entre os anos 1957 e 1960, é preciso reconhecer que a revista apresentava tanto discussões de ordem conceitual e teórica como de natureza prática e interventiva, mas, em ambos, evidenciava a necessidade do conhecimento histórico como caminho para reflexão crítica da realidade, para o planejamento econômico e, consequentemente, para alcançar o sonho do progresso que reverberava nacionalmente. A revista também buscava o conhecimento da realidade local à luz da problemática nacional, tendo em vista que, conforme enfatiza Santana, “os homens públicos do Piauí devem compreender que a economia e a política piauienses só encontram hoje solução de caráter nacional” (Santana, 2017, p. 23). Nessa perspectiva, os ideais defendidos pela *Econômi-*

ca *Piauiense* também dialogavam com o quadro nacional em virtude da influência exercida pela *Econômica Brasileira*, bem como pela herança do pensamento desenvolvimentista proposto pelos estudiosos vinculados ao ISEB e à CEPAL sobre Santana, um dos idealizadores e fundadores da Revista.

Portanto, a *Econômica Piauiense* se configurou como um mecanismo de estudo da realidade local, constituído por intelectuais piauienses preocupados com o fortalecimento econômico do Estado. Raimundo Santana, Alves de Paula, Odilon Nunes, Raimundo Veloso, e outros, reconhecendo a carência de estudos aprofundados e de iniciativas práticas de alteração da conjuntura existente, dedicavam-se ao esforço de diagnosticar os entraves que limitavam a evolução econômica local, propondo encaminhamentos aos órgãos públicos estaduais e federais e aos empresários da região, defendendo a relevância do conhecimento histórico e do planejamento econômico para o pleno desenvolvimento do Piauí.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. A ação política dos intelectuais do ISEB. In. TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.). **Intelectuais e Política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

ANDRADA, Alexandre Flávio Silva; BOIANOVSKY, Mauro; CABELLO, Andrea. O Clube de Economistas e a revista *Econômica Brasileira* (1955-1962): um episódio na história do desenvolvimentismo nacionalista no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, vol.48, n.4, p. 721-756, out.-dez. 2018.

APRESENTAÇÃO. **Econômica Piauiense**. Piauí, vol.1, N. 1, Jan-Mar, 1957.

ALVES DE PAULA, José. O capital estrangeiro. **Econômica Piauiense**. n. 1, vol.1, Jan-Mar, 1957

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do ISEB e da CEPAL à Teoria da Dependência. In. TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.). **Intelectuais e Política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. O ISEB e os anos 1950 e 1960: reflexões em homenagem a Alzira Alves de Abreu. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.81, vol. 37, 2024.

QUEIROZ, Teresinha. Raimundo Santana: homem público, economista e historiador. In. SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. **Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos**. 2 ed. Coleção Centenário, n. 78. Teresina: Academia Piauiense de Letras; EDUFPI, 2017.

QUEIROZ, Teresinha. **Historiografia Brasileira: Celso Furtado**. 2023. Disponível em: <https://youtu.be/wyDGWY__Qtk?si=z2PGLmix-KrZhd76>. Acesso em: 19 de agosto de 2024.

QUEIROZ, Teresinha. **Historiografia Piauiense: Raimundo Santana**. 2021. Disponível em:<<https://www.youtube.com/live/oChMyHsG2ME?si=j6xRfyZ08RVMvt28>>. Acesso em: 19 de agosto de 2024.

SANTANA, Raimundo. Indústria e Pecuária. **Econômica Piauiense**. n.1, vol.1. Jan-Mar, 1957.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. **Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos**. 2 ed. Coleção Centenário, n. 78. Teresina: Academia Piauiense de Letras; EDUFPI, 2017.

VELOSO FILHO, Francisco de Assis; QUEIROZ, Teresinha. Prefácio.
In. SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. **Evolução histórica
da economia piauiense e outros estudos**. QUEIROZ, Teresinha;
VELOSO FILHO, Francisco de Assis (Orgs.). Teresina: FUNDAPI,
2008.

A JOVEM DE 120 ANOS: AS DIVERSAS PERCEPÇÕES DA MODERNIZAÇÃO NA IMPRENSA TERESINENSE NA DÉCADA DE 1970¹

*Paulo Neto Souza ARAÚJO*²

Mestrando

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

*Edwar de Alencar CASTELO BRANCO*³

Doutor

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 7 - História, Imprensa e Sociedade, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.
 - 2 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB-UFPI). Graduado em História pela UFPI. Foi bolsista do programa de Iniciação Científica (PIBIC-UFPI). Foi membro do Programa de Educação Tutorial, PET-História UFPI, na condição de bolsista. Foi integrante do projeto Museu Virtual de História do Piauí (MHP). É integrante do Núcleo de Pesquisa em História e Memória (NUPEM). É sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI). É secretário do Conselho Fiscal da Associação Nacional de História seção Piauí (ANPUH-PI). É integrante do GT História, Cultura e Subjetividade, vinculado ao DGP/CNPq. Também integra o GT História da Infância e da Juventude e o GT de Teoria da História e História da Historiografia, ambos vinculados à Associação Nacional de História seção Piauí (ANPUH-PI). E-mail: paulo.netosouzaraujo@gmail.com.
 - 3 Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em História e do Curso de História da UFPI. Mestre em Educação pela UFPI, Graduado em História pela UFPI e advogado. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Fez estágio pós-doutoral no ICS/U. Lisboa. Líder do Grupo de Trabalho História, Cultura e Subjetividade (DGP/CNPq). Membro da Associação Internacional de Pesquisadores em Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa (AILPcsh). Membro do coletivo Todas as Artes. Foi Vice-Reitor da UFPI. E-mail: edwar2005@uol.com.br.

Resumo

Este trabalho busca analisar diferentes perspectivas sobre o fenômeno da modernização observado por autoridades, jornalistas e cronistas na imprensa de Teresina na década de 1970. O trabalho faz uso de uma análise de cunho qualitativo focado em fontes hemerográficas. As fontes foram retiradas de acervos digitais, como o Memória do Jornalismo Piauiense, e do Arquivo Público do Estado do Piauí – Casa Anísio Brito. Para acessar o contexto da cidade em face das transformações da época, as fontes hemerográficas constituem um importante componente de análise. De forma secundária, o estudo é apoiado por entrevistas orais com personagens que vivenciaram aquele contexto e escreveram para jornais locais. Este trabalho é fundamentado nos escritos de autores como Brito (2024), Certeau (1998), Fontineles (2009), Luca (2008) e Pesavento (2007).

Palavras-chave

História, Imprensa e Sociedade; Teresina; Modernização; Discurso.

Introdução

Os anos 1970 são comumente retratados na historiografia piauiense como marcos transformadores para a capital piauiense. Pelo Brasil, consolidava-se desde a década anterior a presença de tecnologias e eletrônicos no dia a dia da população, assim impactando a qualidade de vida, o cotidiano doméstico e os meios de comunicação e transporte. Sincronicamente, também o país estava envolto pela euforia do “milagre econômico”, discurso este promovido pelo governo autoritário sobre uma ilusória prosperidade econômica brasileira, e que esfera estadual, era personificado pela mítica figura de Alberto

Tavares Silva. O então governador aproveitou-se desse contexto para construir uma propaganda que colocava Teresina como a locomotiva que conduz o Piauí em direção ao progresso (FONTINELES, 2009), e para isso, investia em vistosas obras urbanísticas, além de imagens e reportagens favoráveis ao governo. Enquanto o discurso estatal destacava Teresina como uma “mini-metrópole” (SILVA, 2019), outros meios impressos, como o encarte *O Estado Interessante*, comandado por um grupo de jovens insatisfeito com as condições de vivência em Teresina, a descreve como a “necrópole do Nordeste” e que sua cultura “vive do passado no passado”.

Se as obras urbanas ou avanços tecnológicos eram geralmente celebrados, no campo dos costumes, as mudanças e novas tendências eram em boa parte vistas com receio, sobretudo entre a juventude. Nesse sentido, os discursos sobre o moderno ganham também conotação de uma disputa de gerações, e entre visões mais tradicionais e mais libertárias do comportamento e das relações sociais.

Não só em materiais e na infraestrutura, a década de 70 é também lembrada por transformações nas subjetividades e nas percepções sobre a cidade e sua sociedade. Como analisado por Edwar Castelo Branco, os avanços tecnológicos e as trocas culturais são responsáveis por desenvolver uma aldeia global de “homens planetários” (2004, p.30-34), culminando no alvorecer de novas visões sobre o mundo e sobre si. Tendo isso em vista, o autor define a *emergência de uma pós-modernidade brasileira* a partir dos anos 60 (CASTELO BRANCO, 2024), mar-

cada pela popularização entre a juventude urbana de outros e variados estilos de vida e comportamentos, que por vezes burlam certos ordenamentos e padrões sociais. Levando em conta a delonga com que as tendências exteriores se espalhavam no estado do Piauí partindo de Teresina, Brito (2024) utiliza de semelhantes justificativas para definir a *pós-modernidade piauiense*⁴ nos anos 1970. Nesse contexto, o choque entre o atraso e o moderno, o velho e o novo, afetavam os discursos presentes nos principais jornais da capital piauiense.

Sendo assim, entendendo essa Teresina como uma cidade-conceito certeuniana, “lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções, mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos” (CERTEAU, 1998, p.174), o presente trabalho busca sublinhar o espaço citadino teresinense como local de conflitos e controvérsias, tanto no seu traçado urbanístico, quanto nas culturas e normas daqueles que o habitam. Para isso, é dado enfoque a textos publicados nos jornais da capital piauiense que destacam o fenômeno de modernização e transformações urbanas em Teresina, seja em seu aspecto físico, seja nos costumes e modas da sociedade.

4 “As nuances de um mundo transformado pelos arautos dos chamados *signos da pós-modernidade* começam a agir, de maneira gradativa, em Teresina, estabelecendo na cidade pontos de descontinuidades e transformações em seu viver cotidiano. As práticas sociais são redesenhadas em “artes de fazer” dos grupos que, pensando e agindo de maneiras diversas aos padrões comportamentais socialmente definidos, transformam seu local e dão a ele características subjetivas remetentes a novas condições de existir”. In: BRITO, 2024. p.53. A partir disso, o autor exprime o conceito de *emergência da pós-modernidade piauiense*.

Logo, faz-se aqui uma história por meio dos periódicos, segundo Luca (2008, p.140), pois estes são documentos que nos trazem o cotidiano, os grupos e os discursos que disputavam a sociedade local. Ainda baseado em Luca, pensamos os jornais enquanto monumentos discursivos, e assim “será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. [...] A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir” (Luca, 2008, p.140).

Jornais como amostra das diferentes visões sobre a modernização em Teresina na década de 1970

Cidades não são feitas apenas de concreto, asfalto, ferro e aço. São também feitas por pessoas, instituições, discursos, que se relacionam e ajudam a construir o espaço. Falamos de uma cidade visível e material: ruas, prédios, praças, espaços de lazer e lares, mas também de uma cidade invisível, sensível: é sociabilidade e identidade. “A cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia” (Pesavento, 2007, p. 14).

A Teresina da década de 1970 vivia as contradições da pós-modernidade. Se um ideal de progresso era propalado pelas grandes reformas urbanas patrocinadas pelo governo, pelas novas mídias como a televisão e pela popularização de aparelhos eletrônicos, este não só não chegava materialmente à maior parte da população, como não era pretendido quando

chegava ao campo dos costumes. A imprensa oficial é simultaneamente veículo alimentado e transmissor da visão da sociedade sobre esses aspectos.

Pela cidade percorrem em uma trilha que rumo em direção ao progresso, os desejos e olhares para o moderno. Ressaltamos isso pois o desejo de experimentar o novo não é exclusivo da mocidade, ele está paralelamente presente nos discursos que partem da institucionalidade. Especialmente 1972 é envolto de esperanças com o futuro em face das celebrações dos 150 anos da capital. Tal marco é simbólico sobretudo para aqueles responsáveis por estabelecer uma narrativa oficial, como imprensa e governo, e além disso, é uma amostra dos enunciados que constroem a cidade. Isso pode ser visto neste editorial do *Jornal do Piauí*:

A Teresina de ontem cresce com a administração de hoje Teresina comemora hoje seu 120º aniversário de fundação. Nesses últimos 10 anos a capital piauiense cresceu mais do que nos 110 iniciais, como aconteceu também com as outras cidades e com os setores da vida piauiense e brasileira. Ninguém pode negar que os administradores do passado tiveram grandes méritos, todavia, limitados dentro de certas estruturas e cerceados por uma outra mentalidade, não realizaram aquilo que os de hoje tem possibilidade de fazer. A atual administração teresinense está voltada para os grandes problemas da cidade e preparando uma capital para o ano 2000. São as mais diversas frentes que estão sendo atacadas, os mais urgentes problemas que estão tendo soluções, com uma fé inquebrantável no amanhã desta cidade, tornando a Teresina de 120 anos de idade uma jovem atraente e bela (A Teresina, 1972, p. 8).

A referência a uma cidade que se mostra jovem e vigorosa no seu centésimo vigésimo aniversário também aparece no jornal *O Dia*:

Sóbria e consciente do seu passado, a cidade avança, num ritmo de crescimento incansável, rumo ao grande futuro que a espera e que se propõe a garantir, cada vez mais, o sucesso do trabalho e do progresso edificados pelo seu povo nos anos de sua existência. No passado, era sempre um postal de esperança aos que já experimentavam da sua evolução. No presente, é uma realidade que se identifica pela paisagem moderna que a realça com os edifícios, as praças verdes, e os logradouros novos que se expandem dentro do seu plano urbanístico. No futuro, será uma Teresina adulta e segura de todos os seus êxitos no emaranhado das atividades que formam sua vida e da sua impetuosa comunidade. Hoje, dirigida pelo rigor das administrações jovens, a capital piauiense se sobressai muito bem entre as principais cidades brasileiras, marcando, a cada ano que passa, uma nota harmônica de progresso e prosperidade (Teresina, 1972).

Ambos os jornais de grande circulação na capital piauiense buscam transmitir o júbilo com a modernização pela qual a cidade passava nos últimos anos. A ocasião do aniversário propõe aos redatores e aos leitores um olhar histórico que se localiza no limiar entre o espaço da experiência e o horizonte de expectativas (Koselleck, 2006). O passado é reverenciado, é o lugar da promessa de uma grandeza que ainda não havia se mostrado. No presente, as cartas estão postas à mesa, as atuais administrações agarram-se às oportunidades propaladas pelo

ideal modernizante do regime militar e transforma a cidade, preparando-a para um futuro ainda mais glorioso. O discurso veiculado pela mídia congrega-se ao discurso disseminado pelas administrações municipal, estadual e federal, que anunciam o jorro efetivo da novidade (Fontineles, 2009). Esse moderno, contudo, parte de cima para baixo, da macropolítica que intenciona conquistar o imaginário do micro. Um discurso modernizante regulado pelos detentores do poder, feito sob medida para manutenção de uma certa ordem, logo, uma modernização autoritária-conservadora (Motta, 2018).

Se a modernização era revestida por vistosas obras e investimentos, ela alcançava de forma desigual a população e esbarrava no âmbito dos costumes, ainda bastante conservadores e reforçados pela repressão do governo autoritário. “Embora anseie por inovação, continua sonhando e reivindicando a duração” (Fontineles, 2009. p.15), pois deseja se inscrever na eternidade, buscando para isso agradar diferentes setores da sociedade. As normas sociais e a imagem de um Piauí em pleno desenvolvimento, propagadas pelas autoridades, imprensa e famílias tradicionais eram rebatidas, por exemplo, nas diversas produções artísticas dessa juventude que apresentavam tratos alternativos com a linguagem, além dos comportamentos malquistos pela sociedade tradicional e novas modas juvenis, como será percebido ao longo dessa pesquisa. Assim, para além das barreiras da política partidária, as lutas no Brasil autoritário formatam-se “também, e principalmente, nas vivências coti-

dianas, onde as posições de tradição e transgressão ganhavam corpo” (Brito, 2024, p. 40).

No âmbito dos costumes, batalhas entre tradições e novidades são travadas. Nos jornais teresinenses, por exemplo, são abundantes as falas que temem a degradação moral da sociedade em vista das novidades. O artigo “Os ideais da juventude”, publicado no *Jornal do Piauí*, demonstra a preocupação com o que os jovens consumiam e se influenciavam:

Em geral, a juventude de uns trinta a cinquenta anos escolhia como modelos de personalidades de santos – sim, santos da religião – ou homens de ciência, de armas, que tivessem levado seu nome aos píncaros da glória por exemplos admiráveis. Homens e mulheres, claro. Atualmente, isso não mais acontece. [...]

Provavelmente, uma pesquisa feita entre jovens ‘mais velhos’ digamos dos dezoito aos vinte e dois anos, daria um resultado diferente. Esse resultado, sem dúvida, também iria referir-se a uma ‘devoção social’ – que é o sinal positivo dos tempos que vivemos –, mas com interesses mais profundos. Depois, não adianta querer acusar os jovens de futilidade, de irresponsabilidade, é preciso não esquecer que eles formam sua personalidade com o material que nós, adultos, pomos ao seu alcance (Os ideais, 1970, p. 6).

No excerto acima, a batalha ganha contornos geracionais. Os adultos, aqueles jovens do passado, inspiravam-se em grandes exemplos: de fé, de sabedoria, de coragem, exemplos também do que a sociedade tradicional almejava para manter seus códigos, como as diferenças de gênero. Já os jovens da atualidade carecem desses exemplos, o que justificaria o atual

estado de confusão social. Há um interessante contraste quando se coloca esse texto com o de Noronha na abertura da pesquisa. Enquanto este texto teme as influências da juventude atual, aquele defende justamente que é preciso adaptar-se às tendências da contemporaneidade. Há, contudo, um ponto de concordância entre os dois artigos: o abismo entre gerações é visível, e os mundos de referências e significados entre elas parecem inconciliáveis no atual estado.

Uma outra problemática diz respeito ao campo das aparências. A chamada moda “unisexe”, preocupava a cronista Djalyna Elístia pela confusão que causava na definição de rapazes e moças:

O tempo correu. Vieram as invenções malucas, o corre não tem mais tamanho! Agora tudo está misturado, a confusão é geral. Nossa época é a do tumulto, das coisas absurdas, de invenções malucas. E tudo chega depressa. Nunca fomos tão bem e rapidamente informados. Que impacto? Quanta contradição!... A moda é unisexe! Uma mistura de gostos femininos com objetos só numa só roupa ou calçado e adereços também. Rapazes e moças se engajam, dizem os estudiosos no assunto, e se completam melhor. Porém observa-se é que nunca as músicas, pensamentos, ideias e entendimentos estiveram tão bem expressos em gostos e ações (Elístia, 1972).

O texto acima aponta para um fenômeno que já não dava para ser ignorado ao passar dos anos 1960 e 1970. Parte da juventude, inspirada por movimentos contestadores da ordem e vanguardas artísticas, aderiu e criou para si modos alternativos de se comportar e se aparentar. Tal fenômeno é sintomático

de crises de identidade e significação, observadas por Stuart Hall: “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio” (Hall, 2006, p. 7), “as identidades se tornam desvinculadas - desalojadas - de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem ‘flutuar livremente’” (Hall, 2006, p. 75). Assim, ia se configurando uma juventude cada vez mais apartada das normas das gerações anteriores, da família e das instituições. Vistos por esses últimos como ameaças à ordem, eram alvo de cercamentos, a começar pelas palavras: “eles são recortados ora como maconeiros e subversivos, ora como rebeldes sem causa, ora são vistos como estorvos nas famílias, como obstáculos a silenciar, como impedimentos no descolar da nação rumo ao progresso” (Queiroz, 2015, p. 281).

Um dos aspectos que mais assustava os mais velhos eram as longas cabeleiras em corpos masculinos, quando esse tipo de visual, de acordo com a tradição, era compatível apenas com corpos femininos. O “cerco aos cabeludos” era uma pauta abraçada pelos conservadores, até mesmo sendo levada para ser discutida na câmara dos vereadores de Teresina em 1966 (Castelo Branco, 2024, p. 82-83). Seis anos depois, ocorreu um boato na mesma cidade de que seria proibido o uso de cabelos compridos por homens. O alvoroço foi tanto que ao chegar para realizar dois shows na cidade, o cantor Roberto Carlos teve que se manifestar em defesa da cabeleira. O “rei da juventude” ainda afirmou que não cortaria seus cabelos nem mesmo a pedidos (ROBERTO, 1972).

O cerco aos cabeludos extravasando do seio familiar para a esfera política é indicativo que o reacionarismo da sociedade caminhava junto com o do Estado, agravado pelo momento de ditadura civil-militar. Como aponta Peter Pál Pelbart (2007), na era contemporânea os mecanismos dos poderes dominantes tornaram-se mais flexíveis, moleculares, para dar conta de agir e controlar as maneiras de pensar, sentir, criar e identificar-se. Romper com as normas, mesmo em uma aparente banalidade como o tamanho do cabelo, é então desafiar uma cadeia de controles, que vai do familiar ao religioso e político.

Em um dos periódicos comandados por jovens que aderiam às modas distintas dos padrões desejados pelos mais tradicionalistas, o suplemento dominical *O Estado Interessante*, a questão dos cabelos masculinos é colocada em debate, opondo a visão de dois diretores de instituições educacionais de Teresina, Moacir Madeira Campos, do Ginásio Leão XIII e Francisco Marques Figueiredo, do Instituto Elias Torres, respectivamente:

I

Cabelos longos desmasculiniza o homem.

Sou contra o uso dos cabelos longos pelos homens e não permito que rapazes de abastadas e afeminadas cabeleireiras frequentem o meu colégio. Sou contra porque acho que esse costume desmasculiniza o homem, fazendo-lhe ficar com gestos afeminados.

Não concordo também com quem diz que os cabeludos representam uma nova corrente cultural e que o cabelo grande é um protesto da juventude. Para mim eles não querem protestar nada e maioria deles usa longas cabeleiras apenas para mostrar que está em dia com a moda,

sem que isso traduza nenhuma tomada de posição diante dos problemas sociais e culturais do mundo. [...] O que se vê atualmente em grande parte dos jovens cabeludos, é um completo e constrangedor desleixo com suas jубas enfarofadas, deixando transparecer uma desagradável sensação de sujeira e pouco caso (Campos, 1972).

II

Se não fosse careca eu seria cabeludo.

De início devo dizer: sou a favor dos cabeludos, admiro-lhes o gosto, respeito sua maneira de ser e de agir. Se não fosse careca eu seria cabeludo. [...]

Tenho um colégio onde a maioria é formada por cabeludos. [...]

Não adianta sermos contra os cabeludos. Queiramos ou não eles representam uma geração e confirmam mudanças profundas no comportamento dos homens. [...]

Agora devo dizer também: sou contra os hippies. Aqueles que andam sujos pelas ruas, sem humana filosofia de vida, levando no corpo uma grande dose de preguiça. Os cabeludos que defendo e que gostaria de ser são aqueles das universidades, dos colégios, dos projetos técnicos e econômicos que engrandecem este país (Figueiredo, 1972).

É interessante notar em que medida ambas as posições se assemelham ou se afastam. Os dois percebem que essa é uma moda já difundida entre os jovens, talvez vindo para ficar, mas não significa que isso necessariamente seja algo bom. Moacir Campos, começa afirmando categoricamente que cabelos longos desmasculinizam o homem, e repete que são características afeminadas. Vê na escolha pela cabeleira um ato vazio de

significado, mas que diminui a virilidade dos rapazes. O diretor não percebe que só de se ofender com a escolha já representa o impacto causado pelos cabeludos, e que muitos dos adeptos buscavam justamente isso: incomodar, diferenciar-se. Aquilo que é distinto, aquilo que representa “o outro”, não deixa de gerar inquietação entre aqueles que estão acomodados a certas percepções de mundo.

Já Francisco Figueiredo é bem mais simpático aos cabeludos, e admite que se não fosse careca, também seria um deles. No entanto, seu juízo acaba recorrendo na aceitação de um certo tipo e na rejeição de outro. Cabeludo sim, mas desde que dentro do padrão de um “bom moço”, “de família”, trabalhador e patriota. Nessa visão, acaba por compartilhar pensamento com Moacir Campos, de que os jovens “hippies” não tinham causa, eram sujos e desleixados. Logo, os fios de cabelo tecem múltiplas subjetivações, externas e internas aos sujeitos cabeludos. Para olhares exteriores simbolizava a vadiagem e feminilização dos rapazes, para esses sujeitos, era justamente a forma de subverter a visão estética sobre os corpos padronizados.

Considerações finais

As metamorfoses pelas quais passa a cidade de Teresina no contexto analisado, entendida como simbiose entre espaço e sociedade, acentuam suas próprias contradições, sejam elas físicas, discursivas e até geracionais. Os mais diversos grupos sociais que compõem a cena teresinense foram afetados pelo

ideal modernizante, ou seja, pelas expectativas da novidade, mas não da mesma forma.

A capital piauiense, vitrine do estado, era palco no qual o governo encenava uma suposta onda modernizadora, em consonância com euforia do “milagre econômico”, discurso este promovido pelo regime ditatorial sobre uma ilusória prosperidade econômica brasileira, e que esfera estadual, era personificado pela mítica figura de Alberto Tavares Silva, governador do estado entre 1971 e 1975. Para isso, contava com a aparência de vistosas obras urbanísticas e com a cooptação dos meios midiáticos na promoção de uma propaganda favorável ao governo. Contudo, a realidade se mostrava divergente da propaganda: a capital continuava distante dos grandes centros urbanos brasileiros, deficiente de estruturas e planejamento, e marcada por fortes desigualdades sociais e espaciais. Procurando fazer uma história dos espaços que também seja uma história dos poderes (Foucault, 2021), mostra-se que essa cidade é mediada o discurso de uma modernização autoritária, privilegiando determinados espaços que deveriam ser a imagem de um Piauí progressista. Modernização esta que também não deixa de ser conservadora, insistindo ao mesmo tempo na manutenção dos valores tradicionais e numa ordem de autoridade que vai do seio familiar ao político.

Assim como múltiplas são as vivências dentro da urbanidade, pelas suas ruas e construções são erguidas diversas cidades subjetivas. São diferentes respostas para uma mesma questão: a Teresina dos anos 1970, versões estas que, como visto, por

vezes se digladiam para ocupar espaços e mentes. É nesse espaço dinâmico, “locus da criatividade e das contradições” (Nascimento, 2015, p.138) que emerge uma nova geração, sua cidade simbólica subverte os discursos oficiais e se expressa entre outras formas, por meio da imprensa. As fontes jornalísticas são importantes amostras das disputas em torno do discurso sobre a modernização, demonstrando que esse conceito não é um monólito, mas está sujeito às diferentes perspectivas temporais, espaciais e entre grupos que habitam a sociedade teresinense.

REFERÊNCIAS

- A Teresina de ontem cresce com a administração de hoje. **Jornal do Piauí**. Teresina, p.8, 16 de agosto de 1972.
- CAMPOS, Moacir Madeira. Cabelos longos desmasculiniza o homem. **O Estado Interessante**. Teresina, 4 de junho de 1972.
- ELÍSTIA, Djalyna. A moda e a evolução unisexe. **O Dia**. Teresina, 23 de agosto de 1972.
- FIGUEIREDO, Francisco Marques. Se não fosse careca seria cabeludo. **O Estado Interessante**. Teresina, 4 de junho de 1972.
- OS IDEAIS DA JUVENTUDE. **Jornal do Piauí**, Teresina, 10 de outubro de 1970, p. 06.
- ROBERTO Carlos é contra a proibição dos cabelos longos. **O Estado**. Teresina, 7 de dezembro de 1972.
- TERESINA aos 120 anos. **O Dia**. Teresina, p.1, 15 de agosto de 1972.

BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. **Torquato Neto e seus contemporâneos**: vivências juvenis, experimentalismo e guerrilha semântica em Teresina. Teresina: Cancioneiro, 2024.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de Paupéria**: Torquato Neto e a Invenção da Tropicália. Teresina: Cancioneiro, 2024.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição para a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.10, n.23, jan./mar., 2018.

NASCIMENTO, Jardiane Lucena. **Palavras em guerrilha**: maquinacões desejanter e gerações em transe na imprensa juvenil teresinense na década de 1970. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020.

PELBART, Peter Pál. Biopolítica. **Sala Preta**, 7, 2007, p.57-66.
Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v7i0p57-66>.
Acessado em: 10/07/2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, núm. 53, janeiro-junho, 2007.

QUEIROZ, Teresinha. **Do singular ao plural**. Teresina: EDUFPI, 2015.

SILVA, Stéfany Marquis de Barros. **Venha pra curtir**: aventuras da Curtinália e usos do corpo nos experimentalismos artísticos de Teresina na década de 1970. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

“O JORNAL DOS JORNALISTAS”: A TRAJETÓRIA DO JORNAL “MOVIMENTO” E AS DISPUTAS NA ESQUERDA BRASILEIRA (1975-1981)¹

Caio Felipe Rodrigues MIRANDA²

Graduando

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Teresinha de Jesus Mesquita QUEIROZ³

Doutora

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Resumo

Este artigo analisa a trajetória do jornal “Movimento”, periódico de destaque na imprensa alternativa brasileira que circulou entre 1975 e 1981. O estudo investiga o semanário não apenas como fonte, mas como objeto histórico, examinando sua gênese a partir de uma dissidência do jornal “Opinião”, sua estrutura de propriedade coletiva e seu papel na articulação das esquerdas durante a ditadura militar.

-
- 1 Trabalho apresentado no GT 7 – História, Imprensa e Sociedade, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2025.
 - 2 Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí. Bolsista PIBID/CAPES sob Orientação do Prof. Dr. João Paulo Charrone. Email: caio.miranda@ufpi.edu.br.
 - 3 Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (1977) e Bacharel em Ciências Econômicas pela mesma instituição (1983). Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (1984) e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1992). Atualmente é Professora Associada IV da Universidade Federal do Piauí – Campus Ministro Petrônio Portella, onde atua junto ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (Mestrado e Doutorado). Email: teresinhaqueiroz@bol.com.br.

A pesquisa utiliza metodologia hemerográfica para compreender as fases do jornal: desde sua atuação como frente ampla democrática até sua transformação em porta-voz oficioso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), culminando em seu declínio. Evidencia-se como as disputas internas no conselho editorial refletiram os conflitos estratégicos da oposição ao regime no contexto da abertura política.

Palavras-chave

Movimento; Ditadura Militar; Imprensa Alternativa; Imprensa alternativa.

Introdução

O período ditatorial-militar no Brasil, que se estendeu de 1964 a 1985, caracterizou-se por um regime de controle midiático repressivo. Neste contexto, os veículos de comunicação e arte, como jornais e produções musicais, eram constantemente observados e censurados conforme o seu conteúdo pudesse representar alguma crítica à ordem política estabelecida. O regime buscou consolidar uma hegemonia estatal-militar-burguesa, visando fechar os espaços de discussão pública, enquanto a imprensa popular, influenciada por vertentes nacionalistas e varguistas, era cerceada. Durante este período, que vai de 1964 a 1985, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos com o traço comum de oposição intransigente ao regime.

A vista disso, a presente pesquisa propõe-se a analisar o jornal “Movimento”, que circulou entre os anos de 1975 a 1981, consistindo em uma imprensa alternativa brasileira durante a ditadura militar. Em sua totalidade, foram 334 edições sema-

nais, onde o semanário, com redações imbuídas de críticas sociais, buscava abordar a realidade social brasileira, em especial a conjuntura política de seu tempo, atuando como oposição intransigente ao regime.

O Movimento é reconhecido como uma das maiores experiências jornalísticas da época, comparável até mesmo aos jornais e revistas da grande imprensa. O surgimento do jornal situa-se numa cisão no jornal “Opinião”, em 1975, que levou à criação de um projeto de propriedade coletiva, na premissa de ser o “jornal dos jornalistas”. O projeto emerge num momento histórico atravessado por diversas nuances: tanto pelo recrudescimento da repressão do regime militar quanto pelo início do processo de reabertura política, que deveria ocorrer de forma “lenta, gradual e segura” conforme afirmado pelo presidente militar da época, General Geisel. Nesse contexto, a imprensa alternativa tornou-se um dos principais espaços legais de reorganização política e ideológica das esquerdas brasileiras.

O jornal “Movimento” atuou nesse sentido como um espaço vital para a articulação de diversas organizações da esquerda brasileira. O periódico foi concebido como uma frente democrática e popular, sendo um dos principais espaços legais de oposição ao regime militar. O Movimento reuniu em seu interior vastas correntes das esquerdas, integrando intelectuais, estudantes, líderes de movimentos sociais e populares, e outros atores da luta pela redemocratização.

A proposta político-editorial defendia a ideia da liberdade democrática, o anti-imperialismo, a valorização da cultu-

ra popular e a melhoria da qualidade de vida, propondo-se a “acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros pelas liberdades democráticas”. A independência financeira, embora precária, era vista como reflexo da independência intelectual. A redação acreditava que o leitor “Não verá o seu órgão de informação se converter num instrumento de poder econômico em detrimento da informação, de qualidade inferior, sem fotos coloridas, mas a experiência tem mostrado que a análise e a cobertura dos fatos não se alteram, até pelo contrário, só se beneficia em termos de independência política e econômica” (MOVIMENTO. Por uma imprensa independente; Três observações. Movimento, n.0, 7 de julho de 1975, p.7). O seu conselho editorial e as editorias eram encabeçados por figuras notáveis, como Chico Buarque de Hollanda, José Miguel Wisnik, Chico de Oliveira, Alencar Furtado, Raimundo Pereira, Bernardo Kućinski, e Maria Rita Kehl.

Para analisar este jornal e contexto, a pesquisa adota uma abordagem metodológica de caráter hemerográfico. Nesta perspectiva, o jornal “Movimento” é o próprio objeto de análise, o centro do processo investigativo, e não apenas uma fonte para a história. O manuseamento crítico das fontes, como proposto por Carla Bassanezi Pinsky (2005), advém da contextualização do material em relação à sociedade do seu tempo histórico e espaço. Em conformidade com essa exigência metodológica, citamos Tânia Regina de Luca, que defende a importância da análise material dos impressos, fundamental analisar os impressos na sua materialidade; nas suas condições de produção

e no contexto social a qual está localizado, compreendendo-os assim como produtos culturais inseridos em contextos históricos particulares (Luca, 2005).

A trajetória do “Movimento”, incluindo a sua gênese, estrutura e declínio, causado tanto pela vigilância repressiva do regime como por disputas internas (como o “racha” de 1977), reflete a complexa dinâmica das esquerdas brasileiras durante a transição para a democracia. O encerramento final do Movimento, em 1981, ocorreu, em grande parte, porque a reorganização partidária das diversas tendências políticas retirou o foco e os recursos do projeto de frente-jornalística.

Dessa forma, pretendemos como objetivo central desta pesquisa analisar o jornal “Movimento” enquanto objeto histórico, compreendendo a sua relação com a conjuntura política da época, a sua estrutura interna, isto é, o conselho editorial, a sua linha editorial e as complexas disputas. Assim, analisar-se-á o seu conselho editorial, a sua gênese e o seu declínio, causada em partes pela constante vigilância do regime militar, mas também por disputas internas, com coexistentes circuitos ideológicos das quais resultam tensões e transformações que moldaram as esquerdas no Brasil durante a transição para a democracia. A metodologia adotada para esta investigação será de caráter hemerográfico, o que implica uma abordagem que coloca o jornal “Movimento” não apenas como uma fonte de informação para a história, mas sim como o próprio objeto de análise e o centro do processo investigativo. Conforme proposto pela historiadora Tânia Regina de Luca, é fundamental

levar em consideração a materialidade do impresso e o seu enquadramento cultural e social. Ela sublinha que é fundamental analisar os impressos na sua materialidade; nas suas condições de produção e no contexto social a qual está localizado, compreendendo-os assim como produtos culturais inseridos em contextos históricos particulares (Luca, 2005).

A trajetória do jornal Movimento

O processo de fundação do jornal “Movimento” é essencial para entender sua linha política, ele nasce de uma ruptura do jornal “Opinião”, fundado por Fernando Gasparian, foi uma dimensão importante para o jornalismo de resistência, mas sua estrutura de propriedade privada entrou em conflito com os anseios de participação e decisão coletiva de sua redação. O desejo de autonomia levou à criação de uma cooperativa de jornalistas, um modelo que buscava libertar a produção da notícia das amarras dos donos de jornal.

Surgia assim o “Movimento”, autoproclamado o “jornal dos jornalistas”. Esta estrutura cooperativa, no entanto, não eliminou as hierarquias políticas. Pelo contrário, transformou o conselho editorial em um parlamento das esquerdas. O jornal, em sua fase inicial, operou como uma frente ampla, aglutinando desde liberais progressistas até marxistas-leninistas, todos unidos pelo objetivo comum de restabelecer a democracia. A partir da análise hemerográfica do jornal, preliminarmente, indicamos que o percurso do jornal pode ser dividido em fases distintas, cada uma refletindo um momento específico das dis-

putas políticas e ideológicas. Essas fases não são estanques, mas representam o fluxo das correlações de força dentro do conselho editorial e na sociedade brasileira.

Primeira fase (1975-77) e a frente democrática

Inicialmente, observamos o “Movimento” na sua fase de frente democrática-popular, que se estende desde sua fundação até meados de 1977. Nesse período, o jornal constituiu-se como um dos principais espaços legais de oposição ao regime militar. Sua pauta era abrangente e buscava denunciar o custo de vida, a exploração da classe trabalhadora, a corrupção estatal e a violência policial.

O jornal funcionava aglutinando internamente diversas correntes a um eixo de programa central que unificava a oposição: a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita; a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte; e o apoio irrestrito às lutas e revoltas populares que começavam a ressurgir, como as greves operárias e os movimentos contra a carestia.

Conforme aponta Célia Costa Cardoso (1995), o jornal surgiu com a proposta de ser uma frente ampla da esquerda, um “jornal de jornalistas” que abrigasse o leque de oposições à ditadura. Contudo, sob a aparência de pluralidade, havia uma força diretriz dominante. A análise das seções do jornal revela essa tendência. A coluna “Ensaio Populares”, seção de forte cunho editorial e teórico, representa a hegemonia de uma linha política marxista-leninista, diretamente ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Embora o PCdoB estivesse na clandestinidade e tivesse sofrido duros golpes na Guerrilha do Araguaia, seus militantes exerciam grande influência na linha editorial do “Movimento”. Natalia Cabau Seves (2016) destaca que essa seção “Ensaio Populares” expressava o posicionamento do jornal como um todo”. Em conformidade a isso, Kucinski aponta:

Duarte Pacheco passou a escrever regularmente uma coluna semanal, os famosos Ensaio populares, o principal motivo do grande “racha” de MOVIMENTO, cerca de um ano e meio depois. Também lançou a campanha pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e orientava Raimundo com minutas de posições políticas, para que ele pudesse enfrentar as discussões do conselho. Tornou-se o mestre político de Raimundo (Kucinski, 2018, p. 194).

Era através dessas análises que o jornal interpretava a realidade brasileira, defendendo a etapa nacional-democrática da revolução e a necessidade de alianças táticas com a burguesia nacional contra o imperialismo e a ditadura, seguindo a cartilha do partido.

A ruptura de 1977

O ano de 1977 marcou um ponto de inflexão na trajetória do semanário. Mais à frente, especificamente neste ano, o jornal passa por um processo de ruptura interna traumático. Este evento não deve ser lido apenas como uma disputa corporativa

ou por espaços de redação, mas sim como um microcosmo da reorganização das esquerdas brasileiras.

Evidencia-se que o conflito polarizou dois grupos principais: de um lado, a direção majoritária, alinhada à política aliancista do PCdoB; de outro, a chamada nova esquerda ou oposição de esquerda, que incluía trotskistas, jornalistas independentes e outros agrupamentos marxistas que discordavam da linha etapista. A disputa girava em torno de questões estratégicas fundamentais sobre como derrubar a ditadura e qual regime deveria substituí-la.

O jornalista Bernardo Kucinski (2001), um dos dissidentes e figura chave para entender esse período, critica a prioridade dada pela direção do “Movimento” à aliança com setores da burguesia liberal (o MDB moderado) em detrimento da ênfase na organização autônoma dos trabalhadores, “A outra corrente, de raízes nos antigos grupos anti-stalinistas da nova esquerda, além de negar as teses etapistas, defendia a organização das classes trabalhadoras como única saída não-autoritária para a crise do autoritarismo.(Kucinski, 2001, p. 146). Para a oposição interna, a bandeira defendida pela direção do jornal arrefecia a luta de classes em nome de uma “unidade nacional” contra o regime, o que, na visão dos críticos, levaria à subordinação dos trabalhadores aos interesses burgueses na transição democrática.

Essa cisão resultou na saída de importantes quadros jornalísticos e intelectuais do jornal. A pluralidade que caracterizava

a frente ampla começava a se desfazer, dando lugar a uma linha editorial mais rígida e monolítica

Segunda Fase (1977-81): o “quase partido e o declínio

Finalmente, a análise do período após as dissidências internas (1977-1981) mostra a transformação do “Movimento” naquilo que alguns autores classificam como um “quase-partido”, tornando-se porta-voz quase exclusivo da linha política do PCdoB. Se antes a influência do partido era hegemônica, mas dialogava com outras forças, agora ela se tornava totalizante. Essa tendência se acentuou drasticamente após um evento trágico: a chacina da Lapa, em dezembro de 1976, que resultou na morte de dirigentes históricos do PCdoB, como Pedro Pomar e Ângelo Arroyo, e na prisão de outros. Com sua cúpula na clandestinidade severamente atingida e desarticulada, o PCdoB, como argumenta Seves (2016), viu no jornal uma oportunidade crucial para a reorganização partidária e a manutenção de uma voz pública legal. O “Movimento” passou a cumprir a função de organizador coletivo, conceito leninista clássico, servindo para orientar a militância dispersa e manter a coesão ideológica em tempos de crise, como pontua Kucinski (2018):

Após a chacina no comitê central do PCdoB na Lapa, em fins de 1976, tornou-se um quase-partido, formulando e implementando políticas tanto no plano institucional como nas bases de ativistas. É principalmente pela sua dimensão política, como espaço da rearticulação possível de militantes de partidos clandestinos num ambiente ditatorial (Kucinski, 2018, p. 8).

No entanto, essa partidarização cobrou seu preço. O jornal perdeu parte de sua base de leitores mais ampla, que não se via representada pelo discurso cada vez mais fechado. Além disso, o contexto externo mudava. Com a revogação do AI-5 em 1978 e a Lei da Anistia em 1979, a grande imprensa começou a ocupar espaços de crítica que antes eram exclusivos dos jornais alternativos.

Os resultados demonstraram, assim, que o declínio e o eventual encerramento do jornal em 1981 não se deveram apenas a crises financeiras crônicas ou aos atentados do regime militar brasileiro, que de fato ocorreram, com bancas sendo queimadas e edições apreendidas, o que dificultava imensamente sua circulação. Contribuiu enormemente para o fim do “Movimento”, as disputas internas e a incapacidade de adaptar a fórmula da frente-jornalística a um cenário de pluripartidarismo emergente.

Considerações finais

A análise da trajetória do jornal “Movimento” permite concluir que sua existência foi paradigmática para a compreensão das transformações políticas e culturais que marcaram a transição da ditadura militar para a redemocratização no Brasil. O jornal não foi um mero espectador, mas um agente ativo na história recente do país.

Para além de um veículo de oposição ao regime, o “Movimento” formou também um laboratório político, um espaço onde as esquerdas brasileiras debateram os seus projetos de

Brasis, expuseram as suas fraturas teóricas e se reorganizaram para a nova fase da política nacional. Nele, conviveram e colidiram as visões de um comunismo tradicional, focado em etapas e alianças, e de uma nova esquerda emergente, focada na autonomia dos movimentos sociais.

Desse modo, o seu percurso, de sua fundação como uma frente ampla até ao seu fim como um jornal de partido, espelha o próprio processo de passagem da resistência unificada sob a ditadura para a diversidade e a competição partidária que viria a posteriori da abertura política. O fim da ditadura exigia novas formas de organização que os jornais alternativos, em sua estrutura precária e combativa, já não conseguiam suprir plenamente.

Assim, o seu encerramento em 1981 não simboliza apenas o fim do ciclo alternativo, como proposto por Bernardo Kuçinski, mas a obsolescência de um modelo de articulação específico: a da frente-jornalística. Este modelo cumpria o seu papel histórico num contexto de clandestinidade e repressão, mas tornou-se insustentável diante da legalização dos partidos e da normalização da vida política. O legado do “Movimento”, contudo, permanece como um testemunho da resistência intelectual e da luta pela liberdade de expressão no Brasil.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Carlos. **Jornal Movimento: uma reportagem**. Belo Horizonte: Editora Manifesto, 2011.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: no tempo da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 2018.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

PEDRO NETO, Leopoldo. **Imprensa alternativa durante a ditadura militar: entre contracultura e marxismo**. Anais do XIII Encontro Nacional de História da Mídia, 2016.

SEVES, Natalia Cabau. **Jornal Movimento: um espaço de rearticulação das esquerdas na transição política brasileira**. Revista Urutágua, n. 35, 2016.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

DIAS, Rodrigo. **Imprensa Revolucionária dos Anos Oitenta: os intelectuais e suas**

formulações sobre a revolução brasileira. 2011. 275f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. (Orgs.). **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

MOVIMENTO. Anúncio. **Movimento**, de 8 de maio de 1978, p.5.

_____. “Movimento morreu. Viva Movimento!”. **Movimento**, de 23 a 30 de novembro de 1981, p.3.

_____. Movimento traiu seu projeto. **Movimento**, n.262, de 7 a 13 de julho de 1980, p.21.

_____. Nasce um jornal. **Movimento**, n.0, 7 de julho de 1975, p.4-6.

_____. Nosso Programa. Movimento, n.334, de 23 a 29 de novembro de 1981, p.24.

HABERT, Nadine. **A Década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Ática, 1994.

NAPOLITANO, Marcos. A resistência cultural durante o regime militar brasileiro: Um novo olhar historiográfico. In: Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. (Org). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2018, 365p.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

MACIEL, Luiz Carlos. **Geração em Transe: Memórias do Tempo do Tropicalismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel, NOVAIS, Fernando A. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014.

BARROS FILHO, Omar de. Omar “Matico”. [Entrevista concedida a] Ricardo Carvalho. Instituto **Vladimir Herzog**, São Paulo, 2010.

KEHL, Maria Rita. Maria Rita Kehl. [Entrevista concedida a] Ricardo Carvalho. Instituto **Vladimir Herzog**, São Paulo, 2010.

KUCINSKI, Bernardo. Bernardo Kucinski. [Entrevista concedida a] Ricardo Carvalho. Instituto **Vladimir Herzog**, São Paulo, 2010.

PEREIRA, Raimundo. Raimundo Pereira. [Entrevista concedida a] Ricardo Carvalho. Instituto **Vladimir Herzog**, São Paulo, 2010.

ENTRE JORNAIS, REVISTAS E ONDAS RADIOFÔNICAS: A IMPRENSA COMO FONTE E OBJETO DE PESQUISAS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PIAUIENSE¹

Hortência Almeida Medeiros da ROCHA²

Doutoranda em Educação

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP

Paloma Vanessa do Nascimento SILVA³

Mestra em Educação

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, TERESINA, PI

Resumo

O presente artigo traz reflexões sobre o uso da imprensa, em especial jornais impressos, revistas e rádio, para a compreensão de aspectos educacionais no domínio da História da Educação, com ênfase nas pesquisas relacionadas à educação do estado do Piauí. O objetivo está centrado em discutir o uso da imprensa como objeto e fonte privilegiada e apresentar um panorama das dissertações de mestrado e teses de doutorado desse domínio no âmbito do Piauí e que utilizam este tipo de fonte histórica como fonte principal e/ou parte do objeto de investigação. O estudo teve como metodologia a pesquisa documental e bibliográfica. A partir do mapeamento realizado, foram

1 Trabalho apresentado no GT 7 – História, Imprensa e Sociedade, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo – 2025.

2 Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo – USP. Mestra em Educação pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-mail: hortenciaamrocha@gmail.com.

3 Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED da Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-mail: paloma.vanessa@ufpi.edu.br.

identificadas seis (06) pesquisas relacionadas à História da Educação Piauiense e que utilizam a imprensa como objeto e fonte de pesquisa, contribuindo para pesquisas futuras na área.

Palavras-chave

História; Imprensa; Fontes Históricas; História da Educação Piauiense.

Introdução

O presente artigo traz reflexões sobre o uso da imprensa, em especial jornais, revistas e programas de rádio, para a compreensão de aspectos educacionais. Assim, buscou-se responder às seguintes problemáticas: De que forma a imprensa é utilizada como objeto e fonte de pesquisa no campo da História da Educação? Quais pesquisas, em nível de pós-graduação, usam a imprensa como fonte e/ou objeto de estudo sobre a História da Educação Piauiense? Como essas pesquisas foram desenvolvidas e quais as suas contribuições para a área de estudo e futuras pesquisas? Dessa maneira, o objetivo desta pesquisa está centrado em discutir o uso da imprensa como objeto e fonte privilegiada para a pesquisa educacional e apresentar um panorama das dissertações de mestrado e teses de doutorado com abordagens educacionais voltadas para o território piauiense e que utilizaram a imprensa como principal fonte histórica para a investigação do objeto de pesquisa, ou como parte também do objeto de investigação.

Assim, esta pesquisa está dividida em duas partes: na primeira, é discutida a inserção da imprensa no catálogo de fontes que os historiadores podem consultar e como as pesquisas de História da Educação passam a ver essas fontes e a trabalhar com elas; na segunda parte, são apresentadas as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas na área da História da Educação Piauiense com o uso da imprensa como fonte e objeto de estudo, e como elas foram desenvolvidas.

Este artigo recorreu a uma metodologia de pesquisa documental e bibliográfica para perceber nos estudos o uso da imprensa como fonte e objeto de estudo. Ademais, buscou-se não apenas descrever quais pesquisas foram desenvolvidas com estes tipos de fontes, mas também como os autores as utilizaram em suas operações historiográficas e quais foram as suas contribuições para a expansão e desenvolvimento dos estudos da História da Educação Piauiense.

Para mapear essas produções acadêmicas em nível de pós-graduação, foram realizadas buscas em quatro repositórios de programas de pós-graduação localizados no Piauí. Dois deles estão localizados na Universidade Federal do Piauí (UFPI) – o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e o Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB) –, e os outros dois repositórios, na Universidade Estadual do Piauí (UESPI) – o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura (PPGSC) e o Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (PROFHISTÓRIA/UESPI). Para localizar pesquisas realizadas em universidades fora do estado

do Piauí, foi consultado o repositório de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O critério adotado ao analisar pesquisas acadêmicas realizadas nos escolhidos programas de pós-graduação do Piauí levou em consideração o fato de que os quatro programas mencionados são terrenos férteis para essas temáticas de pesquisa. No PPGED/UFPI há uma linha de pesquisa em História da Educação, e os outros programas mencionados anteriormente, embora não possuam uma linha de pesquisa específica, vêm contribuindo também com essa perspectiva educacional através de estudos desenvolvidos ao longo dos anos por seus docentes e discentes.

A Imprensa como objeto e fonte para a História da Educação

Na História da Educação, a imprensa faz parte dos novos objetos de pesquisas que passaram a ser investigados e que ampliaram os seus objetos e fontes (Lopes; Galvão, 2010). Com isso, perceber a imprensa na história como fonte histórica é destacá-la como recurso que “registra, comenta e participa da história” (Capelato, 1988, p. 13). Assim, considerando a imprensa como objeto e fonte nas pesquisas, tem-se discutido o seu uso na História da Educação. Por meio dela há a possibilidade de o historiador também perceber o seu desenvolvimento ao decorrer dos anos.

Percebe-se que essa possibilidade em ter a imprensa como parte da escrita da história está entrelaçada às próprias transformações da sociedade, como enfatiza Souza (2009, p. 8) ao afirmar que “as transformações no campo da comunicação impressa seguiram, indubitavelmente, as transformações no contexto social, político e econômico da sociedade brasileira”.

A Nova História Cultural, destacada por Burke (1992), reflete as ampliações dos objetos e fontes de pesquisa e estabeleceu grande diferenciação em relação à história proposta pelas correntes historiográficas anteriores, possibilitando, assim, novos meios de investigações do passado histórico. Essa ampliação de fontes e objetos também contemplou as pesquisas na História da Educação, tanto em nível nacional como no estado do Piauí.

A ampliação de fontes e objetos nas pesquisas em História da Educação possibilita utilizar revistas, jornais e meios radiofônicos. Desenvolver estudos com base em revistas e jornais cabe reconhecê-los para além de apenas meios de comunicação. Portanto, diante das teorizações baseadas em Barros (2023, p. 10), esses documentos são “importantes meios de informação, comunicação e produção” que interferem na história e são produtos da história. São meios de comunicação que não somente informam e comunicam, mas também produzem discursos diante das formas que são repassadas e do conteúdo que se quer destacar em suas notícias.

Os jornais são objetos que estiveram muito presentes na vida urbana nos últimos três séculos. Como fonte histórica,

Barros (2021) pontua que eles são capazes de oferecer inúmeras informações, discursos e indícios para a análise das sociedades que os produziram e dos meios nos quais eles circularam. Assim como a presença do rádio, no qual programas radiofônicos também podem ser utilizados para compreender a História da Educação, na reflexão e análise do tipo de educação desenvolvida (Silva; Ferro, 2025).

Assim, percebeu-se que, com base em Vidal e Faria Filho (2003), a produção de trabalhos em História da Educação ganhou avanços no fim dos anos de 1960 e início de 1970 em decorrência da criação de programas de pós-graduação e núcleos de pesquisas. Nesse período, o investimento na sistematização de fontes e a divulgação de documentos para a história da educação não cessaram, o que impulsionou os estudos na área.

Os usos da imprensa nas pesquisas de História da Educação Piauiense

Filho e Baptista (2021) apresentam os contornos gerais dos caminhos tomados pelas pesquisas/divulgações na área de História da Educação no Piauí. Até a primeira década dos anos 2000, um inventário indicava que havia uma bibliografia específica sobre História da Educação do Piauí. Conforme os autores, essa realidade passa a mudar com a criação do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED), na década de 1990, e o Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB), ambos da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

A consolidação do uso da imprensa como fonte histórica também pelos historiadores educacionais pode ser vista em diversos trabalhos em nível nacional que analisam diferentes meios de comunicação para a compreensão das mais variadas temáticas da Educação. Esta pesquisa, em especial, mapeou as dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas ou relacionadas sobre a História da Educação piauiense e que utilizam a imprensa como principal tipo de fonte ou sob duas dimensões, a saber, como fonte e parte do objeto de pesquisa.

O mapeamento foi realizado por meio da consulta de repositórios de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e dos seguintes programas de pós-graduação: Programa de Pós-graduação em História do Brasil (PPGHB/UFPI), Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED/UFPI), Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura (PPGSC/UESPI) e Programa de Pós-graduação em Ensino de História (PROFHISTÓRIA/UESPI).

Através do mapeamento identificamos seis (06) produções acadêmicas no domínio da História da Educação que abordam sobre temáticas educacionais relacionadas ao território piauiense e que usam a imprensa como fonte principal de suas pesquisas e/ou como parte do objeto de estudo. As produções são dissertações de mestrado (05) e tese de doutorado (01), produzidas no período de 2005 a 2025, e serão detalhadas no decorrer deste artigo e no quadro 1.

Quadro 1: Dissertações e teses localizadas

Título da dissertação ou tese	Autor(a)	Programa de pós-graduação e instituição de ensino	Ano da publicação
As representações sociais da escola primária nos jornais de Teresina (1960-1989)	Maria Gláucia Ferreira da Ponte	PPGED/UFPI	2005
História e memória do Projeto Minerva em Teresina: a educação nas ondas do rádio	Rejânia Rebêlo Lustosa	PPGED/UFPI	2014
O ensino secundário no Piauí em páginas dos jornais (1942-1971)	Rogério de Medeiros Silva	PPGED/UFPI	2020
Profissão docente no Piauí: notícias, mensagens e discursos (1910-1946)	Thaís Batista Rabêlo	PPGED/UFPI	2021
Instruir a mocidade e espalhar a luz: imprensa escolar como estratégia de formação dos estudantes no Piauí (1930-1948)	Francisco Gomes Vilanova	PPGE/UFRJ	2022
Sesinho no Piauí: “A revista da criança inteligente” como proposta educativa do serviço social da indústria – SESI (1947-1960)	Paloma Vanessa do Nascimento Silva	PPGED/UFPI	2025

Fonte: Repositórios do PPGED/UFPI, PPGHB/UFPI, PPGSC/UESPI, PROFHISTORIA/UESPI e CAPES

Dados: Coletados e organizados pelas autoras (2025)

A primeira pesquisa acadêmica mapeada por este estudo corresponde à dissertação de mestrado de Maria Gláucia Ferreira da Ponte, defendida no ano de 2005, realizada no PP-GED/UFPI e intitulada de *As representações sociais da escola primária nos jornais de Teresina (1960-1989)*. A pesquisa teve como foco principal analisar, por meio dos jornais impressos que circulavam na capital Teresina nas décadas de 1960, 1970 e 1980, o valor social designado à escola. A pesquisadora, com o propósito de identificar as representações sociais da escola pública teresinense a partir dos jornais, se debruçou na análise de uma amostragem representativa, previamente selecionada, das notícias publicadas nos jornais *O Dia*, *Estado do Piauí*, *Jornal do Piauí* e *O Estado*. Por meio dessa pesquisa foi constatado que os jornais analisados construíram, nas três décadas analisadas, representações sociais diferentes de escola, partindo de descrições da escola pública como espaço de prestígio e valor para um espaço de baixa qualidade e uma instituição desvalorizada.

A pesquisadora Rejânia Rebêlo Lustosa (PPGED/UFPI), por sua vez, em sua dissertação de mestrado intitulada *História e memória do Projeto Minerva em Teresina: a educação nas ondas do rádio*, alçou a mídia radiofônica como parte do seu objeto de estudo. A pesquisa, finalizada no ano de 2014, aborda sobre o uso do rádio como ferramenta para a propulsão da Educação a Distância no Piauí. Ancorando suas análises em estudos sobre escolas radiofônicas e sobre o impacto do acesso à educação pelo rádio, ela destaca na dissertação o Projeto Minerva, um

projeto de ensino supletivo destinado a adultos e adolescentes, no qual as aulas eram transmitidas pelas ondas do rádio e o projeto dispunha na sua matriz curricular desde disciplinas básicas a disciplinas como Educação Moral e Cívica, Informação Ocupacional e Educação Física. Conforme a autora da dissertação, o Projeto Minerva foi possibilitado pelo Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura e desenvolveu ações importantes na educação piauiense em nível supletivo.

Em *O ensino secundário no Piauí em páginas de jornais (1942-1971)*, dissertação de mestrado produzida por Rogério de Medeiros e Silva no ano de 2021, a imprensa escrita é utilizada como principal fonte da investigação sobre o ensino secundário piauiense. O pesquisador analisou 117 notícias de jornais, a saber, os jornais: *A Luz*, *Gazeta*, *O Dominical*, *O Dia* e *O Cálamo*. As notícias jornalísticas foram divididas em nove (09) categorias: diretores, professores, propaganda, comunicados e avisos, bolsas de estudos, prédio, exames, eventos escolares e alunos. A pesquisa destaca o espaço que o ensino secundário possuía nos jornais, sendo visto como um ensino inovador. Além do mais, o pesquisador, a partir da interpretação das notícias jornalísticas, descreve as modificações percebidas nas instituições que ofertavam essa modalidade de ensino e a sua cultura escolar.

O quarto estudo acadêmico mapeado por esta pesquisa é a dissertação de mestrado *Profissão Docente no Piauí: Notícias, mensagens e discursos* de autoria de Thais Batista Rabêlo,

do ano de 2021. A pesquisa teve como principal objetivo investigar a profissão docente no Piauí, principalmente no que concerne às imagens sociais e condições de trabalho. Para a realização da investigação, a pesquisadora usou de fontes hemerográficas, notícias e discursos jornalísticos, além de mensagens oficiais do governo piauiense. Os jornais usados como fonte e parte do objeto de pesquisa foram os jornais *Correio de Oeiras*, *Semana*, *Diário do Piauí*, *Litericultura*, *O Nordeste*, *Vanguarda*, *A Luz*, *Monitor Comercial*, *Gente Nova*, *Alto Longá*, *O momento*, *A Escola*, *Gente Nova*, *O Fanal* e *Diário Oficial*. Algo original até então realizado na pesquisa foi a perspicácia da autora em analisar periódicos que circulavam e eram produzidos em outras regiões do estado, não se restringindo aos grandes jornais tradicionais que circulavam na capital Teresina. A partir das investigações, foi constatado que as imagens sociais dos docentes divulgadas pela imprensa, neste caso os jornais, eram de um professor devoto, obreiro e artífice da educação, mantenedor da ordem e do progresso e que não contava com boas condições de trabalho.

A tese de doutorado de Francisco Gomes Vilanova (UFRJ), *Instruir a mocidade e espalhar a luz: imprensa escolar como estratégia de formação de estudantes (1930-1948)*, foi a quinta pesquisa localizada e destaca-se também ao utilizar a imprensa para compreensão de aspectos educacionais. O pesquisador analisou as páginas amareladas de revistas e jornais escolares, elegendo a imprensa escolar como questão principal de sua pesquisa. Em sua investigação, os jornais e revistas produzidos

por escolas e órgãos de representação de estudantes foram tomados como fontes e objeto de pesquisa, nos quais buscou entender como ocorreu o processo de composição da imprensa escolar no Piauí, com foco na análise dos enunciados para a compreensão de estratégias de formação dos estudantes do período. Dentre os jornais analisados, destacam-se: *Jornal A Luz*, *Voz do Estudante*, *A Escola*, *A Estrela*, *Zodiaco* e *O Ginásio*. As análises dos periódicos permitiram o entendimento de que eles foram usados como recurso escolar e ferramenta pedagógica, e que o conteúdo das crônicas, notícias e matérias era regido pelos interesses do contexto político e pedagógico do período.

A última pesquisa mapeada, *Sesinho no Piauí: “A revista da criança inteligente” como proposta educativa do Serviço Social da Indústria – SESI (1947-1960)*, foi desenvolvida como dissertação de mestrado por Paloma Vanessa do Nascimento Silva (PPGED/UFPI). A pesquisa sobre a *Revista Sesinho* analisou esse meio de comunicação como um instrumento educativo voltado ao público infantil. Teve como fonte base as edições da *Revista Sesinho* que eram publicadas mensalmente pelo Serviço Social da Indústria (SESI) bem como a utilização de jornais que discutiam sobre o tema e consultados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN) e no Arquivo Público do Estado do Piauí. Assim, o estudo desenvolvido também se propôs a analisar a circulação do periódico delimitado no Piauí, percebendo sua circulação e leitores piauienses, e constatou que a

revista perpassa por grandes transformações e constituiu-se como aspecto educativo na formação de crianças brasileiras.

Considerações finais

Com o advento da Nova História Cultural, novas fontes e objetos foram acrescentados ao campo da História, ampliando os modos de consultar e investigar o passado. No domínio da História da Educação, essa ampliação de fontes e objetos da História possibilitou que a imprensa fosse inserida nas investigações educacionais, superando o estereótipo ligado à sua subjetividade.

A literatura acerca da temática nos mostra que, em nível nacional, diversas pesquisas vêm sendo desenvolvidas, alcançando a imprensa como principal fonte histórica consultada e/ou como parte do objeto de investigação. Dentre os tipos de imprensa, destacam-se nesses estudos periódicos como jornais e revistas, bem como programas radiofônicos, proporcionando novas perspectivas de análises educacionais.

Concluimos, portanto, identificando que as pesquisas que utilizam a imprensa como objeto e fonte de pesquisa para a compreensão da História da Educação Piauiense têm se ampliado de forma considerável, com destaque para o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Piauí. Os pesquisadores têm discutido diversas temáticas em relação à História da Educação no Piauí, analisando por meio de jornais, revistas e programas de rádio. As investigações contribuem para futuras pesquisas e o desenvolvimen-

to da área de História da Educação Piauiense, contribuindo também para a ampliação de estudos da História do Piauí.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. D. A. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**, [s. l.], v. 52, p. 397-419, 2021.

BARROS, José D' Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Editora Vozes, 2023.

BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (org.) **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 7-38.

CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e História do Brasil**. Contexto: São Paulo, 1988. p. 1-78.

FILHO, A. C.; BAPTISTA, M. P. C. Os caminhos da História da Educação no Piauí: pesquisas e textos. **Vozes, Pretérito & Devir**, [s. l.], ano VIII, v. XII, n. II, p. 3-27, 2021.

LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. O. **Território Plural**: a pesquisa em História da Educação. São Paulo: Ática, 2010.

LUSTOSA, R. R. **História e memória do Projeto Minerva em Teresina**: a educação nas ondas do rádio (1971-1982). 93 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-graduação em Educação, Piauí, 2014.

PONTE, M. G. F. **As representações sociais da escola pública nos jornais de Teresina (1960-1989)**. 209 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-graduação em Educação, Piauí, 2005.

RABELO, T. B. **Profissão docente no Piauí**: notícias, mensagens e discursos (1910-1946). 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

SILVA, P. V. N.; FERRO, M. A. B. A expansão das estratégias educacionais da Revista Sesinho através do rádio: um projeto do Serviço Social da Indústria – Sesi. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, [s. l.], v. 18, n. 9, 2025.

SILVA, P. V. N. **Sesinho no Piauí**: “A revista da criança inteligente” como proposta educativa do Serviço Social da Indústria – Sesi (1947-1960). 2025. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-graduação em Educação, Piauí, 2025.

SILVA, R. M. **O Ensino secundário no Piauí em páginas de jornais (1942-1971)**. 138 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-graduação em Educação, Piauí, 2020.

SOUZA, E. F. A imprensa como fontes para pesquisa em História e Educação. In: VIII SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, 2009, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: Unicamp, 2009.

VIDAL, D; FARIA FILHO, L. M. **História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970)**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, jan/jul. 2003.

VILANOVA, F. G. **Instruir a mocidade e espalhar a luz**: imprensa escolar como estratégia de formação dos estudantes no Piauí (1930-1948). 400 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.



Realização:



Apoio:



Patrocínio:

